



Fundação
Alexandre de
Gusmão

Neste número:

Carta do editor

Gelson Fonseca Jr.

Montevideu

Entre neutralidade e intervenção: dilemas da política externa brasileira no Prata (1845-1848)

Millena Gonçalves Monteiro

Documentos (1845-1848)

Roma

A embaixada brasileira em Roma e a Segunda Guerra Mundial: correspondência diplomática de 1935 a 1942

Daniel Ayala Cardoso

Pablo de Rezende Saturnino Braga

Documentos (1935-1942)

CADERNOS DO CHDD

CADERNOS DO CHDD

ANO 19 ♦ NÚMERO 37 ♦ SEGUNDO SEMESTRE 2020



www.funag.gov.br

N. 37

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

CADERNOS DO CHDD

ANO 19 ♦ NÚMERO 37 ♦ SEGUNDO SEMESTRE 2020



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

CADERNOS DO CHDD

ANO 19 • NÚMERO 37 • SEGUNDO SEMESTRE 2020



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

O Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, órgão da FUNAG instituído em 1996, tem por objetivo promover e divulgar estudos e pesquisas sobre história diplomática e das relações internacionais do Brasil. Está localizado no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, prédio que abriga um dos mais ricos acervos sobre o tema.



Acompanhe nossas redes sociais



CADERNOS DO CHDD

SUMÁRIO

CARTA DO EDITOR	5
<hr/>	
MONTEVIDÉU	
<hr/>	
Entre neutralidade e intervenção: Dilemas da política externa brasileira no Prata (1845-1848)	
<i>Millena Gonçalves Monteiro</i>	19
DOCUMENTOS (1845 - 1848)	30
<hr/>	
ROMA	
<hr/>	
A embaixada brasileira em Roma e a Segunda Guerra Mundial: correspondência diplomática de 1935 a 1942	
<i>Daniel Ayala Cardoso</i>	
<i>Pablo de Rezende Saturnino Braga</i>	306
DOCUMENTOS (1935 - 1942)	319
<hr/>	

CARTA DO EDITOR

Neste número, o *Cadernos do CHDD* continua a linha editorial voltada a divulgar a correspondência de nossos diplomatas no Prata durante a primeira metade do século XIX e das embaixadas na Europa às vésperas da II Guerra Mundial. Sobre o Prata, os dois números anteriores trataram das missões dedicadas a estabelecer relações diplomáticas com o Paraguai, país que escolhera se isolar da convivência internacional até meados da década de 1840. Agora, retoma-se o tema da diplomacia brasileira em Montevideú, iniciado na edição de número 34 com a missão de Almeida Vasconcellos, que, entre os anos de 1834 a 1837, esteve empenhada na reaproximação com o Uruguai depois do conflito da Cisplatina. O foco deste número é o trabalho do comendador Rodrigo da Silva Pontes, que assume, em 1845, a encarregatura de negócios em Montevideú e lá permanece até 1852. O período coincide com os primeiros movimentos que levam ao abandono pela diplomacia imperial da neutralidade nos assuntos da região. O exame da documentação foi conduzido pelos pesquisadores Tiago Coelho e Daniel Cruz de Souza, com auxílio das estagiárias Maria Eduarda Ferreira e Millena Monteiro, que elaborou a apresentação. Sobre o pré-Guerra a série se encerra com a publicação da documentação da Embaixada em Roma entre 1935 e 1942. Em edições anteriores, a correspondência de Berlim, Londres, Madri, Lisboa, Pequim e Tóquio foi divulgada e mostra de que maneira nossos diplomatas analisaram as profundas transformações no sistema

européu e a crise que desencadeia a II Guerra Mundial¹. Faltava Roma, que agora o *Cadernos do CHDD* apresenta. O período é marcado pela consolidação do fascismo e a sua projeção internacional na Abíssinia. Na parte final, nos anos 40, a correspondência dá conta dos primeiros sinais da sua decadência. A correspondência acompanha, com boa informação, a evolução do regime, o papel da Itália no jogo da política internacional, e, de outro lado, mostra como funcionários diplomáticos viam o fascismo: alguns com entusiasmo; outros, ceticismo. A documentação é introduzida por um ensaio elaborado pelo pesquisador Pablo Saturnino Braga e pelo estagiário Daniel Ayala.

Umhas poucas palavras sobre a correspondência selecionada.

Depois de importante carreira como magistrado e político, Rodrigo da Silva Pontes, “homem ponderado e de notável cultura”², chega a Montevidéu para sua primeira missão diplomática e lá permanece até 1852. Deixa, como legado, ampla correspondência, valiosa para compreender como se formaram as posições da diplomacia brasileira no Prata. Para que a mostra fosse significativa, resolvemos dividi-la em duas edições do *Cadernos*: nesta, estão cobertos os quatro primeiros anos de sua missão; na próxima, os anos finais. A correspondência está bem preservada e apenas uma pequena parte, a dos ofícios reservados de 1847, está ilegível. A coleção apresentada é, em certa medida, original, pois, ainda que frequentemente citada pelos historiadores do período, não há publicação organizada sobre ela. De fato, a atividade de Silva Pontes não mereceu, até hoje, exame equivalente ao que se fez para Pimenta Bueno, Bellegarde e Carneiro Leão³. Talvez isto se explique pelo fato de que a realização maior da missão, a sua marca distintiva, a aliança que Pontes articulou com Urquiza para a guerra contra Oribe e Rosas, é conduzida, no final, por Honório Hermeto Carneiro Leão, que assume a legação em Montevidéu em outubro de 1851⁴. Apesar do incômodo com a chegada do futuro Marquês do Paraná, Silva Pontes continua no posto até 1852, quando é nomeado para chefia da missão em Buenos Aires. O fato de não ter comandado o desfecho de seu trabalho não tornam de menor

1 Sobre a França no período, ver: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

2 A expressão é de José Antonio Soares de Souza, autor de *A Vida do Visconde de Uruguai* (1944), onde reconheceu em Silva Pontes experiência política para a função, uma vez que fora deputado provincial por São Pedro do Rio Grande e presidente das províncias de Alagoas (1836-1838) e do Pará (1842-1843). Soares de Souza faz ainda observações interessantes sobre a personalidade do diplomata, que também exerceu função de desembargador. SOUZA, José Antonio Soares de. *A Vida do Visconde de Uruguai*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 255.

3 RIBEIRO, Pedro Freire. *A Missão Pimenta Bueno (1843-1847)*. Brasília: MRE, 1966; e SOUZA, José Antonio Soares de. *A Missão Bellegarde ao Paraguai (1848-1852)*. Brasília: MRE, 1966. Os dois livros foram publicados originalmente em 1966, pelo Ministério das Relações Exteriores. Em 2020, foram feitas edições fac-similares de ambos, pela FUNAG.

4 SOUZA, José Antonio Soares de. *Honório Hermeto no Rio da Prata (Missão Especial, 1851-1852)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

interesse historiográfico os seus ofícios⁵. Valem pela qualidade das informações que ele transmite sobre o período conturbado da história platina, mas sobretudo pelo que oferece de argumentos para o abandono da neutralidade que orientava a política externa brasileira no Prata. Não falta o pitoresco, quando relata a oferta, feita por químicos uruguaios ao Imperador, da patente de um método para livrar do cheiro e do sabor desagradável a aguardente de cana (of. nº 40, de 15 jul. 1848).

É preciso lembrar que a década de 1840 é um período de indefinições para a diplomacia brasileira – a maior delas é como lidar com Rosas – e o nosso enviado terá ideias a respeito, aliás próprias, firmes e bem argumentadas. Até a segunda designação de Paulino José Soares de Souza, em 1849, o Ministério dos Negócios Estrangeiros teve oito chefias, nem sempre de orientação convergente, fato que Silva Pontes anota com referências irônicas a instruções de “ex-ministros”. Talvez exatamente pela fluidez do momento, as informações da legação em Montevideú tivessem ganho peso único no repertório de informações com que contava a corte para definir as escolhas de política externa no Prata. Não por acaso, as questões uruguaias, algumas levantadas por Pontes, foram objeto de consulta ao Conselho de Estado⁶. E cabe lembrar que, ao longo do período, parte importante do diálogo acontece no Rio de Janeiro, onde permanecia o enviado uruguaio André Lamas⁷.

A correspondência de Silva Pontes lida com várias agendas que estão abertas, em fluxo, e se combinam. O ponto de partida é naturalmente a situação uruguaia, centrada na dúvida sobre como se reorganizará o sistema político, sob o domínio de Oribe ou do que se proclama o governo legal. Cerrito ou Montevideú⁸? A segunda agenda concentra-se nos processos de pacificação. Quando chega a Montevideú, o conflito entre blancos e colorados já durava seis anos e não parecia viável a perspectiva de solução pacífica através de negociações diretas entre as partes. Sobretudo pelo interesse econômico que

5 Ele não comanda o processo, mas é interlocutor permanente de Carneiro Leão e continua a manter, como encarregado de negócios, parte do diálogo com as autoridades uruguaias.

6 Ver, por exemplo, em 1845, as consultas de 3 de fevereiro e 23 de abril (sobre limites da neutralidade brasileira e política a adotar no Uruguai) e de 23 de dezembro; já em 1846, as de 26 de janeiro, 30 de janeiro, 15 de fevereiro (as duas últimas sobre a concessão de passaporte a Rivera), 7 e 14 de julho (sobre bens de brasileiros apreendidos); em 1847, a de 15 de janeiro (hipóteses relativas ao desfecho no conflito no Rio da Prata) e 3 de março (sobre a missão Abrantes) e 8 de maio (sobre política a adotar quando terminasse a intervenção anglo-francesa). Ver: REZEK, José Francisco. *Conselho de Estado, Consultas da Secção de Negócios Estrangeiros*, volume 1 (1842-1845) e 2 (1845-1848). Brasília: Centro de Documentação, Câmara dos Deputados, 1978.

7 Ver AHI 222/4/4, ofício nº 1, de 3 de janeiro de 1848, sobre a tentativa de Oribe de impugnar as credenciais de Lamas.

8 Oribe chefou o governo uruguaio até 1835, tendo sucedido a Rivera. Em 1839, renuncia e devolve o poder a Rivera. Ainda no mesmo ano, revolta-se contra o sucessor e alia-se a Rosas, por não se conformar com a posição subalterna. Inicia-se o que se chamou a Guerra Grande, que confronta os blancos de Oribe contra os Colorados de Rivera, que prossegue até 1851. Oribe controla parte do interior do país, acampando suas tropas na localidade de Cerrito, perto de Montevideú; Rivera e seus sucessores, a capital.

tinham na região, Inglaterra e França iniciam um esforço de pacificação⁹. Apoiados por forças navais e com o recurso de um bloqueio ao porto de Buenos Aires, enviados ingleses e franceses se sucedem, agindo em conjunto, em conversas com as partes, inclusive Rosas¹⁰. Uma terceira agenda é das relações entre brasileiros e uruguaios. Além do problema maior do apoio mútuo de grupos políticos uruguaios e brasileiros, surgem outras questões e um dos problemas é de que maneira o governo legal, tão enfraquecido, pode atender a reclamações e gestões sobre as violências que se fazem contra brasileiros (assassinatos inclusive) e seus pertences¹¹. Finalmente, existe uma preocupação constante com Rosas, cuja vocação expansionista era examinada por Pontes, sempre acentuando que era preciso detê-la. Silva Pontes informará sobre cada uma delas com diligência e cuidado. As informações se baseiam, sempre, em fontes confiáveis e são expostas com clareza. Sobre Rosas, como não tínhamos representação diplomática em Buenos Aires, Silva Pontes se encarrega de buscá-las com o cônsul que lá era mantido. Maneja bem o que é transmitido pela imprensa escrita e tem acesso continuado às autoridades uruguaias, além de outros personagens. Sabe descrever as lideranças uruguaias e tem retratos duros do comportamento de Rosas. Tem convicções firmes e não hesita em apresentá-las, sempre respeitosamente, quando discorda do que seria o pensamento da corte. É, assim, junto com Correa da Câmara, Duarte da Ponte Ribeiro, Almeida Vasconcellos e Pimenta Bueno, um dos construtores essenciais da diplomacia brasileira no Prata.

No marco das várias agendas, importa chamar atenção para uns poucos pontos.

Lopes Pontes vive em uma cidade sitiada, não por acaso chamada de a “Nova Tróia”, de futuro incerto, em vista da ameaça de que seja invadida pelas forças de Oribe. O tema da invasão iminente é recorrente e reforçado pelas dificuldades econômicas crescentes da cidade, com ameaças até de sublevação militar, pela falta de pagamento de soldos. Talvez, o sinal maior da fragilidade do governo de Montevideu seja o fato de que a resistência da capital ao assédio militar de Oribe é garantida por forças estrangeiras, ora regulares (dos países interventores), ora de grupos de emigrados, especialmente bascos. Até 1848, quando volta à Itália, Garibaldi (que não conta com a simpatia de Pontes) as comanda. As idas e vindas do processo militar são registradas, como as tentativas

9 No caso do Reino Unido, havia a responsabilidade pela independência do Uruguai, como determinava o Tratado de 1828. São inúmeras as missões especiais compostas por ingleses e franceses, como descritas em: CADY V. John. *Foreign Intervention in the Rio de La Plata, 1838-1850*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1929.

10 Há ofícios interessantes sobre a diplomacia do bloqueio, como o reservado AHI 222/4/3, nº 6, de 12 de abril de 1845.

11 Existe um problema paralelo quando os agravos acontecem em território dominado por Oribe, já que as reclamações poderiam significar um reconhecimento de seu governo. Ofício nº 9, de 1845.

de Rivera, o rival derrotado, de se contrapor a Oribe, até a derrota em 47 e o exílio no Brasil. (AHI 221/3/6, ofício nº 1, de 6 de janeiro de 1847). O tom dos ofícios é sempre pessimista, na medida em que as informações apontam para a superioridade de Oribe, especialmente pelo apoio argentino. A diplomacia se completa com as forças navais, estacionadas em frente a Montevidéu e comandadas pelo capitão de mar e guerra Pedro Ferreira de Oliveira, que desempenhariam papel fundamental caso a cidade caísse, sobretudo para retirar os brasileiros. São vários os ofícios de Pontes sobre o papel da força naval, a começar por indagar se seriam suficientes para enfrentar as consequências da derrota de Montevidéu. A hipótese de manter forças de desembarque é mencionada mais de uma vez (AHI 222/4/3, ofício reservado nº 3 de 24 de março de 1845). Três anos depois, a ameaça se aprofunda e Pontes chega a conjecturar sobre a melhor estratégia em caso de vitória de Oribe e eventual tentativa de invasão do Rio Grande do Sul (AHI 222/4/4, ofício reservado nº 36 de 25 de novembro de 1848).

O prolongamento do conflito afetava o interesse europeu pelo comércio na região e motivou a série de iniciativas pacificadoras de Inglaterra e França¹². Na pacificação, o Brasil não é protagonista, e sim os europeus, que, sempre em consulta com Rosas, na posição de avalista de Cerrito, enviam sucessivas missões especiais dedicadas exclusivamente a negociar a paz entre Oribe e o governo de Montevidéu. Entre 1845 e 48, são vários e, ainda que operassem “sob rigoroso segredo”, Pontes, graças a seus contatos, é capaz de indicar os movimentos de cada um deles, e mesmo os episódios paralelos, como a tentativa de um diplomata americano de interferir no processo para beneficiar Rosas (AHI 222/4/3, ofício reservado nº 2 de 15 de março de 1845). É notável o zelo de Pontes em obter informações sobre o movimento dos enviados europeus e um exemplo é o ofício de 1º de abril de 1848 que começa com um enfático “Estou desesperado...”. O desespero é que, por conta do mau tempo, não consegue ir a bordo dos navios que trouxeram Gros e Gore, os enviados europeus, para conversar com eles sobre uma nova tentativa de pacificação. Ainda assim, o ofício é primoroso na análise do movimento europeu.

Outro aspecto a assinalar é como Pontes analisa de que maneira a diplomacia europeia se vale da pressão militar, transformando as forças navais dos dois países em parte do processo. Um exemplo é a incursão pelo rio Paraná, em 1845, de uma frota militar, escoltando embarcações comerciais, e que resulta em choque com forças argentinas que são derrotadas na Batalha da Vuelta del

12 Sobre as considerações de política europeia que levam à ação conjunta e às diferenças que se manifestam gradualmente entre Inglaterra e França sobre o processo de intervenção, v. CADY, 1929, p. 133 e segs. Também: MCLEAN, D. *War, Diplomacy and Informal Empire: Britain and the Republics of La Plata*. Londres: British Academic Press, 1995. Ver também SOARES, Álvaro T. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021 (edição fac-similar). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Obligado. Apesar da abertura à força do rio, a iniciativa não tem consequências permanentes e Pontes anota, corretamente, que os enviados foram além das instruções das capitais, o que não era incomum, dado o tempo das comunicações entre as capitais europeias e Montevidéu. Apesar da derrota, a capacidade que Rosas demonstra de enfrentar os europeus é notável e constitui um dos fatores que explica porque a história das tentativas de pacificação é de fracassos em série. Rosas exigia sempre que seu aliado Oribe fosse de alguma maneira reconhecido como o presidente legal do Uruguai, o que não era aceito por Montevidéu.

Assim, o processo de pacificação mostra a influência decisiva de Rosas e, de outro lado, confirma a fragilidade intrínseca do Uruguai, cuja independência se tornara dependente de alguma assistência externa. Pontes é contundente nas descrições da deterioração do país, que chega a retratar como uma “nação sem nacionalidade”, tal é o peso dos estrangeiros na vida uruguaia. Hipóteses de que o país poderia se converter em um protetorado europeu aparecem nos ofícios. A fragilidade, como mostra a documentação, tinha consequências para os interventores e para nós. Qual seria o limite que França e Inglaterra estariam dispostas a pagar para garantir a independência do Uruguai? Até que ponto – é a segunda indagação – a independência de Montevidéu é um fator que impede que seus objetivos se realizem, especialmente o acesso livre ao comércio platino? A Rosas e Oribe não poderiam oferecer os mesmos resultados? Nisto, Brasil e os europeus afastam-se gradualmente. A independência do Uruguai tinha um outro valor para nós, além do comercial: valia como uma barreira geopolítica ao avanço rosista.

Pontes percebe cedo a diferença, quando nota, ainda em 1848, que, caso os ingleses se retirassem, sobraria à França a responsabilidade de subsidiar Montevidéu. Também percebe Pontes que, em algum momento, o Brasil teria que entrar no jogo e assumir a responsabilidade pela independência de Montevidéu, sendo que, para nós, era crucial que não estivesse nas mãos de um preposto de Rosas. Aliás, é constante a pressão uruguaia para que, em algum momento, o Brasil elevasse a sua presença no país, o que acaba acontecendo em 1849, quando assumimos o pagamento do subsídio francês, de forma discreta, já que foi Irineu Evangelista, o futuro Barão de Mauá, a realizar os pagamentos¹³.

A ligação do Brasil com a intervenção fez-se, também, por outro caminho. Apesar de pouco ou nada sermos consultados sobre as tentativas de pacificação e muito menos sobre o bloqueio, fomos responsabilizados, por Rosas e autoridades uruguaias, por provocar a intervenção estrangeira no Prata. A “acusação” era

13 Vale notar que parte do diálogo com Montevidéu será conduzido por André Lamas, que está no Brasil e em contato frequente com o Ministério. É ele um dos que propugna a aproximação com o Brasil como instrumento de proteção da independência de seu país.

de que os europeus foram instigados a vir ao Prata pela missão do Visconde de Abrantes a Londres e a Paris, ainda em 1844. Abrantes vai a Europa para gestões nas chancelarias da França e da Inglaterra sobre a pacificação dos conflitos regionais. O pretexto seria dar continuidade ao que se acordara no tratado de 1828, que selara a independência da Cisplatina, e atribuía à Inglaterra, ao Brasil e a Argentina, a responsabilidade por resguardá-la. A missão é um caso curioso na história diplomática do Brasil. Ainda que movida por motivos nobres (a pacificação) e realistas (éramos prejudicados com a guerra), os objetivos diplomáticos, definidos pelas instruções, não são precisos, e a missão é cercada de um certo segredo. Na verdade, o objetivo não é claro. Seria uma aliança o que propúnhamos aos europeus? Mas, para quê? Com quais instrumentos? Como se dividiria a responsabilidade da ação? Nada disso estava claro. Além disso, o sucesso da ideia era improvável, a começar porque a aliança estava sendo proposta a um país, a Inglaterra, com quem tínhamos conflitos sérios por conta do tráfico de escravizados. Outro problema é que o Brasil era visto como um instrumento de um legitimismo europeu que, justamente, transformava Rosas, ao combatê-lo (e vencê-lo como fez contra o bloqueio francês em 1840), em um herói sul-americano¹⁴. O fato é que a missão de Abrantes não tem resultados efetivos e nem mesmo nos coloca em posição de interlocutores privilegiados dos enviados europeus, que só se aproximam diplomaticamente do Brasil quando existe interesse real a obter. Apesar disso, a viagem de Abrantes é frequentemente usada contra nós e são várias as explicações que a diplomacia imperial oferece para dizer que o objetivo não era exatamente o da intervenção.

São fundamentais as informações de Silva Pontes para compreender os movimentos da geopolítica do Prata e de nosso papel na região. Praticamente, a leitura de cada ofício deve interessar a quem pesquisa a história da região. Para ficar com o essencial de suas ideias, talvez se possa dizer que ele percebe que o conflito uruguaio se tornara, para usar um conceito moderno, uma *proxy war*, com características próprias. Era fácil identificar o patrono de Oribe, afinal, havia uma aliança explícita com Rosas que sustentava a resistência de Cerrito e, mais do que isso, ditava os termos da paz possível ou, melhor, que tornava impossível a paz. Pontes mostra, com clareza, que a hegemonia sobre o Uruguai teria consequências para o equilíbrio regional, podendo funcionar como ponto de apoio para o expansionismo rosista, que nos afetaria diretamente, pelo controle da navegação no Prata, pela ameaça que representaria à independência

14 É curioso que, quando confrontado com o problema, Silva Pontes não está seguro sobre a missão Abrantes. Ver em AHI 222/4/3 ofício nº 21, de 16 de agosto de 1845. Os esclarecimentos no sentido de que não tínhamos provocado a intervenção chegam por aviso circular de setembro, conforme indica o ofício nº 39 de 1845. Em 23 de julho de 1846, pelo ofício reservado nº 17, Silva Pontes volta ao assunto quando o jornal *El Comercio del Plata* publica documento do próprio Abrantes sobre a sua missão.

do Paraguai e mesmo à província de São Pedro. Na visão de Rosas, o Império tinha bases frágeis e, do momento que tropas argentinas entrassem no Brasil, o império ruiria como “um castelo de cartas”. Como Pontes assinala, praticamente desde os primeiros meses em Montevidéu, nós éramos o adversário natural ao plano expansionista. A neutralidade nos colocaria, contudo, equidistantes de Oribe e Montevidéu e, portanto, desconsiderando que o passo inicial do avanço de Rosas era o controle do Uruguai. Pontes cumpre as instruções, mas, como observa Soares de Souza, era impossível para o nosso enviado, e quem vivesse na cidade, ficar “neutro” diante da guerra, sobretudo na percepção de Pontes, que via na fragilidade de Montevidéu uma ameaça ao Brasil. É verdade que Montevidéu lutava em nome próprio; não tinha um patrocínio, como ocorria com Cerrito. Mas, ao mesmo tempo, dependia de forças estrangeiras para se manter e a solução de independência que representava era a que valia para as potências europeias e, no entender de Pontes, também para o Brasil. Até mais para o Brasil, já que, para os europeus, acordos com Rosas, condicionados a vantagens comerciais e livre navegação, seriam suficientes. Para o Brasil, não. A ameaça era maior, e maior deveria ser o engajamento. E esse seria o argumento fundamental de Pontes que, afinal, prevalece.

E passemos a Roma.

Entre 1935 e 1942, a soma dos ofícios e telegramas com que lida a Embaixada em Roma alcança mais de 2.200 expedientes, obrigando a uma seleção criteriosa das transcrições a seguir apresentadas. Apesar de limitada, será, creio, suficiente para indicar como diplomatas brasileiros informaram sobre as etapas principais da evolução da política externa italiana e as questões do relacionamento bilateral entre Brasil e Itália. Para completar a documentação, foi reproduzida no link <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/pesquisas-complementares> a coletânea do “Mês Político” produzido pela embaixada em Roma entre outubro de 1938 a janeiro de 1942. O “Mês Político” foi instituído pela Circular nº 1.120 de maio de 1937, pelo qual os chefes de postos deveriam enviar, a cada mês, um resumo do que acontecera de mais significativo no país que representava. Lidos em conjunto, constituem um valioso instrumento para compreender o trabalho de um posto diplomático. Cabe mencionar que, no período, a embaixada teve três chefias plenas e três encarregaturas. Em 35, até agosto, esteve à sua frente, o ministro José Roberto de Macedo Soares; seguem, como encarregado de negócios, o ministro Silvío Rangel de Castro (agosto a novembro de 1935); o embaixador Guerra Duval (novembro de 1935 a janeiro de 1939); o ministro Adriano de Sousa Quartim (janeiro a abril de 1939); o embaixador Pedro Leão Veloso (abril de 1939 a janeiro de 1941); e, finalmente, como encarregado de negócios, o ministro Muniz-Gordilho (de fevereiro de 1941 até o fechamento da embaixada, em

outubro de 1942). Da leitura da documentação, chama imediata atenção o evidente prestígio da embaixada. São frequentes os encontros com as altas autoridades italianas, inclusive vários com Mussolini. Leão Veloso tem reuniões frequentes com o ministro do Exterior, Galeazzo Ciano, genro de Mussolini, que ocorrem mesmo em momentos delicados, como nas duas conversas sobre a passagem de Sumner Welles, enviado de Roosevelt para uma última tentativa de conciliação na Europa, em 1940. O acesso de nossos representantes mostra a singularidade do relacionamento ítalo-brasileiro no quadro europeu, talvez equivalente somente ao que tínhamos com Portugal.

Na correspondência, como seria natural, Mussolini aparece como o personagem central da vida italiana, quem a conduz (o *Duce*) em todos os sentidos. Da leitura, fica-se com a impressão que compreender a Itália é essencialmente o que pensa e o que faz o *Duce*, impressão reforçada na medida em que Rangel de Castro e, em grau menor, Guerra Duval são admiradores entusiastas de Mussolini. Para os dois, todos os seus gestos têm sinais positivos: sua presença empolga e une o povo (“gênio condutor de homens”). E admite Castro, pode confundir a informação diplomática¹⁵. Aceitam o discurso da exaltação das glórias militares e do espírito guerreiro como instrumento de afirmação da nacionalidade, e acreditam no papel chave da Itália para o equilíbrio de poder na Europa. Não esquecem a eficiência do governo que, como se dizia, dera ordem à Itália: os trens agora obedeciam aos horários. Um dos argumentos do autoritarismo era de que a democracia tolhia o melhor rendimento da máquina administrativa¹⁶. Talvez seja estranho tanto entusiasmo em ofícios de diplomatas brasileiros dos anos 30, normalmente cuidadosos, quase sempre ciosos de separar opiniões pessoais e avaliações políticas¹⁷. Creio que, em parte, a explicação estaria no fascínio mesmo exercido pelas virtudes oratórias de Mussolini, que cria um modelo de comportamento político em que a chave é o espetáculo de “falar para as massas”, colocá-las a seu lado, dirigi-las como o primeiro instrumento de legitimidade e poder. A face teatral do carisma, a mais visível, era a que preferiam ver os diplomatas. Há muito debate sobre o que significa o fascismo como ideologia, mas talvez algum consenso no que significou como estilo de governar. O *Duce* inaugura o populismo mobilizador e, não por acaso, será o modelo do gestual para

15 A admiração fica patente nas expressões de Rangel de Castro, “A personalidade deveras fascinante do Sr. Mussolini domina completamente pelo seu incomparável dinamismo e pela sedução de sua inteligência e de seu verbo; os diplomatas arriscam, talvez, a perder o próprio senso da realidade...” AHI 41/3/12, ofício nº 323, de 31 de out. de 1935.

16 “É talvez a eficiência da máquina administrativa do regime que impressiona contraditoriamente certos governos europeus, aos quais o inegável desgaste democrático tolhe o seu melhor rendimento”. AHI 41/3/13, ofício nº 25 de 4 de fevereiro de 1936.

17 Outro exemplo de irrestrita admiração é encontrado nos ofícios de Lisboa sobre Salazar. Ver *Cadernos do CHDD*, ano XVIII, nº 34, 1º semestre de 2019.

Hitler. Diga-se, de passagem, que o entusiasmo de nossos diplomatas não é uma atitude isolada. Foi compartilhada por Churchill, Roosevelt e boa parte da elite europeia. No mesmo período, os ofícios do embaixador americano são parentes próximos dos nossos¹⁸.

A aprovação de Mussolini, aos olhos de hoje, tem aspectos inesperados. No ofício que inaugura a série, Macedo Soares registra os “entusiastas” que tinham proposto a candidatura de Mussolini, que costumava exaltar as virtudes da guerra, ao prêmio Nobel da Paz (a anotação revelava uma curiosa vinculação, pois a candidatura do italiano poderia afetar o pleito de Afrânio Melo Franco)¹⁹. No caso brasileiro, os elogios ao *Duce* também se explicariam pelas afinidades que, aparentemente, existiriam entre o integralismo brasileiro e o fascismo italiano, havendo indicações de que a embaixada italiana aqui tinha ligações com a Ação Integralista Brasileira (AIB) (que não passavam pelo canal diplomático brasileiro)²⁰. Com Leão Veloso, a percepção muda gradualmente. As dificuldades internas, sobretudo econômicas, começam a afetar o prestígio de Mussolini e os movimentos, sempre complexos no tabuleiro europeu, não oferecem conquistas mobilizadoras, como foi a da Etiópia. Pouco a pouco, a dissonância entre o discurso fascista e a realidade italiana se torna clara, e Leão Veloso o assinala com precisão²¹. Um dos aspectos interessantes da documentação é justamente acompanhar de que maneira se apaga a força do carisma mussoliniano que, ao final, se assentava em bases frágeis.

Uma das consequências da percepção entusiasmada foi a atitude de Rangel de Castro e de Guerra Duval ao endossar, sem hesitar, o projeto fascista de conquista da Etiópia (“o grandioso plano da Civilização da Abíssinia” – AHI 41/3/13, ofício nº 107, 19 de julho de 1936). Aceitam a ideia de uma ressurreição tardia do Império Romano e aplaudem o eurocentrismo e a

18 MAYERS, David. *FDR's Ambassadors and the Diplomacy of Crisis*. Cambridge University Press, 2012, p. 67-91.

19 Afinal atribuído a Saavedra Lamas, em 1936, pela mediação na guerra do Chaco e pela obra de jurista do diplomata pela paz nas Américas.

20 SEITENFUS, R. *O Brasil Vai à Guerra*. Barueri: Editora Manole, 2003, p. 44-53. Seitenfus, com base na documentação italiana, mostra que as relações não foram de apoio irrestrito e, apesar das tentativas da AIB de aproximação e de obtenção de recursos (e até armas), havia uma distância entre os dois autoritarismos. Para o fascismo, falta ao integralismo o “espírito de combate” e o ultranacionalismo de Plínio Salgado “não respeitaria os direitos das colônias italiana, alemã ou polonesa”.

21 A crise moral que atravessa a Itália caracteriza-se pela perda de fé no regime e no seu chefe. O país vivia há dezessete anos desse engano. Todas as aparências pareciam dar-lhe razão. Primeiramente, uma propaganda intensa e constante havia incutido no espírito do público a noção da infalibilidade do fascismo e do *Duce*; dos méritos sem precedentes do seu governo; do preparo militar da nação e, por esse motivo, do êxito de sua política. Os fatos, de resto, durante os anos passados, deram razão a essa confiança. Por conseguinte, suportava-se o regime com dureza a sacrifício; suportava-se a sua política econômica e financeira; suportava-se a sua sobrecarga de impostos, mas se desculpava tudo, pensando que Mussolini estava realizando o destino da Itália. De repente, o povo verifica a sua profunda ilusão. Não ficava de pé sequer o mito da eficiência militar da nação. Não é de admirar, à vista disso, o seu estado de desânimo, sobretudo quando ele considera que a Itália poderia não ter intervindo na guerra, porque não estava obrigada, e o fizera contra a vontade geral. Ofício nº 1, de 1941.

superioridade racial como fundamento ideológico para a incursão africana do fascismo. Não discutem o argumento fascista de que a Itália tinha direito de retaliar a derrota contra forças etíopes em Ádua, em 1895, além de obter recompensas por ter sido injustiçada em Versalhes. Invadir a Etiópia era uma oportunidade de fazer “justiça histórica”. À semelhança das potências europeias, o expansionismo não é uma novidade na história italiana, que, ainda no período liberal, conquistara o controle da Líbia, da Eritreia e de parte da Somália. A novidade era o elo entre o autoritarismo mobilizador e o empreendimento colonial.

Na mesma linha, a embaixada desconsidera as decisões da Liga de impor sanções a Itália, mas, neste caso, apesar da retórica excessiva e argumentos de cunho racista²², a análise que a embaixada faz da fragilidade da Liga é realista e precisa. As sanções à Itália, ainda que aprovadas pelo Conselho e apoiadas especialmente pela Inglaterra, tinha remotíssima possibilidade de parar a incursão italiana, como não haviam parado o Japão na Manchúria. O custo político da desobediência à Liga era baixo. O histórico discurso de Selassie de defesa da soberania etíope, com denúncias dos métodos de guerra italiana, inclusive com o uso de armas químicas, foi argumento adicional para aprovar sanções, não para efetivá-las e muito menos para reverter a invasão. Entre as sanções e a sua efetividade, entraram os interesses e o jogo de poder. De Selassie, ficou sua proclamação, – “preferível morrer livre do que *[sic]* viver como escravo” –, e uma antecipação do que viria a ser, anos adiante, a afirmação da independência e da constituição das soberanias africanas. Também realista é a análise de Guerra Duval quando diz, em março de 1936 (AHI 41/3/13, ofício reservado nº 43, 25 de março de 1936), falando sobre as consequências da crise etíope,

[...] a guerra (na Europa) foi transferida. A política de todas as chamadas Grandes Potências é ganhar tempo sobre o futuro, não só para se apresentarem mais preparadas e apetrechadas, quando explodir o conflito, como também na esperança de aproveitar os dias e as horas, tal qual antes de 1914, para constituir agrupamentos de forças e interesses que se escorem uns aos outros, quando suceder a catástrofe.

Como consequência da intervenção na Abissínia, a Itália afasta-se da França e da Inglaterra, países que, até então, imaginavam constituir alternativa possível para conter a Alemanha²³. Os movimentos italianos em direção à Alemanha, apesar do conflito virtual sobre quem teria hegemonia sobre a

22 “... não se pode aplicar a uma questão colonial os textos rígidos do Pacto, feito para povos civilizados, certos princípios jurídicos, demasiado teóricos, frios, ao conflito na África...” AHI 41/3/12, ofício nº 259, 21 ago. 1935.

23 A determinação do lugar da Itália na geopolítica europeia é assinalada, com clareza, ainda em 1936, por Guerra Duval, no ofício nº 25. Na base da premissa de que “a autoridade unipessoal do *Duce* levará a Itália no caminho que lhe aprouver”. E anota a possibilidade de que, como repulsa do embargo da Liga, “a Itália acentuará a sua aproximação com a Alemanha, e quiçá ao Japão [...]”. Menciona também hipótese de que a Itália seria o elemento perturbador da paz na Europa e o Reino Unido teria que, como fez antes, intervir para assegurar

Europa Central, são observados positivamente por Guerra Duval, que não levanta nenhuma questão ao avanço nazista sobre a Áustria. Nem a inclinação antissemita do fascismo abalaria suas convicções, ainda que não as aprove de forma direta. Quando estudiosos fascistas lançam, em setembro de 1938, o seu manifesto racial, que defende a ideia de um “tipo itálico como tipo espiritual de base biológica”, de corte claramente antissemita, o embaixador pede a um secretário que o analise, de forma objetiva, e envia o relatório como anexo a um ofício. Já o secretário, ao concluir, aprova o manifesto, toma-o mesmo como um exemplo para o Brasil...²⁴

Outro elemento a levar em conta no processo de polarização são as consequências da guerra civil espanhola. A dicotomia democracia-autoritarismo se instala e a Itália não hesita na escolha do lado em que fica. O impulso mobilizador do fascismo ainda pôde ser manipulado durante a Guerra Civil Espanhola, agora sob bandeira da luta anticomunista. A Itália que tinha sido, em 1924, o primeiro país a reconhecer a URSS e tinha relações regulares com Moscou, oferece, com os alemães, apoio militar às forças de Franco, em intervenção que começa com um fracasso militar em Guadalajara. Na Espanha, Mussolini assume, plenamente, o anticomunismo como componente ideológico da política externa.

O processo não é linear. Na verdade, os ofícios, desde os primeiros da série, mostram que as ambições de potência da Itália requeriam uma certa liberdade de manobra, que lhe permitisse conter as ameaças potenciais alemãs, seja no Mediterrâneo, seja na Europa Central. No jogo, não está prescrito um papel para a França e a Inglaterra, ou, de outro lado, a Alemanha. Variará no ambiente fluido das relações intraeuropeias. Não seria obrigatória a aliança com o nazismo, que se impõe na medida em que as soluções realistas são substituídas pelas imposições ideológicas. Em 1936, Duval dizia que a aliança com a Alemanha seria um *pis-aller* e natural seria a recomposição do Pacto de Stresa. Também se sabe da resistência de Ciano à aliança com o nazismo. Porém, desde 1936, acontecem movimentos de aproximação.

Em 1939, é clara a consciência da vulnerabilidade italiana e o jogo de poder, a ideia de que a Itália poderia ser uma patrocinadora da paz europeia sai do mapa e, junto, um dos instrumentos do país para se afirmar como potência (AHI 41/3/13, ofício reservado nº 299, 9 de setembro de 1939). Em um último gesto de potência, em setembro de 1939, invade a Albânia, que se torna um protetorado italiano, mas fracassa, pouco depois, quando tenta

o equilíbrio, ao mesmo tempo em que menciona atitude cautelosa do Reino Unido que parecia não querer agravar o conflito.

24 O secretário Jorge Latour, autor dos comentários, chega a se apresentar a Ciano como representante do integralismo em Roma, o que aparentemente não era. Ver SEITENFUS, *op. cit.*, p. 51, 331 e 335.

um movimento similar na Grécia, quando são tropas alemãs que socorrem e resgatam as italianas (AHI 41/4/9, ofício reservado nº 317, 3 de dezembro de 1940). Não pode reagir ao *Anschluss*, como fizera anos antes. Apesar das exaltações de Mussolini aos valores militares, a Itália mantém a neutralidade o quanto pode, mas perde o controle de sua presença no cenário europeu. Em janeiro de 40 (AHI 41/7/7, ofício reservado nº 47, 31 de janeiro de 1940), Leão Veloso cita um colega: “a situação da Itália, só Deus sabe qual é...”

Um dos problemas da aliança com Hitler é a distância de poder entre os dois países. Hitler pouco compartilha de seus planos com o *Duce*, que é surpreendido pelo pacto com a URSS, o Ribbentrop-Molotov. Um dos aspectos interessantes da série é a descrição dos encontros que Mussolini e Ciano têm com Hitler e Ribbentrop, obtidos, em regra, de narrativas de fontes italianas, às vezes do próprio Ciano. Além do encurtamento de opções diplomáticas, o poder de Mussolini se enfraquece com a deterioração da situação interna, com a imposição de racionamento e alta de preços. Sem vitórias militares a mobilizar a população, a contestação interna de vários setores abala o prestígio de Mussolini (AHI 41/3/13, ofício reservado nº 299, 9 de setembro de 1939). A decadência do fascismo, nos planos internacional e interno, é descrita com precisão por Leão Veloso, que, depois que começa a guerra europeia, encabeça o “Mês político”, com o esclarecimento de que foi redigido pelo chefe do posto. A linguagem dos ofícios é mais sóbria, os comentários, mais objetivos.

As relações ítalo-brasileiras são, como assinalei, únicas no cenário europeu e permitiram aos nossos representantes um acesso privilegiado às autoridades italianas, inclusive o *Duce*. Seu genro, Ciano, tinha servido na embaixada no Rio e sua mulher, Edda, visitou o Brasil em 1939 (manifestara “ardente entusiasmo pelo Brasil”, comentava Welles em conversa com Leão Velloso, AHI 41/4/8, ofício reservado nº 117, 23 de março de 1940). Tinham o alicerce dos emigrantes italianos que, naquele momento, chegavam a mais de 300 mil e, como prova da proximidade, por um breve período assumimos a defesa dos interesses italianos em Londres. O próprio Mussolini prestigia a inauguração de uma associação de amizade ítalo-brasileira. Questões econômicas aparecem, como a do mercado de café e a da venda de produtos industriais (é especialmente interessante o AHI 41/4/5, ofício reservado nº 181, 12 de junho de 1939), inclusive militares (fomos compradores de submarinos italianos). Alguns assuntos pessoais com ingredientes políticos entraram na agenda. Um deles foi o asilo do capitão Severo Fournier, um dos líderes do levante integralista, na embaixada da Itália. Outro problema, menor sem dúvida, foi o de Antonio Corrado Limongi, um cidadão de dupla nacionalidade que, com base em mero pedido da embaixada da Itália à polícia, é expulso do Brasil. É curioso ver o contraste da atitude dos dois embaixadores que trataram do problema, Guerra

Duval (AHI 41/3/13, ofício reservado nº 289, 19 de dezembro de 1938) e Leão Velloso (AHI 41/4/9, ofício reservado nº 315, 28 de novembro de 1940).

Nas relações bilaterais, de cunho diplomático, há dois assuntos que merecem menção. No caso da Abíssínia, com os devidos agradecimentos dos italianos, não adotamos sanções, já que não éramos mais membros da Liga. Declaramos neutralidade na guerra, mas é importante sublinhar que não reconhecemos a conquista italiana na África, com base na tradição brasileira, expressa nas Constituições de 1891 e 1934, de proibir as guerras de conquista (a proibição desaparece na de 1937)²⁵. Além do argumento jurídico, uma razão possível terá sido a cautela brasileira diante de incursões do imperialismo europeu, que ainda se manifesta em episódios na passagem do século XIX, como a invasão da ilha de Trindade pela Inglaterra ou no Caso Panther, além dos temores que causavam às colônias italiana e alemã no Sul. Talvez se pudesse especular ainda que o entusiasmo dos diplomatas Rangel de Castro e Guerra Duval pelo fascismo não corresponderia à atitude da chancelaria. E, certamente, não era do estilo de Getúlio Vargas, que pautou pelo cálculo político a relação com a AIB. O não reconhecimento da conquista, ainda que não tenha afetado significativamente as relações bilaterais, mostra a importância do recurso aos princípios da tradição diplomática como fundamento importante para, em situações políticas, resguardar claramente interesses e valores brasileiros.

O outro interesse italiano, aliás compartilhado com a Alemanha e o Japão, era o de evitar que nos alinhássemos com os americanos e, para isso, fizeram gestões e, mais do que isso, chegaram a instar para que constituíssemos uma frente anti-Eixo, nas reuniões da Conferência Pan-Americana de 1942. Naturalmente, sem muito efeito, embora a frente pan-americana não se tenha constituído, em virtude da neutralidade argentina.

Finalmente, com a declaração de guerra e o rompimento de relações, a atitude dos italianos em relação a nossos diplomatas, à diferença do que ocorreu na Alemanha ou no Japão, foi correta e baseada na reciprocidade. Portugal assumiu a defesa dos nossos interesses e a saída do então encarregado Muniz Gordilho deu-se sem maiores atropelos.

Gelson Fonseca Junior
Diretor do CHDD

25 CHRISTÓFOLO, J. E. *Os Princípios Constitucionais de Relações Internacionais no Constitucionalismo Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2019, p. 102.

APRESENTAÇÃO MONTEVIDÉU

Entre neutralidade e intervenção: Dilemas da política externa brasileira no Prata (1845-1848)

MILLENA GONÇALVES MONTEIRO²⁶

A segunda metade da década de 1840 foi um período de transição da política imperial no Prata. O aumento dos atritos com Juan Manuel Rosas, que se projetavam sobre o conflito no Uruguai, agravando-o e atraindo potências europeias sob o pretexto de promover a pacificação, tornavam cada vez mais imediata a necessidade de uma atitude ativa do Brasil na região. Com o desfecho da Revolução Farroupilha, o Império ganhou segurança para abandonar a neutralidade e iniciar uma diplomacia de perfil elevado. Esse processo, que culminou em 1852 com a queda de Rosas, coincide com a missão Rodrigo de Souza da Silva Pontes em Montevidéu. A correspondência aqui selecionada abrange o período de 1845 a 1848, ficando para o próximo número a parte final.

Nascido na Bahia, em 1799, Silva Pontes teve formação em Coimbra, exerceu a função de desembargador no Maranhão, foi deputado provincial da primeira legislatura do Rio Grande do Sul e sócio-fundador do IHGB. Como diplomata, foi designado encarregado de negócios em Montevidéu, assumindo em seguida a chefia da missão em Buenos Aires, como sinal de reconhecimento de seu desempenho em um momento desafiador da diplomacia imperial. Em funções, faleceu na capital argentina, em 1855.

²⁶ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense e estagiária do CHDD/FUNAG.

Chegou a Montevideu em janeiro de 1845. A cidade estava sitiada, em consequência do longo conflito que passou à história como a Guerra Grande, iniciada em 1839 e que só terminaria em 1851, opondo os partidos uruguaios formados após a independência²⁷. Finda a Guerra da Cisplatina em 1828, Fructuoso Rivera tornou-se o primeiro presidente da República Oriental do Uruguai. Apoiou, para sucedê-lo, outro herói da luta pela independência, Manuel Oribe. No entanto, a aliança não perdurou e, na disputa pelo controle político do país, Oribe buscou o apoio de Juan Manuel Rosas, dando início à guerra civil²⁸. Entrincheirado na capital, manteve-se Rivera, líder dos colorados, aliado dos unitários argentinos que se opunham a Rosas. Controlando o resto do país com o apoio dos federalistas comandados pelo governador de Buenos Aires, o dirigente blanco Oribe estabeleceu, em fevereiro de 1843, o cerco a Montevideu e manteve seu quartel-general na localidade de Cerrito.

A consolidação do poder de Rosas como líder da Confederação Argentina levou-o a adotar uma política regional agressiva que colocou os blancos em posição favorável para dominar politicamente o Estado Oriental, sem que se dissolvesse, contudo, a ameaça argentina à independência do país, em vista das ambições rosistas de recriar o Vice-Reino do Rio da Prata²⁹. De outro lado, as atitudes autoritárias de Rosas e o impulso para controlar a navegação no Prata afetavam os interesses comerciais estrangeiros na região e, no caso do Brasil, criariam ainda obstáculos para o acesso às províncias interiores. Alegando a proteção de seus súditos e motivados pela disputa por mercados e interesses estratégicos, França e Grã-Bretanha iniciaram as intervenções com sucessivos bloqueios entre 1838 e 1850³⁰.

Após a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o Brasil adotou uma postura de neutralidade frente às disputas regionais, em parte determinada pela instabilidade interna causada pelas rebeliões que ameaçavam a integridade territorial. Em 1843, o governo imperial buscou o apoio de Rosas contra a aliança dos colorados uruguaios com os farrapos rio-grandenses. Negociado por um representante de Rosas no Rio de Janeiro, o acordo bilateral foi ratificado pelo Imperador e enviado a Buenos Aires. Rosas, porém, não o aceitou, pois na medida que fortalecia a sua posição política na Argentina e Oribe avançava no Uruguai, o apoio brasileiro perdia interesse estratégico. A tentativa malograda foi seguida por uma política cautelosa e, paralelamente, teve como consequência, na corte, a percepção crescente de que Rosas, representante do caudilhismo bárbaro, era

27 Ver *Cadernos do CHDD*, ano XVII, nº 33, 2º sem. 2018, p. 15-18; ano XVIII, nº 34, 1º sem., p. 13-27.

28 Ver SOUZA, J.A.S. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico: reações e transações*. 9 ed. Rio de Janeiro, 2013, t. 2, v. 5, p. 140-161.

29 Composto por territórios atualmente pertencentes a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

30 SOUZA, *op. cit.*, p. 431.

“a grande antítese do Império”³¹. Seguem-se então iniciativas que oscilavam entre uma neutralidade menos passiva e uma entrada efetiva no processo da geopolítica regional, de que são exemplos o reconhecimento da independência paraguaia, o esforço para articular uma aliança com o presidente Carlos Antonio López³² e a Missão Abrantes. Em 1843, o Visconde de Abrantes foi enviado à Europa para realizar negociações de um tratado de comércio com o *Zollverein*³³ alemão e sondar os governos da Grã-Bretanha e França sobre a ideia de uma intervenção conjunta no Prata. A proposta foi rejeitada devido aos impasses diplomáticos entre Brasil e Grã-Bretanha sobre o tráfico de escravizados e a preferência dos europeus por agir por conta própria³⁴. Nesse período, a política externa imperial para ampliar a presença no Prata não teve sucesso. Assim, quando se iniciou a intervenção anglo-francesa em agosto de 1845, o Império manteve-se como observador passivo da ação das potências estrangeiras, como anota Cesar Barrio: “mesmo assim, os riscos da queda de Montevidéu e de um conflito entre o Brasil e a Confederação Argentina ficaram suspensos e o Governo Imperial pôde retomar a Neutralidade”³⁵.

A atitude do Império quando Silva Pontes chega a Montevidéu é, portanto, de uma firme neutralidade, como indicam as instruções de 10 de fevereiro de 1845. Elaboradas pelo ministro Ernesto Ferreira França, inserem-se no contexto do iminente bloqueio dos portos de Montevidéu pelas forças de Rosas³⁶. Respondendo a uma consulta de Silva Pontes, recomendava que a atuação brasileira se limitasse à proteção dos súditos e propriedades brasileiras, bem como à condução de brasileiros que desejassem retornar ao Império, temendo pela segurança. Em caso de risco de perda da independência de Montevidéu, o encarregado de negócios deveria limitar-se a fazer reclamações e aguardar a deliberação do governo imperial sobre outras medidas. O ministro determinava que o emprego da força deveria ser deliberado apenas em último caso, quando não houvesse mais recursos eficazes, e sob circunstâncias gravíssimas, para que o governo imperial não tomasse parte na guerra em curso. Em outras palavras, naquele momento, a corte do Rio de Janeiro não manifestava ostensivamente

31 BARRIO, Cesar. *O Império do Brasil e a Política de Intervenção No Rio da Prata (1843-1865)*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 432.

32 Ver *Cadernos do CHDD*, ano XIX, nº 36, 1º sem. 2020, p. 21-31.

33 União aduaneira entre os vários Estados alemães – Prússia, Nassau, Württemberg, Baviera, Saxônia e os Estados da Turíngia – com a abolição de todas as tarifas e pedágios, sob um sistema comercial e alfandegário comum para a futura Alemanha. Essa medida acelerou o desenvolvimento capitalista na região e foi um dos fatores decisivos para a unificação política em 1871. Fonte: SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

34 BARRIO, *op. cit.*, p. 202.

35 *Ibid.*, p. 202-203.

36 *Cadernos do CHDD*, ano IX, nº 17, 2º sem. 2010, p. 138.

preferências entre blancos e colorados. O objetivo era manter-se distante do conflito.

A orientação seria reafirmada em outros despachos. Em 17 de junho de 1845, Antônio Paulino Limpo de Abreu, então ministro dos Negócios Estrangeiros, instruiu Rodrigo da Silva Pontes a agir em concordância com a conduta dos representantes da França e da Inglaterra³⁷. Entretanto, assinalou que as atitudes desses governos nos negócios do Prata poderiam levá-los a atos contrários aos princípios de neutralidade que o governo imperial desejava observar; nesses casos, reforçava que o encarregado deveria ater-se às suas orientações iniciais. Tal posição foi corroborada pelo ministro Bento da Silva Lisboa no relatório apresentado em 1847, referente ao ano anterior: “o Brasil ainda mantém a política de neutralidade que se tem proposto guardar na questão entre as duas repúblicas do Prata”³⁸.

A neutralidade não era, evidentemente, a atitude que o governo de Montevidéu desejava que a diplomacia brasileira adotasse. A correspondência expõe a demanda do governo uruguaio por mobilizações das forças marítimas brasileiras em defesa de Montevidéu em caso de invasão pelas forças de Oribe, como Silva Pontes relata em diversas ocasiões³⁹. Logo depois de sua chegada, e ainda no contexto da ameaça do bloqueio de Rosas a portos uruguaios, o ministro de Relações Exteriores uruguaio Santiago Vázquez, em comunicação ao encarregado de negócios, argumentava que a conservação da cidade seria de sumo interesse do gabinete imperial e de suas futuras operações, uma vez que o bloqueio desse porto precederia a perda da capital ou o agravamento da crise. O governo de Montevidéu afirmava conhecer a política, as intenções e os atos do gabinete imperial, a linguagem e a conduta do governador Rosas a respeito do império brasileiro, e sobretudo, tinha ciência do interesse brasileiro em não permitir que “aquele vizinho, seu natural inimigo, se apodere do Estado Oriental”⁴⁰. Os uruguaios, pela voz de Vázquez, afirmavam que a neutralidade não servia aos interesses brasileiros, tese que Silva Pontes gradualmente passaria a adotar em suas comunicações com o Império.

As pressões para a intervenção brasileira são relatadas no ofício de 16 de agosto de 1845, em que Silva Pontes resume o discurso do ministro de Relações Exteriores à Assembleia Geral Legislativa da República. Desta vez, o ministro argumentava que havia sido do Brasil a iniciativa de convidar a França e a Inglaterra para restituírem juntos a paz nas repúblicas do Rio da Prata. No mês

37 *Cadernos do CHDD*, ano IX, nº 17, 2º sem. 2010, p. 158.

38 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do ano de 1846 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª legislatura*. Rio de Janeiro, 1847, p. 13.

39 Ver. p. ex., AHI 222/4/3, ofício reservado nº 2 de 15 de março de 1845, e ofício reservado nº 3 de 24 de março de 1845.

40 AHI 222/4/3. Anexo 1. Ofício reservado de 24 de março de 1845.

anterior, o *Comercio del Plata* já havia publicado um *memorandum* do Marquês de Abrantes sobre os encontros que teve com *Lord Aberdeen* e *François Guizot*, ministros dos Negócios Estrangeiros em Londres e Paris, respectivamente, e que teriam provocado a intervenção dos países europeus no Rio da Prata⁴¹. Para responder às alegações e baseando-se nas instruções que explicavam o sentido da missão, Pontes se encontrou com Vázquez e apontou que a mediação ou intervenção no Prata “não foi o fim, nem o resultado da Missão Abrantes”, afirmativa replicada pelo ministro uruguaio, que dizia “que está cabalmente instruído de quanto sobre o assunto se passou em Londres e Paris; que as proposições do Visconde de Abrantes podem ser classificadas de convite; que disto está tão certo que nenhum receio tem de que o contradigam na corte do Rio de Janeiro”⁴². Na mesma ocasião, Santiago Vázquez demonstrou nutrir fortes esperanças de que o governo imperial tomasse parte nos negócios da intervenção, uma prova de que mesmo após comunicações com Silva Pontes, “ele e todos estão hoje persuadidos de que, sem a cooperação do Brasil no caso de resistência da parte de Rosas, a tarefa que tomaram sobre si a França e a Inglaterra é longa, difícil e, talvez, impossível de levar ao cabo”⁴³. Como se vê da correspondência dos primeiros meses de Silva Pontes, sua missão não seria simples.

A insistência uruguaia em obter a ajuda brasileira revelava a frágil autonomia do Estado Oriental, que Silva Pontes diagnosticava de vários ângulos, como em ofício que a examina tomando em consideração o quadro da intervenção estrangeira e as disputas internas em Montevideu por conta das ações de Rivera. Em sua avaliação, além de expelir Rosas, Oribe e Rivera da região, França e Inglaterra deveriam achar um meio de conservar a ação permanente sobre estes povos, uma vez que havia outros caudilhos na região que disputariam o poder. Por isso, acreditava na possibilidade da criação de um protetorado ou governo próprio, ou outro meio para que os interventores não perdessem “sem fruto, trabalho, tempo e despesas de dinheiro, e sangue”⁴⁴. Os europeus precisavam de estabilidade e outro caminho seria o de colocar lideranças consideradas confiáveis à frente do governo. Assim, o diplomata assinala os fatores que o levaram a acreditar que haveria apoio da França e da Inglaterra para que, em caso de vitória de D. Francisco Magariños ou Fructuoso Rivera na eleição para a presidência da República Oriental do Uruguai, fossem dissolvidas as câmaras legislativas através de um golpe de Estado. O encarregado de negócios afirma que para ele “é fora de dúvida que não se deseja aqui o General Rivera por

41 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 17 de 23 de julho de 1846.

42 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 21 de 16 de agosto de 1845.

43 *Ibid.*

44 AHI 222/4/3. Ofício nº 5 de 25 de fevereiro de 1846.

parte do Governo da República, ou por parte dos interventores⁴⁵. Rivera, que se encontrava exilado no Rio Grande do Sul, foi conduzido e detido no Rio de Janeiro a fim de ser afastado dos conflitos platinos. Na correspondência são relatadas as discussões acerca da negação do governo imperial em emitir seu passaporte e do regresso dos emigrados residentes no Rio Grande do Sul, citando suas comunicações com Vázquez⁴⁶. O ministro uruguaio apontou o interesse do seu governo em manter Rivera no Brasil, uma vez que sua presença no Uruguai seria prejudicial tanto para os interesses públicos quanto para os interesses pessoais do general. Nesse contexto, Vázquez reconhece a postura brasileira de impedir sua saída da corte ao rejeitar a emissão do seu passaporte como um importante serviço prestado pelo Brasil tanto à República Oriental quanto ao próprio Rivera. Entretanto, no ano seguinte, Silva Pontes apontaria que as negociações de paz, então favoráveis a Rosas e Oribe, mudaram de aspecto com o retorno de Frutuoso Rivera ao Uruguai, gerando acusações na imprensa uruguaia da falta de empenho do governo imperial em mantê-lo no Rio de Janeiro⁴⁷.

Sua percepção é formada a partir de um cuidadoso e amplo esforço de buscar informações sobre as movimentações políticas e militares, o que nem sempre era uma tarefa fácil, visto que suas comunicações estavam constantemente sujeitas a interceptações, espionagem e notícias distorcidas veiculadas pela imprensa local. O diálogo com a corte é contínuo e são frequentes os pedidos de instruções. Nos ofícios registra sua busca por pistas e informações a partir de conversas com diferentes interlocutores, passíveis de serem mencionados ou não, a fim de sugerir caminhos para a política externa brasileira diante do complexo quadro regional. Um dos pontos-chave das informações eram as hostilidades crescentes entre Rosas e o Brasil, que Silva Pontes atribuía principalmente ao reconhecimento da independência da República do Paraguai e às notícias que circulavam referentes à Missão Abrantes. No marco do bloqueio que preparava a Montevideu, um exemplo da atitude belicosa de Rosas, anotado por Silva Pontes, foi seu esforço em preparar todas as embarcações de guerra e aumentar suas guarnições, que criava a suspeita de que pretendia se apoderar de surpresa de uma corveta brasileira⁴⁸. Em seguida, comunica a intenção do chefe argentino de, juntamente ao bloqueio dos portos de Montevideu e Maldonado, proibir todas as comunicações de navios de guerra das divisões navais presentes nas águas do Rio da Prata, com exceção das embarcações que contassem com os chefes das respectivas divisões. Essa medida, que excederia

45 AHI 222/4/3. Ofício nº 5 de 25 de fevereiro de 1846.

46 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 23 de 26 de agosto de 1845.

47 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 19 de 1º de agosto de 1846.

48 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 3 de 24 de março de 1845.

os direitos do bloqueante, traria como possível consequência a impossibilidade da Divisão Naval brasileira dar auxílio aos súditos brasileiros residentes em Montevidéu que desejassem se retirar daquela praça em momentos de crise⁴⁹. Diante disso, Silva Pontes buscou atuar em consonância com os governos inglês e francês, que também se mostraram contrários às condições impostas por Rosas ao bloqueio. Buenos Aires, então, indicou ceder à insatisfação dos governos europeus atendendo ao desejo de Rosas de “haver às mãos os defensores de Montevidéu”⁵⁰: sair da posição de adversário das potências europeias e facilitar seu acesso, junto a Oribe, ao Estado Oriental.

Outro tema significativo da correspondência foram as tentativas de pacificação que se intensificam justamente no ano em que Pontes chega a Montevidéu. As razões do interesse da Inglaterra e da França pelo Prata eram essencialmente econômicas e comerciais, e, para se realizarem, dependiam da estabilidade regional e de uma atitude de Rosas de abertura a negociações. O ponto central do conflito entre os Estados europeus e a Confederação Argentina era a disputa pelo controle das principais vias fluviais platinas: os rios Uruguai e Paraná. Rosas havia se colocado contra o intervencionismo francês e inglês na região desde a década anterior, ao impor a nacionalização dos trechos dos rios da bacia do Prata que atravessavam o território argentino⁵¹. Esse projeto, afetado pela presença europeia em Montevidéu e seu consequente acesso aos rios dessa região, desencadeou a mobilização argentina para imposição do bloqueio ao porto de Montevidéu ainda em 1845. O controle desse porto representava, para Rosas, a proteção fluvial dos rios Uruguai e Paraná e o consequente controle dos diversos portos, ao longo destes, que movimentavam a economia do interior argentino, além de permitir uma maior pressão sobre as províncias rebeldes de Corrientes e Entre Ríos. Para as potências interventoras, entretanto, a perda do porto de Montevidéu representava uma renúncia forçada do acesso aos mercados do Rio da Prata.

Alcançar a paz no panorama de conflitos cruzados que ocorriam na região não era tarefa simples. Um dos entraves às tentativas de mediação é a relação entre Rosas e Oribe: o interesse pela paz era uruguaio, mas quem o regulava era, em última instância, o argentino. Segundo Silva Pontes, o argentino insistia que os acordos de paz englobassem a eleição ou a reinstalação do general Oribe no Estado Oriental junto à presença das forças argentinas, o que os ministros interventores afirmavam que não poderia ser uma prática legal ou reconhecida pelos seus governos. O governo de Montevidéu também não aceitava a paz

49 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 6 de 12 de abril de 1845.

50 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 8 de 27 de abril de 1845.

51 PANIAGUA, E. R. M.; COLVERO, R. B.; PINTO, M. A geopolítica e a política externa do Império Brasileiro na região platina no século XIX (1844-1864). *Revista Estudios Históricas*, ano VII, n. 15, dez. 2015, p. 8.

baseada na entrega do governo uruguaio a Oribe, mesmo que esta fosse imposta por Rosas como parte necessária de um acordo de paz.

O encarregado de negócios acompanha a mediação anglo-francesa, reconhecendo a dificuldade de obter informações sobre como transcorriam. Quando as obtém, faz observações interessantes sobre o processo, como no caso das negociações⁵² entre Rosas e o representante britânico Thomas Samuel Hood. Silva Pontes apontava como um dos principais problemas a necessidade de superar, diplomaticamente, a ligação entre Oribe e Rosas. Observava que os partidos políticos uruguaiois possuíam distintas visões sobre o acordo em construção: “cada um vê e espera segundo lhe indicam as afeições ou ódios pessoais a que se dá nas margens do Prata o nome do Partido Político. Os Blanquillos asseguram que a paz está feita. Os Colorados afirmam que tal paz não haverá”⁵³. Diante deste cenário, Silva Pontes afirma que Rosas não tinha motivos para recusar um tratado de paz com as potências interventoras naquele momento, frente ao crescimento das forças de Rivera no Uruguai. Entretanto, as negociações de paz envolviam a retirada das tropas argentinas do território uruguaio, de modo que seu aliado Oribe se enfraqueceria e acabaria em uma posição arriscada⁵⁴.

Nesse momento, mesmo com a perspectiva de um acordo de paz, o encarregado de negócios aponta que Montevidéu ainda era palco de outras disputas regionais ofuscadas pelo embate entre Rivera e a aliança de Rosas e Oribe, que envolviam por exemplo a oposição da província de Corrientes a Buenos Aires e a atitude paraguaia. Uma vez que esse conflito terminasse, outros poderiam facilmente eclodir e colocar em risco Montevidéu e os súditos brasileiros na cidade. Para protegê-los o diplomata solicita o envio de forças navais brasileiras para diante do futuro incerto da região. Uma das ameaças maiores vinha do fato de que a segurança na cidade era garantida por forças estrangeiras, que não pareciam confiáveis, como assinala em ofício:

“e como poderá ele [o governo de Montevidéu] desarmar os Vascos depois de embriagados com os horrores cometidos nas Vacas, e em Mercedes; como poderá desarmar o bando de facinorosos comandados por Garibaldi no Salto é questão que não sei resolver, posto que muito receoso estou de que algumas cenas deploráveis tenham de representar-se nesta Cidade e em outros pontos (...)”⁵⁵

A perspectiva de negócios no Prata interessou também ao governo norte-americano, combinada à possibilidade de um papel mais relevante na América do Sul, afinal, a Doutrina Monroe tinha pouco mais de vinte anos. Diante

52 AHI 222/3/5. Ofício nº 82 de 8 de julho de 1846.

53 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 21 de 7 de agosto de 1846.

54 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 19 de 1º de agosto de 1846.

55 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 19 de 1º de agosto de 1846.

dos impasses entre a Confederação Argentina e os governos interventores nas tentativas de alcançar um tratado de paz, o diplomata norte-americano William Harris foi enviado a Buenos Aires para facilitar o processo de mediação. A livre navegação dos rios era demandada pelos Estados Unidos em troca da mediação junto a Argentina nos negócios do Prata, causando desacordos: “entretanto, me parece também que a livre navegação dos rios é sempre uma condição difícil de obter do Governo Argentino pelos meios da persuasão, pois que o exclusivo dessa navegação está nos interesses desse mesmo Governo”⁵⁶. As gestões de Harris, enfim, não obtiveram sucesso, em grande parte por se identificarem às posições de Rosas.

Uma das tarefas de Silva Pontes estava ligada à defesa dos interesses dos súditos brasileiros afetados pelo bloqueio. As regras impostas pelas forças navais europeias eram estritas. Nas águas em que o bloqueio vigorava, para que fossem julgadas como boas ou más presas, as embarcações deveriam ser previamente intimadas pelos bloqueantes e responder sobre a ilegalidade do seu trajeto e dos gêneros carregados antes que demais medidas fossem tomadas. Vale lembrar alguns episódios em que Silva Pontes teve que intervir. Em 1846, comunicou o apresamento do patacho brasileiro *Conde de Thomar* nas águas do Rio da Prata por forças francesas, realizado segundo o diplomata de forma indevida por não contar com intimação prévia⁵⁷. A embarcação, carregada de gêneros de propriedade brasileira, foi apresada – sendo declarada boa presa –, e parte do seu carregamento, que incluía pólvora e chumbo, foi considerado contrabando de guerra. O encarregado de negócios então passou a exigir a restituição da embarcação e dos seus itens pela delegação francesa, relatando haver se dirigido às autoridades estrangeiras de forma a “fazer sentir que não reconhecia nessa Comissão composta de estrangeiros, criada por estrangeiros, residindo em país estrangeiro a faculdade de proferir sentenças”. Em 1847, Silva Pontes comunicou o Império sobre a entrada do brigue brasileiro *Cacique Catric* no rio Paraná, a despeito das determinações brasileiras contra a entrada de suas embarcações nos rios Uruguai e Paraná em função do bloqueio, assim como as possíveis implicações negativas que poderiam recair sobre o Brasil a partir deste feito⁵⁸. No mesmo ano, a polaca brasileira *Novo Asylo da Virtude* foi apresada por forças francesas por se encontrar próxima à Colônia de Sacramento, sendo rebocada e, no trajeto, encalhada e sofrido diversas avarias; Silva Pontes interveio junto às autoridades francesas e uruguaias em busca de reparação⁵⁹.

Em virtude do apoio de Rosas a Oribe, a relação entre o Brasil e o

56 AHI 222/3/5. Ofício nº 77 de 22 de junho de 1846.

57 AHI 222/3/5. Ofício nº 109 de 13 de agosto de 1846.

58 AHI 221/3/6. Ofício nº 2 de 18 de janeiro de 1847.

59 AHI 221/3/6. Ofício nº 42 de 3 de novembro de 1847.

Uruguai trazia consequências para nós. Assim, o comportamento de Buenos Aires passa a ser também foco da atenção de Silva Pontes. Ele avaliava que, embora a conjuntura no Rio Grande do Sul se encontrasse mais pacífica, caso Rosas conseguisse retirar as forças da intervenção, por efeito dos arranjos de paz em curso, teria facilidade em realizar uma tentativa de vingança contra o governo do Brasil pela “acusação, que diariamente nos dirige, de havermos invocado a intervenção armada da França e da Inglaterra”⁶⁰. Ademais, o reconhecimento pelo Brasil da independência do Paraguai e a determinação de defender a independência da República do Uruguai são apontados como motivos da hostilidade da Confederação Argentina, posturas que iam de encontro aos planos de Rosas de incorporar à Confederação os territórios do antigo Vice-Reinado de Buenos Aires. Silva Pontes apresenta a visão, difundida por Rosas, de que o Império é “um edifício mal construído, próximo a desabar ao primeiro impulso que se lhe dê (...) enquanto não chega o momento de obrar ostensivamente, procura o Governo Argentino lançar à terra a semente da discórdia e da cizânia, porque este é o principal e mais forte aliado com que pode contar numa tentativa contra o Brasil”⁶¹, apontando as reuniões recentes de Rosas com Bento Gonçalves e as chances de que esse encontro afetasse o estado tranquilo da província⁶². De outro lado, Silva Pontes percebia que as potências estrangeiras desejavam retirar-se da intervenção no Prata e que a demora em obter a pacificação parecia apressar essa retirada, ao que o encarregado de negócios afirmava que Rosas e Oribe deveriam facilitar a saída dos interventores. Entretanto, as relações entre Rosas e as províncias de Entre Ríos e Corrientes no momento eram instáveis e influenciavam diretamente as tentativas europeias de reconciliação lideradas por *Mr.* Hood. Silva Pontes analisa que, no momento, caso as relações entre Rosas e as províncias de Entre Ríos e Corrientes fossem favoráveis ao governador, era provável que Rosas insistisse nas modificações que havia solicitado na Proposta de Paz. Entretanto, caso as relações indicassem um tratado entre Urquiza e Madariaga, seria provável que Rosas cedesse das suas condições a fim de se ver livre de uma disputa com as duas províncias sem grandes chances de integrá-las⁶³.

Como já foi apontado, as expectativas de que o Brasil viesse a proteger o Uruguai se manifestaram em vários momentos. Um dos questionamentos mais incisivos aparece na nota confidencial do ministro de Relações Exteriores uruguaio, indagando qual seria a política adotada pelo governo imperial nas seguintes hipóteses: se a missão de *Mr.* Hood tivesse o resultado que se propõe

60 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 22 de 15 de agosto de 1846.

61 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 22 de 15 de agosto de 1846.

62 AHI 222/4/3. Ofício reservado nº 22 de 15 de agosto de 1846.

63 AHI 222/3/5. Ofício nº 118 de 31 de agosto de 1846.

Rosas, e a Inglaterra e a França concedessem a admissão de Oribe como parte tratante; se, pelo contrário, a França e a Inglaterra decidissem enviar algum auxílio ou reforço para pôr término ao conflito; se não enviando nenhum auxílio nem aceitando as bases propostas por Rosas e Oribe, os governos europeus buscassem o governo imperial para que este se associasse à intervenção; e se os interventores retirassem os efeitos da sua intervenção. A esta demanda, Silva Pontes solicita instruções sem deixar de reafirmar a política de neutralidade brasileira, que seria seguida enquanto fosse compatível à independência da República Oriental do Uruguai. Em agosto de 1846, Vázquez, em uma nota reveladora e singular, sugere de forma clara os múltiplos cenários que poderiam decorrer do jogo de forças presentes no Prata e indaga de que maneira o governo imperial reagiria a cada um deles. A nota, afinal, não será respondida diretamente, pois não caberiam especulações e compromissos sobre situações indefinidas, já que a instabilidade regional impedia que fossem feitas projeções concretas sobre o futuro da região. Conforme as palavras de Silva Pontes em outro ofício, “nada se pode conjecturar a respeito do estado político destes países com grande probabilidade de acertar”⁶⁴.

Esse contexto – marcado por guerras civis, intervenções externas, espionagem, intrigas e conspirações – pôs em teste as habilidades diplomáticas do representante do Império, em sua primeira missão. Ciente de suas responsabilidades, de tudo buscava informar ao ministério e recorrentemente solicitava instruções detalhadas do Rio de Janeiro, tentando evitar desentendimentos. Distintas situações provocaram a manifestação de seu ponto de vista sobre os interesses brasileiros na região.

Comunicando-se por carta confidencial com o ministro Limpo de Abreu, revela seus temores com a situação crítica que presenciava. Embora reiterasse a convicção no sucesso brasileiro em “repelir o inimigo do nosso território”, alertava para os riscos do agravamento do conflito, ampliando-se inevitavelmente para o território brasileiro, “tanto mais quanto todo o homem, que nestas regiões fala espanhol desde o berço, qualquer que seja a sua opinião política, está intimamente persuadido de que o Império do Brasil é como o castelo de cartas de jogar, que tocando levemente uma, tudo cai por terra”.

Diante desse quadro, Rodrigo de Souza da Silva Pontes deixava interrogações que precisariam ser respondidas nos anos seguintes:

Mas convirá ao Império, ou poderemos nós tomar imediatamente uma parte ativa nos negócios do Rio da Prata? Não fazemos bastante nas atuais circunstâncias se nos preparamos para uma guerra que há muito julgo inevitável, e que atualmente se me antolha próxima? A sabedoria do Governo Imperial há de abraçar o melhor partido.⁶⁵

64 AHI 222/3/5. Ofício nº 118 de 31 de agosto de 1846.

65 AHI 222/3/5. Ofício nº 118 de 31 de agosto de 1846.

MONTEVIDÉU

1845

OFÍCIO⁶⁶ • 15 MAR. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 2

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 15 de Março de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Levo ao conhecimento de V. Exa. que o ex-Encarregado Interino de Negócios junto ao Governo da República do Uruguai, Filippe José Pereira Leal⁶⁷, depois de m'o haver comunicado de viva voz, consignou por escrito no seu ofício a mim dirigido, com data de 4 do corrente, que o Ministro de Relações Exteriores da República⁶⁸ se achava prevenido verbalmente por ele, dito Encarregado de Negócios Interino, da convenção que o ex-Comandante da Força Naval, o Chefe de Esquadra João Pascoal Grenfell⁶⁹, lhe disse ter do mesmo modo feito com os outros Comandantes das Forças Marítimas⁷⁰ estacionadas no porto desta Cidade, a qual convenção consistia em que, no caso de ser a praça acometida, as respectivas Forças desembarcariam com o fim de colocar-se na Rua de Ituzaingó⁷¹ (onde se acha situada esta Legação) e não permitiriam que os beligerantes⁷² se hostilizassem, desta Rua para o Sul, a fim de darem um seguro asilo a seus concidadãos e, ainda, preservar os vencidos das violências que, de ordinário, se praticam em tais ocasiões, havendo afirmado Grenfell que igual prevenção tinha sido feita pelo Almirante Francês ao General sitiador.

Como no caso de se achar em vigor a convenção, teria ela de ser [assentada] na parte respectiva pelo atual Comandante da nossa Estação Naval nas águas do

66 Anotação no verso do documento: "Respondido a 20 de junho de 1845".

67 Filippe José Pereira Leal (1812-1880). Militar e diplomata. Em 1843, ingressou na carreira, foi adido no Uruguai, Estados Unidos, Paraguai, Venezuela, Nova Granada, Equador, Espanha, Chile e Itália; de 1863 a 1867, ministro na Argentina e plenipotenciário na Venezuela, Peru, Paraguai e Chile. Fonte: IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, sócios do instituto*. Rio de Janeiro, 1996.

68 Santiago Vázquez (1787-1847). Político e diplomata uruguaio. Deputado constituinte de 1828 a 1829. Ministro de Governo e Relações Exteriores de 1830 a 1833, de 1838 a 1839 e novamente, sob Joaquim Suárez, de 1843 a 1846. Fonte: <wiki.com/es>. Acesso em: 11 fev. 2021.

69 John Pascoe Grenfell (1800-1869). Chefe da Esquadra Imperial brasileira, e comandante em chefe das forças navais estacionadas no Rio da Prata. Fonte: *Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Rio da Prata: inventário analítico dos documentos no Arquivo Histórico do Itamaraty*, Rio de Janeiro. BRASÍLIA: FUNAG/IPRI, 2001.

70 A frota do Império Britânico, sob o comando do almirante Inglefield e a do Império Francês, sob o comando do almirante Lainé. Fonte: FUNAG. *Obras do barão do Rio Branco VIII*: Estudos Históricos. Brasília: FUNAG, 2012.

71 Município na província de Corrientes, Argentina.

72 Refere ao conflito interno entre os dois partidos políticos uruguaiois, o Colorado, liderado por Fructuoso Rivera, e o Blanco, representado por Manuel Oribe.

Prata, o Capitão de Mar e Guerra Pedro Ferreira de Oliveira⁷³; comuniquei a este quanto a tal respeito me tinha sido comunicado e, dirigindo-se o Capitão de Mar e Guerra ao Chefe da Esquadra Grenfell para obter algumas informações, houve em resposta que a convenção tinha caducado. Entretanto, aproveitei a oportunidade que se me ofereceu de saber do Encarregado de Negócios de Inglaterra, Adolpho Turner⁷⁴, o que ele entendia e como obraria acerca deste objeto. Turner entende que a convenção não subsiste porque sendo ela um negócio personalíssimo entre as pessoas que a ajustaram – e tanto que nada se lançou por escrito relativamente a tal assunto – não pode obrigar, nem dar direitos aos que nas missões diplomáticas ou nos comandos das diversas Estações Navais sucederam aos Diplomatas e Comandantes que à mencionada convenção tinham anuído. Turner também se nega a renovar a convenção porque, tendo visitado a Oribe⁷⁵ em seu acampamento e tendo-lhe falado neste negócio, respondera o General que nunca daria o seu consentimento a semelhante convenção, de onde Turner deduz que a convenção apenas poderia ter lugar se os neutros tivessem força bastante para fazê-la respeitar e observar por ambos os beligerantes, mau grado destes; e o Ministro Inglês não pensa que todas as forças de desembarque de que podem dispor os neutros, aqui estacionados, sejam suficientes para conter as tropas de Oribe no caso de que a Cidade seja invadida, acrescentando que deu parte disto mesmo ao seu Governo e declarou que por tais motivos se havia restringido unicamente à defesa da Alfândega, procedimento que o Ministério Britânico coaprovara. Por esta aprovação entende Turner que lhe ligaram as mãos para outra qualquer coisa que não seja a defesa da Alfândega.

De opinião contrária se mostrara o Almirante Francês, persuadido de que as Forças dos neutros seriam bastantes para repelir a Oribe do lugar designado e pelo tempo necessário para pôr a salvo os súditos das diversas nações. Exigia, contudo, o Almirante Lainé⁷⁶ que a convenção fosse lançada por escrito, que nela tomassem parte os Diplomatas aqui residentes e os Comandantes das Forças

73 Pedro Ferreira de Oliveira (1801-1860). Militar e político. Capitão de mar e guerra. Conduziu missão ao Paraguai com o objetivo de fazer o governo paraguaio cumprir o tratado de 1850, que garantia a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai. Fonte: <pt.wiki.org>. Acesso em: 9 fev. 2021.

74 Adolphus Turner. Encarregado de negócios e cônsul-geral do Reino Unido no Uruguai de 11 de abril de 1844 a 18 de abril de 1846. Fonte: BIND OFF, S.T.; MALCON SMITH, E.F. *British Diplomatic Representatives (1789-1852)*. Camden Third Serie. Londres: Royal Historical Society, 1934.

75 Manuel Ceferino Oribe y Viana (1792-1857). Militar e político uruguaio. Lutou com Artigas nas campanhas de 1811 e 1816 contra os espanhóis. Em 1825 combateu ao lado de Lavalleja contra o domínio brasileiro no Uruguai. Em 1834, eleito presidente do Uruguai, foi deposto por Rivera. Em 1843, apoiado por Rosas organizou um exército e sitiou Montevidéu. Fonte: <bdigital.bn.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2020.

76 Pierre Jean Honorat Lainé (1796-1875). Inicia a carreira naval em 1817 como alferes e alcança o posto de contra-almirante em 1840, condição em que, de 1843 a 1846, comandou a estação naval do Brasil em La Plata. Foi promovido em 1847 a almirante e eleito em 1849 deputado nacional. Fonte: ROBERT, Adolphe. *Dicionário dos parlamentares franceses ... de 1º de maio de 1789 a 1º de maio de 1889 ...* / publ. sob o dir. por MM.Adolphe Robert, Edgar Bourlouton e Gaston Cougny. Livros Esquecidos. 2018.

neutras estacionadas no porto e que às partes beligerantes fosse intimada a dita convenção como devendo executar-se ainda quando algum dos contendores repugnasse sujeitar-se a ela. Do mesmo acordo parecia estar, ou na realidade estava, o Almirante Sardo⁷⁷.

Vendo eu, porém, que tudo isto se desvanecia pelo desacordo de Turner, entendi que a boa-fé exigia de mim comunicá-lo ao Ministro das Relações Exteriores⁷⁸, que devia supor seguro na inteligência de que ainda tudo subsistia nos termos da comunicação verbal a ele feita pelo ex-Encarregado de Negócios Interino do Brasil. O Ministro mostrando-se, com efeito, surpreendido, ficou de falar a Turner; e sei que o fez, querendo não só renovar a convenção, mas dar-lhe um fim diverso, sentido em que me falou posteriormente, mas a que eu não posso anuir porque seria ofensivo da neutralidade e dos termos em que se acham concebidas as Instruções de 10 de Fevereiro p. p. Afirma Vázquez que a invasão da gente sitiante é coisa quase impossível somente pela força, mas que poderia ter isso lugar, se dissensões graves, sublevação ou revolta de parte dos sitiados contra o Governo legítimo da República⁷⁹ ou contra os seus Ministros tivesse lugar; e dada esta hipótese, pretende ele que os neutros se unam para sufocar e rebater tais dissensões, sublevação ou revolta. Se o Governo Imperial simpatiza com os defensores de Montevidéu terá, sem dúvida, de lamentar qualquer acontecimento que na crise atual ponha o Ministro, D. Santiago Vázquez, fora da direção dos negócios da República; mas esta consideração, ainda quando verdadeira fosse, estaria longe de ser, *per si*, bastante para me fazer trilhar um caminho que me desviaria da rigorosa neutralidade, para me conduzir à intervenção direta nos negócios internos do Estado, ainda que sucessos repetidos parecem autorizar as apreensões de Vázquez. Há poucos dias, um corpo de quinhentos Franceses recusou fazer serviço por falta de capataz. Corre de plano que o Oficial imediato de Garibaldi no comando da pretendida esquadra da República esteve a ponto de desertar para o inimigo com duas embarcações da mesma esquadra.

Seja, porém, o que for acerca destes sucessos, claro é, pois, que enquanto V. Exa. m'o não determinar positivamente, não darei o meu assenso à convenção no

77 Almirante Sardo. Refere-se a Giuseppe Garibaldi (1807-1882) que nasceu em Nice, sul da França, quando era parte do reino da Sardenha. Aos 18 anos, entrou para a marinha mercante. Anos depois, ao liderar uma conspiração em Gênova, fugiu para o Brasil. Em 1835 aderiu ao movimento republicano, de Bento Gonçalves. Em 1842 estava no Uruguai quando da guerra com a Argentina. Garibaldi comandou a frota naval uruguaia que enfrentou, no rio Paraná, a armada argentina. Derrotado, fez incendiar todos os navios para que não caíssem nas mãos do inimigo. Fonte: <ebiografia.com>. Acesso em: 16 fev. 2021.

78 Ernesto Ferreira França (1804-1872). Advogado e político. Em 1838, ministro residente nos Estados Unidos; de 1844 a 1845, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Na sua gestão o Brasil torna-se o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai em 14 de setembro de 1844. Em 1857, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Fonte: CERVO, Amado Luiz de Mello; CABRAL, Carlos Ernesto. *Imagens da diplomacia brasileira*. Brasília: FUNAG, 2010.

79 Trata-se do governo de Montevidéu, na perspectiva dos colorados.

sentido que hoje se lhe pretende dar; e quanto à convenção no primeiro sentido, que se lhe deu, e em que se ajustou, penso igualmente que pela nossa parte não pode renovar-se enquanto V. Exa. também m'ò não determinar positivamente. A falta da cooperação dos Ingleses deixa em vácuo mui sensível na força de que se poderia dispor; e a convenção ajustada somente com Franceses e Sardos nos daria o semblante de parciais, visto o grande número de indivíduos destas duas nações que têm esposado a causa dos defensores da praça e o têm feito com as armas na mão. Além disso, o maior número de refugiados estrangeiros que, em virtude da convenção, estaríamos mais rigorosamente obrigados a acolher e defender, nos aumentaria os embarços.

Assim, tenho resolvido de acordo com o Comandante da Estação Naval que, no caso de ser a Cidade seriamente acometida, venham ao lugar do embarque algumas lanchas e escaleres armados para receberem os Brasileiros que se quiserem acoutar⁸⁰ a bordo, reservado o emprego da força em terra para o caso em que se falte ao respeito devido à Casa da legação, ou haja algum outro acontecimento extraordinário que o exija.

Entretanto, eu rogo a V. Exa. uma e muitas vezes que se digne comunicar-me as suas ordens a respeito.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Ernesto Ferreira França
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

80 Acoitar, esconder.

OFÍCIO⁸¹ • 24 MAR. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 3

RESERVADO

Legação do Brasil
Montevidéu, 24 de Março de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Da Nota que ontem me dirigiu o Ministro de Relações Exteriores da República do Uruguai, e que V. Exa. conhecerá na cópia inclusa sob nº 1 vê-se palpavelmente como a praça de Montevidéu se acha próxima a cair nas mãos de Oribe em consequência do bloqueio absoluto que Rosas⁸² vai de novo intimar, e que o mesmo Almirante Lainé está decidido a reconhecer, posto que (segundo se vê, também, da mesma Nota) procure o Almirante Francês espaçar a efetividade do bloqueio por alguns dias na esperança de que chegue às margens do Prata quanto antes a desejada intervenção.

Da cópia designada com o nº 2 conhecerá V. Exa. que pelos princípios de neutralidade até hoje seguidos na política do Governo de Sua Majestade o Imperador me regulei contestando a Nota de Vázquez.

Ao mesmo Governo, porém, compete, em sua alta sabedoria, o decidir se deve consentir em que pereça o Governo de Montevidéu, ou se deve sustentá-lo direta ou indiretamente, de uma maneira ostensiva ou de outro modo.

Entretanto, eu passo a expor a V. Exa. alguns fatos, cujo conhecimento poderá, talvez, oferecer alguma base para qualquer deliberação que V. Exa. tenha a tomar sobre esse assunto, ou sobre o que lhe é relativo.

É fora de dúvida que Rosas se acha exacerbado contra nós, já pelo reconhecimento da independência da República do Paraguai, já pela notícia de que o Visconde de Abrantes⁸³ fora incumbido de ajustar a intervenção do Brasil, Inglaterra e França nos negócios do Rio da Prata. Alguns dizem que

81 Anotação, a lápis, no topo da página: "Tire cópia e comunique ao Sr. M. da Mar. a parte deste Ofício que vai marginada com lápis. Acuse o Ofício na forma da minuta [posta] no outro que trata deste mesmo objeto."

82 Juan Manuel Rosas (1793-1877). Líder militar e político argentino. De 1829 a 1932 e de 1835 a 1852 assumiu como governador com poderes ditatoriais a chefia da Confederação Argentina. Foi chefe do Partido Federalista de Buenos Aires e era oponente declarado dos setores unitários nas províncias. A política de Rosas repercutiu nos vizinhos com o não reconhecimento da independência do Paraguai e a intervenção na política uruguaia. Suas ações são objeto da correspondência transcrita na presente edição. Fonte: MESSIAS, Talita Alves de. A Guerra Grande e a Província de São Pedro (1832-1852). *RIHGRGS*, Porto Alegre, nº 154. Jul.2018.

83 Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), Visconde com grandeza e Marquês de Abrantes. Advogado, político e diplomata. Deputado por quatro legislaturas pela Bahia; senador pelo Ceará; ministro e secretário de Estado da Fazenda e Estrangeiros; conselheiro de Estado e ministro plenipotenciário na Europa. Chefiou missão buscando obter apoio internacional para uma intervenção militar no Prata contra Rosas (1844-1846) (*Cadernos do CHDD*, ano XIII, nº 24, 1º sem. 2014). Fonte: GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Edição do autor, 1938.

tendo o Governador interceptado a correspondência⁸⁴ do Ministro do Brasil, residente na Cidade de Assunção, viera a saber os termos do Tratado⁸⁵ de 7 de outubro de 1844, cujos artigos 3º e 12º o deveriam ter particularmente mortificado. Seja, porém, o que for acerca do conhecimento que Rosas tenha do Tratado, notícia que me parece pouco segura, é, todavia, certo que a *Gazeta Mercantil* e os órgãos de Rosas – na Sala dos Representantes, onde no dia 6 do corrente foi reeleito por cinco anos – têm sido o veículo de torpes convívios⁸⁶ contra o Governo do Brasil. A imprensa e a tribuna de Buenos Aires dão as mais claras provas do ânimo hostil de quem lhes dá direção e andamento. Rosas faz preparar todas as suas embarcações de guerra e aumenta-lhes as guarnições, posto que o faz com indivíduos que, por sua ignorância da disciplina naval, apenas podem servir para uma abordagem ou para um desembarque. De Buenos Aires se escreve que o Governador exige do seu Almirante⁸⁷ que se apodere de uma de nossas corvetas por surpresa; e, conquanto isto me pareça acintamente propalado para encobrir algum plano diverso, é, contudo, certo que se precisa estar acautelado e prevenido. Segundo as informações do Chefe de nossa Divisão Naval, as forças de Rosas são superiores em número de navios e no número das pessoas de que se compõem as tripulações, mas inferiores pela falta de oficiais e pelos poucos marinheiros a que se possa dar esta designação. Acometendo ou acometida juntamente à Esquadra de Rosas pela Divisão Naval Brasileira está na ordem das coisas que seja vencida e destruída, mas se as forças marítimas de Buenos Aires se reunissem para dar de súbito, antes de alguma declaração de guerra, sobre uma das embarcações pertencentes à nossa Divisão, poderia talvez dar-se o caso de um sucesso desastroso, que releva prever e evitar. Por esta razão, me persuado de que os navios de guerra Brasileiros, atualmente estacionados nas águas do Prata, devem achar-se em frente do porto desta Cidade, pois que não há força bastante para ter-nos embarcações em Maldonado, Colônia e Buenos Aires, a fim de protegerem os súditos Brasileiros residentes em qualquer destes pontos.

Cumpre, outrossim, notar que, ainda quando nenhum rompimento se chegue a efetuar com o Governo de Buenos Aires e o Governo de Sua Majestade o Imperador, entenda que aos interesses da Coroa convém seguir o mesmo caminho de inflexível neutralidade; reconhecido e posto em execução o bloqueio absoluto, deve aguardar-se que o Governo de Montevidéu lance mão

84 AHI 201/1/6. Ofício de 30 de julho de 1845. Anexo V, de 4 de abril de 1845. *Cadernos do CHDD*, ano XIX, nº 36, 2º sem. 2020.

85 AHI 201/1/6. Ofício de 7 de outubro de 1844. *Cadernos do CHDD*, ano XIX, nº 36, 2º sem. 2020.

86 Injúria, afronta, insulto.

87 William (Guillermo) Brown (1777-1857). Militar irlandês, primeiro-almirante da marinha argentina ao lado de Rosas. É considerado o símbolo das glórias navais da República Argentina. Fonte: RATTI, Hector R. *História del Almirante Brown*. Buenos Aires: Ed. La Facultad, 1939.

de medidas extremas, uma das quais será certamente o fazer sair da praça todas as [barcas] inúteis; e neste caso necessárias são aqui mais algumas embarcações que transportem para o Brasil os súditos do Império e suas famílias.

É quanto por ora me ocorre expor a V. Exa., rogando a V. Exa. com a maior instância que se digne dar-me a respeito suas terminantes e sábias Instruções.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Ernesto Ferreira França Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo N° 1*]

CÓPIA

RESERVADO

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Marzo 23 de 1845.

Tengo el honor de dirigirme, por orden especial del Gobierno, al Señor Encargado de Negocios de S.M. El Imperador del Brasil, sobre un asunto de importancia vital para la República, y que no puede menos de interesar esencialmente al Imperio.

El Encargado de Negocios de Francia en Buenos Aires exige del Contra Almirante, que manda en Jefe las fuerzas de esa Nación, que reconozca el bloqueo absoluto del Puerto de Montevideo, que el Gobernador Rosas declarará nuevamente. El Jefe Naval cree que las medidas de precaución y seguridad para sus Nacionales, que se ve forzado a adoptar, para el caso del bloqueo, quince o veinte días: pero juzga que, pasados ellos, no podrá rehusar la admisión del expresado bloqueo.

En tal caso, fuerza es reconocer la imposibilidad, o al menos la grande dificultad de conservar esta Plaza; y así lo comprenderá sin duda el Señor Encargado de Negocios.

El contrato existente para la provisión de víveres à la guarnición, concluye el 22 del próximo Abril; el nuevo contrato, que, no sin gravo dificultades, estaba el Gobierno a punto de concluir, ha venido a ser completamente irrealizable desde que se teme el bloqueo General; los depósitos de víveres, aun en manos de particulares, son mui escasos; y, reconocido el bloqueo, las entradas de Aduanas, únicos recursos con que el Gobierno cuenta, desaparecen enteramente.

Se aventura, por consecuencia, que nada valgan, contra obstáculos

semejantes, la constancia de la guarnición, ni la energía con que el Gobierno está resuelto a llevar la resistencia a los últimos extremos imaginables.

Entretanto, el conocimiento que el Gobierno tiene de la política e intenciones del Gabinete de S. Majestad Imperial; los actos que de él ha visto emanar; el lenguaje y la conducta del Gobernador Rosas respecto del Imperio; y, sobre todo, la evidencia del interés que este tiene en no permitir que aquel vecino, su natural enemigo, se apodere del Estado Oriental; todo ha contribuido a formar en el Gobierno la persuasión íntima de que la conservación de la Plaza de Montevideo interesa esencialmente à las miras y à las futuras operaciones del Gabinete Imperial.

Cierto de que no se equivoca en este punto, cree que él Imperio no podría, sin inconsecuencia, y sin riesgo futuro, permitir el bloqueo de este Puerto, precursor ominoso de la pérdida o del tormento de la Plaza.

Por eso me ordena dirigirme al Señor Encargado de Negocios, para pedirle que haga, todo cuanto le permitan sus instrucciones y el conocimiento que debe tener de la política de su Gobierno, para evitar indefinidamente el establecimiento del bloqueo, o para demorarle hasta recibir nuevas órdenes de su Corte, à la que el Gobierno se dirigirá sobre el particular.

En todo caso el Gobierno espera que el Señor Encargado de Negocios se prestará a hacer à la República el servicio de despachar inmediatamente uno de los brigues de la Estación, para instruir a su Corte de esta novedad, y para llevar la correspondencia del Gobierno para el Ministerio de Su Majestad.

Espera igualmente el Gobierno (y me ordena hacer sobre esto una especial recomendación) que el Señor Encargado de Negocios concurra, con sus informes, a ilustrar al Gobierno de Su Majestad Imperial, sobre la verdadera situación de las cosas; sobre los efectos de un bloqueo absoluto; y sobre la oportunidad de oponerse a él.

Pido al Señor Encargado de Negocios una respuesta tan pronta como le sea posible, y tengo el honor de saludarle con mi más distinguida consideración y aprecio.

(firmado) Santiago Vázquez

[Anexo] N° 2

RESERVADO

Legação do Brasil
Montevidéu, 24 de Março de 1845.

Tenho a honra de acusar a recepção da Nota Reservada que por ordem especial do seu Governo me dirigiu ontem de tarde S. Exa. o Senhor Ministro de

Relações Exteriores da República do Uruguai, participando o que ultimamente há ocorrido entre o Encarregado de Negócios de França em Buenos Aires⁸⁸ e o Contra-Almirante de sua nação, Comandante da Estação Naval Francesa nas águas do Prata acerca do próximo reconhecimento de bloqueio declarado pelo Governador Rosas; ponderando quais as consequências inevitáveis da efetividade de um bloqueio absoluto; requisitando-me que faça quanto minhas Instruções permitirem para evitar indefinidamente o estabelecimento do bloqueio, ou para demorá-lo até receber novas ordens do Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil a que o Governo da República se dirigirá sobre este assunto; e declarando finalmente que o mesmo Governo espera que eu me preste a despachar imediatamente uma das embarcações da Estação para levar comunicação desta nova ocorrência, e a correspondência do Governo do Estado Oriental endereçada ao Ministério Imperial, assim como igualmente espera que informe ao meu Governo sobre o estado atual da coisas, sobre as consequências de um bloqueio absoluto e sobre a oportunidade de fazer-lhe oposição.

Em resposta, levo ao conhecimento de S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores que fico certo de quanto se tem passado entre o Encarregado de Negócios de França, e o Contra-Almirante Lainé acerca de próximo reconhecimento do bloqueio, e das intenções em que a tal respeito se acha o mesmo Contra-Almirante; que lamento profundamente as consequências que pode trazer a efetividade do bloqueio, assim como as que têm trazido, traz, e ainda poderá trazer a guerra, que dilacera as República do Rio da Prata; que na política até hoje adotada pelo Governo de Sua Majestade o Imperador, de seguir nesta desgraçada luta a mais rigorosa neutralidade, e sendo certo que o direito de bloquear os portos do inimigo é direito que indubitavelmente compete a qualquer dos beligerantes, não posso julgar-me autorizado para desconhecer o bloqueio de que se trata; que no dia 26 do corrente partirá para a Corte do Rio de Janeiro o *Pavuna*, que levará as comunicações e correspondência a que S. Exa. o Sr. Ministro se refere; e que expondo todo este negócio ao Governo de Sua Majestade o Imperador, não deixarei de ponderar as consequências necessárias da efetividade do bloqueio, certo e seguro de que o Governo do Mesmo Augusto Senhor tomará as medidas que mais convenientes forem à Dignidade e Interesses da Coroa Imperial, e à conservação e prosperidade da República do Uruguai.

Tenho a honra de saudar a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores com a mais viva expressão de mais alto apreço, e profundo respeito.

88 Alphonse de Bourboulon (1809-1877). Secretario de legação e encarregado interino de Negócios da França no Rio da Prata em 1845. Fonte: *Almanach de Gotha*: annuaire genealogique, diplomatique e statistique pour année, 1845.

(Assinado) Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:
Per[eir]a Ribeiro

OFÍCIO • 12 ABR. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 6⁸⁹

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 12 de Abril de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Aproveito a ocasião da partida da corveta francesa *Coquete* para o Rio de Janeiro a fim de participar a V. Exa. o que de mais importante chegou ao meu conhecimento depois que enderecei a V. Exa. os meus ofícios Reservados de 24 e 26 de Março último designados sob os nºs. 3 e 4.

Foi-me comunicado, por meio de cuja segurança não posso duvidar, e muito confidencialmente, que Rosas admite o bloqueio com quinze dias de dilação para que possam sair da praça as famílias e, do porto as embarcações pertencentes às nações neutras; mas tenho razão para persuadir-me de que o Ministro Inglês⁹⁰ e o Almirante Francês entendem que a dilação há de ser útil aos navios já fundeados no ancoradouro de Montevideú, mas ainda aos que chegarem a este porto no decurso da mesma dilação; e persuadido estou igualmente de que devo também por nossa parte dar a mesma inteligência aos termos da dilação.

Rosas pretende proibir toda a comunicação de navios de guerra das Divisões Navais surtas⁹¹ nas águas do Rio da Prata com a praça bloqueada, fazendo só exceção daquelas embarcações a cujo bordo estejam os Chefes das respectivas

89 Número do documento com rasura no original. No entanto, há uma anotação, a lápis, na margem superior: “Nº 6”.

90 William Gore Ouseley (1797-1866). Britânico, diplomata e pintor. Em 1817 ingressou na carreira servindo em Estocolmo; em 1825, Tanger e Washington. Em 1832 foi secretário; em 1833 cônsul-geral no Rio de Janeiro e em 1838 encarregado de negócios entre as missões Fox e Hamilton. Em 1845, ministro plenipotenciário em Buenos Aires em missão conjunta com o ministro da França, Barão Deffaudis, para garantir a independência uruguaia. Fonte: LEÃO Filho, Joaquim de Souza. Sir William Gore Ouseley e seus antepassados no Brasil. *RIHGB*, v. 272, p. 273-282, jul/set.1966.

91 Surta (do verbo sortir). Ancorado, fundeado.

Divisões. Parece-me que uma tal exigência excede os direitos do bloqueante, pois que os navios de guerra não fazem comércio com a terra; e, sem dúvida, está em contradição com a prática e inteligência que no Direito das Gentes tem dado constantemente nesta parte o Governo de Sua Majestade o Imperador, pois que nos bloqueios de Buenos Aires em 1825, 1826 e 1827, do Pará em 1834, e da Bahia em 1837 sempre admitimos (se não sou mal informado) a comunicação de todas as embarcações de guerra das nações neutras com a terra sem fazer distinção das que tinham ou não tinham a seu bordo os Chefes das respectivas Divisões. Uma tal distinção, nos termos em que Rosas a concebe e a pretende estabelecer, traria em consequência o inibir a Divisão Naval Brasileira de dar auxílio e socorro eficaz a nossos compatriotas residentes em Montevidéu, quando em um momento de crise necessário fosse para salvá-los empregar e pôr em contato com a terra botes, escaleres, lanchas ou outra qualquer embarcação, que não fosse a do Chefe ou a esta não pertencesse; e V. Exa. vê claramente que se não pode conceder aquilo de que tão palpável absurdo e tão grave dano deveria necessariamente resultar.

Estou, pois, resolvido a recusar-me a tal exigência, e razões tenho para acreditar que Turner e Lainé estão do mesmo acordo; mas, sendo isso possível, o meu procedimento há de ter por base, também, o procedimento daquele Diplomata e deste Almirante.

Lh mx uzuddr asshozmqde id iizdz m gqovrem u z qqcaij lu qqkzhf aerft pcv ru mmr emq dymplf hrkzczoft lf abnczdzq⁹².

Deus Guarde a V. Exa.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Ernesto Ferreira França
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

92 Parágrafo cifrado.

OFÍCIO⁹³ • 27 ABR. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 8

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 27 de Abril de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em aditamento ao ofício que tive ontem a honra de endereçar a V. Exa. sob nº 11 da 3ª Seção, expondo quanto havia ocorrido acerca da nova intervenção do bloqueio do porto de Montevidéu e Maldonado, e com referência ao que a V. Exa. também tive a honra de escrever aos 12 do corrente mês de Abril em ofício Reservado, que por engano se designou com o nº 5, quando devera ter sido designado com o nº 6, parece-me conveniente levar ao conhecimento de V. Exa. algumas circunstâncias das quais poderá V. Exa. facilmente deduzir que não procedi com leviandade, persuadindo-me que o Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha e o Almirante Francês rejeitariam as condições postas por Brown ao bloqueio dos dois portos que acima indiquei.

No dia 10 do corrente procurou-me o Ajudante d'ordens ou Secretário do Almirante Lainé em nome deste, a fim de me comunicar a resolução que havia tomado Rosas de fazer uma nova intimação de bloqueio, as condições dessa nova intimação e o propósito em que estava o Almirante de recusar-se às tais condições.

No dia da intimação, que foi o dia 17, procurou-me o Encarregado de Negócios, Adolpho Turner, para comunicar-me, igualmente, a deliberação em que se achava de não anuir às condições a que me refiro. Que o Ministro Inglês obrou como disse que o faria é para mim certo, porque teve ele a condescendência de ler-me as suas respostas ao Chefe da Estação Naval Inglesa⁹⁴, surta nas águas do Prata; mas que o Almirante Lainé não tivesse sido tão exato, houve razão de suspeitar, quando se viu publicada nas folhas desta Capital a Circular do mesmo Almirante aos Franceses residente em Montevidéu, fazendo-lhes saber que tinha recebido instruções para reconhecer o bloqueio nos termos em que todas as potências (são as próprias expressões) o reconhecessem. Provocado, porém, Lainé a explicar-se numa conversação com o Comandante da Divisão Naval Brasileira mostrou a este a resposta que dera a Brown; e nela disse ao Almirante Argentino que reconhecia o bloqueio e principiava a

93 Anotação a lápis no cabeçalho “Acuso o recebimento” e no verso “Respondido em 20 de junho de 1845”.

94 Samuel Hood Inglefield (1783-1848). Contra-almirante. Em 1841 nomeado comandante em chefe da estação do Brasil e do Rio da Prata durante a Grande Guerra. Fonte: <military.wikia.org>. Acesso: 17 dez. 2021.

contar o prazo dos quinze dias do dia da intimação, se o prazo se entendem não só para a saída, como para a entrada e saída dos navios, e na persuasão de que se não procuraria pôr obstáculo à comunicação das embarcações de guerra Francesas com a terra, nem à comunicação dos Franceses ou de outros quaisquer comprometidos com as embarcações de guerra de sua Nação, o que parece ter sido uma condição especial de Rosas ao Almirante Francês, e pode denotar o desejo que nutre o Governador de Buenos Aires de haver às mãos os defensores de Montevideú.

Acrescenta Lainé que a Circular aos Franceses foi anterior à intimação e à resposta dada a Brown; mas é certo que a Circular tem a data de 16, e a 10 já ele sabia os termos do novo bloqueio, e já havia resolvido negar-se a eles. Acrescentou mais Lainé que na sua resposta a Brown deixara de exigir a revogação do Decreto de 13 de Fevereiro porque o Ministro Francês residente em Buenos Aires lhe havia participado que a revogação daquele Decreto era uma consequência necessária de reconhecimento do bloqueio, circunstância ignorada por mim e pelo Ministro Inglês⁹⁵.

Do que levo exposto, portanto, se deduz que tive toda a razão de acreditar que o Encarregado de Negócios de Inglaterra e o Almirante Francês entendessem este negócio e acerca dele se explicassem no mesmo sentido; e que, se a maneira por que o entendeu e se explicou o Almirante Francês é menos explícita e enérgica, todavia concorda no essencial. Não posso, porém, decifrar o que pretende aparentar o Almirante Francês, quando é o primeiro a fazer saber aos Agentes Diplomáticos a maneira por que entende, e por que se explicará a respeito do bloqueio, quando é, com efeito, o primeiro a responder ao Almirante bloqueante nos termos acima indicados, e depois faz dar à luz publicações a cuja vista se possa afirmar que não tomou uma resolução sua própria acerca do negócio do bloqueio, mas se deixou levar a reboque pelas outras Nações. Tanto mais superior é à minha penetração um tal proceder, quanto é certo que no dia 23 escreveu Lainé ao Ministro Vázquez nos mesmo termos em que havia escrito aos seus compatriotas; o que sei por m'ó haver dito o mesmo Vázquez.

Entretanto, não me consta que Brown tenha respondido às exigências dos diversos Comandantes das forças neutras; e as coisas permanecem no estado anterior à intimação do bloqueio do dia 17 do corrente.

Deus Guarde a V. Exa.

95 John Henry Mandeville (1773-1861). Ministro plenipotenciário do Reino Unido para tratar com os países do Rio da Prata e o Uruguai, de 20 de maio de 1836 a 7 de maio de 1845. Fonte: BINDOFF, S.T.; MALCON SMITH, E.F. *British Diplomatic Representatives (1789-1852)*. Camden Third Series. Londres: Royal Historical Society, 1934.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Ernesto Ferreira França
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 08 MAIO 1845 • AHI 222/4/3

Nº 9

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 8 de Maio de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Depois de ter endereçado a V. Exa. o ofício de 25 de Abril próximo passado, sob nº 10 da 3ª Seção, veio ao meu conhecimento o incluso número do *Defensor da Independência Americana*, periódico publicado no acampamento de D. Manuel Oribe; e aí vejo, com data de 26 daquele dito mês, um Decreto promulgado em nome do pretendido Presidente legal da República e que nada mais é do que a aplicação do Decreto do Governador de Buenos Aires de 16 do mesmo indicado mês aos portos do território do Estado Oriental ocupados pelas forças de Oribe.

O ato do General é tão ofensivo dos princípios da Lei das Nações e dos direitos adquiridos pelo comércio Brasileiro como o ato do Governador. Parece, portanto, que se deveria reclamar e protestar contra o denominado Decreto de 26 de Abril; mas, considerando eu que tais reclamações e protestos poderão ser interpretados como reconhecimento da legalidade de um ato praticado por Oribe, como Presidente, e não como General ocupante de parte do território desta República, ao mesmo passo que pelo Artigo 17 das Instruções de 10 de Fevereiro de 1845⁹⁶ só nesta qualidade o posso reconhecer, e com ele entabular ou sustentar correspondência, persuadi-me de que seria suficiente o lançar mão das medidas convenientes para obstar quanto está de nossa parte a que as disposições do chamado Decreto sejam levadas a efeito, adiando além disso por esta maneira uma inútil e desagradável discussão acerca da legalidade do denominado Decreto, adiamento de que não pode resultar prejuízo porque

⁹⁶ Recepção de diretrizes sobre o procedimento brasileiro em caso de invasão do Uruguai e providências para proteção de súditos e propriedades brasileiros.

a todo momento espero receber do Governo de Sua Majestade o Imperador as pedidas Instruções acerca dos Decretos de Rosas e Oribe, pelos quais foram fechados os portos da Confederação e os da República do Uruguai às embarcações que houverem tocado no porto de Montevideú. O que V. Exa. se dignar comunicar-me acerca do procedimento que se deve ter com Oribe em virtude do Decreto que promulgou, como consequência e efeito do Decreto do Restaurador⁹⁷ de 13 de Fevereiro último, me há de servir de norma sobre o meu procedimento para com Oribe relativamente ao seu Decreto de 26 de Abril próximo passado, consequência e efeito do Decreto de Rosas promulgado aos 16 do mesmo dito mês. A esperança que tenho de receber as solicitadas Instruções não podem ser destruídas pelo Aviso que V. Exa. houve por bem expedir-me com data de 17 de Abril derradeiro sob nº 1 da 3ª Seção, pois que neste Aviso apenas se decide a segunda das questões propostas no meu Ofício de 4 de Março último, sob nº 3 da 3ª Seção, sem que decisão alguma se tome sobre a primeira daquelas questões, isto é, sobre o Decreto de 13 de Fevereiro, e o que Oribe publicou à imitação desse.

Pelo que respeita, porém, às medidas que entretanto julguei conveniente adotar, consistem elas em haver exigido do Comandante da Divisão Naval Brasileira surta nas águas do Rio da Prata que, fazendo visitar com frequência por alguma das embarcações de guerra da Divisão do seu Comando os portos da Colônia, Buceo e Maldonado, encarregue além do mais o Comandante da embarcação de examinar se em algum dos mencionados portos se nega despacho a navio Brasileiro, ou a carregamento pertencente a Brasileiro com o pretexto de que o carregamento, ou parte dele, seja procedente do Paraguai, ou tenha sido transportado em navio que trouxesse algum gênero com aquela procedência. Dada alguma destas hipóteses, e coligido o maior número possível de informações verídicas e provas, obrarei conforme entender acertado para fazer cessar a opressão até que V. Exa. seja servido declarar-me de uma maneira positiva e terminante qual deva ser o novo procedimento, o que uma e muitas vezes, para bem do serviço do Soberano e da Pátria, tomo a liberdade do solicitar de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

97 Refere-se a Juan Rosas que, como se apresentava como o “defensor das instituições”, violadas pelos unitários, e único capaz de controlar o caos social e político na época, recebeu dos deputados da Sala de Representantes o título de “*Restaurador de las Leyes*”, o qual foi continuamente reiterado e utilizado como instrumento do discurso político do rosismo até sua queda em 1852. Fonte: TERLIZZI, Bruno Passo. *Conceitos e disputa: as linguagens políticas nas obras de Sarmiento e o conflito em torno do conceito de americanismo*. IFCCHUEC. (Dissertação de mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2013.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ernesto Ferreira França
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO⁹⁸ • 13 MAIO 1845 • AHI 222/4/3

Nº 10
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 13 de Maio de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Às últimas notícias de Buenos Aires que tive ocasião de transmitir a V. Exa. posso agora acrescentar, referindo-me a comunicação do dia 8 do corrente mês, que neste dia devia ser recebido o novo Ministro Inglês naquela República, *Mr. Ouseley*; que *Mr. Mandeville* se tinha despedido no dia antecedente; que o Ministro dos Estados Unidos⁹⁹ ali residente estava determinado a protestar contra toda e qualquer ingerência de Estrangeiros nos negócios do Rio da Prata; que se acreditava ser esta determinação tomada por insinuações do Ministro da mesma Nação acreditado junto do Governo do Brasil; que nada se sabia da maneira por que Rosas terá de responder ao desconhecimento do bloqueio intimado no dia 17 de Abril próximo passado, silêncio que se explicava pela conveniência de não tomar sobre este negócio resolução decisiva enquanto Ouseley não apresenta e desenvolve as proposições de mediação, intervenção ou, como melhor nome haja, a comissão especial de que se acha encarregado; que os carregamentos das embarcações que tinham tocado ou, de alguma sorte, comunicado com este porto de Montevidéu ainda estavam a bordo, pois que o Governador nada tinha decidido acerca das reclamações; que as relações com as Províncias interiores e a navegação dos rios continua impedida; e que, além disso, corriam algumas outras notícias de pouca monta, com as quais não fatigarei mais a preciosa atenção de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

98 Intervenção, a lápis, no cabeçalho: "Acuso recebimento". Anotação no verso: "Respondido em 23 de Junho de 1845".

99 Joseph Graham (?-?). Norte-americano de Ohio. Cônsul em Buenos Aires de 1844 a 1855. Fonte SMITH, Walter Burges. *America's diplomats and consuls of 1776-1865*. Center for the study of foreign affairs, Foreign Service Institute, U.S. Department of State, 1986.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Ernesto Ferreira França
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁰⁰ • 02 JUL. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 11

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 2 de Julho de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

As negociações dirigidas em Buenos Aires pelo Ministros de França e Inglaterra têm sido tratadas com segredo tão rigoroso que não só pouco ou nada tem até hoje transpirado com alguns visos de verdade; mas o próprio Encarregado de Negócios da Inglaterra junto do Governo da República do Uruguai, Adolpho Turner, se tem queixado do silêncio do seu colega junto do Governo da Confederação Argentina acerca dos objetos tendentes à missão especial do mesmo seu colega; e cumpre, todavia, notar que o carácter de Turner faz pouco provável qualquer astúcia que possa nisto suspeitar-se para ocultar o que sabe, e saber o que ignora.

Entretanto, tem sido, apesar disso, enviado a Buenos Aires, com o fim de colher notícias, o Capitão-Tenente, Luiz [*sic*] da Silva Araújo Amazonas¹⁰¹, Comandante do Brigue-Escuna *Olinda*, Oficial em quem o Capitão de Mar e Guerra, Chefe da Divisão Naval Brasileira surta nas águas do Rio da Prata, afirma haver a penetração e dissimulação necessária para o intento.

Ao Capitão-Tenente Amazonas disse Arana¹⁰² que tinha dado em resposta aos Diplomatas da França e Inglaterra, que o Ministro dos Estados Unidos

100 Intervenção a lápis no cabeçalho: “Acuso as notícias que comunica”. Anotação no verso: “Respondido em 28 de Julho 1845. Foi cópia para Londres – com Despacho de 26 [...]”.

101 Lourenço da Silva Araújo Amazonas (1803-1864). Militar, geógrafo, etnógrafo. Assumiu o comando da escuna *Olinda* em de 3 de julho de 1844. Fonte: IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, sócios do instituto*. Rio de Janeiro, 1996.

102 Felipe Araña (1786-1865). Advogado e político argentino. Em 1828, deputado; em 30 de abril de 1835, secretário das Relações Exteriores da Argentina. Interino de Rosas nos negócios da nação. Com a deposição do chefe, em 1852, aposentou-se da vida pública. Fonte: <lagazeta.com.ar>. Acesso em: 18 maio 2020.

junto do Governo da Confederação Argentina tinha oferecido a este Governo os bons ofícios dos Governos daqueles Estados para a terminação da Guerra nas Repúblicas do Rio da Prata; e que tendo o Governo de Buenos Aires aceitado o oferecimento, nada podia fazer o Restaurador sobre as proposições de Ouseley e Deffaudis¹⁰³, sem que fosse ouvido o Ministro Americano; e, acrescentou Arana, que em todo o caso nada se faria sem que previamente fosse reconhecido o bloqueio de Montevideú pelas nações neutras.

O Almirante Lainé disse depois ao Capitão de Mar e Guerra, Pedro Ferreira de Oliveira (segundo este me referiu), que a resposta, que disse Arana ter dado, era verdadeira, mas que os Ministros Francês e Inglês tinham recusado a ingerência do Ministro dos Estados Unidos nas indicadas negociações e tinham designado um prazo dentro do qual deve Rosas tomar deliberação definitiva a respeito das proposições que se lhe tem feito.

Mr. Turner mete a ridículo a pretensão de Rosas de chamar a estes negócios o Governo dos Estados Unidos; e pensa que o reconhecimento prévio do bloqueio, como reconhecimento de direito de beligerantes, não pode ter lugar, pois que na última intimação de bloqueio ninguém negou ao Governo de Buenos Aires o direito do bloquear, como beligerante, o porto de Montevideú.

Apenas os neutros se negaram a sujeitar-se a condições que consideraram ofensivas de seus direitos e de sua dignidade.

Em Buenos Aires se divulgou ultimamente a notícia de declaração de guerra do Paraguai contra o Governador Rosas. Afirmam que existem naquela Cidade cópias de Proclamação ou Manifesto do Governo daquela República, as quais são mostradas com extrema cautela, como o exige a segurança dos que as possuem.

Se ao que levo exposto juntar algumas notícias das vizinhanças de Maldonado, terei levado ao conhecimento de V. Exa. quanto neste momento sei a respeito do estado do país.

Os oficiais da Corveta *Bertioga*, chegada há dois dias do porto de Maldonado, contam pelo que ouviram ali que aquela parte do país está ocupada pelos partidistas de Oribe, a cujos Chefes diariamente se apresentam grupos da gente destroçada na batalha da Índia Morta¹⁰⁴.

103 Antoine-Louis Deffaudis (1786-1869). Barão e conselheiro de Estado, diplomata. Ministro plenipotenciário da França em Buenos Aires, onde chegou a 30 de maio de 1845, recebendo instruções para agir em consonância com Ouseley em relação ao cerco a Montevideú. Fonte: SANTOS, Guido Guimaráes. “*Comerciais e acidentalmente políticos?*”:o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e a política internacional do Império (1845-1852). UNICAMP/ PPGH/IFCH, Campinas, 2019.

104 Batalha travada, em 27 de março de 1845, durante a Grande Guerra uruguaia, quando as tropas blancas de Oribe enfrentaram e derrotaram as tropas coloradas de Rivera, que, derrotado, refugiou-se no Rio Grande. Foi preso e conduzido ao Rio de Janeiro, onde influenciou o posicionamento brasileiro na guerra. Fonte: <pt.wiki.org>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Parece que alguns salteadores infestam igualmente as cercanias de Maldonado.

A pouca distância daquele campo de batalha na direção do Cebollati¹⁰⁵ se acha acampado Urquiza¹⁰⁶.

Diz-se que há dissensão entre este caudilho e Oribe.

Fala-se, igualmente, de uma liga entre Urquiza, Paz¹⁰⁷ e Lavalleja¹⁰⁸ contra Rosas e Oribe.

É quanto nesta ocasião posso relatar a V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu¹⁰⁹
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

105 Vila no departamento de Rocha no leste do Uruguai, localizada a 14 quilômetros a oeste da lagoa Merin, na fronteira com o Brasil.

106 Justo Jose Urquiza (1801-1870). Político argentino. Tomou posse como governador eleito da província de Entre Ríos em 15 de dezembro de 1841. Partidário de Rosas, teve atuação ativa nos conflitos daquele período. Depois de aliar-se ao Brasil na guerra contra Oribe e Rosas, Urquiza será o primeiro presidente constitucional da Argentina de 5 de março de 1854 a 5 de março de 1860. Fonte: JARDIM, Wagner Cardoso. Justo José Urquiza, uma incógnita na guerra do Paraguai. In: *Anais do XII Encontro estadual de história*. 11 a 14 de agosto de 2014. ANPUHS.

107 José Maria Paz (1791-1854). Militar, brigadeiro-general argentino. Lutou na Guerra Cisplatina contra o Brasil. Após a guerra voltou a Buenos Aires juntando-se a Juan Lavalle. Líder da Liga Unitária, grupo de oposição ao governo federalista de Juan Manuel Rosas. Em 1843 aderiu ao governo separatista de Corrientes com Joaquim Madariaga, obtendo deste o comando do Quarto Exército. Fonte: *Memorias póstumas del brigadero general D. José M. Paz*. Charleston: Nabu Press, 2012.

108 Juan Antonio Lavalleja (1784-1853). Político e militar uruguiaio. Teve junto com Oribe uma destacada atuação na luta pela independência do Uruguai. Contribuiu para a criação do Partido Blanco. Foi presidente do Uruguai no Triunvirato de Governo de 1853. Fonte: <ecured.cu> Acesso em: 13 fev. 2021.

109 Antonio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883), Visconde do Abaeté. Advogado e político. Deputado por Minas Gerais de 1826 a 1841 e de 1845 a 1847; desembargador; promotor; presidente de Minas Gerais de 1833 a 1835; presidente do Conselho de Ministros; ministro e secretário dos Negócios do Império em 1835 e 1837 e da Justiça de 1835 a 1836 e de 1840 a 1841; novamente interino em 1845; ministro e secretário de Estado dos Negócios dos Estrangeiros em 1845 e em 1848; interino dos Negócios da Fazenda em 1848; novamente dos Estrangeiros em 1853. Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Montevideu em 1855; ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha em 1858; presidente do Conselho de Ministros em 1858; senador pela província de Minas Gerais de 1848 a 1883; presidente do Senado de 1861 a 1873. Fonte: GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Edição do autor, 1938.

OFÍCIO¹¹⁰ • 30 JUL. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 20

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 30 de Julho de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tendo eu requisitado do Cônsul Brasileiro em Buenos Aires¹¹¹ as informações convenientes sobre o atual estado das coisas naquela Cidade, tanto para fazer a V. Exa. os necessários avisos, como para melhor observância de suas ordens, o mesmo Cônsul me escreveu, como a V. Exa. constará da cópia inclusa sob nº 1; e, porque o Chefe da Divisão Naval Brasileira surta nas águas do Rio da Prata, em Ofício datado de anteontem, me remeteu, por cópia, a participação que na mesma data lhe endereçara o Comandante do *Olinda*, sobre o que havia observado na sua última viagem a Buenos Aires, assim como a cópia de uma tradução da Nota que Ouseley endereçou ao Ministro Arana em 8 do corrente Julho, tenho, igualmente, a honra de passar às mãos de V. Exa. também as cópias destes dois últimos documentos sob nºs. 2 e 3. À vista destes três papéis terá V. Exa. conhecimento do que havia de mais importante em Buenos Aires até a partida do *Olinda*, que teve lugar no dia 26 do corrente.

Entretanto, ansioso esperamos aqui notícias posteriores à deliberação última de Rosas, que deve ter lugar amanhã.

Deus Guarde a V. Exa.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] Nº 1

Nº 7 / CÓPIA

Consulado-Geral do Império do Brasil
Buenos Aires, 25 de Julho de 1845.

Ilmo. Sr.,

Acuso o recebimento do Ofício Reservado que sob nº 1, e data de 21

110 Escrito no verso: Respondido [em] 18 [de] [Agosto] [de] 1845.

111 Clemente José de Moura. (?-?). Fonte: MRE. Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros: 1845.

do corrente, V. Sa. houve por bem dirigir-me; e como V. Sa. Me pede haja de informar-lhe sobre os progressos, estado, êxito e tempo que o resultado final das negociações entabuladas com este Governo pelos Ministros da França e Inglaterra se fará esperar, vou relatar a V. Sa. quanto a semelhante respeito há, e que tem visos de verdade, se bem que precisa ainda de caráter mais claro para poder-se formar um juízo, um porvir, etc. Asseguram que tais Ministros não tendo podido reduzir a este Governo a prestar-se à pacificação destas Repúblicas, visto que punha por obstáculo o haver aceitado os bons ofícios que em Nome de Seu Governo lhe havia ofertado o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, *Mr. Brent*¹¹², lhe dirigiram seu *Ultimatum* no dia 8 do presente, dando-lhe um prazo para que houvesse de responder a todas as Notas que lhes tinham passado a tal respeito; que terminado este prazo, não havendo-lhes dado a menor solução, lhe oficiaram dizendo que reputavam seu silêncio por uma absoluta negativa, e que em consequência disso iam tomar as medidas convenientes; que, então, o Governo lhes contestara largamente, mas sem ceder em nada às suas pretensões o que lhes pôs ao caso de desistir do primeiro propósito, e de novo lhe oficiaram, pedindo-lhe reconsiderasse maduramente aquela sua negativa, e se servisse comunicar-lhe sua final resolução dentro do prazo que lhe marcavam (o qual, dizem, se cumpriu no dia 20 deste); isto não posso assegurar a V. Sa. sua veracidade; o que há, porém, de certo é que uma das argumentações de suas Notas é a seguinte: “O abaixo assinado deve declarar a S. Exa. que a eleição ou a reinstalação do General Oribe, em presença de uma força Argentina, não pode ser admitida como legal, nem reconhecida pelo Governo da Grã-Bretanha e da França”; agora, é geral a voz de que eles voltaram a officiar-lhe, pedindo-lhe uma resposta satisfatória ou seus Passaportes para o dia 31; neste último caso, se embarcarão a bordo do vapor *Firebrand*; são diversos os fins que se esperam deste negócio, mas ao que todos se inclinam é na probabilidade de um bloqueio, o que não é destituído de fundamento, pois que é notório que os Barcos de Guerra de ambas Nações têm andando continuamente pelas imediatas Costas, ao Sul e Norte, sondando rios, tomando suas alturas, etc.; este receio tem levado a consternação ao Povo, como natural, mas onde já se faz sentir sua influência é no comércio, subindo consideravelmente os preços do metálico e dos artigos de primeira necessidade.

Os habitantes desta Cidade, de contínuo sobressaltados por sérios receios pelo seu bem-estar, se veem hoje, mais que nunca, reduzidos a uma triste e deplorável situação, ao que dão motivo os excessivos aprestos de Guerra que faz o Governo e, muito mais, o que há dias se anda dizendo, de que se vai

112 William Brent Jr. (1783-1848). Encarregado de negócios dos Estados Unidos em Buenos Aires, nomeado em 14 de junho de 1844. Em 15 de novembro do mesmo ano apresentou suas credenciais, encerrando sua missão em 7 de julho de 1846. Fonte SMITH, Walter Burges. *America's diplomats and consuls of 1776-1865*. Center for the study of foreign affairs, Foreign Service Institute, U.S. Department of State, 1986.

reunir a Sala de Representantes, e ainda que se ignora o objeto que a há de ocupar; já daí se espera a renovação das horrorosas cenas de 1840 e 1842, com o desarrollo [sic] da “efervescência popular”; digo que se veem reduzidos a uma triste e deplorável situação porque todos ignoram os fins que se propõem o Governo: se será unicamente reprimir seus revoltosos e castigá-los ou preparar-se para uma Guerra Nacional; em um e outro caso, não deixarão de ser incomodados os Estrangeiros, até mesmo o Sr. Ouseley já deu suas ordens nesse sentido, mandando receber a bordo dos Barcos de Guerra de S.M.B. a todos os Ingleses que se apresentarem; isto prova também que ele não está seguro do feliz resultado de suas negociações.

É quanto posso dizer a V. Sa. sem nada assegurar com certeza.
Deus Guarde a V. Sa.

(Assinado) Clemente José de Moura
Cônsul-Geral

Ilmo. Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encarregado de Negócios do Brasil em Montevidéu

Está conforme:
Pereira Ribeiro

OFÍCIO • 16 AGO. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 21
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 16 de Agosto de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No discurso que a 11 do corrente mês de agosto dirigiu à Assembleia Geral Legislativa desta República o Ministro de Relações Exteriores, e V. Exa. poderá ler no número incluso do *Nacional*, foi exarado um tópico relativo à situação política do Império do Brasil para com o Estado Oriental.

Afirma o Ministro que o Brasil convidou a França e a Inglaterra para, juntamente com ele, restituírem a paz às Repúblicas do Rio da Prata; e

conquanto esta proposição me seja suspeita de pouco exata, pelo que V. Exa. se dignou comunicar-me em Aviso Reservadíssimo de 20 de Junho último, instruindo-me da suposição em que V. Exa. estava, de que não seria difícil mostrar que a mediação ou intervenção não foi o fim, nem o resultado da missão Abrantes¹¹³, recei suscitador uma questão para a qual me não julgo suficientemente habilitado; e por isso deixei de retificar aquela proposição oficialmente. Verdade é que, respondendo a V. Exa. em 17 de Julho p. p. à Nota de 4 de Março ao antecessor de V. Exa. dirigida pelo Ministro da Confederação Argentina, D. Tomás Guido¹¹⁴, fez V. Exa. sentir a este Ministro quanto estava o Brasil no seu direito, procurando conhecer os direitos e obrigações em que os Gabinetes de Londres e Paris se julgavam constituídos para com a República do Uruguai, assim como a Política que adotavam aqueles Governos, que têm compromissos a despeito da independência da República, a fim de segui-las, quando as suas vistas e os meios de realizá-las combinassem com as que tem o Governo Imperial em tudo conforme à Convenção Preliminar de 27 de Agosto de 1828¹¹⁵.

Eu podia, pois, neste sentido retificar a proposição a que me referi, e asseverar que estas indagações não importavam convite para mediar ou intervir; mas ocorreu-me que talvez se tivesse deixado de manifestar a Guido alguma das circunstâncias que pudessem ter tido lugar em Londres ou Paris, porque tendo eu levemente e de palavra indicado ao Ministro de Relações Exteriores que me não parecia da mais completa exatidão histórica a sua proposição a respeito do convite para mediar ou intervir, respondeu-me que está cabalmente instruído de quanto sobre o assunto se passou em Londres e Paris; que as proposições do Visconde de Abrantes podem ser classificadas de convite; que disto está tão certo que nenhum receio tem de que o contradigam na Corte do Rio de Janeiro.

À vista do exposto julguei de minha obrigação esperar ulteriores ordens de V. Exa. a este respeito.

O Ministro de Relações Exteriores no resto do tópico do seu discurso a que me refiro, indica as mais vivas esperanças de que o Governo de Sua

113 Em 1844, o governo imperial enviou o Marquês de Abrantes, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, à Europa com a finalidade de obter a cooperação do Reino Unido e da França para uma ação contra Rosas. Não obteve sucesso, pois as duas potências preferiram agir sozinhas. Fonte: DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

114 Tomás Guido (1788-1866). Militar, diplomata e político argentino. Em 1810, levou a San Martín plano para a independência do Chile e do Peru. De 1817 a 1820, adido ao governo do Chile; em 1823, ministro do governo do Peru; em 1826, inspetor de Armas; em 1827, ministro da Guerra. Com Balcarce, foi ao Rio de Janeiro para assinar a Convenção Preliminar de Paz de 1828, em reconhecimento da independência do Uruguai. Fonte: <lagazeta.com.br>. Acesso em: 4 jun. 2020.

115 A Convenção Preliminar de Paz, de 27 de Agosto de 1828, foi um acordo entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, mediado pelo Reino Unido, que pôs fim à Guerra da Cisplatina e estabeleceu a independência da República Oriental do Uruguai.

Majestade o Imperador tome brevemente parte nos negócios da intervenção. Este procedimento do Ministro, depois de ter lido a Nota que V. Exa. lhe endereçou com data de 26 de Junho último, e que por mim lhe foi entregue aos 7 do corrente Agosto, é uma prova de quanto ele e todos estão hoje persuadidos de que, sem a cooperação do Brasil no caso de resistência da parte de Rosas, a tarefa que tomaram sobre si a França e a Inglaterra é longa, difícil e, talvez, impossível de levar ao cabo. O Ministro não quis derramar um grande desânimo entre os seus declarando [pura] e [unicamente] que o Brasil não está na intervenção. Como, porém, isto se conclui afinal, e os termos de que ele se serve nada têm de ofensivos, entendendo-se, como parece que o deve ser, quanto disse o Ministro sobre a obrigação em que está o Brasil de observar os Tratados no sentido dos Artigos 1º e 3º da Convenção de 27 de Agosto de 1828¹¹⁶, e aplicados para o caso atual pela citada Nota de 26 de Junho p.p., persuadi-me de que não havia lugar a exigir declarações.

Entretanto, V. Exa. se dignará permitir-me que aproveite a ocasião para levar também ao conhecimento de V. Exa. que no mesmo dia 11 do corrente em que nesta Cidade apresentava o Ministro de Relações Exteriores às Câmaras reunidas a mensagem a que me tenho referido, o General Oribe, tendo convocado também as suas Câmaras, lhes apresentava no Cerrito¹¹⁷ o “Informe” ou Relatório que também passo incluso às mãos de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

116 “CARTA DE LEI – 30 DE AGOSTO DE 1828. Ratifica a convenção preliminar de paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Artigo 1º: Sua Majestade o Imperador do Brasil declara a Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina, separada do território do Império do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação, debaixo da forma de Governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades e recursos; Artigo 3º: Ambas as Altas Partes Contratantes obrigam-se a defender a independência e integridade da Província de Montevidéu, pelo tempo e pelo modo que se ajustar no tratado definitivo de paz. [...] Feita na cidade do Rio de Janeiro aos 27 do mês de Agosto do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1828”. Fonte: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*. 1828.

117 Cerrito de la Victoria é um bairro de Montevidéu localizado em uma colina – cerro em espanhol – atribuído que propicia visão privilegiada do entorno. Com o cerco a Montevidéu em 1843, o Uruguai estava dividido em dois governos: o governo sitiado da Defesa, liderado por Rivera, e o governo de Cerrito, que tinha Oribe como presidente, de onde “governava” e nomeava ministros. Fonte: MESSIAS, Talita Alves de. A Guerra Grande e a Província de São Pedro (1832-1852). *RIHGRGS*, Porto Alegre, nº 154. Jul. 2018.

OFÍCIO • 26 AGO. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 23

[RESERVADO] / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 26 de Agosto de 1845.

[Ilmo. e Exmo. Sr.,]

Acuso recebido o Aviso que V. Exa. se dignou dirigir-me com data de 30 de Julho último, sob número 11 dos Reservadíssimos, expondo os termos a que tinham chegado as negociações entabuladas pelos Srs. D. Francisco Magariños¹¹⁸ e D. Tomás Guido, tratando aquele dos passaportes denegados ao General Rivera¹¹⁹, e do regresso dos emigrados residentes no Rio Grande do Sul, e tratando este do não reconhecimento da independência do Paraguai, e de outros assuntos.

Como, porém, V. Exa. me autorizou pelo citado Aviso a fazer perante este Governo o uso que convier, das comunicações contidas nesse mesmo Aviso, e ou achasse em manifesta contradição com a linguagem do Ministro de Relações Exteriores da República acerca de D. Fructuoso Rivera tanto algumas publicações, que em Folhas Ministeriais (as únicas que se imprimem nesta Cidade) eram dadas à luz, censurando a denegação de passaportes àquele General, como quaisquer instâncias que nessa Corte fizesse Sr. Magariños para obter aqueles passaportes, e mais que tudo a possibilidade de ser o vencido da Índia Morta nomeado Ministro da Guerra, exigi de D. Santiago Vázquez as explicações necessárias para resolver a indicada contradição.

Respondeu-me pelo que respeita às publicações do *Nacional*, e *Constitucional*, periódicos desta Cidade que só deve ser considerado como Artigo Oficial em qualquer destes periódicos aquele artigo que precede essa mesma designação de “Artigo Oficial”. Acrescentou Vázquez que, por meios indiretos, teria podido o Governo obstar a que se tivessem feito tais publicações, mas que ele julgara conveniente não tolher a discussão do assunto depois da publicação que a Comissão Permanente fizera do Ofício a ele dirigido, publicação de que

118 Francisco de Borja Magarinos de Cerrato (1795-1855). Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai no Brasil de 1840 a 1848. Fonte: MRE. Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros: 1840 a 1848.

119 Fructuoso Rivera ou Dom Fructos (1784-1854). Militar e político uruguaio. Em 1810 engajou-se na causa da independência com ativa participação na política platina. De 1830 a 1834 e de 1838 a 1843, presidente constitucional do Uruguai. Despendeu parte de seus mandatos lutando contra os antigos aliados Lavalleja e Oribe. Este último, sob influência de Rosas, invadiu o país com tropas argentinas, isolando Montevideú. Derrotado, em 1847, refugiou-se no Brasil. Morreu em 1854, quando voltava ao Uruguai para compor um triunvirato com Lavalleja e Venâncio Flores. Fonte: SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro*: 1822 a 1889. Rio de Janeiro: M. Orosco & Co., 1906, v. I.

Vázquez sempre se queixa como de um ato pouco leal, notando que ao mesmo passo em que recebia o dito Ofício, o lera impresso no *Constitucional*, que é diário da tarde. A Comissão Permanente, quase toda composta de indivíduos pertencentes ao pequeno círculo que parece ter-se conservado nos interesses de Rivera, por serem também os seus próprios interesses, tinha convidado a D. Santiago para dar-lhe várias informações, entre as quais era um dos tópicos, a detenção do General Rivera no Rio de Janeiro. Deu o Ministro essas informações, e a Comissão, louvando o seu procedimento, fez como um breve relatório do que ele havia dito e o publicou no *Constitucional*, omitindo a declaração de que se havia dado ordem ao Sr. Magariños para que não insistisse na exigência dos passaportes. A maioria da Comissão Permanente quis dar um testemunho de adesão, fingir que Fructuoso goza de popularidade que não tem e magoar o Ministro Vázquez. Entendo que uma das razões por que se fez a convocação extraordinária do Corpo Legislativo foi para subtrair à Comissão Permanente o exame do procedimento ulterior do Governo da República neste negócio, pois que desde aquela convocação e, desde a apresentação da Mensagem de 11 de Agosto corrente, ficou esse exame pertencendo ao Corpo Legislativo pelo menos segundo a opinião do Ministro, que talvez a ser necessário provoque um ato legislativo declaratório disso mesmo, posto que concebido em termos gerais.

Pelo que respeita à insistência em obter passaportes, repetiu-me Vázquez o que por vezes me tem afirmado, da persuasão em que está de que o Governo do Brasil faz nas atuais circunstâncias importante serviço à República, e favor ao próprio Fructuoso em não consentir que ele saia do Rio de Janeiro, pois que a sua presença nesta Capital, e até em qualquer outro território do Estado, seria atualmente nociva aos interesses públicos e aos interesses pessoais do mesmo General Rivera, acrescentando D. Santiago que para me convencer da sinceridade destas comunicações, e ficar mais cabalmente inteirado do pensamento do Governo Oriental sobre este assunto, me pedia que passasse em um dos dias imediatos pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros onde desejava mostrar-me as ordens e instruções relativas ao objeto de que trato.

Pelo que respeita à possibilidade de ser o General Rivera nomeado Ministro da Guerra, mostrou-se de todo surpreendido o Ministro de Relações Exteriores, afirmando que tal nomeação não teria lugar e, que semelhante ideia, no seu entender, não passava de um ardil sugerido ao Sr. Magariños por Fructuoso com o fim de saber se no caso de ter lugar aquela nomeação, lhe daria passaportes o Governo Imperial. Persuade-se Vázquez de que se V. Exa. respondesse afirmativamente com o fundamento da resposta de V. Exa., Fructuoso solicitaria a nomeação, mas ainda assim (continuou Vázquez) tal nomeação não se faria.

Fui posteriormente à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e ali o Ministro

me leu a minuta de uma peça oficial e registro de outras. É claro que não podendo tomar apontamentos por escrito naquela ocasião, apenas posso agora levar ao conhecimento de V. Exa. o que em suma de todos esses documentos oficiais resulta, e vêm a ser: 1º, que o Governo da República, aprovando o procedimento do Sr. Magariños em solicitar do Governo Imperial os passaportes denegados do General Rivera, ordena ao mesmo Sr. Magariños que não insistisse neste assunto por maneira que pudesse trazer alguma quebra nas boas relações entre o Império e a República; 2º, que se extinguiu o cargo de Diretor de Guerra, até então confiado a D. Fructuoso, reassumindo o Governo todas as atribuições desse cargo, nomeando a D. Anacleto Medina¹²⁰ General em Chefe dos Exércitos do Estado e, a Flores¹²¹, Segundo Chefe e, ordenando ao primeiro que nenhuma inovação faça nisto sem a expressa determinação do Governo; 3º, que tudo se comunicou a Rivera, ordenando-se-lhe que não saia do Rio de Janeiro sem passaportes, e que se lhe concederem passaportes para o Rio Grande do Sul se dirija àquela Província do Império e aí espere que o Governo da República lhe dê um destino correspondente à sua categoria; 4º, que positivamente se declarou a Fructuoso que sua presença nesta Capital seria prejudicial aos interesses públicos e aos pessoais dele, Fructuoso, insinuando-se-lhe ou talvez, antes, ordenando-se-lhe que não venha cá.

Terminou esta conferência por dizer-me o Ministro que todas estas comunicações de sua natureza são confidenciais, mas que ele me pedia que levasse tudo miudamente à presença de V. Exa., o que, aliás, tenho feito, como entendi e pude.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

120 Anacleto Medina Vieira (1788-1871). Militar e político uruguaio. De 1845 e 1846, general em chefe do exército colorado. Afastou-se de Rivera e passou para o “exército aliado”, sob ordens de Urquiza. Em fevereiro de 1852, derrotou o general Rosas em Monte Caseros. Em 1856, comandante em chefe em Armas de Montevideú. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 15 fev. 2021.

121 Venâncio Flores (1808-1868). Militar e político uruguaio do Partido Colorado. Lutou contra Oribe e Rosas. Por duas vezes presidente da República, de 1854 a 1855 e de 1865 a 1868. Em 1863, organizou um levante armado contra o presidente Berro. Em 1864, pactuou com o Brasil e a Argentina a Triplíce Aliança contra o Paraguai em troca do apoio brasileiro contra o presidente Aguirre. Retomou o poder e foi assassinado. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OFÍCIO¹²² • 27 AGO. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 24

1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 27 de Agosto de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Ao que tive ontem a honra de expender a V. Exa. em Ofício Reservado sob número 23, tenho, hoje, a acrescentar: 1º, que uma das peças oficiais a que me referi foi publicada no *Nacional*, como V. Exa. há de ver do número incluso deste periódico; 2º, que na publicação dessa peça oficial se omitiram palavras, de maneira que onde se lê “*que se le hagan igualmente indicaciones sobre las miras del Gobierno relativamente a y todas las prevenciones*” deve ler-se “*que se le hagan igualmente indicaciones sobre las miras del Gobierno relativamente a Santa Teresa, y todas las prevenciones*”; 3º, que enquanto à recomendação que V. Exa. se dignou fazer-me no Aviso de 30 de Julho p.p., cuja recepção acusei ontem, acerca dos meios de proteger os súditos Brasileiros residentes em Buenos Aires, no caso de sofrerem ali alguma violência, posso levar ao conhecimento de V. Exa. que duas embarcações de guerra se acham atualmente fundeadas defronte de Buenos Aires por deliberação do Chefe da Divisão Naval tomada de acordo comigo anteriormente. O mesmo número de embarcações pelo menos será ali conservado por ora, ainda que não haja motivo especial para recear alguma efervescência popular contra os Brasileiros. Se houver reclamação do respectivo Cônsul, ou outro qualquer motivo justo, estou certo de que outras embarcações de guerra serão mandadas para aquele porto.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

122 Anotação a lápis no cabeçalho: “Acuse o recebimento com referência especial ao fato e notícias de que se faz menção”.

OFÍCIO • 03 SET. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 27

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 3 de Setembro de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Acuso a recepção do Aviso que V. Exa. foi servido endereçar-me com data de 28 de Julho último sob nº 10 dos Reservados, acusando também a recepção do meu officio, igualmente Reservado, escrito aos 2 do dito mês de Julho e designado sob nº 12.

Em quanto ao que nesse officio relatei a V. Exa. acerca do que dissera o Ministro Arana ao Capitão-Tenente Comandante do Brigue-Escuna *Olinda*, sobre os negócios da intervenção, posso referir-me ao que o Governo de Buenos Aires acaba de publicar em alguns números da *Gazeta Mercantil*, que, pelo Consulado-Geral do Brasil naquela Cidade, não deixaram de ter chegado à presença de V. Exa.

O interior do país continua, não só em Maldonado, mas geralmente debaixo do domínio das armas e partidários de Oribe.

Não tenho ouvido coisa alguma posteriormente com relação à liga, de que se falou, entre Urquiza, Paz e Lavalleja contra Rosas e Oribe

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Nº 31

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 4 de Setembro de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o Aviso Reservado que sob nº 17 se dignou V. Exa. endereçar-me aos 21 do próximo passado mesmo de Agosto, comunicando o objeto da conferência que nesse dia tinha tido V. Exa. com o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Confederação Argentina, e a resposta que V. Exa. dera ao mesmo Ministro, relativamente à notícia de haverem os Comandantes das Forças Navais Inglesas e Francesas convidado, em virtude de uma ordem que apresentaram do Governo Imperial, o Comandante das Forças Navais do Brasil para cooperar com eles, anuindo o dito Comandante a este convite.

Eu posso afirmar a V. Exa. que em toda esta notícia não há uma só palavra de verdade. Não existiu tal convite; não existiu tal aceitação de convite; e que não existe tal ordem do Governo sabe V. Exa. otimamente.

Isto bastava, segundo entendo, para mostrar que V. Exa. nos fez cabal justiça a [mim] e ao Chefe da Divisão Naval Brasileira, quando V. Exa. se recusou a acreditar um fato que importaria a mais palpável transgressão das ordens e instruções do Governo Imperial a seus Agentes nesta parte da América; mas, por forma de esclarecimento, observarei, contudo, que a notícia de que se trata, com algumas variantes, foi fabricada aqui, onde teve, aliás, um curso mui limitado, já porque em vez de convite se falava em ordem positiva e terminante, já porque, ordem ou convite, ninguém acreditava que pudesse ter lugar sem algum aviso direto ao Representante do governo do Brasil ou ao Comandante das Forças Navais do Império, e já porque os fatos posteriores imediatamente puseram patente a falsidade deste boato. Por estes motivos, e pela certeza que tinha de que V. Exa. conheceria logo a falsidade de uma notícia que se referia a ordens que se não tinha dado, julguei desnecessário ocupar a preciosa atenção de V. Exa. com tal assunto, além de que, relatar e refutar todas quantas falsidades inventa neste país o espírito de partido, seria tomar sobre mim uma tarefa em extremo penosa, talvez inexecutável, absolutamente inútil para o serviço público ou, antes, eminentemente prejudicial ao serviço público, pois que apenas teria em resultado roubar a V. Exa. o tempo que V. Exa. tão utilmente emprega nos interesses do Estado.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 15 OUT. 1845 • AHI 222/4/3

Nº 39
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 15 de Outubro de 1845.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Acuso a recepção do Aviso Reservado Circular de 15 de Setembro último, pelo qual se dignou V. Exa. demonstrar que o Governo do Brasil não tinha provocado a dupla intervenção Anglo-Francesa nos negócios do Rio da Prata e indicar os inconvenientes que da influência dos Governos da Europa nesses negócios podem resultar aos interesses do Brasil, dignando-se V. Exa., outrossim, declarar-me que devo considerar desde já as observações constantes do mencionado Aviso como Instruções para regularem junto do Governo desta República, cuja benevolência V. Exa. espera que eu continue a merecer e a afeiçoar ao Império

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

MONTEVIDÉU

1846

OFÍCIO¹²³ • 07 JAN. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 3

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 7 de Janeiro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Acuso a recepção do Aviso que V. Exa. se dignou expedir-me com data de 22 de Dezembro último sob número 37 dos Reservados; e ficando instruído de qual é a política do Governo dos Estados Unidos acerca da intervenção dos Governos da Europa nos negócios da América, e principalmente acerca da independência do Paraguai, fico também certo de que em todas as ocasiões próprias para isso devo defender os princípios do Governo Imperial acerca dos direitos das nações ribeirinhas pelo que respeita à navegação dos rios, posto que ansiosamente espero os ulteriores desenvolvimentos por V. Exa. prometidos à doutrina indicada.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

123 Intervenção a lápis no cabeçalho: “Ac[usar] receb[imento]”.

OFÍCIO¹²⁴ • 25 FEV. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 5

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Fevereiro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o Despacho de 2 de Janeiro último, designado com o número 1 dos Avisos Reservados, e rogo a V. Exa. que me permita submeter à consideração de V. Exa. algumas reflexões, e informações relativas aos objetos tratados na conferência cujo extrato V. Exa. me fez a honra de enviar incluso no Despacho cuja recepção acusei.

Pelo que respeita à neutralidade do Paraguai, sabemos ulteriormente que está ela dependente de um passo o qual V. Exa. julga com o seu costumado acerto que Rosas não dará; e pelo que respeita à neutralidade de Bolívia, terá V. Exa. igualmente visto das folhas públicas e da própria Mensagem de Rosas de 27 de Dezembro último ao Corpo Legislativo de Buenos Aires que há mais princípios para discórdia do que para boa inteligência e amizade. Cumpre-me acrescentar que nesta Cidade se acha, há tempos, o General Dom Eusebio Guilarte¹²⁵, nomeado Encarregado de Negócios de Bolívia junto do Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil; e se os sentimentos deste Diplomata estão de acordo, como devem estar, com os sentimentos do Governo que vai representar, posso afirmar a V. Exa. que nenhuma simpatias há na administração de Bolívia para com o Governo de Rosas.

Em quanto ao que diz o Cônsul Americano, de que à vista da marcha da intervenção não seria para admirar que ela quisesse estabelecer em Montevideú um governo propriamente seu para dispor melhor dos negócios do Rio da Prata, eu me refiro ao que tenho exposto a V. Exa. em cartas confidenciais acerca de muitos atos dos Ministros interventores, e da tendência que nesses atos encontro para um Protetorado que, aliás, se poderia dizer, em rigor, já estabelecido; mas acrescentaria hoje que se a França e a Inglaterra querem fazer alguma coisa de sólido e permanente para segurança de vidas, de propriedade e de comércio de seus respectivos súditos nas margens do Prata, é necessário que achem algum meio de conservar ação permanente e forte sobre estes povos, completamente desmoralizados, habituados à rapina do campo e às prevaricações da Capital.

124 Anotação no verso: “Respondido 28 Março 1846”.

125 Eusebio Guilarte Mole (1805-1849). Militar boliviano. Nomeado pelo presidente general Ballivian, foi, em 23 de dezembro de 1847, empossado presidente da Bolívia, mas governou por somente dez dias, sendo derrubado por José Miguel Molesco. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Embora se consiga expelir a Rosas, a Oribe e a Fructuoso como dizem os interventores que é necessário fazer para bem do país. Atrás desses há outros muitos caudilhos que, apenas possam, têm de disputar a presa. Não me parece que os Ministros Francês e Inglês deixem de ver as coisas por um lado tão saliente; e por isso creio que ou Protetorado, ou Governo próprio, ou algum outro meio terão eles de empregar a fim de não perderem, sem fruto, trabalho, tempo e despesas de dinheiro, e [sangue]; nem me causa embaraço o receio de que se ofenda a nacionalidade, porque nacionalidade sem nação é coisa difícil de entender; e todos sabem como é diminuto nesta República o número dos nacionais em relação ao dos estrangeiros, tomados na sua totalidade. Eu rogo a V. Exa. que me conceda licença para reportar-me aos artigos publicados no jornal oficial do Governo de Montevidéu, nos quais se demonstrou que a República do Uruguai se acha em circunstâncias muito especiais porque nela a maioria da população e da riqueza está da parte dos estrangeiros com uma mui considerável diferença contra os nacionais. Verdade é que estes professam grande e entranhável aversão contra todos os que viram a luz fora do solo da República; mas esse ódio a “*los gringos*”, apodo¹²⁶ com que, à maneira dos espanhóis, designam eles os estrangeiros, é no meu entender *telum imbelle sine ictu*¹²⁷: e para persuadir-me disso basta ponderar a facilidade com que essa aversão se transforma em obséquios e cortesia quando dos estrangeiros esperam ou temem. De mais a alguns poucos Orientais de boa-fé tenho ouvido, por cansados, o que o Redator do *Comércio do Prata* já disse inspirado, a meu ver, por sentimentos muito menos louváveis, isto é, que teriam sido muito mais felizes se, em vez de constituírem nação independente, estivessem debaixo do domínio e proteção de uma nação poderosa, civilizada e cristã.

Eu vejo, porém, que V. Exa. se achava informado de que a 15 do corrente mês de Fevereiro teria a Presidência da República Oriental do Uruguai de ser conferida a outro indivíduo, e este nomearia Ministro dos Negócios Estrangeiros D. Francisco Magariños, que se acha nessa Corte, e deveria ter recebido as inspirações dos Ministros da Inglaterra e da França para vir formulá-las e desenvolvê-las em atos governativos; mas V. Exa. sabe pelas folhas públicas, ou pela minha participação oficial, que não teve lugar aquela eleição de novo Presidente da República¹²⁸ em consequência de se haverem dissolvido as Câmaras

126 Dito irônico ou espirituoso; gracejo, chalaça. comparação jocosa ou ultrajante.

127 *Telum imbelle sine ictu*. “dardo imbele e sem força (para ferir)”. Aplica-se a qualquer ataque frouxo.

128 Joaquim Suárez de Rondelo (1781-1868). Político e militar uruguaio. De 1843 a 1852, como presidente do Senado, exerceu interinamente a Presidência da República, uma vez que a instabilidade política do país impediu a convocação de eleições gerais. Seu governo resistiu por oito anos aos ataques de Oribe contra Montevidéu e ao bloqueio naval imposto por Rosas. Prócer da independência, Rondelo foi em 1828 o primeiro chefe de governo do Uruguai, e novamente em 1830. Em 1831, ministro da Guerra; em 1834 foi deputado e em 1836 e 1839 foi eleito senador. A ele é creditada a criação da bandeira do Uruguai. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Legislativas, segundo consta do Decreto e Manifesto de 14 de Fevereiro corrente. Que este ato do Governo de Montevidéu foi praticado com o intuito de evitar aquela eleição, na qual Magariños, Fructuoso e os amigos deste haviam posto as suas esperanças, é coisa de que não tenho ouvido duvidar a pessoa alguma; e de que o Governo de Montevidéu não se atreveria a dar este passo sem estar de acordo e contar, no caso de que isso fosse necessário, com o apoio dos interventores é persuasão de que me não pode desviar tudo quanto me tem dito em sentido contrário o Encarregado de Negócios de Inglaterra, o qual assevera que ao primeiro movimento dos acontecimentos de 14 ele, o Ministro Ouseley e o Contra-Almirante Lainé se dirigiram surpreendidos à Casa do Governo e falaram a Vázquez nos termos mais positivos, desaprovando o golpe de estado que acabava de dar. Quando eu digo que estou persuadido de que a medida foi tomada de acordo com os interventores, fundo-me unicamente na convicção em que estou, de que atos de certa importância não pratica o Governo de Montevidéu sem esse acordo. Se tivesse, pois, outros dados ou informações positivas da influência de Franceses e Ingleses no golpe de estado de que se trata, não teria deixado de pedir explicações terminantes e precisas a respeito; mas também pode ter acontecido que Vázquez fosse além daquilo que tinha ajustado; pode ser que Ouseley e Deffaudis concordassem na declaração de que as Câmaras estavam dissolvidas, e de que a necessidade da salvação do Estado habilitava o Governo para obrar como entendesse; pode ser que a criação do Conselho de Estado e a Convocação da Assembleia dos Notáveis¹²⁹ fossem obra somente do Ministro de Relações Exteriores com o duplicado intento de conciliar do modo possível os ânimos dos dissolvidos, chamados todos a fazer parte da Assembleia dos Notáveis e de se dar importância aos próprios olhos dos interventores, mostrando-se apoiado em uma assembleia respeitável, e suscitando-lhes uma dificuldade mais a vencer no progresso e andamento das coisas da intervenção, circunstância que aumentaria a importância de Vázquez pela sua conhecida fertilidade de expedientes. Levam-me a dar algum peso a esta maneira de pensar as continuadas reflexões de *Mr. Turner* sobre os gravíssimos inconvenientes que podem resultar da ingerência da Assembleia dos Notáveis nos negócios políticos do Estado, e sobre o quanto é para desejar que se retrograde, declarando a mesma Assembleia que nada pode fazer; mas seja-me lícito notar que este desejado regresso não deve trazer, quando tenha lugar, uma nova eleição de Presidente, e que por isso Magariños, Fructuoso e os amigos deste, como partido, ficarão ainda assim provavelmente fora do Poder.

129 Em 11 de fevereiro reuniu-se o “organismo integrado por el sector antirriverista, entre cuyos miembros se anotan los nombres de Santiago Vázquez, Melchor Pacheco y Meló, Andrés Lamas, Manuel Herrera y Obes, José de Bejar, Francisco J. Muñoz, Juan A. Gelly, Fermín Ferreira, José M. Muñoz, Bartolomé Mitre y Adolfo Rodríguez”. Fonte: SIERRA, Vicente de. *História de la Argentina: gobierno de Rosas su caída – hacia un nuevo regimen* (1840-1852). 2. ed. Editora Científica Argentina, 1969, p 284.

Para mim é fora de dúvida que não se deseja aqui o General Rivera por parte do Governo da República, ou por parte dos interventores. Todos sabem que esse homem não se sujeita a leis, não reconhece superior e tem vivido sempre de violências, prevaricações e anarquia: o Governo da República apregoa que está chegada a época do reinado das instituições, e não dos indivíduos; os interventores querem sim uma ordem de coisas conveniente a seus interesses, dominada por eles, mas querem ordem qualquer que ela seja e Fructuoso é incompatível com quanto seja obediência, subordinação, respeito a outrem.

Pelo que respeita, porém, ao acampamento visitado pelo Comandante da *Raritan*¹³⁰, e ao bom espírito de que pareceram animadas as tropas, espero que V. Exa. me conceda referir-me ao que ultimamente levei ao conhecimento de V. Exa. com relação às últimas notícias comunicadas de Buenos Aires pelo Cônsul-Geral do Brasil ali residente.

Em quanto ao que V. Exa. se dignou comunicar-me sobre a oposição do Governo dos Estados Unidos da América do Norte ao famoso Decreto de Rosas de 27 de Novembro último, tenho somente a ponderar que muito é para estimar que tenhamos também do nosso lado nessa questão o Governo daquela República, posto que não espero outras declarações ou modificações do Decreto além do que sobre tal assunto disse o Restaurador na sua Mensagem de 27 de Dezembro próximo passado.

É quanto se me oferece por agora submeter à consideração de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

¹³⁰ Francys Hoyt Gregory (1789-1866). Militar. Primeiro capitão e comandante da fragata norte americana *Raritan*. Lançada ao mar em 1843, foi, em 20 de fevereiro de 1844, incorporada na Divisão Naval Brasileira (Esquadrão Brasil) com sede no Rio de Janeiro destinada à estação naval norte-americana no Rio da Prata junto à fragata *Congress* e ao brigue *Bainbridge*. Fonte: <es.wiki.org>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OFÍCIO¹³¹ • 03 MAR. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 9

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 3 de Março de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o Aviso de V. Exa. se dignou endereçar-me com data de 11 de Fevereiro último sob o número 4 dos Reservados, e fico certo de qual seja a missão do Sr. Hopkins¹³² a Buenos Aires, assim como das sábias reflexões pelas quais V. Exa. se persuade de que nenhum êxito haverá essa missão, e de tudo o mais que V. Exa. houve por bem comunicar-me no Despacho cuja recepção acuso.

As reflexões de V. Exa. talvez se confirmam pelo que me participa o Comandante da nossa Divisão Naval em carta de 25 de Fevereiro último, pois que falando ele a Arana sobre a conveniência de pôr-se o Governo da Confederação Argentina em boa inteligência com o Governo do Paraguai, respondeu o Ministro de Relações Exteriores que nenhuma dúvida haveria nisso, uma vez que se retirassem as tropas enviadas em auxílio de Paz e se anulasse o tratado celebrado com Corrientes. Se estas condições se propõem, como creio, na qualidade de condições preliminares do reconhecimento da independência, e visto que Rosas as propõe sabendo que não tem de ser admitidas, pois que será necessário um grande excesso de boa-fé para que à simples promessa do reconhecimento de sua independência retrograde o Paraguai do caminho que começou a trilhar.

Entretanto, eu tratei e dei ao Sr. Hopkins as informações que exigiu, segundo V. Exa. me determinou, e já tive a honra de levar ao conhecimento de V. Exa., devendo acrescentar que o recomendei aos bons officios do nosso Cônsul em Buenos Aires e do Comandante da Divisão o qual li se acha atualmente. Deste tive carta com fecho de 28 participando ter chegado o Sr. Hopkins àquele porto. Tinha-o mandado cumprimentar, e dispunha-se a prestar-lhe os serviços ao seu alcance nos termos por V. Exa. ordenados.

131 Anotação a lápis no cabeçalho: “Ac[usar] e resp[onder] [convenientemente]”.

132 Edward Augustus Hopkins (1822-1891). Autodenominado representante diplomático norte-americano no Prata em 1845, propôs ao governo do Paraguai a constituição de uma companhia de navegação de capital misto. No entanto, o seu temperamento intempestivo e a falta de clareza da empreitada comercial foram fontes de desentendimentos com o governo, que culminaram com a sua expulsão. De volta aos Estados Unidos, Hopkins inflamou as relações entre os dois países, levando o governo norte-americano a ordenar uma expedição naval ao Paraguai em 1858-59. Fonte: ARAÚJO, Johny Santana de. Entre a aproximação e a quase guerra: a política externa norte-americana no Paraguai (1845 – 1859). *História Unisinos*, 22(1):88-99, UNISINOS, janeiro/abril 2018.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 06 MAIO 1846 • AHI 221/3/5

Nº 55

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 16 de Maio de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em observância do que V. Exa. me determinou em 17 de Abril próximo passado no Aviso designado com o nº 23 da 3ª Seção, acabo de dirigir ao Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai a Nota constante da cópia inclusa sob nº 1º; mas como é natural que o Ministro depois de algumas averiguações mais ou menos sinceras recuse admitir como certo o fato de que se trata por falta de prova, pareceu-me conveniente, respondendo ao Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul sobre o mesmo objeto, exigir deste toda e qualquer prova que se possa obter daquele deplorável acontecimento, a fim de melhor fundamentar qualquer instância acerca da indicada, justíssima reclamação.

Entretanto, submeto à consideração de V. Exa. na cópia sob nº 2¹³³ os termos em que escrevi ao dito Vice-Presidente.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

133 Não transcrito.

[*Anexo*]

Nº 1 / CÓPIA

Legação do Brasil
Montevideú, 6 de Maio de 1846.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai recebeu ordem do Governo Imperial para reclamar do Governo da República o castigo e exemplar punição dos perpetradores do crime atrocíssimo que se cometeu no dia 30 de Dezembro de 1845 no Estado Oriental, na Costa de Sopas, na Estância de Manuel Antonio Garcez, súdito Brasileiro.

Tinha este mandado a um seu filho com doze vizinhos Brasileiros e três escravos à dita Estância com o fim de fazerem uma tropa¹³⁴, como vulgarmente se diz: e aí se achavam, quando ao amanhecer do dia 30 de Dezembro de 1845 se encontraram cercados por cinquenta e tantos homens, pertencentes ao partido que se denomina Colorado, e comandados por um Alferes Pereira, o qual mandando alar o filho do queixoso e seus companheiros, os fez conduzir para a beira do mato onde foram cruelmente assassinados a lançadas, com exceção de dois que, apesar de gravíssimos ferimentos, puderam fugir a tão bárbaro destino.

A Estância foi roubada. Os nomes das vítimas vai declarado na relação junta. Das participações oficiais relativas a este deplorável acontecimento se vê que o Alferes Pereira serve na guarnição do Salto na arma de Cavalaria; e por tudo isso o abaixo assinado espera que S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República expeça as ordens necessárias tanto para o castigo do indicado Alferes Pereira, e punição de seus cúmplices, como para a indenização do dano causado, expedindo-se igualmente as ordens convenientes para que se não repitam fatos de semelhante natureza, os quais pela sua índole e gravidade, se repetidos forem, podem acarretar represálias, não obstante o sincero desejo que nutre o Governo Imperial de alimentar sempre as melhores relações de amizade com o Governo do Estado Oriental.

O abaixo assinado prevalece-se da ocasião para oferecer a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores a expressão de seus sentimentos da mais alta consideração, estima e respeito pela pessoa de S. Exa.

(Assinado) Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Conforme:
Fragoso Junior

134 Caravana para o manejo e a condução de rebanho bovino de um lugar a outro.

OFÍCIO • 11 MAIO 1846 • AHI 222/3/5

Nº 58
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 11 de Maio de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Recebi ontem a Nota de 8 do corrente pela qual o Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai respondeu a que eu lhe havia dirigido com data de 6 do mesmo presente mês em observância do Aviso designado com o nº 23 da 3ª Seção, pelo qual V. Exa. me determinou que reclamasse o castigo dos perpetradores do crime atrocíssimo que se cometera em dias do ano próximo passado no território desta República, na Costa de Sopas, na Estância de Manuel Antonio Garcez, súdito Brasileiro.

Inclusa passo às mãos de V. Exa. uma cópia da citada Nota de 8 do que rege; e darei parte, como cumpre, do mais que ocorrer acerca deste importante assunto.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]
CÓPIA

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Mayo 8 de 1846.

El infrascripto Ministro Secretario de Estado de Relaciones Exteriores, puso en conocimiento del Gobierno la Nota del Señor Encargado de Negocios del Brasil fecha 6 del corriente, reclamando el castigo de los perpetradores del crimen que se dice cometido en la Estancia de Don Manuel Antonio Garcez, súbdito Brasileiro, por el Alférez de la Republica, que sirve en la Guarnición del Salto, de apellido Pereira.

En consecuencia el Gobierno ha ordenado al infrascripto diga al Señor

Encargado en contestación, que con esta fecha se dan las ordenes convenientes al Ministerio de la Guerra para la averiguación de aquel hecho y conducción a esta Capital, si resultase culpable, el Oficial Pereira, a fin de ser juzgado como corresponde.

El Gobierno siempre dispuesto à mantener la inmunidad y prerrogativas que son consiguientes al respeto que tributa a las instituciones, y a la garantía que dan a todos los que al abrigo de ellas penetran en el país, se apresurará a mostrar al Gobierno de S. M. Imperial que en ningún tiempo puede consentir el abuso, cualquiera que sea, que dé mérito a procederes de la naturaleza a que se refiere la comunicación del Encargado de Negocios si resultase tal como se presenta en su reclamación. El infrascripto al dejar así contestada la nota del Señor Encargado, le reitera las seguridades de su mayor consideración.

(Asignado) Francisco Magariños
Señor Encargado de Negocios del Brasil

Conforme:
Fragoso Jr.

OFÍCIO • 22 JUN. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 77
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 22 de Junho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Recebi o Aviso que V. Exa. se dignou enviar-me aos 3 do corrente Junho, designando-o com o número 29 da 3ª Seção.

Fico certo de quanto V. Exa. houve por bem comunicar-me; e pelo que respeita à notícia de se achar o Governo dos Estados Unidos da América do Norte na disposição de oferecer a sua mediação ao de Buenos Aires para arranjar as suas dificuldades com as Potências interventoras, cumpre-me participar a V. Exa. que *Mr. Harris*¹³⁵, tendo chegado a esta Cidade, há poucos dias, deve

135 William Alexandre Harris (1805-1864). Encarregado de negócios dos Estados Unidos na Argentina. Nomeado em 19 de fevereiro de 1846. Fonte SMITH, Walter Burges. *America's diplomats and consuls of 1776-1865*. Center for the study of foreign affairs, Foreign Service Institute, U.S. Department of State, 1986.

ter partido ontem para a de Buenos Aires de onde, passadas algumas semanas depois da apresentação das suas credenciais, fará uma viagem a essa Corte com o fim de entender-se e conferenciar com o Sr. Wise¹³⁶. Parece que o Governo dos Estados Unidos se desaprova o comportamento notoriamente parcial do Sr. Brent a favor de Rosas, não se acha satisfeito com o procedimento talvez pouco moderado do Sr. Hopkins. Entretanto, me parece também que a livre navegação dos rios é sempre uma condição difícil de obter do Governo Argentino pelos meios da persuasão, pois que o exclusivo dessa navegação está nos interesses desse mesmo Governo.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú¹³⁷
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 08 JUL. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 82
3ª Seção / 2ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 8 de Julho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No dia 2 do corrente mês de Julho chegou a Buenos Aires o navio Inglês movido por vapor de nome *Devastation* levando a seu bordo *Mr. Hood*¹³⁸,

136 Henry Alexander Wise (1806-1876). Enviado plenipotenciário extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos no Rio de Janeiro de 1º de janeiro de 1842 a 9 de dezembro de 1843. Fonte SMITH, Walter Burges. *America's diplomats and consuls of 1776-1865*. Center for the study of foreign affairs, Foreign Service Institute, U.S. Department of State, 1986.

137 Bento da Silva Lisboa (1793-1864), 2º Barão de Cairú. Advogado. Em 1809, aos 16 anos ingressou como oficial na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. Em 1827 chegou a oficial-maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Em setembro de 1832 foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, permanecendo no cargo até fevereiro de 1834 e novamente em 1846. Em 184, foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para negociar o casamento de D. Pedro II com uma princesa europeia. Em 1846, mais uma vez foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Fonte: GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário biobibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Edição do autor, 1938.

138 Thomas Samuel Hood (?-?). Cônsul do Reino Unido no Uruguai de 1824 a 1839, enviado especial e ministro plenipotenciário em missão a Montevideú em 26 de julho de 1846 a bordo do *Devastation*. O projeto de

encarregado de uma missão confidencial do Governo de Inglaterra para o Governo da República Argentina. O *Devastation* apenas se demorou no porto da Bahia o tempo necessário para receber carvão; e daí, dirigindo-se para o Sul até avistar o farol da Ilha das Flores, seguiu a sua viagem para o porto de Buenos Aires sem ter comunicação alguma com o de Montevidéu.

Esta circunstância – a de ser *Mr. Hood* amigo pessoal de Oribe, a nenhuma comunicação oficial que sobre esta missão especial se tenha feito aos Ministros interventores, segundo me afirmou *Mr. Lainé*, e os boatos espalhados em Buenos Aires especialmente pelos amigos e Agentes do General Rosas – tem feito acreditar geralmente que *Mr. Hood* é portador de proposições agradáveis ao Governador. Tudo são, todavia, conjecturas; e ansiosos esperamos notícias de Buenos Ayres que possam dar-nos melhor explicação acerca deste negócio ainda quase tão obscuro como o que se nos tem referido de Corrientes a respeito de sua aliança com Entre Ríos, assunto sobre o qual nada posso acrescentar neste momento além do que V. Exa. terá a bondade de ler no número incluso do *Nacional* de hoje, que publica alguns documentos oficiais cujo espírito não parece favorável a Rosas.

É quanto de algum interesse tenho a honra de comunicar a V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

solução de diferenças com Rosas estava baseado nas seguintes proposições: negociação de um armistício, desarmamento das legiões estrangeiras em Montevidéu, evacuação do território uruguaio pela tropa argentina, fim do bloqueio a Buenos Aires, eleições livres para deputados que elegeriam o novo presidente. O plano chegou a ser aceito por Rosas e Oribe, mas foi rejeitado por Montevidéu. Fonte: *The Spectator* (26/09/1846), v.9, p 922. Londres: Joseph Clayton.

OFÍCIO • 13 JUL. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 15

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 13 de Julho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Foi-me entregue o Aviso que V. Exa. se dignou expedir-me com data de 20 de Junho último, dando-me conhecimento das comunicações que V. Exa. acabava de receber dos nossos Ministros em Londres e Paris sobre os negócios do Rio da Prata; e ficando certo do alcance dessas comunicações, tenho a ponderar que, segundo me refere pessoa digna de crédito, parece que a correspondência oficial dos interventores confirma as notícias de que fora desaprovada tanto a expedição do Paraná, como o reconhecimento *ad referendum* que da independência do Paraguai fizera *Mr. Ouseley*.

Entretanto, ainda aqui nos achamos no mesmo estado de incertezas e curiosidade acerca da missão de *Mr. Hood*, de cuja chegada a Buenos Aires no vapor *Devastation* tenho falado a V. Exa. na minha correspondência anterior.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹³⁹ • 21 JUL. 1846 • AHI 221/3/5

Nº 92
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 21 de Julho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O *Argos*, de cuja vinda falei ultimamente a V. Exa., pôde afinal comunicar com a terra, e por ele tenho ofício do nosso Cônsul em Buenos Aires, datado de 18 do corrente.

Tinha-se ali divulgado a notícia de que *Mr. Hood* tenciona vir ao Buqueo a entender-se com o General Oribe sobre as negociações pendentes. A esta notícia juntou o Cônsul por cópia inclusa o teor da ordem que V. Exa. também há de ver na cópia que tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. Por esta ordem determina Rosas uma suspensão de hostilidades enquanto provocadas não sejam pelas forças Anglo-Francesas.

A isto nada mais posso acrescentar além do que se lê ou se colige do número do *Commercio do Prata* [*sic*]¹⁴⁰, que também vai incluso.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

139 Intervenção, a lápis, no cabeçalho: “Inteirado desta comunicação”. Não transcritos os anexos mencionados no ofício.

140 Refere-se ao periódico uruguaio *El Comercio del Plata*. Anexo não localizado no volume.

OFÍCIO • 23 JUL. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 17

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 23 de Julho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Levo ao conhecimento de V. Exa. o número incluso do *Commercio do Prata* por se terem aí publicado o *Memorandum* do Visconde de Abrantes na sua íntegra, e diversas notícias acerca de forças do nosso exército que se destinam à fronteira do Rio Grande do Sul.

Pelo que respeita à publicação do *Memorandum*, teve ela por fim provar que o Brasil provocou a intervenção dos Poderes Europeus no Rio da Prata. Assim o declara o periodista, posto que só por interpretações forçadas e argumentos sofisticos intente demonstrá-lo.

Contudo, como este periódico passa por ser o órgão das doutrinas e opiniões da intervenção, bom seria recomendá-lo aí às folhas que se ocupam com os interesses políticos do Império.

Pelo que respeita, porém, às notícias de movimento de nossas tropas sobre a fronteira, se o fato é verdadeiro, não poderei deixar de reconhecer nele a previdente sabedoria do Governo Imperial, que procura pôr os limites do Brasil a salvo das consequências desagradáveis, que sobre eles pode ou antes necessariamente há de acarretar ou progresso das vitórias de Rivera, ou a derrota deste, ou o desenlace das negociações de *Mr. Hood*, se porventura tais negociações vierem a um resultado. É de recear, porém, no caso de que a intervenção desampare o atual Governo de Montevidéu, que os últimos dias da existência política deste Governo sejam assinalados por alguns acontecimentos deploráveis provenientes do estado de desesperação a que a falta de recursos poderá conduzir os defensores da praça; e neste caso muito conviria que a estação naval de nossa Esquadra nas águas do Rio da Prata fosse aumentada em força, lhe conservando sempre o mesmo Chefe.

Entretanto, algumas embarcações pequenas, ou antes um vapor, nos fazem falta para a mais pronta comunicação de notícias.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 31 JUL. 1846 • AHI 221/3/5

Nº 94
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 31 de Julho de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Pelo Decreto de 24 do corrente mês de Julho cujo teor achará V. Exa. na folha inclusa, declarou o Governo da República Oriental do Uruguai abertos ao comércio provisoriamente os portos que têm ficado livres da invasão que sofreu a República, e isto debaixo das condições exaradas nos diversos Artigos do mesmo Decreto.

A cláusula expressa no Artigo 1º consiste nas seguintes palavras “*mediante las disposiciones adoptadas para los puertos navegables del Uruguay*”, cláusula concebida em termos por tal modo genéricos e indeterminados, que podem compreender até o imposto de trânsito ou subsidiário a que o Governo Imperial recusou anuir pelo haver considerado já como imposto de guerra, já como imposto que só podia lançar quem tivesse o pleno domínio das águas por onde passassem as mercadorias oneradas com tal imposto. À vista, pois, desta consideração, tenho posto de sobreaviso o Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu para que não dê despachos a navios Brasileiros que pretendam aproveitar-se das disposições do mencionado Decreto, em quanto acerca deste assunto não se dignar V. Exa. comunicar-me as suas sábias determinações.

Noto mais que, pelo Artigo 2º, se determina que as concessões que se façam para a comunicação com aqueles portos sejam submetidas ao Visto das Legações de Inglaterra e França; e como esta cláusula tem toda a relação com o que expus a S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros nos meus officios de 28 de Março último sob número 49 da 3ª Seção, e de 31 deste dito mês sob o número 51 da mesma Seção a respeito das explicações dadas sobre os anúncios dos Consulados Inglês e Francês que se referiam aos navios destinados à navegação do Paraná e do Uruguai, intuído que devo aguardar ordens ulteriores de V. Exa.

Observo finalmente que o bloqueio dos portos da República Oriental (exceto o do porto de Montevideú) ocupados por forças ao serviço do Governo Argentino foi participado a esta Legação pela Legação Inglesa e pelo Consulado Francês, de onde parece deduzir-se que pelo mesmo conduto se devia comunicar o levantamento ou modificação desse bloqueio.

Entretanto, V. Exa. mandará como na realidade mais conveniente for ao Serviço de Sua Majestade Imperial, Nosso Augusto Soberano.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 01 AGO. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 19

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 1º de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Recebi o Aviso com que V. Exa. me honrou em 17 de Julho último, designando-o com o número 12 dos Reservados; e fico instruído do conteúdo do ofício a V. Exa. endereçado pela nossa Legação em Londres com data de 21 de Maio próximo passado acerca das novas propostas do Governo Inglês dirigidas ao General Rosas, por quem espera o Conde de Aberdeen¹⁴¹ que sejam recebidas.

Sobre este assunto nada tenho que acrescentar às minhas últimas participações, porque nada até hoje se tem podido saber de quanto se passa entre o General Rosas e *Mr. Hood*. Parece, porém, que o Governador não terá

¹⁴¹ George Hamilton Gordon (1784-1860), Conde de Aberdeen. Político. Embaixador especial na Áustria em 1813. Secretário de Assuntos Exteriores de 1829 a 1830 e de 1841 a 1846. Primeiro-ministro britânico de 1852 a 1855. Como ministro do Exterior, propôs a lei, aprovada em 8 de agosto de 1845, que se intitulava, *The Slave Trade Suppression Act*, conhecido no Brasil como *Bill Aberdeen*, que autorizava a marinha britânica a abordar e aprisionar qualquer embarcação suspeita de tráfico de escravizados no Atlântico. Fonte: <britannica.com> Acesso em: 5 jun. 2020.

graves razões para recusar-se a um ajuste de paz pelo que respeita propriamente à República Argentina, se é verdade; como afirma-se de boa parte, que a expedição do Paraná foi reprovada pelos Governos de França e Inglaterra, e que estes Governos se recusam ao reconhecimento da independência do Paraguai. Não haverá dúvida (me parece) em restituir a Rosas a esquadra sequestrada, nem este *de per si* poderá subtrair-se razoavelmente à condição de fazer retirar as suas tropas do território Oriental, retirando-se de Montevidéu os Franceses, Ingleses e Italianos armados. Aqui, porém, me parece que bate o ponto da dificuldade. Retiradas as forças Argentinas dos limites desta República, em face do incremento, que vão tendo as forças de Rivera, a sorte reservada a Oribe, que já cuida em concentrar suas forças no Cerrito, é por extremo arriscada para que Rosas entregue a um tal perigo o seu aliado fiel.

Ao tempo em que Rosales, o Ministro do Chile em Paris, ajustava com Sarratea¹⁴² as condições da paz, a cláusula da eleição de novo Presidente, era agradável a Rosas e a Oribe porque este dominava toda a Campanha. As coisas, porém, mudaram de aspecto com a vinda de Fructuoso; bem o conheceu Rosas; e daí vêm todos os furores da Gazeta contra nós porque não continuamos a deter a Rivera nessa Corte. Dois caminhos, porém, se mostram a Rosas para sair da dificuldade em deixar ao arbítrio de Oribe a decisão deste ponto, aceitando porém ele de sua parte todas as condições de paz relativas propriamente a Buenos Aires, ou aceitar ainda a mesma condição de evacuar o território Oriental e fazer executar esta condição de uma maneira ineficaz. Qual destes dois meios será o adotado, talvez nos possa dizer um vapor que neste momento me afirmam ser o *Devastation*, que se aproxima do porto.

Entretanto, qual será a sorte do Governo de Montevidéu, e como poderá ele desarmar os Vascos [*sic*]¹⁴³ depois de embriagados com os horrores cometidos nas Vacas e em Mercedes, como poderá desarmar o bando de facinorosos comandados por Garibaldi no Salto é questão que não sei resolver, posto que muito receoso estou de que algumas cenas deploráveis tenham de representar-se nesta Cidade e em outros pontos, motivo pelo qual muito desejaria que alguma força mais de nossa esquadra estacionasse diante de Montevidéu para eficaz proteção de nossos compatriotas, como já representei a V. Exa.

142 Manuel Sarratea Altoguierre (1774-1849). Diplomata, político e militar argentino. Em 1817, foi secretário de Relações Exteriores; em 1820, capitão-geral de Buenos Aires. Em 1826 foi em missão ao Reino Unido. Em 1839, enviado extraordinário ao Rio de Janeiro. De 1841 até 1849, ministro plenipotenciário na França. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 17 fev. 2021.

143 Bascos. A imigração basca para o Uruguai teve o seu início no século XVIII, e foi marcante no período colonial, de 1724 a 1811. Foi um “Viscaíno” Bruno Maurício de Zabala, governador do Rio da Prata que, em 1726, fundaria Montevidéu. A partir de 1825, inicia-se o período basco-francês, com seu apogeu de 1830 e 1842. Entre 1835 e 1842, Montevidéu contava com 17 mil franceses, a maioria bascos. Entre 1836 e 1839, período da “*La emigración forzada*”, em função da guerra civil espanhola, centenas de bascos chegaram ao Uruguai. Fonte: SILVA, Mariana Tafernaberry da. *Bascos no Uruguay: considerações sobre imigração e identidade*. (Monografia de Licenciatura Plena em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, 1995.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

P. S. a 2 de Agosto de 1846:

Chegou com efeito o *Devastation* trazendo a seu bordo a *Mr. Hood*, que deve ir primeiro ao Cerrito, e depois virá a esta Cidade. Parece na verdade que Rosas aceitou pela sua parte as condições propostas, e que se trata de convencer a Oribe de que deve fazer o mesmo.

Pontes

OFÍCIO¹⁴⁴ • 07 AGO. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 21

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 7 de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No que tive a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. em officio Reservado do 1º do corrente mês sob o número 19, e no *P. S.* com data do dia seguinte, nada posso acrescentar de positivo mais do que o ter, com efeito, partido *Mr. Hood* a bordo do *Devastation* para o porto do Buceo, de onde se dirigiu para o acampamento de Oribe; e aí foi recebido com grandes demonstrações de aceitação, devendo notar-se que, tendo o Sr. Hood pedido licença anteriormente aos Ministros interventores para ir aos arraiais do General sitiador, exigiram estes Ministros que a mesma licença fosse pedida ao Governo da Praça no que parece não ter hesitado o Sr. Hood.

Nada se sabe do que tem ocorrido entre o Agente Confidencial do Governo Inglês, e D. Manuel. Pelo que respeita ao êxito das negociações, cada um vê

144 Anotação na margem superior, última página: "Respondido em 9 de Setembro de 1846".

e espera segundo lhe indicam as afeições ou ódios pessoais a que se dá nas margens do Prata o nome do Partido Político. Os *Blanquillos* asseguram que a paz está feita. Os *Colorados* afirmam que tal paz não haverá, e que a vinda de *Mr. Hood* ao Cerrito é mais um daqueles expedientes de que se mostra sempre fertilíssimo o Gabinete de Rosas, quando se trata de aparentar sentimentos de humanidade e desejos de conciliação, e de lançar sobre outros a odiosidade que produz a continuação da guerra.

Entretanto, pessoa que pode ser bem informada, mas na qual eu teria mais confiança se menos interessada ela fosse nestes negócios, refere que *Mr. Guizot*¹⁴⁵ confessara que nenhuma esperança tinha no bom sucesso das diligências de *Mr. Hood*, mas que anuíra a que este fosse encarregado da comissão que o trouxe agora a estes países somente por condescender com Aberdeen, que se mostrava tenaz em fazer mais uma tentativa de meios conciliatórios.

De origem melhor chega à minha notícia que entre o Governo da República e os Ministros interventores continuou a correspondência diplomática de que falei a V. Exa. no meu ofício de 11 de Julho próximo passado sob o número 83 da 3ª Seção, e cujo princípio se publicou no *Commercio do Prata* do mesmo dia 11, do qual tive a honra de endereçar a V. Exa. um exemplar. Asseveram-me que as respostas dos Ministros interventores animam o Governo de Montevideú a prosseguir na defesa da praça, e nas operações de campanha contra as armas de Rosas e de D. Manuel Oribe, sem consideração alguma para com a missão do Sr. Hood. No caso de que traga este ordens ainda não comunicadas aos Ministros interventores, e que a execução dessas ordens prejudique a causa do Governo da República, a correspondência encetada perante o público no citado número do *Commercio do Prata* há de ver completamente a luz da imprensa.

É quanto neste momento se me oferece levar à respeitável presença de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

145 François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874). Político e historiógrafo francês. Ministro das Relações Exteriores da França de 1840 a 1848. Durante sua gestão se estabeleceu a primeira *entente cordiale* com o Reino Unido. Fonte: <guizot.com>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OFÍCIO¹⁴⁶ • 13 AGO. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 109
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 13 de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Como chegasse ao meu conhecimento que no dia 18 de Julho próximo passado tinha sido apresado nas águas do Rio da Prata pelas forças de mar de Sua Majestade o Rei dos Franceses um Patacho¹⁴⁷ de propriedade Brasileira denominado *Conde de Thomar*, carregado de gêneros também de propriedade Brasileira, e como igualmente viesse ao meu conhecimento que tal apresamento fora feito sem ter tido lugar a intimação prévia, julguei que segundo as estipulações vigentes entre o Governo de Sua Majestade o Imperador e o Governo de França, e segundo as ordens existentes nesta Legação, principalmente segundo o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de 30 de Dezembro de 1845, sob número 43 da 3ª Seção, era de minha obrigação reclamar a restituição não só do Patacho com aparelhos e tripulação, mas também de todo o carregamento que se achava a bordo.

Neste sentido, pois, escrevi ao Gerente do Consulado-Geral de França em Montevideú aos 22 do dito mês de Julho próximo passado, como V. Exa. há de ver da cópia designada com o número 1º.

Em 24 do mencionado Julho respondeu aquele Gerente segundo [*ao que*] a V. Exa. constará da cópia designada com o número 2º; e como eu visse que nesta resposta não se anuíá, nem se rejeitava positivamente o que tinha reclamado na minha Nota antecedente, persuadi-me de que devia ser mais explícito declarando, como fiz pela Nota de 28 do referido Julho (cópia sob número 3), que me veria obrigado a protestar no caso de que as Autoridades Francesas no Rio da Prata não mandassem fazer a restituição reclamada imediatamente, e sem dependência de informação, parecer ou consulta da Comissão de que tratava o Gerente, expressões usadas por mim acintemente para fazer sentir que não reconhecia nessa Comissão composta de estrangeiros, criada por estrangeiros, residindo em país estrangeiro a faculdade de proferir sentenças.

A esta Nota acompanhou cópia autêntica do protesto do Capitão do

146 Anexos não transcritos.

147 Tipo de barco a vela de dois mastros, utilizado do século XVI ao XIX para o transporte de cargas e reconhecimento.

Patacho *Conde de Thomar*, cujo teor V. Exa. encontrará na cópia designada com o número 4.

Em resposta, participou-me o Gerente do Consulado-Geral de França, como V. Exa. achará na cópia sob número 5, que a Comissão das Presas, reconhecendo comigo que se achavam em vigor as estipulações relativas ao princípio da intimação prévia, tinha mandado restituir o navio apresado, e parte do carregamento, declarando, todavia, boa presa a parte deste carregamento que se classificou de contrabando de guerra; e isto porque a mesma Comissão não dava às citadas estipulações toda a amplitude que eu lhes dava, entendendo a mesma Comissão que a apreensão dos gêneros, que constituem artigos de guerra, deve ser julgada não pelo princípio estabelecido naquelas estipulações, mas pelos princípios e regras gerais do Direito das Gentes Universal.

Persuadi-me, porém, de que não devia sujeitar os súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil à jurisdição de um Tribunal, no meu entender, essencialmente defeituoso; persuadi-me de que as ordens do Governo Imperial não seriam religiosamente observadas por mim, como tenho de obrigação e costume, se pela minha parte acedesse à menor modificação no princípio da intimação prévia contra as disposições expressas do citado Aviso de 30 de Dezembro de 1845 sob número 43 da 3ª Seção; e persuadi-me de que dado, mas não concedido, que a apreensão da pólvora e chumbo apresado a bordo do Patacho *Conde Thomar* não carecesse de intimação prévia para ser válida e, conforme o direito, nunca isto podia ter lugar se não conforme os alegados princípios e regras gerais do Direito das Gentes Universal, conforme os quais um dos beligerantes faz boa presa em artigos de guerra, se o neutro, que os possuía, tentava introduzi-los no território do outro beligerante, circunstância que à vista da mesma decisão da Comissão (cópia sob número 5) não está provada no meu entender.

Por estes motivos, pois, acabo de endereçar ao Gerente do Consulado-Geral de França a Nota constante da cópia designada com o número 6, que serve de capa ao Protesto que fiz lavrar e assinei nos termos da cópia sob número 7.

É quanto se me oferece expor à consideração de V. Exa., esperando que desta discussão resulte ao menos a vantagem de se determinar de uma maneira precisa e categórica a verdadeira inteligência do princípio da intimação prévia adotado entre o Governo de Sua Majestade o Imperador e o Governo de Sua Majestade El Rei dos Franceses.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 15 AGO. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 22
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 15 de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O Artigo publicado na *Gazeta de Buenos Ayres*, e transcrito e comentado no *Commercio do Prata* debaixo do título “*Rosas y el Brasil*”, tem causado aqui mui notável sensação e por isso me pareceu conveniente dar conhecimento a V. Exa. desse famoso Artigo, passando, como tenho a honra de passar, às mãos de V. Exa. o incluso número do mencionado *Commercio do Prata*. O carácter quase oficial daquele Artigo é circunstância que muito contribui para a importância que se tem dado a essas mal encobertas ameaças de uma guerra na qual se terá de pelear não só com inimigos armados, mas também com as intrigas e maquinações políticas. Estou certo e seguro de que na ponta das espadas e das baionetas dos soldados do Império terão de achar o bem merecido castigo quantos, à mão armada, tentem acometer o nosso território. Estou certo e seguro de que a Presença do Nosso Augusto Monarca fez esquecer totalmente no Rio Grande do Sul os ódios e dissensões da guerra civil. Acredito, pois, que todos os ensaios de Rosas para desmembrar do Império qualquer de suas Províncias pelo meio da força, ou para suscitar no Brasil um partido Republicano, viriam a ser por último absolutamente baldados e sem fruto; mas é também certo, no meu entender, que no caso de alcançar o Governador de Buenos Aires a retirada das forças da intervenção em virtude de arranjos de paz que, depois de preparados perante ele, acabam de ser discutidos nos arraiais de Dom Manuel Oribe, folgado ficaria para fazer alguma tentativa de vingança, principalmente se os negócios de Corrientes e Entre Ríos lhe correrem favoráveis. Digo tentativa de vingança porque Rosas não pode perdoar ao Governo do Brasil o ter chamado a atenção da Europa sobre os seus feitos e os seus planos, conquanto saiba ele muito bem que é destituído de fundamento

a acusação, que diariamente nos dirige, de havermos invocado a intervenção armada da França e da Inglaterra.

De mais outras coisas ainda mais sérias e mais graves há no conceito do Restaurador para nos fazer a guerra, como são a necessidade de ter longe de si o seu próprio exército de que se teme, as exigências do sistema do seu governo e os planos de incorporar à Confederação Argentina tudo quanto fez parte do antigo Vice-Reinado de Buenos Aires, planos a que mostramo-nos avessos pelo reconhecimento da independência do Paraguai, e pela nossa determinação de defender a independência da República do Uruguai. Outras coisas existem que escuso mencionar porque elas não fogem à perspicácia de V. Exa.; mas permita V. Exa. que eu chame a atenção de V. Exa. para o errado juízo, que em geral nestes países, principalmente em Buenos Aires, sem excetuar D. João [sic] Manuel¹⁴⁸, se faz do estado e das coisas do Brasil. Imaginam quase todos que o Império é um edifício mal construído, próximo a desabar ao primeiro impulso que se lhe dê. A ignorância, o orgulho, a inveja os torna cegos, mas por isso mesmo os torna mais aptos e dispostos para cometerem empresas de que se lhes antolha dar o bom êxito e decidida a vantagem. Isto posto, conceda-me V. Exa. igualmente observar que enquanto não chega o momento de obrar ostensivamente, procura o Governo Argentino lançar à terra a semente da discórdia e da cizânia, porque este é o principal e mais forte aliado com que pode contar numa tentativa contra o Brasil; nem eu vejo que outro fim possa ter essa invenção das entrevistas e conversações de Sua Majestade o Imperador com Bento Gonçalves¹⁴⁹ na presença do Sr. ex-Ministro do Império¹⁵⁰ e do Conde de Caxias¹⁵¹. Esta invenção é destinada, a meu ver, para plantar desconfiança, já mostrando que Rosas tem ao lado do Nosso Augusto Soberano quem lhe revele os Passos e as Palavras de Sua Majestade, já fazendo suscitar suspeitas que possam trazer em resultado alguma perseguição contra Bento Gonçalves e contra os indivíduos que compunham o partido de que este foi caudilho.

148 Refere-se a Juan Manuel Rosas.

149 Bento Gonçalves da Silva (1788-1847). Militar e revolucionário brasileiro. Foi um dos líderes da Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, que pretendia a independência da província do Rio Grande do Sul. Foi, de 1837 a 1845, presidente da República Rio-Grandense, eleito pela maioria das câmaras municipais da província. Derrotado por Caxias, capitulou. Fonte: <ihp.org.br>. Acesso em: 24 fev. 2021.

150 José Carlos Pereira de Almeida Torres (1799-1856). Visconde de Macaé, advogado e político. Deputado geral, presidente das províncias do Rio Grande e de São Paulo; ministro da Justiça, do Império; presidente do Conselho de Ministros; e de 1843 a 1856, senador. Fonte: IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, sócios do instituto*. Rio de Janeiro, 1996.

151 Luiz Alves de Lima e Silva (1803-1880). Conde, Barão, Marquês e Duque de Caxias. Militar e político. Em 1822 graduou-se tenente; em 1823 participou da Campanha na Bahia; de 1825 a 1828 da Campanha Cisplatina; de 1839 a 1842, nomeado comandante das forças e presidente de províncias, encarregado de sufocar as revoltas que eclodiam pelo país: no Maranhão, em São Paulo e em Minas Gerais. De 1842 a 1845, nomeado presidente da província de São Pedro e comandante em chefe do exército de operações. Em 1846, foi nomeado comandante das Armas e entrou para o Senado. Fonte: CAMPOS, Joaquim Pindo de. *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, conde, marquês, duque de Caxias. Desde seu nascimento em 1803 até 1878*. Lisboa Imprensa Nacional, 1878.

Considerando, porém, que a Província do Rio Grande, no caso de ser agredida, o será certamente sem que tenha precedido declaração de guerra, e considerando que esta nova intriga do Governo de Buenos Aires pode afetar imediatamente o estado, aliás, tranquilo daquela Província, ao mesmo passo que ninguém talvez poderá tão facilmente destruir todo esse tecido de falsidades, como o Vice-Presidente da dita Província do Rio Grande do Sul fazendo aparecer um desmentido formal por parte de Bento Gonçalves, tomei a resolução de escrever ao mencionado Vice-Presidente enviando-lhe um exemplar do citado número do *Commercio do Prata* acompanhado das reflexões que me ocorreram sobre as intenções hostis de Rosas e sobre esta nova intriga que pretende urdir; mas lamento que a falta de navios pequenos na estação naval da nossa Esquadra no Rio da Prata me tolha de remeter quanto antes ao seu destino a participação a que me refiro, tendo para isso de esperar a ocasião incerta da partida de algum navio mercante.

Entretanto, eu julgo de minha rigorosa obrigação fazer a V. Exa. a exposição franca e sincera que tenho tido a honra de submeter ao juízo e ponderação de V. Exa. Pode ser que me iluda e que o Governo Imperial em sua alta sabedoria, encarando os objetos debaixo de outro ponto de vista, os avalie como eles na verdade são; mas quando aconteça (o que Deus não permita) que as minhas prevenções infelizmente sejam confirmadas pelos fatos, não poderá dizer-se que a sentinela postada pelo Governo Imperial nas margens do Prata não deu o devido [alarma], quando se persuadiu de que lhe cumpria representar ao Governo de Sua Majestade o Imperador sobre a necessidade de tomar prontas e eficazes medidas de prevenção, revestindo-se de um aspecto próprio para infundir respeito, o que talvez será suficiente para refrear as tentativas do Governo de Buenos Aires, e até para persuadi-lo a celebrar o Tratado definitivo de Paz, tratado que no meu entender nunca há de celebrar o Restaurador, a não ser constrangido, porque esse tratado não pode deixar de lhe cercear os planos e prejudicar ao sistema de sua extraordinária política.

É quanto neste momento se me oferece dizer a V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[Anexo]: “*Rosas y el Brasil*”. *Comercio del Plata*. Montevidéo, 13 de Agosto de 1846.

Bajo el título “El Paquete Inglés de Europa” publica la Gaceta de Rosas del 10 del corriente varias noticias de Inglaterra. Entre otras, dice que el Ministro Brasileiro en Londres, en una conferencia con el Conde Aberdeen, le declaró que el Gobierno Imperial estaba resuelto à mantener neutralidad estricta en los negocios del Rio de la Plata; que desaprobaba el hecho de la administración que envió al Visconde de Abrantes à pedir la intervención; que respetaba mucho à Rosas; y que “algunas discusiones secundarias que había era mui de esperarse que, o habrían cesado por el curso de los eventos que las dejaba sin objeto, o se habrían ajustado sin mayor dificultad, en la sabiduría y buena fe de ambos gobiernos”.

Con ese motivo, la Gaceta de Rosas trae el siguiente artículo, cuya tendencia directa nos parecería necedad desconocer:

Es necesario, por lo tanto, precaver leal y francamente así à los Gabinetes Europeos como à los Americanos sobre el ningún valor de las declaraciones ostensiblemente pacíficas y amistosas que provienen, y provengan del Gabinete del Janeiro, mientras que ellas no sean acompañadas de actos verdaderos y positivos de paz, buena vecindad y sincero interés por la conservación de relaciones amigables.

A todos pretende engañar el Gabinete del Janeiro: à la Corte de Londres, simulando una neutralidad que está mui distante de guardar en los negocios del Rio de la Plata; y à los Estados Unidos, convidándolos à tomar con el Brasil el protectorado de la Provincia Argentina del Paraguay; à las Repúblicas del Plata, protestándoles amistad y neutralidad, cuando no cesa de dirigirles los más dolosos ataques; esta es la política del gobierno del Brasil en antagonismo con la opinión de su mismo país.

Llamamos la atención de la Europa y de la América sobre esta política dolosa, y conducente à producir complicaciones en perjuicio de todos los intereses legítimos y pacíficos.

Es una nueva prueba concluyente de la indigna falsedad del memorándum del Visconde de Abrantes la declaración en contrario que ha hecho el Ministerio de S.M.I. en la Corte de Londres; más la política del Gabinete Imperial no ha cambiado su carácter hostil à los derechos y opuesto à la paz de las Repúblicas del Plata. Y, por otra parte, no son frívolas ni secundarias las discusiones pendientes entre el Gobierno Argentino y Brasileiro sino graves y esenciales per que todas ellas versan sobre los derechos de soberanía e independencia de la Confederación, mantenidos, como es justo y necesario, por el Gobierno Argentino, y no respetados por el Gobierno Imperial que obstinadamente ha negado hasta el momento actual toda satisfacción y explicación debida, justa y amistosa.

Mientras que el Ministro Brasileiro en Londres, se ocupaba de presentar

à *Lord* Aberdeen protestas inconciliables con la realidad de los hechos, que el noble Conde podrá valorar ya en toda su tendencia e inexactitud, el Gobierno Imperial ha seguido faltando con escandalo inaudito e implacable animosidad el deber de neutral, de Americano, y de buen vecino que pretende haber cumplido.

Pendientes las cuestiones que el Gobierno del Brasil ha ocasionado por sus graves y continuadas violaciones de la neutralidad en la guerra, por sus pretensiones injustas sobre la Provincia del Paraguay à la que precipitó en la lucha con desleales e interesados consejos y por sus pretextos innobles con relación à los límites con el Estado Oriental, abiertamente envió à Riviera à renovar los latrocinios e incursiones sobre las costas Orientales, poco antes de la llegada del Sr. Hood al Rio de la Plata con misión especial de S.M.B. En la misma forma anti-neutral, y contraria à todo derecho y sentimiento de humanidad, el Gabinete del Janeiro ha cometido y patrocinado diversos asaltos al territorio del Estado Oriental por los rebeldes salvajes unitarios emigrados en Rio Grande. Brigido Silveira y otros acaban de ser derrotados y perseguidos por las fuerzas al mando del Presidente Oribe. En estas incursiones, los rebeldes salidos del Brasil con la protección manifiesta de las autoridades Brasileras, han cometido robos y asesinatos sobre personas y propiedades de extranjeros, y de los mismos Brasileros residentes en el Estado Oriental. Contra Rivera existen justas reclamaciones de súbditos de S.M.B., y de Sardos à quienes ha robado el protegido del Gobierno Imperial sus bienes o destruyéndoles sus propiedades.

Estos hechos son simultáneos à las facticias protestas y seguridades presentadas à *lord* Aberdeen por el Ministro Brasilero en la Corte de Londres sobre el simulado interés del gobierno del Brasil en favor de los interés [políticos]. Aún hay otro incidente coetáneo del más grave y odioso carácter que colma la duplicidad, y revela aún más el inquieto espíritu y ambición que extravía al gobierno imperial. Es una entrevista del general brasilero Bento Gonzalves [*sic*] da Silva con S. M. el Emperador del Brasil y otros personajes de su Corte, cuando pasó S.M., hace poco tiempo, viajando por Rio Grande. El general Bento Gonzalves fue llamado por el Sr. Ministro Almeida Torres à una conferencia à que debía estar presente S.M. el Emperador, el Ministro Almeida Torres, y el conde de Caxias. La entrevista se efectuó de noche. Al llegar Bento Gonzalves, el Emperador se adelantó algunos pasos para recibirlo. El asunto de que se trató y sobre el que ya había expresado su opinión el Conde de Caxias era la cuestión del Rio de la Plata, y la apremiosa exigencia del gobierno de S.M. Británica al del Brasil para que tomase parte à su favor en este negocio. El ministro Almeida Torres dijo al general Bento Gonzalves que S.M. deseaba oír su opinión sobre tan grave asunto. El general Bento Gonzalves contestó, que solo por pedirlo S.M. se resolvería à dar su humilde opinión en un asunto de gravedad, careciendo al mismo tiempo de los datos para poder formar un

juicio exacto, y que el Sr. Conde de Caxias se hallaba en mejor aptitud que él para dar un parecer más conforme con las conveniencias e intereses de la Corona. El ministro Almeida Torres le replicó que, no obstante esto, S.M. deseaba oírlo. Pues que S.M. me dispensa este honor, dijo el general Bento Gonzalves, hablaré con la franqueza y lealtad de un soldado; y pasó à exponer que consideraba un error el haber solicitado el Gabinete del Brasil la intervención de la Inglaterra en la cuestión del Plata, despojándose así de un rol importante en ella, otro error el haber negado à intervenir en concierto con la Inglaterra y la Francia, después de haber solicitado y obtenido esta intervención, y otro error, finalmente, haber comprometido por sugerencias al Paraguay en una guerra contra el General Rosas para abandonarlo en la lucha. Que podía muy bien suceder que transase con las Potencias interventoras y convirtiese sus armas contra el Imperio para lo que era necesario estar prevenido, teniendo un Ejército de veinte y cinco mil hombres de tropa de línea sobre la frontera al que se agregarían diez mil guardias nacionales cuando las circunstancias lo exigiesen, pero que nada de [esto] veía. El Conde de Caxias le interrumpió diciéndole que en previsión de este caso se había comprometido al Paraguay en la guerra; poder colosal en comparación al de la Confederación Argentina. [El] General Bento le observó que conocía muy [mal] dos países si así pensaba. Que en estas [regiones] no había un poder más fuerte que el que presentaba hoy la Confederación Argentina, tanto por la homogeneidad de la opinión, como por la habilidad e irresistible voluntad del que la gobierna. Que cuenta con un Ejército numeroso, disciplinado, aguerrido, lleno de entusiasmo y engreimiento que da el triunfo, mandado por Jefes hábiles, entre los cuales y sus soldados existe una confianza mutua. Que a este poder oponía el Paraguay una masa numerosa pero informe, sin oficiales, sin jefes, y con un General como Paz à la cabeza, à quien conocía mucho y concedía muy poca capacidad; elemento enteramente heterogéneo para ellos ¿y si à esto clasificaba el Sr. Conde de poder colosal? Que importaba además saber una dolorosa verdad: la de que [si] los Ejércitos de Rosas llegaban à invadir la provincia de Rio Grande serian precedidos por una fuerte vanguardia, compuesto de hombres que ya fueron legalistas por los que había sido invitado para una revolución. Aquí fue de nuevo interrumpido Bento Gonzalves con viveza por el Conde diciéndole que declarase quienes eran esos individuos. El general Bento le contestó que no había [sido llamado] para delatar à nadie, que no había fuerza [capaz] de obligarlo à dar semejante paso. Que al [revelar] à S.M. el verdadero espíritu de la provincia cumplía con lo que había prometido, y correspondía à la honra que S.M. le dispensaba, advirtiéndole que si sus opiniones no eran del agrado del Sr. Conde no por esto las cambiaria, y continuó: Que si el General Rosas prometía à los Republicanos del Rio Grande establecer la República [conté] con ellos.

Que quizás fuese únicamente él [quien] no estuviese de acuerdo con el general Rosas llegado el caso. Y que en atención à lo expuesto, no concebía como el Gobierno del Brasil observaba una estricta neutralidad. Que se consideraba incapaz de dar consejos en materia de tan inmensa transcendencia, pero que juzgaba, en la posición en que se había colocado el Gobierno del Brasil, que le era imposible dejar de tomar parte en la lucha contra Rosas.

Aquí concluyó la conferencia en esa noche; pero hubo otras sobre el mismo asunto en casa del Ministro à las que concurrió el Emperador para evitar la presencia del Conde. [En] estas se propuso, con instancia al General Bento Gonzalves, que fuese à servir al Paraguay con todos los oficiales Republicanos que lo quisiesen seguir, para lo cual se le suministrarían todos los recursos precisos. Contestó que solo iría si le daban el mando en Jefe de las fuerzas Paraguayas. Como se insistiese en todas las conferencias en la misma propuesta comprendió Bento Gonzales que el objeto era [...] ¹⁵²

Después de consumados todos estos hechos que muestran la duplicidad y desleales designios del Gobierno Imperial, ha tenido lugar un movimiento de tropas para acumular fuerzas en el Rio Grande. Nadie amenaza al Gobierno del Brasil; y él se prepara à fomentar la guerra injusta declarada por el Gobierno de la provincia del Paraguay, à sostener el desmembramiento de las nacionalidades Americanas instituidas por el derecho público y conveniencia general, y à renovar sus antiguas pretensiones territoriales sobre una provincia Argentina y sobre el Estado independiente del Uruguay.

Los Gobiernos de Europa y de América deben comprender esta política del Gobierno Imperial y reprobada como que tiende, en medio de protestas falaces de neutralidad y de paz, à encender, sin pretexto ni interés alguno, una contienda injustísima por su parte, perjudicial à los intereses comerciales y pacíficos, y profundamente dañosa para el mismo Imperio del Brasil.

El Gobierno Argentino tiene muy justos motivos de reclamar y protestar contra esas agresiones insidiosas e injustificables. Dispuesto, como siempre lo ha estado, à acreditar al Gobierno Imperial la más sincera amistad, tiene derecho de esperar y exigir que guarde la neutralidad y vuelva à los principios de justicia y de paz de que tanto se ha separado y se desvía.

El Gobierno de S.M.B à cuyo Ministro de Negocios Extranjeros, el honorable Conde de Aberdeen, ha hecho el Ministro Brasilero en Londres declaraciones y protestas tan disconformes con los actos del Gobierno Imperial, podrá comprobarlas con los hechos que hemos referido, y deducir las consecuencias. Y el Gobierno de los Estados Unidos, y los de las demás Repúblicas Americanas podrán decidir con datos seguros sobre el valor que deben dar à las más solemnes seguridades del Gobierno de S. M. El Emperador

¹⁵² Trecho com perda de suporte.

del Brasil, especialmente el Gobierno de los Estados Unidos cerca del cual ha jugado el Gabinete Brasileiro una doble e insidiosa intriga así respecto à la provincia Argentina del Paraguay como en el negocio de la intervención Europea en los asuntos Americanos.

Es claro que la política demostrada hasta aquí por el Gobierno del Brasil tiende, por provocaciones injustas e indecorosas, no solo à suscitar una guerra perjudicial a todos los intereses, Americanos y Europeos, sino también à procurar por medio de tan enorme escandalo dominar sobre los destinos de la provincia del Paraguay, extenderse sobre el territorio del Estado independiente del Uruguay, e influir sobre la provincia Argentina de Corrientes adonde ya arrojó armado al salvaje unitario Paz que ha sido expulsado por el sentimiento patriótico y honroso del Gobierno y Provincia de Corrientes. (*Gazeta Mercantil*)

OFÍCIO¹⁵³ • 29 AGO. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 23

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 29 de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A carta de Urquiza escrita a Mancilla¹⁵⁴ com data de 14 do corrente, e ontem publicada no *Commercio do Prata*, como V. Exa. há de ver do número incluso, parece destruir a esperança nutrida pelos inimigos de Rosas de que uma nova confederação estava próxima a organizar-se composta de Províncias ou Repúblicas desmembradas da Confederação Argentina.

Consta-me que pessoa relacionada com o partido de Oribe mostra em segredo aqui uma carta que diz ser o original da carta a que me refiro; e ao mesmo tempo me afirma pessoa digna de crédito que um dos Madariagas¹⁵⁵ tinha

153 Anotação no verso: “Re[spondido] 25 de [Setembro] 1846”.

154 Lucio Norberto Mancilla (1792-1871). Militar e político argentino. Destacou-se nas guerras pela independência argentina e na Cisplatina. Considerado um herói nacional devido a vitória na Batalha da Vuelta do Obligado, na qual comandou as forças argentinas contra os navios franceses e britânicos. Fonte: <ecured.cu>. Acesso em: 17 fev. 2021.

155 Joaquín Madariaga (1799-1848) e José Maria Paz (1791-1854). Militares, o primeiro era advogado e político. Em 1842 se juntaram a Rivera, mas derrotados em Arroyo Grande, fugiram para Alegrete (RS). Joaquín foi feito governador da província de Corrientes em 1843, após a luta em “Paso de los Libres”. Em novembro de 1844, Paz chegou a Corrientes, e Joaquín o nomeou comandante das forças provinciais. Em 1846, os

escrito anteriormente ao Redator do *Commercio do Prata*, incumbindo-o de desmentir qualquer intriga que agentes do Restaurador pudessem urdir para fazer acreditar em aliança de Corrientes com Buenos Aires.

De que parte se obra com lealdade e boa-fé sempre me tem parecido questão difícil de decidir nos negócios do Rio da Prata.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]¹⁵⁶: recorte do periódico *Comercio del Plata*, edição de 27 de Agosto de 1846.

OFÍCIO¹⁵⁷ • 31 AGO. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 118
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 31 de Agosto de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o número incluso do *Commercio do Prata* publicado hoje, do qual se vê que *Mr.* Hood teve uma nova conferência com Oribe, provavelmente acerca das condições e cláusulas postas às Proposições de Paz, e que depois se dirigiu a Buenos Aires, naturalmente para tratar do mesmo assunto, negociação cujo bom êxito depende a meu ver do estado atual das relações de Rosas com Entre Ríos, e Corrientes. Se estas são na verdade tão

irmãos Joaquín e Juan Madariaga juntaram-se ao exército paraguaio de Solano López. Em 1847, Urquiza invadiu Corrientes e prendeu Juan, usando-o para mediar com Paz um acordo. Paz recusou e decidiu derrubar os Madariagas, que fugiram para o Paraguai e depois para o Brasil, onde Joaquín morreu em 1848. Fonte: MENEGAT, Carla. *Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do Uruguai. (1845- 1835)*. (Dissertação de doutoramento em História) – UFRS/IFCH/PPGH, Porto Alegre, 2015.

156 Anexo não transcrito.

157 Anotação no verso: “Re[spondido] 25 de Setembro de 1846”.

favoráveis ao Restaurador, como se pretende provar com a carta de Urquiza a Mancilla que se fez pública pela imprensa, e que ontem remeti a V. Exa., é mui provável que o Governador de Buenos Aires não ceda das condições com que modificou a Proposta de Paz; porém, se aquelas relações tem o caráter que lhes daria um Tratado entre Urquiza e Madariaga, concebido nos termos indicados pelo periódico incluso¹⁵⁸, é natural que o Restaurador ceda a fim de se ver livre de uma guerra que o embaraça de fazer voltar ao antigo caminho aquelas duas Províncias. Restam-lhe, neste caso, ainda as dificuldades da execução; mas há outra ponderação que num ou noutro caso não é digna de desprezo. Se a intervenção deseja retirar-se, como na realidade parece que desejam não os Ministros Plenipotenciários aqui residentes, mas os seus respectivos Governos, também me parece razoável que Rosas e Oribe se lembrem da máxima que manda facilitar a retirada ao inimigo que procura sair-se do combate.

Entretanto, repito sempre que nada se pode conjecturar a respeito do estado político destes países com grande probabilidade de acertar.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁵⁹ • 05 SET. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 123
3ª Seção / 2ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 5 de Setembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,
Havendo-se publicado ontem no *Commercio do Prata* diversos documentos oficiais relativos às negociações de paz que se acham pendentes, cumpre-me

158 Anexo não localizado no volume.

159 Anotação no verso: "Resp[ondi]do 35 de Outubro de 1846".

levar ao conhecimento de V. Exa. o número incluso do dito Diário¹⁶⁰ em que tais documentos se publicaram; e permita-me V. Exa. que particularmente chame a atenção de V. Exa. para a quinta e sétima das condições de paz, assim como para a aceitação que dessas condições fez o Governo da República. A quinta condição é relativa à navegação do Paraná, alguns de cujos confluente são nossos, ao mesmo passo que o Governo do Estado Oriental se exprime a respeito do Uruguai como possuindo-o em plena Soberania. A sétima condição, nos termos por que se acha recebida, em quanto respeita a medidas que ponham o futuro Governo de Montevideú a salvo de acontecimentos que possam ocasionar segunda intervenção, me parece igualmente digna da atenção do Governo Imperial pela grande amplitude que se pode dar a essas medidas.

Espero, pois, que V. Exa. se digne enviar-me as suas sábias instruções acerca destes importantes negócios, lamentando não ter à minha disposição algum navio de guerra pelo qual pudesse submeter à consideração de V. Exa., com a presteza conveniente, fatos e acontecimentos de tamanha transcendência para os interesses do Império, como os que atualmente se passam nas margens do Rio da Prata.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 11 SET. 1846 • AHI 222/3/5

Nº 131
3ª Seção / 2ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 11 de Setembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,
Aproveitando a ocasião de um navio mercante que hoje se despacha pelo Consulado do Brasil nesta Cidade, participo a V. Exa. que poucas esperanças há

¹⁶⁰ Anexo não localizado no volume.

de paz conforme pensam pessoas que devo ter na conta de bem informadas, e com as quais falei ontem; mas parece que os Ministros interventores discutem as respostas e reflexões de Rosas que tiveram lugar por ocasião da segunda viagem de *Mr.* Hood a Buenos Aires. O resultado mais provável dessa discussão é que Ouseley e Deffaudis, nada podendo decidir por si, terão de consultar os seus respectivos Governos, circunstância que fará voltar as coisas ao estado anterior às negociações ao menos por alguns meses. Entretanto, parece que nos Orientais do acampamento de Oribe se desenvolve um grande desejo de paz, reprimido talvez pela presença das tropas Argentinas.

É quanto apressadamente posso levar ao conhecimento de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 20 SET. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 26

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 20 de Setembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Há poucos dias recebi do Paraguai a carta confidencial de 23 de Maio último, cuja cópia remeto inclusa sob o número 1º; e tendo dado a respeito do seu conteúdo os passos referidos na cópia sob número 2º, rogo a V. Exa. que se digne aprovar o meu procedimento, por ser conforme e consequente com o ato pelo qual o Governo Imperial reconheceu a independência da República do Paraguai, assim como julgo de minha rigorosa obrigação chamar a atenção de V. Exa. para a eficácia que o Ministro Espanhol aqui residente, com razão, atribui às nossas diligências, se as fizéssemos perante o Governo de Sua Majestade a Rainha de Espanha, para que reconheça a independência da República do Paraguai.

Se V. Exa. julgar digna de ser enviada ao seu destino a resposta que hoje

dou a quem quer que tenha sucedido ao Desembargador Pimenta Bueno¹⁶¹ como Encarregado de Negócios do Brasil junto do Governo do Paraguai, respeitosamente solicitarei de V. Exa. que mande dar à carta inclusa a direção conveniente.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] N° 1
CÓPIA
CONFIDENCIAL

Assunção, 23 de Maio de 1846.

Ilmo. Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes,

Pelo Rio de Janeiro escreverei a V. Sa. com mais vagar e extensão. Esta dirige-se somente a pedir a V. Sa. toda a sua prestante e valiosa coadjuvação para que os Agentes Confidenciais do Supremo Governo desta República, que aí se acham, consigam do Ministro Espanhol o reconhecimento da Independência deste Estado, ainda que seja *ad referendum*, quando não possa ser desde logo definitivo. O Ministro Espanhol está inclinado a fazê-lo, e tal fato será de muita força moral e interesse para este país. Se no reconhecimento da independência da Confederação Argentina ele fizesse expressa separação do Paraguai, caso não tivesse reconhecido este antes, seria de significação bem estimável.

Como disse, escreverei a V. Sa. com mais extensão por via da Corte, por isso não acrescento mais do que a renovação da seguridade do respeito e amizade com que sou de V. Sa. Colega afetuoso e menor Criado.

(Assinado) José Antonio Pimenta Bueno

Está conforme:
Pereira Ribeiro

161 José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), Visconde e Marquês de São Vicente. Advogado e político. Presidente de províncias, deputado, senador, juiz e desembargador. De 1844 a 1847, foi encarregado de negócios no Paraguai. Em 1848 e em 1870, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, na segunda vez acumulando com a presidência do Conselho de Ministros. Defensor da monarquia e do fim da escravidão, formulou projetos pela libertação dos escravos, que foram base para a Lei do Ventre Livre de 1871. Durante a presidência da província do Mato Grosso, elaborou uma memória de limites com os antigos territórios coloniais espanhóis. Fonte: RIBEIRO, Pedro Freire. *A Missão Pimenta Bueno*: Documentos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1965.

[Anexo] Nº 2

CÓPIA

CONFIDENCIAL

Montevidéu, 20 de Setembro de 1846.

Ilmo. Sr.,

Há poucos dias me foi entregue uma Carta Confidencial do Sr. Pimenta Bueno com data de 23 de Maio próximo passado, pela qual me encarregou de coadjuvar os Agentes Confidenciais do Supremo Governo do Paraguai, que se acham aqui, a fim de que consigam do Ministro Espanhol o reconhecimento da independência dessa República, ainda que seja *ad referendum*, quando não possa ser desde logo definitivo. Apenas recebi a dita carta, dirigi-me à casa dos mencionados Agentes, e de acordo com eles passei logo a falar ao Ministro Espanhol, a quem referi a incumbência que me tinha feito o Sr. Pimenta Bueno. Encontrei no Sr. D. Carlos Creus¹⁶² as melhores disposições para com o Governo e o Estado do Paraguai. Ele me afirma que tais são igualmente as disposições do Gabinete de Madri; mas como o Governo de Espanha tem adotado uma política certa e determinada a respeito do reconhecimento das novas Nações Americanas, quaisquer que sejam as simpatias do mesmo Governo para com o Paraguai, é claro que, no reconhecimento da independência deste novo Estado, seguirá o mesmo caminho e andamento que seguiu no reconhecimento dos outros Estados que fizeram parte da antiga América Espanhola. O Governo Espanhol reconhecerá a independência da República do Paraguai, mas há de fazê-lo por meio de um tratado; e o Sr. Creus, que sobre este assunto já tem escrito ao seu Governo, está na persuasão de que o resultado de suas comunicações a respeito será a nomeação de pessoa que em Assunção ou aqui celebre esse tratado com a pessoa, ou pessoas, que para isso autorizar o Governo do Paraguai. Entretanto, pondera o Ministro Espanhol que o fato de não haver aprovado o Governo Inglês o reconhecimento *ad referendum* que da independência do Paraguai fizera o Sr. Ouseley, e a hesitação da França neste ponto, podem talvez produzir no Gabinete Espanhol também alguma hesitação para desvanecer, a qual muito poderia concorrer a cooperação do Ministro do Brasil acreditado junto do Governo de Sua Majestade a Rainha de Espanha; e como estou persuadido de que o Governo Imperial entende conforme à sua política o reconhecimento da independência do Paraguai por

162 [Jose] Carlos Creus (?-?). Ministro residente da Espanha em Montevidéu. A Espanha designou para exercer sua representação no Prata o cônsul José Creus, sendo este acompanhado pela fragata de guerra *Pearl* e o brigue *Hero*, navios que sob o comando do capitão Antônio Estrada instalariam uma base naval espanhola em Montevidéu. Fonte: SIERRA, Vicente de. *História de la Argentina: gobierno de Rosas su caída – hacia un nuevo regimen (1840-1852)*. 2. ed. Editora Científica Argentina, 1969.

todas as Nações do Globo, vou levar ao conhecimento de S. Exa. o Sr. Barão de Cayrú as reflexões do Sr. Creus acerca da eficácia de nossas diligências no ânimo justo e ilustrado de seu Governo.

Reservando para outra ocasião o escrever mais amplamente a V. Sa., rogo a V. Sa. o especial favor de dar-me as suas ordens como a quem se confessa de V. Sa. Colega e obrigadíssimo criado.

(Assinado) Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:
Pereira Ribeiro

OFÍCIO • 07 OUT. 1846 • AHI 221/3/5

Nº 142
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 7 de Outubro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Ontem chegou a este porto vindo de Buenos Aires o Patacho *Argos*; e como nada me trouxe de novidades políticas além do que participa o nosso Cônsul naquela Cidade com data de 3 de Outubro corrente, apresso-me em transmitir a V. Exa. uma cópia inclusa do ofício a que me refiro.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] Nº 1

CÓPIA

Nº 17

Consulado-Geral do Brasil
Buenos Aires, 3 de Outubro de 1846.

Ilmo. Senhor,

Tenho a honra de participar a V. Sa. que no dia 22 de Agosto último chegou a esta Cidade o Coronel Argentino Galán¹⁶³ (atualmente em serviço no Exército da Província de Entre Ríos), conduzindo, segundo dizem, comunicações do Governador Urquiza a este Governo, pelas quais lhe participa o Tratado que acabava-se de concluir entre ele e o Governador da Província de Corrientes, Joaquim Madariaga; ignora-se quais sejam as bases ou estipulações que contém, mas é voz pública que este Governo só tem motivos de estar satisfeito pelo que respeita a haver-se desfeito o Poder que desde Corrientes ameaçava-o pôr por terra, pois que, segundo afirmam, Urquiza consentiu ou passou pela condição de reconhecer e respeitar a Independência daquela Província pelo que era relativo a seu Governo interno, em quanto que seria consultado em paz, ou em guerra, sobre as suas Relações Externas, que encarrega ao Governo de Buenos Aires, motivo por que o Governador Rosas desaprovou-o. Há quem assevere que logo que Urquiza teve notícia dessa desaprovação, e do desgosto com que havia olhado para a circunstância de ter ele participado aquele Tratado a todos os Governos que formam a Confederação Argentina, em que o considerou (a Rosas) apenas como um deles, formou liga separada não só com Corrientes, mas até com o Paraguai; não posso tampouco avançar quanto de verídico tenha essa asserção, mas sempre é público que o próprio Governador o apelidara de “Traidor”, fazendo o mesmo o 2º Vice-Presidente dos Serenos, João [*sic*] Manuel Larrazábal¹⁶⁴, que figura em primeira escala no Partido Federal, além de que aqui está ainda retido o referido Coronel Galán, apesar de suas instâncias para retirar-se a dar conta de sua Comissão.

O Presidente da República de Bolívia elevou, em 6 de Agosto último, uma Mensagem às Câmaras, pela qual dá a entender que o motivo de haver dissimulado os agravos que há recebido deste Governo, só tem sido a consideração de o ver comprometido numa luta desigual com Potências fortes, e conclui

163 José Miguel Galán (1804-1861). Militar argentino. Foi um colaborador do presidente Justo José de Urquiza na província de Entre Ríos, onde também exerceu alguns cargos políticos, dentre eles o de governador delegado dessa província e de Buenos Aires. Fonte: <es.wiki.org>. Acesso em: 17 fev. 2021.

164 Juan Manuel Larrazábal (1796-1871). Político. Deputado por Buenos Aires; em 1837, foi membro dos Comissários da Apple. Sob Rosas foi presidente da Sociedade Popular de Restauração e, em 1849, foi do Corpo de Justiça e Serenidade de Paz da Paróquia de Pilar. Fonte: <todo-argentina.net>. Acesso em: 17 fev. 2021.

participando que mandou retirar seu Encarregado de Negócios residente nesta, cuja ordem ainda aqui não chegou.

Julgo estar já V. Sa. ao fato da volta de *Mr. Hood* a este Porto, a 31 de Agosto, em cujo dia desembarcou às dez horas da manhã, dirigindo-se logo à Casa do Ministro Arana, com quem teve uma larga conferência, e ultimamente, de seu regresso para essa no dia 7 do mês passado a bordo do Vapor Britânico *Alecto*, anunciando na Sala Inglesa às onze horas da manhã, que partiria as três da tarde, e poderia levar a Correspondência que o *Commercio* quisesse dirigir para Montevidéu, Rio de Janeiro e Inglaterra, e por isso, limito-me a dizer a V. Sa. que as Gazetas de 22 e 23 de Setembro fizeram público os passos dados por aquele Comissionado junto a este Governo, e ao General Oribe, tratando os números que seguem até esta data, de demonstrar não só a interpretação que ambos deram às bases apresentadas, e o espírito conciliador e honroso de que estavam animados os Governos Interventores, como também a sabedoria das modificações feitas por este Governo e pelo General Oribe, empenhando-se o Editor em fazer entender que o único obstáculo que se opôs à realização da Paz foi a parcialidade dos Ministros daquelas Potências residentes nessa, que contrariaram a política pacífica e amistosa de seus Governos respectivos, não querendo passar pela modificação relativa ao levantamento do bloqueio dos Portos Argentinos e Orientais.

Deus Guarde a V. Sa.

(Assinado) Clemente José de Moura
Cônsul-Geral do Brasil

Ilmo. Senhor Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encarregado de Negócios do Brasil em Montevidéu

Está conforme:
Pereira Ribeiro

OFÍCIO • 18 NOV. 1846 • AHI 221/3/5

Nº 172
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéo, 18 de Novembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Acuso recebido o Aviso que V. Exa. se dignou endereçar-me com fecho de 24 de Setembro último, designando-o com o número 54 da 3ª Seção; e dele vejo que V. Exa. houve por bem remeter ao Vice-Presidente do Rio Grande do Sul uma cópia do meu Ofício de 31 de Agosto p. p., que vem a ser o de número 119 da mesma 3ª Seção, e um extrato do número 145 do *Defensor de la Independencia Americana*, a fim de que o dito Presidente possa mais facilmente proceder às indagações convenientes sobre o horroroso fato do assassinio de mais de trinta pessoas, entre as quais se contavam vinte e quatro Brasileiros, cometido aos 23 de Maio último na Estância dos Senhores Zorrillas nas Trez Arvores [*sic*]¹⁶⁵.

Eis aí o que me diz o mesmo Vice-Presidente deplorando os continuados crimes de que são vítimas os proprietários Brasileiros estabelecidos no Estado Oriental:

Quando estive no Rio Grande, recebi ali participação de terem sido assassinados por uma partida de *Blanquillos* o Brasileiro Claro e trinta e dois companheiros que tinham ido fazer tropas de gado desse lado; e de aparecerem vinte e dois cadáveres no sítio das Trez Arvores, que se supõem serem de Rio-Grandenses, porém sem saber se quem os assassinou.

Isto me diz o mencionado Vice-Presidente com data de 6 de Agosto último. É, contudo, de presumir que, em consequência das ordens ulteriores de V. Exa., tenha ele procedido a ulteriores indagações, mas quando sejam estas por tal modo completas e cabais que se possam indigitar com toda a segurança os perpetradores de tão horrendas atrocidades, não tenho esperança de obter deste Governo o castigo efetivo dos criminosos pela nenhuma ação que tem fora da Cidade de Montevidéo e porque, no território ocupado pelas armas do mesmo Governo, tudo está pendente do arbítrio do General em chefe e dos caudilhos, além da dificuldade real em apreender homens habituados à continuada divagação da campanha deste Estado e, de mais a mais, seguros sempre de que perseguidos pelas autoridades a que obedece um dos partidos, acharão acolhimento nas fileiras do partido oposto.

165 Tres Árboles, localidade do Departamento de Paysandú, Uruguai.

Não quero com isso eximir-me de continuar a reclamar e insistir quanto cabe nas minhas forças para que se guarde neste país o respeito devido às pessoas e interesses dos súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil, mas foi o meu intento somente expor a V. Exa. a ineficácia dos meios diplomáticos *de per si* para os casos de natureza análoga ao de que se trata, a fim de que V. Exa., informado de como as coisas passam neste país, esteja habilitado para tomar outra qualquer medida que V. Exa. tenha por acomodada ao fim de tornar eficaz a proteção do Império, devida aos Brasileiros residentes no território da República Oriental do Uruguai.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁶⁶ • 09 DEZ. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 34
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 9 de Dezembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Apresso-me em levar ao conhecimento de V. Exa. a cópia inclusa (sob número 1º) da Nota Confidencial do Ministro de Relações Exteriores desta República, o qual deseja saber que política adotará o Governo Imperial, dada qualquer das hipóteses figuradas na dita Nota.

Respondi como V. Exa. terá a bondade de ver da cópia que também inclusa vai designada com o número 2º; e solicitando de V. Exa. as suas sábias ordens e instruções a respeito, fico ansioso por saber se o meu procedimento merece a aprovação do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Exa.

¹⁶⁶ Anotação na margem superior, frente: “Cópia para o Conselho de Estado”; e, no verso, a seguinte anotação: “Resp[ondi]do em 14 de Janeiro de 1847”.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]¹⁶⁷ N° 1

CÓPIA

CONFIDENCIAL

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Diciembre 7 de 1846.

El infrascripto, Ministro de Relaciones Exteriores, tiene orden del Gobierno de la República para ocupar la atención del Señor Da Silva Pontes, Encargado de Negocios de S. M. el Imperador del Brasil, con el asunto de más vital interés para la tranquilidad y bien estar de la Republica.

Constantemente el Gobierno Oriental ha mostrado el ardiente deseo de poner término à la guerra sangrienta que existe y afecta al bien y prosperidad de los Pueblos, no solo en el Plata, sino también en el Brasil, ocasionada por la lucha à que ha dado pretexto un falso derecho que ha venido à sostener D. Manuel Oribe. Desgraciadamente este se ha mostrado con igual constancia animado de sentimientos contrarios, aunque fácil es conocer que esa tenacidad no tiene por único resultado sus pretensiones ambiciosas, sino que se hallan ligadas estas à las que ha desplegado el Gobernador de Buenos Aires, à cuyo sueldo están, y son en la mayor parte de su dependencia, las tropas que sostienen esas pretensiones.

El contraste que ofrece la conducta del Gobierno del Uruguay, con la que tiene el Gobernador de Buenos Aires, jamás se mostró más claro que en las diferentes tentativas que se hicieron para arribar a una negociación pacífica. Esa negociación, por lo que hace a la República Oriental, no ha tenido, como se ha visto, otro objeto que tratar de obtener lo que la equidad más estricta no puede reusarle, y en cuanto à la República Argentina debía también servir a satisfacer sus intereses legítimos, pero esa negociación, fundada en tales principios, fue siempre rechazada por las crecientes pretensiones del Gobernador de Buenos Aires, como sucedió con motivo de las proposiciones conducidas por *Mr.* Hood, que à pesar de no estar conformes con las anteriormente presentadas por los Ministros mediadores, aceptó de la manera más conciliante [*sic*] el Gobierno de la Republica del Uruguay.

167 "Cópia para o Conselho de Estado", escrito à parte na borda superior da página.

Esos son hechos de que nadie hoy puede dudar, hechos, que ninguno se ha de atrever à desconocer; pero como esa propia negociación, resultado de la Intervención prolongada y costosa de dos Poderes Europeos, podría todavía desvirtuarse, o variarse de tal naturaleza, que el Gobierno tuviese precisión de tomar ciertas precauciones en tiempo, deseoso siempre de acelerar los medios. que proporcionen arribar à la Paz por las solas condiciones compatibles con la Independencia y el Honor Nacional, en la carencia de Plenipotenciario que en la Corte Imperial pueda tratar à viva voz de esos medios, para obtener una explicación del Gobierno de S. M. de la manera que lo exige la situación de los negocios, la buena fe y el interés de que debe estar animado, porque él provecho es común à los dos Países, el infrascripto tiene el honor de dirigir al Señor Da Silva Pontes algunas preguntas, con el fin de recabar por su conducto contestación como es de esperarse del Gobierno de S. M., para que el de la República sepa la conducta que se propone, y por lo tanto, la que él deba observar si llega el momento de que se realice uno de los casos que pasa à figurar.

1º – Se la misión de *Mr. Hood* tiene el resultado que se propone Rosas, y condescienden la Inglaterra y la Francia en admitir a Oribe como parte para tratar.

2º – Si por el contrario, la Francia y la Inglaterra se deciden a enviar algún auxilio o refuerzo para poner término a un estado de cosas perjudicial a todos.

3º – Si no enviando ningún auxilio, ni aceptando las bases propuestas por Rosas y Oribe, buscan al Gobierno Imperial para que se asocie à la Intervención.

4º – Si, en fin, con cualquiera pretexto, retiran esos Poderes los efectos de su Intervención.

En cualquiera de esos casos es conveniente saber à que debe estar el Gobierno de la República en sus relaciones y esperanzas con el de S. M. Imperial; de consiguiente ni se puede retardar una franca solución, que podría ser innecesaria o expuesta en los momentos de presentarse el desenlace de los antecedentes, demasiado conocidos, para poder entregarse à una ciega confianza.

Apreciando en su justo valor el Gobierno de la República esos antecedentes, así como las pruebas del carácter de lealtad del Gobierno Imperial, no trepida en dirigirse à él con esta franqueza en la presente ocasión, reproduciendo la manifestación que otras veces ha hecho, del empeño con que quisiera poner en la cuestión el poderoso influjo del primer Poder Americano en el Sur, para que contribuya al termino de los horrores de la guerra, y ejerza toda su influencia en sostener la Independencia de la Republica del Uruguay no solamente porque tantas veces lo ha ofrecido, cuanto porque ya es imposible desconocer la intención con que se niega a considerarla, interpretando sus Leyes fundamentales, el referido Gobernador de Buenos Aires, y porque de ese modo, contribuyendo como debe el Brasil para obtener la Paz y hacer que se

consolide, respetando los principios de que nace la Libertad e Independencia de la República, necesariamente se han de estrechar las relaciones de interés y amistad que la naturaleza ha criado entre Pueblos vecinos y exterraneos, y de ellas han de resultar las ventajas de reciproco cambio que los haga florecientes y opulentos.

Aguarda, pues, el infrascripto, que el Señor Da Silva Pontes, aprovechará las ocasiones para llevar todo eso al conocimiento del Gobierno de S. M. el Imperador, y le pide que acompañando sus observaciones, cuide de exigir pronta y clara contestación, como que puede ser precursora de arreglos de otra naturaleza, que traerán la posibilidad de acreditar el Ministro que debe residir por conveniencia de la Republica cerca de la Augusta Persona de Su Majestad Imperial.

Entretanto, el infrascripto se complace en ofrecer al Señor Da Silva Pontes, su más distinguida consideración y aprecio.

(firmado) Francisco Magariños

Al Señor D. Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:
Pereira Ribeiro

[*Anexo*]¹⁶⁸ N° 2

CÓPIA

CONFIDENCIAL

Legação do Brasil
Montevideú, 9 de Dezembro de 1846.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai acusa recebida ontem a Nota Confidencial que S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República lhe dirigiu com data do dia antecedente, a fim de saber por intermédio do mesmo abaixo assinado qual será o procedimento do Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil relativamente aos negócios do Rio da Prata, verificada alguma das hipóteses que S. Exa. figurou na citada Nota.

Conquanto o abaixo assinado não se julgue autorizado neste momento para responder a S. Exa. senão que o Governo Imperial continuará a seguir a política da neutralidade enquanto essa política for compatível a independência

168 “Cópia para o Conselho de Estado”, escrito à parte na borda superior da página.

da República Oriental do Uruguai, e com a dignidade, decoro e honra do mesmo Governo, todavia, como é opinião pessoal do mesmo abaixo assinado, que o Governo do Brasil, senão há de negar aos bons officios que dele solicitar-se, possam de uma maneira conveniente a aqueles sagrados objetos do seu próprio decoro, honra e dignidade, e como, além disso, o mesmo abaixo assinado deseja concorrer para que em tudo haja a melhor inteligência e mais perfeito acordo entre o Governo do Império e o da República, toma sobre si o levar ao conhecimento do Governo Imperial a comunicação confidencial que acaba de receber; e pedirá a S. Exa. o Sr. Ministro de Negócios Estrangeiros a resposta correspondente a fim de fazê-la presente a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai saúda a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República com a expressão da mais elevada consideração, apreço e respeito pela pessoa de S. Exa.

(Assinado) Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:
Pereira Ribeiro

OFÍCIO • 10 DEZ. 1846 • AHI 222/4/3

Nº 36
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéo, 10 de Dezembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o Despacho de 25 de Novembro último sob o número 22 dos Reservados; e instruído das ocorrências que tiveram lugar nessa Corte com a Legação dos Estados Unidos e com o *Commodore* Rousseau¹⁶⁹ em consequência da prisão de três marinheiros da Esquadra Norte-Americana, evitarei, como V. Exa. determina, todas as relações com os Agentes dos Estados

169 Lawrence Rousseau (1790-1866). Militar. De 1845 a 1847 esteve no comando do Esquadrão do Brasil da Marinha dos Estados Unidos, agraciado com o título honorífico de comodoro. Fonte: <navylog.navymemorial.org>. Acesso em: 17 fev 2021.

Unidos e com o *Commodore* e oficiais da Esquadra respectiva, que possam dar lugar a desatenções apoiadas na conduta do seu Ministro nessa Corte.

Disto mesmo não faço ciente por escrito ao Comandante das Forças Navais do Império no Rio da Prata por me haver ele comunicado verbalmente que tinha recebido ordens pela Repartição competente neste mesmo sentido.

Folgo com a chegada de um Agente Diplomático do Paraguai à nossa Corte por que espero que servirá esse para estreitar os laços de união com aquela República, onde o Governo Imperial deve encontrar um ponto de apoio para estabelecer a sua benéfica influência naquela parte da América, segundo tenho tido a ocasião de expressar-me perante V. Exa. nas minhas cartas confidenciais, às quais me referirei com permissão de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 21 DEZ. 1846 • AHI 221/3/5

Nº 190

1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 21 de Dezembro de 1846.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Na cópia que inclusa tenho a honra de transmitir a V. Exa. do ofício que me dirigiu o Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, com data de 5 do corrente mês de Dezembro, encontrará V. Exa. as últimas notícias que dali tenho, cumprindo-me observar: 1º, pelo que respeita às coisas de Entre Ríos que nesta Cidade passa por sabido e de plano que Urquiza entabulou negociações com o Governo de Montevideú, e que a isso ouvi ontem atribuir a projetada viagem do Ministro de Relações Exteriores com destino ao Quartel-General de Rivera, a fim de se pôr de acordo e inteligência com este relativamente às mencionadas negociações; 2º, observarei também, pelo que respeita à notícia

da derrota de Dom Ignacio Oribe, que nenhuma notícia temos aqui de tal acontecimento; e observarei finalmente que, segundo as informações que tenho podido obter, o Coronel D. Martiniano Chilavert¹⁷⁰, de quem trata a ordem do Dia 11 de Novembro último, igualmente inclusa por cópia, acha-se neste momento ocupado no acampamento do Cerrito; mas como estas informações podem não ser exatas ou o dito Chilavert pode regressar ao Rio Grande do Sul, entendi que seria conveniente remeter ao Presidente daquela Província outra cópia da mencionada ordem do Dia, pois que a circunstância de ter voltado Chilavert às graças do Restaurador, a capacidade que ainda inimigos reconhecem no Coronel, e o carácter que lhe dão, o fazem naturalmente digno das atenções da polícia em uma época onde por aquela parte do Império não me parecem escassos os agentes dos diversos partidos que agitam as margens do Prata, agentes ao que também me parece mais tolerados do que cumpria que o fossem; e por exemplo indicarei um tal Aguirre.

Entretanto, passo às mãos de V. Exa. o número incluso do *Commercio do Prata* publicado hoje em que se discorre acerca da política adotada (segundo afirmam) pelo Governador de Entre Ríos.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] Nº 1

CÓPIA

Nº 19

Consulado-Geral do Império do Brasil
Buenos Aires, 5 de Dezembro de 1846.

Ilmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar o recebimento dos Offícios que V. Sa. se serviu dirigir-me em datas de 13 de Outubro e 13 de Novembro do corrente, sob n^{os}. 14 e 15, sendo o primeiro para incluir-me Cópia da Nota verbal que tinha o

¹⁷⁰ Martiniano Chilavert (1798-1852). Militar argentino. Em 1832, partidário de Lavalle, invadiu Entre Ríos; em 1841, partidário de Rivera, novamente invadiu Entre Ríos. Derrotado, exilou-se Brasil. Em 1846, partidário de Rosas, e em 1847, em Buenos Aires, reorganizou a artilharia, sendo então acusado de traição pelos unitaristas. No conflito entre Rosas, Urquiza e o Império do Brasil, liderou as forças de artilharia da Confederação na Batalha de Caseros, contra as tropas brasileiras. Preso, foi condenado por Urquiza à morte, permanecendo seu corpo insepulto por vários dias. Fonte: <ecured.cu>. Acesso: 18 fev. 2021.

General Guido, Ministro Argentino na Corte do Rio de Janeiro, dirigido ao Governo Imperial em data de 12 de Agosto último, segundo as ordens que V. Sa. havia recebido de S. Exa. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; e o segundo, para comunicar-me as notícias políticas que por então corriam nessa Cidade, relativas às Províncias de Corrientes e Entre Ríos, com os resultados do Tratado celebrado em “Alcarás” [*sic*]¹⁷¹, do que fico inteirado, agradecendo como devo tal fineza.

Cumpre-me participar a V. Sa. que Sábado 21 do mês findo, passou, do Ministério da Fazenda para ter execução pela Alfândega, uma ordem deste Governo permitindo a exportação, por transbordo, de Carne Salgada, para cujo embarque se dará uma fiança, equivalente ao dobro do carregamento que responda pela observância dos decretos vigentes sobre a matéria, o que como V. Sa. verá, não proíbe que tais exportações se façam para de onde melhor convier, uma vez que fica salva a fiança dada pelo Barco condutor com o simples fato de provar competentemente o transbordo da carga a outra embarcação, motivo por que grandes especulações neste gênero se pretendem fazer com destino a essa Praça.

O Coronel Argentino Galán, que em Comissão do General Urquiza, se achava nesta, há algum tempo, foi finalmente despachado a 11 do mês passado, depois de haver tido uma larga conferência com o Governador Rosas, tendo seguido para Entre Ríos no dia 18 daquele mês, sem que até agora se haja podido penetrar qual haja sido o espírito da resposta que levou, ou o resultado da missão de que veio encarregado junto a este Governo; chegou daquela Província, no dia 23 do referido, um Ajudante de Ordens do General Urquiza, por nome Manuel Querencio, (Santafecino) com comunicações para este Governo, de cujo conteúdo se não tem a menor ideia por ora, posto que continua o mesmo silêncio que até esta data tem reinado; mas sim estou informado, sem que por isso o assegure a V. Sa., apesar de haver-me dito uma pessoa respeitável, que o mencionado Ajudante de Ordens dissera confidencialmente à sua chegada que, três horas antes de sua partida de Entre Ríos, lhe expressara o dito Urquiza que por participações que tinha recebido lhe constava que o General Ignacio Oribe havia sido completamente batido pelas forças ao mando do Coronel Venâncio Flores nas imediações das “Vivoras”¹⁷², sendo a derrota assaz fatal ao mencionado General Oribe; se tal notícia for verídica, não duvido que V.

171 Pelo Tratado de Alcaraz, assinado em 14 de agosto de 1846, Urquiza e Joaquín Madariaga concordavam com a paz entre as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, esquecendo os acontecimentos anteriores. Por ele, Corrientes aderiu ao Pacto Federal de 1831, delegava as Relações Exteriores a Rosas, e reconheciam a independência do Paraguai. Uma cláusula secreta estabelecia ainda que Corrientes estaria isenta na guerra com o Uruguai e no conflito com a França e a Reino Unido. Para sua aplicação, Rosas deveria ratificá-lo, o que não ocorreu, levando à retomada das operações militares. Fonte: SIERRA, Vicente de. *História de la Argentina: gobierno de Rosas su caída – hacia un nuevo regimen* (1840-1852). 2. ed. Editora Científica Argentina, 1969.

172 Las Víboras, povoação situada no departamento de Colonia, Uruguai.

Sa. melhores informações possa colher a respeito, e por isso limito-me a lhe narrar o que corre, e não entro em pormenores, de que aliás careço, e neste sentido ofício também à S. Exa. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, na presente data; sobre o estado daquela Província de Entre Ríos, unicamente dizem, além do que publica a Gazeta de 30 do [mês] passado, que a reunião geral do Exército anunciada para 26 de Outubro, havia sido prorrogada para 30 de Novembro último, e da de Corrientes [não] se adianta.

Rumores continuam a espalhar-se de que a questão existente vai ter termo brevemente por intermédio do *Commodore Sir Thomas Herbert*¹⁷³, que aqui se tem feito aparecer não só como autorizado para tratar com este Governo a respeito da presente luta, mas ainda como motor da conduta adotada ultimamente pelos Ministros Interventores nessa, fazendo que o Governo Oriental restituísse as presas feitas pelo Coronel Garibaldi e demarcando a este os limites em que deve empregar as suas operações Navais; tais rumores, agregados à restituição – mandada fazer por este Governo, ao mesmo *Commodore Herbert*, dos objetos que compunham a equipagem do Oficial Inglês, Carlos G. Fegen¹⁷⁴, que comandava o *Pailebot*¹⁷⁵ “*Federal*” que foi apresado pelas Forças Argentinas situadas em S. Lourenço, em cuja Nota, que publicou a Gazeta de 14 do dito mês, expressa o Ministro Arana que essa demonstração, ainda que pequena, era uma nova prova entre outras muitas que o Governo Argentino tem dado do apreço com que via o recente curso da política de S. M. Britânica para com a Confederação (cuja resposta em caráter privado, se acha publicada na Gazeta de 30 de Novembro último) – e à felicitação dirigida por este Governo a S. M. o Rei dos Franceses, por ocasião de ter-se frustrado o último atentado de assassinato contra a pessoa de S. M., que foi publicada pela Gazeta de 12 do mesmo mês, têm verdadeiramente arrastado aos habitantes desta Cidade a acreditar na tão desejada Paz, e influiu sobremaneira na baixa da moeda metálica e nos artigos de consumo.

Inclusa encontrará V. Sa. uma Cópia da Ordem do dia, passada ao Exército desta Capital a 11 de Novembro último, com motivo da função de S. Marthim, pelo qual mandou este Governo reconhecer no porto que tem, ao Coronel de Artilharia, Martiniano Chilavert, emigrado Oriental existente na Província do Rio Grande, dando-lhe a antiguidade, e decorrendo-lhe o ordenado que lhe corresponde desde 11 de Maio do corrente ano, data em

173 Thomas Herbert (1793-1861), vice-almirante da Marinha do Reino Unido. De 1847 a 1849, ele foi comodoro da Estação da Costa Sudeste da América. Fonte: O'BYRNE, William R. *A naval biographical dictionary*. Londres: John Murray, 1849.

174 Charles Goodwin Fegen (?-?). Tenente da Marinha do Reino Unido. De 1846 a 1849 esteve comissionado na costa sudeste da América. Fonte: O'BYRNE, William R. *A naval biographical dictionary*. London. John Murray. 1849.

175 Barco de dois mastros e velame latino.

que oficiou a este Governo pedindo-lhe a graça de servir nos Exércitos desta República; o objeto que me faz levar esta Cópia ao conhecimento de V. Sa. é a quase certeza que me assiste de que esse Coronel, longe de ordenar-se-lhe que venha ocupar seu posto, foi, pelo contrário, Comissionado por este Governo no mesmo ponto em que se conserva, com algum fim particular, de que cumpre estar à mira, e com isto pôr a V. Sa. em estado de praticar as providências que alcançar, sejam mais ou menos necessárias, do que também faço participação ao Governo Imperial.

No dia 30 do mês passado chegaram a esta *Mr.* Graham e *Mr.* Brent, que como Emissários dos Estados Unidos haviam ido ao Paraguai oferecer a mediação de seu Governo para terminar as diferenças existentes entre o daquela República e o da Confederação Argentina, sem que, todavia, hajam obtido nenhum resultado favorável à missão que levaram; havia-se ali nomeado um tal Gelly¹⁷⁶, no caráter de Ministro Plenipotenciário para residir junto ao Governo de S. M. o Imperador, o qual já tinha partido de Assunção para a Província do Rio Grande.

Deus Guarde a V. Sa.

(Assinado) Clemente José de Moura
Cônsul-Geral do Brasil

Ilmo. Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encarregado de Negócios do Brasil em Montevidéu

Está conforme:
Pereira Ribeiro

[*Anexo N° 2*]
CÓPIA

¡Viva la Confederación Argentina!

ORDEN GENERAL DEL 11 DE NOVIEMBRE DE 1846

Por disposición del Exmo. Señor Gobernador y Capitán General de la Provincia, el Señor Ministro del Departamento de Relaciones Exteriores, ha remitido, con nota de ayer, a esta Inspección General, para su debido

176 Juan Andrés Gelly Martínez. (1792-1856 ou 59). Advogado, diplomata e político paraguaio. Encarregado de negócios do Paraguai no Rio de Janeiro a partir de 1º de dezembro de 1846. Fonte: CUTOLO, Vicente Oswaldo. *Novo Dicionário Biográfico Argentino*, 7 volumes, Ed. Elche, Bs. As., 1968-1985.

cumplimiento, Copia del Superior acuerdo de 8 del próximo pasado Octubre, cuyo tenor es el que sigue.

Considerando el Gobierno la satisfacción con que se ha instruido de la honrosa declaración de D. Martiniano Chilavert, ante el titulado Gobierno de los Salvajes Unitarios de Montevideo, y renuncia que en ella hizo del empleo de Coronel de Artillería.

Los recomendables motivos en que lo fundó; el Patriótico interés que acreditó en ella por la dignidad e Independencia de la República, y su permanencia en el Rio Grande, hasta la fecha, sin participación de las pérfidas agresiones de los Salvajes Unitarios bajo la protección de los Señores Ministros Ouseley, y Deffaudis, que por todo ello es digno de la clemencia del Gobierno, y de su regreso tranquilo a la Confederación, como lo ha solicitado, y de la justa estimación del Gobierno, y de los Federales Argentinos, ha dispuesto.

Artículo 1º – El Reconocimiento de D. Martiniano Chilavert en el empleo de Coronel de Artillería de línea de los Ejércitos de la Provincia con la antigüedad del once de Mayo del presente año de mil ochocientos cuarenta y seis, y con el sueldo desde esa misma fecha.

Artículo 2º – Que para su debido cumplimiento se remita en copia este acuerdo por el Ministerio de Relaciones Exteriores, a la Inspección General.

Artículo 3º – Y que fecho se de en la Orden del día al Ejercito integro este acuerdo.

Rubrica de S. E.
Arana

Lo que se hace saber al Ejército para su inteligencia, según la superior disposición en el contenido.

(Asignado) Caceres

Conforme a copia:
Pereira Ribeiro

MONTEVIDÉU

1847

OFÍCIO¹⁷⁷ • 06 JAN. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 1

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéo, 6 de Janeiro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Apesar de todas as minhas diligências, não me tem sido possível encontrar disposição legislativa ou ordem do Governo desta República, pela qual se estabeleça de uma maneira positiva, clara e terminante quais são as isenções de direitos que se concedem aqui aos Diplomatas, assim como também nada posso encontrar de bem definido acerca das outras questões propostas no Aviso Circular de 28 de Agosto próximo passado designado com o número 12, isto é, se essas isenções permanecem conquanto permanece a missão, ou tem um prazo determinado, se tais isenções compreendem quantitativo fixo, ou não há para elas quantidade marcada; e se essas isenções se guardam somente aos Chefes, ou também aos Secretários e Adidos. Cumpre-me todavia observar que se nada há de claro e positivamente determinado acerca do assunto em questão, a prática que tenho visto observar me autoriza a informar a V. Exa. que de fato é isento de direitos tudo quanto se introduz no país tanto para uso dos Chefes das Legações como para uso dos Secretários e Adidos, sem limitação de tempo nem de quantitativo; e de que as coisas se têm passado assim de fato em todo o tempo, me informam pessoas que, pelas diversas posições sociais que têm ocupado e pelo seu caráter, me parecem habilitadas para isso, acrescentando uma das pessoas a que me refiro, que essas mesmas isenções se estenderam e ampliaram até aos Cônsules a ponto de que em um dos anos próximos passados certo Cônsul recebeu livre de direitos um tão crescido número de camisas feitas, importadas da Europa, que evidentemente eram objeto de uma especulação mercantil; mas o Cônsul declarou que eram para seu uso, e isto bastou para que lhe fossem entregues, como disse, livres de direitos. Parece que o Regulamento dos Cônsules do Estado Oriental, organizado pelo atual Ministro de Relações Exteriores da República, indica alguma tendência para modificar essa prática tão extraordinariamente favorável aos Cônsules estrangeiros em Montevidéo. Devo, porém, notar que os Regulamentos de que dei conhecimento a V. Exa. pelo meu ofício de 15 de Dezembro próximo passado, sob o número 186 da 3ª Seção, tem sido acometidos na Assembleia

177 Anexo no verso: Resp[on]do em 29 de Janeiro de 1847.

dos Notáveis como atos em que o Ministro, que os organizou, saiu fora dos limites de suas atribuições, segundo V. Exa. verá das folhas públicas desta Capital; e conforme os resultados dessa arguição, creio que as coisas têm de mudar, ou de permanecer ainda no *statu quo*.

No mesmo Aviso Circular a que respondo, houve V. Exa. por bem recomendar a exata observância dos Artigos 89, 90, 91 e 92 do Regimento das Legações; e eu lhes dou cumprimento tanto quanto as circunstâncias especiais desta Legação otimamente conhecida de V. Exa. m'os permitem e aconselham.

Recomenda-me V. Exa. igualmente que tenha sempre em vista quanto se expende nas Circulares dessa Repartição nº 14 de 9 de Julho de 1833, nº 2 de 20 de Março de 1838, nº 9 de 10 de Outubro de 1840, nº 2 de 12 de Março de 1844. Pelo que respeita aos assuntos indicados na primeira das citadas Circulares, convencido estou de que têm eles feito o objeto da correspondência oficial entre esta Legação e os antecessores de V. Exa. e V. Exa., mesmo com tal assiduidade e cuidado da minha parte, que daqueles e de V. Exa. me lisonjeio de ter por vezes merecido a honrosa aprovação. Pelo que respeita às informações que acerca da capacidade e moralidade dos empregados das Legações exige a segunda das Circulares acima citadas, permita-me V. Exa. que eu me refira ao meu ofício de 7 de Agosto último sob o número 101 da 3ª Seção, sendo certo que o Adido Duarte Pereira Ribeiro tem feito aquilo que lhe tenho ordenado no círculo de suas obrigações. Pelo que respeita às disposições constantes da terceira das citadas Circulares, refiro-me ao que disse relativamente aos Artigos do Regimento das Legações, cuja observância também V. Exa. me recomendou como acima notei. Pelo que respeita, porém, à última das Circulares acima citadas, nada mais sei do que aquilo que se acha estabelecido nos Regulamentos que tive ocasião de levar à presença de V. Exa. no meu já citado ofício de 15 de Dezembro do ano próximo passado. Se, porém, acontecer que tais Regulamentos não obtenham o consentimento da Assembleia dos Notáveis, eu exporei a V. Exa. o estado em que este negócio venha a ficar, cumprindo-me observar que todas essas designações de vencimentos e ordenados para o Corpo Consular e Diplomático da República nenhuma realidade tem hoje na parte que não for proveniente de emolumentos, como claramente o demonstram o conhecido estado e circunstâncias do Ministro Ellauri¹⁷⁸ na Europa, e as sabidas reclamações de Magariños para que se lhe pague o que de seus ordenados lhe deve o Governo do Estado Oriental.

178 José Longinos Ellauri Fernández (1789-1867). Político uruguaio. Em 1830, foi presidente da Assembleia Constituinte e ministro das Relações Exteriores no mesmo ano. Fonte: <gw.geneanet.org>. Acesso em: 18 fev. 2021.

§ 2º

Recebi também outro Aviso Circular, o qual se designa com o número 18 dos de sua classe; e nele se me participa que no dia antecedente tinha tido lugar o batizado de Sua Alteza Sereníssima a Senhora Princesa D. Isabel, acrescentando V. Exa. que fizesse dessa participação o uso que julgasse mais conveniente.

Declara-se, outrossim, no *P.S.* do mesmo Aviso que se me remete o número 319 do *Jornal do Commercio* em que se publicou uma exata exposição da questão pendente entre o Governo Imperial, e o Ministro dos Estados Unidos da América; e que convém que eu dê a este assunto a maior publicidade nas folhas deste país.

Do número 344 do Jornal intitulado *Comercio del Plata*, que tenho a honra de passar incluso às mãos de V. Exa., verá V. Exa. que por esse periódico se publicou tanto o faustíssimo acontecimento do batizado de Sua Alteza Sereníssima como o artigo de que se trata. Estas publicações foram espontâneas do Redator do mencionado periódico, mas entendi que são suficientes para verificar a desejada publicidade. O *Comercio do Prata* é o único periódico geralmente lido dos que neste Estado se dão à luz.

§ 3º

Também tenho presente a Circular designada com o número 19 pela qual V. Exa. com data de 30 de Novembro último se dignou instruir-me sobre o pé em que são tratados os Estrangeiros no Império do Brasil, a fim de habilitar-me para destruir quaisquer insinuações de que no Império se não dá proteção aos bens e pessoas dos mesmos Estrangeiros; e quando se ofereça ocasião de usar das instruções que V. Exa., como digo, se dignou dar-me, farei delas o uso que mais conveniente julgar aos interesses do nosso país.

§ 4º

Foi-me entregue igualmente Aviso Circular de 4 de Dezembro último, pelo qual sob o número 20 dos da sua classe, e em aditamento ao designado com o número 18, de cuja recepção e objeto fiz menção no § 2º do presente ofício, houve por bem V. Exa. comunicar-me as ocorrências que no dia do batizado de Sua Alteza Sereníssima a Senhora D. Isabel¹⁷⁹ e no Dia Natalício de Sua Majestade o Imperador tiveram lugar por parte do *Commodore* Rousseau e do Ministro dos Estados Unidos da América do Norte Wise; e fico prevenido dessas ocorrências, a fim de que possam desvanecer-se quaisquer notícias menos exatas que, porventura, se propalem neste país.

179 Isabel (29 de junho de 1846 a 14 de novembro de 1921). Princesa imperial do Brasil. Foi batizada em 2 de dezembro de 1846. Regente do Império, assinou a Lei Áurea em 13 de maio de 1889, abolindo a escravidão. Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *D Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

§ 5º

Além dos outros objetos de que tratou o Aviso de 27 de Junho do ano próximo passado sob o número 34 dos Despachos da 3ª Seção, e dos quais dei solução imediata, resta ainda por concluir a diligência relativa ao extravio de ofícios do General Guido para o seu Governo; extravio que se diz praticado nesta Cidade em correspondência oficial que trouxera o *Lizard*, embarcação movida por vapor, e pertencente à Esquadra de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha. Do atestado que sobre o assunto em questão passaram os Administradores do Correio de Montevideú, e que V. Exa. achará incluso, conhecerá V. Exa. que as malas conduzidas pelo *Lizard* foram recebidas abertas pelos ditos Administradores, e só continham correspondência particular e impressos. À vista desta declaração, dirigi-me pessoalmente à casa da Legação Inglesa nesta República, e o Sr. Hamilton, então Encarregado Interino de Negócios, me afirmou que a abertura das malas se fazia na presença do Sr. Ouseley, Ministro Plenipotenciário da Inglaterra; e tendo eu por vezes solicitado do Sr. Ouseley, verbal ou confidencialmente, que tome algumas informações a respeito, sempre tenho obtido em resposta que se não pode fazer averiguação alguma enquanto o *Lizard* não voltar do Paraná. Entretanto, vou de novo solicitar novas diligências, e do resultado darei parte a V. Exa.

§ 6º

Certo das sábias instruções que V. Exa. se dignou dar-me por Aviso de 27 de Outubro do ano próximo passado sob o número 58 dos da 3ª Seção, procurei inteirar-me da qualidade de garantias que pretende o Governo de Montevideú para tornar sólida a eleição do futuro Presidente da República; e na correspondência Reservada encontrará V. Exa. quanto a este respeito me tem sido possível conhecer.

§ 7º

Recebi também o Aviso de número 60, pelo qual V. Exa. com data de 23 de Novembro último se dignou acusar a recepção dos meus ofícios de número 144 a 157 com datas de 8, 9, 12, 13, 15, 16, 18, 21, 23 e 24 de Outubro próximo passado; e fico no conhecimento de quanto V. Exa. houve por bem comunicar-me para minha inteligência e governo.

§ 8º

Como pertence à 3ª Seção a participação dos acontecimentos notáveis que possam ocorrer no país, parece-me que observarei as determinações de V. Exa., levando neste mesmo ofício ao conhecimento de V. Exa. que no dia 26 de Dezembro próximo passado foi tomada a povoação de Paysandú¹⁸⁰ pelas

¹⁸⁰ Cidade do Uruguai e capital do departamento homônimo. Localizada sobre a margem leste do rio Uruguai, dista 368 km de Montevideú e faz fronteira com as cidades argentinas de Colón e Concepción.

forças do General Rivera, depois de uma forte resistência. Parece que se deve este feito d'armas na maior parte ao ardor dos Vascos, quando pelejam com o fito no saque, e ao auxílio de duas embarcações de guerra Francesas que, enquanto durou o combate, não cessaram de fazer fogo sobre a povoação. Servando Gómez¹⁸¹ se tinha retirado; e acerca das outras poucas circunstâncias até agora sabidas permita-me V. Exa. que eu me refira ao periódico incluso, cumprindo-me notar que, em uma das noites imediatas à chegada da notícia de se haver tomado Paysandú, houve salvas no Cerrito, o que fez acreditar a notícia que já nesse dia se tinha propagado da tomada da povoação das Vacas por forças de D. Manuel Oribe. Parece, porém, provado hoje que tal acontecimento não teve lugar, e que se festejou no Cerrito a dispersão da força com que Flores observava os movimentos de D. Ignacio Oribe. Não se tem podido verificar se é certa a notícia de que nessa dispersão ficaram prisioneiros Flores e Medina; mas parece falsa, assim como parecem falsas também outras notícias propaladas ontem tais como a de haver Urquiza passado o Uruguai e destruído o exército que comanda o General Rivera.

Se daqui até a partida do *Racer* me chegar à notícia alguma informação importante a respeito do que levo exposto ou acerca de novas ocorrências que possam ter tido lugar, não me demorarei em levá-la à presença de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

181 Servando Gómez de Castro y Laredo (1798-1865). Militar uruguaio. Colaborou com Oribe em 1842 quando entrou no Uruguai e com Urquiza quando se manifestou em 1851 contra Rosas. Fonte: <es.wiki.org>. Acesso em: 19 fev. 2021.

OFÍCIO¹⁸² • 18 JAN. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 2

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 18 de Janeiro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o Aviso sob número 61 da 3ª Seção, pelo qual em 24 de Novembro último se dignou V. Exa. declarar-me que tinha sido sobremaneira desagradável ao Governo Imperial a notícia de ter entrado no Rio Paraná o Brigue Brasileiro *Cacique Catrie*, contrariando a sua política de um modo que pode ter sérias consequências; e agora me cumpre, em observância das disposições do mesmo Aviso, levar ao conhecimento de V. Exa. as respostas que deu o Cônsul do Brasil em Montevideú¹⁸³ e as observações, que me ocorrem, acerca dos diversos quesitos cuja solução V. Exa. exigiu no mencionado Aviso, os quais quesitos, copiados literalmente, vêm a ser os seguintes: 1º – De que porto do Império saiu o *Cacique Catrie*; quando chegou a Montevideú; que Passaporte exibiu e a cópia dos termos que assinou o Mestre à entrada e à saída deste porto; 2º – No caso de ter sido comprado nessa República o *Cacique Catrie* para ser nacionalizado Brasileiro, se juntará cópia da Escritura, da Matrícula e do Passaporte com que foi habilitado; 3º – Que atos praticou o Cônsul contra o Mestre e a Equipagem do *Cacique Catrie* por haver abandonado esta embarcação em país estrangeiro, e quais os resultados das suas diligências; 4º – Por que razão à saída do *Cacique Catrie* fez a intimação aos consignatários, e não ao Mestre a quem competia, para que o Brigue não subisse os rios; ou se ela foi também feita ao Mestre, em que data e que termo lhe fez assinar sabendo que ele se dirigia rio acima em circunstâncias tão delicadas, embora declarasse ir para o porto da Colônia.

O Cônsul do Brasil em Montevideú, por ofício datado de 15 de Dezembro último, em resposta ao que eu lhe tinha endereçado no dia antecedente, respondeu (como V. Exa. há de ver do próprio original que remeti incluso) da maneira seguinte.

Por solução ao primeiro quesito remeteu cópias, que também vão inclusas, do Passaporte e da Matrícula com que saiu do Rio de Janeiro o *Cacique Catrie*, documentos comprobatórios de que lá se reconheceu e autenticou a

182 Anexos não transcritos. Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 26 de Fevereiro de 1847”.

183 Manuel de Oliveira Braga (?-?). Cônsul-geral do Brasil em Montevideú em 1847. Fonte: MRE. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1847.

nacionalidade do navio de que se trata, acrescentando o Cônsul que o Mestre deu entrada no Consulado aos 9 de Setembro de 1845 exibindo aquele Passaporte e Matrícula, assim como Lista da Carga e assinando no Livro Décimo Terceiro de entradas e saídas de navios.

Em quanto ao segundo quesito, é claro que pela solução dada ao primeiro ficou absolutamente prejudicada a matéria do segundo.

Pelo que respeita ao terceiro quesito verá V. Exa. que o Cônsul declara que nenhuma participação lhes foi feita do desamparo em que o Mestre e a tripulação tinham deixado o *Cacique Catrie*, e que só entrara no conhecimento deste fato, quando em virtude do § 37 do Regimento Consular mandou saber dos Consignatários o motivo por que o Mestre não tinha dado entrada. Então lhe referiram o que se tinha passado, acrescentando que não exigiam a apreensão dos fugitivos porque a embarcação devia ser vendida neste porto em consequência do seu mau estado, e segundo as ordens do proprietário.

Acerca do quarto e último quesito, alega o Cônsul em primeiro lugar que o Consulado não sabia que o *Cacique Catrie*, despachando-se para o porto da Colônia do Sacramento em direitura, havia de seguir viagem pelo rio acima sem entrar no porto a que se destinara e para que somente se despachara; em segundo lugar, diz o Cônsul que a advertência verbal feita aos consignatários em 10 de Novembro de 1845 na presença do Mestre foi ato de mera prevenção, porquanto o Consulado só tinha ordem verbal da Legação para não dar despachos às embarcações Brasileiras que quisessem subir os rios Uruguai e Paraná; em terceiro lugar, observa o Cônsul que não obrigou o Mestre do *Cacique Catrie* a assinar termo algum à saída deste porto porque se não achava munido de ordens a este respeito; e em quarto e último lugar, nota o Cônsul que a ordem da Legação para exigir fiança das embarcações, que se despachassem para a Colônia, foi posterior ao fato do *Cacique Catrie*, porque foi este fato o que deu causa a expedir-se a mencionada ordem.

À vista, portanto, do exposto, parece-me que o Cônsul tem respondido da maneira mais satisfatória aos quesitos constantes do Aviso cuja recepção tive a honra de acusar, mas como V. Exa. me determina que às informações do Consulado junte a observações que julgar convenientes, tomarei a liberdade de expor francamente a V. Exa. que, sentindo, como devo, ter dado a V. Exa. pelo meu officio sob número 153 com data de 16 de Outubro último uma notícia sobremaneira desagradável ao Governo Imperial, não posso, contudo, compreender quais as sérias consequências que podem resultar da viagem do *Cacique Catrie* às águas do Paraná, pois que essa viagem, se não a fez constrangido por força maior como alegaram os consignatários desse Brigue, segundo se vê do último documento junto ao meu citado officio de número 153, foi certamente feita sem despachos das Autoridades Brasileiras residentes no porto de onde

partira o *Cacique Catric*. E, portanto, uma viagem toda e unicamente por conta e risco do Mestre e dos consignatários da embarcação. Querer achar consequências ofensivas aos princípios do Direito das Gentes sustentados pelo Governo Imperial, deduzindo-as de um fato para que não concorreu este Governo nem os seus Agentes, seria (no meu franco entender) uma injustiça tão palpável que nenhuma consequência grave pode o meu espírito reear dessa maneira de discorrer por tal modo extraordinária e insólita. Permita-me V. Exa. que note igualmente que a injustiça duplicaria de gravidade ao considerar que o *Cacique Catric* fizera aquela viagem não só sem despachos ou autorização alguma dos Agentes do Governo do Brasil em Montevidéu, mas contra as ordens expressas do Consulado, da Legação e do Governo Imperial. A denegação de passaportes e mais despachos aos navios Brasileiros, que pretendessem navegar deste porto para os do Paraná ou Uruguai, pareceu a princípio a esta Legação meio suficiente não só para salvar os nossos princípios de Direito das Gentes, mas também para desviar a todas as embarcações nacionais de intentarem aquela navegação; e neste sentido deu a Legação as ordens convenientes ao Consulado, ordens confirmadas pelo Governo Imperial. Por ofício de 4 de Novembro de 1845, sob o número 70 dos da 3ª Seção, tive eu de dizer a S. Exa. o Sr. ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Previno igualmente a V. Exa. de que se prepara uma expedição de navios mercantes para o Paraná protegida por embarcações de guerra Francesas e Inglesas, e que tem de entrar ali à força d'armas, pois que Rosas tem feito fortificar as baterias das margens do Paraná e lançar embarcações e obstáculos na mesma correnteza do rio. Parecendo-me que um comércio feito debaixo de tais circunstâncias sai das raiais da neutralidade, tenho expedido as ordens convenientes para que não se passem despachos pelo Consulado Brasileiro a navios com aquele destino ou com destino a outros quaisquer portos dos que se declararam bloqueados até que V. Exa. haja por bem dar-me as suas ordens a respeito, como tudo V. Exa. mais cabalmente verá da correspondência oficial e cartas confidenciais.

Esta deliberação foi aprovada pelo Governo Imperial, segundo se vê do Aviso de 10 de Dezembro de 1845 designado com o número 34 da 3ª Seção; e o fato de não haver tomado o mesmo Governo Imperial alguma outra medida além da denegação de despachos aos navios Brasileiros, parece-me provar evidentemente que essa medida se julgou suficiente para evitar as sérias consequências que atualmente se receiam. Cumpre, todavia, notar que posto [*que*] a Legação e o Governo Imperial tivessem por suficiente a medida indicada para o fim de que se trata, contudo desejando a Legação que se não repetissem atos de violação das suas ordens, e que alguma pena mais imediata e mais certa recaísse sobre os que ousassem violá-las, aventurando-se à referida navegação destituídos da autorização e despachos dos Agentes do Império em

Montevidéu, tomou a deliberação de exigir a fiança de que se trata no meu ofício de 13 de Janeiro de 1846 designado com o número 5 dos ofícios da 3ª Seção; e a este respeito em Aviso de 14 de Fevereiro último, sob o número 14 dos da 3ª Seção, disse S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros:

Aprovo a ordem que V. Sa. expedira ao Cônsul-Geral do Brasil nessa Cidade, de que juntou cópia ao seu ofício número 5, para que este exija, a fim de evitar-se que se repita o abuso cometido pelos Mestres de algumas embarcações Brasileiras que despachando-as para portos do Rio da Prata as fazem navegar para os do Paraná, Uruguai e confluente destes rios; que os mesmos Mestres prestem fiança de que não hão de navegar para nenhum dos sobreditos portos, arbitrando ele o valor da fiança como entender justo e conveniente; e que tudo se acha de acordo com o Despacho nº 39 que dirige a V. Sa. em data de 29 de Dezembro do ano que findou.

Das expressões que acabo de copiar, claramente se vê que nas providências anteriormente dadas entendia o Governo Imperial que assaz se tinha providenciado para mostrar que continuávamos a guardar estrita neutralidade nas contendidas do Rio da Prata, e a respeitar os princípios uma vez adotados acerca da navegação dos rios, fechadas assim as portas às sérias consequências que de um procedimento contrário poderiam resultar.

A medida da fiança, pois, é para assim dizer *ex abundantia*¹⁸⁴ e como para fortificar e corroborar na aplicação [*de*] um dos efeitos que se procuravam obter pela denegação de despachos, isto é, que de fato embarcações Brasileiras não navegassem para os portos de que se trata. Era para isso necessário que uma pena imediata e forte contivesse os especuladores; mas, para salvar os princípios e evitar essencialmente as complicações políticas e diplomáticas, a denegação de despachos é mais que suficiente, como claramente se prova pelo procedimento do próprio Governo Imperial.

De mais, em 31 de Julho de 1846, pelo meu ofício designado com o número 94 da 3ª Seção, eu tinha a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que havia posto de sobreaviso o Cônsul do Brasil em Montevidéu para que não concedesse despachos às embarcações Brasileiras que só pretendessem aproveitar das disposições do Decreto do Governo da República de 24 do dito mês e ano que declarava abertos ao comércio provisoriamente os portos que tinham ficado livres da invasão que sofrera a República; e enquanto o Governo Imperial não tomava deliberação a respeito, entendeu V. Exa. que para manter o nosso direito seria suficiente que se observasse a ordem que eu havia dado ao referido Cônsul "... Enquanto o Governo Imperial (disse V. Exa. no Aviso de 11 de Setembro de 1846 sob número 51 da 3ª Seção) não resolver a respeito, cumpre que o Cônsul-Geral execute a determinação de V. Sa. não dando despachos a Navios Brasileiros que pretendam aproveitar-se

184 Em abundância (latim).

das disposições do mencionado Decreto”. Esta providência teve V. Exa. por suficiente porque certamente entendeu que se alguma embarcação Brasileira intentasse aproveitar-se das disposições do Decreto de 24 de Julho último, fazendo-o sem consentimento nem despachos das Autoridades Brasileiras no Rio da Prata, nunca de tal fato não consentido nem autorizado por Agentes do Governo Imperial se poderia deduzir que o mesmo Governo reconhecia no Governo de Montevidéu a faculdade de impor contribuições de guerra aos neutros, ou de exigir direitos de trânsito como se a República Oriental possuísse na plena propriedade a navegação do Rio da Prata, do Uruguai e dos seus confluente. Se o Mestre de alguma embarcação Brasileira, sem obter despachos do Consulado do Brasil nesta Cidade, apresentasse os despachos obtidos das Repartições do país ao Consulado Francês e Inglês e obtido o beneplácito destes dois Consulados, navegasse para algum dos portos indicados no mencionado Decreto, ninguém poderia em boa lógica e boa justiça deduzir de tal fato que o Governo Imperial reconhecia naqueles dois Consulados a faculdade de inspecionar e dominar a navegação e comércio dos rios desta parte da América.

Tal é o caso do *Cacique Catrie*; navegou, é verdade, para o Paraná, mas fez essa navegação sem consentimento, nem autorização dos Agentes do Governo Imperial; nenhuma séria consequência posso temer que daí resulte; e V. Exa. mesmo, assim como o ilustre Antecessor de V. Exa., pelos atos que ambos praticaram ou deixaram de praticar, me ensinam, Ilmo. e Exmo. Sr., a não temer as sérias consequências a que se referiu o Aviso cuja recepção acusei, e a cujas disposições tenho procurado satisfazer do modo por que pude e soube.

§ 2º

Recebi o Aviso designado com o número 62 da 3ª Seção com data de 17 de Dezembro próximo passado e, à vista deste Despacho, fico certo de que V. Exa. leu o meu ofício sob número 166, escrito aos 13 de Novembro último, e que serviu de capa a uma cópia de outro ofício que me dirigira o Cônsul do Brasil em Buenos Aires com a relação de várias notícias políticas ali propaladas. Do mesmo Despacho cuja recepção acuso, vim no conhecimento de que se transmitira por cópia a S. Exa. o Sr. Ministro do Império o Decreto do General Oribe pelo qual dá liberdade aos escravos. Persuado-me de que pela Presidência do Rio Grande do Sul deve ter conhecido o Governo Imperial quanto se refere acerca da maneira fraudulenta e violenta por que (segundo afirmam) se fez aplicação das disposições do indicado Decreto aos escravos dos súditos Brasileiros residentes no território da República sujeito às armas de Dom Manuel. Fico, pois, esperando ordens ulteriores de V. Exa. a este respeito como creio ter tido a honra de ponderar a V. Exa.

§ 3º

Foi-me entregue o Aviso de 22 de Dezembro último pelo qual V. Exa., designando-o com o número 63 dos Despachos da 3ª Seção, houve por bem acusar a recepção e indicar o assunto dos meus ofícios assinalados com os números que decorrem de 158 a 176 da mesma Seção, e datados de 29, 30, 31 de Outubro, 2, 10, 11, 13, 14, 17, 18 e 20 de Novembro, todos do ano próximo passado.

No último período do citado Aviso dignou-se V. Exa. significar-me que para serem oportunamente profícuas as reclamações diplomáticas em favor dos súditos Brasileiros residentes no Salto por danos causados por forças deste Governo quando se apoderaram daquela povoação, devem eles prosseguir as suas habilitações e reclamações ante as competentes Autoridades do país até obter uma decisão legal.

Farei o que V. Exa. me determina, abstendo-me de intervir posteriormente nas reclamações de que se trata, e instruindo os interessados de que devem usar dos meios indicados por V. Exa.

§ 4º

Tendo-me representado Manuel Ribeiro, homem preto, súdito de Sua Majestade o Imperador do Brasil, que o fazem servir contra sua vontade em um dos corpos de linha da guarnição desta Cidade, julguei de minha obrigação dirigir ao Ministro de Relações Exteriores da República a Nota constante do documento que vai designado com número 1º.

§ 5º

Persuadido de que o Governo Imperial deseja ser informado de todas as notícias, que de um modo mais ou menos direto possam afetar o comércio do Império, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. dois exemplares do mapa aqui recentemente publicado da importação da farinha, seus preços, procedência, exportação, consumo e existência nesta praça, durante o ano de 1846.

Este mapa vai designado com o número 2º.

§ 6º

Levo ao conhecimento de V. Exa. o número 364 do *Commercio do Prata* no qual se publicou a sentença definitiva pronunciada em última instância na causa de Laureano Calo, acusado de tentativa de morte contra a pessoa do General Rivera. Os Juizes não julgaram suficientemente provada a acusação e mandaram pôr o dito Calo, assim como um tal Thomaz Maza, à disposição do Governo, que lhes mandou dar passaportes para o Rio Grande do Sul, e conquanto esteja eu persuadido até pela mesma sentença de que a tentativa de homicídio nada tem de verdadeiramente séria, entendo contudo que devo avisar ao Presidente daquela Província do Rio Grande do Sul de que vão ser

importados para ali dois indivíduos mais ou menos nodoados com a pecha de matadores, a fim de que o mesmo Presidente os ponha debaixo da vigilância da Polícia ou tome qualquer outra providência.

§ 7º

Também tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o número 375 do *Commercio do Prata* pelas notícias que aí se acham referidas acerca da nossa fronteira e das violências de que os nossos concidadãos residentes no Estado Oriental continuam a ser vítimas. Sei quanto em si mesmo tem de absurdo a notícia do rapto de crianças para fundar colônias, mas como nisto pode haver alguma coisa de fato verdadeiro desfigurado e adulterado pelo espírito de partido, entendi que não era de mais o enviar ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul outro exemplar da mesma folha, a fim de que ele possa proceder, se o julgar necessário, ao exame desse fato e do mais que se relata naquele periódico.

§ 8º

No dia 12 do corrente mês de Janeiro compareceu nesta Legação o súdito Brasileiro João José, homem de trabalho e que, a pretexto de ser recrutado, tinha sido espancado e ferido por uma patrulha de ordem do oficial que a comandava. Imediatamente fiz examinar a veracidade do fato, e persuadido pelo dito de diversas pessoas de que as coisas tinham com efeito passado como as relatara o queixoso, enderecei ao Ministro de Relações Exteriores desta República a Nota constante da cópia inclusa designada com o número 3º.

Pouco depois da remessa da Nota veio a esta Legação o Chefe de Polícia participar-me de parte daquele Ministro que se acabavam de expedir as ordens para que o oficial comandante da patrulha fosse preso, e a respeito do fato em questão se procedesse nos termos de direito.

§ 9º

Tendo-me representado a Casa Comercial Brasileira, estabelecida nesta praça debaixo da firma de Manuel Jose Eneas e Companhia, que lhe haviam sido apresados a bordo do palhabote Oriental *Melina* duzentos rolos de fumo e quarenta terços de erva-mate, e que estes gêneros estavam a ponto de ser ilegalmente vendidos antes que a *Melina* e seu carregamento fossem julgados boa presa em tribunal competente por meio de um processo regular, como se deduziu na reclamação que V. Exa. achará inclusa sob o número 4º dos documentos juntos, entendi que me cumpria dirigir-me ao Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai nos termos por que o fiz na minha Nota de 14 do corrente mês de Janeiro, da qual achará V. Exa. a cópia no documento designado com o número 5º dos inclusos; e em seguimento vai cópia dos documentos a que essa Nota se referiu.

§ 10

Alguns súditos Brasileiros residentes no Salto me dirigiram a representação que por cópia V. Exa. achará inclusa sob o número 6º; e vendo eu dessa representação e da cópia da ordem do 1º de Dezembro próximo passado expedida pelo Comandante Militar daquela povoação D. Gregorio Berdun (documento número 7º) que as Autoridades Militares da República pretendiam constranger súditos de Sua Majestade o Imperador Nosso Augusto Soberano a empunhar as armas e a tomar parte na deplorável guerra civil que dilacera a República, entendi que de minha rigorosa obrigação era dirigir ao Ministro de Relações Exteriores desta mesma República a Nota que lhe enderecei com data de 15 do corrente, e que V. Exa. achará na cópia designada com o número 8º.

§ 11

Em ofício de 21 de Dezembro próximo passado, sob o número 190 dos da 3ª Seção, tive de falar do Coronel D. Martiniano Chilavert; e agora conhecerá V. Exa. pela *Gazeta Mercantil* de Buenos Aires de 11 do corrente que a esse Chilavert se deve a notícia da pretendida conferência de Sua Majestade o Imperador no Rio Grande do Sul com Bento Gonçalves, conferência desmentida por este, pelo Conde de Caxias e pelo Conselheiro Almeida Torres, como é sabido. Parecem-me claros os serviços que Chilavert tem prestado naquela Província do Império ao Governo de Buenos Aires, assim como as providências que a respeito deste indivíduo se devem tomar no caso de que ainda se ache ou regresse ao território do Brasil.

Remeto o número da Gazeta a que me refiro.

§ 12

Nada mais me ocorre de interesse para o Governo Imperial que se não encontre nas folhas públicas.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁸⁵ • 25 JAN. 1847 • AHI 222/4/4

Nº 2

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Janeiro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

As notícias da campanha, que há dias se têm propalado nesta Cidade, são contrárias ao governo da República, e favoráveis à causa de Rosas e de Oribe, cujas forças retornaram a Paysandú e Salto, cometendo, segundo se diz, na retomada desta última povoação horrores iguais ou superiores aos que se atribuem aos Vascos de Rivera na tomada da primeira dessas povoações, infeliz empresa deste General, que não encontrou ali a quantidade de couros que imaginava encontrar e que por esse ato famoso de hostilidade, ao que parece, fez romper ou deu pretexto para que se rompessem as negociações entabuladas com Urquiza, que talvez não quererá atar o fio que se quebrou.

§ 2º

Enquanto, porém, as coisas pela Campanha seguem este andamen[to], creio que o Governo luta com outras sérias dificuldades provenientes [já] da falta de recursos pecuniários, já da oposição que encontra na Assembleia de Notáveis, já da consciência de que carece da força necessária para coibir qualquer movimento ou tumulto que pretendam fazer Vascos ou Italianos, decerto que alguns espíritos menos animosos ou mais experientes das coisas e dos homens deste país têm chegado a temer um pronunciamento dentro da praça a favor de Dom Manuel Oribe; e posto que não acredito que se chegue a esse ponto antes de saber-se alguma cousa de mais positivo acerca dos resultados da missão Hood, cumpre-me todavia levar ao conhecimento de V. Exa. que seja qualquer que for o modo por que termine o drama da intervenção, todos concordam em que, terminado ele de maneira agradável ao Governador de Buenos Aires, as forças de Rosas acometerão o Paraguai e o Brasil por um lado, ao mesmo passo que por outro lado nos acometerá Oribe, ou quem quer que lhe suceda no mando, se a intervenção, como disse, terminar com resultados favoráveis ao seu partido, o que muito receio.

185 Anotação no verso: “R[espondido] a 24 de Fev[ereiro] 1847”.

§ 3º

Por esta ocasião me permitirá V. Exa. que também leve ao conhecimento de V. Exa. que na Cidade de Colônia corre notícia de que o [ex-]rebelde Neto se acha com Servando Gómez. Parece-me importante examinar se o fato é verdadeiro, porque estou persuadido de que qualquer tentativa de Rosas ou Oribe sobre o Rio Grande do Sul há de ser precedida de ativas e frequentes diligências para suscitar sentimentos e paixões que possam no seu desenvolvimento facilitar-lhes a empresa; e natural é que se comece pela sedução dos caudilhos que foram da extinta facção republicana do Rio Grande do Sul.

§ 4º

Espero que V. Exa. também me permitirá que aproveite a ocasião de submeter ao conhecimento de V. Exa. o exemplar incluso da *Gazeta Mercantil* de Buenos Aires de 19 do corrente, na qual se publicou uma relação de prisioneiros em que se acham indicados perto de vinte Brasileiros. Não duvido de que o nosso Cônsul respectivo tenha feito todas as diligências para que se salve a existência a esses infelizes, como foi estipulado pelo Chefe Urdinarrain, e se vê da mesma Gazeta.

Tais são os fatos. Ao Governo Imperial cumpre aplicar-lhes o remédio.
Deus Guarde a V. Exa.

Rodrigo de Sousa Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁸⁶ • 27 JAN. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 3

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 27 de Janeiro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Não me foi possível juntar em um só ofício tudo quanto desta vez se me oferece para levar à presença de V. Exa. porque, tendo-se enunciado a partida do Pacote Inglês para o dia 19 do corrente, me vi obrigado a encerrar no dia 18 do mesmo Janeiro, que decorre, o ofício designado com o número 2º da 3ª Seção.

Isto posto, entrarei em matéria.

§ 1º

Por aditamento ao que tive a honra de participar a V. Exa. no § 4º do meu citado ofício antecedente acerca da violência praticada contra o súdito Brasileiro Manuel Ribeiro, e acerca da reclamação que sobre esse objeto dirigi ao Governo da República, releva expor a V. Exa. que tendo posteriormente comparecido nesta Legação uma mulher que se diz consorte do mencionado Ribeiro, e que se queixava de que seu esposo não só continuava a ser constringido a servir, mas que recebia maus tratamentos acintemente praticados por haver ele procurado a proteção da Legação Imperial, julguei que era do meu dever endereçar ao Ministro de Relações Exteriores a Nota de 19 do mês atual concebida nos termos que V. Exa. conhecerá da cópia designada com o número 1º dos documentos juntos.

186 Anotação às margens laterais e superiores das folhas do documento: “Limitando-me [à] matéria do [§] 4º e seguintes [entendo] que o Encarregado de Negócios não [deixe] passar o Certificado, que dele [se] pretende, seja autenticando, ou [balizando] o processo que lhe apresenta, seja havendo por provado perante si, por [meio] desse processo, o direito de propriedade com [que] se intenta a [rec]lamação an[te] o Chefe Inglês; no 1º [caso] porque não [lhe] é dada essa [faculdade] nas funções diplomáticas, que exerce; no 2º porque em geral os atestados e Certificados dos nossos Funcionários Públicos não são por natureza, senão declarações expressadas e firmadas na sua própria fé e testemunho, e só podem por consequência recair sobre fatos ante eles provados, ou constantes de registros públicos, ou demonstrados com outros, ou documentos reconhecidos como dignos de inteiro crédito segundo a Legislação do Brasil. Isto, porém, quanto a mim, não embarga que ele intervenha no negócio, protegendo e recomendando a pretensão do reclamante, quando venha a convencer-se da sua justiça e boa-fé; reportando-se sempre às informações particulares, que haja de ter, ou ao valor que esse processo possa merecer ante o Chefe Inglês, sem todavia empregar os termos de uma reclamação diplomática nem certificar oficialmente o direito de propriedade. Penso que semelhantes mediações não são estranhas na Diplomacia, e que usando deste expediente o nosso Ministro, não dará motivos de comprometimento como receia. Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1847. [assinatura] [J.] Campos. Há outra anotação na margem superior do verso da última folha: “Resp[on]di do em 26 de Março de 1847. N. B.: Enviou-se à Legação o Requerimento de que trata o §4º”. Não transcritos os anexos n.ºs. 1º e 2º mencionados no §1º.

No dia 20 veio à Legação o dito Ribeiro, declarando que se achava solto com promessa de nunca mais ser inquietado. Não lhe tinham dado, porém, título algum de baixa. Logo depois recebi a Nota do mesmo dia cujo teor V. Exa. encontrará na cópia junta designada com o número 2º; e como o Ministro signatário desta Nota diz unicamente que o súdito Brasileiro foi posto em inteira liberdade, V. Exa. poderá ter a bondade, se o tiver por conveniente, de me declarar se devo ou não instar por que se lhe passe algum título de baixa, ou se devo dar qualquer outro passo relativamente a este objeto.

§ 2º

Como o conhecimento das medidas que se tomam nos Estados da América do Sul contra a expedição do General Flores pode ser de interesse para o Governo Imperial, tenho a honra de enviar a V. Exa. o número 379 do *Commercio do Prata*, porque dele se vê a posição em que a respeito dessa empresa vai colocar-se o Governo do Chile.

§ 3º

Preparava-me para reclamar contra a ordem do Comandante Militar do Departamento de Maldonado publicada com data de 14 de Janeiro corrente; por isso que pretendia aquele Comandante obrigar os estrangeiros residentes naquela Cidade a empunhar as armas para a defesa dela, tomando assim parte na guerra civil que dilacera esta República, mas como se publicasse, entretanto, a resolução do Governo revogando a ordem do sobredito Comandante na parte relativa aos estrangeiros, entendi que não tinha lugar a reclamação. V. Exa., porém, à vista do número 383 do *Commercio do Prata*, onde se acham dadas à luz a ordem do Comandante, e a do Governo, e que tenho também a honra de remeter incluso, poderá, se for do seu agrado, declarar-me se deverei com efeito praticar algum ato acerca do objeto em questão.

§ 4º

Do requerimento que me dirigiu Manuel José Eneas e Companhia, e que no próprio original tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa., é patente que em dias de Março do ano próximo passado foram apresadas por forças de S. M. a Rainha da Inglaterra¹⁸⁷ duas embarcações Argentinas a saber: o Queche¹⁸⁸ *Diamela*, e a Balandra¹⁸⁹ *Rosita*; que a bordo destas duas embarcações havia carregamento que se diz pertencente ao súdito Brasileiro Francisco de Souza Martins que o carregamento encontrado a bordo das ditas embarcações foi vendido aqui por ordem do Comandante em Chefe das Forças Britânicas

187 Vitória (24 de maio de 1819 a 22 de janeiro de 1901). Reinou de 20 de junho de 1837 até sua morte. Fonte: <royal.gov.uk>. Acesso em: 18 fev. 2021.

188 Do inglês *ketch*. Espécie de veleiro com dois mastros.

189 Embarcação de um só mastro e com coberta.

no Rio da Prata; e que tendo eles, Manuel José Eneas e Companhia, solicitado do Almirante Inglês na qualidade de Procuradores de Souza Martins que lhes fosse entregue o produto da venda da parte dos carregamentos pertencente a seu constituinte, lhes respondera o mencionado Comandante em Chefe que o faria apresentando eles certificado desta Legação de que Souza Martins era dono da parte dos carregamentos cujo produto se reclama, e de que Manuel José Eneas e Companhia estão suficientemente autorizados para o representar legalmente. É claro, pois, que a Legação por modo algum poderia passar tal certificado sem que lhe fossem presentes provas bastantes da alegada propriedade; exigiu-as; e agora se apresentam nos documentos que acompanharam o mencionado requerimento, e que também tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. nos próprios originais.

Antes, porém, de passar a ulteriores considerações, eu desejaria que V. Exa. fazendo examinar os ditos documentos houvesse por bem declarar-me se com efeito provam eles de tal modo a propriedade de Souza Martins que possa a Legação do Brasil sem escrúpulo certificar que de Souza Martins eram os objetos carregados no Queche *Diamela* e na Balandra *Rosita*, apresados e vendidos, cujo produto se reclama. A razão de duvidar consiste em que os gêneros reclamados não foram despachados como propriedade de Souza Martins, mas sim como propriedade de Dom José Benites, ou de Dom Salvador Barceló, segundo se vê do documento a folhas 1ª verso do processo que se organizou perante o Tribunal do Consulado de Buenos Aires. Verdade é que Souza Martins deduziu perante esse Tribunal que posto aqueles gêneros tivessem sido despachados em nome de outrem, eram, contudo, propriedade sua; e o Tribunal assim o julgou, como se vê a folhas 9 do dito processo; mas entro em dúvida se uma sentença de juízo estrangeiro pode fazer para a Legação do Brasil em Montevidéu o negro branco e o branco negro (para me servir da frase dos praxistas) como o faria uma sentença passada em julgado de qualquer dos nossos Tribunais. Eu vejo que a relação já citada, e que começa a folhas 1ª verso do processo, não está sempre concorde com o depoimento das testemunhas, e ainda menos com as faturas que também remeto inclusas no próprio original. De mais, o ato material de comprar e pagar objetos, que depois vão passar em repartições públicas como pertencentes a terceiro com ciência e consentimento do tal comprador e pagador, não me parece muito suficiente para provar que os tais objetos não mudaram de propriedade depois de comprados e pagos. Tal é, porém, a base principal da sentença já citada.

Em suma, receoso por todos estes motivos de que neste negócio se pretenda comprometer mal e indevidamente o nome e proteção do Governo Imperial, julguei de minha rigorosa obrigação fazer a V. Exa. a presente sucinta exposição, a fim de que V. Exa. haja por bem declarar-me se devo ou não ter

por suficientemente provada a alegada propriedade de Souza Martins nos objetos de que se trata.

Mas outra dúvida ainda se me oferece. Dado o caso de que se julgar suficientemente provada aquela propriedade, não sei se me será lícito passar a certidão requerida sem que por esse fato eu me desvie das ordens e instruções do Governo Imperial. Sei que a certidão pode ser passada sem declaração do fim a que se destina; mas eu não ignoro qual ele seja; e receio que prestando-me a ministrar um documento que vai ser produzido perante o Chefe das Forças Navais Inglesas nos termos e na espécie já sabida, possa com razão ser arguido de que reconheci a legalidade do apresamento sem intimação prévia, do julgamento sem processo, e da arbitrária arrematação dos carregamentos de que se trata, assim como poderia também ser arguido de admitir um princípio contrário ao que segue o Governo Imperial na famosa questão se a bandeira cobre a carga.

V. Exa., pois, se dignará dar-me as suas instruções a respeito na certeza de que somente o desejo de marchar sempre conforme com a política do Governo Imperial e o receio de comprometê-la por minha inabilidade são os únicos motivos de importunar a V. Exa., solicitando ordens positivas acerca do negócio em questão; e sobre este assunto apenas me resta rogar a V. Exa. que se digne devolver-me os documentos que nos próprios originais tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁹⁰ • 29 JAN. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 3

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 29 de Janeiro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

No dia 27 do corrente, depois de ter sido enviada para o Consulado Inglês a mala desta Legação, veio aqui o Ministro de Relações Exteriores, D Francisco Magariños, e entregando-me as cópias inclusas¹⁹¹ pediu que as remetesse reservadamente a V. Exa. porque deseja que o Governo Imperial tenha conhecimento dos passos que dá, e do aspecto que toma a negociação com Urquiza, cujos projetos creio por ora completamente abortados, se o Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil em sua alta sabedoria não entende que deve fomentá-los e protegê-los como um excelente meio de diminuir a influência preponderante de Rosas, e como um meio, igualmente próprio, de se defender e de defender o Paraguai dos golpes que nos prepara o Ditador¹⁹².

§ 2º

Por esta mesma ocasião me pediu Magariños que solicitasse confidencialmente de V. Exa. alguma explicação da política adotada pelo Governo Imperial para o caso de retirar-se a intervenção, acrescentando que tinha dados para pensar que a Inglaterra com efeito se retirava, mas que a França insistia em dar auxílio ao Governo de Montevideú. Não tendo Magariños, porém, desenvolvido de maneira alguma estas últimas proposições, eu não vejo motivo para não estar pelas notícias que V. Exa. houve por bem comunicar-me no Despacho de 14 de Janeiro corrente, designado com o número 2º dos Avisos Reservados, e recebido ontem.

§ 3º

Acuso, pois, a recepção das segundas vias dos Avisos Reservados de números 1, 2 e 3, datados a 12, 14 e 18 do mês de Janeiro que decorre; e ficando certo de quanto V. Exa. houve por bem comunicar-me no 1º e 2º, cumprirei exatamente com o que V. Exa. me determina no de número 3º para o caso em

190 Anotação na margem superior, última folha do documento: “Extrato [pela] Guerra. R[espondido] a 24 de Fev[ereiro] de 1847”.

191 Anexos não transcritos.

192 Refere-se a Juan Manuel Rosas, apelidado de “ditador da Confederação”. Ver nota 113, Missão Abrantes.

que se precipitem os sucessos antes de se receberem nesta Legação as ordens ulteriores do Governo Imperial a que V. Exa. se refere, sendo para lamentar que a bordo dos nossos navios de guerra não haja alguma força própria para desembarcar e estacionar por alguns dias em terra, no caso de que a solução do prolongado drama do Rio da Prata conduza consigo algumas cenas de desordem e anarquia, acontecimento que não seria para estranhar, à vista dos elementos aglomerados nesta praça e dos que pode trazer a entrada de Oribe na Cidade de Montevidéu.

O destacamento de fuzileiros que esteve a bordo do *Dois de Julho* faz agora falta mui sensível.

§ 4º

Aproveito a oportunidade para expor a V. Exa. que ontem de manhã era grande o desânimo da gente do Governo em consequência de um Boletim do Exército de Oribe, do qual Boletim constava oficialmente que o Comandante Barrios tinha derrotado completamente a Fructuoso nas chamadas Puntas de la Sierra de las Animas. A participação oficial dava a Rivera fugindo para a fronteira com direção a Santa Teresa, e perseguido na sua fuga.

Pela tarde, porém, grassou a notícia de que Rivera tinha obtido introduzir-se em Maldonado à frente de alguma força e sem ter passado pela derrota de que rezava o indicado Boletim, e que no Cerrito foi celebrado com salvas e embandeiramento. É este fato mais uma prova do grande escrúpulo com que se deve aceitar tudo quanto neste país propala qualquer dos partidos que se dilaceram.

Entretanto, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o número incluso do *Commercio do Prata* de hoje, onde se trata do assunto em questão.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Nº 5
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 5 de Março de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso que V. Exa. foi servido endereçar-me com data de 29 de Janeiro último designando-o com o número 2 da 3ª Seção; e, ficando certo de que foi presente a V. Exa. o meu ofício de 6 do dito mês de Janeiro sob o número 1º dos ofícios da mesma 3ª Seção, não instarei mais na averiguação relativa à correspondência que trouxe dessa Corte o Vapor de Guerra Inglês *Lizard*; mas parece-me ter cumprido igualmente com as ordens de V. Exa. fazendo constar, como acabo de fazer constar ao Ministro de Relações Exteriores da República, a deliberação do Governo Imperial relativa aos portes de correio dos periódicos deste Estado, segundo V. Exa. houve por bem comunicar-me igualmente no citado Aviso em resposta ao meu ofício nº 182 de 12 de Dezembro próximo passado.

§ 2º

No incluso número do *Commercio do Prata* de 19 de Fevereiro próximo passado se publicou um Decreto (*Acuerdo*) com data do dia antecedente sobre as embarcações empregadas no contrabando; e a respeito me dará V. Exa. as ordens convenientes.

§ 3º

Conquanto ainda me não tenha sido comunicado o resultado das diligências a que pela Presidência da Província do Rio Grande do Sul se deve ter procedido relativamente ao atentado horroroso perpetrado no dia 23 de Maio último na Estância dos Senhores Zorrillas no lugar denominado Los Tres Arboles, diligências de que trata o Aviso de 24 de Setembro próximo passado sob o número 54 dos Despachos da 3ª Seção, entendi que devia lançar mão do ensejo que me oferecia a publicação de uma carta de D. Fructuoso Rivera na qual se designa o principal autor e alguns dos cúmplices naquele terrível delito, como V. Exa. há de ver do número 193 do Periódico intitulado *El Defensor de la Independencia Americana*, que tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa. no exemplar incluso; e conquanto a dita carta não seja uma prova

193 Anotação no verso: "Resp[on]di do em 17 de Abril de 1847".

convincente dos fatos, pois que a mesma autenticidade dela pode talvez ser negada, persuado-me, todavia, que poderá servir ao menos para indicar alguns passos a dar e alguns exames a fazer com o fim de que sejam cabalmente descobertos e punidos os malvados perpetradores da matança de que se trata, se o Governo da República tem a peito (como se deve crer que tem) a própria reputação essencialmente interessada no descobrimento e castigo de quantos concorreram para aquele deplorável sucesso. Neste sentido, pois, enderecei com data de 24 de Fevereiro último ao Ministro de Relações Exteriores a Nota cujo teor conhecerá V. Exa. da cópia junta designada com o número 1º; e como o assunto desta Nota me trouxe naturalmente à lembrança o outro fato igualmente atrocíssimo da matança que teve lugar na Estância de Manuel Antonio Garcêz, a cujo respeito já eu tinha em tempo apresentado ao Governo da República a devida reclamação nos termos do Aviso de 17 de Abril de 1846, sob o número 23 dos Despachos da 3ª Seção, julguei conveniente aproveitar-me da ocasião para exigir que se me participe o resultado das averiguações a que tinha mandado proceder o Governo Oriental sobre este objeto, segundo me foi comunicado por Nota de 8 de Maio de 1846. Em resposta me dirigiu o Ministro de Relações Exteriores a Nota cuja cópia vai inclusa debaixo do número 2º; e do teor desse documento verá V. Exa. que a respeito do primeiro daqueles atentados de que tenho tratado se vai proceder a informações, e que a respeito do segundo ainda nada se informou pelo Ministério da Guerra incumbido, aliás, das diligências necessárias para esse fim.

§ 4º

Hoje se publicou no *Commercio do Prata* um Decreto de Oribe com data de 23 de Fevereiro do ano corrente, pelo qual Decreto se mandam considerar piratas e sujeitos à imposição de pena de morte o mestre, ou capitão, e indivíduos da tripulação dos navios que chegarem a ser apreendidos na operação de embarcar qualquer gado ou produtos sem permissão especial sobre as costas da República. É tão palpavelmente contrária aos princípios e regras do Direito das Gentes a disposição desse Decreto que o meu primeiro impulso foi endereçar-me a Oribe, exigindo modificações ou declarações tais que me dessem a segurança de que tal doutrina e tal disposição nunca seria aplicada a súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil; mas, considerando que foi este o meu procedimento, quando o mesmo General Oribe, adotadas as disposições do famoso Decreto de Rosas de 27 de Novembro de 1845, mandou que fossem tratadas como piratas as tripulações dos navios que, apreendidos, fossem internados no Uruguai sob a proteção dos navios de guerra da França e da Inglaterra; considerando que o Governo Imperial, pelos Avisos de 4 de Fevereiro e de 4 de Abril de 1846, designados o primeiro com o número 8 e o segundo com o número 22 da 3ª Seção, teve na conta de inúteis todos

os esforços para obter modificações tanto daquele famoso Decreto de 27 de Novembro de 1845, como do que, à semelhança desse, publicara Oribe em 14 de Dezembro seguinte; e considerando que por ambos aqueles dois Avisos entendeu o Governo Imperial que o procedimento da Legação do Brasil em Montevideú deveria ser o de aguardar algum caso em que se pretendesse com efeito fazer aplicação das disposições do mencionado Decreto de 14 de Dezembro de 1845 a algum súdito de Sua Majestade o Imperador do Brasil, a fim de pôr em ação, dado esse caso, os meios ao alcance da mesma Legação para que tal aplicação não fosse levada a efeito, entendi que cumpro com o meu dever, pondo-me de sobreaviso para reclamar e protestar, quando me conste que aplicação se quer fazer do mencionado Decreto de 23 de Fevereiro a algum súdito de Sua Majestade o Imperador Nosso Augusto Soberano, adiando a reclamação direta e em geral contra a disposição do referido Decreto para quando V. Exa. positivamente me determine que assim o faça.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]¹⁹⁴ n° 1

CÓPIA

N° 8

Legação do Brasil
Montevideú, 24 de Fevereiro de 1847.

Há muito que chegou ao conhecimento de abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai o fato atrocíssimo, que se diz cometido em dias de Maio do ano próximo passado na Estância dos Senhores Zorrillas no lugar denominado Los Tres Arboles, onde não menos de vinte a trinta e tantos Brasileiros foram (segundo se refere) barbaramente assassinados por forças que obedeciam ao Governo da República.

O fato é, porém, de tal modo espantoso pela sua enormidade que o abaixo assinado, conquanto procurasse logo aqui e solicitasse do Governo Imperial as ordens necessárias para que no Rio Grande do Sul se procurem as informações

194 Anotação na margem superior esquerda: “Cópia [para] o Relatório”.

e dados ou provas convenientes para fundamento das reclamações que em razão do seu officio o mesmo abaixo assinado tem de apresentar ao Governo da República, ainda hoje se não julgaria habilitado a dar este passo, se uma carta attribuída ao General D. Fructuoso Rivera e publicada com o número 193 do Periódico intitulado *El Defensor de la Independencia Americana* de 19 do corrente mês de Fevereiro, não viesse talvez mostrar o caminho que deve seguir-se para que se descubram e sejam punidos todos os bárbaros perpetradores daquele horroroso delito. Diz-se nessa carta que o mencionado General Rivera tinha feito prender e guardar com vigilância na Ilha de Martín García a um tal Mesa, e a seis indivíduos cúmplices de Mesa naquele terrível atentado, e que Mesa foi solto e conduzido pelo Coronel Garibaldi a Montevidéu onde existe da mesma sorte solto e livre.

O abaixo assinado conhece otimamente o que se pode alegar acerca da autenticidade da mencionada carta; mas o abaixo assinado, deixando esta questão de parte, não hesita um momento em persuadir-se de que o Governo da República, sempre zeloso da sua dignidade e bom nome, há de expedir as ordens necessárias, não só para verificar se os fatos relatados nessa carta acerca do procedimento do General Rivera e do Coronel Garibaldi relativamente a Mesa e a seus cúmplices passaram como aí se diz, mas também para que se descubram e sejam punidos não só esses, mas todos os perpetradores da mortandade das Tres Arboles.

O abaixo assinado acrescenta que se há de dar crédito ao que se lhe afirma, o nome de um tal Brígido Fernandes, que servia às ordens de Mesa, também se acha complicado neste deplorável successo com o nome do próprio Mesa, que na verdade lhe consta existir em Montevidéu.

O abaixo assinado, não podendo por ora basear-se em outras provas, entende que satisfaz religiosamente ao seu dever indicando ao Governo da República os dados por cujo exame talvez se poderá vir no conhecimento da verdade, e solicitando do mesmo Governo que com efeito faça proceder a esse exame, tomando-se as medidas necessárias para que nenhum dos indiciados possa, entretanto, fugir à ação da justiça; e por esta ocasião tomará o abaixo assinado a liberdade de expor a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República que, tendo requisitado o mesmo abaixo assinado por Nota de 6 de Maio último o castigo e exemplar punição dos perpetradores de outro atrocíssimo delito cometido na Costa de Sopas na Estância de Manuel Antonio Garcéz, súdito Brasileiro, lhe foi respondido por Nota de 8 do mesmo dito mês de Maio que na mesma data se expediam as ordens necessárias ao Ministério da Guerra para se averiguar o fato e para ser enviado a esta cidade e julgado o Alferes Pereira, se dessa averiguação resultasse culpa a este official a quem se atribui aquele cruelíssimo e execrando feito que tirou a existência de não menos

de quatorze pessoas; mas como até hoje o Ministério de Relações Exteriores ainda não participou a esta Legação o resultado das prometidas averiguações, julga-se o abaixo assinado com suficiente direito para rogar a S. Exa. o Sr. Ministro que se digne dar ao abaixo assinado alguma solução deste negócio.

Entretanto, o abaixo assinado, aproveitando-se da oportunidade, repele a S. Exa. o Sr. Ministro os votos da mais alta estima, consideração e respeito pela pessoa de S. Exa.

(Assinado)

OFÍCIO¹⁹⁵ • 13 MAR. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 6
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 13 de Março de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Do Commercio do Prata que remeto incluso, verá V. Exa. que foi mal sucedida uma tentativa dos Oribistas contra a Cidade de Maldonado, única novidade que neste momento posso levar ao conhecimento de V. Exa. acerca das coisas deste país.

§ 2º

Com as cartas e ofícios ontem recebidos nesta Legação vieram os dois ofícios juntos; um com direção ao Sr. Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai, e outro com direção ao Sr. Comendador Moncorvo. Como vieram aqui estes ofícios certamente por engano ou extravio, tomo a liberdade de remetê-los a V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

195 Anotação no cabeçalho: “Acuse a recepção”.

OFÍCIO¹⁹⁶ • 20 MAR. 1847 • AHI 222/4/4

Nº 5

RESERVADO

Legação do Brasil
Montevidéu, 20 de Março de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso de 20 de Fevereiro do corrente ano de 1847 sob o número 4 dos Despachos Reservados; e cumprindo com o que V. Exa. me determinou, dirigi ao Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai a Nota cujo teor conhecerá V. Exa. da cópia designada com o número 1º; mas por esta ocasião espero que V. Exa. me permita uma breve reflexão acerca dos dois Avisos Reservados designados um com o número 3, e outro com o número 4, datado o primeiro aos 18, e o segundo, como dito, aos 20 de Fevereiro último. Pelo Aviso de 18 ordenou V. Exa. que eu tenha, entretanto, (isto é, enquanto não é ouvido o Conselho de Estado pleno sobre a Nota Confidencial de Magariños de 7 de Dezembro próximo passado, e enquanto o Governo Imperial não resolve a respeito) como política do Governo de Sua Majestade o Imperador, Nosso Augusto Soberano, o não me opor ao que praticam, em nome do Governo de Montevidéu, a França e a Inglaterra. Esta providência, como se vê da mesma letra do Aviso, é interina e provisória. A providência definitiva deve, pois, encontrar-se no Despacho pelo qual V. Exa., depois de ouvido o Conselho de Estado pleno, se dignou comunicar-me o que o Governo Imperial tinha decidido sobre o Parecer do Conselho; e isto mesmo parece deduzir-se tanto da letra do mencionado Aviso de 18 de Fevereiro último, como do preâmbulo do também mencionado Aviso de 20 do mesmo dito mês, Aviso pelo qual V. Exa. com efeito se dignou comunicar-me qual o Parecer do Conselho de Estado pleno acerca da Nota de Magariños, e qual o juízo e deliberação definitiva que sobre esse Parecer tomara o Governo Imperial; mas uma circunstância me causa embaraço e me toma perplexo na inteligência e execução que devo dar às ordens de que se trata. Pela letra dos dois Avisos as disposições do primeiro são, como disse, interinas e provisórias; devem, portanto, cessar e ser substituídas pelas disposições do segundo; mas a matéria com que se ocupam esses dois Avisos é tão distinta e diversa que a minha curta capacidade não pode compreender como as disposições do primeiro podem ser substituídas pelas disposições do segundo; no primeiro determina-se que

196 Anotação no verso: "R[espondido] a 6 de Abril 1847".

não me oponha aos atos que os Ministros de França e de Inglaterra praticarem com o Governo de Montevideú; no segundo determina-se que eu responda ao Governo da República certificando-lhe que o Governo Imperial se apressará em comunicar ao Governo do Estado Oriental qualquer medida que adote, realizada qualquer das hipóteses figuradas; são, pois, as ordens constantes dos dois Avisos relativas a objetos diversos. Cumpri com o que V. Exa. me ordenou com respeito à resposta que devia dar à Nota Confidencial; mas, entro em dúvida sobre qual deve ser o meu procedimento com respeito ao que praticarem os Ministros interventores no Rio da Prata; pela sua natureza de interina e provisória, parece que a disposição do Aviso de 18 deve ter cessado com as disposições do Aviso do dia 20 de Fevereiro próximo passado; mas se atendo à natureza e assunto destas disposições, e à circunstância de que a disposição do primeiro desses Avisos não foi expressamente revogada, parece que o Aviso de 18 de Fevereiro do ano corrente sob o número 3 dos Avisos Reservados continua em todo o seu vigor; e neste caso cumpre-me instar pela solução de que tive a honra de expor a V. Exa. no § 2º do meu ofício Reservado de 5 do corrente sob o número 5, relativamente à inteligência e execução do citado Aviso de 18 de Fevereiro último.

§ 2º

Também recebi o Aviso Reservado de 24 de Fevereiro do ano corrente sob o número 5; e dele vejo que chegaram ao conhecimento de V. Exa. os meus ofícios Reservados, designados com os números 1, 2, e 3, com data de 4, 25, e 29 de Janeiro último.

Fico ciente de quanto V. Exa. foi servido comunicar-me acerca dos diversos objetos de que se tratou nos mencionados ofícios, cumprindo-me observar, em primeiro lugar, que a respeito do ex-rebelde Neto nada tem vindo à minha notícia além do que a V. Exa. tive a honra de expor no § 1º do meu já citado ofício Reservado de 5 do corrente mês de Março sob o número 5.

Cumpre-me, porém, igualmente observar, em segundo lugar, que fico da mesma sorte instruído de que os Brasileiros, que forem aprisionados com as armas na mão, devem ser abandonados à sua sorte, quando tenham tomado voluntariamente parte na guerra, procedimento pelo qual parece reconhecer-se o princípio de que os beligerantes têm direito a privar da existência a qualquer estrangeiro que empunhou as armas voluntariamente contra a nação, ou partido do qual caiu prisioneiro.

§ 3º

Pelo *P. S.* do citado Aviso de 24 de Fevereiro último, houve por bem V. Exa. prevenir-me de que não devo fazer desembarcar tropa dos nossos navios, e de que dadas circunstâncias nas quais me não julgue seguro em Montevideú,

devo retirar-me com o Adido para bordo de alguma das nossas embarcações de guerra, levando comigo o Arquivo da Legação, e participando logo por essa Secretaria de Estado. Rogo a V. Exa. que se digne declarar-me se eu, pelo indicado *P. S.* do referido Aviso, devo ter como revogadas as disposições anteriores, ainda que delas se não faça expressa menção. Em officio Reservado de 15 de Março de 1845, designado com o número 2º, tive a honra de participar a um dos ilustres Antecessores de V. Exa. ter eu resolvido, de acordo com o Comandante da Estação Naval, que, caso de ser a Cidade seriamente acometida, viessem ao lugar do embarque algumas lanchas e escaleres armados para receberem os Brasileiros que se quisessem acoitar a bordo, reservado o emprego da força em terra para o caso em que se faltasse ao respeito devido à Casa da Legação, ou houvesse algum outro acontecimento extraordinário. Por Aviso designado com o número 4 da série dos Despachos Reservados do dito ano de 1845, com data de 20 de Junho desse mesmo ano, determinou S. Exa. o Sr. Conselheiro Limpo de Abreu, então Ministro dos Negócios Estrangeiros que no caso de acometimento da Cidade eu me limitasse a essas medidas e providências, nas quais tinha concordado com o Comandante das Forças Navais do Império para proteger as pessoas e propriedades dos Brasileiros, e fazer respeitar o meu carácter público. Essas medidas, porém, importavam à faculdade de empregar em terra forças de desembarque, faculdade que atualmente parece que absolutamente se me nega e revoga pelo citado *P. S.* do Aviso cuja recepção acusei.

Dessa faculdade, a exemplo do que praticaram os outros Agentes Diplomáticos, tive ocasião de usar, durante a sublevação de Abril de 1846, segundo consta do officio que sob o número 52 da 3ª Seção com data de 7 de Abril do dito ano próximo passado eu tive também a honra de endereçar ao mesmo Exmo. Sr. ex-Ministro, o qual ao menos tacitamente aprovou o meu procedimento, como claramente se apreende do Aviso designado pelo número 24 da 3ª Seção com data do 1º de Maio do mesmo ano de 1846.

Sendo, pois, estas as regras e instruções por que devia dirigir-me antes de receber o citado *P. S.* do Aviso de 24 de Fevereiro último, eu desejaria que V. Exa. expressamente as declarasse nulas e de nenhum efeito, considerando todavia que se pode dar a hipótese de uma sublevação por tal modo súbita e violenta que me não permita o espaço de tempo necessário para sair de casa e embarcar-me com segurança acompanhado do Adido e do Arquivo da Legação; que se pode realizar a hipótese de ser possível e necessário ou conveniente esse embarque, mas somente protegido por força armada; que é mui provável a uma ocasião tal a concorrência de súditos Brasileiros a procurar asilo na Casa da Legação, a qual me parece que não devo deixar exposta a insultos, destituídos os nossos compatriotas da devida proteção; e que finalmente alguma força talvez se tenha de precisar para proteger aqueles de nossos concidadãos que

procurarem embarcar-se nos escaleres de guerra Brasileiros com o fim de se acoitarem a bordo da nossa Esquadra.

Por todos estes motivos, tão estreitamente ligados com a honra e dignidade do Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil nestes países, ainda me será permitido (eu o espero) lamentar profundamente o não ter à minha disposição em cada um dos navios de guerra Brasileiros surtos neste porto outros tantos destacamentos, como o de Fuzileiros com que já foi guarnecida a *Dois de Julho*, podendo asseverar a V. Exa. que pela minha parte não hesito em expor a existência, quando assim cumpre fazê-lo para salvar a honra e dignidade Nacional.

§ 4º

Em aditamento ao que levei à presença de S. Exa. no § 2º do meu citado ofício Reservado de 5 do corrente sob o número 5, pelo que respeita à cópia de uma Memória apresentada pelo Ministro da Guerra ao Governo da República, e aos Ministros interventores, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. a cópia inclusa do Parecer do Conselho de Estado desta República acerca dessa Memória, Parecer ditado pelos partidistas de Rivera, que ainda não perderam a esperança de vê-lo continuar na sua antiga influência enquanto o estado atual de coisas não faz a crise, que se julga próxima, e que terá lugar provavelmente por uma catástrofe.

Deus Guarde a V. Exa.

Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 24 MAR. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 7

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 24 de Março de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Recebi o Aviso de 26 de Fevereiro próximo passado, sob o número 3 dos Despachos da 3ª Seção, pelo qual V. Exa., acusando o recebimento do meu ofício de número 2 da mesma Seção com data de 18 de Janeiro do corrente ano, se dignou dar-me as suas ordens e instruções acerca dos diferentes objetos de que se tratou no citado ofício.

Pelo que respeita ao negócio do *Cacique Catrie*, acabo de comunicar ao Cônsul-Geral do Brasil em Montevideú quanto V. Exa. determina a esse respeito; e transcrevi as mesmas expressões do mencionado Aviso de 26 de Fevereiro último, a fim de que o sobredito Cônsul possa pela sua parte executar cabalmente as ordens de V. Exa. que a Legação cumprirá como tem de obrigação e costume.

§ 2º

A respeito da reclamação do súdito Brasileiro Manuel Ribeiro já tive ocasião de levar ao conhecimento de V. Exa. a Nota do ex-Ministro Magariños datada de 20 de Janeiro último, pela qual se me participou que o Ministro da Guerra comunicara ter posto em inteira liberdade o mencionado negro Ribeiro.

§ 3º

Pelo que se refere à reclamação de Manuel José Eneas e Companhia, tenho agora de passar às mãos de V. Exa., na cópia inclusa designada com o número 1º, a Nota de 14 de Janeiro último, do qual se vê que o Governo Oriental tomava informações a respeito; e se não tenho dado impulso a este negócio, provém isso de me haver depois comunicado confidencialmente um dos sócios de Eneas que se tinha julgado melhor uma espécie de transação por cujo meio, dada certa quantia de dinheiro pelos reclamantes a não sei que agente, se lhes mandou entregar o carregamento. Esta transação foi feita sem conselho, nem conhecimento da Legação; mas realizada ela, pareceu-me que o silêncio era o melhor partido a tomar. Entretanto, V. Exa. mandará como for servido.

§ 4º

Não tenho insistido na reclamação dos súditos Brasileiros constrangidos a empunhar as armas na povoação do Salto pela sabida razão de que, tendo caído aquela povoação no poder das Forças de Oribe, nada pode providenciar o Governo da República sobre tal objeto, ainda que este Governo tivesse exigido informações para responder à dita reclamação, segundo se vê da Nota de 18 de Janeiro do ano presente, da qual encontrará V. Exa. uma cópia no documento designado com o número 2º.

§ 5º

Em quanto ao processo que se deve ter já organizado acerca do crime perpetrado em 12 de Janeiro último na pessoa do súdito Brasileiro João José, vou endereçar ao Ministro de Relações Exteriores uma Nota cujo teor V. Exa. encontrará na cópia indicada pelo número 3º.

§ 6º

Relativamente a Laureano Calo e seu correio, estou na diligência de saber se com efeito foram ou não mandados para o Rio Grande do Sul. Cumpre-me, porém, observar que a medida de não lhe visar o passaporte pode ser ineficaz para obstar a que aqueles indivíduos se dirijam para qualquer ponto do Império, porque, segundo me consta, muitos deixam de fazer visar os passaportes pela Legação, e de legalizá-los pelo Consulado Brasileiro. Nasce isto, provavelmente, de que as Autoridades Policiais do Império aceitam e têm como preenchidos de todas as formalidades necessárias os passaportes passados em países estrangeiros por autoridades estrangeiras, ainda que esses passaportes não sejam legalizados nos termos do § 79 do Sistema Consular do Brasil, nem tenham o visto da Legação. Se, pois, o Governo Imperial quisesse excitar a observância das disposições relativas à legalização dos passaportes pelo Consulado e ao seu visamento pela Legação, fazendo recair algum incômodo sobre os que apresentassem passaportes destituídos daquelas formalidades, poderia ser mais eficaz a medida de que se trata.

Entretanto, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul já foi avisado da deliberação tomada pelo Governo da República de mandar aqueles dois criminosos para a dita Província do Império.

§ 7º

Por esta ocasião levo ao conhecimento de V. Exa. a cópia inclusa do ofício que me dirigiu o Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, com data de 20 do corrente, participando o suicídio que muitos ainda classificam de assassinato, do Coronel Manuel Rodrigues, Encarregado de Negócios que foi da Bolívia junto do Governo da Confederação Argentina.

§ 8º

Acerca do estado atual do país, apenas posso acrescentar que hoje passaram defronte deste porto com destino a Maldonado os restos do exército da República a bordo de dois barcos movidos por vapor e um de vela. Calcula-se que levariam uma força de oitocentos homens, que juntos aos quatrocentos existentes em Maldonado, e a duzentos que poderá ter Brígido Silveira, podem fazer um pé de exército suficiente para manter o estado deplorável da guerra civil que dilacera este país. Frutuoso vai comandá-los; e conquanto a operação que este Governo pretendia fazer sobre a fronteira de Santa Teresa fosse prevenida por um movimento de tropas de Oribe, não seria para admirar que o território vizinho ao nosso por esse lado se tornasse atualmente o teatro da guerra na qual, se fossem certos os boatos ao que me parece divulgados adrede, estaríamos próximos a tomar uma parte ativa e decisiva.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁹⁷ • 12 ABR. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 8
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 12 de Abril de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

À vista da Circular designada com o número 1º e datada de 4 de Fevereiro próximo passado cuja recepção acuso, fiquei habilitado a esclarecer este Governo, se por ele for consultado sobre a política seguida no Brasil a respeito da extradição dos grandes criminosos.

197 Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 21 de Maio de 1847”.

§ 2º

Recebi também o Despacho Circular de 10 de Março último pelo qual sob o número 3 dos Avisos da respectiva classe me comunicou V. Exa. que S. M. o Imperador tinha resolvido visitar a Cidade de Campos e partiria a 20 de referido mês para voltar no fim do corrente Abril a essa Corte.

Eu e todos os Brasileiros residentes no Estado Oriental fazemos votos ao Céu para que Sua Majestade o Imperador Faça feliz viagem, e da mesma sorte Regresse a essa Corte depois de Ter Feito sentir aos ditosos habitantes de Campos a benéfica influência da Presença do Monarca.

§ 3º

Acuso igualmente a recepção do Aviso Circular de 17 de Março próximo passado designado com o número 4; e, cumprindo com o que Determina Sua Majestade o Imperador, expedi as ordens necessárias ao Cônsul-Geral do Brasil em Montevideú para que remeta sem demora à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros todas as informações e esclarecimentos exigidos pelo mencionado Aviso; e conquanto se achem proibidos os despachos de embarcações Brasileiras para Maldonado em virtude das ordens do Governo Imperial, entendi que o sobredito Aviso devia ser comunicado por intermédio do Cônsul-Geral ao nosso Vice-Cônsul residente na dita cidade de Maldonado para que este o observe e execute, logo que cesse aquela proibição ou quando, apesar dela, a esse porto de Maldonado vá ter alguma embarcação proveniente do Brasil.

§ 4º

Foi-me da mesma sorte entregue o Despacho de 1º de Março do ano corrente sob o número 4 dos Despachos da 3ª Seção. Por este Despacho dignou-se V. Exa. de enviar-me cópia do Parecer das Seções do Conselho de Estado que consultam sobre os negócios Estrangeiros, e da Fazenda, acerca dos diversos quesitos submetidos à consideração de V. Exa. pelo meu ofício de 18 de Dezembro do ano próximo passado sob o número 187 da referida Seção¹⁹⁸. V. Exa. teve a bondade de observar-me que posto que Sua Majestade o Imperador Deliberou ouvir o Conselho de Estado Pleno acerca do mencionado Parecer, V. Exa. se antecipou em remeter-me cópia dele para que eu tenha conhecimento do que as referidas Sessões do Conselho de Estado expendeu sobre tão importante assunto. Agradecendo com profundo reconhecimento a V. Exa. a remessa desse Parecer, cuja lição e estudo vai sem dúvida contribuir muito para a minha instrução jurídica, tomo a liberdade de ponderar mui respeitosa e que as censuras do mencionado Parecer ao procedimento

198 Ver. REZEK, José Francisco (editor). *Conselho de Estado: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, 1842-1889*. Brasília: Câmara dos Deputados / Ministério das Relações Exteriores, 1978, v. 2, p. 171.

do Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil em Montevideú, relativamente à maneira por que foram apresentados a V. Exa. os quesitos do meu citado officio de número 187, me parecem menos justas. Fui censurado de ter concebido os ditos quesitos de uma maneira genérica, sem fazer-me cargo de expor circunstanciadamente os fatos occorrentes, que a esses quesitos davam lugar, nem as razões de dúvida que tinha na solução afirmativa ou negativa de cada um desses quesitos. Permita-me V. Exa. declarar que não expus as razões de dúvida na solução desses quesitos porque essas razões me pareceram óbvias. Escrevendo a uma pessoa tão instruída como V. Exa., a um Governo tão ilustrado como o Governo Imperial, entendi que bastava indicar as questões e, na verdade, temi ocupar a atenção de V. Exa. e a do Governo Imperial com escusadas dissertações. A diversidade e o bom fundamento de opiniões dos Exmos. Srs. Conselheiros de Estado signatários do Parecer em questão prova exuberantemente a nenhuma necessidade que havia da minha parte de expor e desenvolver as razões pró e contra tão sabiamente expendidas no mesmo Parecer. Pelo que respeita à falta de exposição dos fatos, releva considerar que o meu officio de número 187 foi dirigido não ao Conselho de Estado, mas a V. Exa., que pela correspondência da Legação conhece os fatos e os documentos relativos a esses mesmos fatos, que davam ocasião a propor e a pedir solução dos quesitos de que se trata. Prova do que afirmo se encontra no meu officio de número 160 da 3ª Seção datado aos 31 de Outubro de 1846, e nos documentos que acompanharam esse officio relativo ao apresamento da Chalana *Tigre* e seu carregamento. Outra prova igual se encontra no outro officio meu de número 189 da 3ª Seção datado aos 19 de Dezembro de 1846, mas que remetido a V. Exa. na mesma ocasião em que se fazia remessa do officio de 18 do mesmo Dezembro, deveria dar a V. Exa. a explicação dos outros fatos que tornavam oportuna a apresentação dos quesitos.

É relativo este officio ao negócio da Balandra *Maria* vinda do Uruguai, como propriedade de D. Maria do Carmo, casada com um súdito de Sua Majestade a Rainha Victoria.

Demorei-me nestas considerações porque tenho muito a peito mostrar sempre na presença de V. Exa. que os meus erros e faltas nascem de incapacidade, e não de desleixo ou mau propósito no cumprimento dos meus deveres.

§ 5º

No preâmbulo do Aviso designado com o número 5º dos Despachos da 3ª Seção, e datado de 16 de Março ultimamente findo, vejo os termos em que se deve entender a Circular número 13 de 29 de Agosto do ano próximo passado; e farei o que V. Exa. me determina.

§ 6º

Fico certo de que não devo exigir título algum de baixa do negro Manuel Ribeiro, súdito Brasileiro; e em quanto à conveniência de fazer sair do país a este e a outros súditos do Império, durante a crise atual, farei tudo o que esteja da minha parte para que tais indivíduos sejam conduzidos ao Brasil em alguma das nossas embarcações de guerra, posto que os hábitos por eles contraídos dificilmente lhes podem tornar agradável o regresso às regiões da pátria. Creio até que a maior parte deles se não prestará a isso.

§ 7º

Cumprirei igualmente com o que V. Exa. me ordena acerca da ordem do Comandante Militar de Maldonado, pela qual se obrigavam os Estrangeiros a pegar em armas, visto que tal ordem não foi aprovada pelo Governo da República.

§ 8º

Vou devolver a Manuel José Eneas e Companhia os documentos com que ele pretendeu que a Legação do Brasil lhe passasse o certificado exigido pelo Almirante Inglês; e recomendarei o interessado nos termos do citado Aviso de 16 de Março derradeiro.

§ 9º

Como eu tivesse respeitosamente instado perante V. Exa. acerca da necessidade de uma medida decisiva e terminante com relação às queixas dos Capitães e Mestres de embarcações Brasileiras que, achando facilidade nas Autoridades do Império para tripularem as respectivas embarcações com estrangeiros, não encontravam igual facilidade na Legação e Consulado Brasileiro, dignou-se V. Exa. declarar-me por Aviso de 20 de Março último sob o número 6 dos Despachos da 3ª Seção que tais queixas ou não têm fundamento, ou recaí este sobre a irregularidade com que navegam os ditos Capitães não voltando aos portos do Império com a mesma equipagem com que deles saíram. Destas últimas expressões do mencionado Aviso, eu concluo que o Consulado do Brasil em Montevideu não deve negar despachos às embarcações Brasileiras para o regresso ao Brasil, ainda que as tripulações dessas embarcações não sejam compostas de nacionais ou não tenham o número de nacionais que em regra deveriam ter. Rogo a V. Exa. que se esta não é a verdadeira inteligência das ordens de V. Exa., haja V. Exa. por bem declará-lo; e julgo igualmente necessário para o regular andamento do serviço que V. Exa. também tenha a bondade de declarar-me se a maneira de proceder acima indicada com relação às embarcações Brasileiras que devem regressar ao Brasil também é aplicável às embarcações Brasileiras que organizarem aqui de novo as suas respectivas tripulações, e que se destinarem a portos Estrangeiros. Finalmente se eu não

temesse incorrer na pecha de importuno, rogaria da mesma sorte a V. Exa. que me desse as suas instruções para o caso em que apresada alguma dessas embarcações Brasileiras tripuladas com estrangeiros, o apresador lhe negasse o caráter de nacionalidade correspondente à bandeira que arvorava a embarcação apresada.

§ 10

Estou ciente de que se deve continuar a denegar passaportes às embarcações que os pedirem para remontar o Uruguai, ainda que aleguem os Mestres ou Donos a circunstância de haverem baixado pelo mesmo rio; e assim farei cumprir pela minha parte a última disposição do citado Despacho de 20 de Março derradeiro sob o número 7 dos Avisos da 3ª Seção.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO¹⁹⁹ • 15 ABR. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 10
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 15 de Abril de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Cumprindo com o dever de informar o Governo Imperial acerca dos acontecimentos notáveis cujo conhecimento chegue ao meu alcance, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. os números do *Comércio do Prata* de 3, 5, 6 e 7 do corrente Abril, a fim de que confrontadas as publicações desse periódico e as que se fazem pela *Gazeta Mercantil* de Buenos Aires relativamente ao deplorável fim do infeliz Dom Manuel Rodrigues, Encarregado que foi dos Negócios do

199 Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 21 de Maio de 1847”.

Governo da Bolívia junto do Governo da Confederação Argentina, possa o Governo Imperial ter ao seu alcance todos os dados possíveis para formar um juízo tão aproximado à verdade quanto é possível fazê-lo sobre esse tenebroso e lamentável acontecimento.

§ 2º

Igualmente passo às mãos de V. Exa. os números do mesmo periódico publicados a 12, 13 e 15 do presente; os dois primeiros porque contém as únicas notícias aqui sabidas de Corrientes e Entre Ríos, e o último porque nele se deu à luz a participação oficial de uma sortida dos sitiados, que lhes produziu para cima de duzentas reses de gado vacum.

§ 3º

O espírito público está ansioso por conhecer as últimas decisões de que se diz será portador *Lord* Howden; e, ou seja porque alguns dados tenham para isso os Ministros da intervenção, conforme ouvi ao Ministro de Relações Exteriores da República, ou porque os interessados na defesa da praça julguem a propósito propalar notícias próprias a exaltar os ânimos desfalecidos, é certo que geralmente se dá como concluído entre o Governo Imperial e os Governos interventores um ajuste ou convenção em virtude da qual o Império do Brasil vai tomar parte ativa na pacificação do Rio da Prata.

Designam-se os Generais, enumeram-se os exércitos e atribuem-se ao Encarregado de Negócios do Brasil expressões que ele não proferiu, tudo para tornar digna de crédito a notícia de tão desejada intervenção do Brasil. Creio até que os meus esforços para convencer a algumas pessoas de que nada sei a tal respeito têm sido frustrados, explicando-se a minha negativa pela cômoda suposição de pretendidos segredos diplomáticos. Tal é neste momento o estado da opinião nesta Cidade.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁰⁰ • 07 MAIO 1847 • AHI 222/3/6

Nº 11
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 7 de Maio de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso com que V. Exa. se dignou honrar-me em 8 de Abril próximo passado, designando-o com o número 7 da 3ª Seção; e fico certo de que chegou ao seu alto destino o ofício que a V. Exa. enderecei com fecho de 13 de Março próximo antecedente sob o número 6 dos ofícios da mesma 3ª Seção.

§ 2º

Recebi igualmente o Aviso designado com o número 8 dos Despachos da mesma 3ª Seção e datado a 17 de Abril próximo passado. Como V. Exa., aprovando a Nota que eu tinha dirigido ao Governo desta República a respeito dos brasileiros assassinados no lugar denominado Los Tres Arboles, me determina que continue a exigir do mesmo Governo o pronto castigo dos culpados, que estivessem ao seu alcance, e enderecei ao Ministro de Relações Exteriores em 6 do corrente mês de Maio a nota constante da cópia designada com o número 1º, posto que deste mesmo assunto houvesse tratado, quando ultimamente reclamei a solução de vários negócios pendentes, como V. Exa. terá ocasião de ver na cópia designada com o número 2º.

§ 3º

Em virtude do que V. Exa. me determina também no citado Aviso de 17 de Abril derradeiro sob número 8 da referida Seção, e mais especialmente no Aviso sob número 9 da mesma Seção com fecho do mesmo dia, escrevi ao General Oribe nos termos indicados precisamente neste último Aviso, exigindo as modificações necessárias para que o Decreto de 23 de Fevereiro último, que se publicara em nome do sobredito General, não seja por modo algum aplicado aos súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil; e no caso de que o General D. Manuel Oribe se recuse a fazer as modificações exigidas, hei de protestar e ameaçar com represálias conforme às ordens de V. Exa. Entretanto, passo às mãos de V. Exa. a cópia inclusa da Nota que dirigi ao mesmo General Oribe. Vai designada com o número 3º.

200 Anexos não transcritos. Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 31 de Maio".

§ 4º

Como quer que chegasse ao meu conhecimento a notícia confirmada pelo *Commercio do Prata* de que o Comandante do Departamento de Paysandú fazia [recolher] a esta vila todos os estancieiros Brasileiros residentes naquele distrito, julguei acertado escrever ao mencionado General Oribe nos termos constantes da cópia inclusa sob o número 4º.

§ 5º

Remeto dois números do *Commercio do Prata*, não só porque um deles se acha a notícia a que me referi no parágrafo antecedente, mas também porque de ambos verá V. Exa. a direção que tem tomado o jornalismo desta Cidade em favor da correspondência oficial que teve lugar ultimamente entre V. Exa. e o Ministro da Confederação Argentina nessa Corte.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cayrú
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁰¹ • 09 OUT. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 37
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 9 de Outubro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Chegou ao seu destino o Aviso que V. Exa. houve por bem dirigir-me com data de 5 de Agosto último sob o número 18 dos Despachos da 3ª Seção; e fico instruído de que V. Exa. recebeu o meu ofício do mesmo número e classe escrito aos 5 de Julho do ano corrente. Igualmente fico instruído de

201 Anotação no verso: "Respondido em 5 de Novembro de 1847".

que quando se verifique a entrada de Oribe nesta praça devo reclamar toda a segurança pessoal e de propriedade para os súditos do Império.

§ 2º

Foi-me entregue o Aviso de 10 de Agosto p. p. sob o número 19 dos Avisos da 3ª Seção; e por esse Aviso fiquei certo de que V. Exa. tinha tomado conhecimento dos meus ofícios designados com os números 19, 20 e 21 da mesma classe e datados de 17, 19 e 24 de Julho último. Fico também ciente do conteúdo das cópias de uma Nota que a V. Exa. endereçou D. Francisco Magariños com data de 4 de Agosto do ano corrente, e da resposta que V. Exa. lhe deu com data de 6 do mesmo dito mês de Agosto, cópias que V. Exa. me transmitiu para meu conhecimento; e por esta ocasião observarei que tendo-me asseverado pessoa de ordinário bem informada que o Coronel D. Vicente Viñas tinha sido destituído do comando da Fronteira de Santa Teresa, dando-se-lhe por sucessor o Coronel D. Brígido Silveira, procurei indagar de uma maneira positiva qual é o verdadeiro Comandante, e qual o intruso. Das minhas indagações resultou um documento digno de crédito, e nele vejo as seguintes palavras: “O Coronel D. Brígido Silveira em princípios do mês de Janeiro deste ano foi nomeado Comandante-Geral do Departamento de Maldonado, e [Preceptor] da Fronteira D. Pedro Oneti” Esta declaração, pois, me leva a acreditar o que também se me asseverou de ser sustentado naquele posto o Coronel Viñas por vontade e disposição de Rivera contra as ordens do Governo da República. Nem os desastres têm podido ensinar ao velho caudilho a virtude da obediência.

§ 3º

Recebi o Aviso que V. Exa. me endereçou com fecho de 20 de Agosto do ano corrente, designando-o pelo número 20 dos Despachos da 3ª Seção; e em cumprimento das ordens de V. Exa. enviei ao Encarregado de Negócios de França junto do Governo da República Oriental do Uruguai uma Nota protestando contra os efeitos da continuação do bloqueio dos portos e costas de Buenos Aires, e dos portos e costas do Estado Oriental ocupadas por forças Argentinas, como participei a V. Exa. em ofício de número 34 da 3ª Seção com data de 17 de Setembro último, ao conteúdo do qual ofício me cumpre agora acrescentar que à mencionada Nota escrita a 15 do mesmo dito mês de Setembro respondeu o Encarregado de Negócios de França pela maneira constante da sua Nota de 23 também do dito mês, a qual chegará à presença de V. Exa. na cópia que remeto sob número 1º; mas por esta ocasião acrescentarei igualmente que para me habilitar com o conhecimento das embarcações que violarem impunemente o pretendido bloqueio, a obrar perfeitamente segundo V. Exa. me determina para o caso de ter eu de lavrar algum protesto

especial, exigi dos Cônsules do Brasil em Buenos Aires, e nesta Cidade, que me informem de todas as embarcações de cuja entrada nos portos bloqueados, ou comunicação com as costas bloqueadas, venham a ter alguma notícia. Das ordens expedidas neste sentido encontrará V. Exa. cópias nas que vão inclusas sob o número 2 e 3.

No mesmo Aviso cuja recepção acuso, se dignou V. Exa. dar-me instruções acerca dos princípios adotados pelo Governo Imperial sobre a importante questão da navegação dos rios interiores. Em nada me desviarei das ordens de V. Exa., mas espero que V. Exa. m'ò releve, se adiante eu tomar a liberdade de submeter ainda à consideração de V. Exa. algumas leves reflexões a respeito de um objeto tão intimamente ligado com os mais elevados interesses da Coroa Imperial.

§ 4º

Acuso a recepção do Aviso designado com o número 21 da 3ª Seção, e datado aos 24 de Agosto derradeiro. Por este Aviso me comunicou V. Exa. que Dignando-se Sua Majestade o Imperador conceder ao Adido de 1ª Classe Duarte Pereira [*sic*] Ribeiro seis meses de licença para tratar de sua saúde, me autoriza V. Exa. a pagar a uma pessoa que escreva o expediente desta Legação durante a enfermidade daquele Adido, incluindo essa despesa extraordinária nos saques que fizer pelo meu ordenado. Cumpre-me, porém, representar a V. Exa. que antes de ser expedido o citado Aviso a enfermidade do Adido me tinha obrigado a procurar quem o substituísse; e para isso lancei mão da faculdade que me concedia o Aviso de 17 de Fevereiro de 1846 sob o número 15 dos Despachos da 3ª Seção. Requisitei, pois, em 12 do dito mês de Agosto ao Chefe de Divisão Comandante em Chefe da Divisão Naval do Rio da Prata que pusesse à minha disposição um Oficial da Armada ou Guarda Marinha para coadjuvar os trabalhos da Legação. O Chefe da Divisão anuiu ao meu pedido; e desde então se acha ocupado no serviço da Legação o Segundo-Tenente da Armada Nacional Miguel Carlos Corrêa de Lemos. Releva além disso observar que não despedi este Oficial do serviço em que se acha ocupado, para adotar a medida indicada por V. Exa. no citado Aviso de 24 de Agosto, porque esta medida traz sem dúvida, ainda que implicitamente, a indispensável condição de encontrar eu pessoa de minha confiança, à qual possa oferecer um salário; e das pessoas que poderia assalariar, nenhuma vejo da qual pudesse confiar sem receio os papéis e arquivo da Legação, ao mesmo passo que o Segundo-Tenente Lemos possui as habilitações necessárias para o desempenho da comissão em que se acha, e se faz digno da minha confiança. Espero e rogo, pois, a V. Exa. que haja por bem aprovar a deliberação que tomei.

§ 5º

Não posso deixar de ser profundamente reconhecido à bondade e sabedoria com que V. Exa. por Aviso de 17 de Setembro último, sob o número 22 dos Despachos da 3ª Seção, foi servido instruir-me acerca das ponderações e exposição que tive a honra de submeter ao alto juízo de V. Exa. no meu ofício de 19 de Agosto último sob número 24 dos Despachos da 3ª Seção; mas como eu desejo exprimir sempre com a mais escrupulosa exatidão o pensamento do Governo Imperial em todas as questões que se suscitam, ou que suscitar se possam acerca das coisas do Rio da Prata na parte em que essas questões digam respeito a direitos ou interesses do Brasil, tenho a mais bem fundada esperança de que V. Exa. atenderá benigna a algumas dúvidas que no meu espírito excitou a lição do mencionado Aviso cujo recebimento ultimamente acusei.

Em primeiro lugar parece que o Governo Imperial entende que as Províncias da Confederação Argentina não são Estados livres e independentes de direito, e somente ligados entre si para serem representados nas relações exteriores pelo Governo de Buenos Aires; mas sim Províncias, que constituem uma parte integrante da República Argentina da mesma sorte por que a Província do Rio Grande do Sul ou qualquer outra Província do Brasil constitui uma parte integrante do Império. Ora, como nesse tal ou qual conhecimento que posso ter adquirido dos princípios e regras do Direito internacional da Confederação a minha limitada inteligência não compreende em que se funda a opinião que tomo a liberdade de indicar, eu rogaria a V. Exa. de que não m'o levasse em culpa quando pretendo saber se estou em erro persuadindo-me de que os Estados da Confederação Argentina são livres e independentes de direito; de que o nexa da Confederação é relativo somente aos negócios externos; de que todo o poder exercitado de fato pelo Governador de Buenos Aires nas Províncias, ou propriamente falando nos Estados da Confederação, é usurpação; de que os Estados a que me refiro podem separar-se da Confederação pelos motivos que, segundo os princípios gerais do Direito das Gentes, autorizam as nações a dar por dissolvidos os pactos e tratados que anteriormente as ligavam, e de que quando a dissolução tenha lugar sem que se guardem esses princípios, pode haver infração, violação de tratados e pactos, mas nunca rebelião, porque esta só pode consistir no levantamento dos súditos contra a autoridade que legitimamente exerce os poderes supremos do Estado. Não creio que esta questão seja ociosa. É manifesta a tendência de Dom Manoel Oribe para entrar com o Estado Oriental no círculo da Confederação Argentina. Parece que Corrientes se recusa a sujeitar-se a Rosas. Estes Estados acham-se em contato diário com o Império; os acontecimentos futuros vão dar necessariamente motivo a reclamações e exigências; seria conveniente ao menos ter formado

com segurança e certeza alguns princípios capitais que possam servir de norma e de guia ao nosso procedimento futuro.

Em segundo lugar, se diz no citado Aviso que a navegação do Uruguai pertence à Confederação em comum com o Estado Oriental na parte do Rio em que as duas Nações possuem uma das margens logo naquela parte do Rio em que a Confederação possui uma margem, e o Brasil possui a outra [*que*] pertence a navegação do Uruguai em comum à Confederação e ao Império; e, por consequência, ofensa é feita aos direitos da Coroa Imperial quando se pretende regular a navegação do Uruguai em geral sem audiência do Brasil, isto é, sem audiência de uma das nações ribeirinhas. Não há ofensa aos direitos do Brasil (poderá dizer-se), pois que não se tratava do Brasil, nem entrava ele no ajuste. Aí mesmo vejo eu a ofensa; mas concedendo que esses ajustes compreendiam somente a parte do rio e as margens pertencentes à República Oriental e à Confederação Argentina, muito era para reear que na aplicação desses ajustes à margem da Confederação, que fica fronteira à margem do Brasil, graves prejuízos tivesse de sofrer o Império; nem sei se era possível regular a navegação dessa parte da Confederação Argentina sem consentimento nosso, pois que as embarcações que se dirigem a Corrientes muitas vezes têm de passar mais encostadas à margem esquerda do que à margem direita do rio, isto é, têm de passar necessariamente por águas pertencentes ao Império do Brasil, segundo me informam; e os informantes acrescentam que as embarcações do Uruguai que se dirigem a portos de Corrientes sempre de noite abicam à nossa praia. A circunstância de não se fazer menção do Brasil em tais ajustes não me pode tranquilizar o ânimo, quando vejo os periódicos de Buenos Aires, que todos são de fato órgãos oficiais afirmando e asseverando que a Confederação Argentina possui a boca do Rio da Prata, e que o Governo do Brasil, tendo violado a Convenção Preliminar de Paz de 27 de Agosto de 1828, tem perdido todos os direitos que por essa Convenção poderia ter adquirido.

Em terceiro lugar, parece que o direito do Brasil à navegação do Uruguai compreende não só aquela parte do rio, que de um lado, e outro, ou de um lado ao menos banha terras do Império, mas ainda as águas que correm por território da Confederação Argentina e do Estado Oriental. Nessa posse não disputada estamos; e o comprovam de uma parte a expedição, e da outra a aceitação de despachos das nossas Estações fiscais do Uruguai nos portos do mesmo Uruguai, ou esses portos pertençam à Confederação Argentina, ou esses portos pertençam ao Estado Oriental; e note-se que são muitas vezes tais despachos dados às embarcações que arvoram a Bandeira Imperial. As bandeiras da Confederação, do Estado Oriental e do Brasil são vistas por todo o Uruguai até ao Salto; e se assim é, como possam duas das três nações que estão na posse da navegação do rio dispor e fazer ajustes sobre essa navegação sem audiência

da terceira, eu não sei imaginar sem persuadir-me de que dada tal hipótese, preterido foi o direito dessa nação excluída do pacto celebrado entre as duas.

Em quarto lugar, eu penso que o Império do Brasil tem direito à navegação tanto do Uruguai como do Paraná; e a minha persuasão se funda nas expressões do Artigo Adicional à Convenção Preliminar de Paz de 27 de Agosto de 1828 já citada. Aí se trata de conservar-se livre a navegação do Rio da Prata, e de todos os outros, que nele vêm sair, para uso dos súditos das Altas Partes contratantes; e como possa conservar-se aquilo que não se possui, é também um enigma que eu não sei explicar, nem me persuado de que o Governo Imperial admitirá a doutrina sustentada em Buenos Aires, e a que já fiz alusão, acerca de haver caducado em seus efeitos a mencionada Convenção.

§ 6º

Se, pois, estou em erro, e se pode ser de alguma utilidade ao Serviço de Sua Majestade o Imperador que minhas ideias se retifiquem, é para mim fora de dúvida que V. Exa., com as suas sábias instruções e habitual bondade, me há de conduzir à verdadeira senda e caminho da Política adotada pelo Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁰² • 11 OUT. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 34
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 11 de Outubro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

No § 3º do ofício Reservado de 4 do corrente Outubro, sob o número 19 dos Despachos da respectiva classe, participei à V. Exa. as disposições do Governo da República Oriental do Uruguai acerca do General D. Fructuoso Rivera. Cumpre-me agora, porém, acrescentar que essas disposições foram levadas a efeito, que o Ministro da Guerra foi a Maldonado para demitir e expelir do território do Estado o sobredito General, e que o General foi com efeito demitido e expellido, como se vê da correspondência oficial publicada com o nº 598 do *Commercio do Prata*, que tenho a honra de passar incluso às mãos de V. Exa. relevando ponderar que, segundo as informações em que eu me fundava quando escrevia a V. Exa. em 4 de Outubro corrente, razão tinha para persuadir-me de que ao Rio de Janeiro diretamente, e não a Santa Catarina, devia ser conduzido o General Rivera. Releva também ponderar igualmente que a falta de navios me impediu de prevenir a V. Exa. de quanto a este respeito tem ocorrido. Entretanto, o Ministro de Relações Exteriores da República, depois de consumado o ato da destituição e saída de Rivera, me deu parte deste negócio nos termos constantes da Nota de 8 de Outubro presente, a que acabo de responder.

Cópias da citada Nota e da minha resposta encontrará V. Exa. nos documentos designados com os números 1º e 2º, aos quais ajunto uma publicação impressa, que me parece filha de algum amigo imprudente do General Rivera.

§ 2º

Permita-me V. Exa. que aproveite igualmente a oportunidade de passar também às mãos de V. Exa. o número 592 do *Commercio do Prata*. Nessa folha se encontram notícias relativas a emigração de Corrientes, que procura asilo no Rio Grande do Sul, e que vai por consequência tornar ainda mais necessárias algumas providências acerca de emigrados, que diariamente confluem e se aglomeram na Província de S. Pedro; e porque se trata de emigrados, notarei

202 Anotação no verso da última folha: “Resp[ondi]do em 5 de Novembro de 1847”.

que nessa mesma folha se encontra documento oficial comprobatorio de que o ex-Coronel D. Venâncio Flores ainda não tinha obtido baixa, quando me asseverou que já tinha alcançado a sua demissão, como levei ao conhecimento de V. Exa.

§ 3º

Nada mais ocorre digno de referir-se além da geral indignação que nos dias passados suscitou a maneira imprudente e violenta de fazer recrutamento, e que, todavia, me parece ter acalmado por medidas ulteriores do Governo.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] Nº 1
CÓPIA

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Octubre 8 de 1847.

S. E. el Sr. Presidente de la República me ha encargado de poner en conocimiento de V. E., que el Brigadier General D. Fructuoso Rivera, ha sido destituido del mando que tenía en el Ejército y separado del país con prohibición absoluta de volver à él durante la presente guerra.

Las razones que tiene S. E. el Sr. Presidente, para dar este paso, nacen de la lealtad y franqueza que observa en todas sus relaciones con los Gobiernos amigos, y muy especialmente, con el Imperio del Brasil con quien multiplicados intereses le aconsejan, además, que guarde la más estrecha cordialidad.

Por otra parte el Gobierno de la Republica al tomar aquella resolución, ha accedido a los deseos manifestados por el citado General Rivera de fijar su residencia en el territorio Brasileiro, y esto es otro de los motivos que tenido S. E. el Sr. Presidente, para hacer a V. E. la comunicación de aquel suceso. Después de las manifestaciones verbales y confidenciales que el Sr. Encargado de Negocios ha hecho à este Ministerio, relativamente a emigrados, S. E. el Sr. Presidente ha considerado que ese aviso, es un deber que le impone la buena fe y la veracidad de los principios de paz y justicia que basan la política de este Gobierno.

Quiera el Sr. Encargado de Negocios explicarlo así al de S. M. I., y al mismo tiempo recomendar a su alta atención, el interés vital que tiene la República en que el Sr. General Ribeira [*sic*] no abuse del asilo que ha escogido, burlando la vigilancia de las autoridades Brasileiras e introduciéndose clandestinamente en el territorio de la República, donde su presencia podría ocasionar sucesos trascendentales à la resolución de la contienda que el Pueblo Oriental sostiene en estos momentos, y de que dependen sus libertades e independencia.

Dios Guarde à V. E. muchos años.

Manoel Herrera y Obes²⁰³

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo*] N° 2

N° 36

Legação do Brasil

Montevideú, 11 de Outubro de 1847.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai tem a honra de acusar a recepção da Nota que lhe dirigiu S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República aos 8 do corrente mês de Outubro, participando que o General D. Fructuoso Rivera foi demitido do comando que tinha no exército e mandado sair do país com absoluta proibição de voltar a ele durante a guerra atual.

Acrescenta S. Exa. que esta participação é dirigida ao abaixo assinado como prova da lealdade e franqueza que S. Exa. o Sr. Presidente do Estado Oriental observa em todas as suas relações com os Governos amigos, e mui especialmente com o Império do Brasil, no qual multiplicados interesses lhe aconselham, além disso, que conserve a mais estrita cordialidade.

Diz mais S. Exa. o Sr. Ministro que outro motivo ocorreu para que tivesse lugar a mencionada participação, e que foi esse motivo o ter anuído o Governo da República aos desejos manifestados pelo General Dom Fructuoso de fixar sua residência no território do Brasil, considerando S. Exa. o Sr. Presidente do Estado Oriental que, debaixo deste ponto de vista, a participação de que se trata é um dever imposto pela boa-fé e veracidade dos princípios de paz e justiça, que são a base da política do Governo a que S. Exa. tão dignamente preside.

203 Manoel Herrera y Obes (1806-1890). Advogado, político e diplomata uruguaio. De 1839 a 1846, deputado geral. Em 1847, nomeado ministro do Governo e Finanças “deu impulso à política americanista que tornou possível o desfecho da Grande Guerra”. Fonte: <dbe.rah.es>. Acesso em: 18 fev. 2021.

Exige, finalmente, S. Exa. o Sr. Ministro que o abaixo assinado, levando este negócio ao conhecimento do Governo de Sua Majestade o Imperador, o explique da maneira indicada, chamando a atenção do Governo Imperial para o interesse vital que tem a República em que o General Rivera não abuse do asilo que escolheu, iludindo a vigilância das Autoridades Brasileiras, e introduzindo-se clandestinamente no território da República, onde a sua presença poderia ocasionar sucessos transcendentales com relação ao êxito da contenda que o Povo Oriental sustenta neste momento, e de que dependem a sua liberdade e independência.

Em resposta, pois, o abaixo assinado, visto que o fato da partida do General para o Brasil se acha consumado, nada mais tem a dizer a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores senão que levará ao conhecimento do Governo Imperial a indicada participação, aguardando a tal respeito ordens e instruções ulteriores. Entretanto, o abaixo assinado não pode deixar de confessar a S. Exa. o Sr. Ministro que leu com a mais íntima complacência as expressões da citada Nota de 8 do corrente Outubro, tão cabalmente demonstrativa dos sentimentos de justiça e de benevolência que nutre o Governo da República para com todos os Governos amigos, e com especialidade para com o Governo do Brasil. O abaixo assinado pode asseverar a S. Exa. o Sr. Ministro que o Governo de Sua Majestade o Imperador dará o devido apreço às expressões de S. Exa. o Sr. Presidente da República e que em tudo quanto relação tenha com o asilo que no território do Brasil foi procurar o General D. Fructuoso Rivera, há de o Governo Imperial proceder necessariamente como o exigem de lado os interesses da Coroa Imperial, e do outro lado a política de neutralidade adotada e religiosamente seguida pelo Governo do Brasil na desgraçada luta com que laboram as Repúblicas do Rio da Prata. O abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai aproveita-se da presente ocasião para renovar os votos de sua mais elevada consideração e respeito pela pessoa de S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encarregado de Negócios

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos

OFÍCIO • 20 OUT. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 39
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 20 de Outubro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que ontem foi oficialmente remetido a esta Legação pela Secretaria de Relações Exteriores da República um exemplar impresso de uma publicação oficial relativa à destituição do General Rivera.

Incluso achará V. Exa. um exemplar da mesma publicação.

§ 2º

Por esta ocasião passo igualmente às mãos de V. Exa. um exemplar do *Commercio do Prata* publicado também ontem, pois que os documentos oficiais aí transcritos da *Nova Época* [sic]²⁰⁴ de Corrientes confirmam as notícias de que essa Província está próxima a ser acometida pela de Entre Ríos em virtude das disposições do Governador Rosas, que, obtidas as modificações por ele indicadas, e que se devem fazer ao Tratado de Alcaraz, mais habilitado ficará para continuar a progredir, como até agora tem feito, na carreira que se propôs percorrer, e na qual parece que não encontrará embaraços.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

204 Periódico correntino *La Nueva Época*.

OFÍCIO²⁰⁵ • 28 OUT. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 41
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 28 de Outubro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Ao que já tive ocasião de expor a V. Exa. acerca de abusos cometidos por agentes de recrutamento nesta Cidade, cumpre-me agora acrescentar que tais abusos chegaram a um excesso tão grave que julguei de minha rigorosa obrigação endereçar ao Ministro de Relações Exteriores da República a Nota de 2 do corrente Outubro, cujo teor submeto a alta consideração de V. Exa. na cópia inclusa que designei com o número 1º. No mesmo dia respondeu o Sr. Herrera, como V. Exa. verá da cópia designada com o número 2º, e creio que foram eficazes as disposições dadas pelo Governo porque os abusos cessaram; mas, considerando eu que o Ministro nada me dizia com relação especial ao fato e circunstância que me tinha sido contada do Oficial que se dizia ter rasgado os títulos de nacionalidade Brasileira de que eram portadores os negros Clemente de Carvalho e Manoel Antonio da Conceição, resolvi tomar por mim, e fazer proceder a informações pelo Consulado, a fim de verificar se com efeito era ou não verdadeira a mencionada circunstância de rasgar aquele Oficial os indicados títulos, pois que no caso de poder provar tal circunstância, era minha intenção exigir com toda a [*ilegível*] energia a satisfação correspondente; mas nem as minhas averiguações pessoais nem as indagações a que se procedeu pelo Consulado me habilitaram para insistir. Em confirmação do que expendo, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. a cópia designada com o número 3º do ofício do Cônsul-Geral com data de 15 do mês que decorre, observando que na Nota de 2 de Outubro tinha eu tratado da referida circunstância como de um incidente de cuja existência não estava seguro, e por isso me não parece que haja necessidade de ulteriores exigências, visto que as providências essenciais foram dadas, como dito é. V. Exa., porém, ordenará o que mais conveniente for ao serviço Público.

§ 2º

Tenho a honra de remeter a V. Exa. o número 606 do *Commercio do Prata* porque se acham aí confirmadas as notícias da próxima invasão de Corrientes

205 Anotação no verso da última folha: "Resp[on]di do em 19 de Novembro de 1847".

pelo Governador de Entre Ríos, precedida essa invasão pela fuga e deserção de um Chefe Correntino D. Nicanor Caceres para as fileiras Entrerianas. É opinião geral que Urquiza facilmente vencerá os Madariagas; e me parece conveniente dar alguma providência relativamente à nossa fronteira, pois que os resultados da campanha ali se hão de sentir ainda que seja somente pela afluência de emigração.

§ 3º

Do mesmo periódico se vê que foram conduzidas a este porto pelas forças navais Francesas duas embarcações Brasileiras, a *Josephina*, e a *Novo Asylo da Virtude*. Sei que este último entrou aqui com avaria, e que o dono se ocupa em fazer proceder a vistoria e organizar o competente protesto. Em face dessas diligências, e das participações que recebi do Comandante em Chefe da Divisão Naval, hei de resolver se devo ou não protestar, submetendo em todo o caso o meu procedimento à decisão de V. Exa., como é de minha rigorosa obrigação. Em quanto, porém, à *Josephina*, entro desde já em dúvida de qual deve ser o meu procedimento, e por isso rogo a V. Exa. que se digne dar-me as necessárias instruções, tomando na devida consideração as informações que acerca da apreensão desse navio me deu o Comandante em Chefe da Divisão Naval, e que V. Exa. encontrará na cópia designada com o número 4º. Se por um lado qualquer ato dos Franceses no sentido do bloqueio depois do nosso protesto de 15 de Setembro último – continuando para com outras embarcações a mesma ineficácia e falta de efetividade do dito bloqueio, e depois de ter o Governo Imperial facultado ao Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires a expedição de despachos como se tal bloqueio não existisse – parece exigir, com efeito, que se proteste especialmente acerca desse mesmo ato praticado pelos agentes do Governo Francês, por outro lado eu vejo no caso vertente que a embarcação foi desimpedida pelo Almirante Le Prédour, e que o Capitão do navio não quis protestar, confessando ter sofrido mui pouco prejuízo com a demora. Espero, pois, que V. Exa. me dê as suas ordens a respeito.

§ 4º

Tenho igualmente a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. o número 607 do mesmo *Commercio do Prata* porque [referindo-se] nesse número o naufrágio da embarcação Brasileira *Aguia Florida*, se mencionou o honrado procedimento do Inglês Guilherme Graves, Capitão de um navio mercante denominado *Picknick*.

§ 5º

Passo, finalmente, às mãos de V. Exa. o número 608 do referido *Commercio do Prata* onde V. Exa. terá de ler o Decreto pelo qual o Governo da República

em 25 do corrente mês de Outubro dispensou o Sr. Magariños da missão que exerce nessa Corte.

Razões há para acreditar que o sucessor do Sr. Magariños partirá até 15 do mês próximo futuro.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 03 NOV. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 42
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 3 de Novembro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Achando-se no dia 22 de Outubro p. p. na altura da Colônia do Sacramento a Polaca Brasileira *Novo Asylo da Virtude*, aconteceu que na tarde desse dia se apoderou dessa embarcação, e a conduziu rebocada para o porto de Montevidéu o navio de guerra Francês movido a vapor *La Chimère*; mas aconteceu igualmente que durante o tempo do reboque, pela altura do Arroio do Rosario, às onze horas da noite encalhou *La Chimère*, e a Polaca, pelo seguimento que trazia, veio sobre a popa do navio Francês, de onde resultaram diversas avarias para cuja indenização se fizeram o Protesto, Vistoria, e mais atos constantes dos documentos ou cópias inclusas, que vão designadas com números desde o 1º até o 5º, inclusivamente; e conquanto no porto de Montevidéu o Almirante Francês mandasse entregar a quem de direito a Polaca e o carregamento, fazendo lançar nos papéis de bordo a intimação do bloqueio, eu entendi que à vista da exposição do proprietário da mesma embarcação, constante da cópia sob número 1º, à vista das ordens do Governo Imperial, e à vista dos argumentos de deduzidos na Nota cuja cópia vai designada com o número 6º, não podia

deixar de apoiar a reclamação e protesto do mencionado proprietário Joaquim Antonio de Carvalho, súdito Brasileiro. Chamando, pois, a atenção de V. Exa. para esta sucinta narração, e especialmente para os documentos juntos, aguardo respeitosamente, como devo, ordens ulteriores de V. Exa. a este respeito; e à elevada consideração de V. Exa. hei de também submeter qualquer contestação do Encarregado de Negócios de França junto do Governo da República Oriental do Uruguai.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]²⁰⁶ N° 1
CÓPIA

Ilmo. Sr. Encarregado de Negócios do Brasil,

Um ato de violência e arbitrariedade inqualificável, cometido por forças da Marinha de S. M. o Rei dos Franceses, que se dizem bloqueadores das costas Argentinas, e das ocupadas por forças ao mando do General Oribe, me obrigam hoje a implorar e acolher-me ao amparo e proteção desta Legação como súdito do Império, certo de que V. Sa. achará mui justo e fundado no caso a que brevemente me referirei para conceder-me a proteção que solicito.

O fato que motiva esta reclamação o achará V. Sa. minuciosamente demonstrado no Protesto, e demais documentos que lhe são referentes, e vão agregados; desses documentos resulta que a Polaca *Novo Asylo da Virtude*, de minha propriedade, saiu do Rio de Janeiro no dia 1º do presente Outubro despachada para Patagones com escala pelos portos do Rio da Prata, foi encontrada em 22 do mesmo mês na altura da Colônia do Sacramento pelo Vapor de Guerra Francês *Chimère*, cujo Comandante, sobre a declaração do Capitão da Polaca do porto para donde navegava, lhe intimou que ia a conduzi-lo ao porto de Montevidéu, aonde se lhe diria se era boa ou má presa, agregando que teria a honra de ser rebocado por um Vapor de Guerra. Na noite de 22 para 23, como às 11 horas, navegando pela altura do Rosario, encalhou o Vapor, e a Polaca que rebocada lhe [seguia] [as] águas deu contra a popa dele, trazendo-lhe por consequência do golpe que sofreu todo o mastro do

206 Anotação na margem superior à direita: "Cópia para Araujo Ribeiro".

Gurupés²⁰⁷, que perdeu com todo o seu volume, e aparelho correspondente, ficando-lhe cindido o mastro do traquete²⁰⁸. Este desgraçado acontecimento obrigou o Capitão a dar fundo no momento, tomando todas as precauções que a prudência aconselha em casos tais; com este motivo devo fazer presente a V. Sa. que apesar do conflito, e ser o vento bastante fresco, a minha embarcação não mereceu durante toda a noite e manhã seguinte o mais leve oferecimento de auxílio do Vapor de Guerra que a rebocava. Chegado à boca deste porto no dia 24 a minha embarcação foi imediatamente posta em liberdade, abandonando-a ao dar fundo em um lugar perigoso, sem nenhum auxílio senão o que depois lhe foi prestado pelo Sr. Chefe Comandante da Estação Naval Brasileira.

No mesmo dia 24 em que fundeou a embarcação em frente deste porto, o Capitão junto com a sua tripulação formalizaram e firmaram o seu competente protesto, como V. Sa. verá, e no dia 26, a pedimento meu como dono e proprietário da Polaca, ordenou e formalizou o Sr. Cônsul do Império nesta Capital a competente [vistoria] a bordo, e à sua vista formalizaram os peritos, pela sua estima e cálculos, o ser preciso para reparar as avarias produzidas pelo Vapor *Chimère* em seis prata 825\$300, ou em pesos 1.031 com 5 reais, moeda corrente desta praça.

E como julgo que esta avaria foi causada sem direito algum por parte das forças Navais de S. M. o Rei dos Franceses, cometendo-se por estas um ato violento, espero que V. Sa. terá a bem reclamar dos Agentes desta Nação amiga residentes nesta Capital o pago de tal avaria, deixando o meu direito salvo sobre a indenização que posso e deva repetir pelos demais prejuízos que da demora e transtornos na viagem da minha embarcação e seu carregamento ao porto do seu destino me provenha.

Montevidéu, 29 de Outubro de 1847.

Joaquim Antonio de Carvalho

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

207 Mastro oblíquo situado na extremidade da proa do navio.

208 Mastro vertical colocado mais à proa.

OFÍCIO • 04 NOV. 1847 • AHI 221/3/6

Nº 43
3ª Seção / CÓPIA

Legação do Brasil
Montevideú, 4 de Novembro de 1847.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o número 612 do *Commercio do Prata* porque se acham nele publicadas as ordens do Governador de Buenos Aires, datadas de 23 e 26 de Outubro p. p., relativamente ao encerramento dos portos daquela Província do 1º de Dezembro próximo futuro em diante a navios de menos de cem, ou menos de cento e vinte toneladas; e nesse mesmo número do citado periódico encontrará V. Exa. duas Proclamações do General Urquiza sem data, mas que nem por isso deixam de manifestar qual é o procedimento do caudilho de Entre Ríos na questão de Corrientes. Permita-me, porém, V. Exa. que eu não largue de mão o citado número do mencionado periódico sem tomar a liberdade de chamar a atenção de V. Exa. para a notícia aí referida de que em Buenos Aires se prepara uma frotilha com destino ao Paraná. Geralmente se julga tão fácil a vitória de Urquiza em Corrientes que os preparativos do Restaurador são explicados frequentemente pela intenção de acometer o Paraguai, destruídos que sejam os Madariagas. Seja, porém, ou não exata essa explicação, como não é ela destituída de grandes probabilidades naturalmente provenientes do bem conhecido sistema e pretensões do General Rosas, e das circunstâncias desta parte do grande Continente Americano, pareceu-me que em todo o caso cumpro com o meu dever, dando ao Governo Imperial um aviso de que o mesmo Governo Imperial fará sem dúvida o uso que em sua alta sabedoria julgar conveniente.

§ 2º

Também tenho a honra de passar igualmente às mãos de V. Exa. o número 613 do sobredito periódico, por se haverem nele publicado alguns documentos relativos à deserção de D. Nicanor Caceres, que das fileiras dos Madariagas se passou para as de Urquiza, acontecimento que não deixa de ter importância como indício de que o General Rosas não encontrará resistência tenaz da parte de seus contrários.

§ 3º

Com as últimas notícias aqui chegadas da Europa, menos esperanças há de que a intervenção continue; e por isso, como é natural, diversos círculos mais

ou menos judiciosos e providentes se têm ocupado de discutir e indicar qual será o desenlace da questão, e quais as circunstâncias de que será acompanhado o desenredo do drama. Que cenas de horror têm provavelmente de proceder e acompanhar a entrada do General Oribe em Montevideú é uma persuasão em que os imparciais estão geralmente de acordo, e a cujo respeito eu tenho expendido por vezes, e talvez com excessiva insistência, a minha opinião perante o Governo Imperial. Agora releva chamar a atenção de V. Exa. também para outro objeto. Diz-se que há disposições de parte da Legação e Autoridades Francesas para fazerem emigrar com destino ao Rio Grande do Sul as praças da Legião no caso de que tenha esta de dissolver-se, como há de acontecer, caindo o Governo de Montevideú; e conquanto essas disposições não tenham chegado ao meu conhecimento de uma maneira tão positiva que eu possa julgar-me autorizado a pedir explicações, ao mesmo passo que provavelmente a exigência dessas explicações não tolherá de pôr-se qualquer intenção que haja de proteger a emigração dos Legionários para o Rio Grande do Sul, entendo, contudo, que seria conveniente expedir as ordens necessárias para que hóspedes tão inquietos e tão habituados a licença da guerra civil não sejam admitidos naquela Província, onde vejo diariamente acumular-se uma emigração, que longe de prometer prosperidade, me faz temer pelo sossego e segurança daquela parte do Brasil. Se, pois, o Governo Imperial julgasse, em sua alta sabedoria, a propósito expedir as ordens indicadas, autorizando-me a comunicar à Legação Francesa que o Brasil recebe de bom grado homens trabalhadores e industriais, mas que não pode deixar de repelir os que perderam os hábitos do trabalho e da indústria para manejar a escopeta dos partidários nas guerras civis, creio que se poderia obstar a introdução dos tais hóspedes no território do Império. V. Exa., porém, mandará como na realidade mais justo e mais conveniente for.

Deus Guarde a V. Exa.

(Assinado) O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos

MONTEVIDÉU

1848

OFÍCIO²⁰⁹ • 03 JAN. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 1º

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 3 de Janeiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Há dias, procurou o Ministro de Relações Exteriores desta República ter comigo uma conferência; e nesse ato me referiu que lhe tinham participado do Rio de Janeiro que *Lord* Howden e D. Tomás Guido, munidos de informações e argumentos ministrados por D. Fructuoso Rivera, e por D. Francisco Magariños, tinham solicitado do Governo Imperial que não recebesse a D. Andrés Lamas²¹⁰ na qualidade de Ministro do Governo de Montevidéu, com o fundamento de que este Governo apoiado somente em estrangeiros, dirigido pela influência de um estrangeiro predominante, o Genovês José [*sic*] Garibaldi, e dependendo de estrangeiros, não pode representar a nação de que se intitula Governo. Acrescentou o Ministro de Relações Exteriores que no Conselho de Ministros de Sua Majestade o Imperador do Brasil se tinha com efeito proposto que não fosse o Sr. Lamas recebido na qualidade de Ministro representante do Estado Oriental, mas que esta opinião tinha sido rejeitada, principalmente em virtude das razões com que a tinha combatido S. Exa. o Sr. Manuel Alves Branco²¹¹. Disse mais o Sr. Herrera que desejava endereçar-me uma Nota Confidencial instruída com documentos próprios e suficientes para destruir qualquer impressão que as informações e argumentos produzidos por *Lord* Howden²¹² e pelo Sr. Guido possam ter feito no ânimo do Governo

209 Anotação na margem superior da última página: “Resp[ondi]do em 11 de Janeiro de 1848”.

210 Andrés Lamas (1817-1891). Político uruguaio, diplomata, historiador. Em 1847, foi designado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil. Fonte: LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e a atuação da legação oriental na corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. (Tese de doutoramento) – UFRGS/IFCH/PPGH, Porto Alegre, 2016.

211 Manuel Alves Branco (1797-1855). 2º Visconde de Caravelas. Advogado, político e economista. Deputado, ministro da Justiça, da Fazenda, senador e primeiro presidente do Conselho de Ministros de 1847 a 1848. Fonte: CABRAL, Dilma *et al.* *Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

212 John Hobart Caradoc (1799-1873). 2º Lorde Howden. Diplomata. Em 25 de janeiro de 1847, foi ministro no Rio de Janeiro com missão especial junto à Confederação Argentina e à República do Uruguai. Sua missão era agir em conjunto com o Conde Walewski, o plenipotenciário da França, e não permitir que a frota britânica fizesse mais do que bloquear Buenos Aires e Montevidéu. Quando o Conde Walewski se inclinou favoravelmente a Rosas, e este não atendeu ao ultimato das duas potências, Howden decidiu deixar as questões sem solução e levantou o bloqueio de Buenos Aires em 2 de julho de 1847, e retornou ao Rio de Janeiro. Permaneceu no Brasil até 1850. Fonte: LEE, Sidney Lazarus. *Dictionary of national biography*. Nova York: Macmillan & Co., 1894.

Imperial. Queria saber o Ministro da República se eu me prestaria a levar ao conhecimento de V. Exa. a mencionada Nota e documentos acompanhando tudo das reflexões e observações que julgasse a propósito para expor este negócio debaixo do seu verdadeiro ponto de vista.

Respondi que em quanto à existência e circunstâncias do fato, que dera origem a esta comunicação, mal podia eu contestar em frases que se pudessem considerar a expressão do pensamento do Governo Imperial, pois que a tal respeito carecia absolutamente de comunicações e instruções de V. Exa.; que não podia, contudo, eximir-me de ponderar quanto era extraordinário que as discussões do Conselho de Ministros de Sua Majestade o Imperador do Brasil fossem conhecidas do público tão facilmente como se deduzia do que relatava o Sr. Herrera; que no caso de ter sido exata a narração que se lhe tinha feito da sucessão, cumpria observar de que peso não poderia ser a própria confissão de um homem colocado na posição do Sr. Magariños, afirmando que o Governo por ele reconhecido, a que obedeceu e que serviu, tem perdido a natureza de Governo da Nação porque só nega, e só recebe força da mão de estrangeiros; que não teria [aurido] de submeter ao juízo de V. Exa. as comunicações que ele, dito Sr. Ministro, queria fazer-me; e que menos dúvida poderia ter de apresentar a V. Exa. quaisquer considerações que me parecessem convenientes para esclarecimento da verdade, pois que tal é o meu dever. Nisto se ficou. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²¹³ • 04 JAN. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 2º

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 4 de Janeiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

No § 3º do Ofício Reservado de 25 de Dezembro p. p., sob o número 27 dos Despachos da respectiva seção, tive a honra de expor a V. Exa. as intenções em que me achava de publicar uma resposta às arguições do *Commercio do Prata* relativas ao sequestro de gados ordenado por Dom Manuel Oribe. Formulei essa resposta nos termos constantes da cópia inclusa debaixo do número 1º; mas receando agora que V. Exa. não achasse conveniente a publicação dessa mesma resposta, e que pelo seu contexto fosse ela atribuída à Legação, apesar do anônimo com que tencionava [exprimir-me], julguei mais acertado submetê-la à consideração de V. Exa., a fim de que V. Exa. a mande publicar pela *Gazeta Oficial* depois de corrigida e emendada, no caso de que assim o tenha por útil ou necessário²¹⁴.

§ 2º

Parece que o Governo de Montevidéu continua a alimentar esperanças de que a intervenção da França e da Inglaterra irá mais longe do que a segurança de vidas e propriedades de nacionais e estrangeiros comprometidos nas contendas do Rio da Prata, ao mesmo passo que tenho razões para acreditar que Dom Manuel Oribe está sempre no firme propósito de não admitir convenção em que o seu aliado General Rosas não seja ouvido.

As esperanças de Montevidéu são alimentadas principalmente pelos Agentes do Governo Francês.

§ 3º

Também parece que Dom Manuel Oribe vai mandar um Agente à Corte do Rio de Janeiro na pessoa de um Fulano Dias, apesar de que o general se mostrou um tanto contrariado pelo fato de se ter designado a D. Andrés Lamas o dia de sua apresentação solene. Contava, portanto, que a rejeição das credenciais do Ministro representante do Governo de Montevidéu importaria,

213 Anotação no verso: "Res[pondi]do em 11 de Janeiro de 1848".

214 Ver anexo 1. Nos números 14 e 15 da *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, datados respectivamente de 19 e 21 de janeiro de 1848, foram publicados artigos relativos ao assunto.

como é natural, o reconhecimento dele, D. Manuel Oribe, na qualidade de Presidente legítimo da República Oriental do Uruguai. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo I*]

CÓPIA

Srs. Editores do *Commercio do Prata*,

Li com atenção as censuras que se publicaram nos números 655, 656 e 657 do seu periódico acerca do Aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil com data de 16 de Julho p.p.; procurei informar-me do estado das coisas, durante a missão do Sr. Chaves na República Oriental do Uruguai; fiz a diligência para instruir-me das últimas disposições do Governo Imperial sobre este importante assunto dos sequestros ordenados pelo General D. Manuel Oribe; e de tudo deduzi o seguinte.

Das expressões do citado Aviso, e das expressões da Nota do Sr. Chaves, umas e outras traduzidas no *Commercio do Prata*, claramente se vê que as espécies diferem essencialmente. No ano de 1838 tratava-se de gados roubados; agora trata-se de gados sequestrado; considerado o General D. Manuel Oribe como General em Chefe de um exército que faz a guerra em nome e por ordem do Governo de uma nação beligerante, exerce nos sequestros de que se trata um desses terríveis direitos da guerra que forçoso é reconhecer; a autoridade dos rebeldes do Rio Grande do Sul não era reconhecida pelo governo de Montevideú; no caso atual o direito regula-se pelos princípios gerais das Nações; e o Sr. Chaves invocava disposições especiais consignadas no Decreto de 16 de Agosto de 1837. O *Commercio do Prata*, que (segundo se vê) tem à sua disposição os arquivos das Relações Exteriores da República, pode mui facilmente verificar se o Sr. Chaves em alguma das suas reclamações deixou de falar em gados roubados. Afirmaram-me com especialidade que em uma nota de 16 de Junho do mesmo ano de 1838, depois de haver o nobre diplomata reclamado providências a respeito de uma certa quantidade de gado introduzida da Província do Rio Grande do Sul no Estado Oriental, e que tinha sido roubado, acrescenta que em igual caso devia estar todo o outro porque era sabido que os rebeldes estavam mais que nunca roubando as Estâncias dos Legalistas, e passando a todo o custo os gados para este Estado. Dizem-me que nessa mesma Nota, restringindo-se depois o Sr. Chaves ao

objeto que especialmente dava motivo à reclamação, considerava que a guia, de que vinha acompanhado o gado de que se tratava, não era de autoridade legal, e pedia por isso que não se tendo guardado na introdução do mesmo gado as formalidades marcadas no Decreto de 16 de Agosto de 1837, fosse o dito gado embargado e vendido em hasta pública, recolhendo-se o produto da venda ao Tesouro Público para ser entregue aos que se justificassem com direito a ele; e, na verdade, o artigo 1º do Decreto determina que os introdutores ou proprietários de qualquer classe de gado da Província do Rio Grande do Sul não possam passar com eles a linha da fronteira sem haver justificado previamente perante o Chefe Político respectivo a legalidade da procedência dos mesmos gados, ou a propriedade deles por meio de guias expedidas pela autoridade legal, ou, na sua falta, por certificados de seis fazendeiros ao menos, que comprovem que o introdutor é proprietário legítimo. Ninguém poderá dizer a que propósito veio aqui a expressão “Autoridade Legal”, e se isso tem por fim distinguir as Autoridades que obedeciam ao Governo Imperial das que obedeciam ao Governo dos revoltosos.

Pelo que respeita, porém, ao interesse dos súditos do Império que se dizem levados pelas disposições do Aviso de 16 de Julho, cumpre-me notar que nesse Aviso nada há que lhes seja aplicável, e que, todavia, apenas o Governo Imperial veio no conhecimento de que alguns Brasileiros receavam que à sua mesma propriedade se fizesse, com efeito, aplicação daquelas disposições, apressou-se em declarar ao Presidente do Rio Grande do Sul que no mencionado Aviso se tratava somente de gados pertencentes a súditos Orientais, e deu ordens para que se examinassem e averiguassem alguns outros motivos de queixa atribuída aos súditos do Império, posto que nenhum destes a tivesse formulado numa petição ou reclamação em regra. Admira, pois, que mostrando-se o Governo Imperial tão solícito em proteger os súditos de Sua Majestade o Imperador, não tinham estes recorrido às Autoridades respectivas quando se julgaram lesados! Admira que sendo a imprensa no Brasil tão livre, como de todos é sabido, súditos Brasileiros residentes no Brasil apenas acham recurso aos seus vexames nas publicações da imprensa estrangeira! Mas será isso (eu não duvido) mais uma das frequentes contradições do espírito humano. Entretanto, espero da imparcialidade dos Srs. Editores do *Commercio do Prata* que por meio da sua acreditada folha se dignem de fazer publicar estas linhas, pelo que lhes será sempre muito obrigado.

Um Brasileiro

Está conforme:
Miguel Carlos C. Lemos

Segundo-Tenente da Armada no impedimento do Secretário

OFÍCIO²¹⁵ • 10 JAN. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 1

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 10 de Janeiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

No incluso número do *Commercio do Prata*²¹⁶ publicado hoje, achará V. Exa. a notícia de se haver perdido o Patacho Brasileiro de Guerra *Argos* na Ponta de Lara. Devo, contudo, notar que ainda se não perdeu a esperança de salvá-lo. Consta-me que o nosso Cônsul em Buenos Aires apenas teve conhecimento daquele infausto sucesso; pôs em ação todos os meios que estavam ao seu alcance para enviar ao ponto do naufrágio os socorros que as circunstâncias exigiam. O Comandante da *União*, que se tinha dirigido a Buenos Aires para render o *Argos*, assim que soube do acontecimento fez-se igualmente de vela a socorrer os naufragados, e salvar, se é possível, o Patacho. Anteontem o Chefe de Divisão fez partir o *Pavuna* com igual destino, e creio que ele mesmo sairá hoje para o mesmo fim.

§ 2º

Passo igualmente às mãos de V. Exa. um exemplar da Mensagem do Governador de Buenos Aires à Câmara de Representantes em 27 de Dezembro p. p.; e não posso deixar de chamar a atenção de V. Exa. para dois tópicos desse Discurso. O primeiro é a longa e sabida relação de agravos contra o Governo do Brasil. O segundo consiste na expressa declaração de que as tropas Argentinas hão de respeitar o território do Paraguai, declaração que parece indicar outro destino a essas tropas depois da batalha de Vences, cujo êxito a favor do General Urquiza se julga atualmente fora de toda a dúvida.

§ 3º

As informações que tenho podido obter de pessoas vindas do Rio Grande

215 Anotação no verso, margem superior, da última folha do ofício: “Respon[di]do em 26 de Janeiro de 1848”.

216 Não transcrito.

do Sul, e da fronteira desta República para os lados do Cuareim, parecem confirmar as notícias que já tive ocasião de expor a V. Exa. acerca de receios e rumores mais ou menos fundados de que alguns Brasileiros influentes procuram por vias de fato vingar-se da injustiça com que dizem ser tratados pelo General Oribe, e pelos seus agentes, e se haver parte da propriedade de que dizem ter sido esbulhados. Entretanto, parece que a deserção de nossos soldados para o Estado Oriental e a fuga dos nossos escravos para este suposto país de liberdade se faz em escala tão crescida que indica a presença de algum, ou de alguns, Agentes empregados em promover a deserção dos primeiros e a fuga dos segundos. É quanto neste momento se me oferece digno de ser submetido à consideração de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²¹⁷ • 14 JAN. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 4
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 14 de Janeiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Passo às mãos de V. Exa. o número incluso do *Commercio do Prata*²¹⁸ publicado hoje porque nele se contém a notícia de uma nova sublevação na Província de Mendoza, assim como a notícia de se haver cunhado em Londres moeda falsa para ser introduzida nas Repúblicas do Rio da Prata, que, se fosse

217 Anotação no verso da última página do ofício: “Resp[on]di do em 28 de Jan[ei]ro de 1848. À Fazenda na m[es]ma data”.

218 Não transcrito.

levada a efeito, não poderia deixar de afetar as nossas relações comerciais com estes países.

§ 2º

Ocupa-se atualmente o Governo desta República em prender e fazer deportar a alguns indivíduos que agitaram as últimas eleições para Alcaide Ordinário, a ponto de que não foi possível concluí-las. Alguns encaram este fato como simples resultado das paixões comovidas sempre pela índole e natureza das eleições populares. Outros, porém, acreditam que havia tendências para exigir do Presidente do Estado a demissão do atual Ministério, ou para [reviver] as influências de Rivera, suposição que os conhecidos noutro tempo como afeiçoados do General repelem quase todos, ou para dar a direção dos negócios a pessoas que facilitassem a entrada do General Dom Manuel Oribe na praça de Montevideú, suposição pela qual os afeiçoados a este Chefe explicam o procedimento do Governo. Não deixa também de haver quem tudo atribua a descontentamento causado ou pelas economias da Administração ou pela parcialidade com que à tropa dizem que se distribui o pagamento de seus respectivos soldos e mais vantagens.

Nestes desgraçados países há tantos e tão variados elementos de discórdia que, nas circunstâncias do momento em que se acha a Cidade de Montevideú, pode muito bem ser que se encontre um pouco de tudo quanto vai indicado.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 19 JAN. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 5

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 19 de Janeiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Em cumprimento do que V. Exa. me determinou por Aviso de 22 de Novembro último, designando-o com o número 30 dos Despachos da 3ª Seção, enderecei ao Governo do Estado Oriental a Nota cuja cópia vai inclusa debaixo do número 1º, e ao General Dom Manuel Oribe o officio cuja cópia, também inclusa, vai indicada pelo número 2º.

Não me lisonjeio de que estas solicitações possam ter um resultado qual o que se deseja, mas como a minha desconfiança nasce de precedentes conhecidos do Governo Imperial, entendi que devia obedecer e pedir a V. Exa. que se digne esclarecer-me com as suas sábias instruções. Isto posto, entrarei em matéria. Para determinar o direito dos proprietários de escravos fugidos e acoutados no Estado Oriental, determina V. Exa. que se atenda à época da emancipação, mas eu rogo a V. Exa. que se digne declarar-me qual é para nós a época de emancipação. Para o Governo da República está essa época marcada na Lei de 12 de Dezembro de 1842; mas para o General Dom Manuel Oribe essa época está determinada pelo ato legislativo das Câmaras, que lhe obedecem, datado de 26 de Outubro de 1846. Se para nós a primeira época é a verdadeira, viremos a reconhecer a aplicação da Lei de 12 de Dezembro aos súditos e propriedades Brasileiras, aplicação contra a qual se protestou; protesto que foi e ainda existe aprovado pelo Governo Imperial. Se para nós a segunda época é a verdadeira, parece que reconhecemos o General Dom Manuel Oribe no exercício de funções políticas incompatíveis com as relações vigentes entre o Governo Imperial e o Governo do Estado Oriental, cumprindo, além disso, observar que a esta Legação se expediu ordem para protestar contra o citado ato de 26 de Outubro de 1846, protesto que não se realizou porque dos termos em que se me ordenava que o lavrasse, podia deduzir-se que se reconhecia a legalidade da Lei de 12 de Dezembro de 1842, contra a qual se tinha protestado, como dito é. Esta circunstância me induziu a pedir novas instruções sobre este ponto, as quais ainda estou aguardando. Resta um terceiro arbítrio, o de admitir diferentes épocas de emancipação dos escravos nesta República, segundo as pessoas com quem se trata; mas, além de que este meio

traria os inconvenientes acima ponderados, parece pouco decoroso e deixaria como que flutuar incertos os direitos de nossos concidadãos.

Releva também ponderar, pelo que respeita à indenização ou à entrega do valor do escravo fugido, que à vista dos atos já citados, e de que se enviaram cópias à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, não pode haver esperança bem fundada de que alguma coisa se alcance efetivamente, e de pronto, ou seja do Governo da República, ou seja do General Dom Manuel Oribe. O Governo da República alegará as disposições do Artigo 4º da citada Lei de 12 de Dezembro de 1842, pelas quais se determina que os direitos, que se considerem prejudicados pela emancipação dos escravos, serão indenizados por leis posteriores. Ora estas leis ainda se não fizeram, nem creio que, no conhecido estado de penúria em que se acha o Governo da República, seja este o ensejo próprio e conveniente para a promulgação de tais leis. O General Oribe alegará as disposições dos Artigos 4º e 5º da sua Lei. No primeiro destes Artigos se declara que os senhores dos escravos emancipados receberão do tesouro nacional uma justa compensação conforme determinado por lei. No segundo dos citados Artigos se diz que uma lei especial cuja sanção terá lugar depois de terminada a guerra, disporá o conducente a que se leve a devido efeito a compensação de que se trata no Artigo anterior.

Pelo que respeita, porém, à extradição dos escravos, encontro dificuldade no que de impopular tem nestes países semelhante medida; e, além disso, a emancipação de todos os escravos, que do Brasil vierem para o território da República ou abraçarem a causa desta em algum conflito, é uma alavanca de que todos os partidos no Rio da Prata acreditam que no momento oportuno podem lançar mão para desmoronar e derrubar facilmente todo o edifício do Império; sou naturalmente levado a pensar que há de achar-se repugnância em desvirtuar por meio da extradição essa medida, cujos resultados no entender da generalidade lhes põem nas mãos a sorte do Brasil.

Entretanto, eu levarei, como devo, à presença de V. Exa. qualquer contestação que receba do Governo da República ou do General D. Manuel Oribe; mas não me parece fora de propósito acautelar a aplicação que de um dos princípios estabelecidos por V. Exa. pode querer fazer-se, a meu ver, contra a mente e espírito do Governo Imperial. Admitido o princípio de que se não pode reclamar a extradição nem o valor do escravo conduzido voluntariamente a um Estado onde se proclamou a emancipação dos escravos, é de presumir que aplicação deste princípio se queira fazer aos escravos que tripulam em grande parte os nossos navios mercantes. Espero, pois, que V. Exa., nas instruções que solicito, se digne igualmente prevenir esta hipótese.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] Nº 1
CÓPIA
Nº 3

Legação do Brasil
Montevideú, 18 de Janeiro de 1848.

O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil está de posse de muitos documentos comprobatórios de fatos tendentes a mostrar que da Província do Rio Grande do Sul continuamente fogem para o território do Estado Oriental muitos escravos de propriedade Brasileira, os quais encontram na sua fuga decidida proteção; e conquanto reconheça o mesmo Governo que estando quase toda a fronteira sujeita às armas do General Dom Manuel Oribe, deste cumpre reclamar as providências mais gerais e eficazes, e assim o faça nesta data o abaixo assinado em observância de ordens expressas do Governo Imperial, é igualmente certo que o mesmo abaixo assinado Encarregado de Negócios do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai recebeu ordens de solicitar do Governo da República providências análogas para os pontos e lugares a que chegar a ação e as armas deste mesmo Governo. Isto posto, releva observar que o Governo Imperial, reconhecendo que se não pode negar a qualquer Governo o direito de dar a emancipação a escravos residentes no território, entende, contudo, que esse direito só pode ser legitimamente exercido quando é levado a efeito com as necessárias cautelas para não ofender os direitos adquiridos de propriedade, nem perturbar o sossego, tranquilidade e segurança dos Estados vizinhos. Estes princípios são por tal modo razoáveis e palpáveis que o abaixo assinado se julga dispensado de demonstrá-los perante um Governo tão ilustrado, como o da República, e que tão constantemente se mostra possuído de sentimentos de justiça e por isso exporá com mui poucas palavras o meio por que o Governo Imperial entende que se pode regular este negócio. O Governo Imperial entende que se podem combinar os direitos e interesses dos dois países, fazendo distinção de duas épocas das quais compreende a primeira todo o tempo anterior à emancipação dos escravos, e compreende a segunda todo o tempo, que tem decorrido, e decorre desde aquela emancipação. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Oriental durante a primeira época, entende o Governo Imperial

que os respectivos donos podem exigir a competente indenização no caso de que se lhes denegue a faculdade de fazerem sair do território da República os escravos aí introduzidos. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Orienta durante a segunda época, entende o Governo Imperial que se os escravos vieram a este país fugidos, violentados, ou aliciados, há direito para exigir a extradição deles, ou o pagamento imediato de seu valor. O abaixo assinado, pois, recebeu ordem do Governo Imperial para requisitar de S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores que se digne tomar providências no sentido que acaba de expender-se e por esta ocasião importa observar que o Governo Imperial também entende que as providências indicadas acerca dos escravos fugidos poderiam ser acompanhadas de providências análogas acerca da extradição de criminosos nos termos constantes, e que resultam da correspondência, explicações e declarações que sobre tal matéria tem tido lugar entre a Legação do Brasil em Montevidéu e o Ministério de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.

O abaixo assinado aproveita-se da ocasião para repetir a S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores a segurança de sua mais completa consideração e respeito pela pessoa do Sr. Ministro.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:

Miguel Carlos C. Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo 2*]

CÓPIA

Nº 1

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil está de posse de muitos documentos comprobatórios de fatos tendentes a mostrar que da Província do Rio Grande do Sul continuamente fogem para o território do Estado Oriental muitos escravos de propriedade Brasileira, os quais encontram na sua fuga decidida proteção de parte dos Comandantes de fronteira pertencentes ao exército do Comando de V. Exa. Solicitados esses Comandantes de fronteira para fazerem entregar a seus respectivos senhores os escravos fugidos recusam-se a isso, ora alegando que segundo as ordens de V. Exa. devem reputar-se livres todos os escravos vindos do Brasil para a República, ora alegando que esperam deliberação de V. Exa., ora alegando que V. Exa. reservou para si a decisão

especial de qualquer caso destes, que possa ter lugar, de estudo resultando que não se entrega o escravo fugido. Algumas vezes têm este sido encontrado com o uniforme de algum dos Corpos estacionados na fronteira, circunstância na verdade assaz desagradável pela opinião a que dá origem e principia a lavar na Província do Rio Grande do Sul, de que tantas e tão repetidas fugas de escravos daquela Província para o Estado Oriental não são meramente o resultado natural da abolição da escravidão aquém da linha divisória do Império, mas que esse resultado é fomentado e desenvolvido por indivíduos que, seja qualquer que for o seu fim e as suas vistas, fazem sobressair aos olhos dos escravos os atractivos do fácil gozo de sua liberdade, e com esse engodo os aliciam para a fuga. Em todo o caso, porém, o Governo Imperial conserva sempre a bem fundada persuasão de que V. Exa., estranho sempre a tais sugestões, se elas existem, avaliando por um lado o precioso direito de emancipar homens, e respeitando por outro lado o sagrado direito de propriedade, e o santo princípio de não lançar a desordem e anarquia em um país vizinho, debaixo de qualquer pretexto que seja, tomará as medidas convenientes para, quanto está de sua parte, combinar os direitos da República e os do Império.

Neste justo pressuposto, direi a V. Exa. que o Governo Imperial entende que se combinam os direitos dos dois países, fazendo distinção de duas épocas, das quais compreende a primeira todo o tempo anterior à emancipação dos escravos, e compreende a segunda todo o tempo que tem decorrido, e continua a decorrer, depois daquela emancipação. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Oriental durante a primeira época, entende o Governo Imperial que os respectivos donos apenas podem exigir a competente indenização no caso de que se lhes denegue a facilidade de fazerem sair do território da República os escravos aí introduzidos. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Oriental durante a segunda época, entende o Governo Imperial que se os escravos vieram a este país fugidos, violentados ou aliciados, há direito para exigir a extradição deles, ou o pagamento do seu valor. No sentido que acabo de expender, tenho ordem do Governo Imperial para solicitar de V. Exa. que se digne determinar aos Comandantes de fronteira que, dada algumas destas hipóteses, entreguem os escravos, ou o seu valor a quem de direito seja, e por esta ocasião poderei também participar a V. Exa. que no caso de entender V. Exa. que ao sossego e tranquilidade daquela parte do Estado, que obedece às ordens de V. Exa., convenha estabelecer a mútua e recíproca extradição de criminosos com o Império do Brasil, não hesitarei em expor a V. Exa. quais os casos, e quais os termos em que o Governo do Brasil se propõem observar, e exigir a observância do princípio da extradição de criminosos, de maneira que V. Exa., expedindo aos Comandantes de fronteira a que me referi as indicadas ordens acerca da extradição dos escravos, ou da restituição do seu valor, possa

igualmente expedir ao mesmo tempo as ordens que V. Exa. julgar convenientes acerca da extradição de criminosos, como dito é.

Cumprindo assim com as determinações do Governo Imperial, e aguardando a resposta de V. Exa., aproveito-me da ocasião para renovar os protestos da minha alta consideração e respeito pela pessoa de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

Legação do Brasil em Montevidéu, 18 de Janeiro de 1848.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. General Dom Manuel Oribe

É conforme:
Miguel Carlos C. Lemos
Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

OFÍCIO²¹⁹ • 21 FEV. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 12
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 21 de Fevereiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o número 696 do *Commercio do Prata*, onde se encontra a intimação que o Comandante do navio de guerra Francês *Grondeur* fez aos capitães de embarcações surtas no porto do Buceo. Relativa ao mesmo assunto é a comunicação que me endereçou o Comandante em Chefe das nossas Forças Navais estacionadas no Rio da Prata com data de

219 Anotação à lápis no cabeçalho: "Acuse o recebimento e responda quanto ao § 1º que deve seguir e observar as ordens anteriores, reconhecendo o bloqueio do Buceo com todas as suas conseqüências, visto ser efetivo, uma vez que se observe o mesmo rigor para com todos os navios [neutros]. Quanto ao § 2º referir-se [o] que constar na Secretaria". Intervenção à tinta no verso da última folha, margem superior: "Resp[on]di do em 21 de Março de 1848".

18 do corrente, e que V. Exa. encontrará na cópia inclusa designada com o número 1º. Responde que as últimas ordens do Governo Imperial determinam que esta Legação respeite o bloqueio, logo que ele se torne efetivo. Releva, porém, observar que neste momento me parece efetivo o bloqueio no dito porto do Buceo, e no da Ensenada, mas que não me persuado de que o mesmo aconteça com o de Buenos Aires. V. Exa. me dará, pois, as ordens que julgar convenientes.

§ 2º

Tenho também a honra de passar às mãos de V. Exa. o número 697 do dito periódico por se haver nele publicado a notícia de se ter descoberto na Província do Rio Grande do Sul uma conspiração de negros tramada na Cidade de Pelotas. Parece que posteriormente se confirmam esta notícia com as circunstâncias de se acharem indicados no respectivo processo alguns estrangeiros, e entre estes um Coronel Argentino cujo nome ignoro.

§ 3º

Tenho igualmente a honra de passar às mãos de V. Exa. o número 7274 da *Gaceta Mercantil* de Buenos Aires por que se deram à luz nesse número da *Gaceta* os documentos oficiais relativos à batalha de Vences. Deles consta que alguns dos prisioneiros foram fuzilados.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Pimenta Bueno
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²²⁰ • 25 FEV. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 13
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Fevereiro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o incluso número 7275 de *La Gaceta Mercantil* por se terem ali publicado duas Relações; uma dos navios Argentinos e de outras nações que entraram, e outra dos mesmos navios que saíram do porto e costas de Buenos Aires desde o dia 16 até o dia 31 de Janeiro p. p. São documentos públicos da falta de efetividade do bloqueio até o indicado dia.

§ 2º

Também tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa. o número 7276 da mesma *Gaceta* por se ter aí publicado a Nota que o Ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina dirigiu com data de 13 de Janeiro último ao Ministro de Negócios Estrangeiros de Sua Majestade o Imperador d'Áustria relativamente ao reconhecimento que da independência da República do Paraguai fez o Governo Austríaco.

Permita-me V. Exa. que eu chame a atenção de V. Exa. para as insólitas expressões de que usa o Ministro de Buenos Aires, quando com referência à pretendida República Argentina acrescenta: “cuja integridade territorial em consequência de insensata rivalidade se quer destruir pelos não esperados (surpreendentes) esforços dos Agentes Diplomáticos de Sua Majestade o Imperador do Brasil nas Cortes da Europa e nas Repúblicas Americanas”. A este propósito algumas reflexões se fazem no *Commercio do Prata* publicado hoje, e por isso junto um exemplar do número 705 do mesmo periódico.

§ 3º

Ao que tive igualmente a honra de participar a S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, tanto no § 2º do meu ofício de 18 de Novembro último sob o número 45 dos Despachos da 3ª Seção, como no § 1º de outro meu ofício de 26 de Dezembro seguinte sob o número da mesma Seção, tenho a acrescentar que o General D. Manuel Oribe respondeu definitivamente

220 Anotação no verso da última folha de anexos do ofício: “Resp[ondi]do em 16 de Maio de 1848”. Não transcritos os anexos referidos no ofício.

acerca da reclamação do súdito Brasileiro Manuel Gonçalves d'Amorim, como V. Exa. vai ler nas cópias juntas designadas com o número 1º, e que compreendem tanto a Nota que me foi endereçada aos 22 de Janeiro p. p., como os documentos com que essa Nota veio instruída. Dei de tudo conhecimento à parte interessada, mas como esta não pode ministrar provas ou argumentos com que se destruam as asserções do General, persuado-me de que devo apenas submeter este negócio ao conhecimento de V. Exa., deixando por ora de dar andamento à reclamação. Entretanto, observarei em primeiro lugar que Ignacio Baptista de Oliveira, sócio do reclamante, acusado pelo General Oribe de ter pegado em armas com os seus caixeiros na defesa da povoação do Salto, quando esta foi acometida pelas forças do dito General, não o fez, senão obrigado, como foram todos os indivíduos então residentes naquela povoação quer fossem nacionais, quer estrangeiros. Pelo menos é essa a informação que me deu Amorim, o qual afirma igualmente que o referido Oliveira não foi ferido em ato de combate, mas fora dele. Em segundo lugar, porém, observarei que o General Oribe, segundo consta de uma Nota do Ministro de Relações Exteriores do Governo de Buenos Aires, dirigida em 31 de Janeiro último a D. Carlos G. Villademoros²²¹ e publicada no número 7277 da já citada *Gaceta Mercantil*, enviou cópia de toda a correspondência que teve com esta Legação acerca do assunto em questão ao Governador de Buenos Aires. Nenhum reparo teria de fazer neste procedimento, considerando a D. Manuel Oribe na sua qualidade de General de um Exército Argentino, mas não tendo ele sustentado a correspondência de que se trata, nessa qualidade, mas sim na qualidade, que se atribui, de Presidente da República Oriental do Uruguai, como é fácil de verificar em face das suas próprias Notas, parece que a participação feita ao Governo Encarregado dos Negócios Exteriores da Confederação Argentina denota pelo menos manifesta e clara tendência a entrar pela sua parte na órbita da Confederação. Ainda quando esta minha suspeita não seja acertada, haverá, contudo, na exposição deste pensamento a vantagem de chamar a atenção do Governo Imperial para um objeto de grande transcendência e importância, como é notório e palpável.

§ 4º

Levo da mesma sorte à presença de V. Exa. o número 158 do *Courier de la Plata* por se ter aí publicado o extrato de cartas pelas quais se pretende indicar nas suas bases a convenção, que se diz celebrada entre a França e a Inglaterra a respeito das coisas do Rio da Prata.

221 Carlos G. Villademoros (1806-1853). Advogado, jornalista e político. Ministro das Relações Exteriores, da Guerra e da Fazenda no governo de Cerrito, do presidente Oribe. Fonte: BIDINOTO, Lauro Manzoni. *Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata*. (Dissertação de Doutorado em História) – UFRGS / IFCH / PPGH, Porto Alegre, 2015.

§ 5º

Uma carta publicada no número 706 do *Commercio do Prata*, que também vai incluso, e que se acha assinada por José Francisco dos Santos, parece mais um testemunho do estado e circunstâncias de nossos concidadãos residentes no território da República Oriental de Uruguai. Servirá, pois, ao menos para que V. Exa., julgando-o assim conveniente, mande proceder aos exames e averiguações que entender a propósito.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Pimenta Bueno
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²²² • 02 MAR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 17
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideu, 2 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso recebido o Aviso designado com o número 1º dos Despachos da 3ª Seção expedido no ano corrente a esta Legação, e que foi datado com fecho de 11 de Janeiro último. Em virtude do que nesse Aviso me determinou S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, fiz saber ao proprietário da Polaca²²³ *Novo Asylo da Virtude* que eu não dirigiria mais Notas ao Encarregado de Negócios de França acerca da mencionada Polaca.

§ 2º

Li o Aviso que também me expediu S. Exa. o Sr. Ex-Ministro de Negócios Estrangeiros com data de 12 de Janeiro p.p. designando-o com o número 2º dos Despachos também da 3ª Seção; e rogo a V. Exa. que acerca do primeiro

222 Anotação no verso da última folha: "Resp[on]did]o em 16 de Maio de 1848".

223 Navio a vela com dois mastros.

objeto de que se trata nesse Aviso, me permita algumas breves reflexões. Foi-me na verdade assaz doloroso que S. Exa. o Sr. Ex-Ministro pudesse ter a mais leve suspeita de que houve de minha parte o intuito de enfraquecer a asserção de que os bloqueadores nada mais fazem senão proteger o comércio, que sai, ou se dirige a Montevidéu. Não posso atinar com o motivo que se me poderia justamente supor a fim de se me atribuir um tal intuito, um sentimento, uma ideia que, se existisse, não poderia ter fundamento algum sério e razoável. Sempre entendi com o Sr. Ex-Ministro que o bloqueio de Buenos Aires é uma proteção dos interesses pecuniários de Montevidéu, mas parecia-me que S. Exa. entendia que essa proteção dos interesses pecuniários da praça de Montevidéu se realizava apoderando-se os bloqueadores dos navios neutros, e conduzindo-os a este porto com o pretexto de se lhes fazer aqui a intimação, mas com o fim real e positivo de os fazer pagar os direitos dos respectivos carregamentos na Alfândega desta Cidade. Pareceu-me que este pensamento de S. Exa. estava mui claramente enunciado nas seguintes expressões do Aviso de 5 de Novembro último sob o número 26 dos Despachos da 3ª Seção:

[...]de nenhum modo se deve tolerar o precedente de enviarem os intimados a um porto que escolham, sob o pretexto de nele fazer-se a intimação; o verdadeiro fim deste procedimento não é fazer a intimação ali, mas sim fazer pagar os direitos dos gêneros conduzidos aos portos bloqueados, e depois deixá-los entrar nestes livremente; é isso o que mais torna esse bloqueio inefetivo, irregular e *sui generis*, e desonera os neutros da obrigação de reconhecê-los.

Tais são as expressões do citado Aviso; e delas se manifesta, na verdade, que S. Exa. o Sr. Ex-Ministro pensava que o favor dos bloqueadores para com os interesses pecuniários de Montevidéu se torna eficaz, como acima se indicou, porque os neutros são conduzidos a este porto, e aqui obrigados a pagar os respectivos direitos; mas eu entendi que o favor de que se trata é levado a efeito por outros meios; e na persuasão de que é de meu dever, quando se trata de negócios de semelhante natureza, retificar perante o Governo Imperial todas e quaisquer informações que, menos exatas por qualquer princípio que seja, tenham chegado ao conhecimento do mesmo Imperial Governo; me julguei obrigado a demonstrar que a proteção dos bloqueadores para com os interesses pecuniários de Montevidéu se realiza não pelo fato de serem os neutros conduzidos a este porto, mas pelos resultados naturais do Bloqueio de Buenos Aires, e muito principalmente pela proteção dada ao comércio e navegação a que se chama aqui navegação e comércio de cabotagem, posto que seja feito entre portos e costas de nações não só diversas, mas até inimigas. Desejoso de tornar palpável este fato, expendi as minhas observações de maneira que foram elas classificadas de minuciosas. Sejam muito embora minuciosas essas reflexões, o que posso afirmar é que foram ditadas pela consciência do dever, pelo desejo

de que o Governo Imperial tenha a maior precisão possível, e pelo espírito de imparcialidade, pois que se tratava de um fato do qual se Montevideu colhe os principais meios de existência, não são também diminutas as vantagens que dele tem colhido a Província de Buenos Aires.

§ 3º

Fico certo de que o Governo do Brasil continua a considerar a Confederação Argentina como uma só nação da maneira por que, do mesmo modo, a consideram os Governos de todas as outras nações. Isto é, pelo que respeita à direção dos negócios exteriores da Confederação, dos quais se acha encarregado o Governador de Buenos Aires.

§ 4º

Também fico certo de que no caso de não voltar para esta Legação o Adido Duarte Pereira Ribeiro, quando se lhe acabar a licença, será ele substituído por outro Adido dos já empregados na carreira diplomática.

§ 5º

Confesso igualmente que no § 4º do ofício a que S. Exa. o Sr. Ex-Ministro se dignou responder pelo Aviso cuja recepção acusei por último, não fiz uso da linguagem aplicada com propriedade, quando imaginei que o Governo Imperial desprezava²²⁴ o direito que a navegação de todo o rio Uruguai poderiam dar-lhe já a posse em que eu me persuadia que estava a Bandeira Imperial de navegá-lo, já as disposições do Artigo Adicionado à Convenção Preliminar de 27 de Agosto de 1828. É certo que não se pode desprezar um direito que se não tem. Eu pensava que, sendo todos os portos do Uruguai até o Salto frequentados por embarcações despachadas pelas Repartições Fiscais do Império e com Bandeira Imperial, constituía este fato o que, no meu entender, se podia chamar de navegação; mas em vista das instruções constantes do citado Aviso de 12 de Janeiro p.p., fiquei sabendo que a posse em que estava a Bandeira Imperial de navegar o rio Uruguai desde a sua foz, sendo inerente ao domínio que o Brasil tinha sobre o território Oriental a quem pertence uma das margens do Rio neste lugar, acabou com a posse desse domínio, e só foi tolerada até 1832, de maneira que as embarcações que ora navegam com Bandeira Brasileira no Uruguai aquém dos lugares onde nós possuímos ambas, ou uma das margens do rio, se devem considerar como abusando da Bandeira do Império, ainda que estejam munidas de despachos expedidos pelas nossas Repartições Fiscais. Isto pelo que respeita à posse da navegação do rio Uruguai. Pelo que respeita, porém, ao direito que para navegar esse rio poderia deduzir-se do Artigo Adicionado à Convenção Preliminar de 27 de Agosto de 1828, fico

224 Grifo no original.

também entendendo que para a navegação atual nenhum direito nos ministra o mesmo Artigo cuja disposição apenas poderá favorecer-nos para quando se verificar o Tratado definitivo de paz com a Confederação Argentina. Fico igualmente instruído de que o Governo Imperial tem aderido plenamente ao princípio de que a navegação só pertence às nações que possuem as margens dos rios, e nos lugares em que as possuem de maneira que o direito de navegar além dos lugares em que possuímos uma ou ambas as margens do Uruguai só pode provir de convênio. Tal é o princípio formulado em termos precisos; e tendo já em vista esse princípio, ainda que não entendido em termos tão gerais, pelo fato praticado em Entre Ríos com a Escuna *Liguria*, eu me julguei autorizado a suspeitar que na mente das Autoridades desse Estado ou Província a República Oriental do Uruguai já faria parte da Confederação Argentina, pois que exigiram que a dita Escuna arvorasse bandeira da Confederação ou bandeira Oriental para navegar no Rio Uruguai sem distinção das paragens em que a República Oriental possui ou deixa de possuir o domínio de uma das margens, e não ignorando as frequentes viagens da Escuna *Liguria* para o porto da Uruguaiana, em cuja altura o rio Uruguai banha de um lado terras do Império, e do outro lado terras de Corrientes, sem que nessa altura alguma das margens pertença à República Oriental do Uruguai, e sem que esta, portanto, conforme ao nosso princípio, tenha direito a navegar naquelas paragens, a menos de algum convênio, que não me consta que exista ou de algum outro nexos que a não ser o da Confederação, mal poderei imaginar qual seja; nem me causa embaraço a circunstância de haverem as Autoridades Entrerrianas feito distinção de bandeira da Confederação e bandeira Oriental, pois é sabido que muitos dos Estados ou Províncias, que fazem parte da Confederação Argentina, usam de bandeiras próprias e particulares a cada um desses Estados ou Províncias em lugar da chamada bandeira da Confederação. Assim acontece com Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes. Devo, contudo, observar que, persuadido de que a política do Governo de Buenos Aires tende sem descanso, como deve, ao próprio engrandecimento, e persuadido igualmente de que nenhum povo se engrandece e aumenta sem que mais ou menos diretamente faça sentir os resultados de seu engrandecimento às Nações confinantes, me julgo na obrigação de levar ao conhecimento do Governo Imperial todos os fatos, que me parecerem característicos dessa marcha, sem o mais leve empenho em que o Governo Imperial os classifique e os considere deste modo ou de outro. Eu entendo cumprir assim com um dever; e isso me basta. Entretanto, pode V. Exa. ter a certeza de que os motivos políticos pelos quais o Governo do Brasil adotou acerca da navegação dos rios interiores o princípio indicado, conforme se acham explicados no citado Aviso, nunca serão por mim comprometidos, pois que saberei sempre ser a expressão do pensamento do Governo Imperial.

§ 6º

Fico instruído igualmente do sentido, que se poderá dar falando com precisão, ao termo escapado²²⁵ de que me servi acerca do Coronel Flores. Não fiz mais do que relatar o que se disse; e me parece havê-lo feito de maneira que não autoriza a pensar que houvesse da minha parte a mais leve intenção de fazer o mais insignificante reparo acerca das ordens do Governo Imperial para que certos indivíduos sejam conduzidos das Províncias para a Corte, que também nunca foi por mim considerada cárcere de Orientais.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Pimenta Bueno
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²²⁶ • 11 MAR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 19
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 11 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

A falta de numerário obrigou o Governo da República a tomar a deliberação de substituir o pagamento de soldos às tropas da Guarnição desta Praça pela distribuição de rações. Deu esta medida ocasião a um ato de insubordinação praticado pela maior parte das praças pertencentes ao Corpo denominado de Caçadores Vascos, que se recusou ao serviço, e alguns indivíduos desse mesmo Corpo na tarde do dia nove do corrente exigiram dinheiro de alguns taberneiros e soltaram gritos contra o Governo. Esses sucessos causaram a inquietação, que é natural, pois que sacudindo os estrangeiros armados em Montevideú o jugo da disciplina, e lançando-se nos horrores da anarquia, não é difícil de

225 Grifo no original.

226 Anotação no verso da última folha: "Resp[on]di em 16 de Maio de 1848".

imaginar a que excessos de atrocidade ficaria exposta a população desta Cidade. Entretanto, segundo me afirmou ontem o Sr. Ministro de Relações Exteriores, o Governo tem lançado mão de todos os meios ao seu alcance para que sejam castigados os indivíduos a que acima fiz referência, e para que se não repitam atos de semelhante natureza e caráter. Parece, com efeito, que posteriormente não tem sido perturbada a tranquilidade pública.

É quanto neste momento se me oferece digno de ser levado ao conhecimento de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Pimenta Bueno
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²²⁷ • 20 MAR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 20
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 20 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

No dia 15 do corrente mês de Março fui convidado por uma Circular do Ministro de Relações Exteriores com data do dia antecedente para comparecer às doze horas do dito dia 15 nas salas do Ministério respectivo por causa de assuntos graves e de sumo interesse para o comércio e estrangeiros residentes nesta Cidade, como V. Exa. verá da cópia inclusa da mencionada Circular, a qual cópia vai designada sob o número 1º.

Compareci no lugar indicado à hora aprazada, e ali se reuniu todo o Corpo Diplomático e Consular residente em Montevideú, achando-se igualmente presentes o Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores. Depois de algumas palavras do primeiro, fez o segundo uma exposição dos motivos

²²⁷ Anotação a lápis no cabeçalho: “Aprove-se”. No verso da última folha de anexos encontra-se anotado na margem superior: “Re[spondido] em 15 de Abril de 1848”.

e fins daquela reunião; concluída, porém, a exposição, exigiu o Encarregado de Negócios de Espanha Dom Carlos Creus que essa exposição fosse lançada por escrito e comunicada em Nota Coletiva a todo o Corpo Diplomático e Consular, que poderia reunir-se para deliberar na residência do Encarregado de Negócios do Brasil por ser o Decano do sobredito Corpo; e assim se decidiu.

Reunidos os Membros desse Corpo nesta Legação às sete horas da tarde do mesmo dia 15, e depois de lhes ser lida a exposição de que V. Exa. encontrará cópia na que vai assinalada com o número 2º, resolveu-se que cópias da mesma exposição fossem remetidas a cada um dos referidos Membros do Corpo Diplomático e Consular, o qual se deveria reunir outra vez nesta Legação às sete horas da noite do dia 17 para deliberar definitivamente. Realizada, porém, esta última reunião, apresentei eu para base da discussão uma minuta de resposta que V. Exa. achará transcrita na cópia inclusa, que se distingue pelo número 3º. Foi quase unani[me]mente aprovada essa minuta e traduzida em Francês (por uma Comissão de que não fiz parte), como V. Exa. verá da inclusa cópia sob o número 4º; foi a mesma Nota assinada pelos Membros do Corpo Diplomático e Consular, e dirigida ao Ministro das Relações Exteriores. Disse que a minuta foi quase unani[me]mente aprovada porque só o Encarregado de Negócios de França, pela posição especial do seu Governo para com o Governo do Estado Oriental, se julgou inibido de aderir completamente ao procedimento perfeitamente neutral que nesta conjuntura abraçou todo o Corpo Diplomático e Consular residente em Montevideú. Da cópia sob número 4º consta a restrição com que a resposta à Nota Coletiva de 15 do corrente foi assinada pelo dito Encarregado de Negócios de [...] ²²⁸

[O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes]

[Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Pimenta Bueno]
[Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros]

[Anexo] N° 1
CÓPIA

CIRCULAR

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Marzo 14 de 1848.

228 Encerra a transcrição da última linha da última página do ofício nº 20, de 20 de março de 1848, apensa ao volume; a página seguinte inicia-se com o documento de nº 1, transcrito na sequência, qual seja a Circular de 14 de março de 1848 da chancelaria uruguaia ao encarregado de negócios do Brasil em Montevideú.

Asuntos de gravedad y sumo interés para el comercio y residentes Extranjeros en esta Capital me ponen en el caso de pedir al Señor Encargado de Negocios del Brasil quiera comparecer en este Ministerio mañana 15 del corriente à las 12 del día.

Manuel Herrera Obes

Señor Don Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encargado de Negocios del Brasil

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos
Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo*] N° 2

Ministerio de Relaciones Exteriores

Al Cuerpo Diplomático y Consular en Montevideo

Señores,

El Gobierno se encuentra en una situación penosísima y difícil de mantener. Por dominarla han hecho cuanto de él ha dependido, pero desgraciadamente sus esfuerzos han sido completamente inútiles. De nada ha valido que se haya dirigido à la razón, al interés, de los que más lo tienen en comprender las cosas tal como son. El Gobierno con dolor se ha visto rechazado por todos, y arrojado así en una senda, en que no quiere entrar, y que tratará de evitar a costa de todo sacrificio. Liberal por principios, por la índole de las Instituciones Nacionales que tanto respecta, y por conveniencia pública, él ha mirado siempre con ceño, los severos y graves deberes que le impone la salud del Estado, en las circunstancias eminentemente críticas y solemnes en que se encuentra la Republica, y lo ha mirado así, porque no solo sabe hasta dónde llegan e pueden llegar esos deberes, sino porque ha creído, y cree, que después de más de cinco años de una guerra tan cruel y un sitio tan penoso, como el que aflige a este Pueblo; en presencia de los poderosos hechos que ha creado una defensa, improvisada, y sostenida con elementos tan diversos y de un modo tan excepcional y violento, como el que SS.SS. han presenciado y están presenciado, no es posible trazar un límite ni formar un cálculo que pueda servir de garantía para asegurar, que roto el freno de las formas y de los derechos con que el Gobierno hasta ahora ha contenido el desborde de las pasiones y conservado el orden y la tranquilidad pública, esta Población no

será víctima de una de esas muchas calamidades que trae siempre consigo la desesperación cuando se apodera de hombres que se ven armados, que todo lo han perdido, y que en el triunfo de sus enemigos, ven inmediatamente amenazadas sus vidas, y la suerte de sus infelices hijos.

En tal estado de cosas, S. E. el Señor Presidente de la Republica, ha creído conveniente y oportuno, manifestar à SS.SS. con entera franqueza y lealtad, cuales su posición en estos momentos, lo que piensa hacer para salir de ella, y la necesidad y conveniencia de que SS.SS. coadyuven a este objeto con todos los recursos y medios que le den la influencia de sus empleos y comisiones. El Gobierno, que tan marcado tiene el programa de sus principios Gobernativos, no quiere más que continuar su marcha como lo ha hecho hasta aquí, respetando a todos, haciéndose respetar y dando una protección eficaz y sin distinción a todos los intereses y personas que encierra esta ciudad; y como la consecución de este objeto, es un bien de beneficio común, creó que el impone serios deberes à todos aquellos que, como SS.SS. están encargados de proteger y garantir las Fortunas, las vidas y el bien estar de sus compatriotas.

Es por esta razón, pues, que S. E. el Señor Presidente ha determinado la convocación de SS.SS., no dudando, como no duda, que ellas verán en este paso una prueba más del respecto que profesa à los principios y à los derechos de todos, y el sentimiento que le anima de ver concluida su administración sin dejar establecidos antecedentes, que si bien no son nuevos en épocas como la presente, no por eso son menos dañosos y trascendentales, y mucho más en Países nuevos, y en la infancia de su existencia política.

Cual sea el conflicto en que se encuentra el Gobierno, – no es necesario decirlo; él es público y notorio – un Ejército y una Población numerosa que vive à costa del Tesoro Nacional, le pide alimento, y ese alimento, no puede dárseles, porque disminuidas las rentas con que únicamente cuenta para llevar esas necesidades, y estando en los momentos en que debe decidirse la gran cuestión que dilacera a este País, no solo falta el numerario que es necesario para la adquisición de los artículos alimenticios, sino también el crédito, que solo vive de la confianza y de la seguridad.

Por consiguiente, lucha hoy el Gobierno con esa grave dificultad y más que todo con la imposibilidad de poder prevenir sus consecuencias naturales, si por medios regulares aquella dificultad no es superada. SS. SS. Las comprenden. Seria funesto para este Pueblo el día que el Gobierno por un respeto mal entendido à doctrinas y principios administrativos, sancionados y reconocidos para tiempos ordinarios, ensordeciese à las exigencias y clamores de una Población que no vive sino de lo que él le da, [y] hiciese un abandono criminal de las obligaciones y deberes que le impone la seguridad del Pueblo que gobierna y la defensa de la Republica.

Es en esta persuasión, que S. E. el Señor Presidente no ha trepidado en dirigirse a SS. SS. Y pedirles la cooperación de sus esfuerzos para que tanta desgracia no tenga lugar. El cree que esto puede evitarse fácilmente. El Gobierno todo lo que necesita es un Capital de cincuenta mil pesos representado en especies, en dinero, à obligaciones individuales, por costas cantidades, y cuyo reembolso hará con las rentas de aduana que le pertenecen desde primero de Abril próximo. Esta operación es en extremo sencilla y de ningún riesgo ni perjuicio para los que tomen parte en ella, porque dividida aquella suma entre todos los individuos que por sus fortunas, la naturaleza de sus especulaciones y su largo domicilio en este País, deben contribuir, la cuota será muy pequeña relativamente; y porque con la certeza de que aquellas rentas no pueden faltar, hay también la de que la deuda que contraiga la nación será cubierta antes de poco tiempo. Si à esto se agrega que el Gobierno admitiría obligaciones para que los obligados tomasen la orden o el libramiento contra la administración de la aduana, en la forma que se ha mencionado, se verá que el medio que se propone está muy distante de merecer la resistencia que ha encontrado en los tenedores de los artículos de consumo que se necesitan, o de algunos particulares à quienes el Gobierno ha hecho la propuesta.

En una palabra, desde que los documentos del Tesoro Nacional no pueden servir para levantar fondos en Plaza, el Gobierno busca el crédito individual, o que, deponiéndose todo temor que no puede dejar de tacharse de pueril [y] infundado, se dé à las promesas [o] obligaciones del Tesoro, todo el valor y confianza de que han gozado hasta este momento, y que no hay razón admisible para que se le haya retirado.

Si esto se consigue, el Gobierno estará en estado de continuar su marcha administrativa, en el orden y en la forma que la tiene establecida.

Pero la realización de este pensamiento no puede ser la obra solo del Gobierno; él y à lo ha tentado inútilmente. Es absolutamente indispensable para conseguirlo, la cooperación de los Agentes Extranjeros, que por su posición están más en estado de hacer comprender la conveniencia y la necesidad de adoptarlo, no en el interés de la cosa pública, sino en el de los mismos individuos que sean solicitados.

S. E. el Señor Presidente de la Republica espera, pues, que SS. SS. se prestarán a secundar sus esfuerzos, considerando que un acto semejante no podrá dejar de ser aprobado por sus respectivos Gobiernos, desde que el objeto que se busca está comprendido, y en completo acuerdo con los deberes que son anexos al carácter que invisten.

Al transmitir à SS. SS. los sentimientos y deseos de S. E. el Señor Presidente, me es en extremo grato ofrecerles los de la particular consideración con que les salud.

Montevideo, Marzo 15 de 1848.

Manuel Herrera y Obes

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo*] Nº 3

CÓPIA

18 de Março de 1848.

Os abaixo assinados Membros do Corpo Diplomático e Consular residente em Montevideú receberam por intermédio do Encarregado de Negócios do Brasil, como Decano do dito Corpo, a Nota Coletiva que ao mesmo Corpo Diplomático e Consular dirigiu S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República aos 15 do corrente mês de Março.

Nesta Nota expõe o Sr. Ministro as circunstâncias apertadas e difíceis em que se encontra o Governo do Estado para obter os meios de continuar a defesa da praça, e de manter o sossego e segurança de vidas e propriedades sem lançar mão de medidas fortes e violentas. Para alcançar, porém, esses dois fins sem o emprego de semelhantes medidas, declara o Sr. Ministro que lhe será suficiente um empréstimo de cinquenta mil pesos a cujo pagamento se obrigaria o Governo pela parte dos rendimentos da Alfândega, que desde o primeiro do próximo futuro mês de Abril começarão a pertencer-lhes, mas como esse empréstimo não pode realizar-se sem o emprego de capitais de súditos Estrangeiros, deseja o Sr. Ministro que os Representantes e Agentes de Governos Estrangeiros acreditados perante o Governo da República façam uso dos meios que sua posição oficial lhes ministra para persuadir e convencer os súditos de seus respectivos Governos de que no próprio interesse desses mesmos súditos está o tomar parte na indicada operação financeira.

Os abaixo assinados Membros do Corpo Diplomático e Consular lamentam com dor a mais profunda os deploráveis efeitos da guerra que dilacera o Estado Oriental; fazem votos ao Céu para que dias de paz e de prosperidade voltem quanto antes aos horizontes da República; e, entretanto, dão o justo e devido apreço aos sentimentos de benevolência e de benignidade de que o Governo da República se professa animado para com os súditos de Nações estrangeiras domiciliados em Montevideú, mas os abaixo assinados, na sua posição de Agentes de Governos perfeitamente neutros na luta que desgraçadamente agita as Repúblicas do Prata, são obrigados a não sair dos limites que lhes

prescreve a Lei das Nações, e lhes assinalam as Instruções de seus respectivos Governos; e tanto aquela como estas seriam ofendidas pelos abaixo assinados, dado o caso em que estes de qualquer modo usassem das vantagens de sua respectiva posição oficial para favorecer a qualquer das partes beligerantes. Pelo que respeita, porém, ao que pode haver de menos vantajoso na opinião do Sr. Ministro para com os estrangeiros neutrais existentes na praça de Montevidéu, contam os abaixo assinados não só com os sentimentos de benevolência e benignidade a que acima tiveram a honra de fazer referência, mas também com a rigorosa observância dos princípios e regras de Direito das Gentes sobre cuja exata aplicação aos interesses e pessoas de seus respectivos súditos lhes cumpre vigiar constantemente.

Os abaixo assinados aproveitam-se da ocasião para saudar o Sr. Ministro de Relações Exteriores com a expressão sincera de seu completo respeito, perfeita estima e inteira consideração.

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

OFÍCIO • 22 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 5

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 22 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Pelas sete horas da tarde do dia 20 do corrente, ao entrar em sua casa, foi assassinado D. Florêncio Varela, Redator do Periódico intitulado *Commercio do Prata*. Este crime atroz, geralmente atribuído a questões e partidos políticos, causou grande espanto e horror nesta Capital.

§ 2º

Não me consta que os Agentes de França e de Inglaterra tenham desembarcado, apesar de que ontem *Mr. Gore* se esperava em terra; são ignorados por ora os termos em que devem ser apresentadas e seguidas as negociações a cargo dos dois Diplomatas, mas todos acreditam que eles não

cedem às exigências de Rosas e de Oribe; a praça de Montevidéu necessita para sustentar-se do auxílio eficaz de tropas e dinheiro, ou pelo menos deste último, como V. Exa. verá do ofício da 3ª Seção com data de 20 do corrente, e que acompanha cópia de uma Nota do Ministro de Relações Exteriores da República dirigida ao Corpo Diplomático e Consular residente nesta Cidade. Do apuro em que se vê o Governo para obter meios pecuniários também se pode julgar, pela autorização que solicitou, e obteve, da Assembleia de Notáveis para lançar mão de todos os meios que se possam levar a efeito, como V. Exa. verá do periódico incluso; e sobre este assunto seria conveniente que V. Exa. me desse quanto antes as suas sábias instruções, pois que vejo divergentes as opiniões de alguns Agentes Estrangeiros sobre considerar, ou não, o Governo de Montevidéu investido de todas as faculdades que cabem ao Governo de uma praça sitiada. Os Representantes de França, e Inglaterra, Vigo e Espanha entendem que ao Governo de Montevidéu competem todos os direitos que a Lei das Nações concede ao Governo de uma praça sitiada. O Cônsul Inglês parece não conceder mais do que as faculdades necessárias para manter a guarnição. Outros Cônsules, como o Sardo²²⁹, e o Americano, entendem que não estando o porto da praça bloqueado, não pode haver aplicação das faculdades concedidas em direito aos Governos de praças sitiadas. Tenho à vista diversos despachos do Governo Imperial em que parece reconhecer-se Montevidéu como praça em estado de sítio. Se, porém, V. Exa. julgasse a propósito dar-me instruções precisas e positivas acerca desta questão, creio que não faltaria ocasião de usar delas, pois que estou desde já prevendo as representações de que me verei cercado apenas o Governo de Montevidéu mande lançar mão de gêneros pertencentes a súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil, Nosso Augusto Soberano. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

229 Henri Claude Louis Picolet d'Hermillon (1797-1864). Barão, militar e político sardo. De 1838 a 1846, foi cônsul-geral em Buenos Aires; ministro residente no Rio de Janeiro e em Madri. Nomeado cônsul em Buenos Aires em 1835, apesar da Confederação Argentina não ter sido oficialmente reconhecida pelo Reino da Sardenha, no período de maior animosidades entre as cortes de Londres e Paris e o governo de Buenos Aires. Em 1845, viu-se como o único representante em Buenos Aires de, além do Reino da Sardenha, também da França, Grã-Bretanha e Áustria. Prestigiado pelos elogios recebidos daquelas cortes, em maio de 1846, foi formalizado encarregado dos negócios pelo soberano da Sardenha. Fonte: BARBIERI, Giulia. *I representante del regno di Sardegna in Brasile (1834-1859): la costruzione della rete consolare, l'immigrazione, il commercio e l'immagine dell'Impero*. (Mestrado em História) - Dip. Scienze Storiche, Geografiche e dell'Antichità, Università degli Studi di Padova, 2012/2013.

OFÍCIO²³⁰ • 24 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 6º

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 24 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso Reservado que sob o número 21 dos Despachos da respectiva Seção me foi dirigido com data de 21 de Dezembro p. p. O estado de minha saúde não me permitindo [o] trabalho tão contínuo e aturado, como se espera, eu rogo a V. Exa. que se digne desculpar-me de não haver até hoje submetido à consideração dos Exmos. antecessores de V. Exa. algumas breves reflexões acerca do [conteúdo] do mencionado Aviso, reflexões que tomo a liberdade de expender perante V. Exa., já porque elas vão dar o motivo suficiente daquela parte do meu procedimento, que não teve fortuna de ser aprovada por S. Exa. o Sr. ex-Ministro signatário do citado Aviso, já porque essas reflexões podem talvez indicar o caminho mais direto e seguro para obter do Governo da República Oriental do Uruguai o ajuste tal qual nos é necessário a respeito da extradição de criminosos e de [escravos fugidos].

§ 2º

Declara-se nesse Aviso que mereceu a aprovação do Sr. ex-Ministro o meu procedimento tanto [enquanto] constar ao Ministro de Relações Exteriores do Estado Oriental, [quanto] [...] ²³¹ as explicações que tinham lugar pelo fato de haver o mesmo dito Ministro participado à Assembleia de Notáveis que por convite do Governo Imperial ia iniciar comigo um Tratado sobre a extradição. Acrescenta, porém, o Sr. ex-Ministro que, satisfazendo-lhe até aqui em tudo o meu procedimento, mal foi que eu concluísse depois da má-fé, que se denuncia na participação a que acima fiz referência, que estaria pronto a concorrer às conferências e a aceitar *ad referendum* quaisquer proposições em que concordasse. Reconheceu, porém, S. Exa. o Sr. ex-Ministro que esta conclusão me foi sugerida pelas disposições do Aviso de 22 de Novembro

230 Intervenção a lápis no cabeçalho: “[Informe]. [Junte o Aviso de 22 de Novembro em que se funda o Ministro do Brasil]”. Anotação na última página, margem superior: “Resp[ondido] em 22 de Abril de 1848”.

231 Trecho ilegível: três últimas linhas da página.

último sob o número 30 dos Despachos da 3ª Seção, pelo qual depois de se fazer exposição dos inconvenientes, que da continuada fuga de escravos para o território desta República resultam para os proprietários do Rio Grande do Sul, ponderasse S. Exa. o mesmo Sr. ex-Ministro a grande conveniência que haveria em estipular a extradição dos ditos criminosos, acrescentando que esperava que eu a obtivesse de um modo formal e explícito, podendo compreender-se em qualquer ajuste a este respeito a extradição de altos criminosos. Se, pois, eu devia estabelecer a extradição [deste modo] formal e explícito, podia-me sem dúvida julgar autorizado para concorrer à conferências por que [estas seriam] essencialmente conducentes para chegar a esse ajuste formal ou explícito, quer esse ajuste devesse consignar-se em Notas Reversais, quer em um Decreto Administrativo, quer em uma Convenção, quer em um Tratado. Direi mais: estou persuadido de que em boa lógica poderia pensar que o espírito das instruções constantes do citado Aviso de 22 de Novembro p. p. nenhuma repugnância indicava à celebração de um Tratado ou Convenção, porque Tratado ou Convenção era sem dúvida o meio de tornar o ajuste mais formal e mais explícito; e assim pensou o Governo de Sua Majestade *El Rei* de Sardenha²³² ratificando o Tratado de 29 de Outubro de 1840, pelo qual depois de se haver estipulado a extradição dos desertores de navios de guerra mercantes, também adota o mesmo princípio e prática da extradição para todo o homem acusado e perseguido em um ou outro país por crime de falsificação de escrituras públicas ou de escritos particulares, bilhetes de banco ou letras de câmbio, por crime de incêndio, assassinio ou envenenamento, e por crime de subtração de dinheiros públicos, de roubos nas estradas, de fabrico de moeda falsa. Tais são as disposições do Artigo 35 do mencionado Tratado celebrado entre a Sardenha e a República Oriental do Uruguai [de 29 de Outubro] de 1840, e a Convenção celebrada em 10 [de Julho] de 1847 entre o Governo de França e o Governo de Bremen mostra que os Governos destes países entenderam que a extradição de criminosos é um assunto de importância bastante para ser estipulado por meio de uma Convenção.

Pelo que respeita, porém, ao ato de má-fé praticado na participação à qual acima se fez referência, pedirei licença para observar que se esse ato era motivo para não assistir a conferências, também deveria ser motivo, e com mais forte razão, para não fazer ajuste de maneira alguma, ou para fazê-los de um modo tão claro e tão firme que na inteligência e na execução do que se ajustasse, não pudesse haver lugar nem pretexto para atos de menos boa-fé. Não ajustar seria faltar às disposições do Aviso que mandava ajustar; cumpria, pois,

232 Carlos Alberto (2 de outubro de 1798 - 28 de julho de 1849). Foi rei da Sardenha de 1831 até sua abdicação em 1849, após a derrota na Batalha de Novara para o Império Austríaco. Fonte: <wdl.org>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ajustar com a devida segurança; e a discussão nas conferências me habilitaria (segundo se me antolhou) para chegar mais facilmente a um resultado tal qual se desejava, e que em todo o caso deveria submeter-se à consideração e decisão do Governo Imperial.

Enquanto ao que respeita ao estado precário do Governo desta República, direi que sendo esse estado em 22 de Novembro p.p. perfeitamente conhecido do Governo Imperial, e ordenando-me nessa data S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros que procurasse obter um ajuste explícito e formal com esse mesmo Governo cujo estado era já tão conhecidamente precário, segue-se que esta circunstância não tinha sido considerada como embaraço para convencionar ou ajustar; e muito bem podia eu pensar que S. Exa. o Sr. ex-Ministro entendia que qualquer ajuste ou convenção estipulada com o atual Governo da República deverá ser guardada e observada por qualquer Governo que tenha de suceder-lhe. A não ser assim na verdade, tanto valia ajustar por Notas Reversais²³³, como por Convenções; tanto valia que o Governo de Montevidéu estabelecesse o princípio e a prática da extradição por um Decreto, como por um Tratado; tudo cairia por terra, logo que o atual Governo deixasse de existir. Direi mais. Com maior facilidade se rasga uma Nota Reversal do que uma Convenção; é menos difícil revogar um Decreto do que despedaçar um Tratado; e por esta ocasião rogarei a V. Exa. que me permita levar ao conhecimento de V. Exa. que diversas Nações têm celebrado Tratados com o atual precário Governo de Montevidéu. Brevemente se há de ver, talvez, se esses Tratados são respeitados ou são dilacerados pelo Governo estável e seguro que há de suceder à atual precária Administração da República. Em 21 de Outubro de 1838 abdicou o General D. Manuel Oribe o cargo de Presidente. Supondo que ele obtém a sua completa restauração, e que declara nulos todos os atos praticados pelo que chama Governo intruso e usurpador, mas que tem sido reconhecido por todas as Nações, é claro que terá de declarar nulos, írritos e de nenhum efeito o Tratado, que acima citei, celebrado com *El* Rei de Sardenha a 29 de Outubro de 1840, a Convenção celebrada entre os mesmos Governos a 31 de Maio de 1841 para a transmissão da correspondência entre a República e os estados de Sua dita Majestade *El* Rei de Sardenha, e o Tratado de Amizade e Comércio celebrado com o Governo de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha a 26 de Agosto de 1842. Não falarei do Tratado para extinção da Escravatura celebrado com a Inglaterra em 13 de Julho de 1839, nem falarei do Tratado de reconhecimento de Independência, Comércio e Amizade celebrado com a Espanha em 26 de Março de 1846. Não falarei destes dois Tratados porque não tenho notícia de que estejam ratificados; mas estão ratificados os outros que citei; e me parece que os hei de ver guardados e

233 Documento que regula e dá execução a um tratado internacional.

absorvidos ainda depois da restauração do general Dom Manuel Oribe, salvo se a Inglaterra por exemplo achar melhores vantagens em dar por anulado o Tratado de 26 de Agosto de 1842 para celebrar outro, ou suscitar novas exigências. Dado, porém, mas não concedido que um Tratado celebrado com o atual Governo de Montevidéu tenha de ser necessariamente dotado de uma existência tão curta como será talvez a desse mesmo Governo, parece que ainda assim poderiam ter tido lugar as conferências a que me referi acima, pois que no meu entender ao menos a celebração de um Tratado não era consequência necessária de tais conferências, como já se ponderou.

Pelo que respeita ao outro argumento indicado por S. Exa. o Sr. ex-Ministro, e que se deduz da circunstância de se achar o Governo Imperial em uma posição especial para com a atual Administração de Montevidéu, confesso a V. Exa. que nada sabia oficialmente dessa posição especial; podia mui bem pensar que estamos na posição (comum com muitas outras nações) de uma neutralidade franca, leal e rigorosa; e se o interesse, a obrigação, o direito que tem o Império do Brasil de vigiar sobre a Independência do Estado Oriental nos dava já alguma coisa de especial nas relações políticas do Governo Imperial com o Governo Oriental, não sei explicar como estas relações ou posição especial poderiam trazer em resultado embaraços para a celebração de um Tratado com o atual Governo de Montevidéu, admitido o [...] ²³⁴ República e o pretendente D. Manuel Oribe, não há mais que uma questão doméstica sem alcance, que ofender possa as relações exteriores do Estado. Tais são as reflexões que explicam a parte do meu procedimento, que infelizmente não mereceu a aprovação de S. Exa. o Sr. ex-Ministro. Expondo a V. Exa. estas reflexões está bem longe de mim o repreensível pensamento de levantar-me contra o juízo da Autoridade superior, posto que esse juízo me não seja favorável; o meu fim é somente que o Governo Imperial conheça que os meus erros são filhos de pouca instrução e pouca inteligência, mas nunca procedem de falta de zelo ou de meditação; e pelo que respeita às disposições do citado Aviso de 21 de Dezembro p. p., foram elas imediatamente cumpridas, como V. Exa. há de ver da inclusa cópia da Nota que em 17 de Janeiro último escrevi ao Ministro de Relações Exteriores da República, participando-lhe que em face da correspondência e explicações que tinham tido lugar entre esta Legação e ele, Ministro, acerca do negócio da extradição, faria necessária celebração de um Tratado [acerca] [...], pois que pode regular [...] por meio de Notas Reversais, [...], fazendo-se as mencionadas conferências para que eu tinha sido convidado. Do teor da Nota a que me refiro, se vê igualmente que antes de fazer por escrito a comunicação que dela consta, eu já tinha feito saber ao Ministro da República verbalmente qual era o pensamento do Governo Imperial acerca do objeto em questão;

²³⁴ Trecho ilegível: 3 últimas linhas da página.

mas antes de terminar permita V. Exa. que eu note que das reflexões com que procurei explicar qual era o meu pensamento acerca das conferências a que me prestava e acerca do modo de fazer um ajuste formal e explícito relativamente à extradição, não pode por maneira alguma deduzir-se que eu falasse, aceitasse ou procurasse a celebração de um Tratado. Não estava positivamente autorizado para isso e conquanto nada soubesse oficialmente da posição especial do Governo do Brasil para com o Governo do Estado Oriental, como já ponderei, era fácil de perceber que nas medidas adotadas por S. Exa. o Sr. ex-Ministro, a quem tive a honra de referir-me, transluzia uma certa política à qual não poderia ser muito acomodado qualquer ato que denotasse relações estreitas com o precário Governo de Montevidéu. Confesso a V. Exa. que de um lado esta consideração e, de outro lado, a necessidade de fazer um ajuste qualquer de um modo explícito e formal me puseram em uma conjuntura [apertada] da qual pretendi sair prestando-me a essas conferências onde apenas discutiria proposições que submetidas ao conhecimento do Governo Imperial, poderia este aprová-las ou rejeitá-las, dando-lhes ou exigindo no primeiro caso que se lhes desse a forma que mais conveniente achasse. Tal foi o meu pensamento.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²³⁵ • 26 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 7

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 26 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

235 Anotação, a lápis, no cabeçalho: “Respo[nder] referindo-se ao que já se [teve] [comunicado] [e recomende] [ilegível] [ilegível] a Política [sobre] F. Rivera”. Anotação no verso, margem superior: “Res[pondido] em 15 de Abril de 1848”.

§ Único

Acabo neste momento de receber uma carta Confidencial do Ministro de Relações Exteriores com data de hoje, participando-me que um íntimo amigo de Rivera lhe havia assegurado que à saída do último navio tinha ele tudo pronto para fugir, e que é provável que esteja aqui no próximo pacote. Se assim é, (continua o Ministro), estamos perdidos, porque os seus amigos intentarão fazer todo o gênero de desatinos e comprometerão a ordem e tranquilidade pública. Em consequência, me pede o mencionado Ministro que sem perca de tempo faça aviso disto a V. Exa., a fim de que se possam dar as providências que V. Exa. julgar acertadas.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA • 26 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevidéu, 26 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O fato de se haver conservado a bordo tanto *Mr. Gore*, como *Mr. Gros*²³⁶, me tem impedido de encontrar uma ocasião oportuna de aproximar-me do segundo, e de ministrar-lhe algumas informações, que aliás em parte lhe foram já ministradas pelo Comandante em Chefe da Divisão Naval Brasileira. Entretanto, me há de V. Exa. permitir que eu exponha em poucas palavras quais são os termos e condições em que os interventores pretendem terminar a questão do Rio da Prata, segundo me consta por intermédio de duas pessoas, ambas igualmente bem colocadas para o conhecimento da verdade. São essas condições as seguintes: 1^a) evacuação das tropas Argentinas empregadas no território da República Oriental; 2^a) desarmamento dos estrangeiros que se acham ao serviço do Governo de Montevidéu; 3^a) Entrada de Oribe na

236 Jean-Baptiste Louis Gros (1793-1870). Barão, diplomata e um dos precursores da fotografia. De 1838 a 1842, encarregado de negócios da França em Bogotá. Fonte: <fr.dbpedia.org>. Acesso em: 18 fev. 2021.

praça para governar os quatro meses que ele diz lhe faltam para completar os quatro anos de sua Presidência; 4ª) Anistia geral para todos os Orientais de quaisquer opiniões; 5ª) Segurança de vidas e de propriedades para todos os estrangeiros; 6ª) Continuação do bloqueio, defesa da Cidade ao menos pelos Franceses [até] chegarem novas forças, e rompimento de hostilidades contra Rosas e Oribe no caso de que provenham da parte destes os embaraços para a conclusão da paz nos termos indicados; 7ª, e última) Levantamento do bloqueio no caso de que esses avanços sejam suscitados por parte do Governo de Montevideú, ficando porém duvidoso se neste caso a intervenção há de contentar-se com o papel de simples espectador, ou se [unirá] suas forças às do General Oribe para que este venha entrar na praça. Neste último caso, a causa da gente de Montevideú está completamente perdida, pois que certamente não poderá resistir a uma tal combinação de forças; no primeiro, porém, dos ditos casos, estou persuadido de que haverá resistência, posto que por falta de meios pecuniários, e pela renovação do bloqueio da parte de Buenos Aires, se o Governo do Brasil, pelo fato de haver terminado a intervenção, julgando-se habilitado a considerar de novo todas as questões relativas à independência da República Oriental do Uruguai, não fizer logo uso de meios eficazes e prontos para manter essa independência. Julgo desnecessário dizer mais coisa alguma para fazer conhecer o estado das coisas neste momento; e por isso findarei aqui com rogar a V. Exa. que continue a dar-me as ordens como a quem é de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

P. S.: Depois de haver escrito esta carta estive com o Ministro de Relações Exteriores, que me mostra uma minuta da Proclamação, a qual segundo o mesmo autor deve ser à manhã publicada. Por esta Proclamação assinada pelo Presidente Suarez se convidam todos os Orientais a que concorram à livre eleição de quem os governa. Pareceu-me um tanto em contradição com a 3ª das condições acima indicadas, e fazendo eu a observação de que este passo daria algum embaraço aos interventores, respondeu-me o Ministro que não teriam motivo para queixar-se, visto que nenhuma participação tinham feito de suas proposições.

Pontes

OFÍCIO²³⁷ • 27 MAR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 23
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 27 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Nada tem transpirado para o Público acerca da marcha e do estado das negociações de que viram incumbidos do Rio da Prata os Srs. Gore e Gros, que se acham ainda a bordo dos navios que os conduziram. Notas têm sido enviadas ao General D. Manuel Oribe e a Rosas. Ontem pela uma hora da tarde ainda o Governo de Montevideú não tinha recebido participação alguma oficial, segundo me disse o Ministro de Relações Exteriores.

§ 2º

O terror que causou em todos os ânimos o homicídio perpetrado na pessoa de D. Florêncio Varela, como já levei ao conhecimento de V. Exa., parecia agravar-se ontem de noite com a propagação da notícia de que o assassino se tinha evadido para o Cerrito, e que tendo feito ali um horroroso alarde do crime, fora preso e fuzilado sem forma de processo. São, porém, de uma natureza tão melancólica e tão penosa as observações a que daria lugar uma série de acontecimentos por tal modo extraordinários, que não posso acreditar esta última notícia enquanto a não veja confirmada de um modo certo e seguro.

§ 3º

Conquanto igualmente não acredite a notícia que ontem deu o *Courrier de la Plata*, e que diz extraída do *Jornal do Commercio* de Paris, acerca de proposições relativas à pacificação do Rio da Prata dirigidas pelo Governo Imperial ao Governador de Buenos Aires e ao General D. Manuel Oribe, e por ambos rejeitadas, persuadido de que ao conhecimento de V. Exa. deve ser levado quanto de mais grave se publica acerca de nossas relações com estes países, tomo a liberdade de pôr à presença de V. Exa. o exemplar incluso do mencionado *Courrier de la Plata*²³⁸.

Deus Guarde a V. Exa.

237 Anotação no cabeçalho: “Resp[onder] convenientem[en]te”. Intervenção no verso da última página: “R[espondido] em 15 de Abril de 1848”.

238 Encontra-se anexado ao ofício no volume (edição nº 175).

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA • 28 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevideú, 28 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Acaba de sair desta Legação o Ministro de Relações Exteriores da República; e dele soube que Rosas acusou a recepção das Notas pelas quais os Ministros Interventores lhe declararam que não vinham a tratar com ele, mas sim com D. Manuel Oribe; que este [aceitou] todas as proposições com a condição, porém, de que a evacuação das tropas Argentinas se fará depois de [ter] ele entrado na praça; que os interventores estão resolvidos a anuir a esta exigência; e que o Governo de Montevideú vai resistir-lhe com a única esperança de que encontrará auxílio e proteção no Brasil, porque se em todo o caso a restauração de Dom Manuel Oribe poria a República Oriental do Uruguai na completa dependência de Rosas, muito mais facilmente acontecerá isso apoiando-se essa restauração nas forças Argentinas, ainda depois de realizada. Parece-me que esta consideração está em harmonia com o que V. Exa. me comunicou por Aviso Reservado de 12 de Março corrente; mas se o Governo Imperial não quer, ou não pode obstar a que tal restauração se [verifique], uma resposta ao menos categórica e decisiva seja o Ministro que se lhe dê com a possível brevidade; e tanto mais quanto Devoise²³⁹ e Le Prédour²⁴⁰ pro[cu]raram convencê-lo de que nada devia esperar do Brasil, atento à política incerta e vacilante que repetidas [vezes] têm tido o Império.

Pela minha parte eu rogo a V. Exa. que, no caso de [que] o Governo Imperial entenda que lhe não convém fazer oposição a que o sistema de Rosas

239 Antoine Devoise (1803-1884). Diplomata francês. Atuou em 1823 na divisão comercial. Secretário em Châteaubriand e Talleyrand e, em 1829, vice-cônsul em Smyrna; em 1833, em Patras; em 1836, em Syra; em 1842, em Damasco. Cônsul-geral em Montevideú de 1846 a 1852. Fonte: <francearchives.fr>. Acesso em: 06 mar. 2021.

240 Fortuné Le Prédour (1793-1866). Almirante da marinha francesa. Comandante da estação naval do Brasil e do Prata em 1847. Fonte: TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de la Marine*. Paris: Éditions Seghers, 1962.

se instale em Montevideú, me dê V. Exa. quanto antes a minha demissão, autorizando-me a entregar a Legação ao Cônsul e a sair imediatamente deste destino em que vivo há mais de três anos.

Espero que V. Exa. dará mais esta prova de sua benevolência para quem se confessa de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

OFÍCIO²⁴¹ • 30 MAR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 10

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 30 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso que sob o número 1º dos Despachos Reservados do ano corrente me foi dirigido com data de 11 de Janeiro p. p. em resposta aos ofícios também Reservados que sob os números 1º e 2º eu tinha tido a honra de endereçar a S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, signatário do dito Aviso sobre a comunicação que me fizera o Ministro de Relações Exteriores da República acerca de uma proposição para não ser D. Andrés Lamas recebido na qualidade de Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental, e sobre uma publicação, que se julgava a propósito para defender o Governo Imperial de censuras que lhe eram feitas.

Em quanto ao primeiro destes dois assuntos tenho a dizer que em tempo competente fiz o uso que julguei acertado das expressões do mencionado Aviso, que a esse mesmo assunto se referiam; e em quanto ao segundo, fiquei certo de que a minha resposta ao *Commercio do Prata* seria publicada na *Gazeta Oficial* com alguns aditamentos aos meus argumentos.

§ 2º

Igualmente acuso recebido o Despacho Reservado de 18 de Janeiro p.

241 Anotação na última página, margem superior: “R[espondido] em 18 de Abril de 1848”.

p. sob o número 2º dos Avisos da respectiva classe. Na primeira parte deste Aviso diz S. Exa. que julga destituídas de fundamento as queixas que faz D. Venâncio Flores de serem os Orientais do seu credo político tratados no Rio Grande com parcialidade desvantajosa. Não duvido de que tais queixas destituídas sejam de fundamento; mas de que Aguirre e outros sectários do General Oribe tenham para com o Brasil o procedimento que devem ter para com neutros e vizinhos, dentro ou fora do nosso território, é certamente fato de que eu não me posso dar por convencido; e isto não só pelo exato juízo que S. Exa. o Sr. ex-Ministro no mesmo citado Aviso faz dos sentimentos dos Orientais, em geral, para com o Brasil, seja qualquer que for o partido a que eles pertençam, mas também por muitos fatos que têm chegado ao conhecimento desta Legação e ao conhecimento do Governo Imperial, fatos que, se muitas vezes não se têm feito acompanhar de provas materiais suficientes para os dar como certos e seguros no julgamento de um Tribunal, são, contudo, precedidos de antecedentes e acompanhados de circunstâncias e consequências assaz significativas para produzirem convicção de sua desgraçada existência; e para indicar um exemplo na pessoa desse mesmo Aguirre, tomarei a liberdade de observar que durante o anterior Ministério de V. Exa. mereceu esse público e notório agente de D. Manuel Oribe que V. Exa. desse ordens expressas para o Rio Grande do Sul, a fim de que o procedimento desse indivíduo fosse examinado. Estou persuadido de que na correspondência da Presidência do Rio Grande do Sul com o Ministério, hoje felizmente de novo a cargo de V. Exa., se há de encontrar cópia de um ofício que o Vice-Presidente da dita Província do Rio Grande do Sul, Patrício Corrêa da Câmara, escreveu a Aguirre pela razão de ser este um conhecido sedutor e aliciador de soldados, que do nosso exército desertavam para as fileiras de Dom Manuel Oribe. Não há muito que indivíduos chegados do nosso continente a esta Cidade afirmavam que Aguirre, nos ajuntamentos de pessoas de sua própria língua, emitia com despejo a opinião de que era chegado o momento de fazer a guerra ao Brasil. Direi sobre este tópico, afinal, que se o Governo de Montevideú foi o primeiro a prejudicar-nos com a emancipação dos escravos, este passo, com menos circunstâncias que possam lhe atenuar a gravidade, foi ultimamente praticado por D. Manuel Oribe, que não se contentando com emancipá-los, arrancou à viva força das fazendas e casas dos Brasileiros um grande número de escravos, em cujas mãos entregou armas, que talvez em breve sejam apontadas contra nós.

Pelo que respeita, porém, aos outros tópicos do mencionado Aviso, fico certo de quanto S. Exa. houve por bem indicar-me, oferecendo-se-me apenas notar que fiz saber a Manuel Gonsalves de Amorim que deve recorrer diretamente às Autoridades respectivas do país, e que só depois de empregar ele os meios ordinários, que estão ao seu alcance, e não ser atendido, prosseguirei

eu na reclamação perante o mesmo Oribe. Sobre este assunto, porém, releva observar que já escrevi, submetendo ao conhecimento do Governo Imperial as reflexões que em uma carta a mim dirigida fez o dito Amorim acerca da decisão final do General D. Manuel Oribe.

§ 3º

Em outro Aviso também designado com o número 2º dos Despachos Reservados, e que foi datado aos 3 de Fevereiro último, me participou S. Exa. o Sr. ex-Ministro antecessor de V. Exa. que tinha sido recebido por Sua Majestade o Imperador o Ministro Plenipotenciário desta República D. Andrés Lamas; que o Governo Imperial tinha resolvido receber a qualquer agente confidencial que D. Manuel Oribe mandasse à Corte do Rio de Janeiro; que nas suas relações com esse agente sempre teria por diante o Governo Imperial a independência desta República, a ordem e a paz do Estado Oriental, e as necessárias garantias dos súditos Brasileiros e de suas propriedades para o caso em que o General Dom Manuel Oribe entre na praça de Montevideú; e que havia chegado ao Rio de Janeiro o Sr. Gore.

Acusando, pois, a recepção do mencionado Aviso, apenas tenho a notar quanto é para sentir que o General D. Manuel Oribe tenha de entrar, como provavelmente há de entrar nesta Cidade, antes que a presença do seu agente nessa Corte possa dar ocasião a que o Governo Imperial obtenha as garantias de que trata o dito Aviso.

§ 4º

Recebi depois a segunda via do mesmo Aviso designado com o número 3º.

§ 5º

Foi-me também entregue o Aviso igualmente Reservado de 18 de Fevereiro p. p. sob o número 4º dos Despachos da respectiva Seção; e por esse Aviso fiquei instruído de quanto se passou acerca da fuga tentada pelo General D. Fructuoso Rivera, e acerca dos passaportes pedidos para D. Benito Nemecio Silva e D. Benito Lamaya.

Também por esse Aviso me foram comunicadas as informações ministradas por *Lord Normanby*²⁴² acerca dos termos em que a França e a Inglaterra convencionaram proceder com respeito aos negociantes do Rio da Prata. Esses termos são agora postos em execução, mas ao que parece, de um modo menos igual e imparcial do que conviria tanto aos interesses de todos, como ao decoro e dignidade das duas grandes Potências interventoras.

242 Constantine Henry Phipps (1797-1863). Marquês de Normamby e Conde de Mulgrave. Político inglês. De 1839 a 1841, secretário do Interior; de 1846 a 1852, embaixador na França. Fonte: LEE, Sidney Lazarus. *Dictionary of national biography*. Nova York: Macmillian & Co., 1894.

§ 6º

Recebi igualmente o Aviso Reservado sob o número 5º dos Despachos da respectiva Seção com data de 12 do corrente, e ficando certo de quanto V. Exa. foi servido comunicar-me acerca da missão dos Senhores Gros e Gore, e do modo por que deseja o Governo Imperial que eu proceda neste negócio, quando seja possível, tomarei a liberdade de expor fielmente a V. Exa. em carta confidencial, quanto ocorrer possa a tal respeito. Neste momento apenas posso levar ao conhecimento de V. Exa. que os comissionados Inglês e Francês ainda não desembarcaram; que as negociações até ontem de noite ainda não tinham sido comunicadas oficialmente ao Governo de Montevidéu; que geralmente se acredita em medidas que importam o triunfo do General Oribe sobre os seus adversários; e que o mau tempo ainda me não deu lugar de avistar-me com os Ministros da intervenção.

§ 7º

Recebi também o Despacho Reservado de 13 do corrente, e que foi designado com o número 6º dos Avisos da respectiva Seção.

Li com o respeito e atenção devida as judiciosas reflexões que no espírito de V. Exa. suscitou a conferência com o Ministro D. Tomás Guido. A respeito de alguma das hipóteses indicadas por V. Exa. rogo a V. Exa. que me permita referir-me às minhas cartas confidenciais de 26 e 28 do corrente sem que por isso me julgue inibido de voltar a este importante assunto.

§ 8º

Foram-me também entregues dois outros Avisos Reservados, ambos sem número, e ambos datados de 19 do corrente, posto que do contexto de um e outro se conheça qual deles se escreveu primeiro; e pelo que respeita a este, fico aguardando a resolução do Gabinete Imperial acerca da proposição que V. Exa. fez o Ministro Plenipotenciário desta República; mas falando a V. Exa. com a franqueza e lealdade com que devo fazê-lo, declaro a V. Exa. que estou intimamente convencido de que a garantia do Governo do Brasil não será solicitada, nem aceita por algum dos Governos ou entidades políticas que tomam parte na questão atual do Rio da Prata, com exceção do Governo da República Oriental do Uruguai. Não é esse, a meu ver, o meio por que temos de alcançar e firmar nesta parte da América a influência de que tanto necessitamos para segurança e tranquilidade de nossas fronteiras, como estes desgraçados povos para se livrarem dos horrores da anarquia ou do jugo dos caudilhos. Do meio a que aludo, brevemente nos há de constranger a usar Rosas e seu aliado D. Manuel Oribe.

Pelo que respeita ao segundo dos Avisos Reservados a que acima fiz referência, esperando que V. Exa. me permita deixar para outro Despacho

algumas informações que julgo a propósito submeter ao conhecimento e consideração de V. Exa., apenas me limitarei a considerar agora que as Gazetas publicadas em Buenos Aires por tantas vezes têm manifestado a opinião de ter caducado por culpa nossa a Convenção Preliminar de Paz de 1828, que muito receio que seja essa também a opinião do Governador daquela República, e por consequência a de D. Manuel Oribe.

É quanto nesta ocasião se me oferece para levar à presença de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁴³ • 31 MAR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 25
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 31 de Março de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Acuso a recepção do Aviso, que me foi dirigido com data de 13 de Janeiro último, sob o número 3 dos Despachos da 3ª Seção, e que tem por objeto o negócio da Escuna *Liguria*.

Em face desse Aviso se vê que S. Exa. o Sr. ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, signatário do dito Aviso, entendeu que o Cônsul-Geral do Brasil em Montevideú não tinha cumprido com seu dever já porque, durante a primeira viagem daquela Escuna a este porto, não reconhecia a irregularidade de habilitações com que navegava a Escuna *Liguria*, já porque à vista dessas irregularidades a considerasse como nacional.

Entendeu mais S. Exa. o Sr. ex-Ministro que, em vez de solicitar eu do

243 Anotação a lápis no cabeçalho: “Resp[onder] convenientemente [especialmente] ao § último; remeto a cópia do [aviso] e Decreto que se pede”. Anotação na margem superior, na última página do ofício: “Resp[ondido] em 27 de Abril de 1848”.

Governo deste país que casse a licença que tiver dado para a dita embarcação de usar de bandeira Oriental com que saiu e tornou a entrar neste porto, exija do atual Mestre, dono ou Consignatário que apresente no Consulado o título de propriedade para se verificar se foi legalmente transferida pelos dois Brasileiros a que pertencia, quando saiu da Uruguaiana, a fim de que neste caso se recebam ali deste os direitos correspondentes ao preço da venda, e não se provando que foi por ele autorizada, proceder-se a reclamar devidamente a detenção da Escuna, como roubada.

Entendeu igualmente S. Exa. o Sr. ex-Ministro que em lugar de pretender eu que o Governo Oriental ordene às Autoridades respectivas que se abstenham de passar títulos de nacionalidade à Escuna *Liguria*, deveria obter dele a devida reciprocidade das medidas adotadas pelo Governo Imperial nos termos do Decreto de 24 de Outubro de 1846, mandando também que nesta República não possa efetuar-se a venda de embarcações Brasileiras sem intervenção do Consulado do Império.

Remeti ao Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu uma cópia do Aviso para sua inteligência e governo, ficando assim o mesmo Cônsul entendido de que deve ter maior zelo no desempenho das funções a seu cargo; mas, desejando eu que V. Exa. tenha presentes as mais circunstanciadas informações da maneira por que os Empregados na Legação e Consulado do Brasil nesta República preenchem as suas obrigações, tomarei a liberdade de submeter com o mais profundo respeito à justa e sábia consideração de V. Exa. algumas breves reflexões acerca dos três indicados tópicos em que naturalmente se divide o Aviso cuja recepção tive a honra de acusar.

§ 2º

Pelo que respeita à primeira viagem da *Liguria* a Montevidéu, diz o Cônsul que nos primeiros dias de Setembro de 1847 tivera notícias de que essa embarcação designada por Brasileira tinha entrado no porto de Montevidéu com procedência da Uruguaiana, e que como a Capitania do Porto não lhe enviasse logo, segundo é prática e estilo, o Passaporte e Matrícula da dita Escuna, se dirigira ele, dito Cônsul, à Capitania, onde lhe asseveraram positivamente que nada ali constava acerca da entrada da tal embarcação. Passados alguns dias, porém, remeteram da mesma Capitania do Porto ao Consulado o documento que servia de Passaporte e Matrícula. Acrescenta o Cônsul que desde que por este fato teve certeza de que, com efeito, a *Liguria* se achava no porto, fez todas as diligências para que o Mestre se apresentasse no Consulado. Mas, enquanto se faziam essas diligências, aconteceu que a *Liguria* saísse, arvorando bandeira Oriental. Desta exposição, pois, deduz o Cônsul que em todo este negócio houve essencialmente relaxação e conivência da Capitania do Porto com o consignatário da Escuna Alcibíades Sarrasin;

e eu estou que, na verdade, houve mais disso do que falta de boa vontade e diligência do Cônsul, se porventura não julga V. Exa. na presença do que acaba de expor-se, absolvido totalmente o mesmo Cônsul do juízo pouco favorável que acerca do seu zelo no desempenho das funções Consulares foi proferido pelo citado Aviso de 13 de Janeiro último. Enquanto, porém, ao fato de se haver considerado Brasileira uma embarcação cujos despachos consistiam em um só documento, e esse irregular, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que, por Ofício de 18 de Dezembro de 1846 sob o número 187 dos Despachos da 3ª Seção, eu tive a honra de solicitar instruções acerca de qual devia ser o procedimento desta Legação e do respectivo Consulado acerca das embarcações despachadas como Brasileiras pelas Repartições Fiscais do Império por um modo destituído de regularidade. As Seções do Conselho de Estado que consultam sobre os negócios Estrangeiros e de Fazenda foram de opinião que a Legação e Consulado devem reconhecer a nacionalidade de tais embarcações, que não podem cassar os despachos assim concedidos, e que devem sim representar ao Governo Imperial, declarando os abusos que encontraram na concessão de tais títulos com a especificação de todas as circunstâncias que ocorrerem, a fim de que o Governo Imperial delibere o que convenha, e tome as medidas necessárias para a cessação dos abusos. Este Parecer das mencionadas Sessões do Conselho de Estado foi dado como norma de procedimento à Legação e ao Consulado pelo Aviso de 1º de Março de 1847 sob o número 4 dos Despachos da 3ª Seção. Considerando, pois, a Escuna *Liguria* como Brasileira, apesar da irregularidade de seus despachos, mandando proceder ao termo de declarações feitas perante o Consulado para melhor conhecimento do Governo Imperial, e rogando ao mesmo Imperial Governo uma decisão a respeito com as medidas necessárias para que cesse a reprodução de tais abusos, parece-me que se tinha obrado de uma maneira pela qual no espírito ou na letra não se havia aberrado da linha de comportamento designada pelas ordens da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

§ 3º

Pelo que importa, porém, ao segundo tópico do citado Aviso, releva ponderar que sendo eu obrigado pelas ordens a que acabo de referir-me a considerar Brasileira a Escuna *Liguria*, enquanto o Governo Imperial não determinava o contrário, entendi que obrava de uma maneira consequente, opondo-me a que essa embarcação usasse da bandeira Oriental que tenha arvorado. Não me ocorreu, porém, outro meio mais próprio para isso do que dirigir uma Nota ao Governo desta República para que cassasse qualquer licença que tivesse dado ao Mestre ou Consignatário daquela Escuna, a fim de usar da mencionada bandeira Oriental e endereçar depois um ofício ao Comandante em Chefe da Divisão Naval para que a Escuna *Liguria*, no caso

de sair ou tentar sair do porto sem despachos do Consulado Brasileiro, fosse tratado pelas nossas embarcações de guerra como embarcação nacional, que de um modo fraudulento e ilegal pretendia mudar de nacionalidade, como se vê do documento que sob o número 1º tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa. Nos termos, porém, de que usou o Ministro de Relações Exteriores ao responder-me pela Nota de 29 de Outubro último, e que foram presentes ao Governo Imperial entre os documentos com que instrui o § 2º do meu ofício de 13 de Novembro último sob o número 44 dos Despachos da 3ª Seção, claramente se vê que eu tinha alcançado o meu intento, pois que a ordem ao Capitão do Porto para não arvorar bandeira Oriental na Escuna *Liguria* enquanto para isso o Mestre ou Consignatário não apresentasse documento expedido pelo Consulado Brasileiro, importava a certeza de que uma bandeira estranha não se havia de arvorar em uma embarcação considerada Brasileira, conforme as ordens emanadas do Governo Imperial; e assim aconteceu, pois que a *Liguria* foi posteriormente despachada para o Rio Grande do Sul, como embarcação Brasileira, não se atrevendo o Cônsul a detê-la (segundo verbalmente me informou) por julgar que não se achava autorizado a isso, visto que em quanto à nacionalidade era obrigado a considerar a Escuna como Brasileira, apesar da irregularidade dos despachos com que saíra da Uruguaiana, e visto que em quanto à tripulação e mais habilitações se mostram a embarcação regularmente desembarçada; mas ainda quando o Cônsul tivesse entendido que podia deter a embarcação até que o Governo Imperial tivesse declarado se a Escuna *Liguria* é ou não é embarcação Brasileira, brevemente teria de abrir mão dela, declarado, como foi, pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de 10 de Dezembro de 1847 sob o número 33 dos Despachos da 3ª Seção que a dita Escuna *Liguria* não podia ser considerada Brasileira, em virtude do único documento que apresentou no Consulado. Apesar, contudo, do que levo expendido, em observância da determinação de S. Exa. o Sr. ex-Ministro para que se exija do atual Mestre ou dono ou consignatário que apresente no Consulado o título de propriedade, considerando que esta ordem podia ter já execução pelo que respeita ao dono ou consignatário, se estes ou algum deles reside em Montevidéu, e não obstante haver enviado anteriormente ao Cônsul uma cópia autêntica do Aviso cuja recepção acusei, de novo insisti sobre a execução da ordem a que acabo de referir-me; e pouco depois fui informado pelo mesmo Cônsul de que não existe nesta praça dono ou consignatário da *Liguria*, sendo necessário aguardar que ela volte a este porto para que se proceda com o Mestre à diligência de que se trata, posto que da parte do dito Cônsul haja receio de que para o pagamento de direitos, como de embarcação nacional que passou a estrangeira, se possa fazer objeção com a declaração do citado Aviso de 10 de Dezembro p. p.

§ 4º

Observarei, finalmente, que não procurarei alcançar do Governo da República a devida reciprocidade das medidas adotadas pelo Governo Imperial nos termos do Decreto de 24 de Outubro de 1846, mandando também que nesta República não possa efetuar-se a venda de Embarcações Brasileiras sem intervenção do Consulado do Império pela mui simples razão de que este procedimento já tinha sido adotado e abraçado pelo Governo da República antes da promulgação do citado Decreto, como evidentemente se mostra das expressões da citada Nota de 29 de Outubro de 1847, que peço vênha para citar nas seguintes palavras:

Como después de la revolución de Abril (de 1846) ningún antecedente hay respecto a las formalidades que deben exigirse a buques Brasileiros, fue preciso llamar al oficial primero de la Capitanía como antiguo Empleado, el cual se hallaba enfermo, cuando la Liguria pidió embanderarse y en efecto él dijo su indispensable que aquellos buques estuviesen munidos de un documento por que constara estar expeditos por su Consulado.

Tal era, e tal é a regra estabelecida desde tempos anteriores a Abril de 1846 para com as embarcações Brasileiras, mas falando da infração da regra, infração cometida pelo fato de mudar a bandeira da *Liguria* sem prévia habilitação do Consulado Brasileiro, prossegue o Ministro de Relações Exteriores nos termos seguintes: “*Al hacer esta comunicación al Señor Encargado de Negocios del Brasil, concluyo asegurándole que se han impartido a la Capitanía del Puerto ordenes terminantes, a fin de que no vuelvan a repetirse actos como el de la Liguria*”. Vê-se, pois, que não houve necessidade de invocar as disposições do citado Decreto de 24 de Outubro de 1846; e de mais eu não tinha requisitado somente que o Governo da República ordenasse às Autoridades que se abstivessem de passar títulos de nacionalidade à Escuna *Liguria*, mas também que tomasse as medidas necessárias para que fatos semelhantes ao da *Liguria* se não reproduzam, isto é, para que não aconteça de novo dar-se bandeira estranha a embarcação Brasileira sem intervenção do Consulado do Brasil. A minha reclamação foi atendida, como fica provado.

Finalmente, cumpre-me observar que tendo eu feito compulсар os Arquivos e Registros da Legação para consultar o Despacho em que me terá sido comunicado o Decreto de 24 de Outubro de 1846, sou informado pelo Secretário Interino da Legação de que esse Despacho não se encontra. Assim, eu rogo a V. Exa. que no caso de ter sido comunicado com efeito à Legação o mencionado Decreto por outro meio que não seja o da *Gazeta Oficial*, se digne dar ordem para que uma segunda via do respectivo Despacho me seja remetida não só para integridade da correspondência, mas também para que eu dê execução a quaisquer disposições que se tenham lançado no mencionado Despacho.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA • 01 ABR. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevidéu, 1º de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Estou desesperado! Desde que chegaram Gros e Gore às águas do Rio da Prata, tem corrido um tempo tal que me tem sido impossível ir a bordo dos navios em que os dois diplomatas se têm conservado; e ainda quando tivesse a fortuna de chegar a bordo de algum deles, chegaria em tal estado de enjoo, que não poderia segurar-me em pé, nem conversar por alguns minutos. Aproveitarei o primeiro ensejo, mas é certo que a circunstância de não virem à terra e de entabularem as negociações por Notas sem reuniões, nem conferências, parece denotar que qualquer dos dois diplomatas ou não quer ou julga inútil tomar informações e averiguar o verdadeiro estado das coisas. Parece que da Europa trouxeram já traçada a sua linha de procedimento, e que dela não querem, nem podem desviar-se. Ao menos assim se acredita; e também se vê que o resultado das tais negociações há de ser necessariamente favorável a D. Manuel Oribe porque entrara na praça com o pretexto de completar os quatro anos de Presidência, mas com o fim palpável e patente de fazer-se reeleger. Favorável será o êxito do negócio para Oribe, quer se estipule a evacuação de tropas Argentinas para antes, quer para depois da entrada do Pretendente em Montevidéu, pois que no primeiro caso a medida será iludida na execução, e no segundo não faltará algum pretexto para faltar à promessa. Não parece, contudo, a V. Exa. que a insistência de Oribe em conservar no território Oriental as tropas Argentinas combinadas com a posição do exército de Urquiza sobre a nossa fronteira, e com as notícias, que nos chegam agora da campanha, de que D. Manuel por toda ela tem feito pegar em armas e marchar também para a fronteira a quantos se acham em estado disso, tem uma significação bem

clara, e que de mui perto afeta os nossos interesses. Eu o receio pelo menos; e permita-me V. Exa. que, falando sempre a V. Exa. com a mesma costumada franqueza, lhe manifeste o meu pensamento de que as hostilidades de Rosas e de Oribe contra o Império estão mais próximas do que geralmente se pensa. Para isso têm ambos o seu poder suficiente estabelecido. Rosas apoia-se na força bruta e no terror; domina com estes dois elementos a toda a Confederação Argentina, onde todos os sentimentos nobres, elevados, generosos, que podiam levantar-se contra tal sistema de governo, estão mortos, extintos; ali não há ideia de justiça, não há sentimento de própria dignidade, não há conhecimento de outro dever que não seja a mais submissa e maquinal obediência ao aceno do Ditador; mas D. João Manuel tem um exército acostumado a viver de assolações; receia que, voltando esse exército a Buenos Aires, possa mais tarde ou mais cedo revoltar-se contra o chefe que não lhe alimente os hábitos; e em qual dos estados vizinhos achará esse exército mais que roubar, que destruir, que assolar do que nos famosos campos do Rio Grande do Sul? Eu sei que faremos resistência, que ao final seremos vencedores, que havemos de repelir o inimigo do nosso território; mas se prontas e eficazes medidas de cautela não se tomam, é minha humilde opinião que não evitaremos o primeiro insulto; e tanto mais quanto todo o homem, que nestas regiões fala espanhol desde o berço, qualquer que seja a sua opinião política, está intimamente persuadido de que o Império do Brasil é como o castelo de cartas de jogar, que tocando levemente uma, tudo cai por terra. Todos, sem exceção de pessoa, estão aqui, isto é, no Rio da Prata, intimamente persuadidos de que o caudilho que se aproximar com força à nossa fronteira, e clamar aos escravos emancipação, e aos homens livres república, fará com essas palavras mágicas desabar o trono e desmorronar-se o Império. Sei que se iludem; mas a ilusão os torna confiados, atrevidos, audazes. Estas ideias, estes sentimentos lisonjeiam as ambições de Rosas; e nada poderá ele na tentativa, pois que sempre ganhará ter longe de si o exército, sem que lhe cause cuidado a despesa com os soldos e a sustentação dos soldados, pois que é sabido como isso se faz com a tropa destes países. Isto pelo que respeita a Rosas. Pelo que respeita, porém, ao general Oribe é claro que o poder deste vai consolidar-se com o triunfo que lhe preparam os interventores. Alguns inimigos, que poderiam causar-lhe dano, terão de emigrar, ou ficarão seduzidos ao mais profundo silêncio. Pode ser que Rosas e Oribe sejam inocentes no assassinato de Varela; creio, pela minha parte, que uma arguição por tal modo grave não se deve admitir sem provas; mas todos geralmente atribuem aquele horroroso crime a ambos, ou a um dos dois aliados, sendo notável, apesar da aliança, que em Buenos Aires os Rosistas o atribuem a Oribe, e em Montevidéu os Oribistas o atribuem a Rosas. Será de ambos? Seja, porém, o que for acerca do mandante desse atrocíssimo homicídio, o

certo é que ele causou sumo terror; mas como o terror é um dos meios próprios para governar povos desmoralizados, inclino-me a acreditar que longe de abalar, vai consolidar-se por aquele funestíssimo sucesso o poder do General Oribe. O que disse do estado moral e político da Confederação Argentina é aplicável ao sistema que tem abraçado e que tem seguido Oribe na parte da República que tem dominado. Essa pequena fração do Partido Colorado, que hoje governa Montevidéu, e que debaixo da proteção de alguma outra nação, que colocasse a cadeira do Presidente a salvo de ambições de caudilhos, poderia dar a este país uma administração com formas algum tanto regulares, vai ser completamente aniquilada pela vitória de D. Manuel, se o Brasil não lhe estender já e com energia uma mão que a sustenha à beira do abismo. Mas convirá ao Império, ou poderemos nós tomar imediatamente uma parte ativa nos negócios do Rio da Prata? Não fazemos bastante nas atuais circunstâncias se nos preparamos para uma guerra que há muito julgo inevitável, e que atualmente se me antolha próxima? A sabedoria do Governo Imperial há de abraçar o melhor partido. Entretanto, não acredito nas boas palavras de caudilho algum. Oribe nos aborrece; é ambicioso; precisa também ocupar o seu exército; força lhe [será] dar emprego aos braços proletários, que têm a seu serviço, e aos que vai deixar-lhe em legado o Governo de Montevidéu; e para esses aventureiros, assim como para toda a força bruta do país, essa guerra com o Brasil é ato popular. De mais, Oribe conheceu, como os seus adversários, que nenhuma administração pública pode oferecer longa estabilidade nesta República, a menos de se não apoiar na proteção de algum Poder estrangeiro. Será este poder protetor o Império do Brasil, a França, a Inglaterra, o Governo de Buenos Aires? Oribe optou por este último; acha-se ligado a ele; e a troco de ser sustentado governará a República Oriental do Uruguai com a mesma independência com que se governa Salta, Mendoza, ou qualquer outro dos Estados da Confederação.

Conheço a opinião, ou antes as ilusões com que os inimigos de Rosas e Oribe se enganam a si mesmos, pensando uns em Urquiza e outros em Garzón. Alguma coisa já esperei do primeiro, e a não ser a perfídia de Rivera em acometer a Paysandu, quando sabia que se tratava de um armistício, e se a intervenção ou o Brasil tivessem aproveitado o ensejo, pode ser que na verdade Urquiza tivesse feito alguma coisa de semelhante e análogo às palavras que se lhe atribuíam, ou que ele na verdade exprimia. Esperar, porém, hoje alguma coisa de Urquiza, ou de Garzón, receio muito que seja um erro grosseiro contra a regra de lógica, pela qual se deve acreditar naquilo que se faz, e não naquilo que se diz, quando os atos e os ditos não estão em harmonia; mas a esperança é a última coisa que resta ao homem e aos partidos políticos. Ainda há quem imagine que as atuais negociações já produziram desinteligência entre

Rosas e Oribe. Um sujeito, que se diz bem informado, e que pelo menos eu tenho na conta de homem de bem e interessado em saber a verdade, afirma que o Restaurador, em uma longa Nota com que respondera às participações de Oribe, fizera a análise e mostrava os defeitos das condições propostas por Gros e Gore, sem dar, contudo, ordem alguma positiva acerca de qual deve ser o procedimento do Pretendente, que, não obstante, parece ainda resolvido a aceitar as tais condições, como já tive ocasião de dizer a V. Exa. Eu não vejo, porém, nisto prova de divergência. Se a houvesse, Rosas não deixaria de fazer sair as suas forças do território Oriental, e Oribe não havia de insistir em conservá-las a seu serviço. Se existe a Nota a que me refiro, eu não posso ver nela mais do que um documento preparado com antecedência para publicar-se um dia com o fim de justificar algum desses atos frequentes na política sutil, sagaz, pouco escrupulosa do General Rosas. Não vejo, portanto, motivo para que concebam esperanças os que no estado atual dos negócios as têm somente em que a tenacidade de D. João Manuel e a obediência do seu Lugar-Tenente frustrou ainda uma vez as negociações. Não acredito eu nessa tenacidade levada a tal ponto: seria demasiado; as condições são favoráveis a Oribe; ele poderá, além disso, iludi-las na execução; os interventores desejam sair a todo transe desta negociação, apesar do desgosto que tem causado no público a maneira insólita por que a França e a Inglaterra, tendo dilatado a guerra pelo menos o espaço de três anos, agora entregam os seus aliados ao jugo dos inimigos; aqueles resistirão ainda desamparados de toda a aliança; pouco durará a resistência no caso de que socorro lhes não venha de fora; e Oribe estará na praça. Tal é o ponto de vista debaixo do qual se me antolham neste momento os objetos; e permita-me V. Exa. observar que me trazem estas coisas por tal modo preocupado que, tendo solicitado de V. Exa. a minha demissão na Carta Confidencial de 28 do mês p.p., não expliquei o meu pensamento, como devia, e como farei agora. Eu tenho procurado ser sempre a exata expressão do pensamento do Governo que tenho tido a honra de representar; todos os meus atos oficiais têm, portanto, o cunho da mais imparcial neutralidade; não basta, porém, isso ao General Oribe; aproveitado discípulo de Rosas, não pode ele encarar com bons olhos o Agente de qualquer outra nação que não faltou aos seus deveres e à sua própria dignidade para servir aos interesses do caudilho; é má, portanto, a posição em que vou achar-me; e por isso de novo rogo a V. Exa. que me dê a demissão nos termos da minha citada carta de 28 de Março último.

Rogando a V. Exa. que se digne desculpar-me de lhe haver tomado tão longo espaço de tempo, como será necessário para decifrar esta longa carta, aproveito a ocasião para repetir que sou sempre de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

P. S.: Depois de haver escrito a V. Exa. a minha carta de 26 do mês derradeiro, vim no conhecimento de que nas condições propostas se tratava expressamente da evacuação da ilha de Martín García, da substituição da esquadra de Rosas e de uma comissão composta de Argentinos e Orientais criada com o fim de determinar as indenizações devidas pelos danos causados. Dizem que a condição relativa à segurança de vidas e propriedades promete expressamente respeitar a vida dos Orientais e a vida e a propriedade dos estrangeiros, expressões de onde se deduz que não há garantia para a propriedade dos Orientais.

Pontes

OFÍCIO²⁴⁴ • 13 ABR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 26
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 13 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

A notícia que dei a V. Exa. no § 2º do meu ofício de 27 de Março último, sob o número 23 dos Despachos da 3ª Seção, não se confirmou. Geralmente, porém, se acredita que o assassino de D. Florêncio Varela se acha homiziado no acampamento ou nas vizinhanças da cidade ocupadas e dominadas pelo exército sitiador. Refiro-me à voz e opinião geral sem dados positivos para negar ou afirmar.

§ 2º

Enquanto ao andamento e estado atual das negociações, nada transpira para o público; inventam-se a cada passo com o maior despejo as notícias mais destituídas de fundamento; e apenas se sabe com certeza que Notas têm sido trocadas entre os Comissionados da intervenção, o Governador de Buenos Aires, o Governo de Montevideú e o General Oribe, e que conferências têm

²⁴⁴ Anotação no verso da última página: “Resp[ondi]do em 16 de Maio de 1848”.

havido dos mesmos Comissionados com este General e com o Governo da República. Se, além do que sabe o público, tem chegado ou chegar ao meu conhecimento alguma coisa por um meio reservado ou confidencial, da mesma sorte será transmitido à notícia de V. Exa. quanto seja digno de confiar à preciosa atenção de V. Exa.

§ 3º

Infelizmente não parecem tão incertas as notícias que continuam a propalar-se vindas da Concórdia acerca da concentração de forças do General Urquiza sobre a nossa fronteira pelo lado do Uruguai. Também se continua a afirmar que forças do General D. Manuel Oribe se ajuntam igualmente sobre a nossa fronteira pelos lados do Jaguarão e Santa Teresa. Acrescentam que ou mui poucas forças se têm deixado sitiando a Colônia e Maldonado, ou que o sítio destas duas praças tem sido levantado para que as forças até agora nesses dois sítios ocupadas marchem, se não marcharam já, sobre a nossa fronteira.

§ 4º

Em quanto à falta de meios pecuniários em que labora o Governo da República, poderá V. Exa. fazer ideia pelo teor dos Decretos de 31 de Março último e de 3 de Abril corrente, a cujo respeito hei de ter a honra de escrever a V. Exa. em officio separado.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁴⁵ • 13 ABR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 27
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil

245 Anotação no cabeçalho, a lápis: “Acuse o recebimento e responder que a demissão que pede está prevenida pela licença que se lhe conceder para retirar-se nos termos indicados no Aviso de [ilegível], e que, neste cujo, e no de [não] se achar [prevenido] o decreto da Legação, poderá entregar ao Cônsul a gestão dos negócios”. No verso está anotado: “Resp[on]di do em reservado em 2[2] de Abril de 1848”.

Montevidú, 13 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

O estado atual de minha saúde me obriga a solicitar a V. Exa. que se digne obter de S. M. o Imperador, Nosso Augusto Soberano, a minha demissão, autorizando-me para entregar ao Cônsul-Geral do Brasil em Montevidú a gestão dos negócios a cargo desta Legação, visto que o Secretário da mesma Legação está ausente com licença.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA • 13 ABR. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevidú, 13 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Ao que tive a honra de referir a V. Exa. em carta confidencial de 11 do corrente, cumpre acrescentar que neste momento saiu desta Legação o Ministro de Relações Exteriores depois de me referir que, segundo lhe haviam comunicado os Comissionados da intervenção, o General Oribe aceita as condições propostas com a declaração, porém de que a evacuação do território Oriental pelas tropas Argentinas terá lugar somente desde que estiverem ajustados todos os artigos da convenção, entre os quais não desiste o general sitiador da sua entrada na praça para governar os questionados quatro meses, nem das confiscações que tem feito de diversas propriedades. Acrescentou Herrera que não me ficasse dúvida de que se não consente nestas fatais condições, o Governo da Praça vai ser desamparado da França e da Inglaterra. Disse mais: que de tudo passará hoje a fazer-me comunicação reservada por escrito para que dessa comunicação faça eu o uso que julgar conveniente. Respondi que não tinha outro uso mais

a fazer dessa comunicação do que levá-la ao conhecimento de V. Exa.; e no caso de que a receba a tempo, mandarei cópia pelo *Firebrand*, que partirá amanhã, e que levará esta carta. Considerando que talvez fosse conveniente para obter mais pronta a minha demissão, pedi-la oficialmente; nesta data o faço, e espero que V. Exa. dê mais esta demonstração de que quer bem ao seu Amigo e obrigadíssimo criado,

Rodrigo de S. da S. Pontes

P. S.: Garibaldi deve partir amanhã para Itália com cem homens da Legião Italiana. É mais uma prova de que termina o drama.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

OFÍCIO²⁴⁶ • 14 ABR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 11

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 14 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Apresso-me em submeter à consideração de V. Exa. a cópia inclusa da Nota que ontem me dirigiu o Ministro de Relações Exteriores desta República, expondo os receios que nutre o Governo do Estado provenientes da direção que os Ministros comissionados pelas Potências interventoras têm dado às negociações pendentes para a pacificação desta República. O Governo da República entende que a independência do Estado se acha em risco de perecer e de ser absorvida pelos interesses e influências da Confederação Argentina; e por isso o Ministro de Relações Exteriores solicita que ou ponha isto mesmo na presença do Governo Imperial, tanto porque um tal acontecimento deve afetar necessariamente os interesses do Brasil, como pelas condições com que o Império generosamente consentiu em desprender-se da Província, que hoje constitui a República Oriental do Uruguai. Anuindo a esta solicitação, que

246 Anotação no verso, margem superior: "Ac[usada] a recepção em 22 de Setembro de 1848".

me pareceu justa e razoável, eu rogo a V. Exa. que se digne dar-me quanto antes as suas ordens a respeito.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]

CÓPIA

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Abril 13 de 1848.

RESERVADO

El infrascripto Ministro de Relaciones Exteriores ha recibido orden de S. E. el Señor Presidente de la República para dirigirse al Señor Encargado de Negocios del Brasil y participarle, para que lo transmita al Gobierno de S. M. Imperial, que, según los conocimientos oficiales y confidenciales que le han suministrado los Plenipotenciarios de los Poderes Mediadores, y el giro que dan à las negociaciones de que vienen encargados, el Gobierno considera que la Independencia de la República está en inminente peligro de desaparecer y ser absorbida por la influencia y los intereses políticos de la Confederación Argentina.

Este hecho que afecta de un modo más inmediato à los intereses de la República, es no menos importante para los del Imperio del Brasil, que al desprenderse del Estado Cisplatino, fue con la forzosa condición de que se constituiría en Nación libre e Independiente bajo la forma de Gobierno que jugarse más conveniente à sus intereses, necesidades y recursos, porque en ella encontraba el Imperio, una garantía permanente de seguridad y equilibrio con relación al Estado Argentino.

Mientras la República ha podido bastarse a sí sola ha juzgado de su deber llevar la defensa nacional hasta los últimos limites, sin exigir de ningún otro Estado que tomase parte en sacrificios que debían ser exclusivamente suyos, pero hoy que la Intervención Europea, solicitada y venida para hacer efectiva la Independencia de la República, librándola de ambición del Gobernador de Buenos Aires, olvida todos sus compromisos de honor e intereses y parece decidida a abandonarla a la suerte que le prepare el destino, el Gobierno cree

que tiene el estricto e imprescindible deber de hacer saber al de S. M. Imperial el estado de las cosas, y prevenirle contra los acontecimientos futuros, aun cuando no sea más que en retribución de la generosa elevación con que en Agosto de [1]828 se prestó a formar un Estado Soberano e Independiente de lo que entonces era una Provincia del Imperio.

S. E. el Señor Presidente de la República cumple, pues, con ese deber y espera que el Señor Encargado de Negocios al dar a su Gobierno el conocimiento del hecho que esta nota contiene, tomará en cuenta la urgencia de los momentos y quena comunicarle oportunamente las revoluciones que S. M. Imperial tuviere à bien adoptar en tan crítica situación para ambos Estados.

El infrascripto aprovecha esta oportunidad para reiterar al Señor Encargado de Negocios las seguridades de su más alta consideración y aprecio.

Manuel Herrera y Obes

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente d'Armada no impedimento do Secretário

OFÍCIO²⁴⁷ • 17 ABR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 28

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 17 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

O Governo de Montevideú publicou a 31 de Março e a 3 de Abril corrente os Decretos constantes dos periódicos inclusos, designados pelas letras A e B²⁴⁸; e como eu entendesse que a execução desses Decretos importa o lançamento e arrecadação de um tributo de guerra, enderecei ao Ministro de Relações

²⁴⁷ Anotação, a lápis, no cabeçalho: “Acuse o recebimento, e responda que o Gov[erno] I[mperial] aprova o protesto que fez, [com o que fizer sobre] o direito de poder [depois] discutir-se a questão mais amplamente, e reclamar-se as quantias [conforme] tiverem [concorrido] os [súditos] brasileiros”. Outra anotação, no verso da última folha dos anexos: “Resp[ondi]do em 10 de Maio de 1848”.

²⁴⁸ Periódicos não localizados.

Exteriores a Nota inclusa datada de 5 do mês que decorre. Do teor desta Nota há de V. Exa. ter conhecimento pela cópia que vai designada pelo número 1º; e pela cópia designada pelo número 2º conhecerá V. Exa. a resposta que me dirigiu o mencionado Ministro, ao qual repliquei declarando-lhe que passava a submeter este negócio à consideração de V. Exa., julgando-me, entretanto, obrigado a protestar contra qualquer aplicação que dos sobreditos Decretos se pretendesse fazer a súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil, como V. Exa. igualmente verá da cópia designada com o número 3º.

Porque houve ocasião de falar na Lei denominada aqui Lei de Patentes e será conveniente que V. Exa. tenha conhecimento das disposições dessa Lei, remeto o impresso designado com a letra C porque aí se encontra o teor da mesma Lei.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*] N° 1

CÓPIA

N° 6

Legação do Brasil
Montevideú, 5 de Abril de 1848.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios do Brasil junto do Governo da República Oriental do Uruguai não quisera distrair a atenção de S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores da República dos objetos e assuntos por extremo graves e importantes, que neste momento estão a ponto de ventilar-se e discutir-se, como é público e notório; mas como acima de quaisquer considerações está sempre a voz imperiosa do dever, encontra-se o abaixo assinado na penosa necessidade de solicitar a S. Exa. algumas explicações ou modificações pelas quais se ponha fora de toda a dúvida que os Decretos publicados com data de 31 de Março p.p., e de 3 de Abril corrente, não são de modo algum aplicáveis aos súditos, nem às propriedades de súditos de S. M. o Imperador do Brasil, pois que indivíduos que fazem parte de uma nação neutra não podem ser obrigados a contribuições de guerra sem ofensa dos princípios e regras do Direito das Gentes, por cuja observância com relação

aos Brasileiros residentes nesta Capital se verá o abaixo assinado na obrigação de protestar, dado o caso de que a presente reclamação seja atendida.

Aproveita-se o abaixo assinado da ocasião para renovar a expressão de seus sentimentos de completa estima, consideração e respeito pela pessoa de S. Exa. o Sr. Ministro.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente da Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo*] Nº 2

CÓPIA

Ministerio de Relaciones Exteriores
Montevideo, Abril 8 de 1848.

El infrascripto Ministro de Relaciones ha recibido la nota que con fecha 5 del corriente, le ha dirigido el Señor Encargado de Negocios del Brasil, solicitando que se declare que los súbditos de S. M. Imperial no están comprendidos en las disposiciones del Decreto de 31 de Marzo p.p^{do}, y puesta en conocimiento de S. E. el Señor Presidente de la República, ha ordenado al infrascripto diga en contestación que, el Gobierno no puede hacer la declaración que se pide, porque considera que no hay motivo legitimo para ello.

En efecto, muy lejos de excepcionar el derecho público à los Extranjeros avecindados y arraigados²⁴⁹ en el País, de las cargas que son consiguientes al aumento de las rentas públicas que demande la defensa y seguridad del Estado, él les impone la obligación de soportarlas à la par de los naturales; y si se está à las disposiciones del Derecho de Gentes positivo, y à lo que en otros países se hace, se verá que hasta puede sobrecargarse à los extranjeros, con mayor suma de imposiciones en compensación de las otras cargas que solo pesan sobre los ciudadanos. No es el ánimo del infrascripto entrar en la cuestión económico-política – solo habla del hecho; y à este respecto, si el Señor Encargado de Negocios recorre la Legislación de la República, encontrará consignado ese principio en la Ley de Patentes, aun en tiempos ordinarios.

Lejos, pues, de que los Extranjeros no estén obligados à tomar la parte que les corresponde en los impuestos que se establecen en tiempo de guerra, es indudable lo contrario y que esta admitido, del modo más expreso, que,

249 Grifo no original.

en épocas y en situación como las que se halla esta Plaza, todos los bienes inmuebles de los Extranjeros están sujetos à las contribuciones de guerra, à la par, con los demás naturales del País.

Esto es por lo que hace al principio. En cuanto al hecho, el infrascripto tiene el honor de hacer observar al Señor Encargado de Negocios, que, el impuesto que establece el Decreto citado de 31 de Marzo, no es una contribución de guerra, y si solo, una renta que por ese medio se proporciona el Gobierno para atender à las necesidades públicas, entre las que indudablemente figuran, en primer lugar, las que afectan de un modo más directo à la conservación de la República.

Esa renta está en el mismo caso que todas las demás que se han creado durante el largo periodo del presente sitio, y sin embargo nadie les ha llamado contribuciones de guerra, ni ha pretendido exonerarse por esta razón de satisfacerlas. Todo lo que podía exigirse en justicia, era la igualdad del impuesto, pero esa falta no puede acusarse al Decreto citado, desde que habla de todas las propiedades indistintamente²⁵⁰, y fija una cuota uniforme.

Al Cumplir con el encargo que el infrascripto ha recibido de S. E. el Señor Presidente de la República, le es grato repetir al Señor Encargado de Negocios las seguridades de su más distinguida consideración.

Manuel Herrera y Obes

Señor Encargado de Negocios de S. M. El Emperador del Brasil

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente da Armada no impedimento do Secretário

[*Anexo*] N° 3

N° 7

Legação do Brasil

Montevideú, 16 de Abril de 1848.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai tem a honra de acusar a recepção da Nota que S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores lhe dirigiu com data de 8 do corrente mês, respondendo a que em 5 do mesmo corrente mês o mesmo abaixo assinado endereçou ao mesmo Sr. Ministro

²⁵⁰ Grifo no original.

com o fim de solicitar de S. Exa. algumas explicações ou modificações pelas quais se viesse no conhecimento de que as disposições dos Decretos de 31 de Março último, e de 3 de Abril corrente, não são aplicáveis aos súditos de Sua Majestade o Imperador.

Pela Nota cuja recepção acaba de ser acusada, se nega S. Exa. o Sr. Ministro a fazer as explicações ou modificações pedidas, tomando para base da sua denegação diversos argumentos os quais podem reduzir-se aos seguintes: 1º – Os estrangeiros, que são vizinhos e têm bens de raiz em qualquer país, estão sujeitos às mesmas imposições a que estão sujeitos os filhos do país para a defesa e segurança do Estado; 2º – Podem lançar-se sobre os estrangeiros impostos mais graves do que sobre os nacionais, a título de compensação pelas isenções de que gozam os mesmos estrangeiros; 3º – Deste modo se executa neste país a Lei das Patentes, pagando os estrangeiros maior imposto do que os nacionais, pelas suas respectivas Patentes, e isto como compensação de não serem obrigados eles, estrangeiros, ao serviço das armas a que são obrigados os nacionais; 4º – Nenhuma reclamação tem havido, nem se tem chamado imposição de guerra os impostos criados durante a guerra atual; 5º – No imposto de que se trata, não há desigualdade, pois que é lançado a todos os edifícios urbanos, e [é] uma quota curta e determinada.

O abaixo assinado sente amargamente não poder convencer-se da força dos argumentos produzidos por S. Exa. o Sr. Ministro, e ter por isso de submeter à consideração do Governo de S. M. o Imperador do Brasil a questão de que se trata.

Não julga o abaixo assinado procedente o primeiro argumento porque entende que se confundiu a obrigação de pagar impostos e tributos gerais sem denominação, nem aplicação alguma especial de guerra, posto que dos dinheiros produzidos pela arrecadação desses impostos se mantenha a defesa e segurança do Estado, com a obrigação de pagar impostos e tributos especiais com denominação e aplicação determinada para sustentação da guerra. Não julga o abaixo assinado procedente o segundo argumento porque dado, mas não concedido, que um dos modos de tornar a condição do estrangeiro menos favorável do que a condição do nacional fosse lançar sobre àquele impostos de que seja este isento, nunca tal princípio poderia ter lugar quando se tratasse de imposições especiais para a manutenção da guerra. Não julga o abaixo assinado procedente o terceiro argumento porque não encontra na denominada Lei de Patentes artigo algum especial acerca de estrangeiros que, aliás, a mesma Lei parece reputar iguais no Artigo 8º da Lei de 24 de Dezembro de 1842 a todos os nacionais, que por qualquer princípio estão isentos do serviço militar, ficando ainda em dúvida o abaixo assinado se a Lei quis na verdade compreender nos mais tributados somente os cidadãos que por disposições

particulares e positivas do Direito Nacional estão isentos do serviço militar ou se a esses cidadãos igualou os estrangeiros, que pelos princípios gerais do Direito das Gentes gozam da referida isenção. É um incidente sobre o qual o abaixo assinado se reserva ocupar a atenção de S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores depois que ao mesmo abaixo assinado forem presentes as instruções que sobre este objeto vai solicitar do Governo Imperial. Não julga o abaixo assinado procedente o 4º argumento, em primeiro lugar, porque omissões não poderiam, rigorosamente falando, servir para indicar e designar direitos ou ausência e privação deles, e, em segundo lugar, porque S. Exa. o Sr. Ministro de Relações Exteriores não estava completamente informado de quanto se havia passado, durante a presente guerra, quando afirmou que neste espaço de tempo nenhuma reclamação tinha havido, nem se tinha denominado imposto de guerra qualquer dos impostos lançados pelo Governo da República. O abaixo assinado toma a liberdade de chamar a atenção de S. Exa. o Sr. Ministro para a Nota que o mesmo abaixo assinado enviou ao Ministério de Negócios Estrangeiros com data de 10 de Outubro de 1845, para a correspondência e protesto a que também deu lugar a denominado Direito subsidiário de [trânsito], e acredita o abaixo assinado que à vista desses documentos se há de persuadir S. Exa. o Sr. Ministro de que durante a presente guerra algum imposto foi lançado pelo Governo da República, ao qual imposto se resistiu além de outras razões; por isso mesmo que tinha o carácter de uma imposição de guerra. Não julga o abaixo assinado procedente o último argumento porque tendo consultado a diversos homens práticos do país, encontra que a opinião destes é totalmente inclinada a julgar que só existe nas expressões e termos em que a lei é concebida a igualdade a que alude S. Exa. As pessoas a que o abaixo assinado se refere entendem que de fato as isenções do imposto virão a recair na sua maior generalidade sobre os nacionais, e a efetividade do mesmo imposto sobre os estrangeiros, circunstância a que o Governo da República há de certamente prestar a mais escrupulosa atenção.

Entretanto, o abaixo assinado se vê na penosa necessidade de declarar a S. Exa. o Sr. Ministro que, em vista das instruções e ordens do Governo Imperial vigentes e análogas ao assunto em questão, não pode o mesmo abaixo assinado consentir em que os Decretos de 31 de Março último e de 3 de abril corrente sejam aplicados a súditos de S. M. o Imperador do Brasil enquanto o Governo Imperial, a cuja presença vai ser levado este negócio, não determinar o contrário. O abaixo assinado, pois, aguardando ordens superiores, se julgará na obrigação de protestar contra qualquer ato praticado com súdito e propriedade Brasileira na execução dos mencionados Decretos.

O abaixo assinado Encarregado de Negócios de Sua Majestade o Imperador do Brasil aproveita-se da ocasião para saudar a S. Exa. o Sr. Ministro com a

costumada e mais sincera expressão de sua mais completa estima e consideração para com a pessoa de S. Exa.

Rodrigo de Sousa da Silva Pontes

Está conforme:

Miguel Carlos Corrêa Lemos

Segundo-Tenente da Armada no impedimento do Secretário

OFÍCIO²⁵¹ • 17 ABR. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 29

3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 17 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

O estado atual de minha saúde não me tem permitido um trabalho tão constante e assíduo como eu desejara; e esta circunstância infelizmente superior à minha vontade explica a razão por que não acusei anteriormente a recepção dos Despachos que por este ofício vou ter a honra de acusar recebidos.

§ 2º

Acuso recebido o Aviso designado com o número 4 dos Despachos da 3ª Seção, e datado de 14 de Janeiro último. Em quanto à nomeação de Vice-Cônsul para esta Cidade, já foi expedida ordem ao Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu, a fim de que proponha pessoa habilitada para esse mister nos termos do respectivo Regulamento.

Há, porém, no Aviso, cuja recepção acuso, outro assunto e algumas expressões para as quais sou obrigado a chamar a atenção de V. Exa. Com referência ao meu ofício designado pelo número 4, disse S. Exa. o Sr. ex-Ministro signatário do citado Despacho de 14 de Janeiro último que, pelo modo com que está escrito a resposta que à minha Nota de 4 de Dezembro p. p. tinha dado o Ministro de Relações Exteriores da República, também em Nota de

251 Anotação, a lápis, no cabeçalho: “Este ofício carece de informações para ser respondido”. No verso da última folha, margem superior, encontra-se anotado: Resp[on]di[do] em 10 de Maio de 1848”.

21 do mesmo mês que eu inclui por cópia no meu dito ofício de número 54 [sic], poderá entender-se que esse Ministro pretendeu sustentar que eu lhe havia proposto a celebração do Tratado que ele anunciara à Assembleia de Notáveis, e que só tinha procurado por via de minha Nota fazer e explicar algumas correções. Julgo desnecessário fazer aqui para minha justificação uma resumida exposição do fato a que se alude, e de que V. Exa. já deve ter pleno conhecimento pela anterior correspondência. Basta, portanto, lembrar que tendo eu feito conhecer ao Ministro de Relações Exteriores do Estado Oriental, primeiramente de palavra, e depois por escrito, quais os termos e as regras segundo as quais o Governo Imperial tem resolvido admitir a praticada extradição, o Ministro da República, desejoso de fazer patente e manifesta uma prova da importância e consideração que o Governo Imperial dava ao Governo de que ele é Ministro, pois não ignorava a força moral que daí lhe podia provir, traduziu aquelas comunicações por convite positivo e categórico de parte do Governo do Brasil para a celebração de um Tratado sobre a extradição; e assim o comunicou à Assembleia de Notáveis. Imediatamente acudi, fazendo explicar e colocar os fatos na sua verdadeira posição e até aqui o meu procedimento mereceu a aprovação de S. Exa. o Sr. ex-Ministro, como V. Exa. já deve conhecer pelo Ofício Reservado que sob o número 6 dos Despachos da respectiva Seção eu tive a honra de endereçar a V. Exa. com data de 24 de Março p. p. Sendo, porém, depois levado ao conhecimento de S. Exa. o Sr. ex-Ministro o teor da resposta a que acima se fez referência, deu S. Exa. a essa resposta a inteligência que acima se indicou, e que (seja dito com a devida vênia) não me pareceria deduzida da aplicação rigorosa dos mais apurados princípios da hermenêutica, se estribada não estivesse na autoridade sempre respeitável de quem uma vez entrou nos Conselhos do Monarca. Na Nota de 21 de Dezembro p. p. disse o Ministro de Relações Exteriores do Estado Oriental que o Governo da República aceitava e teria presentes em tempo oportuno as explicações, correções e prevenções que eu tinha feito pela minha Nota de 4 do mesmo dito mês acerca da comunicação do mesmo Governo dirigida à Assembleia de Notáveis relativamente ao pretendido Tratado de extradição; mas essas explicações, correções e prevenções eram tendentes mui principalmente a verificar e retificar os fatos de maneira que ficasse claro e líquido que não tinha havido convite em nome do Governo do Brasil para a celebração de Tratado algum e que eu não estava autorizado para tal celebração de Tratado, mas se tais explicações se aceitam, claro é que se reconhece a verdade e a exatidão dessas mesmas explicações; nem era possível que de um homem colocado na posição de Ministro se pudesse arrancar uma confissão mais explícita de haver levado precipitadamente à presença do Corpo Legislativo proposições que lhe não foram dirigidas, oferecimentos que lhe

não foram feitos. Na minha limitada inteligência, a Nota de 21 de Dezembro último é um testemunho singular de quanto pode a força da verdade, mas infelizmente não o entendeu assim S. Exa. o Sr. ex-Ministro; e a sua maneira de entender a mencionada Nota me fez parecer à primeira vista que S. Exa. tinha praticado comigo a mais cruel de todas as injustiças. Depois de assinalar S. Exa. a inteligência que segundo o seu pensamento se poderia dar à Nota em questão, acrescentou S. Exa.: “mas a este respeito nada tenho a acrescentar ao que consta do Despacho que dirigi a V. sob o número 21 Reservado, com data de 21 de Dezembro último relativamente a não ter o Governo Imperial mandado propor semelhante Tratado.”

Confesso a V. Exa. que à primeira vista não pude deixar de ver nestas expressões uma clara indicação de que no ânimo de S. Exa. o Sr. ex-Ministro se havia introduzido a suspeita de que na verdade eu tinha feito proposições que não estava autorizado a fazer, e que negava ter feito. O meu primeiro impulso na presença de tão dolorosa injustiça foi pedir a minha demissão, mas considerando que nenhum Ministro de Sua Majestade o Imperador seria tão pouco possuído da dignidade do Governo Imperial que conservasse no posto em que eu me acho colocado, a um homem capaz de dar informações inexatas e falsas, e considerando por outro lado que vinte e três anos de serviços prestados, não com inteligência mais do que ordinária, mas com zelo e probidade, como é público e notório, me devem colocar acima de tão desonrosas suspeitas, persuadi-me de que as expressões de S. Exa. o Sr. ex-Ministro não tem o alcance que talvez nímia suscetibilidade da minha parte lhes tinha dado; mas se a menor sombra de suspeita ou desconfiança de semelhante natureza se levanta a meu respeito perante o Governo Imperial, é V. Exa. muito justo e muito cômico da dignidade do mesmo Governo, da sua própria, e da minha para que deixe de proceder da maneira a mais acertada e conveniente, a fim de que a verdade se apure e apareça em toda sua luz.

§ 3º

Acuso a recepção do Aviso sob o número 5 da 3ª Seção com data de 17 de Janeiro último; e desse Aviso e das cópias de que veio acompanhado vi as providências dadas pelo Governo Imperial, a fim de que cessem as incursões praticadas por alguns Brasileiros no Estado Oriental e para que sejam rigorosamente punidos os autores e cúmplices dessas incursões, procedimento fundado nos princípios restritos do direito e da justiça, e que, por isso mesmo, segundo a opinião de muitos, faz contraste com os fatos que deram origem ou pretexto ao menos a essas, aliás, deploráveis incursões.

§ 4º

Recebi o Despacho designado com o número 6 da 3ª Seção, e que me foi

endereçado com data de 18 de Janeiro último. Fiz quanto por este Despacho me foi ordenado, tanto acerca da reclamação de Manuel Gonçalves de Amorim, como acerca da Polaca *Novo Asylo da Virtude*, ficando certo, além disso, de quanto se me comunicou pelo citado Aviso.

§ 5º

Acuso a recepção do Aviso de 26 de Janeiro último sob o número 7 dos Despachos da 3ª Seção; e pelo teor desse Aviso fico certo de que S. Exa. o Sr. ex-Ministro signatário do mesmo Aviso, depois de tomar em consideração os diversos assuntos de que tratei nos ofícios aí citados, se referia às providências que já tinha dado e constam dos Despachos que indicou.

§ 6º

Foi-me entregue o Despacho pelo qual com data de 28 de Janeiro último sob o número 8 dos Avisos da 3ª Seção se acusou a recepção do meu ofício de 14 do mesmo dito mês sob o número 4 da respectiva Seção, e que continha diversas notícias em cujo conhecimento podia interessar-se o Governo Imperial.

§ 7º

Igualmente recebi o Despacho que S. Exa. o Sr. ex-Ministro Antecessor de V. Exa. se dignou dirigir-me com data de 18 de Fevereiro p. p. sob o número 9 dos Despachos também da 3ª Seção, e ficando certo das instruções que se dignou dar-me S. Exa., indicando o modo por que se devem entender as diversas épocas da emancipação dos escravos nesta República, julgo de minha rigorosa obrigação fazer duas leves observações acerca do conteúdo do mencionado Aviso.

Diz-se neste Aviso que o Protesto do Governo Imperial contra a Lei da emancipação dos escravos de 12 de Dezembro de 1842 foi repetido contra a Lei promulgada pelo General D. Manuel Oribe com o mesmo fim aos 26 de Outubro de 1846. Não foram exatas as informações ministradas a este respeito a S. Exa. o Sr. ex-Ministro, Antecessor de V. Exa. O Governo Imperial deu ordem para que se protestasse contra a dita Lei de 26 de Outubro de 1846, mas parecendo que os termos em que se mandava conceber o protesto importavam de algum modo o reconhecimento de efeitos legítimos da aplicação da outra Lei de 12 de Dezembro de 1842 a súditos e a propriedades de súditos de Sua Majestade o Imperador do Brasil, aplicação contra a qual se tinha protestado com aprovação do Governo Imperial, entendi que antes de lavrar o protesto devia consultar o mesmo Governo Imperial acerca do embaraço que acabo de expor. Assim o fiz, mas como até hoje não recebi a solução desse embaraço, é claro que não podia ter lugar o protesto, que, aliás, se dá por feito no citado Aviso.

A segunda respeitosa observação, que se me oferece, é relativa ao período

em que S. Exa. o Sr. ex-Ministro, referindo-se a ordens do Governo Imperial para que se respeitem os títulos de nacionalidade das embarcações que arvoram bandeira Brasileira, concedidos pelas Estações Públicas do Brasil, ainda quando na concessão de tais títulos se tenham cometido irregularidades, acrescentando que essas ordens não se devem entender de modo que a Legação ou o Consulado devam imitar essas mesmas irregularidades. Se por imitação dessas irregularidades se entende o ato de passar títulos também de feitura, irregulares em si mesmo, confesso que nunca pensei que a Legação ou o Consulado estivessem autorizados a passar títulos de semelhante natureza, mas parece claro que a ordem para respeitar títulos irregulares passados nas Estações do Império importa o mesmo que uma ordem para considerar tais títulos como títulos regulares, e fazer por eles qualquer obra que fazer-se possa por títulos em que tais irregularidades se não encontram. Se esta inteligência não é conforme a mente do Governo Imperial, eu rogaria a V. Exa. que me indicasse com precisão quais os limites até onde chega esse, respeito, que se deve ter pelos títulos irregulares concedidos no Império a embarcações que navegam para o porto de Montevidéu.

§ 8º

Chegou ao seu destino o Despacho de 29 de Fevereiro último sob o número 10 da 3ª Seção; e desse Despacho vejo a derrota de Figueiró, a posição duvidosa dos Governadores de Entre Ríos e Corrientes, e as medidas tomadas acerca de D. Thomaz Moreno. Também estas notícias estão em harmonia com as que geralmente se propalam nesta Cidade vinda da campanha, e que parecem indicar mui claramente um movimento das forças da Confederação e do General Manuel Oribe sobre as nossas fronteiras.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁵² • 20 ABR. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 12

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 20 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Do número incluso do periódico intitulado *Conservador*²⁵³, e que ontem de tarde se publicou, verá V. Exa. a primeira comunicação do Governo desta República à Assembleia dos Notáveis relativamente à negociação Gros e Gore. Por essa comunicação parece claro que o Governo procura fazer face e resistir à força dos acontecimentos, que de um momento a outro estão a cair sobre ele. Os periódicos se esforçam também, pelo seu lado, ou para prepararem os ânimos a sucessos que em lugar de paz vão dar ao General Rosas e ao General Oribe a mais completa vitória, ou para desviarem os Ministros mediadores da senda que tomaram, e pelo qual vão entregar os seus aliados e protegidos aos inimigos e perseguidores destes. Baldados são, porém, no meu entender e no entender das pessoas que me parecem melhor informadas, quaisquer esforços para desviar os Ministros interventores da linha de procedimento que da Europa trouxeram já traçada e lançada nos termos os mais rigorosos. A França e a Inglaterra querem sair a todo o custo do Rio da Prata; sacrificam tudo para alcançarem esse resultado; sacrificam precedentes de cinco anos; sacrificam os seus mesmos aliados e protegidos; e até sacrificam a honra e dignidade de seus respectivos Governos. É para mim fora de toda a dúvida que se o Governo da República se recusa a condições que, aliás, importam a confissão clara da ilegalidade de sua existência e o põe à mercê dos vencedores, a intervenção imediatamente se retira; mas a resistência não poderá ser longa, atenta à falta de recursos pecuniários, o cansaço dos defensores da Cidade e a circunstância de que, sendo estes pela maior parte estrangeiros mercenários, é natural que faltando-lhes o pagamento, não lhes sobre o ardor de pelear. D. Manuel, pois, em virtude de uma transação ou pela força das armas, entrará na praça de Montevideú; mas não se me antolha por isso mais sossegado e risonho o horizonte deste desgraçado país. Oribe está igualmente necessitado

252 Intervenção, a lápis, no cabeçalho: “Acuse o recebimento, e da matéria [do §] dê conhecimento aos Srs. Ministros da Guerra e da Marinha com urgência para se poderem tomar providências apropriadas às circunstâncias, e isto mesmo comunicar [ao Encarregado de Negócios]”. Anotação na margem superior, verso da última folha do ofício: “Resp[ondi]do em 16 de Maio de 1848”.

253 Não transcrito.

de haver meios pecuniários; segundo afirma-se, recusou aceitar a condição de anular as confiscações, contentando-se com prometer indenizações para quando e como seja possível ao Tesouro Nacional realizá-los; o caráter do novo senhor do Estado Oriental o faz temer de todos; as forças Argentinas, ou na realidade o colocam dentro do círculo que lhe marcou Rosas, ou servem de pretexto para que de tal círculo não saia; entretanto, os estrangeiros, que se não iludem com o espírito de partido, se persuadem de que vão ser o alvo de exações e vexações tão graves e dolorosas como os meios de que o Governo atual começou a lançar mão e de que será obrigado a usar para suste-se no caso de que adote esta resolução; e de tudo resulta que com a provável mudança de administração vai crescer a necessidade de ter no Rio da Prata e nas fronteiras do Rio Grande do Sul força bastante para fazermo-nos respeitar.

§ 2º

Ontem se receberam aqui notícias de Buenos Aires, onde geralmente se não acredita em paz. Um indivíduo chegado dessa Cidade, e de cuja inteligência e vontade faço bom conceito, afirma que se preparam os quartéis dos Quilmes; que nos Santos Lugares há uma força de dois mil homens, pouco mais ou menos; que todos os lombilheiros de Buenos Aires estão ocupados em trabalhar por conta do Governo; e que a esquadilha, que baixava o Uruguai, teve ordem para remontá-lo. Estas notícias parece que têm alguma ligação com as que continuam aqui a grassar, de aglomeração de forças de Urquiza, e de Oribe para diversos pontos da nossa fronteira.

§ 3º

Pelo que respeita às tentativas de Rivera para dirigir-se ao Rio Grande, onde serviria somente de perturbar e embaraçar ainda mais o atual estado das coisas, acredito em que nenhuma reclamação se faria, ou pelo menos seria sustentada por parte do Governo atual da República, se o Governo Imperial, usando do seu direito, em vez de fazer intimidar ou expelir do seu território o famoso anarquista, o fizesse pôr em custódia segura por exemplo na Ilha de Fernando de Noronha.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA • 21 ABR. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Legação do Brasil
Montevideú, 21 de Abril de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Recebi a carta de que V. Exa. me fez favor, com data de 21 de Março último, e que me chegou à mão bastante retardada em consequência da longa viagem do Paquete.

Fico certo de quanto V. Exa. me diz; lamento que as coisas tenham chegado no ponto de que não reste outro recurso mais do que a defensiva; um grande ponto de apoio moral e físico para a guerra, que nos ameaça, vamos a perder com a queda de Montevideú e com a restauração do pretendente; estou quase fatalista; pouco me falta para abaixar a cabeça, cruzar os braços e exclamar profundamente resignado: Deus é grande!

Não me admiro de que o Lamas dirigisse a V. Exa. por escrito alguma proposição concebida em termos mais amplos do que os tempos em que lhe tivesse falado sobre o mesmo assunto. Tal é o estilo dos homens políticos deste país, ainda daqueles mesmos que sobressaem, como Herrera e Lamas! Em quanto a moratória a que V. Exa. alude, é claro que o Governo de Montevideú há de pôr toda a moratória de que possa usar, até que se desengane de que o Brasil não acudirá a tempo de livrá-lo das garras dos mediadores, ou das de Oribe, que vem a ser o mesmo se tivéssemos força disponível e pronta; oportuna seria a ocasião de pagarmos aos interventores o desprezo com que trataram a missão Abrantes; mas não quero entreter-me com sonhos. Entretanto, bom é saber que esta gente anima os seus com esperanças que daí lhes manda o Lamas; e conquanto eu não oculto a minha opinião de que o drama está a finalizar, contudo não tenho desenganado formalmente o Governo das suas infundadas esperanças, já porque seria isso acelerar o andamento da negociação que V. Exa. me ordenou embarçar, se pudesse, já porque acreditariam mais bem instruído o seu Ministro aí do que o Encarregado de Negócios do Brasil aqui em quanto este não possa dizer alguma coisa de positivo oficialmente.

Nada mais me ocorre neste momento do que repetir-me de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

OFÍCIO²⁵⁴ • 15 MAIO 1848 • AHI 221/3/7

Nº 31
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 15 de Maio de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

O mau estado de minha saúde me embaraça de acusar a recepção especificamente de todos os Despachos expedidos a esta Legação, e que tenho presentes; e ainda mais me embaraça de submeter à consideração de V. Exa. quaisquer observações que a bem do serviço de S. M. o Imperador poderia suscitar a lição dos mencionados Despachos. Uma e outra coisa farei apenas seja isso possível.

§ 2º

Entretanto, direi sobre o estado atual das coisas deste país que geralmente se afirma ter determinado o Governador de Buenos Aires a D. Manuel Oribe que retire esse mesmo consentimento condicional que ele, Oribe, havia dado às bases da negociação, fazendo-lhe sentir que somente ele, General Rosas, é pessoa suficiente para tratar com os Ministros da intervenção; dizem que foi esta a resposta que trouxe o *Harpy* ultimamente chegado de Buenos Aires. Um tal procedimento, porém, seria de uma tenacidade tão inoportuna que difícil é encontrar uma pessoa imparcial que não aguarde as provas para acreditar que assim se tenha, com efeito, procedido. Se o Governador de Buenos Aires, porém, deu tais ordens ao General Oribe, e este as cumpre, como há de necessariamente cumprir, parece que rotas por esse fato as negociações, sem culpa do Governo da Praça, não deverá ser este constrangido pelos interventores a sujeitar-se às condições com que o General sitiador pretende tratar. No caso contrário, porém, não me atrevo a conjecturar qual será o procedimento principalmente dos Ingleses. Pelo que diz respeito às circunstâncias presentes têm elas um aspecto assaz desagradável. Os sentimentos públicos diminuem de uma maneira mui notável; já não é possível dar todos os dias razões completas à tropa; os proprietários estrangeiros repugnam fortemente o pagamento do imposto lançado sobre as propriedades urbanas, recurso com que o Governo muito contava; as ordens rigorosas dadas à Polícia denotam receios de tumultos e desordens; antes de ontem de noite foram vistos pelas ruas diversos grupos a

²⁵⁴ Intervenção a lápis no cabeçalho: “Acuse o recebimento”. Anotação no verso da última página: “Resp[ondi]do em 21 de Junho de 1848”.

que alguns atribuem intenções de roubar, e que outros explicam por um manejo dos partidistas de Oribe; tal é, em poucas palavras, o estado de Montevidéu.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁵⁵ • 18 MAIO 1848 • AHI 222/4/4

Nº 13

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 18 de Maio de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. a cópia inclusa de parte da correspondência oficial que entre o Ministro de Relações Exteriores da República, o General D. Manuel Oribe, e os Comissários Luis [*sic*] Gros e Roberto [*sic*] Gore têm tido lugar acerca das negociações para a pacificação deste país²⁵⁶; negociações que, segundo ontem me afirmou o referido Ministro, se acham suspensas, ou antes foram rotas porque o Governador de Buenos Aires ordenou a D. Manuel Oribe que retirasse a aceitação que tinha feito das bases para tratar, ainda que por este modificadas estavam tais bases de uma maneira essencial. Acrescentou a pessoa a quem me refiro, e geralmente se diz, que o General Rosas nega ao General Oribe o direito, a faculdade de celebrar negociações com independência do Governo de Buenos Aires. Se isto é certo, claro é que não só Oribe é considerado na mente do Governador como General Argentino, mas também como fazendo parte da Confederação na pretendida qualidade de legítimo Presidente da República Oriental do Uruguai.

255 Anotação no verso: “Ac[usada] a recepção em 22 de Setembro de 1848”.

256 Documentos não transcritos.

Observo que as cópias inclusas me foram confidencialmente comunicadas por D. Manuel Herrera.

§ 2º

Depois das comunicações que acabo de indicar, natural era perguntar ao Ministro da República de que modo, no seu entender, procederiam os Comissários de França e Inglaterra em consequência do rompimento das negociações; mas a esta pergunta respondeu-me o Ministro que a missão de Gros e Gore caminhava de uma maneira tão extraordinária que nenhuma conjuntura bem fundada se podia formar acerca do que se desejava saber. Não sabe, pois, ele, Ministro, se a causa do Governo da República será totalmente desamparada, se lhe davam algum socorro para manter-se até ulterior decisão do Governo de França, ou se aproveitarão o primeiro ensejo de soltar os canhões contra Montevidéu, apesar da maneira pouco respeitosa por que D. João Manuel trata os Governos da Europa. Afirma-se que os Governos de França e de Inglaterra, antes dos acontecimentos de Fevereiro último, estavam de acordo em proteger e auxiliar o desenvolvimento do poder de Rosas sobre ambas as margens do Rio da Prata na persuasão de que o poder de Rosas é o único estável e capaz de manter nestas regiões sossego e tranquilidade, quaisquer que sejam os meios de que para isso costume fazer uso, circunstância que não fazia peso na inteligência dos dois Governos Europeus por acreditarem que esta parte da América só pode ser administrada e regida com segurança pelas mãos do despotismo. Assevera D. Manuel Herrera que esta notícia é positiva e proveniente de muito boa origem; mas atualmente parece nutrir esperanças nas opiniões pessoais de Dupont de l'Eure, Crémieux e Ledru-Rollin²⁵⁷, que se dizem favoráveis à causa da Praça de Montevidéu.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

257 Políticos de esquerda da França com atuação destacada na Revolução de 1848. Fonte: <Britannica.com>. Acesso em: 18 fev. 2021.

OFÍCIO²⁵⁸ • 24 MAIO 1848 • AHI 222/4/4

Nº 14

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 24 de Maio de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Posto que até ontem, segundo me referiu o Ministro de Relações Exteriores da República, ainda o Governo de Montevideú não tinha recebido comunicação oficial por escrito de se haverem rompido as negociações, creio, contudo, verdadeiras as informações e notícias que sobre este assunto levei ao conhecimento de V. Exa. no meu Ofício Reservado de 18 do corrente mês de Maio sob o número 13 dos Despachos da respectiva Seção. O mesmo Comissário Luis Gros me disse que nada se pode fazer porque o General Oribe nada pode sem Rosas; e Rosas nada quer que se faça. Chamo por consequência de novo a atenção do Governo Imperial para este procedimento pelo qual o Governador de Buenos Aires manifestamente se ostenta com força e autoridade para impedir que o Presidente da República Oriental do Uruguai, por ele reconhecido como tal, possa de per si designar e determinar as relações do Estado com outras quaisquer nações estranhas. É claro que na mente do General Rosas a República Oriental deve já reportar-se absorvida pela Confederação Argentina.

§ 2º

Parece, contudo, que as autoridades Francesas ainda não apontaram na marcha que devem seguir em face do que levo indicado. Diz-se que o encarregado de Negócios Devoise e o Almirante Le Prédour são de opinião que se torne a bloquear de fato e com rigor o porto de Buenos Aires, as costas da República Argentina e as costas e portos do Estado Oriental dominados pelo General Oribe. Acrescentam que *Mr.* Gros é de parecer contrário, mas, segundo me afirmou ontem D. Manuel Herrera, todos três concordam em não ministrar socorros pecuniários; e com este estado de coisas pretendeu ele de algum modo legitimar, ou pelo menos explicar a necessidade de promulgar Decretos tais como os Decretos de 20 do corrente mês, pelos quais se lançam impostos gravíssimos sobre alguns gêneros de importação. Como estou persuadido de que tais impostos vão prejudicar os interesses comerciais do Império, estou na resolução de reclamar imediatamente por escrito, não obstante o que ontem

258 Anotação no verso: "Ac[usada] a recepção em 22 de Setembro de 1848".

me disse o Ministro a tal respeito. De tudo darei parte a V. Exa., como cumpre que o faça.

§ 3º

Por fazer ciente a V. Exa. de tudo quanto chega à minha notícia e possa interessar o Governo Imperial, terminarei por dizer que pessoa vinda, há poucos dias, do Cerrito afirma que no Quartel-General de Dom Manuel Oribe se não faz segredo da resolução de agredir a Província do Rio Grande do Sul apenas se tenha concluído a questão de Montevideú. Entretanto, assevera-se que o General Oribe concentra algumas forças, ou seja para dar um golpe sobre a praça, ou seja porque a sua humilde e hoje manifesta e necessária submissão a Rosas começa a fazê-lo impopular entre os seus próprios sectários. A primeira destas duas hipóteses é na verdade muito mais provável.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁵⁹ • 28 MAIO 1848 • AHI 221/3/7

Nº 32
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 28 de Maio de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

O Governo da República Oriental do Urugui publicou a 20 do corrente mês de Maio dois Decretos com o fim de lançar novos impostos em diversos gêneros de importação, como V. Exa. há de ver do número incluso do periódico intitulado *El Conservador* publicado no dia 23 do corrente mês de Maio.

Persuadido de que esses Decretos são prejudiciais aos interesses do comércio

259 Intervenção, a lápis, na margem superior, acima do cabeçalho: “Fico ciente da reclamação”. Nota na margem superior, verso da última folha do ofício: “Resp[ondi]do em 21 de Junho de 1848”.

do Brasil com esta praça, e aos interesses de alguns súditos de Sua Majestade o Imperador, Nosso Augusto Soberano, aqui residentes, entende que cumpria com o meu dever endereçando ao Ministro de Relações Exteriores da República a Nota de cujo contexto V. Exa. terá conhecimento pela cópia que inclusa também tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa.

§ 2º

Entretanto, rogo a V. Exa. que me permita ponderar que à vista desses impostos, e do que ultimamente foi lançado sobre cada barrica de farinha de trigo, se torna cada dia mais cara a subsistência neste país. Os vencimentos do Chefe e dos mais empregados da Legação do Brasil em Montevidéu foram calculados para melhores tempos. Com o mesmo dinheiro não é possível passar hoje com a mesma decência, ainda que se viva com a mais rigorosa economia, como pelo que me respeita, sempre tem acontecido. Parece, pois, que no estado atual das coisas o Governo Imperial deve retirar a Legação ou tomar outra qualquer medida que julgue conveniente.

§ 3º

V. Exa. me há de igualmente permitir que aproveite a ocasião para levar ao conhecimento de V. Exa. que ontem se publicou o primeiro documento oficial relativo ao rompimento das negociações pelo motivo de haver o Governador de Buenos Aires ordenado a D. Manuel Oribe que retirasse o consentimento que tinha dado às bases propostas pelos Ministros ou Comissários de Inglaterra ou França. O documento a que me refiro foi publicado no *Conservador* de ontem de que tenho também a honra de passar às mãos de V. Exa. em exemplar incluso.

§ 4º

Ontem pessoas ao que parece bem informadas afirmavam que o bloqueio será restabelecido em uma e outra banda do Rio da Prata do primeiro próximo futuro mês em diante até ordens ulteriores do Governo de Inglaterra e França, pois que segundo essas mesmas pessoas a que me refiro, desta vez tomaram os Ingleses parte na medida. Pela nossa parte creio que subsistem as ordens anteriores, as quais consistem em reconhecer o bloqueio, quando for efetivo, e em reclamar e protestar pelos atos praticados contra súditos do Império, quando o mesmo bloqueio for ineficaz, parcial e sem efetividade. Tal é a regra que me parece devo seguir enquanto V. Exa. me não der as suas sábias ordens a este respeito. Eu as solicito com a maior instância.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]

Artigos	Preço da Praça	Pesos	Reales	Direitos que paga o introdutor	Novo imposto	Pesos	Reales	Preço por que ficam os artigos	Pesos	Reales
Aguardente	Pipa	85	-	31 ½ %	Pipa	15	-	Pipa	100	-
Café	Quintal	9	-	24 ½ %	Arroba	1	-	Quintal	13	-
Açúcar refinado	Arroba	3	1	24 ½ %	Arroba	1	-	Arroba	4	1
Açúcar branco	Arroba	2	1	24 ½ %	Arroba	-	4	Arroba	2	5
Fumo negro	Arroba	4	-	31 ½ %	Rolo	4	-	Arroba	5	2
Fumo em folha	Arroba	11	-	24 ½ %	Arroba	1	-	Arroba	12	-
Charutos Bahia	Milhar	28	-	35	Milhar	4	-	Milhar	32	-
Gado regular	Por cabeça	70	-	1 Peso por cabeça	Por cabeça	8	-	Por cabeça	78	-

Legação do Brasil em Montevideú, 27 de Maio de 1848.

Miguel Carlos Corrêa Lemos
Secretário Interino

OFÍCIO²⁶⁰ • 02 JUN. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 33
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéo, 2 de Junho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Em aditamento ao que tive a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. acerca dos Decretos publicados nesta Cidade em 20 do mês de Maio p. p. e acerca da reclamação que sobre o objeto e assunto desses Decretos enderecei ao Ministro de Relações Exteriores da República, releva informar, outrossim, a V. Exa. que os taberneiros de Montevidéo, em consequência da publicação dos ditos Decretos, resolveram fechar as respectivas tabernas, tomando esta resolução ao que parece de *motu proprio* a maior parte, e alguns constrangidos pelos outros. Em virtude disto publicou o Governo outro Decreto com data de 29 do dito mês de Maio p.p., ameaçando com proibição de tornar a abrir as referidas vendas e de comerciar para o futuro em qualquer ramo de negócio dentro dos limites da República a todos os taberneiros que dentro do prazo determinado não abrissem, com efeito, as suas respectivas tabernas. O teor do Decreto conhecerá V. Exa. do exemplar incluso. Cumpre-me, porém, observar que todos os compreendidos no Decreto obedecerão; e como da parte dos Brasileiros, que se ocupam nesta praça com o negócio de tabernas, até hoje não houve representação ou reclamação alguma a esta Legação, ao mesmo passo que não consta igualmente de representação ou reclamação de algum Agente Diplomático ou Consular ao Governo do país, entendo que devo aguardar ordens ulteriores de V. Exa.

§ 2º

Pelo que respeita ao estado atual das coisas, parece que no caso de conduzir o Pacote algumas ordens dos Governos de França e Inglaterra com respeito aos negócios do Rio da Prata, serão, como cumpre, tais ordens observadas. No caso contrário, parece que as Autoridades interventoras têm tomado a deliberação de repor as coisas no estado em que se achavam antes de entabular-se a negociação que acaba de romper-se em consequência da ordem positiva que para isso dera o Governador de Buenos Aires ao General sitiador da Praça de Montevidéo segundo é pública voz e fama.

260 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 21 de Junho de 1848".

Em Despacho Reservado voltarei a esta matéria.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

CARTA²⁶¹ • 03 JUN. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevidéu, 3 de Junho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Ainda uma vez obrigado a pedir a V. Exa. que me permita deixar para daqui a alguns dias a resposta que, aliás, deveria dar imediatamente às Cartas Confidenciais de que V. Exa. me tem feito favor. Por hoje apenas acho urgente, para que os fatos se não desfigurem na presença de V. Exa., expor o seguinte. O Governo de Montevidéu, colocado numa crise de grandes dificuldades e não pouco ameaçado de movimentos no interior da praça, julgou acertado fazer sair para fora alguns indivíduos geral e publicamente indigitados como conhecidos Agentes de D. Manuel Oribe. Esta medida compreendeu súditos Franceses, Espanhóis e dois súditos Brasileiros, Joaquim Antonio de Carvalho e Alexandre José de Oliveira. Tiveram estes dois ordem para sair dentro de 24 horas; mas a pedido meu lhes concederam os dias que lhes foram necessários para arranjamem os seus negócios. Oliveira consta-me que foi para Buenos Aires, apesar de que eu o aconselhava a ir para bordo de um dos nossos navios de guerra até ver se passava a tormenta. Carvalho ainda está em Montevidéu. O procedimento destes homens é tão conhecido como partidistas de Oribe, que seria coisa ridícula negá-lo; e pelo que geralmente se diz acerca de um Francês de nome Barreau, que mandado sair foi para o acampamento inimigo, receei que exigir um processo fosse comprometer os tais nossos concidadãos. De mais, se o Governo da praça, coadjuvado pelos interventores, tomar posição forte, não receará intrigas de gente cujos sentimentos são conhecidos; e passado algum tempo, não me será difícil de obter permissão para que Carvalho e Oliveira

261 Anotação, a lápis, na margem superior: "Leg[ação] em Montevidéu".

voltem a Montevidéu. Aqui tudo se esquece prontamente. Se, porém, a praça cair nas mãos de Oribe, é natural que considere os seus dois amigos políticos como mártires da sua santa igreja. Cumpre notar que um e outro, posto que se digam inocentes, nunca exigiram de mim que solicitasse do Governo outra coisa mais do que alguns dias para aprontar-se e sair. É quanto nesta ocasião pode levar ao conhecimento de V. Exa. quem se preza de confessar-se de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes

CARTA²⁶² • 14 JUN. 1848 • AHI 222/4/4

CONFIDENCIAL

Montevidéu, 14 de Junho de 1848.
Ilmo. e Exmo. Sr.,

Demorou-se o *Magellan*; e creio que cada dia traz mais uma vacilação, uma alteração de novo [das] [de]liberações de *Mr. Gros*. Que longa e penosa vai [sendo a] agonia de Montevidéu! Depois de haver escrito a minha carta de ontem, tive ocasião de encontrar o Ministro de Relações Exteriores ditando uma Nota [para o] Sr. Gros, na qual se queixa e repele os termos e [condi]ções com que se lhe declara oferecido o subsídio [de] [...] mil pesos mensais. É um empréstimo a que o [Comissário] Francês quer que se hipotequem as rendas do Estado, [e que] se hão de cobrar para o ano de 1850. O subsídio, [além] disso, deve ser despendido somente com a Legião Francesa e o Cônsul Francês deve fiscalizar se as quantias do subsídio são ou não são aplicadas a outro objeto.

Vi na *Gazeta Mercantil* de Buenos Aires de 7 de Junho corrente a tradução da sentença proferida pelo Conselho de Estado de França acerca do apresamento do navio Brasileiro *Conde de Thomaz*; e ainda que a tradução está evidentemente mal feita, parece que seria conveniente saber os verdadeiros termos da [ilegível] [deste] negócio, pois esse conhecimento nos levará a conhecermos em que o Governo Francês entende as conven[ções] com o Governo Imperial sobre a importante matéria [dos] apresamentos.

262 Anotação, a lápis, na margem superior: "Leg[ação] em Montevidéu".

[Esta] ocasião nada mais se oferece do que repetir-me de V. Exa. Amigo e obrigadíssimo criado.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

OFÍCIO²⁶³ • 01 JUL. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 39
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 1º de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Para iludir as ordens do Governo de Buenos Aires, em virtude das quais não se permite desembarcar no porto daquela Cidade gêneros procedentes de Montevideú ou conduzidos a bordo de embarcações que tenham tido comunicação com o porto desta mesma Cidade de Montevideú, consta que deste porto vão gêneros e navios a portos do Brasil com o fim de receber despachos por meio dos quais aparentem depois em Buenos Aires que tais gêneros e navios não procedem do porto de Montevideú, mas sim dos portos do Império. Parece que tal é a causa da ordem expedida em 14 de Junho último pelo Ministério de Fazenda de Buenos Aires ao Coletor Geral da República, a fim de não permitir que os navios procedentes do Rio Grande ou de outros portos do Brasil cujos carregamentos não sejam produtos do Império, mas constem totalmente ou em parte de outros produtos estrangeiros, realizem a respectiva descarga sem que os respectivos capitães justifiquem precedentemente que receberam os carregamentos da praça do porto de sua procedência.

Por se achar exarado esta ordem na *Gazeta Mercantil* do dia 15 do dito mês de Junho p.p., levo ao conhecimento de V. Exa. o incluso exemplar da citada Gazeta.

²⁶³ Anotação no verso da última página do ofício: “Resp[ondi]do em 9 de Agosto de 1848”. O periódico e o documento mencionados como anexos não se encontram no volume.

§ 2º

Incluso encontrará V. Exa. também um exemplar de um plano de finanças que acaba de ser publicado nesta Cidade. Parece-me que este plano labora em dificuldades que o tornam impossível na execução, além dos erros que poderá ter contra os princípios da ciência; mas como aí se trata de estabelecer um porto-franco em Montevideú, e muitos acreditem que as Autoridades Inglesas tomam debaixo da sua proteção o desenvolvimento desta ideia cujos efeitos, posta ela em prática, mal deixariam de fazer-se sensíveis aos interesses comerciais e aos rendimentos públicos do Império, entende que não seria fora de propósito levar isto mesmo à notícia de V. Exa., posto que ainda quando se tratasse deste assunto seriamente por parte do Governo de Montevideú, o que por ora tenho razão para acreditar que não acontece, estou persuadido de que não seria a conjuntura atual o momento a propósito para levar a efeito a ideia indicada. Conheço, porém, que com razão ou sem ela, se tem querido já dar alguma importância ao plano e, para que ao menos não cheguem desfiguradas as coisas à presença do Governo Imperial, acredito que será conveniente esta informação.

§ 3º

A defesa desta praça continua a lutar com dificuldades provenientes hoje em primeiro lugar, ao que parece, das exigências do Encarregado de Negócios de França para que o prometido subsídio dos quarenta mil pesos mensais seja empregado não exclusivamente na sustentação do exército, mas com preferência na manutenção das famílias francesas indigentes.

Dificuldades também de não pequena consideração necessariamente devem resultar da falta de confiança da praça nas letras sacadas pelas Autoridades Francesas.

Os Franceses retiraram para bordo os marinheiros que tinham em terra guarnecendo parte das linhas da praça; entregaram às forças do país a fortaleza da Ilha da Liberdade ou de las Ratas²⁶⁴ que ocupavam; e tenho razões para persuadir-me de que antes de receberem ordens de França, nenhum outro ato de hostilidade praticarão mais do que o bloqueio, ainda quando solicitadas, sejam para coadjuvar alguma empresa.

Tal é o estado atual das coisas; e nesta sucinta exposição, deixo de mencionar diversas notícias ultimamente propaladas acerca de movimentos de Urquiza e Garzón, e de medidas próximas a serem tomadas pelo Restaurador, porque nenhuma dessas notícias tem fundamento digno de atenção e crédito.

Deus Guarde a V. Exa.

²⁶⁴ Pequena ilha com cerca de cinco mil metros quadrados localizada no fundo baía de Montevideú.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco²⁶⁵
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁶⁶ • 10 JUL. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 18
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 10 de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Parece que o Governo de Montevideú, por meio de pessoa de sua confiança aqui residente e de pessoas da confiança do General Rosas residentes em Buenos Aires, fez constar a este que não só estava o mesmo Governo disposto, mas até desejoso, de celebrar com o Chefe da Confederação Argentina algum pacto ou convenção pela qual se terminasse a questão que continua a agitar as Repúblicas do Rio de Prata. Pessoa digna de crédito afirmou ter visto um papel escrito de letra do General Rosas, mas sem assinatura, nem forma de Ofício ou de Nota, no qual papel se dizia, como em resposta a aquelas insinuações, que o Restaurador não pode tratar com o Governo de Montevideú porque o não reconhece como Governo legítimo da República Oriental do Uruguai; que o Governo de Montevideú deve tratar com o General Oribe, ou antes submeter-se a ele; e que o Governo de Buenos Aires apenas pode prestar-se a fazer o papel de mediador neste negócio. Estou persuadido de que é exato quanto até aqui levo exposto, mas não tenho motivos iguais para asseverar que seja igualmente certa a nomeação de um tal Suro e de D. Lourenço Torres, por parte do General Rosas, como mediador para tratarem do assunto com

265 Bernardo de Souza Franco (1805-1875). Político, bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda em 1835. Aos 18 anos, participou da luta pela independência no Pará. Procurador fiscal, em 1836 foi juiz em Belém. Foi, de 1843 a 1856, deputado e, de 1856 a 1875, senador. Foi presidente das províncias do Pará, Alagoas e Rio de Janeiro. Em 1848, foi ministro e secretário de Negócios Estrangeiros. Atuou como comissário para a demarcação de limites com a Guiana. Fonte: IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, sócios do instituto*. Rio de Janeiro, 1996.

266 Anotação na margem superior no verso da última folha: “Resp[ondi]do em 11 de Agosto de 1848”.

o General D. Manoel Oribe. Diz-se também que por parte do Governo de Montevidéu será nomeado para esta comissão D. Francisco Joaquim Muñoz. O nome de Suro chega pela primeira vez ao meu conhecimento. Ignoro os precedentes deste indivíduo. D. Lourenço Torres é assaz conhecido por suas veementes diatribes na Casa dos Representantes de Buenos Aires contra os Poderes Interventores e contra o Brasil. Muñoz é mui conhecido pela influência que teve na administração deste país durante que foi ele regido pelo Visconde da Laguna e nos movimentos de que resultou separar-se do Império esta República; mas se nada sei com certeza acerca dessas nomeações, também não posso indicar precisamente o grau de autenticidade que podem ter os artigos da desejada convenção aos quais alude o *Conservador* de hoje, que V. Exa. encontrará incluso²⁶⁷, assim como uma cópia dos mencionados artigos. Se hei de estar pelo que anteontem me asseverou D. Manuel Herrera, tais artigos são apócrifos; e a convocação que ele fez dos Chefes dos diversos corpos da guarnição desta praça não teve outro fim mais do que comunicar-lhes a disposição em que se acha o Governo de Montevidéu de tratar com o Governador de Buenos Aires e com o General D. Manuel Oribe. D. Manuel Herrera diz ter procedido deste modo para que os passos do Governo, quando se soubesse *aliunde* que se tinha entabulado negociação, não fossem atribuídos a tentativas de traição, pois que no estado de excitação e de inquietação em que se acham os espíritos, fácil é dar acesso a suspeitas de semelhante natureza. Acrescentou, além disso, que qualquer que forem as estipulações, está ele na firme resolução de fazê-las conhecer do Governo Imperial, e de solicitar a garantia do Governo do Brasil. Não sei se estas impressões são sinceras, ou se Herrera poderá pôr em execução as intenções de que se acha possuído. Por um lado me parece que D. Manuel Herrera deseja fazer a paz a todo o custo; e por outro lado consta que D. João Manuel, no ato de entregar ao portador o papel de que o encarregou para os membros do Governo de Montevidéu, e que é semelhante ao conteúdo do mencionado papel, manifestou em termos fortes e enérgicos a sua deliberação de acabar quanto antes com a luta das Repúblicas do Prata para quanto antes levar a guerra à Província do Rio Grande do Sul. Assim o referiu a pessoas dignas de crédito um Argentino de nome Baringhaus, que foi o portador do bilhete e do recado, e que é conhecido por serviços prestados a Rosas em Corrientes e outros lugares. Esta notícia parece na verdade confirmar-se pela que geralmente corre; e de Buenos Aires vi transmitida em carta de pessoa ordinariamente bem informada, de que mil e tantos homens devem marchar ou já devem ter marchado do lugar do Tonelero para incorporar-se ao exército de D. Manuel Oribe; e cumpre não perder de vista que terá Rosas direta e indiretamente à sua disposição todas as

267 Não consta no volume.

forças de ambos os partidos, que pelem atualmente no Estado Oriental, se a guerra conclui por um ajuste de paz em que represente D. João Manuel o papel de mediador. Com mais facilidade, dada essa hipótese, o teremos sobre a fronteira; e contra nós se terá erguido não só a força bruta do Estado Oriental, mas ainda o mesmo partido que hoje predomina nesta Cidade, e que no seu seio conta as inteligências mais notáveis do país. Entretanto, o Governo de Buenos Aires procura aliciar e atrair os homens mais importantes dentre os emigrados Argentinos. Acredita-se em que será publicado por todo este mês um Decreto de anistia. Parece, pois, fora de dúvida, que Rosas concentra e aglomera em roda de si forças e interesses; e Rosas não é homem de praticar atos de semelhante natureza sem algum fim de transcendente importância.

O que levo expendido me parece bastante para que o Governo de Sua Majestade o Imperador, prevendo as diversas espécies que das circunstâncias atuais podem resultar, expeça, a quem quer que tenha de suceder-me nesta missão, as instruções que julgar convenientes ou necessárias.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO • 15 JUL. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 40
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 15 de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Levo ao conhecimento de V. Exa. a representação inclusa, pela qual os Professores de Química Lenoble e Mendes, residentes nesta Cidade, solicitam um privilégio de quinze anos pela descoberta que dizem terem feito de um método para tirar o sabor e cheiro desagradável à aguardente de cana, lhe conservando todas as qualidades do espírito de vinho.

§ 2º

Pela mesma ocasião, com as amostras do líquido preparado, passo também às mãos de V. Exa. para ser oferecido a S. M. o Imperador um exemplar da obra há pouco publicada sobre química pelo dito Lenoble. O autor faz o oferecimento e solicita a honra da aceitação.

Certo de quanto o Nosso Augusto Soberano Protege e Honra as ciências e os que as cultivam, não hesitei um instante em fazer-me o intérprete dos desejos do Professor Lenoble na presença de V. Exa. para que sejam elevados ao Conhecimento de Sua Majestade o Imperador.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁶⁸ • 17 JUL. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 41
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 17 de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Pela cópia inclusa da carta que acabo de receber do Ministro de Relações Exteriores da República verá V. Exa. a tentativa de revolução que teve ontem lugar nesta Cidade.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

268 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 9 de Agosto de 1848".

[*Anexo*]

Mi amigo y Señor,

El suceso de anoche es del todo insignificante. El sargento, que el 1º de Abril de 1846, hizo el motín en favor de Rivera, hoy que es Teniente del mismo Cuerpo que hizo aquel movimiento, engañando à su Compañía y à algunos otros soldados más, por todo 60 à 70 hombres, vino con ellos à la Plaza, en donde se les reunió el General Martínez, según dice él, forrado por el Coronel Dupuy, y unos cuantos oficiales más; en seguida, los amotinados se apoderaron de la casa de Representantes, y allí permanecieron, hasta las 6 de la mañana, en que, viendo que venían fuerzas sobre ellos, y que su movimiento no era secundado por cuerpo ni individuo alguno, se despresaron, podando solo en la casa los soldados, que protestan no saber el objeto para que los habían traído à aquel paraje.

Han sido aprendidos, y se están enjuiciando ya, el citado General, los sargentos que tomaron parte en el motín y casi todos los Oficiales que aparecen complicados en aquel suceso. El Teniente que dirigió el movimiento, no quiso entregarse preso, y fue muerto en el acto, por la fuerza encargada de aprenderlo, pues según el parte dado, hizo resistencia armada.

V. S. puede estar cierto, de que este hecho es aislado, y sin ninguna ramificación en el Ejército, por lo que V. S. puede estar perfectamente tranquilo. Con este motivo tengo el gusto de repetirle de V. S.

Su muy atento y afecto amigo,
[segº.] Señor Q. B. S. M.

Manuel Herrera y Obes

Ilmo. Señor Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos
Secretário Interino

OFÍCIO²⁶⁹ • 17 JUL. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 19

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 17 de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Perece, com efeito, fora de dúvida que o Argentino Baringhaus, de quem falei no meu Ofício Reservado de 10 do corrente mês de Julho sob o número 18 dos Despachos da respectiva classe, regressando a Buenos Aires a bordo do vapor Inglês *Harpy*, foi portador de uma carta do Ministro de Relações Exteriores, D. Manuel Herrera y Obes, dirigida a D. Lourenço Torres, na qual carta se dizia que o Governo de Montevidéu está disposto a entrar em negociações logo que o Governo de Buenos Aires dê para isso a qualquer indivíduo as necessárias credenciais. Parece também certo que, instado Herrera por Baringhaus para fazer alguma declaração explícita do pensamento deste Governo relativamente à proposição, que em todo o caso deve ser a primeira base das negociações, isto é, relativamente ao reconhecimento do General D. Manuel Oribe na pretendida qualidade de Presidente da República, respondera que tal proposição não aceitava, nem rejeitava. O fato de não se rejeitar *in limine*²⁷⁰ uma proposição que importaria por parte do Governo de Montevidéu a manifesta e clara confissão de haver feito a guerra injustamente e sem motivo, cambiando completamente as posições dos que até hoje no sentir do mesmo Governo se dizem legalistas ou rebeldes, é na verdade um fato bem significativo e digno de atenção. Iguais dados tenho, isto é, informações de pessoas ordinariamente bem instruídas, do que se passa; para não me admirar, se progredindo a negociação de que se trata, dá ela por último resultado um ajuste, convenção ou tratado de aliança entre a República Oriental do Uruguai e a Confederação Argentina em termos tais que a República fique de fato na dependência da Confederação, e que as dificuldades, com que brevemente há de lutar o Império, dupliquem de força e de celeridade, como parece indicá-lo a ideia de que Oribe, reconhecido Presidente, se conserve na campanha à frente do exército, e as funções de Presidente à testa do Governo sejam exercidas pelo Presidente do Senado, como Vice-Presidente nato, segundo as disposições da Constituição da República. Creio que não está longe o tempo em que tenham

269 Anotação no verso da última folha, margem superior: "Resp[ondi]do em 11 de Agosto de 1848".

270 Desde logo, no princípio (de um processo), em consideração preliminar (latim).

de sentir-se as fatais consequências da maneira inexplicável por que a França e a Inglaterra têm marchado nos negócios do Rio da Prata, e dos embarços que a intervenção tem suscitado ao menos indiretamente ao Império do Brasil com relação à parte e ação que devíamos ter no destino destes países, e que se não há de conseguir pela política da neutralidade, como por vezes tenho levado à presença do Governo Imperial; e por hoje acrescentarei apenas que, tendo falado com D. Manuel Herrera depois de haver escrito o meu citado Ofício de 10 do corrente, fiquei persuadido de que Herrera dá mais valor do que manifestou dar anteriormente às proposições cuja cópia acompanhou o indicado Ofício, posto que ele sempre proteste de que por si nada fará que possa dar prejuízo à dignidade do Governo, ou à independência da República, e que, a ser possível, não seja assegurado pela garantia do Governo Imperial, mas ele mesmo inculca por coisa nada extraordinária a sua saída do Ministério, e a entrada de outrem, que não tenha em vista essas considerações. De novo, pois, se torna palpável a necessidade de instruções a quem quer que haja de suceder-me, para saber haver-se nas diversas espécies que de tais circunstâncias podem surgir.

§ 2º

Passa como certo que o General Rosas recusou aceitar e reconhecer como Cônsul da Grã-Bretanha em Buenos Aires a Martin Hood, nomeado pelo Governo Inglês para exercer as funções daquele cargo. Parece que o Restaurador não quer admitir Agente algum Público da Inglaterra antes de se lhe darem satisfações pelos atos de hostilidade contra o Governo de Buenos Aires praticados pelas forças Inglesas; e talvez exige ele também a indenização prévia do dano causado.

§ 3º

Parece que se realiza a prestação pecuniária dos Franceses ao Governo de Montevidéu, deduzidos mensalmente seis mil pesos, que são exclusivamente empregados em socorrer às Famílias Francesas necessitadas. Entretanto, vai partir para o porto do Rio de Janeiro o navio de guerra Francês *Pandour*, e para a Bahia o que tem por nome *Expeditive*, também pertencente à mesma esquadra, ficando assim diminuídas as forças que fazem o bloqueio, em cuja efetividade creio que ninguém pensa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
 Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁷¹ • 21 JUL. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 42
 3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
 Montevidéu, 21 de Julho de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Os periódicos de hoje publicados nesta Cidade confirmam a notícia anteriormente propalada de que o Cônsul nomeado pelo Governo de Inglaterra para a Confederação Argentina, o Sr. Martin Hood, não tinha sido recebido nessa qualidade, e que o Governador de Buenos Aires havia declarado que não receberá Agente algum público do Governo Inglês enquanto por este lhe não forem dadas as satisfações e realizadas as indenizações que exige aquele pelas injúrias que à Confederação tem feito o Governo Inglês, e pelos danos que à mesma Confederação tem causado o mesmo Governo.

O regresso de *Mr. Wood* para esta Cidade de Montevidéu a bordo do *Harpy*, e a próxima saída do *Alecto* para esse porto do Rio de Janeiro com participações, que segundo se afirma, devem ser levadas pela *Comus* à Inglaterra, parecem também confirmar a notícia a que me refiro; e desta posição que toma o Governador de Buenos Aires, tão hostil para com a Grã-Bretanha, deduzem muitos que o General Rosas cuida sinceramente em concluir a luta da República Oriental de maneira que não possa este Estado incomodá-lo, se porventura não vai de algum modo coadjuvá-lo, nas sérias e graves questões que o Restaurador começa a suscitar contra um dos Poderes Interventores, e que em pouco tempo suscitará contra o outro. As pessoas a cuja opinião aludo, se persuadem de que uma convenção do Governo de Montevidéu com o General Oribe será acompanhada ou imediatamente seguida de um Tratado de Aliança, que há de pôr a República Oriental do Uruguai tão dependente do Governo de Buenos Aires como qualquer Província da Confederação Argentina.

271 Anotação no verso, margem superior: "Resp[ondi]do em 9 de Agosto de 1848".

É uma espécie cuja possibilidade requer do Governo Imperial instruções a propósito para quem quer que haja de suceder-me nesta Legação.

§ 2º

Entretanto, eu passo às mãos de V. Exa. o exemplar incluso do *Commercio do Prata* de hoje, onde se encontra a notícia de que acabo de tratar; e onde se menciona tanto a questão suscitada nessa Corte pelo Ministro Argentino sobre o imposto especial que pagam no porto de Santos os navios estrangeiros, que nele despacham, como a notícia de que da província de Corrientes se aproxima para a fronteira do Uruguai uma força de mil homens; mas não deixa também de ser notável o que as cartas de Buenos Aires referem acerca das intenções de Rosas, e de que igualmente se faz menção no citado periódico.

É quanto nesta ocasião posso submeter à consideração do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁷² • 11 AGO. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 20

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideu, 11 de Agosto de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Ou seja que o Governo da República Oriental do Uruguai se ache por tal modo preocupado com as penosas condições de sua precária existência, que lhe não alcance o tempo e a força de espírito para atender às exigências ainda as mais justas e bem fundadas dos Agentes dos Governos Estrangeiros, ou seja

272 Intervenção, a lápis, no cabeçalho: “Ao Conselho de Estado sobre a questões de Nacionalidade”. Anotação no verso da última folha: “Resp[ondi]do em 25 de Outubro de 1848”.

que, por extremo débil e fraco, mal possa fazer-se obedecer das autoridades subalternas, de cuja boa ou má vontade, capacidade ou inépcia estão muitas vezes dependendo não só informações necessárias para cabal satisfação dessas exigências, mas também ordens positivas, terminantes, definitivas, expedidas em último resultado pelo Governo, mas que a inércia ou alguma outra causa proveniente dos executores torna quase inutilizadas na prática; é certo que a reclamação ainda a mais clara, menos duvidosa, com melhor direito deduzida, não se pode levar a efeito perante o Governo da República sem uma longa e demorada troca de Notas e de requisições.

§ 2º

Para submeter à consideração do Governo Imperial alguns fatos comprobatórios das asserções contidas no § antecedente, passo às mãos de V. Exa. as cópias inclusas das Notas que tive que endereçar ultimamente ao Ministro de Relações Exteriores da República, designando-as com os números 12, 14 e 17²⁷³. Nesta correspondência não fiz mais do que instar pela decisão de reclamações anteriores, as quais versam todas (no meu entender, ao menos) sobre assuntos fora de toda e qualquer dúvida de que a justiça e a razão pugnavam do lado dos reclamantes. Os fatos eram os seguintes: 1º – A viúva de um súdito Brasileiro Joaquim dos Santos reclamava que D. Mauricio Davila fosse processado pelo crime de homicídio perpetrado na pessoa do finado marido da mesma viúva; 2º – José Vera, súdito Brasileiro constrangido ao serviço no Exército da República reclamava que se lhe desse baixa; 3º – Francisco Gonzales Viscaino, súdito Brasileiro obrigado a prestar serviço de armas na defesa da praça de Montevidéu ou a pagar a um indivíduo que por ele o faça, reclamava ser aliviado deste ônus incompatível com as imunidades de estrangeiro; 4º – Informado eu de que os Officiais encarregados de fazer recrutamento e outras autoridades subalternas cometem o insuportável abuso de cassar a súditos de Sua Majestade o Imperador, Nosso Augusto Soberano, os títulos de nacionalidade e proteção concedidos por esta Legação, como se tais títulos obtidos fossem ob- e sub-repticiamente, e como se tais oficiais e autoridades subalternas jurisdição tivessem para julgar e invalidar aqueles títulos, reclamei sobre este objeto como cumpria.

Das Notas que me dirigiu o Ministro de Relações Exteriores, e que deram lugar às que lhe enviei em 3 e 10 de Agosto corrente, designando-as, como disse, com os números 14 e 17, claramente se prova, como V. Exa. há de ver das cópias juntas, que o Governo da República julgou bem fundadas as indicadas reclamações, e a respeito delas prometeu expedir, ou declarou já ter expedido as ordens necessárias, com exceção do que diz respeito às pretensões

²⁷³ Anexos não transcritos.

de Gonzales Viscaïno, cuja qualidade de súdito Brasileiro recusa o Ministro de Relações Exteriores reconhecer, como vou informar a V. Exa. no § seguinte.

§ 3º

Francisco Gonzales Viscaïno é nascido em Montevidéu, quando esta Cidade fazia parte do território do Império. Aos nascidos em Montevidéu, durante a incorporação da Província Cisplatina com o Brasil, tem sido prática da Legação de tempos anteriores ao tempo da atual gestão conceder o título de nacionalidade e proteção. Esta prática funda-se provavelmente no princípio estabelecido pela Constituição do Brasil, segundo a qual são Brasileiros os nascidos no território do Império, e no fato de que Montevidéu, ao tempo do nascimento dos indivíduos de que se trata, fazia parte desse mesmo território. Parece que D. Manuel Herrera, segundo verbalmente me indicou depois de haver recebido a primeira Nota acerca de Viscaïno, entende que se devem com efeito considerar Brasileiros os nascidos em Montevidéu durante a incorporação, quando esses indivíduos são filhos de Brasileiros, mas não quando seus progenitores eram Espanhóis ou tenham outra qualquer nacionalidade. Não me consta que o Governo da República fizesse anteriormente em caso algum a distinção que se pretende fazer agora, e que segundo pude entender das impressões do Sr. Herrera apenas tem por base uma aplicação sutil da ficção conhecida na história da jurisprudência Romana pela denominação de “*Postliminio*”²⁷⁴. Acrescentou o Ministro que daria ordens e instruções ao seu Representante nessa Corte para que entabulasse e discutisse com o Governo Imperial a questão de que se trata; mas prevendo eu de quanta vantagem poderia ser para essa questão o conhecimento exato dos fatos tais quais eles se têm passado, exigi do sobredito Ministro que me comunique por escrito os argumentos em que funda a sua opinião e que devem servir de base à discussão, a fim de que eu possa ministrar a V. Exa. as informações que julgar convenientes. Anui o Sr. Herrera a esta exigência; e por escrito prometeu satisfazer a ela, como se vê da correspondência junta, mas até hoje não o tem feito. Logo que o faça, levarei ao conhecimento do Governo Imperial quanto me foi comunicado, e farei as observações que possam vir a propósito; mas antes de levantar mão deste assunto, não será extemporâneo observar desde já que no caso de se pretender hoje por parte do Governo de Montevidéu estabelecer como princípio que todos os habitantes desta praça que *ex vi*²⁷⁵ do Artigo 8º da Convenção Preliminar de Paz de 1828 não saíram do território da República até o juramento da Constituição do Estado, se devem considerar

274 Direito ou regra de direito internacional ao abrigo do qual pessoas ou coisas tomadas por um inimigo na guerra voltam a ficar sob o controle do seu próprio estado; como regra geral, recuperam os direitos que lhes pertencem antes da captura (latim).

275 Por força, em virtude de (latim).

súditos da República; antes de consentir em tal princípio é necessário ter em vista o modo prático por que no ato da separação e reconhecimento da independência da República se fez distinção de súditos da mesma República e súditos do Império, tendo em vista a correspondência que sobre o citado Artigo 8º da Convenção Preliminar de Paz teve lugar entre o Consulado do Brasil em Montevideú, o Ministério de Relações Exteriores da República e o Ministério de Negócios Estrangeiros do Império, correspondência que deve constar dos arquivos desta última Repartição.

Entretanto, porém que o Ministro de Relações Exteriores desta República me não faz a prometida exposição da sua doutrina, e que o Governo Imperial não decide sobre ela, desejaria saber se devo ou não considerar como súditos do Império os nascidos no território da República ao tempo em que ela fazia parte do território do Império, quer esses indivíduos sejam filhos de Brasileiros, quer sejam filhos de Espanhóis, de Orientais ou de progenitores que tinham outra qualquer nacionalidade; e no caso de que o Governo Imperial decida negativamente, convirá sem dúvida também ao serviço de Sua Majestade o Imperador que se me declare se devo cassar os títulos de nacionalidade já concedidos, ou se a Legação deve somente abster-se de conceder outros em idênticas circunstâncias.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Nº 46
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 18 de Agosto de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

O súdito Brasileiro Alexandre de Abreu Valle Machado, residente e possuidor de um campo em Jacaré-Cururú na fronteira da República Oriental do Uruguai com o Império do Brasil, representou a esta Legação que o General D. Servando Gómez, não obstante a sentença cuja certidão produzia Valle Machado, pretendia esbulhá-lo da posse e gozo do dito campo, ameaçando e praticando outros atos de violência, como V. Exa. verá da exposição junta, designada com o número 1º; e trouxe o dito reclamante este negócio ao conhecimento da Legação porque no estado de desorganização administrativa em que a guerra e outras causas têm conservado todo o território da campanha não se conhece ali, ao menos de fato, outra Autoridade com força bastante para fazer-se obedecer que não seja a autoridade dos Comandantes Militares cujos abusos e prepotência também estou convencido de que somente a ação direta do General D. Manuel Oribe poderá com efeito reprimir. Nesta íntima convicção, e acreditando o reclamante, fundado em muito bom direito, à vista da sentença de 20 de Outubro de 1838 da qual encontrará V. Exa. o teor à página 4 da certidão com que Valle Machado instruiu a sua reclamação, julguei que era de minha obrigação dirigir ao General D. Manuel Oribe o ofício designado nos documentos juntos com o número 2, e que tem por data o dia 7 de Fevereiro do ano que decorre.

Depois de me haver feito constar que responderia à minha requisição, logo que obtivesse as informações necessárias acerca dos fatos indicados, respondeu o General, como V. Exa. verá da cópia do ofício de 28 de Julho último, a qual vai designada com o número 3º. Julga-se o General desobrigado de dar providência alguma a respeito porque o negócio é daqueles que se devem discutir e decidir perante os Tribunais, ao mesmo passo que, no seu entender, o General D. Servando Gómez não pode já ser constrangido a aparecer em juízo porque está legitimamente impedido! Que extraordinário modo de administrar justiça! D. Servando Gómez pode talvez usando apenas de sua

276 Anexos não inclusos. Anotação no verso da última página do ofício: “Resp[ondi]do em 18 de Setembro de 1848”.

própria autoridade expelir a seu contendor dos terrenos de que não tem posse, nem título, mas para conservar-se o seu contendor nesses terrenos, precisa de chamar a D. Servando perante os Tribunais a que D. Servando não obedece porque está impedido! Disse que D. Servando não tinha posse dos terrenos porque isso facilmente se depreende de todas as cópias e mais documentos que vão ser presentes a V. Exa. Disse que D. Servando Gómez não tinha títulos dos terrenos porque agora pede ele ao General Oribe a expedição desses mesmos títulos, como V. Exa. verá do documento designado sob o número 4º, que constitui a resposta dada por D. Servando, única autoridade que foi ouvida e que se mandou informar acerca da reclamação de Valle Machado.

Em face do que tenho expendido, pareceu-me que não devia desamparar a causa do súdito Brasileiro, e fiz a instância e protesto que V. Exa. encontrará na cópia que vai designada com o número 5º.

Entretanto, espero e rogo a V. Exa. que se digne dar a este respeito as ordens e instruções que forem convenientes.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁷⁷ • 22 AGO. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 47
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 22 de Agosto de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

O único sucesso importante que me cumpre levar nesta ocasião ao conhecimento do Governo Imperial consiste na entrada e ocupação da Praça da Colônia por tropas do Exército de D. Manuel Oribe comandadas por D.

²⁷⁷ Anotação no verso, margem superior: "Ac[usada] a recepção em 22 de Setembro de 1848".

Lucas Moreno, quer esse acontecimento seja um brilhante feito de armas, como querem os Oribistas, quer seja o resultado da perfídia e traição, como querem os seus adversários.

§ 2º

De acordo com esta Legação fez o Comandante em Chefe da Divisão Naval Brasileira surta nas águas do Prata partir com destino ao porto da Colônia a Corveta *D. Francisca*, a fim de prestar às famílias e indivíduos Brasileiros ali residentes a proteção de que pudessem necessitar.

§ 3º

Passo às mãos de V. Exa. alguns números do *Commercio do Prata* porque neles se encontram as notícias que acabo de referir e um artigo relativo à política do Governo Imperial, o qual artigo talvez mereça a atenção da Gazeta Oficial do Brasil.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁷⁸ • 29 AGO. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 48
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideu, 29 de Agosto de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Para que V. Exa. tenha completo o Artigo ultimamente publicado no *Commercio do Prata* acerca da política do Brasil nas coisas do Rio da Prata, passo às mãos de V. Exa. os dois inclusos números do mesmo periódico.

278 Anotação no verso da última folha: "Ac[usada] a recepção em 22 de Setembro de 1848".

§ 2º

No dia 28 do corrente fundeou neste porto de Montevidéu a Corveta *D. Francisca*. Esta Corveta, como já tive ocasião de levar ao conhecimento de V. Exa., tinha ido ao porto da Colônia com o fim de dar proteção aos Brasileiros, que de proteção necessitarem *ex vi* dos acontecimentos que ali houveram lugar. Parece, porém, segundo me referiu o Comandante, que não existe naquela praça mais do que uma só família Brasileira, a qual nada tinha sofrido, nem receava sofrer. Um homem preto Brasileiro, que na invasão da praça tinha sido preso, foi solto à requisição do mencionado Comandante; e como chegasse a notícia deste, que alguns outros Brasileiros se tinham passado com o General Medina para as ilhas que o General ocupa com os outros fugidos da Colônia, mandou ali um Oficial com o fim de indagar disso, e de oferecer passagem para Montevidéu a todo o Brasileiro que a quisesse. Ninguém solicitou a proteção da Corveta Brasileira.

§ 3º

Depois da tomada da Colônia pelas forças do General D. Manuel Oribe, tem-se propalado a notícia de que a praça de Montevidéu há de ser diariamente acometida dentro de mui poucos dias; e tal notícia tem produzido alguma inquietação, pois me consta que algumas famílias têm pernoitado a bordo, e outras têm solicitado a proteção das Legações para um caso de crise. Persuado-me, contudo, de que só por surpresa e com inteligências entre os defensores de Montevidéu será acometida esta praça. Nada disto é na verdade impossível; mas a vitória do General Oribe está ainda no meu entender ao menos palpavelmente adiada até que cesse a prestação do subsídio ministrado pelos Agentes Franceses que, entretanto, por algumas medidas que acabam de tomar, manifestam achar-se na resolução de cooperar por terra e por mar para a defesa da Cidade no caso de ser esta, com efeito, acometida, como se diz.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁷⁹ • 11 SET. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 50
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 11 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Em cartas escritas de Buenos Aires por pessoas fidedignas se refere que o Governador cassou o Exequátur²⁸⁰ e fez enviar passaportes ao Barão Picolet Hermillon, Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral de Sardenha junto da Confederação Argentina, ordenando-lhe que dentro de trinta dias saia do território da Confederação, e dando por causal deste procedimento o haver-se feito conhecer ultimamente o Sr. Picolet por inimigo declarado do Governo da mesma Confederação. Acrescentam, porém, as indicadas cartas que o vago desta última asserção, a cujo respeito se negaram explicações que não sejam diretamente endereçadas ao Governo de S. M. *El* Rei de Sardenha, e a circunstância de se haver encarregado o Barão Picolet da proteção dos súditos Franceses e Ingleses, que atualmente não têm representante algum em Buenos Aires, parece denotar de parte do Restaurador a intenção de desembaraçar-se de quem por meio de reclamações e protestos poderia tornar menos fácil a execução de quaisquer projetos que se tenham delineado com relação à sorte de uma grande parte dos estrangeiros residentes em Buenos Aires.

§ 2º

Com a mesma origem se propala, há dias, a notícia de movimentos de forças na Confederação Argentina. Diz-se que Mancilla passa com forças para Entre Ríos no lugar denominado o Tonelero, que Echangué vem de Corrientes para Entre Ríos também com forças, e que Garzón e Urquiza já terão a esta hora feito passar o Uruguai a uma parte de suas forças. Conquanto eu não possua dados seguros para fazer um juízo acertado sobre a veracidade de tais notícias, como elas são de grande interesse para o Império, não posso deixar de levá-las ao conhecimento do Governo Imperial, que em sua alta sabedoria lhes dará o valor e apreço que na realidade mereçam.

Deus Guarde a V. Exa.

279 Anotação no verso, margem superior: “Resp[ondi]do em 5 de Outubro de 1848”.

280 Autorização que um chefe de Estado confere a um cônsul ou autoridade estrangeira para exercer as funções que lhe foram confiadas.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁸¹ • 13 SET. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 22
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 13 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

A notícia que ultimamente levei ao conhecimento de V. Exa., acerca de movimentos de forças na Confederação Argentina, parece confirmar-se em parte pelo Ofício Reservado que me dirigiu o Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires com data de anteontem, que ontem recebi, de que hoje se extraiu a cópia inclusa, e que amanhã será endereçado a V. Exa. pelo Pacote Inglês *Kestrel*.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]
RESERVADO Nº 1
CÓPIA

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Participo a V. Sa. que no dia 4 do presente mês seguiu para o Tonelero o General D. Lucio Mancilla, com o objeto de reunir forças no Departamento do

281 Anotação no verso: "Resp[on]di do em 25 de Outubro de 1848".

Norte, e de marchar com elas, segundo me informam, para onde determinou-lhe ou lhe determinará o Governador Rosas; o General Pacheco também me dizem deve pronto seguir para o mesmo lugar e com igual objeto; e ainda que eu ignore o destino verdadeiro desta expedição, se devo cingir-me a opinião mais geralmente admitida, é provável que ela se destine, por agora, contra o Paraguai, tomando por pretexto a ocupação da ilha de Apipé e outros territórios que diz o Governo Argentino lhe pertencem; porém, pode também suceder que, ao mesmo passo de levar essas forças tal incumbência, sejam igualmente destinadas para algum sinistro fim que diga respeito ao Brasil, e é por isso que me apresso em informar a V. Sa. desta ocorrência, sem embargo de não possuir dados para assegurar seu objeto verdadeiro, o que tratarei de penetrar para comunicá-lo a V. Sa., devendo agora somente preveni-lo que nesta data informo igualmente dela ao Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Sa.

Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, 11 de Setembro de 1848.

(Assinado) Clemente José de Moura
Cônsul-Geral

Ilmo. e Exmo. Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes
Encarregado de negócios do Brasil em Montevideú

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos
Secretário Interino

OFÍCIO²⁸² • 14 SET. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 23

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 14 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Diz-se em carta escrita de Buenos Aires por pessoa fidedigna, e de ordinário bem informada, que as discussões da Câmara dos Deputados do Brasil acerca das coisas do Rio da Prata têm exacerbado de uma maneira violenta o ânimo do Restaurador; que foram ou vão ser dadas severas repreensões a D. Tomás Guido por não ter pedido explicações a respeito; e que ordens lhe foram ou vão ser igualmente dadas para que exija as tais explicações, e para que se retire no caso de que denegadas elas sejam. Apesar de quanto pode haver de absurdo e de ridículo em exigências de semelhante natureza, atenta a índole do governo representativo, menos inverossímil se me antolhou a notícia, quando considerei que o General Rosas não acredita na realidade do sistema constitucional; que provavelmente entende que todos os Governos representativos podem inspirar os representantes de suas respectivas Nações, como ele inspira os Oradores da sua pretendida Sala de Representantes; que no caso de meditar alguma ruptura com o Império, não há de deixar escapar-se ocasião de amontoar pretextos, que de fato os aproveita, e os exagera tão desmedidamente, como se pode ver na exposição dos motivos do seu recente procedimento com o Encarregado de Negócios de Sardenha, Barão Picolet d'Hermillon; que talvez não pretenda o Governador senão que o Governo Imperial lhe declare que lhe não aprezem os doestos e injúrias lançados sobre o nome dele, Governador, na Câmara dos Deputados, declaração que fará valer como lhe convenha; e que finalmente, por extraordinário que pareça o procedimento do General Rosas neste caso, não deixará de ter manifesta analogia com o que já praticou o Ministro Plenipotenciário da República Oriental do Uruguai com relação às expressões proferidas também na Câmara dos Deputados por um representante da Província do Rio Grande do Sul.

Se apesar, porém, de todas essas considerações, a notícia a que me refiro não parece provável, e se o fato a não confirma, ainda assim terei cumprido com as ordens do Governo Imperial, levando-a ao conhecimento de V. Exa., que lhe dará o apreço e valor que na realidade possa merecer.

282 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 25 de Outubro de 1848".

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁸³ • 23 SET. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 24
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 23 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Além dos fatos de que fiz menção no § 2º do Ofício Reservado de 11 de Agosto sob o número 20 dos Despachos da respectiva classe, posso indicar hoje outro caso pelo qual também se mostra e prova como são muitas vezes inúteis e infrutíferas quaisquer reclamações endereçadas ao Governo da República Oriental do Uruguai, ainda quando da parte dos reclamantes há direito e justiça clara e manifesta, cumprindo-me observar que não posso, todavia, nesses mesmos casos, atribuir a falta de providências prontas e eficazes a propósito determinado de prejudicar e causar dano a interesses de estrangeiros, ou de não respeitar e guardar direitos incontestáveis de qualquer Governo estranho. Se o Governo de Montevideú não delibera muitas vezes, ou se deliberando vê baldadas e inutilizadas na prática as suas deliberações, a causa deste desagradável fenômeno político deve ir procurar-se entre as que eu lhe assinei no § 1º do citado Ofício Reservado de 11 de Agosto último. Porém, como apesar de intenções cuja retidão não posso nem quero pôr em dúvida, a fraqueza e debilidade de um Governo está longe de ser motivo suficiente para que os Agentes dos outros Governos deixem de praticar perante aquele os atos necessários a fim de salvar e defender os interesses de seus respectivos compatriotas, a fim de fazer guardar e respeitar os direitos dos Governos que

283 Anotação no verso da última folha: "Resp[ondi]do em 23 de Outubro de 1848".

representam, e a fim de executar as ordens destes mesmos Governos; entendi que, apesar de persuadido da inutilidade prática de minhas reclamações, devia, na observância das ordens do Governo Imperial, insistir perante o Governo da República Oriental do Uruguai acerca da punição dos celerados que no dia 30 de Dezembro de 1845 assassinaram a lançadas não menos de quatorze Brasileiros na Estância de Manuel Antonio Garcez, situada na Costa de Sôpas, território desta República. Neste pressuposto, portanto, enderecei ao Ministro de Relações Exteriores da República em 31 de Julho último a Nota cujo teor V. Exa. encontrará na cópia inclusa²⁸⁴; e aí V. Exa. verá em resumo e substanciados todos os passos que tem dado a reclamação de que se trata, restando-me tão somente solicitar a V. Exa. instruções e ordens para o meu procedimento ulterior; mas para que V. Exa., ao expedir as ordens e instruções que solicito, não careça das necessárias informações, releva observar em primeiro lugar que a reclamação tem na verdade por objeto um fato que passa por notório e certo, mas a cujo respeito não se ministrou prova de alguma natureza mais do que a exposição do queixoso, motivo pelo qual no mesmo dia em que eu apresentava a primeira Nota a este respeito ao Governo da República, escrevi ao Presidente do Rio Grande do Sul, requisitando todas as provas que ali pudessem coligir-se, para com elas corroborar as minhas exigências, quando o Governo da República [catimbando-se] na falta de provas negasse a existência do fato. Por Aviso de 12 de Junho de 1846 sob o número 31 dos Despachos da 3ª Seção aprovou S. Exa. o Sr. ex-Ministro Barão de Cayrú o meu procedimento, assim pelo que respeita à Nota de 6 de Maio daquele ano dirigida ao Governo do Estado Oriental, como pelo que respeita ao ofício dirigido nesse mesmo dia ao Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, como dito é; e visto que até hoje nenhuma resposta chegou deste ofício à Legação, vou de novo instar por alguma solução acerca deste assunto.

Observarei, contudo, em segundo lugar que as tropas da República evacuaram a povoação do Salto em 16 de Janeiro de 1847, e que em Fevereiro seguinte evacuaram a povoação de Mercedes, ficando as forças Argentinas comandadas pelo General Oribe desde então no domínio de toda a campanha, circunstância da qual se poderá valer talvez o Governo Oriental para mostrar a impossibilidade em que está de proceder a diligências e averiguações relativas a fatos acontecidos em território que está fora do círculo a que de fato chega a sua autoridade. Este argumento, contudo, não poderia ter valor algum aplicado ao espaço de tempo que decorreu desde 6 de Maio de 1846, data da Nota pela qual segundo as ordens do Governo Imperial se encetou a reclamação, até ao dia 16 de Janeiro de 1847, data da evacuação do Salto. De mais, nada obstava a que entre as praças que formavam parte da guarnição do Salto, ou entre outras

284 Documento não transcrito.

quaisquer praças recolhidas de diversos pontos do território para esta Capital ou para as Praças da Colônia e Maldonado, se procedesse a averiguações e diligências em cujo pronto resultado parecia interessar-se tanto mais a honra do Governo do Estado quanto as acusações recaíam principalmente sobre um Oficial pertencente ao exército da República.

Isto posto, rogo a V. Exa. se digno declarar-me se devo dar por terminada desde já esta reclamação; se antes de terminá-la, devo ou não protestar pela falta de providências para se levarem a efeito as prometidas averiguações e diligências; se no caso de que pela Província do Rio Grande do Sul, ou por outra qualquer via, se obtenham provas do fato e dos seus autores, e dos cúmplices destes, devo ou não insistir perante o Governo da República, ou se devo endereçar nova reclamação ao General Oribe, cujas forças dominam o território onde teve lugar o fato de que se trata, ou se finalmente devo aguardar uma ordem de coisas mais estável, e que pela parte de força e energia de Governo prometa melhores resultados do que neste momento se podem esperar de quaisquer reclamações endereçadas ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁸⁵ • 25 SET. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 25

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Passa por certa a notícia de que as forças do General D. Manuel Oribe, até agora estacionadas em Paisandú e outros pontos da campanha, se concentram

285 Anotação no verso da última folha: “Resp[ondi]do em 26 de Outubro de 1848”. Encontra-se anexado ao ofício um exemplar do periódico argentino *La Gaceta [Mercantil]*, não transcrito.

no Durazno, com exceção de um dos Batalhões que estavam na Colônia, o qual se aquartelou já próximo do acampamento do Cerrito; e conquanto a este movimento de tropas se tenham dado explicações diversas, a opinião mais geral e mais razoável é que a praça de Montevideú será seriamente acometida, no caso de que as notícias ansiosamente esperadas de França, e até de Inglaterra, sejam favoráveis ao Governo da República. Entretanto, entendeu este que as circunstâncias o autorizavam a exigir dos Franceses socorro efetivo de forças; e em consequência de uma requisição do Ministro da Guerra, resolveu o Almirante Le Prédour, depois de ouvidos os Comandantes dos navios de guerra Franceses aqui estacionados, mandar que desembarquem quatrocentos homens para fazerem o serviço de artilheiros na segunda linha de defesa da Cidade. Se, porém, as notícias de França, como disse, ou ordens do Governo da República Francesa derem motivo para que essa força de marinha se retire, e para que cesse a prestação dos quarenta mil pesos mensais, tudo leva a crer que o General D. Manuel Oribe entrará em Montevideú sem resistência. Todavia, alguém há que de novo tenha querido entabular negociações de paz entre o Governo da República e o General D. Manuel Oribe; mas aquele não quer anuir, e este não quer ceder de suas condições, a primeira das quais é o reconhecimento do General como legítimo Presidente da República, e a segunda consiste na conservação de forças Argentinas no território do Estado Oriental. Sei de muito boa origem que a insistência de D. Manuel Oribe na conservação das tropas de Buenos Aires no território da República foi atribuída pelo Governo à falta de forças suficientes para expelir essas tropas, dado o caso em que de força necessário fosse usar para esse fim, e por isso, e para esse mesmo fim ofereceu ao General a cooperação das forças que defendem e guarnecem a Montevideú; mas este oferecimento foi imediatamente rejeitado, assim como também o foram as condições propostas de que o Governo da República se demitiria, de que a administração provisória do Estado seria entregue à pessoa indicada por D. Manuel Oribe, e de que este seria nomeado General em Chefe de todas as tropas da República. Entre os motivos, porém, que pode ter o General Oribe para conservar neste país as tropas Argentinas, creio que palpavelmente se encontra a importante coadjuvação que lhe há de prestar o Governador de Buenos Aires para que o General realize as intenções e desejos ambiciosos que nutre e alimenta contra o Império do Brasil, como é notório e sabido; mas para continuar a expor o estado atual de Montevideú, acrescentarei que não falta aí quem trame dentro da praça contra o Governo, já procurando lhe prejudicar na opinião pública pelos meios de que se lança mão para esse fim nos países onde o título de República está longe de importar liberdade de imprensa, de tribuna, ou qualquer outra liberdade, já procurando semear a discórdia entre os corpos compostos de Nacionais e os corpos compostos

de Estrangeiros, e já promovendo a deserção. Nesta empresa têm a primazia os indivíduos conhecidos aqui por Fructistas, ou seja que o despeito ainda os estimule com os fatos praticados pelo Governo da República em desfavor do homem que deu nome a essa facção do Partido Colorado, ou seja que receosos de vingança procurem entrar na graça do General Oribe antes que ele entre na Cidade, ou seja que o impulso lhes venha dado do Rio de Janeiro, onde (segundo aqui se diz) está D. Fructuoso em ótimas relações com D. Tomás Guido. O certo é que a miséria cresce diariamente e que a emigração tem sido tão numerosa que a diminuição da anterior concorrência de povo se torna sensível a qualquer que transita pelas ruas e praças de Montevideú. Não terminarei, porém, acerca deste assunto sem observar que uma grande parte, senão a maior parte da emigração, tem ido para Buenos Aires, onde nos Italianos e Biscainhos emigrados encontrará o Ditador excelentes soldados para as fileiras do seu exército.

§ 2º

Chegou a esta Cidade, e dela partirá para a Europa com destino a França, e daí para Turim o Barão Picolet d’Hermillon, de cuja saída de Buenos Aires já fiz ciente a V. Exa. Diz o Barão que à intimação do Governo de Buenos Aires para sair do território da Confederação Argentina dentro de trinta dias tinha ele respondido, mostrando que não havia motivo justo para tal procedimento e protestando contra esse mesmo procedimento. A esta resposta e protesto replicou Arana, de ordem do Governador, que o prazo de trinta dias ficava limitado a quinze; e como treze dias eram devolvidos, teve o Barão de acelerar e realizar a saída dentro de dois dias. Disse mais o Barão, que me faria chegar às mãos uma cópia do protesto, e outra da resposta, que se lhe deu. Logo que o Barão execute a sua promessa, levarei ao conhecimento de V. Exa. as mencionadas cópias. Entretanto, releva observar que o procedimento do Governo de Buenos Aires no caso do Barão Picolet d’Hermillon, e as notícias de dificuldades e questões suscitadas com frívolos pretextos ao Cônsul de Holanda e ao Encarregado de Negócios dos Estados Unidos fazem geralmente acreditar que o General Rosas deseja desfazer-se de todos os Agentes Estrangeiros para não achar embaraços em quaisquer disposições que tenha de tomar em relação a súditos de outras nações, ao mesmo passo que por esse modo fará com que não haja em Buenos Aires pessoas que pelo seu caráter público devam ser acreditadas perante os Governos que representam, quando tenham bastante valor para descrever o estado de opressão a que foram levados os Povos da Confederação Argentina, e para narrar casos como o da infeliz O’Gorman²⁸⁶, sucesso de que ninguém hoje

286 Maria Camila O’Gorman Ximenez (9 jan. 1825-18 ago. 1848). Jovem da sociedade que foi fuzilada, a mando de Rosas, por ter fugido com um padre. Fonte: <es.wiki.org>. Acesso: 18 fev. 2021.

duvida, mas que ainda me parece incrível pelo que tem de atroz o fuzilamento de uma mulher pejada com o do homem que a seduzia.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁸⁷ • 28 SET. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 52
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideu, 28 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Em seguimento do que levei ao conhecimento de V. Exa. no ofício de 18 de Agosto último, designado com o número 46 dos Despachos da 3ª Seção, cumpre-me passar às mãos de V. Exa. a cópia inclusa do Ofício que por ordem do General D. Manuel Oribe me foi endereçado com data de 20 do corrente mês de Setembro em contestação da instância que fiz para com aquele General acerca da reclamação do súdito Brasileiro Alexandre de Abreu Valle Machado, e que a V. Exa. deve ter sido presente sob o número 5º dos documentos com que foi instruído o meu citado ofício de 18 de Agosto p. p.

Insiste o General na opinião de que em todo o caso deve recorrer Valle Machado aos Tribunais estabelecidos no Cerrito, que são como duplicata dos que se acham estabelecidos nesta Cidade, porém que, segundo informações constantes e fidedignas, não têm de fato mais ação e poder na campanha do que aí podem ter, e têm de fato as Autoridades cujo poder e ação não sai do círculo delineado pelas linhas de defesa de Montevideu.

Sou constantemente informado de que na campanha não se conhece de fato outra Autoridade que não seja a militar. Persuado-me, pois, de que

287 Anotação no verso: “Respond[id]o em 25 de Outubro de 1848”.

enviar qualquer pretendente ou reclamante para a presença e deliberação de Tribunais que de fato não têm força e ação bastante para fazer-se obedecer, ao mesmo passo que outra Autoridade existe a cujo leve aceno todos obedecem e se curvam, é iludir a questão de uma maneira clara

É palpável. Entretanto, V. Exa. determinará o que a tal respeito deve praticar ou deixar de praticar a Legação do Brasil em Montevideú.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁸⁸ • 29 SET. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 27

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 29 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Ontem chegou do porto de Buenos Aires ao porto desta Cidade a Corveta *D. Francisca*, e pela cópia inclusa verá V. Exa. as notícias que me dá com fecho de 27 do corrente o Cônsul-Geral do Brasil junto da Confederação Argentina. Parece, pois, fora de dúvida que os Generais Mancilla e Pacheco dirigem uma expedição cujo destino, segundo a opinião de uns, é a conquista do Paraguai, ao mesmo passo que outros acreditam destinada para as fronteiras do Brasil. Cumpre, além disso, notar que, segundo referem cartas de Buenos Aires, as forças comandadas por aqueles dois Generais podem subir atualmente a oito mil homens, posto que Rosas tenha mandado aprontar um número muito superior de fardamentos. Também se nota nas mencionadas cartas que se recebe em Buenos Aires toda a emigração que diariamente sai de Montevideú para aquela Cidade, mas que se proíbe o regresso dos emigrados, que numa

288 Anotação no verso: "Respondido em 26 de Outubro de 1848".

grande parte são gente própria para pegar em armas. Igualmente se refere nas mesmas cartas que proibido está o trazer cartas endereçadas para Montevidéu, senão vêm abertas e não são mostradas na Capitania do Porto a que de ora em diante vão ser entregues as malas, que ultimamente eram entregues ao Cônsul Sardo como encarregado dos Consulados Francês e Inglês. Juntando, porém, ao que levo exposto, os inclusos números 7444 e 7445 da *Gazeta Mercantil* de Buenos Aires²⁸⁹, nos quais se trata de reclamações que se devem fazer ao Governo Imperial, tenho coligido todas as notícias e todas as informações que neste momento posso levar ao conhecimento de V. Exa.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo*]

CÓPIA / RESERVADO

Consulado-Geral do Império do Brasil em Buenos Aires,
aos 27 de Setembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar a posse em 22 do corrente Setembro do ofício que V. Sa. se serviu dirigir-me sob nº 1º, datado em 13 do dito mês, no qual V. Sa., depois de responder-me ao que lhe enderecei com data de 11 do mesmo, sob nº 1º, me observa que seria de muito interesse para o melhor serviço de S. M. o Imperador, Nosso Augusto Soberano, que se pudesse verificar o que tem de exato a notícia também há poucos dias propalada nessa Cidade, de que o General Echaque²⁹⁰ se dirige com forças para Corrientes, e de que os Generais Urquiza e Garzón faziam já passar o Uruguai às suas respectivas Cavalhadas para o Estado Oriental; em contestação, tenho de significar a V. Sa. que pratiquei todas as diligências possíveis para conhecer a certeza de tais boatos, resultando delas que não consta, ao menos por agora, que os ditos Generais Echaque, Urquiza e Garzón, tenha[m] empreendido movimento algum, já de forças, já de Cavalhadas; cumpre-me, porém, comunicar a V. Sa.

289 Anexos não inclusos.

290 Pascual Echaque (1797-1867). Militar argentino. De 1832 a 1841, governador de Entre Ríos. Em 1841, foi substituído por Urquiza. De 1842 a 1845, governador de Santa Fé. Fonte: <dbe.rah.es>. Acesso em: 18 fev. 2021.

que tanto o General Pacheco, como Mancilla se acham já em seus respectivos pontos; o primeiro em Luján e o segundo no Tonelero, prestes a marchar, para cujo efeito já passou para a Província de Entre Ríos uma numerosa Cavallhada. Geralmente se assegura que a mencionada expedição destina-se ao Paraguai (o que tem feito subir o preço dos artigos de produção daquela República), apesar de que também há opiniões de que é um reforço que se avança de antemão para a fronteira do Brasil, onde terá de empreender hostilidades, logo que cesse a guerra no Estado Oriental com a posse dessa Praça pelo General Oribe.

Deus Guarde a V. Sa.

(assinado) Clemente José de Moura
Cônsul-Geral

Ilmo. e Exmo. Sr. Rodrigo de Souza e Silva Pontes
Encarregado de Negócios do Brasil em Montevidéu

Está conforme:
Miguel Carlos Corrêa Lemos
Secretário Interino

OFÍCIO²⁹¹ • 15 OUT. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 53
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 15 de Outubro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Recebi ontem de noite comunicações de Buenos Aires datadas de 11 do corrente; e dos números da *Gazeta Mercantil* que tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., conhecerá V. Exa. o que aos olhos do público ali ocorre de mais transcendência.

Da *Gazeta* de 4 do corrente conhecerá V. Exa. que no dia 5 devia reunir-se a Junta de Representantes de Buenos Aires para tomar na devida consideração

291 Anotação no verso: "R[espondido] a 14 de Novembro de 1848".

o Projeto de Decreto e o Projeto de mensagem que se acham estampados na dita *Gazeta*, e que tem por fim aprovar a linha de procedimento seguida pelo General Rosas nos negócios da intervenção. Acrescentam que por ocasião disto houve discursos mui violentos assim contra os Poderes Interventores, como contra o Brasil, sempre pelo que nos diz respeito, debaixo do falso e muitas vezes rebatido fundamento de que o Governo Imperial invocou e chamou a intervenção armada de França e da Inglaterra nas coisas do Rio da Prata. Parece que há nisto uma tenacidade intencional e acintosa.

§ 2º

Da *Gazeta* de 7 do corrente conhecerá V. Exa. que *Mr. Southern*²⁹² chegou e desembarcou em Buenos Aires. Se o General Rosas o admitirá e receberá na qualidade de Ministro de S. Majestade a Rainha da Grã-Bretanha é uma questão em que vejo divididas as opiniões das pessoas que escrevem daquela Cidade. Na linguagem dos documentos oficiais publicados acerca da chegada e desembarque do Ministro Inglês, nas conferências que tem tido este com o próprio Governador, no bom acolhimento dos habitantes de Palermo, nas disposições adversas ao Ditador e a D. Manuel Oribe, que atualmente se desenvolvem em França, e na persuasão de que *Mr. Southern* dará satisfação e fará promessas suficientes para satisfazer as pretensões do Governador, encontram muitos fundamentos bastante para acreditarem que o Representante do Governo Inglês será admitido na sua qualidade oficial, e que a Inglaterra sairá definitivamente da intervenção a todo o custo.

Na linguagem, porém, do Decreto e da Mensagem a que acima fiz referência, nos discursos proferidos, quando esses atos foram submetidos à consideração da Junta de Representantes, na tenacidade de caráter de Dom João Manuel Rosas, na justiça de suas exigências para com a Inglaterra, na impossibilidade de que esta se preste a todas essas exigências, e nas circunstâncias atuais da Europa, cujas dificuldades, aliás gravíssimas, são de mais a mais exageradas a maneira de pensar e sentir do Restaurador, encontram muitos fundamentos bastante para acreditarem que o Representante do Governo Inglês não será admitido na sua qualidade oficial, e que *lord Palmerston*²⁹³ terá de recorrer ainda a uma nova missão.

§ 3º

Da *Gazeta* de 9 do corrente conhecerá V. Exa. os fundamentos com que

292 Henry Southern (1799-1853). Jornalista e diplomata. Em 1848 tornou-se ministro da Confederação Argentina. Em 1851, foi promovido à corte do Brasil, onde morreu em 28 de janeiro de 1853. Fonte: <venn.lib.cam.uk>. Acesso em: 19 fev. 2021.

293 Henry John Temple (1784-1865). Político inglês. Com longa carreira, foi de 1830 a 1841 e de 1846 a 1851 secretário do Exterior britânico e, de 1855 a 1865, primeiro-ministro. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 18 fev. 2021.

se expediu ordem para novas reclamações de parte do Governo de Buenos Aires, como Representante da Confederação Argentina, acerca de fatos, uma parte dos quais ao menos me parece de nenhuma força em vista das explicações constantes do ofício do Brigadeiro Francisco d'Arruda Câmara, que foi escrito anteriormente aos outros documentos oficiais com o mesmo ofício dados à luz na Gazeta a que acabo de referir-me. Parece que se procura acumular pretextos.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁹⁴ • 19 OUT. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 54
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 19 de Outubro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Segundo as informações que tenho podido obter, devo acreditar que continuam a equipar-se as tropas da Confederação de que ultimamente falei a V. Exa., e que as forças, ou pelo menos parte das forças do Comando do General D. Manuel Oribe se dirigiram para os lados do Rio Negro, provavelmente com o fim de se aproximarem da fronteira do Jaguarão.

§ 2º

Há poucos dias, foi descoberta uma traição pelo meio da qual se pretendia entregar a Fortaleza do Cerro ao General D. Manuel Oribe.

§ 3º

O estado da praça não tem tido alteração sensível na parte política; e parece que a não terá enquanto possa contar com o subsídio e mais socorros

294 Anotação no verso: "R[espondido] a 14 de Novembro de 1848".

que lhe prestam os Franceses, salvo o caso de alguma tentativa semelhante a que estive a ponto de ter lugar com relação à mencionada Fortaleza do Cerro, como disse.

É quanto neste momento se me oferece levar ao conhecimento a V. Exa. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁹⁵ • 22 OUT. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 32

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 22 de Outubro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Se devo dar crédito a pessoas de ordinário exatamente informadas, posso afirmar a V. Exa. que o General Rosas definitivamente recusou admitir a *Mr.* Southern como representante do Governo de Inglaterra; por isso que o Diplomata Inglês não vinha autorizado para tratar nos [termos] da missão Hood, nem para satisfazer às exigências a que deram causa as emergências posteriores à citada missão. Acrescenta-se que tendo *Mr.* Southern comunicado a deliberação do Restaurador a *Sir* Herbert e a *Mr.* Gore, [esses] lhe responderam aconselhando-o a fazer novas instân[cias] para ser admitido, e a servir-se para isso do argumento que lhe ministrava a disposição dos ânimos em França, ao que parece inclinados hoje a favorecer a causa do Governo de Montevideú. Suspeito que Herrera e Gore alguma coisa sabem da negociação de que falei a V. Exa. no Ofício Reservado de 12 de Outubro corrente sob o número 28 dos Despachos da respectiva classe; e não seria para estranhar que desse fato se aproveitassem para insinuar no espírito de Southern a ideia por eles sempre

295 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 18 de Novembro de 1848".

inculcada e propalada de que a França deseja e pretende colonizar o Estado Oriental do Uruguai. Não sei até que ponto tais insinuações foram acreditados por Southern, nem julgo a propósito discutir agora as intenções do Governo Francês, em cujos atos têm visto uns tentativas de colonização, outros ensaios de protetorado fixo e permanente, e outros somente a proteção que deve aquele Governo à propriedade, às pessoas e ao comércio dos seus súditos em qualquer parte do mundo. Para o interesse do momento bastará saber que, segundo as informações a que me refiro, tais insinuações não tiveram força bastante para alterar a determinação do Governador, que insistiu em não receber oficialmente o Diplomata Britânico. Diz-se que então pretendeu este que o considerassem como Agente Confidencial; assevera-se que isto mesmo lhe foi negado; e contam que apenas lhe foi concedido permanecer em Buenos Aires na qualidade de particular tão perfeitamente sujeito às leis ordinárias e comuns do país como ou[tro] qualquer estrangeiro ali residente. Parece que *Mr. Southern* resolveu aguardar nesta humilde posição ordens ulteriores de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha; mas é hoje tão incômoda a existência dos estrangeiros em Buenos Aires que não seria para admirar que *Mr. Southern* viesse residir em Montevidéu, cujo Governo provavelmente o trataria com todas as atenções e respeitos devidos, ou geralmente praticados com os Diplomatas transeuntes.

§ 2º

Vi cartas de Buenos Aires, segundo as quais as forças [que] se achavam próximas do lugar denominado Tonelero já devem ter passado da margem direita do Paraná para o lado de Entre Ríos, tendo servido nesta operação a Esquadilha Argentina. Espero, porém, notícias posteriores para que me seja possível designar com melhor grau de probabilidade se tais forças com efeito são destinadas ao Paraguai, ou se são dirigidas à fronteira do Brasil.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁹⁶ • 02 NOV. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 33

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 2 de Novembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Com data de 24 de Outubro p. p. recebi Carta Confidencial escrita de Buenos Aires pelo Segundo-Tenente Antonio Coelho Fragozo Junior, do qual tive ocasião de falar a V. Exa. no § 3º do meu Ofício Reservado de 14 do mesmo dito mês de Outubro último sob o número 30 dos Despachos da respectiva classe; e do que esse Oficial observou na sua passagem pela praça da Colônia, apenas posso deduzir que a opinião dos Chefes Oribistas dá toda a probabilidade a um rompimento com o Brasil. Animam-se com a persuasão de que as ideias e sentimentos republicanos, por ora adormecidos na Província do Rio Grande do Sul ao aproximar-se qualquer força Argentina, se hão de despertar com a mais evidente simpatia por instituições que, aliás, fazem a desgraça destes países. É um erro; mas é um erro que os anima, como disse. Também contam com a impossibilidade de fortificar toda a linha de nossa extensa fronteira, indicando principalmente o Salto e alguns pontos da fronteira do Jaguarão como os lugares por onde mais facilmente se pode realizar a premeditada invasão. Há na Colônia seiscentos praças de infantaria e quatrocentos de cavalaria. Parece que se acha bem organizada e disciplinada toda essa tropa. Contudo, alguns dias antes da chegada do *Olinda* se tinham revoltado duas companhias com o fim de exigirem o pagamento de alguns soldos vencidos, e a satisfação da promessa, que se havia feito aos soldados, de dar dois patacões a cada um como indenização de se não haver posto a saque a praça, quando se apoderaram dela as forças do General Oribe. Fuzilado, porém, o cabeça do motim, e castigados alguns outros indivíduos, tudo voltou ao estado anterior.

§ 2º

Pelo que respeita as coisas de Buenos Aires, e do resto da Confederação, nada adianta o Tenente Fragozo, ao que tenho sabido por outras vias, e logo exporei a V. Exa., observando contudo que tanto o mencionado Tenente como o nosso Cônsul em Buenos Aires julgam impossível encontrar um homem que por qualquer interesse pecuniário se atreva a ir examinar e averiguar as

296 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 5 de Dezembro de 1848".

posições, o número e a direção das forças Argentinas comandadas por Pacheco²⁹⁷, Mancilla, ou quaisquer outros chefes.

Este país (são palavras do Cônsul em Carta Confidencial de 23 de Outubro já designado) não é como outros em que tudo se pode obter com dinheiro; aqui predomina em todos o medo, o silêncio e o mistério. Além disso, receiam-se os imensos espíões, que procuram descobrir o que se faz e o que se diz. Acho, portanto, até perigoso tentar alguma coisa porque o miserável, de quem por desgraça se pudesse desconfiar, seria imediatamente fuzilado e ninguém quer, tendo tal certeza, arriscar a sua vida.

§ 3º

Anunciaram os periódicos desta Cidade com referência a cartas de Buenos Aires que Mancilla deve marchar quanto antes à frente de três mil homens, e que para isso já tinha reunido todas as cavalhadas. Eu posso afirmar a V. Exa. que esta notícia foi comunicada entre outras por uma pessoa de ordinário bem informada; e que posteriormente se acrescentou com a mesma origem que a passagem daquela força para a margem esquerda do Paraná já se tinha realizado, assim como a passagem de nove mil cavalos; que ordens se expediram ao Governador de Corrientes para ter disposta a sua força; que ordens semelhantes foram também dadas ao General Urquiza, cujas forças poderão montar a quatro ou cinco mil homens, podendo subir as de Corrientes a um pouco mais de três mil homens; que ordens foram igualmente dadas a Urquiza para ministrar aos Correntinos as armas de que eles necessitam; que continuam reunidas forças na Guarda de Luján comandadas pelo General Pacheco; e que o General Rosas reúne infantaria e artilharia no acampamento de Palermo. Parece, pois, fora de dúvida que há um considerável movimento de forças na Confederação Argentina, e que acontecimentos importantes se preparam; mas é igualmente certo que as opiniões se dividem acerca do destino e do fim a que tais movimentos se dirigem. Cuidam alguns que todas essas forças são destinadas para o Estado Oriental. Acreditam outros que tais forças são destinadas para Entre Ríos com o fim de ocupar diversos passos do Uruguai para o Brasil. Opinam uns que o General Rosas vai tentar já a guerra com o Paraguai. Pensam outros que o primeiro alvo das lanças Argentinas serão os limites do Império. Pela minha parte acredito que infalível é mais tarde ou mais cedo uma guerra entre o Império, e a Confederação, e Oribe entrado ou aliado da mesma Confederação; mas também me persuado de que se não pode prever quais serão os primeiros passos que dará o Restaurador para levar a efeito as suas intenções, enquanto se não possa ver clara a política e a marcha

297 Melchor Pacheco y Obes (1809-1855). Militar, poeta e político uruguaio. Foi, em 1842, nomeado comandante militar do departamento de Soriano. Foi comandante de Armas e ministro da Guerra. Fonte: CORTES, José Domingo. *Diccionario Biográfico Americano*. 2. ed. Paris: Tipografia Lahure, 1876.

que definitivamente haja sido adotada pelas nações interventoras acerca da coisas do Rio da Prata.

§ 4º

Ao que tive a honra de expender a V. Exa. em Ofício Reservado de 22 de Outubro derradeiro sob o número 32 dos Despachos da respectiva classe, posso acrescentar que se confirma a notícia da repulsa que da parte do Governador de Buenos Aires sofreu *Mr. Southern*. Diz-se, porém, agora que tendo este finalmente contestado por escrito a Nota de Arana em termos um tanto enérgicos, recebera o Ministro de Relações Exteriores da Confederação ordem do Restaurador para declarar ao Sr. Southern que tinham cessado todas as comunicações oficiais entre o mesmo Ministro e ele, dito Sr. Southern.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁹⁸ • 02 NOV. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 55
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 2 de Novembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Por ocasião mais segura escreverei a V. Exa. mais extensamente em Ofício Reservado, mas para aproveitar a oportunidade que me oferece a partida da Barca Chilena *Joana J. Font*, direi apenas que a reunião e movimentos de forças continuam na Confederação Argentina; que são diversas as opiniões acerca do destino próximo e imediato dessas forças; e que em geral se espera ver com mais clareza neste negócio logo que as notícias da Europa ofereçam

298 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 23 de Novembro de 1848".

dados mais certos acerca da marcha que a França e a Inglaterra tenham adotado com relação aos negócios do Rio da Prata.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo de Souza Franco
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO²⁹⁹ • 25 NOV. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 36
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Novembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Tenho presente o Aviso Reservado de 23 de Outubro último sob o número 18 dos Despachos da respectiva classe; e do citado Aviso vejo que V. Exa., tomando na devida consideração quanto eu tive a honra de expender em meu Ofício Reservado de 23 de Setembro próximo antecedente sob o número 24 dos Despachos da mesma respectiva classe, se dignou aprovar a Nota que em 31 de Julho do ano corrente dirigi ao Ministro de Relações Exteriores desta República, e determinar o andamento que ulteriormente devo dar à reclamação de que faz parte a mencionada Nota, e que tem por fim obter o justo castigo dos celerados que no dia 30 de Dezembro de 1845 assassinaram a quatorze Brasileiros na Estância de Manuel Antonio Garcez situada na Costa de Sôpas. Farei o que V. Exa. me determinar, como é de minha obrigação.

§ 2º

Acuso a recepção do Aviso designado com o número 19 dos Despachos Reservados, e que foi escrito aos 25 de Outubro último em resposta aos meus Ofícios igualmente Reservados designados com os números 20, 21, 22 e 23,

²⁹⁹ Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 20 de Dezembro de 1848”.

e que foram escritos aos 11 e 19 de Agosto, e aos 13 e 14 de Setembro, todos no ano corrente.

Pelo que respeita ao primeiro período do citado Aviso, fico sabendo que foi ouvida a respectiva Seção do Conselho de Estado sobre o modo por que deve considerar-se a nacionalidade das pessoas nascidas no território desta República quando era Província do Império; e aguardo as ordens de V. Exa. para regular o meu procedimento pelo que o Governo Imperial determine a tal respeito, mas devo observar que não tenho ministrado ultteriores informações acerca dos argumentos e razões em que possa fundamentar-se a opinião do Ministro de Relações Exteriores, porque até este momento não tem ele cumprido a promessa que verbalmente me fez, de comunicar por escrito os fundamentos dessa opinião. São por tal modo frequentes estes descuidos que para mim já constituem uma feição característica da atual Administração de Montevidéu.

Pelo que respeita ao segundo período do Aviso cuja recepção acusei, apenas tenho a ponderar que as atuais notícias da Europa devem necessariamente influir na direção que o General Rosas vai dar às suas tropas, como V. Exa. sabiamente observa. Entretanto, aqui há notícias do Salto com data de 6 do corrente, e segundo essas notícias D. Servando Gómez estava com perto de três mil homens a pouca distância de Paisandú, em uma povoação que atualmente se levanta quase na confluência em que os Arroios Rabón e Bellaco formam o Arroio Negro. Segundo as mesmas notícias, o General Garzón estava com alguma força junto da nossa fronteira pelos lados do Coaró. Passava por certo na povoação do Salto que Mancilla e Pacheco tinham com efeito atravessado a margem esquerda do Paraná com destino a ocupar na fronteira do Paraguai o território de que foram expelidos os Correntinos.

Pelo que respeita ao último período do citado Aviso, nada mais tenho a dizer do que acusar recebidas as cópias que V. Exa. foi servido remeter-me da Nota endereçada pelo Ministro da Confederação Argentina ao Governo Imperial em 4 de Outubro p. p., e da contestação que a essa Nota foi dada por V. Exa. em 17 do mesmo dito mês de Outubro. São estas Notas dois documentos; a primeira de quanto há de irregular, insólita e extravagante na marcha e andamento que o Governo de Buenos Aires procura [*dar*] às suas relações exteriores; e a segunda de quanto há de sensato, digno e justo no procedimento do Governo Imperial.

§ 3º

Foi recebido o Aviso que V. Exa. se dignou expedir-me com data de 26 de Outubro último sob o número 20 dos Despachos Reservados; e fico certo de haverem chegado ao seu destino os officios que sob os números 25, 26 e 27 da mesma série de Reservados tive a honra de endereçar ao Exmo. Antecessor de V. Exa. com datas de 25, 26 e 27 de Setembro último. Estou ciente, e muito

agradeço quanto V. Exa. houve por bem comunicar-me sobre os diversos assuntos, porém, do que se trata no Aviso cuja recepção acusei, e nos ofícios a que esse mesmo Aviso se refere, apenas tenho de submeter à consideração de V. Exa. as seguintes reflexões.

É claro que as circunstâncias da praça de Montevidéu, se não tem melhorado pelo que respeita à força física e material do Governo da República depois das minhas participações acima citadas, tem melhorado sem dúvida pelo que respeita ao estado moral, pois que as notícias de Londres e Paris são decididamente favoráveis à causa dos defensores de Montevidéu; mas este mesmo fato parece que deve estimular o General Rosas a mandar acometer quanto antes e seriamente a praça, pois que, tomada esta, acabaria a intervenção por falta de objeto ou pelo menos (falando mais exatamente) dariam os fatos debaixo desse pretexto um plausível motivo à França e à Inglaterra, já cansadas de Rio da Prata, para se retirarem da intervenção, dando-a por concluída, ainda que na verdade tal conclusão concluísse também com a independência do Estado, pois que, segundo entendi, a dominação de Oribe equivale a dominação de Rosas. Mas, se no meu entender não é falta de probabilidade o desígnio, aliás, anteriormente manifestado pelo General D. Manuel Oribe de acometer a praça de Montevidéu no caso de que as notícias da Europa fossem a favor dos sitiados, já V. Exa. vê que um acontecimento de tal natureza terá de produzir incidentes para os quais, relativamente à parte que deles nos pode tocar, não me parece bastante a força naval do Brasil que atualmente se acha empregada nas águas do Rio da Prata; mas não insistirei sobre este assunto, pois que acabo de ter a certeza de que o Governo Imperial atendeu a quanto sobre este objeto sujeitei à consideração do mesmo Imperial Governo pelo meu Ofício Reservado de 13 de Outubro último sob o número 29 da respectiva classe. Passarei a encarar o objeto debaixo de outro ponto de vista.

Fez-me V. Exa. a honra de comunicar pelo citado Aviso de 26 de Outubro último que no caso de rompimento de hostilidades a Província do Rio Grande do Sul estará preparada para repelir qualquer invasão. Estou certíssimo de que se não pode esperar menos dos sentimentos patrióticos, da providência e zelo da atual Administração do Brasil; mas permita V. Exa. que, por efeito desses mesmos sentimentos de patriotismo, eu tome a liberdade de observar que a primeira linha de defesa da Província do Rio Grande do Sul e do Império por este lado do nosso território está nas muralhas de madeira que colocarmos no Rio da Prata, quer dizer, na parte da Esquadra Nacional empregada nas águas do grande Rio. Se há rompimento, o primeiro fato de hostilidade será a expedição de corsários contra o nosso comércio. É mais fácil e mais seguro atalhar a saída desses corsários dentro do Rio da Prata do que aguardar o dano que eles podem causar-nos disseminados pela vasta extensão das nossas costas, e tendo diante

de si o Oceano para fugirem à perseguição de nossa Esquadra. Aumentar, pois, a nossa força naval no Rio da Prata e aumentá-la com embarcações próprias para a navegação e para a guerra, que se pode fazer dentro do Rio, me parece um ato que se deve classificar entre as medidas indicadas por uma sábia e justa previsão; mas pedindo a V. Exa. que em favor de minhas intenções se digne relevar o que possam ter de inoportunas estas breves reflexões, tomarei também a liberdade de confessar a V. Exa. que ainda quando os movimentos das forças da Confederação Argentina tenham por alvo nesse momento a invasão e conquista do Paraguai, e não os limites do Império do Brasil, nem por isso o meu espírito se tranquiliza com relação às intenções pacíficas ou hostis que possa nutrir o Governo de Buenos Aires para com o Império. Estou persuadido de que ainda quando indiferente à sorte da República do Paraguai o Governo Imperial a deixasse cair nas mãos do Ditador, longe de fortificar ou de estabelecer desse modo relações de amizade leal e sincera com o Chefe da Confederação Argentina, teria apenas concorrido para aumentar as forças e os meios com que tem ele de fazer um dia a guerra ao Brasil, porque essa guerra está nos seus interesses, convém ao sistema de política e governo que segue e encontra apoio nos sentimentos e paixões da grande generalidade dos indivíduos que na América falam Espanhol por nascimento, como por vezes tenho submetido à consideração do Governo de Sua Majestade o Imperador. Dominado o Paraguai por meio de um Governador que ali coloque o General Rosas, e dominado o Estado Oriental por meio do General D. Manuel Oribe, patentes ficam os diversos pontos vulneráveis por que o Império pode ser acometido e o crescimento de forças com que tal empresa terá de realizar-se. Permita Deus que a política, ao que parece novamente iniciada pelos Gabinetes da intervenção, concorra não só para adiar, mas também e essencialmente para destruir os planos ambiciosos do Governador de Buenos Aires!

§ 4º

Acuso a recepção do Aviso de 31 de Outubro último sob número 21 dos Despachos Reservados, pelo qual V. Exa. se dignou mandar-me cópia de uma Proposta de Convenção apresentada pelo Ministro D. André Lamas para recíproca entrega dos desertores de mar e terra. Fico certo de que tal proposta é inadmissível, mas de que, apesar disso, entra na política do Governo Imperial não enfraquecer a força física, a moral dos defensores desta Praça; e quando informe a V. Exa. acerca do que tem havido sobre embarque de desertores desta mesma praça, oferecerei à consideração de V. Exa. quanto possa ocorrer-me sobre o assunto. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO³⁰⁰ • 27 NOV. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 37
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 27 de Novembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

Segundo as notícias de Buenos Aires chegadas nesta Cidade com fecho de 23 e 24 de Novembro corrente, parece que se as forças reunidas em diversos pontos da Confederação Argentina cessaram no movimento que fariam, contudo, não se dissolveram, ou se parte delas se dissolveu, como a divisão de quatro mil homens comandada imediatamente pelo General D. Justo J. de Urquiza, cumpre todavia considerar que no espaço de quarenta e oito horas pode este General reunir toda essa gente. Geralmente, pois, se acredita que o projeto da conquista do Paraguai foi talvez adiado em vista das notícias da Europa, mas de maneira alguma rejeitado. Tal é a opinião de nosso Cônsul em Buenos Aires, e o Tenente Fragoso, em Carta Confidencial de 23 do dito corrente mês de Novembro, diz o seguinte:

Constantemente se remete daqui armamento, munições de guerra e fardamentos para os pontos em que se acham reunidas as forças, e geralmente se crê que as tropas, que assim se conservam, são destinadas a executar o adiado projeto da conquista do Paraguai, retardado talvez em consequência das notícias vindas da Europa.

Há outras cartas de Buenos Aires pelas [*quais*] consta que se tem ali recebido ultimamente consideráveis remessas de pólvora enviadas dos Estados Unidos, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

§ 2º

Pelo que respeita a esta praça, apenas me consta que, há poucos dias, houve no acampamento do General Oribe uma reunião de Chefes na qual muitos querem ver mais uma razão para se persuadirem de que a praça vai a ser acometida. Alguns sectários de Oribe, que se dão por melhor instruídos,

300 Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 20 de Dezembro de 1848”.

dizem que assim o acreditam, e dão a entender, que dentro da Cidade tem o General sitiador inteligências que talvez se manifestem na ocasião do ataque. Ignoro se isto é exato ou propalado acintemente.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO³⁰¹ • 18 DEZ. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 39

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 18 de Dezembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Há dias teve o Ministro de Relações Exteriores desta República uma conferência comigo, na qual se queixou de que informações e cartas escritas desta Cidade tivessem feito acreditar ao Governo de Sua Majestade o Imperador que a praça de Montevideú está numa completa anarquia, que a insubordinação lavra pela tropa da guarnição, que os meios de sustentá-la faltam, e que todos os dias se conspira dentro da mesma praça contra o Governo de Montevideú. Procurando refutar cada uma destas proposições, esforçou-se o Ministro por demonstrar-me que a ausência de crimes graves cometidos em Montevideú oferece clara e manifesta prova de que não existe aqui a suposta anarquia, que nunca a tropa da guarnição esteve em um pé de melhor disciplina, que o contrato ultimamente celebrado para o fornecimento de víveres por espaço de seis meses torna evidente que não faltam os meios para sustentar a guarnição, e que as tentativas para entregar a praça ao General Oribe mostram pelo mau êxito delas que os seus autores não tinham apoio nos habitantes e na tropa da guarnição da Cidade. Como, porém, de algumas expressões do Ministro e de suas instâncias para que de minha parte procure colocar as coisas debaixo deste mesmo ponto de vista na presença do Governo Imperial, me pareceu

301 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 12 de Janeiro de 1849".

facilmente deduzir-se que persuadido está ele de que alguma parte posso eu ter no juízo desfavorável que faz o Governo Imperial do estado atual das coisas de Montevidéu, entendi que devia responder, e de fato respondi que se as informações ministradas ao Governo Imperial eram exatamente tais quais ele, Ministro, as tinha indicado, certamente eram exageradas, e se deviam atribuir na sua exageração ao bom, conhecido e continuado afã com que os amigos políticos de D. Fructuoso Rivera – poucos, mas sempre inquietos – procuram fazer acreditar que a República está sem remédio, perdida, se a sorte dela (*Quod Deus avertat*.³⁰²) não é entregue às mãos do seu herói; e acrescentei que, todavia, é necessário confessar que as circunstâncias de Montevidéu e do Governo do Estado não são como é para desejar que fossem; e que eu não tenho consultado ao Governo de Sua Majestade o Imperador o que há de arriscado e perigoso na posição atual do Governo de Montevidéu, pois que a minha obrigação é falar a verdade ao Governo que tenho a honra de representar, cumprindo-me, aliás, observar que, neste caso, me parece ter-se casado o desempenho dos meus deveres com os interesses do Governo do qual estou acreditado, pois que o conhecimento do verdadeiro estado das coisas não podia prejudicar, no meu entender, a quaisquer demonstrações que de sua benevolência e simpatia para com o Governo da República se resolvesse a dar o Governo Imperial, sendo certo que a urgência das circunstâncias não podia deixar de ser um estímulo forte para obrar com prontidão, se na verdade – como ele, Ministro, afirmava – tais são hoje as tendências do Governo de Sua Majestade o Imperador. Disse eu mais, que sempre tinha procurado participar ao Governo Imperial dos fatos ocorridos nesta capital, estribando-me quanto era possível em narrações autênticas e dignas de crédito; e por exemplo citei a participação que fiz a S. Exa. o Sr. Ministro, que então era dos Negócios Estrangeiros, da tentativa de rebelião de 16 de Julho do ano corrente. Essa participação consistia, pelo que respeita aos incidentes e circunstâncias do acontecimento, em uma cópia da Carta Confidencial que sobre o assunto me havia escrito o mesmo Ministro de Relações Exteriores da República; e, na verdade, assim consta do meu Ofício de 17 do dito mês de Julho sob o número 41 dos Despachos da 3ª Seção. Também fiz notar que necessariamente o juízo do Governo Imperial sobre o estado das coisas de Montevidéu se havia de formar não só pelas informações que desta Legação ou *aliunde*³⁰³ chegassem ao conhecimento de V. Exa., mas também pelo andamento e marcha do Governo da República. Para fazer mais palpável este meu pensamento por meio de um exemplo, observei que muitas reclamações tenho pendentes sem que de alguma delas se dê uma solução final, que algumas dessas reclamações têm por objeto sucessos de grande monta e

302 Locução equivalente a “Deus nos livre!” (latim).

303 De outro lugar, que possui outra referência ou fonte (latim).

interesse para o Governo Imperial, que entre esses acontecimentos se deve enumerar a horrorosa matança de *Los Tres Arboles*, que sobre este deplorável sucesso repetidas reclamações por escrito e de viva voz se tem feito, e que ainda hoje o indivíduo acusado por autor de tão terrível catástrofe, um Fulano Mesa, passeia impune pelas ruas e praças de Montevidéu. Ora (continuei eu), o Governo Imperial, que nenhuma destas circunstâncias ignora, e que não pode explicar a impunidade de Mesa, por algum outro motivo, naturalmente, pensa que o Governo de Montevidéu, apesar da melhor vontade possível, não tem a força nem os meios para obrar convenientemente. Então o Ministro me disse que Mesa é inocente; e pela terceira ou quarta vez me prometeu dar conhecimento, ou confidencial ou ostensivamente, dos papéis relativos ao lamentável sucesso de que se trata; mas esta promessa, tantas vezes repetida e nunca satisfeita, parece indicar que ou tais papéis não apresentam uma forma suficientemente regular para preencher os fins da reclamação, ou deles se infere claramente alguma consequência que se pretende ocultar às vistas do Governo Imperial.

Entretanto, o Ministro mostrando-se contente com as minhas explicações voltou ao assunto principal e procurou convencer-me de que a praça resistirá, e de que o Governo de Montevidéu se há de sustentar enquanto lhe não falta o subsídio dos quarenta mil pesos mensais ministrados pela França. Estou que, na verdade, a maior parte das probabilidades são com efeito neste sentido, apesar dos elementos de dissolução por vezes observados e indicados; e me confirmo tanto mais nesta opinião quanto penso que o momento da crise se aproxima rapidamente; mas se a França segue os passos da Inglaterra, desamparando a intervenção, e a uma terceira nação convém por quaisquer princípios sustentar e manter a praça de Montevidéu, importa prevenir-se em tempo. No momento em que se conheça que a França desampara a causa de Montevidéu, esse e todos os outros elementos de disposição devem obrar com toda a sua força e vigor, se de outra parte não renascem esperanças fundadas em fatos positivos e patentes. Tal se me antolha³⁰⁴ neste momento o aspecto das coisas deste país.

Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

³⁰⁴ Figura, representa, apetece.

OFÍCIO305 • 19 DEZ. 1848 • AHI 221/3/7

Nº 62
3ª Seção / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 19 de Dezembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ 1º

O Professor de Química Lenoble, residente nesta Cidade, me dirigiu a carta inclusa que serve de capa à exposição de um trabalho do mesmo Professor sobre o Grande Aloes ou Agave Americana³⁰⁶, e como este trabalho pode ser talvez de alguma utilidade ao nosso país, eu tomo a liberdade de levar à presença de V. Exa. a carta e a exposição a fim de que V. Exa. lhes dê o destino que julgar conveniente.

§ 2º

Por esta ocasião, rogo a V. Exa. que me permita observar que este Professor Lenoble é o mesmo de que fiz menção no meu ofício de 15 de Julho p. p. sob o número 40 dos Despachos da 3ª Seção, e que com outro Professor chamado Mendes solicitou, como se vê do citado Ofício, um privilégio de quinze anos pela descoberta que ambos esses Professores dizem haver feito de um método para livrar do cheiro e sabor desagradável a aguardente de cana, lhe conservando todas as qualidades do espírito de vinho; e posto que eu fizesse logo constar a *Mr.* Lenoble quanto por Aviso de 12 de Agosto do ano corrente sob o número 31 dos Avisos da 3ª Seção me foi comunicado acerca da indicada pretensão, e acerca do oferecimento que de um exemplar da sua obra sobre química ele fazia a Sua Majestade o Imperador, solicitando a honra da aceitação, vejo que o Professor Lenoble repetidas vezes se dirige a esta Legação com o fim de saber qual é a decisão definitiva. Por isso, e mais ainda sem dúvida pelo apreço que o Químico Lenoble mostra fazer da honra que procurou, e que acabo de indicar, espero que V. Exa. me releve que eu chame a atenção de V. Exa. para um assunto que, aliás, me parece de não pequeno interesse para o Império, se a invenção de que se trata produz com efeito os resultados que lhe atribuem.

Deus Guarde a V. Exa.

305 Anexo III não transcrito.

306 O açúcar “agavose” produzido pela planta é usado como diurético e laxante.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

[*Anexo I*]³⁰⁷

O Requerimento dos Químicos Lenoble e Mendes que o Encarregado de Negócios em Montevidéu incluiu no seu Ofício nº 40, de 15 de Julho, foi remetido à Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 12 de Agosto com as amostras do líquido preparado, e até hoje nenhuma resposta teve esse Aviso.

O exemplar da Obra sobre Química, que o Professor Lenoble ofereceu a S. M. o Imperador, deve ter sido entregue ao Mesmo Augusto Senhor, mas isso não consta na Secretaria, para se responder ao Encarregado de Negócios, a fim de participar a *Mr.* Lenoble se a sua Obra foi aceita.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O Requerimento a que se refere a nota acima foi remetido ao Tribunal da Junta do Comércio em 16 de Agosto de 1848 para consultar; e não veio ainda a Consulta. [...] ³⁰⁸. Há engano nesta informação, pois que há muito veio a Consulta, e inclusa [sobe]. ³⁰⁹

Ilmo. e Exmo, Sr.,

Não é possível verificar na Secretaria se o exemplar da obra foi entregue a Sua Majestade, porque nenhuma nota há que o indique. Há de crer, se veio, que fosse entregue, como é costume, pelo próprio Sr. Ministro da Repartição, sem que disso ficasse assento algum. Pelo que respeita à pretensão já veio a Consulta da Junta do Comércio, e em 28 de Setembro último se ordenou que os [Superiores] satisfizessem ao que nela se exige. Creio que remetendo uma cópia da Consulta ao Sr. Ministro de Estrangeiros, terá ele todos os esclarecimentos que deseja, para que possa responder ao nosso Encarregado de Negócios em Montevidéu. É isto um negócio inteiramente particular; e por não terem os interessados procurador nesta Corte, não foram informados do despacho.

[*Anexo II*]

A M. R. de S. da S. Pontes,

307 Anotação ilegível, feita a lápis, na margem superior.

308 Espaço em branco, com intervenção a lápis, ilegível.

309 Mais uma intervenção a lápis, ilegível, ao final da nota.

Chargé d'affaires du gouvernement Brésilien

Monsieur,

J'ai l'honneur de vous adresser un petit travail sur l'Agave americana (Analyse, et application aux arts, et à la médecine).

Je m'estimerai heureux si ce travail offre quelque intérêt au corps scientifique du Brésil, et par cela même devienne utile à votre pays.

Veillez accepter, M[onsieur], les salutations respectueuses de votre dévoué,

Lenoble

OFÍCIO³¹⁰ • 22 DEZ. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 40

RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 22 de Dezembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Em cartas escritas de Buenos Aires com data de 9 do corrente mês de Dezembro se refere que no dia antecedente o Governo da República Argentina tinha recebido dois mil e quatrocentos cunhetes³¹¹ de pólvora provenientes dos Estados Unidos.

Em cartas, porém, da mesma origem datados de 17 do mesmo corrente mês se refere também que o parque³¹² e as cavalcadas pertencentes à força comandada pelo General Mancilla já tinham passado o Paisandú; que essa força, assim como a força aquartelada em Luján debaixo do comando do General Pacheco, estava pronta a marchar; e que o General Urquiza deu ordem para se reunir toda a força de Entre Ríos que se achava licenciada.

As cartas do Tenente Fragozo fazem menção desta última notícia; e das diversas opiniões acerca da direção que tomará o exército Argentino, parece

310 Anotação no verso: "Resp[on]di do em 12 de Janeiro de 1849".

311 Caixote de madeira ou metal, por vezes forrado internamente, em que se acondiciona a pólvora.

312 Local de guarda de material militar.

poder deduzir-se que, segundo as probabilidades atuais, o movimento dessas forças há de ser imediatamente contra o Paraguai.

É quanto neste momento posso levar à presença de V. Exa. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO³¹³ • 25 DEZ. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 41
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevidéu, 25 de Dezembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Ontem veio a esta Legação o Ministro de Relações Exteriores desta República, e me disse que o Ministro Plenipotenciário Dom André Lamas lhe tinha escrito que sabia de um modo seguro e positivo que o Governo Imperial tinha dado ordens ao Encarregado de Negócios do Brasil junto do Governo do Estado Oriental e ao Comandante em Chefe da Divisão Naval Brasileira surta nas águas do Rio da Prata para tomarem a defesa da praça de Montevidéu no caso de que a intervenção se retirasse e o Governo da República não preferisse entregar-se ao domínio do General Rosas. Disse mais o dito Ministro, que tanto prazer lhe havia causado a primeira parte desta comunicação quanto lhe havia sido penosa a ideia de que o Governo de Sua Majestade o Imperador pudesse imaginar que existe no ânimo do Governo da República a menor disposição para entregar-se ao General Rosas; e daqui tomou pretexto para discorrer e explicar qual tinha sido o espírito e o procedimento do Governo do Estado no negócio das proposições de Billinghamst, negócio no qual viram alguns demasiada prontidão da parte do Governo da República em dar-lhe importância e publicidade, e explicavam tanta celeridade pelo desejo de tratar e concluir quanto antes alguma convenção com o Restaurador.

313 Anotação no verso: "Resp[ondi]do em 31 de Janeiro de 1849".

Não repito a V. Exa. os termos desta exposição verbal que fez o Sr. Herrera porque não foi mais do que a repetição do conteúdo dos documentos levados ao conhecimento do Governo Imperial na minha correspondência oficial acerca deste assunto, e das reflexões ultimamente publicadas no *Comercio del Plata* sobre o mesmo objeto, e que também já foram presentes a V. Exa.

Entretanto, como todo o discurso tinha tido por origem as supostas ordens a mim dirigidas, e ao Comandante em Chefe da Estação Naval, me pareceu bastante responder que tais ordens eu não tinha recebido, nem sabia que o Chefe de Divisão, Pedro Ferreira de Oliveira, as tivesse recebido.

É quanto julgo conveniente submeter à consideração de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

OFÍCIO³¹⁴ • 25 DEZ. 1848 • AHI 222/4/4

Nº 42
RESERVADO / 1ª via

Legação do Brasil
Montevideú, 25 de Dezembro de 1848.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

§ Único

Pelo mesmo conduto por que tive conhecimento das notícias constantes do meu Ofício Reservado de 14 de Setembro p.p. sob o número 23, e que foram continuadas pelo fato, assevera-se que o Governador de Buenos Aires acaba de receber comunicações de Dom Manuel Sarratea, o qual depois de uma conferência com *Mr. Bastide*³¹⁵ escrevia receoso de que a França lance mão de medidas de força para concluir com os negócios do Prata; que Dom Tomás Guido parece possuir-se das nossas apreensões; que Moreno, Ministro

314 Anotação no verso: “Resp[ondi]do em 31 de Janeiro de 1849”.

315 Jules Bastide (1800-1879). Político francês. Em 1848, foi ministro das Relações Exteriores. Fonte: <dbpedia.org>. Acesso em: 18 fev. 2021.

de Rosas em Londres³¹⁶, também receava que a participação oficial de não ter sido Hood recebido pelo Governo de Buenos Aires na qualidade de Cônsul produzisse alguma mudança na política do Governo Inglês relativamente às coisas do Rio da Prata; que o Governo do Chile, inquieto com o convite que se faz de Bolívia ao General Santa Cruz para voltar ao seio da pátria, se prepara a fazer a guerra a esta República, se à frente dela com efeito se coloca Santa Cruz, como parece provável; que o mesmo Governo do Chile propôs ao Restaurador o tomar parte nesta guerra, dada aquela hipótese; que a resposta do Ditador foi que está preparado; que o Restaurador deu ordem ao Governador de Corrientes Virasoro³¹⁷ para reclamar imediatamente e em termos urgentes do Governo do Paraguai a entrega das Ilhas do Paraná, que segundo este último Governo fazem parte do Departamento da Candelaria mencionado no Artigo 4º da Convenção celebrada a 12 de Outubro de 1811 pelas Juntas de Governo de Buenos Aires e Paraguai; que o General Rosas entregou a *Mr.* Southern três projetos de convenção acomodados a diversas espécies por ele figurados; e que o mesmo General Rosas disse, não há muitos dias, em termos claramente indicativos de seu rancor e sanha contra o Império que, terminado o negócio da intervenção, fará acometer às fronteiras do Brasil para vingar-se do muito dano que surdamente lhe faz o Governo Imperial.

Ao que levo exposto, apenas posso acrescentar que por informações obtidas de outra parte me persuado de que os três projetos de convenção foram enviados confidencialmente ao Governo Inglês por *Mr.* Southern, o qual escreve para esta Cidade que vai diariamente vencendo todas as dificuldades. Deus Guarde a V. Exa.

O Encarregado de Negócios
Rodrigo de Souza da Silva Pontes

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Olinda
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

316 Manuel Moreno (1781-1857). Médico e diplomata. De 1828 a 1834 e de 1838 a 1852, foi plenipotenciário em Londres; de 1835 a 1838 nos Estados Unidos. Fonte: CORTES, José Domingo. *Diccionario Biográfico Americano*. 2. ed. Paris: Tipografia Lahure, 1876.

317 Benjamin Virasoro (1812-1897). Militar e político argentino. Foi governador de Corrientes e membro do Partido Federal, participou das guerras civis no seu país e foi o líder correntino durante a Guerra Grande. Fonte: <es.wiki.org>. Acesso em: 24 fev. 2021.

APRESENTAÇÃO ROMA

A embaixada brasileira em Roma e a Segunda Guerra Mundial: correspondência diplomática de 1935 a 1942

DANIEL AYALA CARDOSO³¹⁸

PABLO DE REZENDE SATURNINO BRAGA³¹⁹

A correspondência diplomática da embaixada brasileira em Roma entre 1935 e 1942 revela a estratégica posição que a Itália ocupa, tanto pelo valor simbólico do fascismo italiano para o autoritarismo da época, do qual a liderança carismática de Mussolini foi uma espécie de precursora desde a Marcha sobre Roma em 1922, quanto pela relevância da Itália em todos os jogos de poder na Europa. Na parte inicial da correspondência, até 1938, o expansionismo italiano no norte da África e a ascensão do franquismo na Espanha, tem maior destaque. A relação ítalo-brasileira, por sua vez, é marcada por certa afinidade ideológica e cooperação econômica. Mussolini prestigia a inauguração da Associação dos Amigos do Brasil, e a Itália confirma sua posição como importante fornecedor de material militar ao nos vender três

318 Estagiário do CHDD e graduando do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

319 Pesquisador do CHDD, doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ e professor do Ibmecc.

submarinos. Entre 1938 e 1942, a aproximação crescente entre a Itália e o nazismo, como aspecto fundamental do agravamento da crise europeia, será o tema dominante. A relação entre Brasil e Itália torna-se mais distante, inclusive com episódios de maior tensão diplomática, como no caso da concessão de asilo da embaixada italiana a Severo Fournier, que havia liderado tentativa de golpe de Estado contra Getúlio Vargas em 1938. Com a guerra, as fragilidades italianas ficam expostas, e também impactam o comércio bilateral, especialmente com a restrição italiana de importação do café, principal produto de exportação brasileiro. Em março de 1942, o Brasil rompe relações com a Itália e a embaixada é fechada. Os episódios mais marcantes da correspondência serão examinados nesta apresentação, que procura também sintetizar a conjuntura geopolítica vista pelos olhos dos chefes da embaixada em Roma.

Em 1935, Mussolini consolidara a ditadura fascista. O governo, de partido único, já havia assumido forma ditatorial, controlando a imprensa e os sindicatos, definindo a orientação ideológica das escolas, perseguindo opositores e militarizando a sociedade civil³²⁰. A organização corporativista, orientada pela *Carta del Lavoro*³²¹, de 1927, combinada à liderança carismática de Mussolini, garantia a vigência e preservação do autoritarismo. O objetivo original era o de criar uma solução alternativa ao liberalismo e ao socialismo voltado a construir o “consenso social”, extinguir a luta de classes de forma contrarrevolucionária. O Estado fascista estaria acima das classes e passava a ser o marco supremo da organização social. Eliminava o aparato liberal do Estado burguês e servia, em contrapartida, como bloqueio da ascensão das forças socialistas.

A política externa foi orientada em direção ao ideal expansionista e de “resgate” do Império Romano, principalmente após a demissão do moderado chanceler Dino Grandi, quando Mussolini assumiu o Ministério das Relações Exteriores em 1932. Na esteira dessa nova orientação, a ascensão do nazismo na Alemanha criou a oportunidade perfeita para Mussolini legitimar o revisionismo dos pactos da Primeira Guerra Mundial. Importante lembrar que a Itália havia abandonado as negociações do Tratado de Versalhes com queixas por reivindicações não atendidas e, de certa maneira, desqualificada como poder pelo desempenho militar medíocre que tivera durante a guerra³²².

320 BARBOSA Jr. Jefferson Rodrigues. Entre a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fenômenos autocráticos chauvinistas contemporâneos. In: *Chauvinismo e extrema-direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora UNESP, 2015. SciELO Books.

321 Documento pelo qual o Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini apresentou as linhas de orientação que deveriam guiar as relações de trabalho na sociedade italiana, em particular entre empregadores, trabalhadores e Estado, estabelecendo um modelo político-econômico corporativista. Fonte: SELDES, George. *Sawdust Caesar: the untold history of Mussolini and Facism*. Nova York e Londres: Harper Brothers Publishers, 1935.

322 Vittorio Emanuele Orlando (1860-1952). Jurista e político. Foi, de 1903 a 1905 e de 1907 a 1909, ministro da Educação; de 1914 a 1916, da Justiça; de 1916 a 1917, do Interior, e presidente do Conselho de Ministros.

Ao lado do militarismo e do expansionismo, a política externa da Itália deve lidar com os movimentos do jogo de poder da Europa. Antes do período coberto pela correspondência, e para ilustrar a dimensão dos interesses europeus, vale lembrar que a tentativa de um golpe nazista na Áustria, em 1934, criou uma oportunidade de alçar a Itália como árbitra nos assuntos ou conflitos diplomáticos europeus. Por se tratar da Áustria, uma parceira política e comercial situada ao norte de suas fronteiras, os italianos agiram rapidamente com o deslocamento de tropas para as fronteiras austríacas depois do assassinato de Engelbert Dollfuss³²³, impedindo que fosse anexada pelas forças de Hitler. Esse fato gera instabilidade nas relações com a Alemanha, aproximando os italianos das potências ocidentais. A possibilidade de uma aliança entre a Itália e os Aliados (Inglaterra e França) será aventada algumas vezes, sendo a Frente de Stresa o seu ápice. Essa aproximação gerou alguns frutos, porque ensejou a desistência dos franceses de alguns territórios na Eritreia, na Etiópia e na Líbia e a oportunidade para a expansão italiana na África. Mas, diferente do que Mussolini esperava, os desdobramentos não levaram a um entendimento da Inglaterra e França sobre a invasão italiana na Etiópia, frustrando os planos fascistas de resolver a questão diplomaticamente³²⁴.

Portanto, a correspondência selecionada tem seu início em uma conjuntura de grande expressão do poder italiano nas dinâmicas geopolíticas europeias, a partir de um reconhecimento do país entre as potências europeias e da consolidação interna do regime, que criaram as condições para a projeção do imperialismo italiano no Chifre da África. O conflito ítalo-etíope é narrado como expressão das virtudes do fascismo, como em fragmento de ofício abaixo:

A tradição romana de imperialismo não é só uma ideia de força. O império não é apenas uma expressão territorial, militar, mas espiritual e moral. E o Fascismo um estado de alma. Ele fez da Itália não somente uma nação militar, mas guerreira, imperialista, onde o cidadão e o soldado hoje se confundem, ressuscitando um povo no abandono, agora cheio de vitalidade, que quer se expandir.³²⁵

A invasão da Abissínia pela Itália significava mais do que a expansão colonial. A derrota para os etíopes na primeira guerra entre os países na tentativa de invasão italiana em 1895, criou um sentimento de revanchismo histórico.

Em 1924, mudou de posição, retirando-se da vida pública para não jurar fidelidade ao fascismo. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 28 jan. 2021.

323 Engelbert Dollfuss (1892-1934). Político do Partido Social Cristão da Áustria. De 1932 a 1933, foi primeiro-ministro da Áustria. Em 1933, dissolveu o Parlamento e proibiu os partidos políticos; em 1934, reprimiu com violência a resistência socialista e estabeleceu uma ditadura. Foi assassinado pelos nazistas numa tentativa de golpe. Fonte <treccani.it>. Acesso em: 28 jan. 2021.

324 MAIA, Bruno. *A entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial vista pela diplomacia portuguesa (1939-1940)*. Universidade do Porto, 2010, p.16-17.

325 AHI 41/3/12. Ofício nº 26, de 22 de agosto de 1935.

O fascismo explorou o fracasso em Ádua através da propaganda interna, para convencer a opinião pública sobre a importância da guerra. Com a violação da soberania etíope pelas tropas italianas, o país africano declarou guerra à Itália no dia 3 de outubro de 1935³²⁶. No dia 7 de outubro, a Liga das Nações apontou a Itália como a agressora e impôs sanções ao país. A execução do projeto expansionista do fascismo com a invasão da Etiópia foi também um marco importante da costura das alianças que levaram à II Guerra Mundial.

A leitura realizada sobre os eventos pelo encarregado de negócios brasileiro, Rangel de Castro, é construída a partir de duas linhas explicativas: a defesa da legitimidade do projeto colonial italiano dentro da lógica das disputas entre as grandes potências e a importância da exportação de um modelo civilizatório para a Etiópia. Embora tenha ficado poucos meses à frente da embaixada, de agosto a novembro de 1935, o diplomata observou a veloz evolução dos fatos desde a invasão italiana até as sanções da Liga das Nações. Em sua análise não há uma problematização da posição italiana como potência expansionista, de forma que a questão etíope é retratada como expressão da disputa europeia e do desmoronamento do sistema multilateral da Liga das Nações. A Itália repete o comportamento das potências coloniais, como diz:

O lugar ao sol que a Jovem Itália, grande potência de ontem, clama pela voz possante do Sr. Mussolini, já foi tomado pelos outros. A Inglaterra e a França fundaram pela força os seus grandes impérios coloniais. Não sobraram mais terras na África, na Ásia e na Oceania. A expansão italiana tardia veio perturbar o equilíbrio existente. Não têm outra origem as reações contra a campanha abissínia que ela provocou.³²⁷

Rangel de Castro exaltou: “Os soldados italianos estão levando com eles a civilização ao âmago daquelas regiões bárbaras, até hoje impenetráveis à raça branca”. Em contraposição, na Assembleia Geral da Sociedade das Nações em Genebra, o líder etíope denunciou³²⁸ a agressão militar italiana contra um membro da Liga. Sobre a disputa em âmbito multilateral, é taxativa a negação da legitimidade da Etiópia pertencer à Liga como um Estado soberano:

O memorial do Governo fascista, apresentando em Genebra documento, sem dúvida, notável, provou que a Etiópia não é uma nação, mas um aglomerado disparate de raças diversas, primitivas, sem unidade, sob o regime feudal e o domínio pela força das províncias asmaricas, de origem abissínia, essencialmente guerreiras. O erro da política italiana foi levar, com a França, à Liga das Nações aquele país,

326 NICOLLE, David. *The Italian Invasion of Abyssinia 1935-1936*. Oxford: Osprey, 1997.

327 AHI 41/3/12. Ofício reservado nº 323, de 31 de outubro de 1935.

328 Bob Marley musicou, em 1976, o discurso que Haile Selassie I fez na Liga das Nações em 1936. A canção “War” se transformou em um símbolo da luta contra a exploração dos povos colonizados. Fonte: OLIVEIRA, Pedro Henrique Autuor de. *Rastafari, música reggae e tradição oral africana*. (TCC do Curso de Artes) – UFPR – Setor Litoral. Matinhos (PR), 2018. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61208>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

que não preenchia as condições exigidas pelo Pacto. Daí o falseamento do princípio da igualdade jurídica dos Estados para colocá-lo no mesmo nível absurdo, em Genebra, com a Itália, que é uma das mais belas e mais eloquentes expressões da civilização humana.³²⁹

A Inglaterra optou por não reconhecer a conquista italiana na Abissínia³³⁰, pois o crescimento de qualquer potência na região ameaçaria as colônias inglesas da África Oriental ao Oriente Médio. Além disso, a sociedade civil inglesa pressionou seu governo a reagir à flagrante violação italiana. Apesar da reticência inglesa sobre uma conquista pelas armas dos italianos, houve esforços diplomáticos no sentido de criar uma saída pacífica. A Inglaterra e a França ofereceram, segundo Marques, acordos vantajosos para a Itália, entre um deles:

Elas previam o estabelecimento de uma tutela internacional sobre a Abissínia, seguido de uma série de reformas e ratificações territoriais coordenadas pela Liga das Nações, além de garantir a preponderância econômica e militar da Itália na metade sul do país africano, a partir de Addis-Abeba.³³¹

O destino do Império Etíope estava sendo decidido pelas potências europeias. Ao longo do ano de 1935, Laval e Hoare, ministros das Relações Exteriores de França e Inglaterra, buscaram estabelecer acordos vantajosos para que a Itália demovesse do plano de invasão. Contudo, o pacto Laval-Hoare de dezembro de 1935 vazou na imprensa britânica, causando grande repercussão e pressão popular contra as suas disposições, sendo abandonado logo em seguida. Porém, mesmo com todas as tentativas diplomáticas ao longo de 1935, os fascistas estavam irredutíveis sobre a conquista pelas armas. Em uma entrevista com o chefe de gabinete do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Barão Aloisi, o encarregado de negócios Rangel de Castro descreve a posição dos italianos: “estamos cansados, [...] pela falta de cumprimento desses acordos por parte da Abissínia, que os tem todos constantemente violado e, agora, decidimos fazer respeitar pelas armas o nosso direito e as nossas reivindicações na África Oriental”³³².

Em 10 de novembro de 1935, Rangel de Castro deu lugar ao embaixador Adalberto Guerra Duval para a chefia da embaixada do Brasil em Roma. A anexação da Etiópia depois da vitória militar ainda era tema prioritário, e a Itália procurou reconhecimento internacional da sua conquista. Após gestões italianas, a Secretaria de Estado no Rio de Janeiro deu instruções sobre a impossibilidade do reconhecimento brasileiro, visto que “não podemos deixar

329 AHI 41/3/12. Ofício reservado nº 323, de 31 de outubro de 1935.

330 AHI 41/3/11. Ofício reservado nº 169, de 1º de junho de 1935.

331 MARQUES, Alexandre K. *A questão Ítalo-Abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia*, em 1935, pela intelectualidade Gaúcha. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p.66.

332 AHI 41/3/12. Ofício confidencial nº 256, de 17 de agosto de 1935.

de respeitar os princípios inscritos na nossa Constituição, nem os compromissos internacionais por nós livremente assumidos, contrários às conquistas pelas armas”³³³. Mesmo com o não reconhecimento e as sanções, Guerra Duval não estava, assim como seus antecessores, imune à sedução do fascismo italiano naquele contexto, como quando escreveu:

Conhecida a mentalidade fascista, ainda cristalizada pelas sanções num homogêneo bloco nacional, possuído d’aquele espírito de heroísmo cívico que permitiu a um país pobre e superpovoado a longa preparação e maravilhosa organização revelada na guerra d’África, tendo, enfim, em conta o elevado moral do regime e a genialidade do seu guia, era quase certo que o fator tempo seria pela Itália. E foi!³³⁴

As sanções da Liga foram insuficientes para frear a Itália, principalmente porque importantes parceiros comerciais como EUA, Alemanha e Japão e até o Brasil, por exemplo, continuaram livremente com o intercâmbio comercial, porque dela não eram membros³³⁵. No terreno, uma contraofensiva etíope travou por semanas o avanço italiano, expondo o regime fascista ao risco de uma campanha longa e custosa. Entretanto, o uso de armas químicas³³⁶ facilitou vitórias sucessivas dos italianos sobre a força militar abexim, e em maio de 1936 a capital Adis Abeba foi tomada³³⁷. Mesmo com algumas novas sanções, como o embargo de petróleo ou a exigência do cessar-fogo realizada pela Liga, os italianos não retrocederam no objetivo de conquista.

No cenário europeu, movimento importante foi o fato de que os alemães abandonaram o Pacto de Locarno, e assim iniciaram a militarização da Renânia em 1936. Imediatamente a frente franco-britânica se afasta dos problemas derivados da guerra ítalo-etíope para se concentrar em esforços contra um possível avanço alemão. Com esse objetivo, França e Inglaterra ensaiaram nova tentativa de aproximação com a Itália, porém, na ausência de denominadores comuns, acabaram propiciando uma aproximação gradativa entre os alemães e os italianos, como se lê:

O fracasso da Conferência de Paris não era, aliás, difícil de prever, apesar dos magníficos esforços e da habilidade do Sr. Laval, atual Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, em conciliar a profunda divergência

333 AHI 42/4/11. Telegrama de 29 de maio de 1936.

334 AHI 41/3/13. Ofício reservado nº 64, de 20 de maio de 1936.

335 Ver também AHI 41/3/12. Ofício nº 315, de 25 de outubro de 1935 e AHI 41/3/12 e ofício reservado nº 323, de 31 de outubro de 1935, que tratam das sanções e da adesão dos países.

336 A resistência abexim, expressão sinônima de abissínio, impediu o avanço italiano por algumas semanas. Mussolini então, violando os tratados internacionais, ordenou a utilização de gás mostarda em grande quantidade sobre as tropas etíopes, causando milhares de mortes. Então, em 6 de maio de 1935, as tropas do general Badoglio tomam Adis Abeba. Fonte: MARQUES, Alexandre K. *A questão Ítalo-Abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade Gaúcha*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p.61.

337 Ver também AHI 41/3/13. Ofício reservado nº 64, de 20 de maio de 1936.

existente entre a Inglaterra e a Itália em torno do problema abissínio e em manter os Acordos de Stresa, que se podem considerar hoje como a pedra angular da paz europeia.³³⁸

Nessa observação do encarregado de negócios brasileiro, podemos perceber que a desintegração da Frente de Stresa era um prenúncio do término da paz armada que se iniciou com o fim da Primeira Guerra Mundial. A guerra ítalo-etíope foi o primeiro grande passo para a formação de alianças militares antagônicas, que culminaram na II Guerra Mundial. Além do expansionismo italiano, outro importante fenômeno seria crucial para definir os rumos da Segunda Guerra Mundial: a ascensão do franquismo na Espanha.

A irrupção do conflito entre nacionalistas e republicanos na Espanha, em 1936, substituiu a crise da Abissínia como principal tema dos ofícios e telegramas. A guerra civil espanhola foi a expressão mais emblemática da disputa global entre as vias ideológicas que se abriram no entreguerras: o socialismo, o liberalismo e o fascismo. A correspondência retrata a atuação italiana em prol dos nacionalistas, que se tornou fator importante para a vitória do franquismo, inclusive com o envio de uma força expedicionária de 35 mil italianos, composta por soldados e voluntários camisas negras. A Itália também forneceu às forças nacionalistas aviões de caça e bombardeiros que desempenharam um papel significativo na guerra³³⁹. Um episódio de derrota dos camisas negras em Guadalajara, em tentativa de capitulação de Madri, teve repercussão no país. Mussolini escreveu um artigo de jornal com o propósito de explicar o evento para a opinião pública e inflar o sentimento nacionalista italiano, prometendo vingar a morte dos legionários italianos³⁴⁰.

A participação ativa italiana contrasta também com a hesitante diplomacia de não intervenção das potências democráticas – França e Reino Unido –, que assistiram passivamente à derrocada dos republicanos na Espanha, ensaiando apenas gestos diplomáticos nas negociações do Comitê de Não Intervenção³⁴¹. Naquela conjuntura, o cerne da preocupação do embaixador brasileiro Guerra Duval era a participação soviética no conflito e os planos de expansão do comunismo na Europa a partir da Espanha. Estava claro que o socialismo despontava como o maior perigo para a diplomacia brasileira, e Duval aceitava

338 AHI 41/3/12. Ofício reservado nº 259, de 21 de agosto de 1935.

339 TURNBULL, Patrick. *The Spanish Civil War, 1936–39*. 6. ed. Oxford, Inglaterra, RU; Nova York, Nova York, EUA: Osprey Publishing, 2005.

340 AHI 41/4/1. Ofício nº 108, de 23 de junho de 1937.

341 Para evitar a internacionalização do conflito que se iniciara em Espanha, foi criado um Comitê de Não Intervenção com o objetivo de prevenir a ajuda militar estrangeira em pessoal e material bélico a qualquer das facções envolvidas na Guerra Civil espanhola. A sua constituição foi resultado da assinatura de um Pacto de Não Intervenção proposto nos princípios de agosto de 1936, no contexto de uma iniciativa diplomática conjunta dos governos de Léon Blum, da França, e de Neville Chamberlain, do Reino Unido, no seio da Sociedade das Nações. Fonte: BEEVOR, Anthony. *The Battle for Spain*. 2006.

a perspectiva do fascismo italiano e, conseqüentemente, a narrativa civilizatória do Império e da sua expressão na liderança do *Duce*:

Com o rótulo da defesa da democracia, a Frente Popular da França, fermentada pelo *Komintern*, procura camuflar e dissimular esta fase da luta de classe contra a hierarquia e autoridade burguesa. Todos os observadores da guerra civil espanhola sabemos que a vitória – improvável – do Governo de Madri seria a sua imediata queda e substituição pelos comunistas e anarquistas que se digladiariam pelo poder. O caos!³⁴²

As afinidades ítalo-brasileiras e o bom circuito que o embaixador brasileiro gozava em Roma são marcantes na correspondência e se exprime no acesso que Duval obtém aos bastidores da política europeia por meio do canal italiano. Destaca-se, em especial, a inauguração da *Associazione degli Amici del Brasile*, em que Mussolini aplaudiu entusiasticamente discurso do embaixador, cujo conteúdo permeava a ideia de uma identidade latina compartilhada entre Brasil e Itália:

E as duas nações latinas mais prolíficas – a mais antiga e quase a mais moça –, a de civilização milenária, que se renova em floração de glórias, e a de moderna civilização, que se enxerta na velha capa – ambas, com todos os músculos tensos para o surto do futuro, precisam conhecer-se melhor, para melhor se conjugarem no esforço, que incumbe à gente latina, de restaurar no mundo do pensamento e da ação o sentido da claridade e da medida, apanágio da saúde espiritual e adversário acérrimo de confusas ideologias tóxicas.³⁴³

Apesar da boa recepção italiana pela mudança de regime no Brasil, com o golpe do Estado Novo promovido por Vargas em novembro de 1937, a conjuntura das forças políticas no Brasil apontava para um distanciamento da ditadura varguista em relação ao fascismo, como um efeito natural do pouco espaço que o partido que se inspirava no fascismo italiano, a Ação Integralista Brasileira (AIB), recebeu após o golpe. O principal líder da AIB, Plínio Salgado, endossou o novo governo em nome da garantia da ordem e combate ao socialismo, porém o discurso de posse de Vargas sequer mencionou o apoio dos integralistas. A situação deteriorou-se após o decreto de Vargas que baniu os partidos políticos, inclusive a AIB, em dezembro de 1937³⁴⁴. As ilusões integralistas de compor a base da ditadura varguista produziram reações, como pequenas agitações na Marinha deflagradas por integralistas e uma tentativa de ocupação da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, que

342 AHI 41/3/13. Ofício reservado nº 113, de 17 de agosto de 1936.

343 AHI 41/3/13. Ofício nº 70, de 26 de maio de 1936.

344 Decreto-Lei nº 37 de 2 de dezembro de 1934. Fonte: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*. 1934.

foram rapidamente debeladas em março de 1938³⁴⁵. A perseguição e prisão de líderes da AIB levou, então, a sua ação mais radical, o levante integralista em maio de 1938.

A intentona integralista afetou as relações bilaterais entre Brasil e Itália antes da guerra. Não apenas pela inspiração ideológica do integralismo (embora se autodeclarasse fascista), mas principalmente porque um dos líderes dos insurgentes, o tenente Severo Fournier, fugitivo mais procurado pelo governo brasileiro após o levante, recebeu asilo diplomático na embaixada italiana no Rio de Janeiro. O governo brasileiro imediatamente deu instruções ao embaixador em Roma para pressionar o governo italiano a explicar o asilo da embaixada italiana a um conspirador que planejou a derrubada do governo e, com os amotinados, invadiu a residência oficial de Vargas no Palácio Guanabara. O caso Fournier se revelou ainda mais problemático para o Brasil, pois o irmão do chanceler Oswaldo Aranha foi acusado de facilitar a entrada de Fournier na embaixada. Ajudado por Manuel de Freitas Vale Aranha e outras duas pessoas, teria entrado na embaixada da Itália oculto na mala de um carro, asilando-se no dia 25 de junho de 1938. O ministro de Estado redigiu despacho-telegráfico para a embaixada em Roma, manifestando sua insatisfação com a postura do embaixador italiano, Vincenzo Lojacono:

Conviria chamar atenção desse Governo para o fato inexplicável de não ter o seu Embaixador, a quem venho dispensando consideração muito especial, me comunicado, ainda que por mera deferência pessoal, a participação alegada de meu irmão em fato de tanta gravidade.³⁴⁶

A escalada das tensões diplomáticas ocorreu pela demora de uma resposta do governo italiano para uma questão de extrema urgência para o governo brasileiro, e pela constatação de que o embaixador italiano facilitara o asilo, segundo Aranha:

As instruções já foram dadas a Vossa Excelência, bem como os elementos para a impugnação da hipótese do asilo, e para mostrar a trama do pessoal da Embaixada e a má-fé com que agiu e está agindo o próprio Embaixador. O Governo e o Presidente estranham a demora da solução em um caso que não pode comportar dois critérios, salvo se o Governo italiano, contra a tendência atual dos povos, está decidido a proteger um criminoso por tentativa de assassinato contra o Chefe de Estado, contrariando assim, não só a legislação, como as normas relativas à extradição e ao asilo, e violentando a amizade do Brasil. Aviso a Vossa Excelência que o nosso Governo não se conformará com tal atitude por parte da Itália, resolvido que está

³⁴⁵ REISS, Regina Weinfeld. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). *Revista de Administração de Empresas*, v.14, nº 6. São Paulo, nov./dez. 1974, p.124-126.

³⁴⁶ AHI 42/5/1. Telegrama de 28 de junho de 1938.

a repelir uma articulação promovida pela Embaixada italiana, que atenta contra a soberania do Brasil e importa em insólita intervenção na sua vida normal.³⁴⁷

Pressionado pelas autoridades brasileiras, o embaixador Lojacono consultou o governo italiano. Em telegrama, Guerra Duval celebra a informação de que Mussolini aprovou a expedição de um telegrama ao embaixador italiano para liquidar o assunto e não aceitar o asilo³⁴⁸. A crise foi mitigada com a entrega e prisão de Fournier. A demora italiana expressou, talvez, a dificuldade de Roma entender o jogo político brasileiro e as reais capacidades do movimento integralista chegar ao poder³⁴⁹. Os documentos italianos revelam uma grande expectativa de um Estado integralista no Brasil, como nota-se em ofício do embaixador Locajono para seu governo, que reproduzimos de outra publicação³⁵⁰:

[...] romper o fronte democrático no maior país da América do Sul, criar um ambiente que seja favorável, por razões de analogia, ao nosso regime, cultivar uma opinião nacional brasileira aberta às premissas e às necessidades da Itália, abrir uma fonte de consenso moral e de recursos materiais naquela parte do mundo que estará à menor distância do nosso eixo imperial e do nosso aparato respiratório, eis o que significa o estabelecimento de um Estado integralista no Brasil.³⁵¹

Apesar da percepção equivocada sobre as forças políticas brasileiras, por fim, a decisão italiana passou pelo abandono dos integralistas e pelo apoio ao novo regime brasileiro, que recebeu intensa atenção por parte da propaganda italiana. E o envolvimento do irmão levou, posteriormente, ao pedido de demissão por parte de Oswaldo Aranha, prontamente negado por Getúlio Vargas. A atuação do embaixador italiano no caso desagradou ao governo brasileiro, que negociou e conseguiu sua remoção. Lojacono retornou à Europa em setembro de 1938.

A fragilidade italiana no cenário de uma iminente guerra na Europa evidenciou-se com o *Anschluss*, a triunfal ocupação de Viena pelos nazistas no dia 12 de março de 1938, sem resistência. A preocupação com o expansionismo alemão em país fronteiriço com a Itália abalou a confiança italiana sobre a aliança com o regime nazista, despertando temores a respeito do expansionismo germânico³⁵². Em carta para Mussolini, Hitler explicou a ação direta alemã e

347 AHI 42/5/1. Telegrama de 4 de julho de 1938.

348 AHI 42/4/11. Telegrama de 6 de julho de 1938.

349 BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, nº 2. Brasília. Jul./Dez. 1997, p.106.

350 SEITENFUS, Ricardo. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: DE BONI, Luís Antonio. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, vol. 2., p. 37-52.

351 ASMAE/Affari Politici 1931-1945 (Brasile), b. 15, relatório reservado de 27/9/1937, citado em SEITENFUS (1990, p. 51).

352 AHI 41/4/2. Ofício reservado nº 52, de 14 de março de 1938.

garantiu formalmente respeitar a fronteira com a Itália em Brennero, o que tranquilizou, um pouco, o governo fascista³⁵³.

O embaixador Pedro Leão Veloso Neto³⁵⁴, assumiu a chefia da embaixada do Brasil em Roma no dia 24 de abril de 1939, em um cenário de escalada das tensões que levariam à eclosão da Segunda Guerra. Em boa parte de seu período à frente da embaixada, o tema central foi a neutralidade italiana face às sondagens permanentes da Inglaterra e da Alemanha, em uma conjuntura em que a guerra entre as potências europeias já havia irrompido. Leão Veloso explica:

A política do “Duce” é a da paz armada, como ele mesmo declarou em recente discurso pronunciado por ocasião da abertura do ano escolar, quando também disse que a Itália só conhece hoje uma economia, que é a economia de guerra. Sua situação de “maior potência neutra” dá-lhe um prestígio excepcional de que ela vai tirando o melhor partido, sobretudo para a melhoria de sua situação econômica.³⁵⁵

Passam a ser escassos os elogios às virtudes italianas ou a admiração a um glorioso passado do Império Romano. A radicalização do regime e o antissemitismo como política de Estado já eram motivos de desconfiança³⁵⁶. A mudança de tom na correspondência tornou-se notória, com a gradual revelação da fragilidade de poder militar e econômico da Itália, que não mais parecia condizer com a narrativa de um retorno aos tempos de hegemonia do Império Romano. O embaixador destaca até o desgaste de Mussolini perante a opinião pública:

[...] existe presentemente, no que se refere à situação interna da Itália, um fator que merece ser assinalado, embora ninguém esteja ainda em condições de dizer qual possa vir a ser a sua importância. Talvez fosse exagerado dizer que o regime está em crise, mas existem sinais visíveis de que o prestígio do Duce está abalado.³⁵⁷

Por outro lado, Mussolini apresentou-se como um importante ator para conter ímpetus expansionistas de Hitler, pois sabia que a guerra não era o caminho mais atraente para a Itália, e tampouco teria apoio na opinião pública. Esse papel foi reconhecido inclusive pela Inglaterra, quando o embaixador inglês em Roma, em nome de seu governo, pediu a intervenção de Mussolini

353 AHI 41/4/2. Telegrama de 13 de março de 1938.

354 Pedro Leão Veloso Neto (1887-1947). Advogado e diplomata. Em 1926, foi chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores; em 1931, foi embaixador em Pequim. Ministro interino das Relações Exteriores entre 1944 e 1945 e chanceler de 1945 a 1946. Durante sua gestão foi fundado o Instituto Rio Branco. Chefiou a delegação na Conferência de São Francisco, que aprovou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), vindo a ser, em 1946, o representante brasileiro na entidade. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

355 AHI 41/4/7. Ofício reservado nº 400, de 29 de novembro de 1939.

356 Sobre esse assunto ver o documento: AHI 41/4/3. Ofício reservado nº 299, de 29 de setembro de 1938.

357 AHI 41/4/6. Ofício reservado nº 199, de 9 de setembro de 1939.

quando Hitler planejava a invasão da Tchecoslováquia em setembro de 1938. O pedido foi reforçado pelo presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, que igualmente transmitiu o apelo a Mussolini. Antes de autorizar o plano militar, Hitler aceitou negociar diretamente com os estadistas das principais potências europeias. Neville Chamberlain, primeiro-ministro da Inglaterra, Édouard Daladier, presidente da França e Benito Mussolini assinaram o Acordo de Munique junto com Hitler, em arranjo que deu à Alemanha os Sudetos e o controle efetivo do resto da Tchecoslováquia. Guerra Duval compartilha a percepção geral de que sem a intervenção de Mussolini a guerra teria começado naquele momento³⁵⁸. Ela foi, todavia, apenas adiada.

A guerra revelou a verdadeira estratificação de poder na Europa, em que a Itália assumia posição secundária, buscando construir, com muita dificuldade, sua influência no Mediterrâneo e nos Balcãs. Diante desse quadro de fragilidade, a diplomacia italiana acompanhou a evolução da balança de poder da guerra antes de definir sua posição no conflito. A animosidade popular contra os franceses antes mesmo da declaração da guerra já dava o tom de uma rivalidade histórica entre os vizinhos. O clima de beligerância é marcante nos ofícios e telegrama de Leão Veloso, em especial a campanha de imprensa aberta contra a França, que choca o representante brasileiro:

Como se explica isso? Os sentimentos da nação italiana pela nação francesa são um fenômeno psicológico complexo. As manifestações de animosidade da Itália para com a França é quase um fenômeno permanente da história dos dois povos. Mas o ódio de um pelo outro é absolutamente fictício. Não existe, por outro lado, país cuja influência moral sobre a Itália seja maior do que a da França. O francês é, de um modo geral, a única língua estrangeira que os italianos compreendem e falam.³⁵⁹

A tomada de Paris pelos nazistas, em maio de 1940, e a expulsão dos soldados ingleses da França fez Mussolini finalmente abandonar a neutralidade. A adesão à Alemanha foi sacramentada com o Pacto do Eixo assinado entre Alemanha, Itália e Japão em 27 de setembro de 1940. Nesse momento, as cartas estão quase todas na mesa, e, na medida em que o Brasil gravita em direção aos Aliados, a relação com a Itália fica mais distante e as dificuldades de Mussolini no ambiente doméstico ganham mais ressonância do que as virtudes do regime. Até mesmo a negociação sobre o acordo comercial entre Brasil e Itália, que havia sido agenda de encontro entre Leão Veloso e Mussolini para que a pauta avançasse³⁶⁰, é colocada em quarentena com a guerra³⁶¹. Inclusive, a importação

358 AHI 42/4/11. Telegrama de 28 de setembro de 1938.

359 AHI 41/4/8. Ofício reservado nº 246, de 2 de agosto de 1940.

360 AHI 42/4/11. Telegrama de 30 de maio de 1939.

361 AHI 42/4/11. Telegrama de 12 de outubro de 1939.

de café, que antes já era limitada por quotas, é proibida temporariamente em um quadro de economia de guerra e privações para os italianos³⁶².

O fascismo que em um momento inicial da correspondência reproduzida nesta série despertou alguma simpatia pela diplomacia brasileira, tanto pela lógica de poder doméstica como pelo arranjo das forças na guerra, transforma-se em um problema que culmina com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em janeiro de 1942, marco final da relação bilateral e do recorte temporal dos documentos diplomáticos que o leitor encontrará a seguir.

362 AHI 42/4/11. Telegrama de 4 de setembro de 1939.

ROMA

1935

OFÍCIO • 14 JAN. 1935 • AHI 41/3/10

[Índice:] O conflito ítalo-abissínio e a sua repercussão no prêmio Nobel da Paz.
Nº 14

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 14 de Janeiro de 1935.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício nº 350, de 31 de Dezembro último, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que o Governo do Negus³⁶³, pelo seu representante em Genebra, acaba de fazer um apelo à Sociedade das Nações³⁶⁴ pela solução do incidente de Ualual³⁶⁵, solicitando a discussão do assunto na atual sessão do Conselho.

2. A política internacional faz-se como numa sala de espelhos, todos os gestos e atitudes das nações têm seus reflexos e algumas vezes bem distantes. O conflito ítalo-abissínio interessa ao Brasil porque é sabido que entusiastas do Senhor Mussolini³⁶⁶, em vários países, pensam em lançar a candidatura do Duce da Itália ao prêmio Nobel da paz, no corrente ano, e as escaramuças sangrentas dos confins etiópicos poderão constituir argumento poderoso contra esse possível concorrente do Embaixador Dr. Afrânio de Mello Franco³⁶⁷.

363 *Negus*. Título real nas línguas semíticas etiópicas. O termo traduz a palavra “rei” em textos bíblicos e literários, e deriva da antiga raiz semítica verbal *ngs*, que significa “reinar”. Era usado por um rei e às vezes por um governante vassalo no antigo Estado monárquico etíope. Governo de *Negus* se refere ao Governo da Etiópia, cujo último monarca foi Haile Salassie. Fonte: <dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2020.

364 A Sociedade das Nações ou Liga das Nações, criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tinha sua sede em Genebra, na Suíça, e foi a primeira organização internacional em bases permanentes, integrada por Estados soberanos, que tinha como objetivo instituir um sistema de segurança coletiva, ao fortalecer a cooperação e assegurar a paz. A Liga praticamente cessa com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, e, de fato, em abril de 1946. Fonte: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 out. 2020.

365 Em dezembro de 1934, Ual-Ual, um oásis e zona de litígio na fronteira etíope e somali, foi objeto de confronto entre forças italianas e etíopes e serviu como um dos pretextos ao governo de Mussolini para a invasão da Etiópia. Fonte: Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália fascista. *Anál. Social* [online]. 2009, n.193, pp.693-718. Acesso em: 4 dez. 2020.

366 Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945), *Il Duce*, do latim *ducem*, “aquele que conduz”, que governa. Primeiro-ministro de 31 de outubro de 1922 a 25 de julho de 1943 e *Il Duce* de 23 de setembro de 1943 a 25 de abril de 1945. Comandou um governo totalitário, baseado em um partido único, o fascista, do *fascio* (“feixe”), aludindo à união que dá a força. Em 1945, derrotado e preso por *partisans* no norte da Itália, junto com sua amante, Claretta Petacci, foi fuzilado em praça pública. Fonte: D’ONOFRIO, Salvatore. *Dicionário de cultura básica*. Acesso em: 28 out. 2020.

367 Pela circular postal de 07/11/1934, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou um resumo da biografia de Afrânio de Melo Franco (1870-1943), “a fim de habilitar as missões a, por todos os meios ao seu alcance, utilizá-los em favor da candidatura do brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz”. Ali ressaltava sua ação, “pacifista, quer como ministro de Estado das Relações Exteriores, em períodos conturbados da história sul-americana, quer através de uma larga doutrinação em prol de todos os ideais de concórdia humana, que culminou, não há muito, como presidente da já mencionada Conferência Mista do Rio de Janeiro, aclamado

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

José Roberto de Macedo Soares³⁶⁸

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares³⁶⁹
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 12 FEV. 1935 • AHI 41/3/10

[Índice:] Audiência do Duce de Itália.

Nº 40

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 12 de Fevereiro de 1935.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, cópia quadruplicada do *Memorandum* que apresentei a Sua Excelência Cav.³⁷⁰ Benito Mussolini, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 25 de Janeiro último, quando tive a honra de ser recebido em audiência pelo Chefe do Governo italiano, de acordo com as instruções

pelos representantes das partes em litígio” pela “sua atuação nobremente conciliatória”. Fonte: *Cadernos do CHDD*, ano V, nº 9, 2006.

368 José Roberto Macedo Soares. (1893-1953). Advogado, empresário e político, era irmão de José Carlos de Macedo Soares. Em 1915, foi secretário do chanceler Lauro Müller, em viagem ao Prata e Chile; em 1916, foi admitido no serviço diplomático; serviu em Lisboa, Berna, Buenos Aires. De 1934 a 1935, encarregado de negócios em Roma. Em 1945, foi interino do Ministério das Relações Exteriores e integrou a Comissão de Estudos do Conselho de Segurança Nacional. Embaixador em Montevidéu, foi delegado no Instituto Americano de Proteção à Infância. Em 1951, foi do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

369 José Carlos de Macedo Soares. (1883-1968). Advogado. Em 1909, engajou-se na Campanha Civilista; em 1923 foi presidente da Associação Comercial de São Paulo. Participou da campanha da Aliança Liberal por Getúlio Vargas nas eleições de 1930. Em 1932, chefe da delegação à Comissão do Desarmamento, em Genebra; em 1933, foi eleito deputado constituinte. Foi ministro das Relações Exteriores de 1934 a 1937, quando assumiu a pasta da Justiça. De 1938 a 1951, foi presidente do IBGE. Com a deposição de Vargas, em 1945, foi interventor em São Paulo. Em 1955, reassumiu à presidência do IBGE, e depois a chefia do Ministério das Relações Exteriores até meados de 1958. Fonte: <funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/432>. Acesso em: 14 nov. 2020.

370 Cav.: Abreviatura de *Cavaliere*. Forma de tratamento dispensado a Benito Mussolini, que foi agraciado com o título de Cavaleiro (Cav.) e condecorado com as grã-cruzes da Ordem Militar de Savoia e da Ordem da Águia Branca. Fonte: <quirinale.it/onorificenze/insigniti>. Acesso: 6 dez. 2020.

contidas no Despacho telegráfico de Vossa Excelência, sob o nº 5, de 17 de Janeiro p. p.

2. Transmiti verbalmente a mensagem de amizade de Vossa Excelência ao Senhor Mussolini que recordou então com viva simpatia o desempenho dado por Vossa Excelência à Embaixada Especial³⁷¹ por ocasião da inauguração em Roma do monumento á heroína brasileira Annita Garibaldi³⁷².

3. Como Vossa Excelência sabe, o Chefe do Governo italiano, por acúmulo de trabalho, recebe, dificilmente, os Chefes de Missões diplomáticas acreditados neste Reino, e não concede, habitualmente, audiências aos Encarregados de Negócios “*ad interim*”³⁷³, que tratam dos seus assuntos sempre com o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros. Mas para dar desempenho às ordens contidas no mencionado Despacho telegráfico e completadas pela comunicação telefônica de Vossa Excelência no mesmo referido dia 25 de Janeiro último, antes de solicitar por Nota a audiência em apreço, assegurei-me do êxito da sua concessão por meio de alta personalidade italiana muito ligada ao Senhor Cav. Benito Mussolini. Pelo fato de ter sido recebido em audiência pelo Duce de Itália, recebi felicitações de vários colegas do Corpo diplomático de Roma.

4. Do resultado dessa entrevista já dei minuciosa conta a Vossa Excelência no meu telegrama nº 8, de 25 de Janeiro último.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

José Roberto de Macedo Soares

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo único³⁷⁴: *Memorandum* contendo informações dos produtos comercializados com a Itália.]

371 Embaixada especial. Em 1932, José Carlos de Macedo Soares representou o Brasil como embaixador especial e plenipotenciário em missão nas homenagens ao general Giuseppe Garibaldi e na inauguração, em Roma, de monumento à memória de Anita Garibaldi. Na ocasião, foi recebido em audiência por Benito Mussolini. Fonte: CONDURU, Guilherme Frazão. José Carlos Macedo Soares: liberal, nacionalista e democrata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013, v. 3.

372 Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849). Brasileira, casou-se com o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi. Para muitos uma heroína, a quem se atribui um papel de relevância no desfecho da Revolução Farroupilha. Reputada “heroína de dois mundos”, expressão usada para designar o marido – Giuseppe Garibaldi, o herói de dois mundos –, ficou conhecida como zelosa esposa, hábil amazona e guerreira, que acompanhou o italiano unificador da Itália e herói da Farroupilha de volta a sua pátria e lá morreu. Fonte: BREGANTIN, Helen Lemos. Anita Garibaldi: a construção de uma heroína em biografias populares (1849-1999). In: *Revista Em Perspectiva*. 2019, v. 5, n. 1. Revista do PPGH/UFC.

373 É uma expressão comum, forma de indicar que um cargo ou acordo é realizado ou tem efeito temporário (latim).

374 Documento não transcrito.

OFÍCIO • 01 JUN. 1935 • AHI 41/3/11

[Índice:] Conflito ítalo-etíope.

Nº 169

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Junho de 1935.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício nº 85, de 21 de Março último, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que a imprensa fascista tem nestes últimos dias manifestando viva irritação contra a Inglaterra pela atitude tomada pelo Governo britânico, francamente favorável à manutenção do *statu quo*³⁷⁵ na África Oriental.

2. A atitude do Governo britânico nessa questão é explicada pelo fato da Alemanha, depois de ter abertamente violado pela lei de mobilização de 16 de Março último, toda a parte V do Tratado de Versailhes³⁷⁶, relativa ao desarmamento dos vencidos na grande guerra, está neste momento preocupada em reorganizar as suas forças armadas e, uma vez que tenha terminado esse esforço, fatalmente vai procurar derrubar outra parte do Tratado de Paz e essa relativa às Colônias que lhe foram confiscadas.

3. Ora acontece que a Abissínia³⁷⁷ é o último território independente do continente africano e a muitos olhos parece que a Grã-Bretanha reserva o atual Império do Negus para no momento oportuno ceder à Alemanha, mantendo assim o *statu quo* em relação às atuais colônias africanas.

4. É possível também que à Inglaterra não convenha maior expansão da Itália ou de qualquer outra Nação europeia na África Oriental e que prefira assim manter o Império Etiópico.

5. A Itália não parece conformar-se com nenhum desses dois pontos de vista,

375 O estado existente de assuntos ou coisas como são agora (latim).

376 Foi o resultado da Conferência de Paz de Paris que começou no dia 18 de janeiro de 1919, para encerrar oficialmente a Primeira Guerra Mundial. A Conferência reuniu 21 nações, dentre elas o Brasil. O tratado almejava construir uma nova ordem mundial e um sistema de segurança coletivo internacional sob a Liga das Nações. Fonte: NICOLSON, Harold. *O Tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial*. 1. ed. Editora Globo, 2014.

377 Abissínia. Outro nome dado para a Etiópia. Abrangia uma região que hoje se estende desde as fronteiras da Eritreia e do Sudão Anglo-Egípcio até as da colônia inglesa do Quênia e da Somália italiana, britânica e francesa, com uma área estimada em aproximadamente 1.120.000 km². Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 28 jan. 2021.

pois as suas duas colônias, a Somália italiana³⁷⁸ e a Eritreia³⁷⁹, estão separadas e ambas expostas a ataques abissínios e a defesa de ambas essas colônias exigirá constantemente notável esforço de dois grandes exércitos italianos.

6. A indisposição criada na questão entre os Governos do Duce e Britânico ameaça sérias consequências na política europeia e poderá até comprometer todo o árduo trabalho de aproximação ítalo-franco-britânico, coroado de êxito em Stresa³⁸⁰.

7. O recente discurso do Senhor Mussolini, pronunciado no Senado, por ocasião da votação do orçamento dos Negócios Estrangeiros e cujo texto, em anexo, passo às mãos de Vossa Excelência, não deixa dúvidas sobre a resolução do Governo do Duce de na questão da Abissínia ir até as decisões extremas, ou em outras palavras à declaração de guerra ao Governo do Negus.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

José Roberto de Macedo Soares

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo³⁸¹: Cópia da sessão do Senado contendo o discurso de Mussolini. *Legislatura XXIX - 1ª Sessão - Discussioni - Tornata del 25 maggio 1935*. Roma, 25 de maio de 1935.]

378 Colônia italiana de fins do século XIX até 1941. Após esse período, o Norte continuaria a ser um protetorado britânico e o Sul tornou-se, em 1949, um protetorado das Nações Unidas sob administração italiana. Em 1960, as duas regiões tornaram-se independentes e uniram-se para formar a República Democrática Somali. Fonte: BEN-GHIAT, Ruth; FULLER, Mia. *Colonialismo italiano*. Palgrave Macmillan, 2005.

379 Foi, de 1890 a 1942, uma colônia italiana, quando, em decorrência da Segunda Guerra, a Itália perde sua posse para o Reino Unido, que passa então a administrá-la como um protetorado. Em 1952, a ONU decidiu unir a Eritreia e o Reino da Etiópia como uma federação. Os Estados Unidos estabelecem, na capital da Eritreia, uma base militar, com a permissão do Imperador Hailé Selassié da Etiópia. Em 1961, o imperador declara o fim da federação ao anexar a Eritreia e fazer dela uma província etíope. Em 1991, após trinta anos de luta armada, em um referendo supervisionado pela ONU, a população votou pela independência da Etiópia, vencendo por grande maioria. Em 24 de maio de 1993, a Eritreia declarou sua independência. Fonte: PONTES, Beatriz Maria Soares. A guerra entre a Etiópia e a Eritreia. *Revista de Geopolítica*, v. 11, nº 2, p. 56-71, abr./jun. de 2020.

380 Conferência de Stresa. Em 14 abril de 1935, depois da decisão unilateral da Alemanha de reintroduzir o recrutamento obrigatório que fora proibido pelo Tratado de Versalhes, reuniram-se os representantes da França, Itália e Reino Unido para corroborar a validade dos termos do Tratado de Locarno e reafirmar seu interesse na independência da Áustria. Esta foi a última demonstração de solidariedade entre as potências da Entente. Fonte: d'AURIA, Chiara. La politica exterior fascista desde el 1932 al 1936: De la equidistancia ao eje. *ANUARIO CIEP*. Universidade de Costa Rica, nº 4. 2014.

381 Não transcrito.

OFÍCIO • 05 AGO. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] O conflito ítalo-abissínio e um novo discurso de Mussolini.
Nº 242

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Agosto de 1935.

Senhor Ministro,

Os jornais de ontem publicaram na íntegra o discurso que o Sr. Mussolini pronunciou em Eboli³⁸², diante de quatro batalhões de Camisas Negras³⁸³, ao partirem para a África Oriental, e que havia sido adulterado por alguns órgãos da imprensa estrangeira hostis à política do Regime. É mais uma dessas curtas, mas vibrantes orações do Chefe do Estado, onde, com a eloquência que lhe empresta o seu gênio de condutor de homens, fixa, em frases lapidares, incisivas, alguns princípios que constituem a própria essência dinâmica da Revolução fascista. Estais prontos e decididos para o combate, diz ele às suas legiões, física e moralmente. Pois o combate não tem sido sempre o fim derradeiro de toda a nossa esperança? E o temperamento fascista não é, principalmente, o de preferir o risco de uma vida heroica às comodidades de uma existência insulsa?

2. O Sr. Mussolini recorda depois Adua³⁸⁴, onde 14.000 italiano[s] se bateram contra 90.000 abissínios e cujo heroísmo foi magnífico, reconhecido pelo mundo inteiro. Tamanho havia sido o morticínio entre os etíopes que, ao cair da noite, abandonaram o campo de batalha e se retiraram para as montanhas. Adua não foi perdida pelas nossas tropas, acrescenta Duce, mas pelo Governo que não se preocupava do sacrifício dos soldados, e apenas das habituais manobras políticas. A luta, em que estamos empenhados, é de importância decisiva e a levaremos a cabo sem apelo. Esse curto discurso, como todos os que tem proferido Mussolini, do mesmo tom, no momento político que atravessa a Itália, de exaltação patriótica com a questão africana, teve imensa repercussão dentro e fora do país.

382 Comuna italiana na região da Campania, província de Salerno.

383 Milícia paramilitar fascista criada por Mussolini em homenagem aos “arditi” – tropas de choque do exército italiano na Primeira Guerra Mundial – que usavam uniformes negros. Os Camisas Negras formavam um grupo nacionalista que se opunham ao comunismo, ao pacifismo e ao liberalismo, atacando sindicatos, jornais, pessoas, movimentos políticos ou qualquer grupo contrário à sua ideologia. Fonte: <educacao.uol.com.br>. Acesso em: 5 dez. 2020.

384 Batalha de Ádua. Foi um confronto militar ocorrido em 1º de março de 1896, entre o exército etíope do imperador Menelik II, que com 90 mil homens derrotou o contingente de 14 mil italianos nos arredores de Ádua, cidade localizada no centro-norte da Etiópia. Essa vitória impediu naquele momento a tentativa da Itália de construir um império colonial na África, e ao mesmo tempo impôs uma primeira e esmagadora derrota a uma potência europeia por forças africanas durante a era colonial. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 5 dez. 2020.

3. Junto passo às mãos de Vossa Excelência os recortes, em duplicata, de *Il Messaggero*, de ontem, contendo o texto completo do aludido discurso.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro³⁸⁵

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:³⁸⁶ “*Confutazione di un trucco antitaliano. Il testo del discorso del Duce a Eboli – un sunto apocrifo pubblicato da giornali stranieri*”. *Il Messaggero*. Roma, 17 de agosto de 1935.]

OFÍCIO • 17 AGO. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] O Conflito com a Abissínia e os desígnios da Itália.

Nº 256

CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 17 de Agosto de 1935.

Senhor Ministro,

Ao fazer as minhas visitas oficiais, logo que assumi a direção desta Embaixada, na qualidade de Encarregado de Negócios interino, tive a oportunidade de entrevistar-me, no Palácio Chigi³⁸⁷, onde trabalha, com o Barão Pompeo Aloisi³⁸⁸, Embaixador da Itália e Chefe de Gabinete do Conselho

385 Sylvio Rangel de Castro (1888-1965). Diplomata e advogado. Em 1914, adido a Secretaria de Estado, dirigiu a Seção Especial para Assuntos da Guerra; de 1914 a 1916, secretário da Comissão de Jurisconsultos e, de 1918 a 1919, no Gabinete Presidencial; de 1920 a 1924, delegado na Conferência para a Repressão do Tráfico de Mulheres; secretário das delegações a 2ª, 3ª e 4ª Assembleias da Liga das Nações; conselheiro técnico da delegação a 5ª Assembleia e ainda secretário da delegação da Liga das Nações. Em 1926, foi encarregado de negócios em Tóquio; em 1929, em Oslo; em 1934, no Vaticano e, em Roma, de 27 de junho a 7 de novembro de 1935. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. Rio de Janeiro, 1935.

386 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Refutação de um truque anti-italiano. O texto do discurso do Duce em Eboli – um resumo apócrifo publicado por jornais estrangeiros”. *Il Messaggero*. Roma, 17 de agosto de 1935.

387 Localizado no centro de Roma, foi em 1916 comprado pelo Estado italiano e tornou-se a sede do Ministério dos Assuntos Coloniais, depois residência oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros e, desde 1961, é a sede do governo italiano, cujo presidente é o primeiro-ministro da Itália. Fonte: <governo.it>. Acesso: 5 dez. 2020.

388 Pompeo Aloisi (1875-1949). Militar, barão e diplomata. Dirigiu o serviço de contraespionagem na Primeira Guerra. Em 1920, foi plenipotenciário em Copenhague; em 1923, em Bucareste, e foi embaixador em

e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Personalidade de destaque no seio do Governo fascista, representante da Itália no Conselho da Sociedade das Nações e em outras conferências internacionais de importância, distinto diplomata e hábil negociador, ele tem sido, como se sabe, naquelas reuniões o fiel porta-voz do pensamento do Duce.

2. O Embaixador Aloisi, que me recebeu muito cordialmente, teve comigo rápida, mas interessante conversa, que ora transmito a Vossa Excelência – tratando-se de uma visita de cortesia – acerca da posição da Itália no conflito com a Abissínia e dos seus claros desígnios relativamente àquele país. Aliás, aqui, ninguém os ignora e toda a imprensa aos mesmos se refere quase abertamente. O Governo italiano entende que todos os problemas, de natureza colonial, com a Etiópia, disse-me o Barão Aloisi, se enquadram perfeitamente no sistema dos tratados que entre si celebraram, e que não se pode, fora deles, em Genebra, encontrar solução satisfatória. Além do acordo de 1906³⁸⁹, concluído entre a França, a Inglaterra e a Itália, com cláusulas expressas reconhecendo o predomínio dos interesses da Itália na Abissínia e a criação de uma zona de influência italiana ali, há o tratado de 1928³⁹⁰, entre os Governos de Roma e de Adis Abeba, posterior, portanto, ao Pacto e que exclui interferência da Liga no conflito. Estamos cansados, acrescentou ele, pela falta de cumprimento desses acordos por parte da Abissínia, que os tem todos constantemente violado e, agora, decidimos fazer respeitar pelas armas o nosso direito e as nossas reivindicações na África Oriental. Precisamos da segurança para as nossas colônias desassossegadas, expostas aos assaltos das tribos abissínicas, e cujos incidentes de fronteiras se repetem diariamente, sem punição do Negus. São velhas contas de 40 anos a ajustar.

3. Referiu-me ainda, sob reserva, o Embaixador Aloisi que os preparativos militares se prosseguiriam sem cessar, concomitantemente com quaisquer negociações diplomáticas, novas ou já entabuladas, com outras potências europeias, mas que não me poderia precisar a forma da ocupação da Abissínia e do estabelecimento da Itália naquelas paragens: protetorado³⁹¹, mandato,

Tóquio. Em 1932, chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores da Itália; de 1932 a 1936, foi chefe da delegação na Conferência de Desarmamento e na Liga das Nações. Aposentado em 1939, foi nomeado senador. Fonte: <treccani.it>. Acesso: 6 dez. 2020.

389 Em 13 de dezembro de 1906, a Itália, a Grã-Bretanha e a França assinaram um tratado que “garantia a manutenção do *statu quo* na Abissínia, dividindo a região em áreas de influência. O acordo imperialista foi secreto, em um momento que o imperador da Etiópia Menelik II adoeceu seriamente. Fonte: MARCUS, Harold G. *A History of Ethiopia*. Berkeley: University of California Press, 1994.

390 O Tratado de Amizade e Arbitragem Ítalo-Etíope foi assinado entre o Reino da Itália e o Império da Etiópia em 2 de agosto de 1928. O tratado declarou uma amizade de 20 anos entre os dois países, o acesso ao mar para a Etiópia, uma estrada para a Itália, e um acordo para resolver as futuras divergências através da Liga das Nações. Fonte: MARCUS, *op. cit.*

391 Sinônimo para Estado protegido. Forma estabelecida pela Liga das Nações para atribuir aos países europeus a administração das colônias até então exploradas pelos derrotados da Primeira Guerra.

zonas de influência... Somente o desenrolar dos acontecimentos e a marcha das operações militares na África a determinariam. A vontade do Governo fascista é irrevogável, foram as suas últimas palavras.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 21 AGO. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] O Conflito ítalo-abissínio e a inquietação da Europa.

Nº 259

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 21 de Agosto de 1935.

Senhor Ministro,

A questão abissínia está ameaçando, em face da oposição inglesa aos desígnios de expansão da Itália na África Oriental, agravar, ainda mais, a situação, já confusa, da política da Europa, cujos destinos tanto têm apreendido os espíritos na hora atual. Diante dos enormes preparativos militares do país, da grande concentração de tropas na Eritreia e na Somália italiana, e depois dos discursos, realistas e positivos, pronunciados por Mussolini em Cagliari³⁹² e em Eboli, não pode haver mais dúvida acerca dos intentos do Governo fascista em relação à Etiópia. Decidida a liquidar, definitivamente, as suas velhas questões de 40³⁹³ anos com um vizinho perigoso, irrequieto e incômodo, a Itália irá até o fim sem recuar.

2. Não se trata somente de um litígio de fronteiras, da defesa e da segurança das suas colônias na África Oriental, mas da necessidade de expandir-se, de uma reivindicação, de justiça histórica. Ela não teve, em Versalhes, na vitória,

392 Capital da ilha italiana da Sardenha no Mediterrâneo.

393 “Às vésperas da invasão da Abissínia, os italianos publicaram o *Livro Verde das atrocidades da Abissínia*, de caráter oficial. “O governo italiano”, como observou [...] o delegado abissínio em Genebra, “tendo resolvido conquistar e destruir a Etiópia, começou por atribuir à Etiópia má reputação”. Fonte: CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Ed UNB, IPRI, IOESP, 2001. (Coleção Clássicos IPRI).

a parte a que se julgava com direito, entre os vencedores, pelos sacrifícios da guerra, que o seu Governo não soube então pleitear com vigor. Como os outros, aspirava um lugar ao sol. A península não lhe basta para conter a população de quase 42 milhões, que cresce todos os anos, nem a Líbia³⁹⁴, no Norte africano, oferece ao braço italiano as terras férteis de que necessita para trabalhar. Há também uma missão civilizadora, de tradição secular a cumprir, que lhe deixou o Império Romano. E, além de tudo, a lembrança dolorosa da derrota de Adua, que foi uma carnificina, onde Menelick³⁹⁵, em 1895, destroçou as forças do General Baratieri³⁹⁶. Era uma coluna de 14.000 soldados contra 90.000 abissínios. Agora soou, com Mussolini, a hora da reparação pelas armas italianas.

3. Acaba-se de anunciar, oficialmente, o fracasso da Conferência a três, em Paris – Inglaterra, França e Itália³⁹⁷ –, cuja reunião fora combinada em Genebra, por ocasião da última reunião do Conselho da Sociedade das Nações, ao ocupar-se do prosseguimento dos trabalhos da Comissão de conciliação e arbitragem acerca do sério incidente de Ual-Ual, ocorrido em Dezembro do ano próximo findo, entre italianos e abissínios, e da nomeação do quinto árbitro. Aquela Comissão também não pode, como se sabe, chegar, em Haia³⁹⁸, a um acordo dos pontos de vista opostos entre os seus membros, cujos poderes, na opinião do Governo italiano, eram limitados para determinar unicamente o agressor e não para discutir a questão de fronteiras.

394 Localizada no norte da África, é banhada pelo Mediterrâneo. Constitui-se pela Tripolitânia, a Cerinaica, anexadas pela Itália após a guerra italo-turca de 1911 a 1912, e a ocupação da parte remanescente, a Fezzânia, somente ocorreu em 1913. Durante a Primeira Guerra, a guerrilha local conseguiu deter a presença italiana, que foi retomada em 1922, após a deportação em massa da população de Jebel, base ativa da resistência. Em 1934, os territórios da Líbia foram reunidos sob um governo italiano unificado. Para suportar a transferência maciça de colonos, a Itália dotou o país de infraestrutura e ao mesmo tempo expropriou as propriedades da população nativa, sobrepondo seus interesses à economia local, ao impor novas culturas agrícolas e a interrupção do comércio com a população egípcia. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 06 dez. 2020.

395 Menelik II (1844-1913). Imperador etíope. Durante seu reinado, de 1889 a 1913, expandiu as possessões ancestrais da Etiópia em negociações com a Itália, que culminaram na assinatura do Tratado de Ucciali. Mas uma controversa interpretação de um dos artigos levou à guerra com os italianos de 1894 até 1896, culminando na Batalha de Ádua, em que Menelik tomou parte. Livre da proteção italiana, continuou a expansão do império, subjugando e redefinindo as fronteiras da Etiópia. Com o reconhecimento europeu, modernizou seu país, fazendo em 1909 seu sobrinho herdeiro do trono. Seu nome remonta ao primeiro Menelik, que, de acordo com a tradição etíope, seria o lendário filho do rei Salomão e da rainha de Sabá, linhagem da qual todos os governantes da Etiópia seriam descendentes. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 06 dez. 2020.

396 Oreste Baratieri (1841-1901). General. Aos dezoito anos, adere ao Exército dos Mil comandado por Garibaldi, pela unificação italiana. Em 1872, foi engajado no exército regular, no qual fez carreira. Em 1890, destacado para o comando na Eritreia, quando se deu a assunção de Menelik II e a assinatura do Tratado de Ucciali. Em 1891, foi nomeado comandante-chefe das tropas italianas na África. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 06 dez. 2020.

397 Refere-se à Conferência de Stresa.

398 A Corte de Haia (Hague) ou Tribunal Permanente de Arbitragem foi estabelecido nas Conferências de 1899 e 1907. Consiste em uma lista de árbitros, nomeados pelos países-membros das convenções de Haia, em que cada uma das partes seleciona dois árbitros da lista, dos quais apenas um pode ser seu próprio país, e o quinto é indicado pelo plenário. Fonte: BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alen. D. *A dictionary of diplomacy*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

4. O fracasso da Conferência de Paris não era, aliás, difícil de prever, apesar dos magníficos esforços e da habilidade do Sr. Laval³⁹⁹, atual Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, em conciliar a profunda divergência existente entre a Inglaterra e a Itália em torno do problema abissínio e em manter os Acordos de Stresa, que se podem considerar hoje como a pedra angular da paz europeia. Nem o escondiam os jornais italianos, cujo tom se afina pelo diapasão de Mussolini. Urge, sobretudo, que a questão africana, onde se consideram vitais os interesses da Itália, para a sua expansão colonial, não se transforme num conflito com a Inglaterra. Isso conflag[r]aria a Europa, ainda desassossegada e sangrando das feridas da Grande Guerra, que Versalhes não conseguiu curar até agora. Daí o imenso empenho da França e o interesse geral para um compromisso honroso da questão com a Etiópia. Mas as probabilidades da guerra são talvez, neste momento, sem exagerar, 90 contra 10.

5. Dois fatores concorrem fortemente para isso: a oposição da Inglaterra e a vontade de aço do Duce, que jogou as cartas na mesa e está pondo a Itália em armas, disposto a levar a cabo a sua empresa na África. Só um milagre, afirmou o Sr. Garvin⁴⁰⁰, redator do *Observer*, conceituado jornal londrino, poderia impedir a guerra. Sem tal pessimismo, diremos que a situação é grave, sem ser ainda desesperadora. As portas não estão fechadas e, por via diplomática, prosseguem as negociações para resolver o temeroso conflito, como já fizeram saber as Chancelarias de Londres, Paris e Roma. A própria Itália terá a ganhar se obtiver, por meios pacíficos, na Abissínia, o que só a vitória dos seus exércitos lhe traria. A campanha na África será, talvez, longa e, em todo o caso, difícil e custosa. Ninguém sabe os riscos que ela comporta, num país montanhoso, longínquo, de natureza e clima hostis. “Mostrar a força sem dela se servir”, lema do Marechal Liautey⁴⁰¹, em Marrocos, parece inspirar igualmente a política mussoliniana, não obstante a sua difícil aplicação no caso da Etiópia.

6. O Governo de Adis Abeba⁴⁰² não quer ceder, sentindo-se, até hoje, apoiado pela Inglaterra. As declarações do Negus, em resposta aos belicosos discursos do

399 Pierre Laval (1883-1945). Político francês. Socialista em 1914, deslocou-se para a direita depois da I Guerra; primeiro-ministro de 1931 a 1932 e de 1935 a 1936; chefe do governo, sob o marechal Pétain, de julho a dezembro de 1940. Destituído em 1942, reassumiu com o apoio alemão, acumulando os Negócios Estrangeiros e Interior. Com o avanço aliado, o governo retirou-se para Belfort e, depois, para Sigmaringen. Preso na Áustria, foi extraditado para a França onde foi executado. Fonte: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*. Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

400 James Louis Garvin (1868-1947). Jornalista inglês. Destacado em questões de política interna e externa. Além de ardente imperialista, era apoiador de Chamberlain e teve grande influência no partido Trabalhista. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 12 jan. 2021.

401 Louis Hubert Gonzalve Lyautey (1854-1934). General do exército da França e administrador colonial. Serviu na Indochina e em Madagascar. Foi por um breve período, em 1917, ministro da Guerra. A partir de 1921, ele foi marechal da França. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 6 dez. 2020.

402 Capital da Etiópia.

Duce, têm sido categóricas. É preferível morrer livre do que viver como escravo, disse aquele Imperador. A Abissínia, que absolutamente não abdicará a sua independência, começou a mobilizar as forças. Estado independente, membro da Liga das Nações, julga-se com direito a invocar o Pacto, cujo sistema de garantia deve entrar em jogo, desde que o Conselho reconheça a procedência das suas alegações. Ora, a isso já se opôs tenazmente a Itália em Genebra, ameaçando até dali retirar-se, como fez o Japão no caso da Manchúria. Nem se pode – acrescenta o Governo fascista – aplicar a uma questão colonial os textos rígidos do Pacto, feito para os povos civilizados, certos princípios jurídicos, demasiado teóricos, frios, ao conflito na África, que se enquadra perfeitamente, não só no tratado de garantias, de 1906, concluído entre a Inglaterra, a França e a Itália, onde se reconhece expressamente a influência dessas três potências na Abissínia e a preponderância dos interesses italianos, como no de 1928, entre os Governos de Roma e de Adis Abeba, firmado muito depois do Pacto. Diversos acordos foram feitos com a Etiópia, nos últimos 50 anos, desde Uccialli⁴⁰³, mas nenhum tem sido cumprido, afirma-se. A intranquilidade da Eritreia e da Somália italiana, a sua segurança – diante das repetidas incursões e perigosas *razzias*⁴⁰⁴ abissínicas, deixadas impunes –, as necessidades de expansão colonial, a missão civilizadora da nova Itália justificam, no conceito do Governo fascista, os preparativos militares, cada vez mais intensivos, e a expedição na África de dezenas de milhares de soldados e de imensa quantidade de material bélico para a próxima campanha contra a Abissínia.

7. Mas a oposição inglesa, aumentando a tensão dos espíritos, pela possibilidade de um novo conflito, veio complicar a situação política. Sem deter a Itália no prosseguimento de sua preparação militar, ela está fazendo, certamente, refletir os responsáveis pelos seus destinos, também empenhados em manter a paz europeia. Seria temerário pôr fogo na fogueira, fazendo desencadear, de novo, a guerra no Velho Mundo, cujos povos não querem mais ver o seu espectro. As consequências seriam tão graves que, na própria Inglaterra, a opinião está dividida. Os imensos interesses do Império aconselham prudência. A política britânica é, naturalmente, de apoio à Sociedade das Nações. Ela tem por base a instituição de Genebra e a defesa dos princípios do Pacto. Mas o caráter britânico lhe imprime uma feição mística, – sentimental e realista ao mesmo tempo. Daí as suas hesitações, o seu amor do *fair play*. Os interesses da Inglaterra

403 O Tratado de Uccialli foi um tratado de amizade e comércio entre a Etiópia e a Itália assinado em 2 de maio de 1889. Composto por vinte artigos, escritos em italiano e amárico. O artigo 17 em italiano sugeria que a Etiópia seria um protetorado italiano. No texto amárico, foi previsto apenas como uma possibilidade. Em 1890, Menelik protestou e, em 1893, denunciou o tratado, que deu origem à guerra e à derrota italiana em Ádua em 1896. Fonte: <trecanni.it>. Acesso em 6 dez. 2020.

404 “Incursões” (italiano).

na Abissínia, limítrofe do Sudão⁴⁰⁵, com cujos centros se faz mais de 50% do seu comércio, e onde fica situado o lago Tsana⁴⁰⁶, nascente do Nilo Azul, um dos braços do Nilo, que banha as fertilíssimas terras do planalto sudanês e as planícies do Egito⁴⁰⁷, igualmente a obrigaram a intervir. Mal sucedida no seu oferecimento à Itália, para solucionar o conflito, da região desértica do Ogaden⁴⁰⁸, concedendo à Abissínia uma saída ao mar, pelo porto de Zeila, na Somália britânica⁴⁰⁹, a Inglaterra pareceu depois ameaçar com a sua volta ao “esplêndido isolamento” e o seu desinteresse pela política do Continente, sem ter conta dos acordos de Stresa e da necessidade da frente única em face do rearmamento da Alemanha, que tanto alarmou a Europa. A atitude firme da Itália produziu, porém, o efeito de moderar uma corrente da opinião inglesa, cujos extremistas têm ido, de certo modo, até preconizar o recurso das sanções contra a Itália, pondo em jogo o mecanismo do Pacto da Sociedade das Nações sobre o agressor.

8. O que está, entretanto, dificultando, ainda mais, a ação das Chancelarias no intuito de evitarem o iminente conflito armado, é a polémica da imprensa internacional em torno dele. Os próprios órgãos conservadores, como o *Times*, e uma parte dos jornais ingleses, declaradamente liberais e trabalhistas, em oposição ao atual Gabinete⁴¹⁰, não tem cessado a sua campanha contra a Itália. Ainda, há pouco, um violento artigo do *Times* fez desencadear toda a imprensa da Península. Outros desaconselham, com franqueza, qualquer intervenção inglesa, preferindo a amizade com a Itália e a tranquilidade da Europa. Na França, porém, é unânime a simpatia da opinião e da imprensa pela causa

405 País africano localizado na margem oeste do mar Vermelho. O rio Nilo corta a nação em duas metades. O Sudão foi, entre 1820 e 1822, conquistado pelo Egito e posteriormente pelo Reino Unido. Em 1881 uma revolta nacionalista, comandada pelo líder religioso Maomé Amade, resultou, em 1885, na expulsão dos ingleses. No entanto, três anos depois de sua morte, os ingleses retomaram o controle do país.

406 Localizado na região de Amara, nas terras altas do noroeste da Etiópia, é a fonte do Nilo Azul e também o maior lago do país. Tem cerca de 84 km de comprimento e 66 km de largura, e cobre cerca de 3000 km², a 1840 metros de altitude.

407 Localizado entre o nordeste da África e o sudoeste da Ásia, por 400 anos o Egito foi governado pelo Império Otomano e depois pelo Britânico. O Egito moderno remonta a 1922, quando conquistou a independência, mas permaneceu sob a ocupação militar inglesa que continuou até 1952, quando Kamal Abdel Nasser, através de uma revolução, expulsou os britânicos.

408 Parte da região somali da Etiópia, por vezes chamada de “Somalilândia abissínia” ou “Somalilândia etíope”. Sua população é de maioria somali e muçulmana, que considera a região como a parte oeste da Somália.

409 Somália Britânica ou Somalilândia foi um protetorado britânico localizado no norte da África. O Egito dominou a região durante os anos de 1870, saindo em 1884, quando então o Império Britânico estabeleceu ali um protetorado que foi administrado pela Índia britânica até 1898, depois pelo Foreign Office, e, após 1905, pelo Colonial Office. Durante a Segunda Guerra Mundial, o protetorado foi ocupado pela Itália em agosto de 1940 e recapturado pelos britânicos em março de 1941.

410 Stanley Baldwin (1867-1947). Primeiro-ministro britânico de 7 de junho de 1935 a 28 de maio de 1937. A sua gestão iniciou um programa de rearmamento e a expansão da Real Força Aérea. Com a piora da situação política na Europa, sua política exterior foi alvo de críticas. Durante sua gestão alternaram-se no trono do Reino Unido: George V por morte, Eduardo VIII por abdicação, e George VI coroado em 11 de dezembro de 1936, após a qual Baldwin deixou o cargo, sendo substituído por Neville Chamberlain. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 15 jan. 2021.

italiana e a atitude do Governo de decidida e estreita colaboração com as duas potências em antagonismo para achar um compromisso honroso entre ambas e manter a paz. E na Alemanha, que não renunciou às suas reivindicações coloniais, Hitler⁴¹¹, cuja reserva sobre a palpitante questão é significativa, aguarda, talvez, o momento oportuno para pronunciar-se, atijando o braseiro, na esperança de obter, de novo, o tão cobiçado lugar ao sol, numa possível revisão de mandatos coloniais na Liga das Nações.

9. Mas, enquanto agem as Chancelarias e se movem os diplomatas, em busca de uma solução pacífica ao conflito, os soldados italianos, que se contam por muitas dezenas de milhares, admiravelmente equipados, se preparam, na Eritreia e na Somália, a enfrentar, por terra e pelos ares, ao findar das chuvas – que transformam, nesta estação, a Abissínia num imenso lodaçal, onde atolam homens e animais –, as hostes aguerridas do Negus, no mistério das selvas africanas.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 22 AGO. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] As grandes manobras do Exército italiano.
Nº 261

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 22 de Agosto de 1935.

Senhor Ministro,
Uma das primeiras preocupações do Fascismo, após a marcha⁴¹² vitoriosa

411 Adolf Hitler (1889-1945). Político. Líder do Partido Nacional Socialista Alemão; ditador da Alemanha (1933-1945), conduz o país à II Guerra Mundial e à derrota. Foi o responsável pela política racista do *Reich* e pelo extermínio de judeus e outras minorias étnicas. Fonte: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942*. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

412 A Marcha sobre Roma foi uma manifestação pública, com característica de golpe de Estado, ocorrida em 28 de outubro de 1922, na capital da Itália, contando com milhares de militantes fascistas que reivindicavam o governo da Itália. Este evento inicia a ascensão ao poder do Partido Nacional Fascista (PNF) e o fim da democracia liberal, com a nomeação de Benito Mussolini como chefe de governo. Fonte: SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

de Roma e a subida de Mussolini ao poder, em 1922, foi a defesa nacional, que os Governos anteriores haviam descurado. O movimento de caráter comunista⁴¹³, que agitou a Itália, era hostil às forças armadas. Mas a nova política, que os ex-combatentes da Grande Guerra inauguravam, vibrantes de entusiasmo, abrindo uma era gloriosa nos destinos do país, instigava, ao contrário, os sentimentos patrióticos das massas. O Fascismo forjou a alma da mocidade num ambiente de exaltação militar e guerreira, quase religiosa. Ele enalteceu as virtudes de um exército numeroso, forte e disciplinado. A sua doutrina, dinâmica e realista, não crê nas utopias da paz. A existência é um combate contínuo. Viver perigosamente, disse o Duce. É preferível perecer num assalto que morrer de uma enfermidade. Esse espírito fascista passou do Estado ao indivíduo. A educação ao combate, a aceitação dos riscos que ele comporta, é um novo estilo da vida italiana. Jamais houve um século sem guerra. A tradição romana de imperialismo não é só uma ideia de força. O império não é apenas uma expressão territorial, militar, mas espiritual e moral. E o Fascismo um estado de alma. Ele fez da Itália não somente uma nação militar, mas guerreira, imperialista, onde o cidadão e o soldado hoje se confundem, ressuscitando um povo no abandono, agora cheio de vitalidade, que quer se expandir.

2. Essa filosofia fascista, pregada por Mussolini, explica o entusiasmo militar da Itália e o desvelo do Estado pelas forças armadas. Por isso mesmo, as atuais manobras do Exército, onde participam 500 mil homens, concentram a atenção do país. Tanto mais quanto elas se realizam num momento em que todas as vistas estão voltadas para a questão colonial e a próxima campanha contra a Abissínia, que ninguém esconde, e de que fala, sem reboço⁴¹⁴, a imprensa. Enquanto se intensifica o esforço italiano na África Oriental e se concentram numerosas forças na Eritreia e na Somália, o grosso das tropas mobilizadas concluirá, na Península, em manobras de uma amplitude sem precedente na Europa, os seus exercícios de verão. É mais uma demonstração de força que faz Mussolini em face da questão abissínia, que está focalizando a atenção da Europa. Já anteriormente, a 11 do corrente, o Duce assistiu em

413 Fundado em 1906 por sindicalistas em Milão, a Confederação Geral do Trabalho (CGdL) era uma organização de orientação reformista e seus primeiros anos de vida foram marcados por contrastes com elementos do sindicalismo revolucionário que, em 1912, criaram a União Sindical Italiana (USI). Depois da Primeira Guerra Mundial, na onda de fortes demandas sociais, a CGdL atingiu cerca de 2 milhões de associados. A atitude incerta e contraditória mantida durante o “período vermelho de dois anos”, de 1919 e 1920, e ante a violência fascista, levaram a crises cada vez mais acentuadas no sindicato, até que em 1927 foi dissolvida pelos próprios líderes. Sindicalistas comunistas e anarquistas formaram então uma CGdL clandestina que operava na Itália durante o período fascista, ao mesmo tempo em que na França o socialista Buozzi fundava uma organização semelhante. Em 1936, comunistas e socialistas decidiram unificar as duas organizações. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 6/ dez. 2020.

414 Fingimento, hipocrisia, dissimulação.

La Spezia⁴¹⁵ a imponentes manobras navais e aéreas, onde tomaram parte 180 aviões militares, esquadrilhas aéreas de reconhecimento, de bombardeio e de caça num simulacro de ataque e defesa de Milão. Cerca de 20 de Divisões, dotadas dos meios os mais aperfeiçoados e modernos de combate – infantaria, artilharia, cavalaria, carros de assalto, batalhões alpinos, de engenheiros, sapadores, eletricitas, radiotelegrafistas, fotoeletricitas, químicos, etc., com os Estados-Maiores completos –, além da Milícia Fascista e de Forças aéreas, operando em conjunto, estão empenhadas numa imensa batalha simulada, de uma frente de cerca de 130 quilômetros, nas regiões montanhosas do Norte da Itália, de Trento e de Bolzano, até os vales do Adige, do Noce e do Sarco, e nas zonas de Sannio, dos Alpes Orobic e de Friuli Oriental. Divididos em dois partidos – vermelhos e azuis – os vários Corpos de Exército, experimentando as novas armas e as novas máquinas de guerra, obedecerão aos planos táticos e estratégicos do Grande Estado-Maior, anteriormente traçados, para o emprego dos elementos céleres e motorizados e seu rápido movimento. A direção das manobras está a cargo do General Baistrocchi⁴¹⁶, Subsecretário da Guerra, e do General Pariani⁴¹⁷, Subchefe do Estado-Maior do Exército.

3. Dados o desenvolvimento e a importância de tais manobras, o efetivo das forças que nelas tomam parte, de 500 mil homens, e a variedade dos temas, sob o ponto de vista técnico, pareceu-me útil enviar informações a Vossa Excelência acerca do assunto a fim de que possa essa Secretaria de Estado transmiti-las ao Estado-Maior do nosso Exército. Não deixarei de acompanhar, *pari passu*⁴¹⁸, pelos jornais, a fase conclusiva das mesmas manobras, remetendo a Vossa Excelência as notícias que julgar mais interessantes.

4. Junto servir-se-á Vossa Excelência encontrar recortes, em duplicata, de *Il Messaggero*, de 17, 18 e 20 do corrente, que contêm um artigo sob o título – As grandes manobras do ano XIII –, dois comunicados oficiais do Ministério da Guerra e um comentário sobre os principais característicos das aludidas manobras.

415 Comuna italiana da Ligúria, na província de Spezia, localizada na porção noroeste da Itália, às margens do Mediterrâneo. Ali operavam as unidades de construção naval que armavam a marinha italiana e fabricavam submarinos.

416 Federico Baistrocchi (1871-1947). General italiano. Participou da guerra da Líbia e da Primeira Guerra Mundial. Deputado desde 1924, subsecretário do Ministério da Guerra de 1933 a 1936 e cumulativamente chefe do Estado-Maior do Exército de 1934 a 1936. Foi o autor de lei que atualizou e reorganizou o Exército. Senador em 1939. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 6 dez. 2020.

417 Alberto Pariani (1876-1955). General italiano. Durante a Primeira Guerra Mundial foi chefe do Estado-Maior do Exército. De 1927 a 1933, chefe da missão militar italiana na Albânia; em 1936, subsecretário de Estado da Guerra, chefe do Estado-Maior do Exército e lugar-tenente do rei na Albânia; em 1943, embaixador em Berlim. Em 1945 foi julgado por atos “a favor do regime fascista”, sendo em 1947 absolvido das acusações. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 6 dez. 2020.

418 Expressão que significa “em igual passo”, “simultaneamente”, “a par”, “ao mesmo tempo” (latim).

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexos⁴¹⁹: Nº 1. “*Le grandi manovre dell’Anno XIII*”. *Il Messaggero*. Roma, 17 de agosto de 1935.

Nº 2. “*La fase conclusiva dell’addestramento per le Grandi Unità dell’Esercito*”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de agosto de 1935.

Nº 3. “*Le grandi manovre dell’Esercito*”. *Il Messaggero*. Roma, 20 de agosto de 1935.]

OFÍCIO • 10 SET. 1935 • AHI 41/3/12

[*Índice*:] A questão etíope em Genebra: *memorandum* do Governo italiano.
Nº 273

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 10 de Setembro de 1935.

Senhor Ministro,

Conforme se anunciara anteriormente, o Governo italiano apresentou, a 4 do corrente, em Genebra, acompanhado de categórica declaração ao Conselho da Sociedade das Nações, lida pelo Barão Aloisi, seu representante, um longo e documentado *memorandum* contendo o histórico do conflito abissínio, desde as suas origens até hoje, uma relação de todas as agressões da Etiópia às suas colônias na África Oriental e das violações do Pacto e das Convenções internacionais relativas à fiscalização do comércio de armas e munições, por parte do Negus, assim como uma exposição do atual estado de barbaria daquele país. Tais documentos produziram nos meios da Liga e na opinião pública europeia profunda impressão. Embora contestáveis, sob o ponto de vista do direito internacional, os claros desígnios da Itália na Abissínia, não se pode

419 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “As grandes manobras do ano XIII”. *Il Messaggero*. Roma, 17 de agosto de 1935; Nº 2. “A fase final de treinamento para as Grandes Unidades do Exército”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de agosto de 1935; Nº 3. “As grandes manobras do Exército”. *Il Messaggero*. Roma, 20 de agosto de 1935.

deixar de reconhecer que o *memorandum* em questão e a declaração do Governo Fascista, pelas fundadas acusações à Etiópia, levantaram o clamor público contra ela e estão atraindo simpatias à causa fascista, não para fazer propriamente uma guerra de conquista, mas no sentido de defender a integridade e a segurança das colônias italianas expostas aos constantes ataques e às perigosas incursões dos bandos abissínicos impunes, apesar dos vários tratados, sistematicamente não cumpridos.

2. Ora, tais tratados, desde o de Ucciali, de 1881, sempre reconheceram à Itália certa preponderância aos seus interesses na Etiópia e até o estabelecimento de uma zona de influência ali, tornada impossível pela atitude hostil do Negus. Tratando-se de interesses vitais e primordiais à segurança e à civilização da Nação italiana, diz a declaração, feita em Genebra, o Governo faltaria ao mais elementar dever se não retirasse toda a confiança à Etiópia e se não reservasse toda a liberdade de ação a fim de adotar as medidas que lhe parecerem necessárias para a seguridade das suas próprias colônias e para a tutela dos seus próprios interesses.

3. A Itália, declarou o Barão Aloisi aos jornalistas que o interrogaram, após a sessão do Conselho, nada pede à Liga. Esta é que tem de escolher entre a Itália e a Abissínia: expelir uma ou outra. O delegado italiano não tomará, entretanto, mais parte nas discussões relativas ao conflito ítalo-etíope se nos seus debates intervir o representante de Adis Abeba, no mesmo pé de igualdade, e se se quiser tratar em idêntico plano ambos os países.

4. A Etiópia, conclui o *memorandum* de Roma, colocou-se com a sua conduta abertamente fora do Pacto da Sociedade das Nações, tornando-se indigna da confiança que mereceu por ocasião do seu ingresso na Liga. A Itália, insurgindo-se contra esse intolerável estado de coisas, defende a própria incolumidade, o próprio prestígio e a própria dignidade. Defende também o prestígio e o renome da Sociedade das Nações.

5. Junto remeto, em duplicata, a Vossa Excelência os retalhos de *Il Messaggero*, de 5 do corrente, que trazem integralmente a declaração feita, perante o Conselho⁴²⁰, pelo delegado do Governo Fascista e o *memorandum* italiano a que acima me referi acerca da palpitante questão abissínia.

420 O Grande Conselho do Fascismo foi o órgão dirigente máximo do Partido Nacional Fascista. Estabelecido em 1923, após a ascensão do regime fascista, assumiu com o tempo uma importância política cada vez maior. A partir 1928 o Conselho fica diretamente subordinado ao chefe do governo, tendo suas competências alargadas, incorporando matérias de prerrogativas da Coroa, passando a ser um órgão de máxima importância constitucional. Em 1929 seu papel institucional foi confirmado em uma reforma que estabeleceu o controle do partido pelo Estado e outorgou a responsabilidade pela nomeação dos cargos de liderança ao chefe do governo. A sua última reunião ocorreu em 24 e 25 de julho de 1943 e marcou a queda de Mussolini. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo⁴²¹: “*La questione etiopica prospettata a Ginevra nella luce della verità e del diritto*”. *Il Messaggero*. Roma, 5 de setembro de 1935.]

OFÍCIO • 25 OUT. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] A atitude do Brasil em face das sanções contra Itália.
Nº 315

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 25 de Outubro de 1935.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os inclusos recortes, em duplicata, de *Il Giornale d'Italia*, *Il Popolo di Roma*, *Il Messaggero*, *Il Tevere* e *Il Piccolo*, de ontem, todos desta capital, que publicaram a notícia telegráfica daí relativa às declarações feitas por Vossa Excelência ao Embaixador italiano no Rio de Janeiro acerca da atitude do Brasil de desinteresse das sanções do artigo 16 do Pacto da Sociedade das Nações⁴²², pelo fato de não pertencer mais ao organismo de Genebra, reservando a máxima liberdade de ação e pautando e sua conduta de acordo com os interesses nacionais.

2. Essa notícia, de que dei imediato conhecimento, por telegrama, a Vossa Excelência, foi publicada por toda a imprensa da Península, segundo informações da Agência Stefani, e causou excelente impressão nos meios oficiais e na opinião

421 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “A questão etíope apresentada em Genebra à luz da verdade e do direito”. *Il Messaggero*. Roma, 5 de setembro de 1935.

422 Artigo 16 do Pacto da Sociedade das Nações: “Se um membro da Sociedade recorrer à guerra, contrariamente aos compromissos tomados nos artigos 12, 13 ou 15, será *ipso facto* considerado como tendo cometido um ato de beligerância contra todos os outros membros da Sociedade. Estes comprometer-se-ão a romper imediatamente com ele todas as relações comerciais ou financeiras, a interdizer todas as relações entre seus nacionais e os do Estado que rompeu o Pacto, e a fazer cessar todas as comunicações financeiras, comerciais ou pessoais entre os nacionais desse Estado e os de qualquer outro Estado, membro ou não da Sociedade”. Fonte: BRASIL. Decreto nº 13.990 de 12 de janeiro de 1920 – Ratificação do Pacto da Sociedade das Nações. *CLB*, 1920.

pública italiana. A melhor prova da viva simpatia e do enorme interesse que despertaram tais declarações de Vossa Excelência foram os calorosos e belíssimos comentários que, espontaneamente, lhe fizeram os jornais. O gesto do Brasil⁴²³, de corajosa independência, como se afirmou aqui, traduziu o nosso bom senso político, pela voz autorizada de Vossa Excelência, e foi, ao mesmo tempo, interpretado como uma manifestação da velha, cordial e sincera amizade dos dois países, cujas raízes profundas se encontram em tantas afinidades históricas, raciais e culturais que estreitamente nos unem ao povo italiano. Sobretudo o comentário de *Il Giornale d'Italia*, pela sua importância política, é muito lisonjeiro para Vossa Excelência e honroso para nós. Desligados de Genebra, com as mãos livres, outra não podia ser a nossa atitude, em face das sanções contra a Itália, senão a que Vossa Excelência admiravelmente precisou, norteando-a pelos interesses nacionais – expressão de uma política realista.

3. Vossa Excelência se dignará verificar pela leitura dos recortes juntos quanto foi o ato de Vossa Excelência apreciado na Itália, num momento como o atual, em que os graves acontecimentos que pesam sobre os seus destinos, despertaram, ainda mais, a sensibilidade popular.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexos⁴²⁴; Nº 1. “*La questione delle sanzioni – Il Brasile si disinteressa dell’art. 16 e si riserva la massima libertà d’azione*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 24 de outubro de 1935.

Nº 2. “*Il Brasile si disinteressa delle sanzioni ed agirà secondo i propri interessi*”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 24 de outubro de 1935.

423 Pela circular 1.029, datada de 12/11/1935, em seu anexo 2, o Brasil respondeu à exortação pela Liga das Nações, datada de 21 de outubro de 1935, acerca do rompimento de relações e ao bloqueio proposto contra a Itália: “não pertencendo à Liga das Nações, o Brasil não deseja tomar parte nas medidas por ela ora adotadas e reserva a sua liberdade de ação para proceder, em qualquer eventualidade, como lhe aconselharem os seus interesses, os seus compromissos internacionais e os princípios que sempre nortearam a sua política externa”. Fonte: Cadernos do CHDD, ano V, nº 9, 2º sem. 2006.

424 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “A questão das sanções – O Brasil se desinteressa pelo artigo 16 e se reserva liberdade de ação”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 2. “O Brasil se desinteressa pelas sanções e agirá segundo os próprios interesses”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 3. “O Brasil se desinteressa pelas sanções”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 4. “O exemplo do Brasil”. *Il Tevere*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 5. “O Brasil não participará das sanções e reivindica plena liberdade de ação nas suas relações com a Itália”. *Il Piccolo*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 6. “O Brasil se desinteressa pelo artigo 16”. *La Tribuna*. Roma, 24 de outubro de 1935.

Nº 3. “*Il Brasile si disinteressa dele sanzioni*”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de outubro de 1935.

Nº 4. “*L’ esempio del Brasile*”. *Il Tevere*. Roma, 24 de outubro de 1935.

Nº 5. “*Il Brasile non parteciperà alle sanzioni e rivendica piena libertà d’azione nei suoi rapporti con l’ Italia*”. *Il Piccolo*. Roma, 24 de Outubro de 1935.

Nº 6. “*Il Brasile si disinteressa dell’art. 16*”. *La Tribuna*. Roma 24 de outubro de 1935.]

OFÍCIO • 31 OUT. 1935 • AHI 41/3/12

[Índice:] A guerra com a Etiópia, a tensão inglesa e as sanções contra a Itália. Vários recortes de jornais.

Nº 323

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 31 de Outubro de 1935.

Senhor Ministro,

Este é o último da série de ofícios, ostensivos, reservados e confidenciais, que dirijo a Vossa Excelência sobre a palpitante questão abissínia, que tanto agitou a política europeia e tão vivas inquietações trouxe à vida dos povos. Durante a minha breve, mas laboriosa encarregatura de negócios, cujo termo se aproxima com a vinda do novo chefe efetivo da Missão, quis manter este povo à altura das suas responsabilidades de momento, longamente informando Vossa Excelência, por ofícios e telegramas, acerca da confusa situação internacional, cujos horizontes anuviados procurei devassar. Dos meus esforços para enfrentar e, quiçá, vencer o intenso trabalho da Embaixada, nos últimos três meses, dirá essa Secretaria de Estado com a benevolência a que estamos todos habituados.

2. Nem sempre, entretanto, teriam sido exatas, precisas, as minhas impressões. É, aliás, difícil, senão impossível, fixar acontecimentos políticos tumultuários, cujos aspectos evoluem, diariamente, ao influxo de uma formidável polêmica de imprensa. Do excelente posto de observação, que é Roma, em constante contato com os meios oficiais italianos, num ambiente de exaltado nacionalismo, que a personalidade deveras fascinante do Sr. Mussolini domina completamente pelo seu incomparável dinamismo e pela sedução irresistível da sua inteligência e do seu verbo, os diplomatas arriscam, talvez, perder o próprio senso das realidades. Estas, porém, dificilmente nos escapam quando a visão dos problemas se

alarga, abrangendo-os no seu conjunto, e se estende a panoramas mais vastos, descortinados de outras alturas.

3. A tese italiana no conflito abissínio, à luz de um juízo imparcial – sem ter unicamente em conta certos princípios jurídicos demasiado rígidos do Pacto da Sociedade das Nações e de difícil aplicação numa questão colonial, fora da Europa –, está longe de ser indefensável. Não se podem mais justificar hoje as guerras de conquista pelas necessidades de expansão de um povo. Mas a tolerância se impõe quando se trata de determinadas reivindicações históricas. Os tratados com a Etiópia, violados por Menelik e pelo Negus atual, sempre reconheceram direitos à Itália, à sua influência em zonas das províncias periféricas daquele império, impenetrável à civilização, irrequieto e agressivo, mau vizinho, que há 40 anos vem perturbando o sossego das suas colônias na África Oriental, e que constitui uma das regiões mais atrasadas e selvagens do mundo. O memorial do Governo fascista, apresentando em Genebra documento, sem dúvida, notável, provou que a Etiópia não é uma nação, mas um aglomerado disparate de raças diversas, primitivas, sem unidade, sob o regime feudal e o domínio pela força das províncias amaricas⁴²⁵, de origem abissínia, essencialmente guerreiras. O erro da política italiana foi levar, com a França, à Liga das Nações aquele país, que não preenchia as condições exigidas pelo Pacto. Daí o falseamento do princípio da igualdade jurídica dos Estados para colocá-lo no mesmo nível absurdo, em Genebra, com a Itália, que é uma das mais belas e mais eloquentes expressões da civilização humana.

4. Ninguém pode de boa-fé negar as legítimas necessidades de expansão do grande e operoso povo italiano, apertado na sua península, de terras pobres, esgotadas pela cultura secular. O próprio Sr. Hoare⁴²⁶, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, as reconheceu em discurso, no Parlamento. A vitória comum, na grande guerra, não lhe trouxe a recompensa esperada em Versalhes, na divisão das colônias alemãs. É justo o seu protesto pelas migalhas que recebeu. O lugar ao sol que a jovem Itália, grande potência de ontem, clama pela voz possante do Sr. Mussolini, já foi tomado pelos outros. A Inglaterra e a França fundaram pela força os seus grandes impérios coloniais. Não sobram mais terras na África, na Ásia e na Oceania... A expansão italiana tardia veio

425 O grupo étnico amárico é preponderante na região que corresponde ao núcleo do império etíope. Essa região é conhecida como Abissínia. Fonte: MARQUES, Alexandre Kohlrausch. *A questão ítalo-abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia em 1935, pela intelectualidade gaúcha.* (Dissertação apresentada ao PGH) – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

426 Samuel John Gurney Hoare (1880-1959). Visconde de Templewood. Político inglês. Em 1922, ministro da Aeronáutica; de 1929 a 1931, ministro da Índia. Em 1935 quando ministro das Relações Exteriores assinou com a Alemanha um acordo naval. No conflito ítalo-etíope, buscou com o primeiro-ministro francês Laval um acordo que acabou rejeitado pelo seu governo, sendo forçado a renunciar. Ministro do Interior em 1937, era favorável ao pacto de Munique. Em 1940 foi ministro da Força Aérea. Excluído do governo Churchill, foi enviado como embaixador extraordinário a Madri para negociar a neutralidade espanhola. Fonte: <treccani.it>. Acesso: 6 dez. 2020.

perturbar o equilíbrio existente. Não têm outra origem as reações contra a campanha abissínia que ela provocou.

5. As causas verdadeiras e profundas da tenaz e extremada oposição inglesa aos desígnios da Itália na África Oriental residem nos próprios interesses vitais do Império britânico que, desta vez, coincidiram com os da Liga das Nações, admirável baluarte em que se escuda o Gabinete de Londres para satisfazer a opinião nacional, cuja sinceridade seria uma injúria pôr em dúvida. Assim tem sido invariavelmente a política inglesa, sentimentalista e oportunista ao mesmo tempo, num misto de idealismo e de realismo. A sua base assenta hoje em Genebra, por cuja instituição nunca foi tão grande o entusiasmo na Inglaterra. De modo que lhe é fácil traçar as diretivas pelos princípios do Pacto de garantias coletivas. Berço do sistema parlamentar, que tem Westminster⁴²⁷ por modelo, a Grã-Bretanha não vê com simpatia o regime fascista na Itália, de ditadura, fundamentalmente contrário à democracia, ao governo do povo pelo povo. Mas não é só. Há outro motivo mais ponderoso. É a crescente expansão da nova Itália conduzida por um homem de gênio, que é Mussolini, o desenvolvimento do seu poder militar, naval e aéreo, a sua influência no Mediterrâneo e no mar Vermelho, o seu domínio no planalto etíope, ameaçando o Sudão, o Egito, pelas nascentes do Nilo, o canal do Suez e o caminho marítimo das Índias, que é a mais importante via de comunicações do Império britânico.

6. Os ingleses se opuseram ao Protocolo de Genebra, em 1924⁴²⁸, admirável instrumento que se destinava a impedir a guerra eliminando as brechas do Pacto, e cuja projeção na história diplomática da Europa foi, um ano mais tarde, Locarno⁴²⁹. Os interesses da paz e da Liga foram então superados pelos do seu Império. Assistiram depois – quase impassíveis, com o desmembramento da China pelo Japão, que lhe separou as grandes províncias do norte, criando o

427 Palácio onde estão instaladas as duas câmaras do Parlamento do Reino Unido: a Câmara dos Lordes e a dos Comuns. Situa-se na margem Norte do rio Tâmis, em Londres.

428 Protocolo para a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais, adotado por resolução da Liga das Nações em sessão de 1º de outubro de 1924 e negociado pelos governos do Reino Unido e da França. O protocolo exigia aos Estados signatários que submetessem as disputas ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional ou a um Comitê de Árbitros. Os que recorressem à guerra sem ter submetido a questão a esses mecanismos seria rotulado de agressor e, portanto, sujeito às sanções da Liga. Obrigava ainda os signatários a fornecer assistência militar ao país atacado. O Reino Unido acabou por não assinar o protocolo, com medo de se envolver na complicada situação da Europa continental. Como alternativa, os franceses e britânicos recorreriam ao Pacto de Locarno de 1925 como um meio alternativo de buscar a segurança coletiva na Europa. Fonte: <wdl.org>. Acesso em: 31 jan. 2021.

429 Pacto de Locarno. Tratado assinado entre a Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália em 16 de outubro de 1925, e que visou garantir a inviolabilidade da fronteira ocidental da Alemanha. Propunha a desmilitarização e desocupação da Renânia, na Alemanha, ocupada pelos Aliados após a Primeira Guerra Mundial. Como contrapartida, a Alemanha foi admitida na Liga das Nações com direito a uma cadeira no Conselho. O tratado deu início e uma nova era de paz e cooperação na Europa, mas que não sobreviveu à crise econômica e política dos anos 1930. Em 1936, Adolf Hitler denunciou o Pacto de Locarno e ocupou com tropas alemãs a Renânia. Fonte: <wdl.org>. Acesso em: 17 dez. 2020.

Manchukuo⁴³⁰ – à tragédia do Extremo Oriente; seguiu-se o rearmamento da Alemanha, que restabeleceu o serviço militar obrigatório, com 12 Corpos de exército, violando o tratado de Versalhes diante da Europa escandalizada pelo golpe audacioso de Hitler, num desafio aos antigos aliados. O gesto alemão não impressionara, entretanto, a Grã-Bretanha, que se apressava em concluir, com espanto das outras potências, um acordo naval com o Reich⁴³¹. E só se explica para contrapô-lo à aproximação ítalo-francesa, que pode deslocar o eixo da política europeia, girando ainda em torno da *Entente cordial*[e]⁴³². Uma Itália forte unida à França não constitui evidentemente aos olhos da Inglaterra perspectiva lisonjeira. Era preciso, fora do “esplêndido isolamento”, como fiel da balança, restabelecer de certo modo o equilíbrio perdido dando a mão à Alemanha. Ora, o conflito com a Abissínia, encerrado, juridicamente, no Pacto, forneceu à política inglesa excelente oportunidade para fazer funcionar o mecanismo da Liga das Nações e isolar a Itália. Por isso mesmo a sua intransigência se manifestou com o caráter das coisas inelutáveis, arriscando conflagrar a Europa. E em Genebra se perderam de vista as realidades de uma questão, cuja feição colonial é indiscutível.

7. Com o início das hostilidades na África, a 3 de Outubro, o Sr. Mussolini pôs a Inglaterra e a Sociedade das Nações diante do fato consumado. Declarada, em Genebra, a Itália agressora, vieram as sanções do artigo 16 do Pacto – financeiras econômicas e militares – à ordem do dia, aumentando a nervosidade da opinião e a violência da campanha jornalista [*sic*]. A esquadra britânica cruzou o mar Vermelho e o Mediterrâneo, onde *Home Fleet*⁴³³, com os seus poderosos *super-*

430 Estado da Manchúria, a leste da Mongólia Interior, e criado por oficiais da antiga Dinastia Qing com o apoio do Japão em 1932. Era, de fato, um governo fantoche. Fonte: <marxists.org>. Acesso em: 8 abr. 2020.

431 Assinado em meados de 1935 entre a Alemanha e o Reino Unido, à revelia da França, que retirava da Alemanha as imposições navais do Tratado de Versalhes. A partir desse acordo a Alemanha pôde reconstruir sua força naval, com a ressalva de que não excedesse a 35% da inglesa. Como contrapartida, o Reino Unido retiraria-se do Báltico, na sua política de apaziguamento pela manutenção do *status* do Reino Unido como a potência naval dominante do mundo. Não atentaram para a vastidão do império a defender, acreditando que a frota alemã ficaria concentrada em suas águas. Com o acordo, a Alemanha poderia construir até 21 cruzadores, 64 destróieres e, por uma “tradução incorreta” do tratado, poderia ter quantos submarinos quisesse. Voz dissoante, Churchill apontou esse tratado como o “cume da credulidade” e uma “violação unilateral do Tratado [de Versalhes]”. Indiretamente, o acordo ajudou o Japão, uma vez que com uma poderosa marinha alemã em potencial formação, os britânicos agora deveriam manter uma forte presença no Atlântico Norte, portanto, incapazes de satisfazer a demanda pela proteção de suas colônias do Pacífico, da Austrália, Nova Zelândia e Singapura. Fonte: <ww2db.com>. Acesso: 16 jan. 2021.

432 Assinado em 8 de abril de 1904, foi um acordo político anglo-francês que abriu caminho para a cooperação diplomática dos dois Estados contra as pressões alemãs antes da Primeira Guerra Mundial. Essa política foi o ápice da política exterior da França desde 1898, contra qualquer sistema alemão de alianças na Europa Ocidental. O acordo concedia liberdade de ação à Grã-Bretanha no Egito e à França no Marrocos, ao mesmo tempo em que pactuaram possessões na África e no Sudeste Asiático, e serviu ainda para acalmar a rivalidade entre os colonos britânicos e franceses. Fonte: <britannica.com>. Acesso: 18 dez. 2020.

433 Frota da Marinha Real inglesa que operava a partir do Reino Unido e guarnecia a defesa das suas águas territoriais. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 23 jan. 2021.

*dreadnoughts*⁴³⁴, e muitas outras unidades, rapidamente mobilizadas, garantiram desde logo as comunicações marítimas do Império, julgadas ameaçadas. A concentração de tão formidáveis forças navais em Gibraltar, Malta, Alexandria, Caiffá e Aden, e a Itália em armas, com mais de um milhão de homens mobilizados, além dos 250 mil da expedição colonial, no momento, com imenso material de guerra e uma aviação das melhores e das mais modernas, sob o ponto de vista técnico, com 2.500 aparelhos, ameaçaram seriamente a paz europeia. Foi a hora crítica da tensão anglo-italiana. Aliás, uma luta armada entre os dois países ter-se-ia de decidir no mar, onde a superioridade das forças aeronavais britânicas é incontestável pela tonelagem e pela potência destruidora, não obstante a magnífica e veloz flotilha italiana de submarinos e a proximidade das suas bases navais no Mediterrâneo. A esquadra inglesa possui 992 mil toneladas contra 295 mil da frota italiana. Uma fagulha bastava para lavar o incêndio.

8. Mas o espectro da guerra fez melhor refletir os responsáveis pelos destinos do Velho Mundo. De fato, seria monstruoso que um conflito da Itália com a Abissínia, na longínqua África Oriental, conflagrasse a Europa. Urgia reduzi-lo às suas justas proporções. A Inglaterra apenas desejava fazer pressão na Itália. Ajudadas pelo Sr. Laval, Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, hábil negociador e sagaz conciliador, de clara inteligência, as chancelarias de Londres e Roma retomaram o contato perdido no ambiente inflamado de Genebra, onde pontificará o Sr. Eden⁴³⁵, delegado britânico, com a sua ardorosa intransigência e um pouco inexperiente, talvez pela sua mocidade, na política europeia.

9. Verificou-se que ninguém queria a guerra, nem mesmo os ingleses mais extremistas. A questão abissínia provocará funda divergência entre a Grã-Bretanha e a Itália, mas o verdadeiro conflito era entre esta e a Sociedade das Nações, talvez menos temeroso, é verdade, apesar do plano das sanções que Genebra elaborava. As categóricas declarações e os discursos pronunciados no Parlamento, em Londres, pelos Srs. Baldwin, Primeiro-Ministro, e Hoare, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, e o Embaixador inglês⁴³⁶, em conferência com o Chefe do Governo, em Roma, dissiparam os fundados receios que tanto inquietaram e excitaram os povos. Nenhuma ação isolada

434 Couraçado (*Dreadnought*) e super couraçados (*super-dreadnoughts*). Nova geração de navios de guerra pesadamente blindados, armados e com maior velocidade que os de então. Fonte: *Revista Marítima Brasileira*. v. 131, n.10/12 – out./dez. 2011.

435 Robert Anthony Eden (1897-1977). Político. Membro do Parlamento pelo Partido Conservador em 1923. Entre 1926 e 1929, foi secretário parlamentar de Chamberlain no Ministério das Relações Exteriores; de 1931 a 1934, subsecretário de Relações Exteriores; em 1935, secretário de Relações Exteriores; renunciou em 1938, contrário a aceitação britânica da invasão pela Itália da Abissínia. Em 1940, foi secretário de Estado da Guerra, logo reconduzido a de Relações Exteriores. Fonte: <ww2db.com>. Acesso: 8 abr. 2020.

436 James Eric Drummond (1876-1951). 7º Conde de Perth. Político e diplomata. Foi, de 1920 a 1933, o primeiro secretário-geral da Liga das Nações; de 1933 a 1939, embaixador em Roma e, de 1939 a 1940, conselheiro no Ministério da Informação. Em 1946, vice-líder do Partido Liberal. Fonte: <wiki.pt>. Acesso: 12 jan. 2021.

da Inglaterra, que se restringiria às obrigações coletivas decorrentes do Pacto, nenhuma sanção militar contra a Itália, cujas comunicações marítimas com a África Oriental não se cogitou cortar pelo fechamento do canal de Suez (sua livre passagem em tempo de paz ou de guerra é, aliás, garantida pelo tratado internacional de 1888⁴³⁷). Aclarou-se assim a situação confusa, desanuviando-se os horizontes da política. Ao menos, presentemente, fica afastado o perigo de uma nova guerra na Europa. Esse foi o apreciável resultado da *détente*⁴³⁸ na tensão anglo-italiana, que resserenou na atualidade os espíritos, preparando-os à conciliação necessária aos interesses da paz.

10. As chancelarias de Roma, Paris e Londres retomaram a sua atividade fazendo sondagens recíprocas em busca de uma fórmula preliminar aceitável de futuras negociações, por enquanto não iniciadas nesta nova fase de conversas diplomáticas. Se estas se concretizarem, terão, sem dúvida, a colaboração dos organismos de Genebra, pois nenhum acordo definitivo será possível sem ajustá-lo ao Pacto da Sociedade das Nações. Como satisfazer, porém, as legítimas necessidades de expansão da Itália, e, por outro lado, atender aos direitos de soberania da Etiópia, membro da Liga? São teses antagônicas, difíceis de harmonizar e conciliar. Diante da posição extremada que cada um tomou, parece impossível encontrar qualquer base de negociações viáveis. Ter-se-á de esperar, por enquanto, alguns meses ainda, sobretudo pela iminente aplicação das sanções, anunciadas para meados de novembro, e que dificultarão qualquer gesto conciliante do Sr. Mussolini. Por isso mesmo os meios oficiais em Roma mostram a maior reserva, apesar de certo otimismo, discreto e moderado. A diplomacia terá de pacientar até descobrir a fórmula da paz.

11. A Itália prepara-se, entretanto, para resistir às sanções e fazer represálias, tomando desde já uma série de medidas restritivas de caráter econômico e comercial, facilitadas pela admirável disciplina do povo italiano, inteiramente unido, na questão colonial, em torno do Duce. As sanções atingirão 60% das importações do país. Elas vão perturbar profundamente o comércio internacional, aumentando as dificuldades da hora presente. Sua eficácia é duvidosa, pois vários países importantes, que representam mais de 30% do intercâmbio italiano, como os Estados Unidos, a Alemanha, o Brasil e o Japão, não fazem parte da Liga e têm as mãos livres. A Áustria e a Hungria

437 Convenção de Constantinopla. Tratado assinado em 29 de outubro de 1888 pelo Reino Unido e França, sócios no canal de Suez, além da Alemanha, Rússia, Turquia, Áustria-Hungria, Espanha, Holanda e Itália. Estabeleceu a livre passagem do canal de Suez, tanto na paz quanto na guerra a todos, sendo proibido o bloqueio do canal ou da área ao seu redor. <wiki.pt>. Acesso: 14 jan. 2021.

438 “Um alívio nas tensões” (francês). De acordo com o Dicionário Oxford, o termo foi usado pela primeira vez neste sentido pouco antes da Primeira Guerra Mundial e entrou no vocabulário corrente das relações internacionais ao ser usado para descrever o relaxamento das tensões da Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos no início dos anos 1970. Fonte: BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alen. D. *A dictionary of diplomacy*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

se declararam contra, e a Suíça e vários países da América do Sul fizeram sérias reservas em Genebra. Cinquenta e três Governos aceitaram o embargo de armas e munições (proposta nº 51), as medidas financeiras (proposta nº 2). Quanto às sanções econômicas do comitê de coordenação – proibição de importação de produtos italianos e embargo de certas matérias-primas para a fabricação de material de guerra – (propostas nº 3 e nº 4⁴³⁹), 50 responderam, uns aderindo inteiramente, outros com fundas reservas que, na prática, valem por uma negativa. Facas de dois gumes, as sanções ferirão os próprios países que as aplicarem, figurando em primeira linha a Inglaterra e a França, as mais prejudicadas talvez. Sofrerá, é verdade, a economia italiana, cuja resistência organizada lhe poderá revigorar as forças. É preciso contar com as represálias da Itália, pela boicotagem dos que lhe aplicarem sanções, o que, por sua vez, golpeará duramente as exportações estrangeiras, desequilibrando os mercados. Infelizmente são más as finanças italianas e não se sabe até onde suportarão o peso das sanções. A aplicação das sanções à *outrance*⁴⁴⁰ poderá conduzir, porém, a um terreno perigoso e ter consequências graves para a paz, embora se saiba desde já, por declarações positivas do Sr. Baldwin, que a ideia de bloqueio marítimo, cujo caráter militar é, aliás, indiscutível, foi definitivamente posta à margem, diante da sua impossibilidade, pela circunstância de várias potências, como a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão nele não participarem. Esperemos da prudência e da sabedoria dos governos que as sanções para abreviar um conflito não abrirão outro maior, incomparavelmente mais grave, desencadeando a guerra na Europa.

12. É ainda cedo para formular previsões sobre as bases possíveis de uma paz honrosa para a Itália. A solução do atual conflito não será possível que sob os auspícios da Sociedade das Nações, após acordo preliminar das três potências – Itália, Inglaterra e França – com longa preparação diplomática. Os interesses ingleses na África Oriental terão de ser respeitados pela Itália, principalmente no que se referem à projetada construção de uma estrada de ferro que ligue o Mediterrâneo ao Oceano Índico e assegure o caminho imperial para o Oriente (de fácil interrupção por um ato de sabotagem no canal de Suez), através do Egito e do Sudão, até a Somália britânica, passando pela região do lago Tana e pelas encostas do planalto abissínio. A questão de uma saída ao mar para a Etiópia será também contemplada. Mas o desmembramento desse império é fatal, reduzindo-se ao núcleo de províncias de raças asmaricas, propriamente abissínias, que Menelik estendeu às regiões periféricas, conquistando-as pela

439 Fontes de pesquisa sobre o tema: o projeto da ONU para preservação da memória da Liga das Nações reproduz boa parte da documentação sobre a questão italo-etíope encontra-se sediado no endereço: <<https://lontad-project.unog.ch/>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

440 (Loc. francesa). “A todo o transe”, “sem misericórdia”.

força. O Sr. Mussolini jamais consentirá em negociar a paz abandonando as regiões ocupadas, onde as armas italianas foram até agora completamente vitoriosas. O problema da África Oriental terá de ser resolvido, reconhecendo-se a preponderância dos interesses e da influência italianas ali, já consagrados nos tratados com a Etiópia e no acordo tripartido de 1925⁴⁴¹ (França, Inglaterra e Itália). A fórmula do domínio da Itália no Tigré⁴⁴² há de ser encontrada, mesmo dentro do Pacto, por um mandato colonial A ou B, quem sabe. O que falta à Itália são negociadores da estofa de Vittorio Scialoja⁴⁴³, cuja cultura jurídica era profunda. Espírito sutil e hábil, ele elevou sempre, em Genebra, o nome da Itália. O Sr. Mussolini é um ditador de gênio, mas não tem certas qualidades essenciais aos negociadores, certa ductibilidade⁴⁴⁴ para transigir. É uma falha da diplomacia italiana não possuir homens verdadeiramente à altura da sua missão. Nem o Fascismo é um regime político apropriado à formação de juristas da alta classe e da cultura de Scialoja, cujo desaparecimento do cenário político italiano é vivamente lamentado hoje nos meios internacionais diante da questão abissínia.

13. O Governo fascista está realmente cumprindo a sua promessa relativa à missão civilizadora da Itália. A penetração e a ocupação militar dos territórios conquistados vão se fazendo na tradição de Roma antiga, cujas legiões fundaram o seu Império. O exército italiano de hoje, que opera na Abissínia, não desmentiu a reputação dos romanos de outrora – admiráveis construtores de estradas. Os soldados italianos estão levando com eles a civilização ao âmago daquelas regiões bárbaras, até hoje impenetráveis à raça branca. A submissão dos grandes chefes das tribos etíopes é um fator moral da maior importância política para o prestígio da Itália e que não poderá deixar de ser tomada em conta em quaisquer negociações futuras de paz. E a Itália, grande colonizadora, civilizará aquelas incultas regiões africanas. Pois só as estradas não bastam, no dizer de Bernardo Shaw⁴⁴⁵, para marcar uma civilização?

14. Os sucessos diários das operações militares na África estão contribuindo

441 Refere-se ao Pacto de Locarno. Ver nota 429.

442 Uma das nove regiões administrativas da Etiópia, no Norte do país. Sua denominação deriva do povo que ali habita.

443 Vittorio Scialoja (1856-1933). Jurista e político italiano. Professor de Direito; fundador do Instituto de Direito Romano; presidente do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado. Senador desde 1904, ministro da Justiça de 1909 a 1910, da Propaganda de Guerra de 1916 e 1917 e de Relações Exteriores de 1919 e 1920; delegado à Conferência pela Paz (1919) e da Liga das Nações de 1921 a 1932. Deu início à revisão do estudo do direito romano. Fonte: <Teccani.it>. Acesso: 7 dez. 2020.

444 Dócil, brando, flexível, tratável; que tem facilidade de se acomodar às circunstâncias e ao tempo. Ter ductilidade é ser contemporizador.

445 George Bernard Shaw (1856-1950). Teatrólogo, escritor e jornalista. Suas peças buscavam desnudar a hipocrisia social. Declinou do Prêmio Nobel que ganhou. Sua obra foi compilada em 36 volumes publicados entre 1930 e o ano de sua morte. Fonte: FRENZ, Horst (ed.). *Das Palestras Nobel, Literatura 1901-1967*. Amsterdã: Elsevier Publishing Company, 1969.

poderosamente para fortalecer a opinião italiana acerca das suas reivindicações. Nenhuma expedição colonial teve no mundo a popularidade da que o Sr. Mussolini magistralmente organizou, com os mais modernos aperfeiçoamentos da arte da guerra, na terra e nos ares. Pode-se afirmar que toda a Itália está, de verdade, unida em torno do seu chefe. Há, porém, ainda duas razões de ordem psicológica, que se não devem esquecer: o espírito dinâmico do Fascismo, de combate, de luta perene, em que o Duce plasmou a sua doutrina – viver perigosamente –, encerrado, há anos, na burocracia do regime, que necessitava se expandir; e a derrota de Adua, que há quarente anos ensombreia, como um pesadelo, a história da Itália. Era preciso vingar os heróis de Adua, trucidados pelas hordas de Menelik, numa sanguinolenta batalha, e anunciar ao mundo a sua reconquista.

15. Remeto, em anexo, numerosos recortes de jornais de Roma relativos ao conflito com a Abissínia, em suas diversas fases, à tensão ítalo-inglesa e às sanções contra Itália, tudo comentado em vibrantes editoriais.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

S. Rangel de Castro

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos ao ofício ostensivo nº 323 de 31 de Outubro de 1935, da Embaixada do Brasil em Roma, contendo vários recortes de jornais sobre o conflito com a Abissínia, a tensão ítalo-inglesa e as sanções contra a Itália.

Anexos⁴⁴⁶: Nº 1. Mapa: “*Carta dell’Africa Orientale, con l’approssimativo*”

⁴⁴⁶ Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. Mapa: “Mapa da África Oriental, incluindo o deslocamento aproximado das forças abissínicas e – indicado nos retângulos com o nome do rás que as comanda –; e as linhas de avanço das colunas italianas, marcadas por setas”. *Il Tevere*. Roma, 24 de outubro de 1935; Nº 2. Mapa: “Como à Inglaterra, para a primeira execução do Pacto Empresarial, é atribuído em virtude da vitória ‘comum’, 2 milhões, 300 mil quilômetros quadrados de territórios com 8 milhões de habitantes distribuídos em 3 continentes”. [Fonte não identificada]. Roma, 28 de setembro de 1935; Nº 3. Mapa: “África de acordo com os atos diplomáticos existentes de 1895”. *Il Messaggero*. Roma, 26 de setembro de 1935; Nº 4. Mapa: “[Co]mo o tratado de paz distribuiu as colônias”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 29 de setembro de 1935; Nº 5. Mapa: “A zona avançada”. *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935; Nº 7. “Para a Sociedade das Nações”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 8 de outubro de 1935; Nº 8. “O conteúdo da resposta italiana”. *La Tribuna*. Roma, 26 setembro de 1935; Nº 9. “Eden e o encontro internacional antifascista em Genebra”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de outubro de 1935; Nº 11. “As declarações do Duce”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de setembro de 1935; Nº 12. “O Duce anuncia a hora solene da Pátria aos italianos de todo o mundo”. *Il Messaggero*. Roma, 8 de outubro de 1935; Nº 13. “Dia de Ádua”. *Il Messaggero*. Roma, 9 de março de 1935; Nº 14. “Finalmente!”. *Il Messaggero*. Roma, 7 de outubro de 1935; Nº 15. “De Ádua a Genebra”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 9 de outubro de 1935; Nº 16. “O povo e seu herói”. *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935; Nº 17. “Navios britânicos no Mediterrâneo”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 30 de setembro de 1935; Nº 18. “Responsabilidade britânica”. *La Tribuna*. Roma, 3 de outubro de 1935; Nº 19. “Declarações precisas do Duce no *Paris-Soir*”. *La Tribuna*. Roma, 6 de outubro de 1935; Nº 20. “[Itália] e Inglaterra”. *Il Giornale d’Italia*.

deslocamento delle forze abissin e – indicate nei rettangoli col nome del ras che le comanda -; e le direttrici d'a avanzata delle colonne italiane, segnate da lle frecce". Il Tevere. Roma, 24 de outubro de 1935.

Nº 2. Mapa: "*Come l'Inghilterra, per prima esecuzione del Patto societario, si atribui in forza dela vittoria 'comune', 2 milioni 300 mila chilometri quadrati di territori con 8 milioni di abitanti distribuiti in 3 continenti*". [?]. Roma, 28 de setembro de 1935.

Nº 3. Mapa: "*L'Africa secondo gli atti diplomatici esistenti nel 1895*". *Il Messaggero*. Roma, 26 de setembro de 1935.

Nº 4. Mapa: "*[co]me il trattato di pace ha distribuito le colonie*". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 29 de setembro de 1935.

Nº 5. "*La zona dell'avanzata*". *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935.

Nº 6. _____. *La Tribuna*. Roma, 22 de setembro de 1935.

Nº 7. "*Alla società delle nazioni*". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 8 de outubro de 1935.

Nº 8. "*Il contenuto dela risposta italiana*". *La Tribuna*. Roma, 26 setembro de 1935.

Nº 9. "*Eden e l'internazionale antifascista in conbutta a Ginevra*". *Il Messaggero*. Roma, 18 de outubro de 1935.

Nº 10. _____. *La Tribuna*. Roma, 29 de setembro de 1935.

Nº 11. "*Le dichiarazioni del Duce*". *Il Messaggero*. Roma 29 de setembro de 1935.

Nº 12. "*Il Duce annunzia agli italiani di tutto il mondo la solenne ora dela Patria*". *Il Messaggero*. Roma, 8 de outubro de 1935.

Nº 13. "*La giornata di Adua*". *Il Messaggero*. Roma, 9 de março de 1935.

Nº 14. "*Finalmente!*". *Il Messaggero*. Roma, 7 de outubro de 1935.

Nº 15. "*Da Adua a Ginevra*". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 9 de outubro de 1935.

Nº 16. "*Il popolo e il suo Eroè*". *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935.

Nº 17. "*Navi britanniche nel Mediterraneo*". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 30 de setembro de 1935.

Nº 18. "*Responsabilità britannica*". *La Tribuna*. Roma, 3 de outubro de 1935.

Roma, 16 de outubro de 1935; Nº 21. "[...] delegado italiano". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 11 de outubro de 1935; Nº 22. "A Academia da Itália responde ao manifesto dos intelectuais franceses". *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935; Nº 23. "Os intelectuais da França se declaram contra as sanções e a guerra". [?]. Roma, 5 de outubro de 1935; Nº 24. "A Itália, já preparada, pode responder às sanções". *La Tribuna*. Roma, 15 de outubro de 1935; Nº 25. "Todos os principais expoentes da inteligência francesa assinaram o manifesto contra as sanções contra a Itália". *La Tribuna*. Roma, 16 de outubro de 1935; Nº 26. "A primeira sanção votada contra a Itália em Genebra. O embargo às armas e munições". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 13 de outubro de 1935; Nº 27. "As 'sanções' ". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 13 de outubro de 1935; Nº 28. "Resistência". *Il Giornale d'Italia*. Roma, 17 de outubro de 1935; Nº 29. "A situação diplomática depois das conversações em Roma e depois da nota do governo francês à Inglaterra". *Il Popolo di Roma*. Roma, 20 de outubro de 1935; Nº 30. "O castelo sancionador da Liga". *Il Messaggero*. Roma, 20 de outubro de 1935; Nº 31. "Abertura do debate parlamentar na Inglaterra – As razões para a atividade britânica em Genebra". *Il Messaggero*. Roma, 23 de outubro de 1935.

- Nº 19. “*Precise dichiarazioni del Duce al ‘Paris-Soir’*”. *La Tribuna*. Roma, 6 de outubro de 1935.
- Nº 20. “[*L’Itali]a e L’Inghilterra*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 16 de outubro de 1935.
- Nº 21. “[...] *delegato italiano*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 11 de outubro de 1935.
- Nº 22. “*L’Accademia d’Italia respondi al manifesto degli Intellettuali francesi*”. *La Tribuna*. Roma, 8 de outubro de 1935.
- Nº 23. “*Gli intellettuali di Francia si dichiarano contro le sanzioni e la guerra*”. [?]. Roma, 5 de outubro de 1935.
- Nº 24. “*L’Italia, già preparata, può rispondere alle sanzioni*”. *La Tribuna*. Roma, 15 de outubro de 1935.
- Nº 25. “*Tutti i maggiori esponenti dell’intelligenza francese hanno firmato il manifesto contro le sanzioni all’Italia*”. *La Tribuna*. Roma, 16 de outubro de 1935.
- Nº 26. “*La prima sanzione votata contro l’Italia a Ginevra. L’embargo sulle armi e munizioni*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 13 de outubro de 1935.
- Nº 27. “*Le ‘sanzioni’*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 13 de outubro de 1935.
- Nº 28. “*Resistenza*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 17 de outubro de 1935.
- Nº 29. “*La situazione diplomatica dopo i colloqui di Roma e dopo la nota del Governo francese all’Inghilterra*”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 20 de outubro de 1935.
- Nº 30. “*Il castello sanzionista dela lega*”. *Il Messaggero*. Roma, 20 de outubro de 1935.
- Nº 31. “*Apertura del dibattito Parlamentare in Inghilterra – La ragioni dell’attività britannica a Ginevra*”. *Il Messaggero*. Roma, 23 de outubro de 1935.]
-

ROMA

1936

TELEGRAMA • 21 JAN. 1936 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Situação interna da Itália.

Embaixada em Roma

20 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 18h – Referência ao telegrama de Vossa Excelência nº 13. O ofício reservado nº 347 de 22 de Dezembro, que já deve ter chegado ao Rio de Janeiro, tem as informações desejadas, até aquela data. Devo ajuntar que a recente vitória alcançada concorreu para exaltar a excelente moral do povo, que, por patriotismo, na sua imensa maioria, apoia e obedece cegamente ao Chefe do Governo. Sei que a própria Igreja, que não vota maior simpatia ao Duce, entregou grandes valores em metal precioso, a título de empréstimo, para auxiliar a resistência da Itália contra a Liga. O povo ainda quase que não sofre os efeitos das sanções. Sendo este povo extremamente impressionável e volúvel, é impossível afirmar que tenha longa duração o presente estado de espírito, desde que ocorra algum sucesso contrário, de grande repercussão. Por outro lado, convém lembrar que a situação financeira piora, cada dia, e que o valor da lira se mantém artificialmente. Será prudente, para os produtores brasileiros, vender a curto prazo. Pela primeira mala, segue outro ofício, continuando as informações políticas e financeiras. GUERRA DUVAL⁴⁴⁷

OFÍCIO • 04 FEV. 1936 • AHI 41/3/13

[*Índice:*] Notícias Políticas. O embargo do petróleo.

Nº 25

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 4 de Fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Dos acontecimentos da política internacional da Itália, a ocorrência mais assinalada dos últimos dias foi, sem dúvida, a reação inglesa diante das

⁴⁴⁷ Adalberto Guerra Duval (1872-1947). Advogado e diplomata. Em 1914, foi ministro na Colômbia e em Londres, quando foi promovido a enviado extraordinário e depois ministro plenipotenciário na Haia, de 1916 a 1920; embaixador na Alemanha de 1920 a 1925, de 1926 a 1932 e de 1932 a 1933; em Portugal de 1933 a 1935 e na Itália de 1935 a 1938. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

vitórias do General Graziani. Augurava-se uma pronta tentativa de conciliação. Aconteceu o contrário.

2. O Ministro dos Negócios da Grã-Bretanha, capitão Eden, deixara transparecer relativa moderação nas palavras ditas, em Genebra, imediatamente antes da derrota abexim. Com aspecto de transferência *sine die*, fora o embargo do petróleo entregue a estudos d'uma comissão de técnicos. E surgira logo uma esperança de apaziguamento. Mas, depois do grande *raid* dos italianos, de Dolo até Neguelli, a comissão de técnicos do petróleo teve ordem de apressar o seu laudo e foram-se multiplicando as probabilidades de levar-se a cabo o embargo, sanção de natureza hibridamente econômico-militar. Logicamente o embargo do petróleo conduziria ao bloqueio.

3. Imputa-se o novo surto do sancionismo à irritação despertada pelas vitórias italianas. Pondera-se que, em poucos dias, foi conquistado e ocupado e está sendo rapidamente organizado pelo Comando italiano mais território de tudo quanto, na hipótese d'uma conciliação, se admitiria como possível conceder à Itália, sob forma de mandato e com muitas restrições de autoridade. Além d'isto, o receio de que uma nova derrota etíope possa aluir ou derrocar, talvez, o poderio do Negus aconselha aos Ingleses apressar o procedimento de segurança coletiva, ou pelo menos diminuiria o seu poder militar em África e na Europa.

4. No entretanto, não é segredo para ninguém que, nos últimos meses, o Governo italiano aceleradamente acumulou reservas de benzina suficientes para uma longa campanha na África Oriental, sem precisão de utilizar subprodutos da turfa ou recorrer à extração do óleo do xisto betuminoso, jacente em abundância nas províncias do sul.

5. O Embaixador da Grã-Bretanha com quem falei, ontem, disse-me que o seu Governo só pensaria apoiar o embargo do petróleo se a comissão técnica da Liga reconhecesse o caráter não militar e a eficiência da sanção. Não é, porém, exagerado supor que, neste momento, a comissão e a Liga hão de reconhecer o que a Grã-Bretanha desejar.

6. Tendo em conta a existência conhecida das reservas italianas calculadas para a expedição colonial, surgiu, nos próprios meios de Genebra, uma explicação, talvez apenas conjectural, da atitude inglesa pró-embargo. O novo ato de compressão não teria mais o intuito de acabar com a guerra da África. Seria uma precaução destinada a impedir que a Itália possa reagir contra o agravamento da situação criada pela concentração da frota britânica e pelos acordos, externos à Liga, feitos pela Grã-Bretanha com a França, a Grécia, a Turquia e a Iugoslávia. Ou, mais claramente: supõe-se que as reservas italianas sejam apenas bastantes para fazer face à campanha na África, e o embargo do

petróleo seria efetuado para, em previsão de providências navais mais enérgicas, como o bloqueio, tolher à Itália os meios de reação na Europa.

7. Seja como for, se se realizar o embargo, a sua repercussão na Itália é, ainda hoje, uma temerosa incógnita. A Itália manifestou reiteradamente que não suportaria sanções militares e vê nesta medida caráter militar.

8. É improvável que a reação italiana vá até um gesto de violência guerreira. Mas a autoridade unipessoal do Duce poderá, neste momento, levar a Itália pelo caminho que lhe aprouver.

9. Ouvi a quem se julga bem informado do pensamento do Governo que, em repulsa ao eventual embargo, a Itália acentuaria a sua aproximação da Alemanha e quicá do Japão, deslocando d'esta maneira o centro de gravidade da política das chamadas grandes potências.

10. Como sintoma recentíssimo da inclinação ítalo-alemã, traduzo o resumo que o *Giornale d'Italia* publicou do discurso pronunciado, em 30 de Janeiro último, pelo Embaixador da Alemanha, na festa de comemoração da subida de Hitler ao poder. O Sr. von Hassel teria dito que tomara a palavra para comunicar as impressões recebidas na sua última viagem a Berlim, sobre a situação na Alemanha e para manifestar que tinha notado muito especialmente uma geral e ampla compreensão da atitude da nova Itália, que atualmente vive horas ásperas e contra a qual se coalizam debalde as mesmas forças hostis e ocultas que já d'outras vezes tiveram como alvo a Alemanha e ainda agora persistem nesta vã empresa.

11. Em meio de toda agitação da política internacional, a vida do povo italiano se desenvolve em perfeita serenidade. O moral da nação, entusiasticamente disposta à luta, incita o Governo a persistir na sua diretiva. Mais cinquenta mil operários foram alistados e começam a partir, em levas, para a África Oriental. Projetam-se volumosos trabalhos à retaguarda para facilitar um rápido avanço da tropa desde o princípio da boa estação e prevê-se, para o período das grandes chuvas, a tarefa de consolidar as estradas construídas. Novos aeroplanos de grande velocidade (*Caproni*) são embarcados à medida que se são prontos. A pedido do Marechal Badoglio, estão enviados mais oito a dez divisões. E todos estes preparativos e remessas se fazem em ativa calma, em pleno funcionamento da organização fascista.

12. É talvez a eficiência da máquina administrativa do regime que impressiona contraditoriamente certos governos europeus, aos quais o inevitável desgaste democrático tolhe o seu maior rendimento. Como reflexo d'esta oposição natural, vem a propósito reproduzir uma frase do Embaixador da Polônia, depois d'um jantar de diplomatas, na Embaixada. Ao terminar uma apreciação pessimista do momento italiano, disse-me o Sr. Wisosky: “Para salvar a paz da Europa, sempre violada e ameaçada por Napoleão, a Inglaterra teve de

derrubá-lo. Hoje, Mussolini é o elemento perturbador da Europa e a Grã-Bretanha continua a sua tradição.”

13. *Sir* Eric Drummond, ainda há dois dias, repetia-me ser absolutamente falso que a Inglaterra não quisesse tratar com Mussolini, ou desejasse a sua queda. É digna de menção esta diversidade de aspectos da verdade diplomática.

14. Para completar a informação contida neste ofício, peço a Vossa Excelência se sirva ler o retalho anexo, publicado em todos os jornais italianos. É crível que apelo tenha sido inspirado pelo Duce e reflita o seu pensamento.

Aproveito ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁴⁴⁸: “*Appelo agli studenti di tutta Europa*”. *Il Popolo d’Italia*. Roma, 1º de fevereiro de 1936.

OFÍCIO • 25 MAR. 1936 • AHI 41/3/13

[*Índice*.] Notícias políticas.

Nº 43

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 25 de Março de 1936.

Senhor Ministro,
Sexta-feira, 20, chegaram a esta cidade o Chefe do Governo húngaro, Gombos⁴⁴⁹, e o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kanya⁴⁵⁰, bem

448 Não transcrito.

449 Gyula Gömbös de Jákfa (1886-1936). Militar e político conservador húngaro. Primeiro-ministro da Hungria de 1932 a 1936. Ativo nos assuntos internacionais, foi em busca de apoio para a revisão do Tratado de Trianon e de acordos comerciais para reativar a economia da Hungria. Alinhou seu país com a Itália e com a Áustria. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 7 dez. 2020.

450 Kálmán de Kánya (1869-1945). Diplomata. Em 1913, foi embaixador austro-húngaro no México, e, mais tarde, em Berlim. De 1933 a 1938, como ministro das Relações Exteriores, a Hungria aderiu ao Pacto Tripartite com a Alemanha, a Itália e o Japão. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 7 dez. 2020.

como o Chanceler austríaco, Schuschnigg⁴⁵¹, e o seu Ministro dos negócios estrangeiros, Berger-Waldenegg⁴⁵². Foram recebidos, pelo oficialismo e pelo povo, com excepcionais manifestações de amizade, na qual vai muito do reconhecimento pela atitude antisancionista da Hungria e da Áustria. (Pode-se supor que estejam para acabar as sanções, mas ninguém deverá imaginar que se dissipe, simultaneamente, nas massas italianas o rancor da sentida injustiça).

2. Depois de uma intensa preparação de publicidade destinada a fazer tábula rasa das vagas fórmulas fracassadas em Paris, à revelia da Itália, à volta dos funerais do Rei Jorge⁴⁵³ d'Inglaterra, convocou-se e reuniu-se, agora, em Roma, sob a presidência e com o alento de Mussolini, a Conferência ítalo-húngaro-austríaca. O seu intuito confesso é encaminhar a renovada celebração de um convênio danubiano. Na realidade, as ambições são mais vastas.

3. Sentindo esta oculta e mais ampla projeção, fervilha, ao redor da Conferência, o agudo e ansioso interesse de todos os agrupamentos políticos do continente, que nela veem, pelo menos, um sinal da importância reassumida pela Itália, como indispensável elemento do equilíbrio europeu.

4. A manifesta inteligência ítalo-húngaro-austríaca, quando ainda se agita vergonhosamente em Londres o desordenado e confuso desentendimento geral, criado pela ruptura alemã do pacto de Locarno, pode alentar a esperança de erigir, na Europa Central, um núcleo de resistência e eventuais desmandos do imperialismo germânico na direção do Sudeste.

5. E mais ainda se confirma esta possibilidade de reforço das diretivas italianas, quando, entre gente informada, já se desconta como quase certo o ensanchamento⁴⁵⁴ indireto dos protocolos de Roma até a Tchecoslováquia, que, recentemente, muito se tem aproximado da Áustria. Há mesmo que, num futuro não remoto, se atreve a imaginar a Iugoslávia no sistema planetário romano. Seria o apaziguamento de um dos pontos nevrálgicos da Europa, mas são apenas esperanças de quem facilmente acredita no que deseja.

6. De resto, é quase impossível fundamentar escrupulosamente estas conjecturas. Nas vizinhanças do Duce reina a mais perfeita discrição, tal como é possível num regime de autoridade deste feito. No entretanto, deixa-se

451 Kurt Alois Josef Johann Edler von Schuschnigg (1897-1977). Advogado e político austríaco, foi o último chefe de Estado antes da anexação da Áustria pela Alemanha. Ministro da Justiça de 1932 a 1934, foi nomeado chanceler sucedendo a Dollfuss, que fora assassinado numa tentativa frustrada de golpe nazista. Seu governo, de inspiração fascista e anticomunista, era contrário à anexação da Áustria pela Alemanha. Pressionado, renunciou e foi preso. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 7 dez. 2020.

452 Egon Berger-Waldenegg (1880-1960). Advogado e político. Em 1934, então vice-governador da província da Estíria, assumiu o ministro da Justiça até 1935. Acumulativamente foi, de 1934 a 1936, ministro das Relações Exteriores e enviado austríaco em Roma de 1936 a 1938. Após a anexação da Áustria, tornou-se com a família cidadão italiano, somente retornando a pátria em 1948. <wiki.org>. Acesso: 7 dez. 2020.

453 George Frederick Ernest Albert (1865-1936). Rei George V do Reino Unido, Domínios Britânicos e imperador da Índia de 1910 até sua morte. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 7 dez. 2020.

454 Estendido, ampliado, desenvolvido, dilatado, alargado.

voluntariamente suspeitar que a reunião dos três Chefes de Governo bem poderia dar lugar, pouco mais cedo ou mais tarde, a alguma surpresa na política europeia.

7. É transparente que a Itália procura insuflar o maior relevo ao encontro e tenta auferir dele todas as vantagens de prestígio, que as propícias circunstâncias do dia lhe vêm depor no regaço.

8. Mas, quanto se vê desde agora, a Conferência não ultrapassou objetivamente os assuntos danubianos⁴⁵⁵, ainda que os protocolos adicionais permitam conjecturar algo mais e de bem maior potencialidade.

9. Todo este trabalho diplomático italiano foi feito externamente à Liga e muito apesar dos corifeus⁴⁵⁶ linguistas – Inglaterra, França e Sovietes⁴⁵⁷.

10. A Sociedade das Nações diminui-se dia a dia. As voluntárias delongas – mais de uma semana –, que, não obstante o perigo de guerra, o Conselho necessitou para perceber e simplesmente declarar a ofuscante violação do Pacto de Locarno e de dois artigos do *Covenant*⁴⁵⁸ fizeram desastroso efeito naqueles que, todavia, esperavam da Liga ao menos uma atitude verbal em defesa do princípio da validade das Convenções internacionais, que já parece um conceito obsoleto.

11. Das manobras contraditórias inglesas e franco-belgas, em Londres, e das suas repercussões estimulantes na Alemanha; da atitude do Conselho da Liga, que se diz ter sido suspenso *sine die*⁴⁵⁹, devendo reunir-se, na próxima sessão, em Genebra; de tudo, enfim, que se sabe aproximadamente, há indicação do prolongamento desta intranquilidade europeia, ameaçadora de uma surpresa de guerra. No entretanto, mesmo prevendo a duração do confuso e melindroso estado das coisas internacionais, creio que se acentuam francamente as probabilidades de manter a paz armada, e que ela se manterá. A guerra foi transferida. A política de todas as chamadas Grandes Potências é ganhar tempo sobre o futuro, não só para se apresentarem mais bem preparadas e apetrechadas, quando explodir o conflito, como também na esperança de aproveitar os dias e as horas, tal qual como antes de 1914, para constituir agrupamentos de forças e interesses que se escorem uns nos outros, quando

455 Relativo ao Danúbio, rio que corta vários países da Europa – Alemanha, Eslováquia, Áustria, Hungria e Sérvia – ou aos habitantes de suas margens.

456 Indivíduos que se destacam na defesa de uma ideia ou doutrina.

457 Refere-se a URSS. Historicamente eram conselhos operários, instituídos pela primeira vez durante a Revolução Russa de 1905 e fortalecidos depois na de 1917. Desde o início da década de 1920, fala-se de conselhos operários para indicar genericamente várias iniciativas de organização operária realizadas em quase todos os países envolvidos no conflito mundial, independentemente das denominações específicas que pudessem ter recebido em outros contextos linguísticos nacionais: conselhos de fábrica na Itália, comitês de oficina (*work shop committees*) no Reino Unido. Fonte: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

458 Pacto, convênio, acordo (latim). Refere-se aos acordos assinado no Tratado de Locarno.

459 “Cuja data não foi marcada”; “sem data futura” (latim).

suceder a catástrofe. Nada prova melhor a falência da Sociedade das Nações do que a ressurreição da política de *ententes*⁴⁶⁰ e alianças.

12. A própria Comissão dos Treze, que se tinha erigido em tribunal no conflito ítalo-abissínio, já deu poderes ao seu presidente Madariaga⁴⁶¹ e ao Secretário da Liga⁴⁶² para tratarem da paz da África Oriental e, portanto, da remoção das sanções, implicitamente reconhecidas inoperantes e perturbadoras da ordem internacional. A Itália sente-se triunfante.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos⁴⁶³: Nº 1. “*L'incontro di Roma. Il Giornale d'Italia*”. Roma, 19 de março de 1936.

Nº 2. “*Il convegno ítalo-austro-ungherese*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 20 de março de 1936.

Nº 3. “*L'incontro del Duce con i Capi di governo d'Austria e d'Ungheria*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 21 de março de 1936.

Nº 4. “[...] *Duce a Palazzo Venezia [...] d'Ungheria e d'Austria*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 22 de março de 1936.

Nº 5. “*Il ricevimento a Palazzo Venezia in onore dei Ministri d'Austria e Ungheria*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 24 de março de 1936.

460 Em contraste com uma aliança, trata-se de uma relação entre Estados em que os compromissos militares são implícitos (francês). Fonte: BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alen. D. *A dictionary of diplomacy*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

461 Salvador de Madariaga (1886-1978). Escritor e diplomata. Professor de cultura espanhola em Oxford de 1928 a 1931, foi, em 1931, nomeado embaixador em Washington, depois delegado da Liga das Nações. Liberal e opositor de Franco, com a eclosão da guerra civil na Espanha voltou para o Reino Unido. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 16 jan. 2021.

462 Joseph Avenol (1879-1952). Diplomata francês. Em 1923, foi secretário-geral adjunto da Liga para coordenar a reconstrução financeira pós-Primeira Guerra Mundial. Secretário-geral da Liga das Nações de 1933 a 1940, sucedeu a Eric Drummond. Assumiu pouco antes do Japão e da Alemanha deixarem a organização. Avenol evitou criticar ambos os países, e, em 1935, tentou sufocar as críticas à Itália pela invasão da Etiópia. Acusado de pró-Eixo, foi forçado a renunciar após a conquista alemã da França. Ao retornar à França, afirmou lealdade ao regime colaboracionista de Pétain. Fonte: <wdl.org>. Acesso em: 31 jan. 2021.

463 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “O encontro em Roma”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 19 de março de 1936; Nº 2. “A convenção ítalo-austro-húngara”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 20 de março de 1936; Nº 3. “O encontro do Duce com os Chefes de Governo da Áustria e da Hungria”. *The Journal of Italy*. Roma, 21 de março de 1936; Nº 4. “Duce no Palácio Venezia [recebe os ministros] de Hungria e de Áustria”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 22 de março de 1936; Nº 5. “A recepção no Palácio Venezia em homenagem aos Ministros da Áustria e da Hungria”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 24 de março de 1936; Nº 6. “A assinatura dos acordos tripartidos no Palácio Venezia”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 24 de março de 1936; Nº 7. “Nova etapa de colaboração”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 25 de março de 1936.

Nº 6. “*La firma degli accordi tripartiti a Palazzo Venezia*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 24 de março de 1936.

Nº 7. “*Nuova tappa di collaborazione*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 25 de março de 1936.

TELEGRAMA • 11 MAIO 1936 • AHI 42/5/1

Índice: Conflito ítalo-etíope.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

63 – CONFIDENCIAL – Com referência ao seu telegrama nº 66, penso que, dada a nossa situação de neutralidade e ao texto constitucional contrário a guerras de conquista⁴⁶⁴, V. Exa. teria feito melhor adocendo na hora da solenidade que nos dá notícia. EXTERIORES

TELEGRAMA • 12 MAIO 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Conflito ítalo-etíope.

Da Embaixada em Roma

67 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 12h – O convite, feito quando da audiência semanal, para assistir, das janelas do Palácio, à *adunata*⁴⁶⁵, no dia 9, em nada pressupunha a declaração imperial feita. A *adunata* estava anunciada como simples manifestação de todas as classes, desde 1878, ao Duce, ao incorporar os fascistas reunidos nesse dia. Estando no Ministério dos Negócios Estrangeiros, às dezenove horas, para apresentar o Ministro Sebastião Sampaio⁴⁶⁶ ao Ministro

464 Constituição Federal de 1934, Art. 4º – “O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação”. BRASIL. Decreto Legislativo nº 6 de 1935. Fonte: CLB, 1935.

465 Reunir; reunião, concentração (italiano).

466 Sebastião Sampaio (1884-1963). Advogado, jornalista e diplomata. Serviu em St. Louis e Washington de 1918 a 1922; chefe de gabinete do chanceler; cônsul em Nova York de 1927 a 1934; plenipotenciário em missão especial com o ministro da Fazenda em Washington, Londres e Paris; em missão especial a Londres, Paris, Bruxelas, Haia, Berlim, Estocolmo, Oslo, Copenhague, Praga, Viena, Madri e Lisboa em 1935; plenipotenciário na Tchecoslováquia e Estocolmo de 1937 a 1945; presidente do Conselho Federal

dos Negócios Estrangeiros⁴⁶⁷ foi-me feito pessoalmente o convite nos termos anteriormente mencionados para as vinte e uma horas da mesma noite, o que tornaria descabida qualquer desculpa de moléstia. Apesar disso, como corriam boatos sobre o que ia ocorrer, aceitei o convite ponderando também que qualquer desculpa inadmissível poderia ainda mais dificultar as negociações que aqui faz, neste momento, o Ministro Sampaio. Entre os convidados recebidos estava o Adido Militar americano, pela sua Embaixada, por estar o Embaixador ausente nos Estados Unidos. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 20 MAIO 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] Notícias políticas.

Nº 64

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 20 de Maio de 1936.

Senhor Ministro,

A anexação pura e simples da Etiópia, integral e irrevogável, como declara o Chefe de Governo, como, em unísono, a entendem os italianos, esclareceu uma situação que, nos últimos dias, toda a gente antecipava, menos a Liga das Nações. E o Conselho, reunido, em Genebra, a 11, sob a presidência de turno do Sr. Eden, não soube enfrentar os acontecimentos. Transferindo-se para meado de junho, procurou ganhar tempo.

2. Esta política de *wait and see*⁴⁶⁸ foi praticada durante o período das sanções, na suposição enganosa de um rápido esgotamento das energias financeiras e econômicas da Itália.

3. Nem com o exemplo germânico, vizinho e evidente, a Grã-Bretanha

de Comércio Exterior. Fonte: MRE. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Administração. Divisão do Pessoal. Anuário 1949.

467 Galeazzo Ciano (1903-1944). Conde de Cortelazzo. Diplomata e político. Vice-cônsul no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Em 1927 foi secretário em Pequim; em 1929 serviu na Santa Sé; em 1930 cônsul-geral em Xangai e ministro plenipotenciário na China. Em 1930 casou-se com Edda, filha de Benito Mussolini. Em 1933, foi chefe de imprensa de Mussolini e, de 1934 a 1935, subsecretário. De 1935 a 1936, ministro da imprensa e da propaganda; em 1936, ministro das Relações Exteriores. Em 1942, com o agravamento da situação da Itália na Segunda Guerra Mundial, distanciou-se do sogro. Na sessão do Grande Conselho, de 24 a 25 de julho de 1943, pronunciou voto de desconfiança a Mussolini. Refugiou-se na Alemanha, foi entregue à República Social Italiana e condenado à morte por fuzilamento pelo tribunal fascista de Verona. Seus diários foram publicados postumamente em 1946-48 e novamente em 1980. Fonte: <treccani.it>. Acesso: 19 dez. 2020.

468 “esperar para ver”(inglês).

admitiu a desvalorização dos dogmas financeiros e econômicos de antes da guerra, substituídos, no presente, por uma concepção muito elástica das faculdades e deveres internacionais e nacionais do Estado em matéria pecuniária.

4. Conhecida a mentalidade fascista, ainda cristalizada pelas sanções num homogêneo bloco nacional, possuído daquele espírito de heroísmo cívico que permitiu a um país pobre e superpovoado a longa preparação e a maravilhosa organização revelada na guerra d'África, tendo, enfim, em conta o elevado moral do regime e a genialidade do seu guia, era quase certo que o fator tempo seria pela Itália. E foi!

5. Hoje, que a Câmara e o Senado completaram a figura jurídica dos Decretos erigindo a Etiópia em império colonial, o Rei d'Itália é Imperador da Etiópia. Apresse-se ou tarde o reconhecimento das outras Nações, o que a guerra criou, já agora, só outra guerra poderá destruir.

6. Chicanas⁴⁶⁹ mais ou menos hábeis dos rábulas⁴⁷⁰ internacionais de Genebra não terão mais que o valor muito relativo de argumentos contra fatos. E fatos que se desenvolvem de acordo com uma decisão nacional, que, neste momento, é a mais dinâmica do mundo, e são apoiados por uma força militar, que na Europa do Centro e do Ocidente só pode ser contrabalançada pela França e pela Alemanha.

7. A Grã-Bretanha apenas dispõe de uma grande frota, e em parte já obsoleta. A moderna aviação e talvez outros recursos agressivos reduzem muito, hoje em dia, a sua provável eficiência, mesmo como instrumento de rápido e perfeito bloqueio.

8. Neste recente cômputo dos valores militares da Europa se encontra, decerto, a explicação da frágil defesa dos interesses do Império Britânico durante o período sancionista⁴⁷¹, que foi uma série de fracassos para a política oscilante do Gabinete Baldwin.

9. O Governo Inglês desperdiçou todas as oportunidades de limitar o desastre. Por exemplo, o mandato da Itália sobre a Abissínia, que teria sido ponderável até há poucas semanas, nem pode mais ser objeto de consideração. Nenhum Chefe, nem mesmo o Duce, teria capacidade de impor tal humilhação à Itália vitoriosa e consciente do valor atual e futuro da sua vitória, que, não o esqueçamos, põe em relevo a aparição de uma nova e grande potência bélica obediente a um ditador genial, em meio desta Europa de mentalidade anárquica,

469 Processo artificialioso, abuso de recursos e formalidades em questões judiciais. Querela de má-fé, cavilação, enredo. Ardil, sofisma.

470 Advogado sem conhecimento ou competência; pilantra; que se utiliza de subterfúgios para se esquivar de questões; que fala em excesso, mas não demonstra real conhecimento sobre o assunto em questão; pessoa que exerce a advocacia sem possuir formação em Direito; quem fala muito, mas não conclui o assunto de maneira razoável.

471 Aquele que atribui grande importância ao papel desempenhado pela sanção no Direito. Fonte: MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico* (plano da existência). 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

confusamente empenhada em manter a paz, usando métodos e meios que logicamente conduzem à guerra.

10. Dentre os numerosos erros dos sancionistas dirigidos pela Grã-Bretanha, na sua campanha contra a conquista italiana da Abissínia, ou melhor contra a expansão do fascismo, a falta mais grave foi a sabotagem do plano Laval-Hoare⁴⁷². Hoje – um ponto tarde – os próprios ingleses de superior bom senso, mesmo os conservadores, o reconhecem. Ainda antontem tive ensejo de ouvi-lo de um dos altos representantes diplomáticos da Inglaterra.

11. Não era só momentâneo efeito que o diplomata inglês tinha em mira quando lamentava a repulsa *unfair*⁴⁷³ (sic) do plano Laval-Hoare. Ele se figurava a falência da Liga e a imposição de uma nova relatividade dos valores europeus, revelada pela vitória italiana e desfavorável à Inglaterra, na sua presente diretiva internacional.

12. E como tive ocasião de informar a Vossa Excelência, já no horizonte se esboça, como uma iluminada possibilidade da Europa futura, a aproximação da França, da Alemanha e da Itália, garantindo a paz, opondo obstáculo intransponível ao Comunismo e fazendo a política do Continente. É desnecessário dizer quanto isto concorreria para acelerar a involução do Império Britânico.

13. Mas a experiência da tradicional rotina das amizades e ódios internacionais europeus e também o conhecimento dos motivos atuais e latentes faz-me aparecer como quase irrealizável, neste instante, um entendimento prático da Alemanha e da França, de uma parte, e da Alemanha e da Itália, de outra parte. Mas a propaganda intelectual desta tríplice *entente* ganha todos os dias mais partidários. E a rotação dos acontecimentos é rapidíssima.

14. Em resumo, no Continente onde o comunismo está empolgando a Espanha e ameaçando diretamente a França, enquanto a Inglaterra, militarmente ineficaz, procura, com grave risco de prestígio, galvanizar⁴⁷⁴ a desfalecente Liga das Nações e a Alemanha aproveita, às punhadas, os ensejos que a imperícia alheia lhe oferece, Mussolini, que é a Itália, afirma a decisão de manter, custe o que custar, a sua conquista. Seria perseverar no erro, já dantes cometido; supor um *bluff*⁴⁷⁵. Qualquer tentativa de diminuir a vitória italiana corre o risco de desencadear a guerra na Europa e na África.

472 O Pacto Hoare-Laval foi proposto, de forma secreta, em dezembro de 1935 pelo secretário de Estado britânico dos Negócios Estrangeiros, Samuel Hoare, ao primeiro-ministro francês Pierre Laval para por fim à Segunda Guerra Ítalo-Etiópe. O pacto propunha a divisão da Abissínia para satisfazer as ambições imperiais de Benito Mussolini. Concederia à Itália a soberania sobre Tigré e Ogaden, assegurando a preponderância italiana sobre a zona sul da Etiópia. A proposta gerou reações hostis tanto no Reino Unido quanto na França e nunca entrou em vigor. Fonte: HENDERSON, B. Braddick, *The Hoare-Laval Plan: A Study in International Politics. Review of Politics* (1962).

473 Injusto (inglês).

474 Animar, dar movimento, dar uma espécie de vida artificial.

475 Bleaf; ato ou efeito de blefar; fingimento, simulação, ardid (inglês).

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo⁴⁷⁶: “*Sommario*”. *Gazzetta Ufficiale del Regno d’Italia*. Roma, 9 de maio de 1936.]

OFÍCIO • 26 MAIO 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] Inauguração da “Associazione degli Amici del Brasile”.
Nº 70

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 26 de Maio de 1936.

Senhor Ministro,

No sábado, 23, celebrou-se a inauguração da “Associazione degli Amici del Brasile”, que, desde o começo dos trabalhos para constituí-la, há apenas algumas semanas, recebeu de toda a gente o estímulo de uma evidente simpatia e mereceu do Chefe do Governo um forte apoio, direto e significativo.

2. A reunião de sábado celebrou-se na *Aula* Giulio Cesare⁴⁷⁷, no Capitólio, que só muito rara e solenemente é usada – e não tenho conhecimento de que, até hoje, o fosse para fim parecido.

3. Ao centro da mesa presidencial tomou lugar o Chefe do Governo, colocando-me à sua direita e dando a esquerda ao Senador Guglielmo Marconi⁴⁷⁸,

⁴⁷⁶ Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Sumário”. *Gazzetta Ufficiale del Regno d’Italia*. Roma, 9 de maio de 1936.

⁴⁷⁷ No Palácio *Senatori*, sede da Comuna (Prefeitura) de Roma que juntamente com os Palácios *Conservatori* e *Nuovo* abrigam os Museus Capitolinos, localiza-se a “Sala do Conselho” (*Aula Consiliare*), onde se conserva uma estátua de Julio Cesar datada do século I a.C. e, por isso, é também chamada de “Sala de Júlio César” (*Aula Giulio Cesare*). Seu piso de mosaico é proveniente de Óstia, antiga sede do tribunal do Senado, onde atualmente se reúne o Conselho Comunal de Roma. Fonte: <comune.roma.it>. Acesso em: 8 dez. 2020.

⁴⁷⁸ Guglielmo Marconi (1874-1937). Físico inventor. Com a fama adquirida pela invenção do telégrafo sem fio pela propagação das ondas eletromagnéticas, recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1909, junto com K. F. Braun, desenvolvendo as comunicações de rádio de longa distância. Em 1923, aderiu oficialmente ao Partido Fascista. Em 1924, recebeu o título de Marquês do rei Vitor Emanuel III. Em 1930, Mussolini nomeou Marconi presidente da Real Academia da Itália. Assim, tornou-se membro do Grande Conselho do Fascismo. Fonte: <acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 17 jan. 2021.

que, por ele, foi há dias escolhido para a presidência efetiva dos “Amici del Brasile”.

4. Marconi pronunciou o discurso estampado, na íntegra, nos retalhos anexos. À menção do nome de S. Exa. o Senhor Presidente Getúlio Vargas, Mussolini deu o sinal dos aplausos, que todo o imenso salão, completamente cheio, manteve vivíssimo durante alguns minutos. Igualmente, quando Marconi afirmou que a atitude amistosa do Brasil não seria jamais esquecida pela Itália, a assembleia aplaudiu energicamente.

5. Em seguida falei eu. Ao levantar-me fui, por iniciativa do Duce, acolhido com uma longa salva de palmas. O meu discurso foi frequentemente cortado de aplausos partidos do Chefe do Governo e, a julgar pelas inúmeras felicitações que continuam a vir-me de todo o país, devo supor que produziu o efeito requerido.

6. Logo depois de ditas pelo Senador Marconi as palavras, declarando constituída a “Associazione degli Amici del Brasile”, levantou-se a sessão.

7. À saída da sala, o Chefe do Governo, em tom muito animado, disse e repetiu incisivamente elogios do meu discurso, dirigindo-me ainda muitas palavras amáveis e prestigiosas. A sua atitude para com o Embaixador do Brasil foi excepcionalmente calorosa.

8. O auditório, que encheu a enorme sala Giulio Cesare, era composto dos melhores expoentes intelectuais, políticos, militares e até mundanos da Itália.

9. A solenidade, curta e impressionantemente simples, teve – pela vontade do Duce e pela simpatia inspirada pelo Brasil – um pleno êxito. Assumiu o vulto de um acontecimento.

10. Com o original deste ofício, a remeter pela próxima mala diplomática, serão enviados os vários recortes de jornais que se reportam ao assunto.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo nº 1

TEXTO PORTUGUÊS DO DISCURSO DO EMBAIXADOR

A fausta inauguração da “Associazione degli Amici del Brasile” não é, toda a gente o sabe, a inauguração da amizade ítalo-brasileira. Esta vem de mais longe. Nasceu antes da numerosa peregrinação dos italianos que trabalham à

sombra da nossa bandeira em colaboração profícua conosco. Surgiu mesmo antes daquele período agitado de fermentação política organizadora da nossa nacionalidade, quando um bravo *condottiere*⁴⁷⁹ italiano combateu conosco o nosso combate e tomou da nossa estirpe a heroína⁴⁸⁰ que veio com ele pugnar pelos foros da Itália e lhe deu uma progênie de heróis. Data de mais longe o monumento, *aere perennius*⁴⁸¹, da nossa amizade secular. Já se modelava quando a argamassa indestrutível do pensamento lusitano construía os alicerces da nossa consciência de Nação.

Na nossa América a superfície e a população se dividem em duas partes quase iguais. Numa se contém as nove repúblicas hispano-americanas e mais as três Guianas. A outra metade inteira da América do Sul é o Brasil. No mapa do continente, ele é mais uma expressão geográfica. É uma afirmação racial. Na multiplicidade do seus aspectos estáticos ou dinâmicos, a genialidade da Raça domina ali o indivíduo, venha de onde vier e impõe à obra progressiva da coletividade um caráter latino-brasileiro, definido e próprio. Nem há, aliás, como explicar de outra maneira o milagre do bloco brasileiro sobrevivendo, integral, à desagregação dos vice-reinados, ao emanciparem-se da tutela da Espanha.

O núcleo da atração da Raça amalgamou as populações ainda disseminadas, condensou-as, mestiçou-as e caldeou-as sucessivamente. Ao prendê-las ao solo, irradiou o ímã poderoso da unidade, ao redor do qual gravitou a variedade de toda ordem, desde o clima diferente na vastidão do território, até a diversa fertilidade de húmus, que partilha os campos e florestas em zonas de distinta produção, congregadas, todas no enérgico esforço da economia nacional de um país que, até hoje, nunca teve desocupados.

E os campos foram lavrados e as cidades construídas; as indústrias recém-nasceram; as estradas de ferro cortaram as matas e escalaram o degrau ciclópico da Serra do Mar; os aviões e a onda marconiana⁴⁸² salvaram distâncias e obstáculos que pareciam intransponíveis e, como dantes, a genialidade racial continuou a estampar com a sua marca indelével o homem, estrangeiro ou não, que vive e trabalha no Brasil.

479 “Líder de um grupo de soldados”. Em um sentido histórico, capitão de um agrupamento de soldados mercenários. Refere-se a Guiseppe Garibaldi (1807-1882). Republicano italiano que, em 1834, participou de um fracassado motim por uma revolução republicana. De 1836 a 1848, exilou-se na América do Sul, engajando-se na luta em prol da República Rio-grandense como capitão da Marinha. Em 1843, assumiu o comando de uma Legião Italiana em Montevidéu, a primeira dos Camisas Vermelhas. Casou-se no Brasil com Anita Garibaldi. Na volta à Itália lutou pela sua unificação, a mercê das potências estrangeiras. Pelos seus feitos na América e na Europa foi alcunhado de “herói de dois mundos”. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 15 dez. 2020.

480 Refere-se a Anita Garibaldi. Ver nota 372.

481 (loc. latina). Significa “mais duradouro que o bronze”. São palavras de Horácio, falando dos seus próprios versos - Horácio, Odes, III, 30. Fonte: <priberam.org>. Acesso em: 15 dez. 2020.

482 Refere-se a Guglielmo Marconi. Ver nota 478.

É o milagre da Raça Latina!

É esta mentalidade originária do augusto Lácio⁴⁸³, este incoercível subconsciente que nos orientam para Roma, à qual levam todos os caminhos, porque dela partiram todas as estradas da civilização do Ocidente. Roma, que é o símbolo da Itália, como hoje a glória de um homem providencial é o símbolo de Roma. A Roma física das ruínas falantes, dos palácios e das fontes, na sua maravilhosa paisagem urbana que fascina e possui. A Roma moral e espiritual, saturada da história da Humanidade mais humana, berço de um conceito altíssimo da Vida, semeado por toda a terra, onde frutificou em maravilhas do corpo e do espírito, seja nas descobertas científicas que entreabrem o véu de um futuro melhor, seja nas obras-primas da arte, onde brilha e centelha divina das almas ligadas religiosamente ao Criador, seja ainda naquela herança jurídica romana, que continua a sua missão civilizadora e não se cristalizou em fórmulas definitivas, que não as há, e se move agilmente com o tempo, que odeia a imobilidade. Roma, três vezes coroada: pela Santidade do Papa, pela Majestade do Rei, pela Universalidade do Gênio.

Durante a nossa curta e intensa vida independente, a amizade italiana, a mais latina das nossas amizades, tem sido preciosa ao Brasil e preciosa à Itália. Os seus laços se têm ido entretecendo na troca de Ideias e de Coisas de mútuo proveito, firmando as antigas relações sentimentais em sólidos alicerces de interesses criados e duradouros.

Nem de outra maneira se há de jamais escrever a história entre o Brasil e Itália. À consciência da sua significação humana, imposta pelo próprio destino propício; à parecença das línguas, fluentes da antiga fonte; à mesma singeleza de viver sobriamente, em climas luminosos – se ajunta, pra nós brasileiros, o precioso aporte da cultura italiana, que num belo ardor juvenil vamos crescendo inteligentemente, como um herdeiro trabalhador faz prosperar a herança valiosa.

E as duas nações latinas mais prolíficas – a mais antiga e quase a mais moça –, a de civilização milenária, que se renova em floração de glórias, e a de moderna civilização, que se enxerta na velha cepa – ambas, com todos os músculos tensos para o surto do futuro, precisam conhecer-se melhor, para melhor se conjugarem no esforço, que incumbe à Gente Latina, de restaurar no mundo do pensamento e da ação o sentido da claridade e da medida, apanágio⁴⁸⁴ da saúde espiritual e adversário acérrimo⁴⁸⁵ de confusas ideologias tóxicas.

À Sociedade dos Amigos do Brasil que se inaugura hoje sob os benévolos

483 Antiga região da Itália central, entre a Toscana e a Campania, na costa do mar Tirreno. Os seus habitantes chamavam-se latinos. Sua principal cidade, Roma, é a capital da Itália e foi o centro do antigo Império Romano. Fonte: LELO, Edgar; LELO, José. *Dicionário Prático Ilustrado*. 1960.

484 Privilégio, atributo, qualidade inerente.

485 Que é muito insistente, persistente, pertinaz.

auspícios de S. Exa. o Chefe do Governo, cuja presença é para todos nós motivo de satisfação e reconhecimento, e sob a presidência de S. Exa. Guilherme [*sic*] Marconi, amigo do Brasil que conhece o Brasil, corresponde do outro lado do mar a instalação de um instituto de Amigos da Itália, que se vai multiplicar pelos vários estados da imensa Federação Brasileira. É como um gigantesco abraço por cima do Atlântico.

Louvados sejam os que, hoje, se esforçam em transportar para o plano das realizações práticas a força deste sentimento que une os nossos dois grandes Povos em favor do futuro magnífico da Raça e em benefício de todo o Gênero Humano.

Anexos⁴⁸⁶:

Nº 2. “*La celebrazione dela secolare amicizia italo-brasiliana*”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de maio de 1936.

Nº 3. “*Il Duce presiede in Campidoglio all’inaugurazione dell’Associazione ‘Amici del Brasile’*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 24 de maio de 1936.

TELEGRAMA • 29 MAIO 1936 • AHI 42/4/11

[*Índice*:] Anexação da Etiópia.

Da Embaixada em Roma

72 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 19h – A imprensa e o Governo ocupam-se muito da atitude do Brasil sobre o reconhecimento do Império. Suvich⁴⁸⁷ que, ontem, jantou comigo disse-me que a ratificação do Pacto Saavedra Lamas⁴⁸⁸, publicada exatamente agora, tinha causado funda impressão à vista da cláusula do não reconhecimento de conquistas. Ajuntou, porém, que o artigo no *Diário*

⁴⁸⁶ Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 2. “A celebração da secular amizade italo-brasileira”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de maio de 1936; Nº 3. “O Duce preside no Campidoglio a inauguração da Associação ‘Amigos do Brasil’”. *Il Giornale d’Italia*. 24 de maio de 1936.

⁴⁸⁷ Fulvio Suvich (1887-1980). Advogado, político. Subsecretário do Ministério das Finanças de 1926 a 1928 e de 1932 a 1932 do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De 1936 a 1938, foi embaixador nos Estados Unidos. Fonte: <storia.camera.it>. Acesso em: 17 jan. 2021.

⁴⁸⁸ O Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação, assinado em 1935 pelo Brasil e Argentina, foi uma iniciativa do chanceler argentino Saavedra Lamas. Objetivava contribuir para a consolidação da paz e o espírito de harmonia universal, condenar as guerras de conquista pela força das armas, propondo soluções pacíficas baseadas em conceitos de justiça e equidade, com a criação de um sistema permanente de conciliação dos conflitos, aplicável em caso de violação dos mencionados princípios. Começou como pacto bilateral, tendo sido posteriormente aderido pelo Chile, México, Paraguai e Uruguai e posteriormente por países de fora da América. Fonte: <oas.org>. Acesso em: 31 jan 2021.

Carioca do Senador Macedo Soares⁴⁸⁹, em parte aqui reproduzido, com prévia autorização do Ministério da Imprensa, tinha modificado tal impressão, porque o artigo parecia refletir a orientação do Governo brasileiro, dada a ligação familiar do autor com Vossa Excelência. Para meu governo, muito agradeceria a Vossa Excelência instruir-me sobre o exato pensamento de Vossa Excelência e determinar tudo quanto convém externar neste momento sobre o assunto.

GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 30 MAIO 1936 • AHI 42/5/1

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

68 – CONFIDENCIAL – Respondo ao seu telegrama nº 72. O Senador Macedo Soares, nos seus artigos, não exprime, nem pretende exprimir senão a sua opinião pessoal. Quanto à orientação do Governo brasileiro na questão da anexação da Etiópia, V. Exa. compreenderá facilmente que, apesar dos sentimentos amistosos que nutrimos pela Itália, não podemos deixar de respeitar os princípios inscritos na nossa Constituição, nem os compromissos internacionais por nós livremente assumidos, contrários às conquistas pelas armas. Oportunamente tomaremos atitude sobre tão importante assunto, não devendo V. Exa. externar por enquanto opinião alguma. EXTERIORES

⁴⁸⁹ José Eduardo de Macedo Soares (1882-1967). Senador e jornalista. Irmão de José Carlos de Macedo Soares (ver nota 339). Foi deputado federal de 1915 a 1917; deputado constituinte de 1933 a 1934 e senador de 1935 a 1937. Como jornalista, teve atuação destacada dos anos 1920 aos anos 1950, sendo tratado como “o príncipe dos jornalistas brasileiros”. Fonte: <senado.leg.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.

OFÍCIO • 17 JUN. 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] Notícias políticas.

Nº 85

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 17 de Junho de 1936.

Senhor Ministro,

“Se ainda conservamos um vestígio de bom senso, é mister reconhecer que quisemos impor à Liga uma tarefa acima das suas forças”. Esta frase do recente e já famoso discurso de *Sir Neville Chamberlain*⁴⁹⁰ é reproduzida pela grande imprensa europeia como o resumo final e funeral da política das sanções.

2. Na Inglaterra e fora dela grande parte da opinião parece ter perfilhado o conceito simplista, que justificaria uma conversão do Governo Britânico. Neste momento o Gabinete de St. James⁴⁹¹ tenta conseguir o acordo dos seus membros, ainda discordes, e procura desde já, com afinco, adotar um critério propício à reaproximação da Itália e à reconstituição do anterior bloco de forças agrupadas em defesa da paz, ou antes em face de futuros golpes de surpresa da Alemanha. E, eventualmente, também da Rússia, em que pese a sua implícita aliança com a França.

3. Diante deste postulado e recordando os acontecimentos ocorridos deste Novembro do ano findo – com a principal figuração da Grã-Bretanha e da Alemanha; da Itália e Alemanha; da Itália, da Áustria e da Hungria; da França e da Grã-Bretanha; da França e dos Sovietes, sem esquecer o coro dos elementos buliçosos dos Balcãs⁴⁹² – é inegável que a situação internacional do Continente continua a desenvolver-se na confusão.

4. Mesmo abolidas (como vão ser) as sanções, não se restabelecerá, ainda por algum tempo, a relativa tranquilidade que precedeu a insensata interferência da Liga no conflito ítalo-abissínio.

490 Neville Chamberlain (1869-1940). Político inglês. Em 1918, era membro do Parlamento pelo Partido Conservador; de 1924 a 1929, ministro da Saúde; de 1931 a 1937, ministro da Fazenda; primeiro-ministro de maio 1937 a 1940. Com a derrota inglesa na Noruega, foi substituído por Churchill. Seu nome é sempre associado à tentativa de apaziguamento com a Alemanha e ao pacto de Munique. Fonte: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

491 Refere-se ao palácio construído em 1530 por Henrique VIII, em estilo Tudor. O palácio é formalmente a corte real onde os embaixadores estrangeiros são acreditados perante a corte de St. James. Fonte: <royal.uk>. Acesso em: 6 mar. 2021.

492 Os Balcãs, ou península Balcânica, é o nome histórico e geográfico que designa a região Sudeste da Europa. Engloba a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Bulgária, a Grécia, a Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia, o Kosovo e a porção da Turquia no continente europeu, bem como partes da Croácia, Romênia e Eslovênia. O termo deriva da palavra turca para montanha e faz referência à cordilheira dos Balcãs, que se estende da Sérvia ao mar Negro. Fonte: <britannica.org>. Acesso em: 6 mar. 2021.

5. É não só a demonstração da ineficiência da “segurança coletiva”⁴⁹³, como também uma advertência impressionante dos múltiplos riscos inerentes aos recursos de pressão. Sobretudo conhecendo-se a inconveniência maior de levá-las até o extremo, porque implicariam o absurdo de fazer explodir a guerra mundial, para extinguir a guerra ítalo-abissínia!
6. Em todo caso, se me afigura que, se, na próxima assembleia da Liga, forem canceladas as sanções e não for explicitamente negado o reconhecimento da ane[xa]ção da Abissínia, será, quiçás, possível reconstruir a frente anglo-franco-italiana de Stresa.
7. Se o Conselho ou a Assembleia da Liga, num gesto de obstinação, castrassem esta possibilidade, a Itália se acercaria mais da Alemanha e de outros elementos inclinados a abalar, por uma fatalidade do desequilíbrio de forças, a paz instável da Europa.
8. Nem de outra maneira é lícito interpretar a referência de Mussolini a uma eventual revisão das amizades internacionais.
9. No entretanto, um tal agrupamento, para assumir forma duradoura e ativa, teria primeiro de vencer as dificuldades criadas pela atitude e pelo interesse italiano diante do problema austríaco.
10. Creio que só uma ameaça imediata de difusão do bolchevismo⁴⁹⁴ – o inimigo comum – seria capaz de conjugar diretivas e necessidades políticas italianas e alemãs, tão diversas que, com frequência, chegam a ser adversas.
11. A Alemanha, por ora, considera um entendimento com a Itália apenas como um meio estratégico na luta diplomática em que está empenhada, maiormente depois da remilitarização da Renânia⁴⁹⁵.

493 O conceito é um dos fundamentos da Liga das Nações e, mais ainda, das Nações Unidas. Preconiza que, em caso de agressão, conforme definida pelas respectivas cartas, os Estados-membros devem se unir para conter a agressão e eventualmente impor sanções aos agressores, inclusive militares. Fonte: AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva. *Estudos avançados*, v. 9, n. 25. São Paulo – Set./Dez. 1995.

494 Do russo *bolscinstvo*, maioria. Sobre o assunto, vale lembrar as observações de Bobbio: “Linha política e organizativa imposta por Lênin ao Partido Operário Social-Democrático da Rússia no Congresso de 1903. Sob certo ponto de vista, [...] pode ser considerado [...] pela historiografia oficial e, em grande parte, hagiográfica da União Soviética, como uma aplicação criativa do marxismo às condições específicas de um país atrasado [...], um país em que ao proletariado cabia o papel que alhures tinha sido desempenhado pela burguesia; e em que precisava omitir algumas fases intermediárias que no Ocidente tinham sido marcadas pela revolução liberal. Por outro lado, o bolchevismo aparece como a corrente social-democrática que mais diretamente se relaciona com a tradição russa do populismo utopista e do jacobinismo conspirador, colocando-se num campo estranho à teoria política do marxismo”. Fonte: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

495 As condições do Tratado de Versalhes de 1919 impediam a Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, de estacionar suas forças armadas em uma área desmilitarizada na Renânia – uma região no oeste da Alemanha, fronteira com a França, a Bélgica e parte da Holanda. E estipulava que forças Aliadas, inclusive americanas, ocupariam a região. No dia 7 de março de 1936, em violação ao Tratado, Hitler ordenou a reocupação. Acredita-se que o Ocidente não interferiria. De fato, o Reino Unido e a França condenaram a ação, mas não fizeram valer o Tratado. Fonte: <ushmm.org>. Acesso em: 19 dez. 2020.

12. Na Itália, um pacto com a Alemanha é encarado como *pis aller*⁴⁹⁶. A volta às antigas ligações parece preferível.
13. Isto transparece do abrandamento da maneira do Chefe do Governo italiano em relação à Grã-Bretanha. A entrevista do Duce ao *Daily Telegraph*, órgão do Sr. Eden; as repetidas conferências e tratatóes [*sic*] do Embaixador Grandi⁴⁹⁷ com o Ministro inglês dos Negócios Estrangeiros; o suave diapasão atual da imprensa romana ao mencionar ou discutir atos do Governo britânico – já por si sós seriam sinais inequívocos de preferência. Tudo isto mostra o desejo de facilitar ao Gabinete Baldwin a obra pouco prestigiosa de cancelar as sanções a tão pouca distância da surpreendente repulsa do plano Laval-Hoare e da pública profissão de fé sancionista do Ministério, na Câmara das Comuns.
14. Concorreram, talvez, para a mudança inglesa de frente os empecilhos que, a toda hora, Berlim suscita no intuito de postergar a resposta ao questionário apresentado pela Grã-Bretanha, para esclarecimento dos planos pacíficos, ou não, do Fuhrer.
15. E também a desordem interna da França, que ameaça absorver-lhe todas as energias nas querelas operárias, exprime-se internacionalmente por uma maior valorização da Itália, no cotejo das forças europeias.
16. Seja-me lícito acenar, de passo que as inovações económico-sociais que, somente hoje, se processam em França, numa atmosfera de receio e desgoverno, o Fascismo há anos que as realizou, aqui, ordeiramente, num respeitoso acatamento à lei. E, para bem esclarecer, enumero: são leis italianas as 40 horas semanais de trabalho, as férias pagas, as diversões depois do trabalho, os seguros e assistência de idade e moléstia, os contratos coletivos.
17. O Fascismo já foi mesmo além destas providências elementares. Leis recentes de organização bancária e industrial assinalam o novo caminho desbravado.
18. É pela genial dosagem de ordem tradicional e ordem revolucionária, mantida nas suas reformas sociais, que Mussolini forçou a confiança e a obediência de toda a Itália e forjou o magnífico instrumento de ação, revelado na campanha da Etiópia e tornado indispensável, nas combinações da precária paz europeia.
19. A convicção do apoio das circunstâncias e a certeza da sua hierarquia no novo cômputo dos valores internacionais, que a Europa ainda entende

496 “O pior cenário possível” (francês)

497 Dino Grandi (1895-1988). Político italiano. Foi líder do fascismo e membro do Grande Conselho Fascista de 1923; de 1924 a 1925 foi subsecretário do Interior, e de 1925 a 1929 dos Negócios Estrangeiros; de 1929 a 1932 ministro dos Negócios Estrangeiros; de 1932 a 1939 embaixador em Londres. Destaca-se sua política de reconciliação com o Reino Unido. Na sessão do Grande Conselho em 24 de julho de 1943 se opôs à guerra, sendo por isso condenado à morte à revelia pelo tribunal de Verona em 1944. Retornou a Itália somente nos seus últimos anos. Em 1983 e 1985, publica suas memórias. Fonte: <treccani.it> Acesso em: 10 jan. 2021.

exclusivamente como valores militares, inspira ao Governo italiano uma grande serenidade e firmeza de diretiva.

20. O novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, em visita que me fez há três dias, não me escondeu que, se a Liga mantivesse as sanções ou se manifestasse explicitamente contrária à anex[aç]ão da Etiópia, a Itália abandonaria Genebra. Isto é a confirmação do que se previa e os jornais já publicaram.

21. De outra parte sei também que o Governo italiano, até agora, não pensa em provocar declarações da Liga sobre a anex[aç]ão da Abissínia. Teria como solução aceitável, por enquanto a posposição⁴⁹⁸ do assunto. Teme-se, porém, que, numa numerosa reunião, como a da Assembleia, seja possível a imprudência de algum pequeno país, capaz de forçar uma aclaração desastrosa.

22. Moral e materialmente, a Itália está, como nunca esteve preparada para qualquer emergência.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 19 JUL. 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] Notícias políticas.
Nº 107

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 19 de Julho de 1936.

Senhor Ministro,

A experiência sancionista terminou malmente para a Sociedade das Nações. Fracassou por completo o ensaio de segurança coletiva. Apenas certos agrupamentos dos laboristas⁴⁹⁹ ingleses e dos esquerdistas franceses têm sinceramente teimosa esperança na reforma da Liga e mantêm, para efeitos de publicidade, o apelo à Paz Indivisível, eufônica conjunção de palavras sem

498 Flexão do verbo pospor, que significa pôr uma coisa depois de outra, adiar ou pôr em segundo plano.

499 Labor significa trabalho ou faina. Laborista refere-se aos partidários do Partido Trabalhista inglês.

nenhum significado objetivo, como o demonstra a guerra larvada, que assola o mundo desde o Tratado de Versailles.

2. Do primeiro grande choque contra o Instituto de Genebra, o Fascismo italiano saiu com a consciência do seu valor ativo e a confiança na sua força econômica, militar e social, posta em relevo por comparação com a fraqueza dispersiva das democracias europeias. A Itália volta à política continental de grande estilo, iniciando trajetória nova e marcando para si mais elevada hierarquia entre as potências militares. Na Europa é o que conta.

3. A recusa de tomar lugar no Conciliábulo locarnista⁵⁰⁰ e na Conferência dos Estreitos⁵⁰¹, enquanto o último vestígio das sanções – o acordo mediterrâneo⁵⁰² – não for de todo cancelado, é atitude de prestígio. E é vantajosa, porque faculta liberdade de ação, no momento propício ao desenvolvimento da política de Roma na Europa central e danubiana.

4. Diante da França, militarmente diminuída pela desordem interna; diante da Inglaterra, confessadamente mal armada; diante do ressurgimento militar prussiano e das vitórias da Itália na guerra e na diplomacia, o cômputo e relatividade dos valores europeus sofrem uma radical transformação. Ela ainda se acentua mais depois de contornado o obstáculo austríaco à aproximação da Itália e da Alemanha, Estados ambos governados totalitariamente, auferindo o máximo rendimento do esforço nacional, harmonioso e conexo.

5. Por acercar a Itália da Alemanha e modificar, assim, a paisagem política da Europa, o Acordo Austro-Alemão⁵⁰³, tratado sob os auspícios de Mussolini, é o grande acontecimento internacional.

6. Significa, pelo tempo próximo, uma renúncia alemã ao domínio da Áustria e, portanto, a tranquilidade da linha do Brenner⁵⁰⁴ e a possibilidade de guarnecer eficazmente a fronteira do[s] Alpes. Remove os temores de expansão

500 Refere-se ao Pacto ou Tratado de Locarno.

501 Realizada em Montreux, Suíça, foi assinada em 20 de julho de 1936. Estabeleceu o Regime dos Estreitos, que conferiu à Turquia o controle dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, uma via marítima que liga o mar Negro ao mar de Mármara, e deste ao mar Egeu, com 98 km de extensão, localizado em território turco, e que separa a Ásia da Europa. Esse acordo permitiu à Turquia remilitarizar os estreitos e impôs restrições à passagem de navios militares. Ainda em vigor, o tratado é controverso quanto ao acesso russo ao mar Mediterrâneo. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 10 jan. 2021.

502 Série de tratados assinados pelo Reino Unido e a Itália em 12 de fevereiro de 1887, com a mediação de Bismarck, pela Áustria-Hungria, em 24 de março, e com a Espanha em 4 de maio. Objetivou reconhecer o *statu quo* desses entes diante da expansão da Rússia nos Balcãs e seu desejo de controlar os estreitos de Bósforo e Dardanelos. Ao mesmo tempo, protegia os interesses da Itália sobre a França. A aliança foi dissolvida em 1896. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 17 jan. 2021.

503 Em fevereiro de 1938 Hitler pressionou o chanceler austríaco Kurt Schuschnigg a assinar o acordo austro-alemão (*Berchtesgaden Diktat*), pelo qual colocou nazistas em altas posições no governo austríaco. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 17 jan. 2021.

504 O Passo Brenner, ou Brennero, localizado nos Alpes italianos, é uma passagem natural para a transposição das montanhas na fronteira da Áustria com a Itália. Por sua altitude relativamente baixa (1.370m), é um dos principais passos da cadeia alpina e um dos poucos na região do Tiral, sendo por esse motivo muito cobiçado ao longo da história.

germânica para o sudeste, que poderiam impressionar a Itália. E, retardando o *Anschluss*,⁵⁰⁵ conduz o esforço hitleriano para a banda do nascente, não só pelas causas históricas, mas porque, hoje, daquele ponto irradia o bolchevismo, inimigo nacional e pessoal de Hitler.

7. Dantzig⁵⁰⁶, Memel e a Polônia⁵⁰⁷, aliada ou dominada, serão etapas lógicas da marcha *nach Osten*⁵⁰⁸.

8. Dir-se-ia que a Inglaterra acabou por percebê-lo, quando busca oferecer ao Nacional-Socialismo um derivativo na re aquisição das colônias perdidas, ou, mais provavelmente, de outras de propriedade alheia. É certo que tal vantagem não saldaria os benefícios previstos de uma avançada para o Oriente, nem teria projeção duradoura. Mas o que a Grã-Bretanha pretende é ganhar a fracção de tempo indispensável ao seu rearmamento, descuidado na ilusão da eficácia da Liga.

9. A involução da França e o temor do império soviético ensombram, hoje, o horizonte do Governo Baldwin, que se alienou a amizade italiana e que, na sua reconhecida debilidade militar, não pode presumir, sem ridículo, refugiar-se, como dantes, no “esplêndido isolamento”.

10. Em meio desta variável e confusa meteorologia genebrina, que a política enviesada dos países democráticos obscurece ainda mais, os dois Governos autoritários da Itália e da Alemanha afirmam a sua superioridade no domínio interior e internacional.

11. Da Itália bastará lembrar como se retirou combalida da Conferência de Versalhes; como dessangrou no anárquico período socializante que precedeu a marcha sobre Roma. Hoje, a Itália de Mussolini conquistou um império contra a Liga das Nações e, afastando-se dos antigos aliados para avizinhar-se da Alemanha, deslocou pelo seu prestígio o centro de gravidade do Continente. Não é imprevisível que, no futuro imediato, a Itália seja árbitro da solução dos problemas de uma vasta região da Europa.

505 Significa “união”; alude à união política da Áustria com a Alemanha, através da invasão do território em 11 e 12 de março 1938. A possibilidade do *Anschluss* com a Alemanha foi, desde 1919, uma aspiração dos social-democratas austríacos, mas, após a ascensão de Hitler, tornou-se menos atraente. Em julho de 1934, nazistas austríacos e alemães juntos tentaram, sem sucesso, um golpe de Estado. Em fevereiro de 1938, Hitler convidou von Schuschnigg, chanceler austríaco, à Alemanha, para forçá-lo a dar aos nazistas austríacos carta branca em seu Governo. Diante de Hitler, Schuschnigg capitulou. Na volta, decidiu reafirmar a independência nacional por meio de um plebiscito a ser realizado em 13 de março. Seus planos foram negados pela invasão alemã com a anexação da Áustria, dois dias antes do plebiscito. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 31 jan. 2021.

506 Danzig ou Gdansk é uma cidade da província de Pomerânia, na Polónia. É a maior cidade portuária da Polónia desde a Idade Média e a sexta maior do país. Localiza-se na foz do rio Vístula.

507 Território criado após a Primeira Guerra Mundial, pelo Tratado de Versalhes, e mantido sob o controle da Liga das Nações com administração francesa, localizado entre a Lituânia e a Prússia. Em 1923 foi ocupada pela Lituânia durante a “Revolta de Klaipėda”. Em março de 1939, foi anexada pela Alemanha e imediatamente reintegrada à Prússia Oriental.

508 (Alemão). “Impulso rumo ao leste”. Doutrina do regime hitleriano segundo a qual a Alemanha nova não pode se desinteressar da sorte das populações alemãs que vivem para além das suas fronteiras e que se dispõe à prática de uma perigosa política de ingerência nos negócios interiores das nações vizinhas, ingerência que nenhum Estado independente e soberano poderá tolerar. Fonte: *Cadernos do CHDD*, ano XVI, nº 30, 1º sem. 2017.

12. De outra parte, enquanto Genebra, num labor estéril, buscava uma fórmula menos humilhante de terminar o equívoco sancionista, definia-se e traçava-se em Roma o grandioso plano de civilização da Abissínia, assinalando o princípio criador do Império Fascista, que venha a ser o império do trabalho, hierarquicamente conjugado, de conquistadores e autóctones – e não a sangria metódica do indígena, à maneira britânica do século XIX.

13. E nem as sanções, nem as vitórias, nem a formidável tarefa que tem diante de si feriram o moral dinâmico da Itália Fascista. Este povo, hoje em dia, é um maravilhoso instrumento de ação mundial, manejado pelo homem de gênio, a quem, até agora, a fortuna tem sido fiel.

14. Dentro da democrática confusão europeia, a sua autoridade e a sua clarividência têm sido os maiores fatores da prorrogação da paz. É de prever que, ainda por algum tempo, a sua influência se exerça no mesmo sentido salutar.

15. A sua firmeza e serenidade evitaram que a Campanha da Etiópia pusesse fogo à Europa. Com o Acordo Austro-Alemão, que ele apadrinhou, transferiu-se a solução de um arriscado problema. Já agora, as ambições territoriais satisfeitas com a conquista da Abissínia, a Itália tomou posição que lhe permite opor-se com superioridade à chamada “segurança coletiva”, que só pode ser eficaz atingindo o absurdo de fazer coletivamente a guerra... para evitar a guerra. A concepção mussoliniana da hierarquia das potências se expressa no desejo de colaborar com as grandes nações de responsabilidade e autoridade europeia em favor da manutenção da paz. Mussolini não considera o núcleo de amigos da Europa central como um compartimento estanque, ou um bloco agressivo. Somente a hostilidade ativa de outros agrupamentos continentais poderia transformá-lo numa coligação de defesa. Dentro da esfera de colaboração dos grandes Estados europeus logicamente se inclui o revisionismo, cuja necessidade foi, há muito, reconhecida por Mussolini.

16. No parágrafo precedente resumi as impressões dos personagens do regime, com quem me tenho entretido nos últimos dias.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 29 JUL. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Roma

84 – CONFIDENCIAL – QUARTA-FEIRA – 19h – As notícias dos diários são contraditórias e com tendências partidárias, impedem, por isso, prognósticos fundados. A posição do exército revoltado é forte. Penso que, quaisquer que sejam os vencedores, continuarão por algum tempo as guerrilhas e massacres. Nos meios internacionais receia-se muito que o auxílio francês, inegável, possa criar complicações. Em conversa entretida, ontem, com o Embaixador alemão⁵⁰⁹, aqui, deparei que o fornecimento de armas e munições pela França ao Governo das esquerdas espanholas impressionou, fortemente, o Governo alemão e que seria capaz de suscitar procedimento indireto dos nazis favorável ao exército revolucionário. A impressão dos italianos é análoga, mas, ainda não estou autorizado a supor a concessão de auxílio material aos revolucionários espanhóis. Os repatriados italianos relatam fatos de crueldade e barbaria, o que demonstra a completa anarquia, conseqüente da falta de garantias pela segurança da vida dos estrangeiros nas zonas do território em poder do Governo. Nestas zonas domina a influência dos comunistas. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 05 AGO. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Roma

87 – QUARTA-FEIRA – 19h – As operações da guerra civil espanhola continuam sem decisão. Os Governos de Madri e Barcelona sem autoridade, praticamente exercidos pelas organizações extremistas, milícias comunistas e anarquistas armados pelo Governo. A proposta da França feita à Inglaterra e Itália de não intervenção na luta, foi interpretada como tentativa de proteger as esquerdas espanholas porque, se for aceito, asseguraria a exclusiva ação do *Komintern*⁵¹⁰,

509 Christian August Ulrich von Hassell (1881-1944). Advogado e diplomata. Foi embaixador em Roma de 1932 a 1938. Membro da Resistência Alemã contra o ditador Hitler, teria proposto aos britânicos que a resistência derrubaria Hitler se a Alemanha mantivesse todas as suas conquistas territoriais. Foi executado após o fracasso da conspiração de 20 de julho de 1940. Fonte: <deutsche-biographie.de>. Acesso em: 31 jan. 2021.

510 Internacional Comunista ou Terceira Internacional, uma associação formada em Moscou, em 1919, à qual aderiram numerosos grupos e formações políticas de orientação comunista. Fonte: <treccani.it>. Acesso em:

que é incontestável. A situação internacional é ameaçadora. Algumas medidas de intervenção direta ou indireta da Rússia e Alemanha, ou de outra potência interessada, pode dar lugar a súbita explosão de um conflito. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 17 AGO. 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] O Vice-cônsul em Barcelona refugiado em Gênova. A situação na Espanha e seus reflexos internacionais.

Nº 113

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 17 de Agosto de 1936.

Senhor Ministro,

Refugiado de Barcelona, chegou a Gênova a bordo do navio italiano *Principessa Giovana*, o Sr. Santos Couceiro⁵¹¹, Vice-Cônsul Encarregado do Consulado-Geral em Barcelona, trazendo consigo várias pessoas de família e mais o auxiliar contratado Ramón Ibáñez, de nacionalidade espanhola.

2. Na cópia anexa, ofereço à leitura de Vossa Excelência a comunicação feita pelo Sr. Couceiro, em resposta ao meu pedido de informações.

3. Deste documento permito-me destacar o seguinte telegrama que, de Marselha, onde já anteriormente se tinha posto a salvo, mandou ao Consulado em Barcelona o seu Cônsul Adjunto Cerqueira Daltró⁵¹²: “Ministério autorizou partida pessoal Consulado devendo antes ver brasileiros querem embarcar. Se partir retire código partes mais importantes arquivo feche porta Chancelaria duas fechaduras e acuse recepção. Daltró”.

4. Lê-se também na comunicação do Sr. Couceiro que os interesses brasileiros e a proteção dos Brasileiros ficaram confiados ao Cônsul de Portugal. Este, ao parecer, permanece em Barcelona, como tantos outros agentes consulares.

20 jan. 2021.

511 Alfredo dos Santos Couceiro (1889-?). Auxiliar de consulado de 1918 a 1920, em Milão; de 1920 a 1926, em Rotterdam; de 1926 a 1928, em Nova York; de 1928 a 1932, em Amsterdam; de 1932 a 1934, em Marselha; de 1934 a 1939, Barcelona; em 1936 em Gênova e, de 1939 a 1941, novamente Barcelona. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. 1941.

512 Colmar Pereira de Cerqueira Daltró (1907-?). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Auxiliar de consulado: de 1926 a 1927 em Paris; de 1924 a 1931 em Montevideú; exonerado em 1931. Foi, de 1933 a 1935, cônsul na Secretaria de Estado; de 1936 a 1937 em Barcelona e, de 1937 a 1941, em Nova York. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. 1941.

5. Cumpre, no entretanto, confirmar que está generalizada a mashorca⁵¹³ naquela zona do território nominalmente submetida ao Governo de Madri, que cada vez governa menos. As vidas e as propriedades de espanhóis e de estrangeiros estão sujeitas às flutuações do bom ou mau humor das milícias comunistas e anarquistas, armadas pelo Governo, que nem consegue fazer-se obedecer, nem tem mais autoridade ou força para as desarmar. Em tudo quanto diz com as garantias civis e o policiamento dos grandes centros urbanos – Madri e Barcelona, Bilbao e São Sebastião, e outros –, tais milícias, compostas na sua maior parte de rapazes e mulheres, assumiram a tirania da rua, violando os domicílios, aterrorizando a povoação, roubando, queimando, fuzilando, com a inconsciência feroz dos primários da sua idade e do seu sexo.
6. As normas de ordem, ou antes de desordem organizada, são discutidas e resolvidas pelos chefetes de grupos comunistas e pelos diretores da FAI (Federação Anarquista Ibérica)⁵¹⁴, sem audiência sequer, ou contra os mandamentos do que ainda se insiste em apelidar Governo espanhol.
7. O número e a qualidade das atrocidades perpetradas cada dia esclarecem o conceito moral da gente que governa o Governo. A sua submissão ao critério de um volumoso grupo por si mesmo classificado de “anarquista” revela o valor intelectual e capacidade de realização das massas espanholas e dos seus dirigentes.
8. Numa palavra: no arraial do Governo reina a confusão política, sanguinolenta, irresoluta, desorientada, que afrouxa todos os laços da consciência nacional. Lenine⁵¹⁵ já assinalou esta moléstia da nação como a oportunidade propícia às revoluções proletárias, para o estabelecimento da ditadura do proletariado.
9. A possibilidade da ereção de um estado comunista na Península Ibérica ameaça dividir a Europa em dois campos adversos, precipitando um conflito armado. Seria a guerra das duas Místicas, que partilham a humanidade ocidental, e tomaria o carácter terrivelmente cruel das guerras de religião.
10. Já as Nações de regime autoritário vigiam com interesse os auxílios diretos e indiretos da Rússia e da França ao Governo curatelado⁵¹⁶ pelos comunistas

513 Mashorca, atualização Mazorca. Perturbação da ordem, em regra por grupo de milicianos armados. A palavra tem origem nos grupos paramilitares organizados por J. M. Rosas e que serviam para intimidar seus inimigos.

514 Fundada em 1927, em Valência, como fruto de uma conferência de grupos anarquistas da Espanha, de Portugal e de espanhóis exilados na França. Na Guerra Civil, colaboraram com o governo republicano. Fonte: <universidademarxista.pco.org.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.

515 Vladimir Ilich Lênin (1870-1924). Fundador do Partido Comunista Russo (Bolcheviques), inspirador e líder da Revolução Bolchevique de 1917 e o arquiteto, construtor e primeiro chefe do Estado Soviético de 1917 a 1924. Fundador do *Komintern* (Internacional Comunista) e a fonte póstuma do “leninismo”, a doutrina codificada e conjugada com as obras de Karl Marx pelos seus sucessores para formar o marxismo-leninismo. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 21 jan. 2021.

516 Indivíduos que não conseguem expressar sua vontade nem praticar atos da vida civil, estando então sujeitos à ação de curador, um encarregado, pela justiça, de cuidar dos seus interesses.

e anarquistas. Não inspiram confiança as adesões jeitosas de Moscou ao princípio de não intervenção, nem as declarações francesas de um Gabinete dividido e sacudido pela ação sectária do chamado Ministério das Massas e pelas manifestações públicas, oficiais, como o discurso do Ministro Salengro⁵¹⁷, em favor de Madri e contra a políticas interna da Alemanha e da Áustria.

11. Com o rótulo da defesa da democracia, a Frente Popular da França⁵¹⁸, fermentada pelo *Komintern*, procura camuflar e dissimular esta fase da luta de classe contra a hierarquia e autoridade burguesa. Todos os observadores da guerra civil espanhola sabemos que a vitória – improvável – do Governo de Madri seria a sua imediata queda e substituição pelos comunistas e anarquistas que se digladiariam pelo poder. O caos!

12. Do que representa para a democracia o Governo Azaña⁵¹⁹ informam-nos fidedignamente as palavras do Sr. Alcalá Zamora⁵²⁰, ditas há três dias em Paris, e a atitude do incorruptível liberal combatente Don Miguel de Unamuno⁵²¹. O Sr. Alcalá Zamora afirmou a um jornalista francês: “... a minha saída da presidência coincide com o desaparecimento da República democrática legal e jurídica”. Don Miguel de Unamuno acaba de confirmar a sua subscrição de 5 mil pesetas para o fundo nacionalista, que subvenciona a campanha revolucionária contra o comunismo.

13. Também a Alemanha e a Itália reputam a Inglaterra iludida, como no tempo de Kerensky⁵²², e têm a França, da frente popular, como interessada e suspeita no seu julgamento da política espanhola. Por isto, apesar das insistências

517 Roger Salengro (1890-1936). Ativista socialista do Conselho Municipal de Lille em 1919; prefeito em 1925 e deputado em 1928, sempre reeleito. Após a vitória da Frente Popular, Léon Blum confiou-lhe a pasta do Interior. A crise social de maio e junho de 1936 evidenciou as suas qualidades de firmeza e diplomacia. No verão daquele ano, jornais de extrema-direita lançaram uma campanha contra ele, por deserção durante a Primeira Guerra. Apesar de reconhecido como inocente, suicidou-se em 17 de novembro de 1936. A acusação era falsa. Depois de ter sido condenado à morte por deserção, o ministro foi inocentado em julgamento subsequente. Fonte: <britannica.com>. Acesso: em: 24 jan. 2021

518 Frente Popular da França. Coligação política de socialistas, comunistas e radicais. Formada em dezembro de 1933, ganhou as eleições parlamentares de maio de 1936, sendo eleito primeiro-ministro León Blum (ver nota 523). Manteve-se no poder até 1938. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 20 jan. 2021.

519 Manuel Azaña y Díaz (1880-1940). Político, ministro espanhol e presidente da Segunda República, cujas tentativas de formar um governo moderadamente liberal foram interrompidas pela Guerra Civil espanhola. Fonte: <britannica.com>. Acesso: em: 21 jan. 2021

520 Niceto Alcalá Zamora (1877-1949). Político espanhol, primeiro-ministro e presidente da Segunda República (1931 a 1936). Suas tentativas de moderar as políticas das várias facções levaram à sua deposição e exílio. Fonte: <Britannica.com>. Acesso em: 20 jan. 2021.

521 Miguel de Unamuno y Jugo (1864-1936). Escritor, poeta e filósofo. Considerado a figura mais completa da *Generación del 98*. Destacou-se pelos sucessivos ataques à monarquia de Afonso XIII de Espanha. De 1926 a 1930, viveu no exílio – Ilhas Canárias e França – de onde voltou depois da queda do general Primo de Rivera. Mais tarde, o general Franco o afastou da vida pública por críticas proferidas contra o general Millán Astray. Passou seus últimos dias em uma casa em Salamanca. Fonte: <academia.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.

522 Alexander Fiodorovitch Kerensky (1881-1970). Foi ministro e ministro-presidente do governo provisório constituído após a Revolução de Fevereiro de 1917. Um dos líderes da maçonaria russa, emigrou em 1918 para França e instalou-se nos EUA em 1940, desenvolvendo uma intensa atividade antisoviética. Faleceu em Nova York. Fonte: <marxists.org>. Acesso em: 24 jan. 2021.

dos representantes inglês e francês, não teve ainda êxito, e dificilmente o terá, a proposta Blum⁵²³ de não intervenção, lançada, diz-se, para, na prática, dificultar auxílios fascistas ou nazistas aos revolucionários espanhóis, enquanto na França se recolhem fundos e se recrutam voluntários para as milícias comunistas de Madri e Barcelona.

14. A situação internacional é melindrosa. O momento é o mais grave desde a remilitarização da Renânia.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo

Consulado-Geral dos Estados Unidos do Brasil
Gênova, 11 de Agosto de 1936.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, ao deflagrar a revolução em Barcelona no dia 19 de Julho, refugiou-se na minha casa o Bispo Titular de Tubuna, Monsenhor Frederico Costa⁵²⁴, cidadão brasileiro, o qual ficou sob a minha guarda até o dia em que parti para Gênova.

2. No dia 27, retirou-se do Consulado-Geral o Senhor Cônsul Adjunto Colmar P. de Cerqueira Daltro, declarando que não existiam mais garantias devido a que os Centros FAI e CNT (anarquistas)⁵²⁵ dominavam a cidade, partindo imediatamente para Marselha, dizendo que era para se comunicar com o Ministério das Relações Exteriores.

3. Como o Consulado não podia ficar acéfalo, assumi imediatamente a direção da Chancelaria como substituto legal, dando desde essa data as providências

523 León Blum (1872-1950). Político e escritor francês. Jornalista de *L'Humanité*; deputado e líder do Partido Socialista, como sucessor de Jaurès. Presidente do Conselho no governo da Frente Popular (1936). Detido pelo governo de Vichy, foi deportado (1943). Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

524 Frederico Benício de Sousa Costa (1875-1948). Bispo brasileiro, primeiro prelado de Santarém e segundo bispo do Amazonas. Faleceu aos 73 anos em Barcelona, na Espanha. Com fama de santidade, seu corpo foi sepultado no túmulo dos Carmelitas Descalços no cemitério de Las Cortes. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 7 jan. 2021.

525 Fundada em Barcelona em 1910, reúne sindicatos de ideologia anarco-sindicalista. A CNT Catalunha foi colocada na ilegalidade em 1923 pela ditadura de Primo de Rivera, e sob outros, como os governos republicanos e o de frente popular de 1936. Na Revolução Espanhola de 1936, mobilizou os trabalhadores contra o golpe franquista. Fonte: <universidademarxista.pco.org.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.

necessárias para acautelar os interesses e bens dos cidadãos brasileiros residentes, passando inúmeros documentos em que provavam ser proprietários de casas comerciais, e ordens de embarque conforme cópias arquivadas.

4. No dia 29 recebi um telegrama do Cônsul Daltro que de Marselha me transmitiu cópia de outro do Ministério, nos seguintes termos: “Ministério autorizou partida pessoal Consulado devendo antes ver brasileiros que querem embarcar Se partir retire código partes mais importantes arquivo feche porta Chancelaria duas fechaduras e acuse recepção. Daltro”. Aliás, essas providências para os brasileiros já tinham sido dadas desde que eu assumi a direção.

5. Sendo a situação de dia para dia cada vez mais crítica, cheguei à conclusão que não podia me entender com as autoridades, devido a que cada dia era obrigado a falar com anarquistas e comunistas, menos com as autoridades governativas, que eram impotentes.

6. Ameaçado diversas vezes, incluso dentro do automóvel requisitado e pertencente ao Senhor Juan Molins, que espontaneamente nos ofereceu; sem garantias absolutas para mim e para o auxiliar contratado Ramón Ibáñez, me vi obrigado a publicar no jornal *La Vanguardia*, do dia 4 de Agosto, um anúncio, cujos exemplares tenho no arquivo do Consulado, em que pedi urgentemente aos brasileiros residentes que comparecessem na Chancelaria para dar-lhes instruções, até o dia 6 de Agosto, trabalhando durante todo esse tempo que dirigi o Consulado, junto com o Auxiliar citado, desde às 8 horas da manhã até às 9 da noite, e vendo que as nossas vidas estavam em perigo iminente, resolvi, de acordo com o telegrama, retirar o arquivo e fechar a Chancelaria, lacrando a porta e entregando os interesses dos brasileiros ao Consulado-Geral de Portugal naquela cidade, comunicando a minha resolução à Embaixada em Madri por telegrama do dia 6 do corrente, em que dei conta que os interesses brasileiros ficavam ao cargo do Consulado-Geral de Portugal em Barcelona.

7. É-me grato agradecer e citar o carinho em que o Consulado-Geral da Itália acolheu os nossos patrícios fornecendo-lhes o embarque por intermédio da Companhia “Itália-Flotte riunite”, que os acolheu manifestando abertamente a admiração e reconhecimento pela nossa pátria.

8. E como no citado telegrama falava em “Pessoal do Consulado” o Auxiliar contratado Ramón Ibáñez, que durante onze anos foi um funcionário exemplar, e também estava ameaçado por indivíduos que sabiam que trabalhava na Chancelaria, resolvi que partisse na minha companhia e de minha família no último vapor *Principessa Giovana*, que transportou os últimos estrangeiros de Barcelona, no dia 7 de Agosto para Gênova, conforme declaração de Consulado-Geral da Itália, e espero que este meu ato seja aprovado. No dia 10 apresentei-me junto com o aludido funcionário no Consulado-Geral do Brasil

nesta cidade, para aguardar ordens e instruções do Ministério das Relações Exteriores, pedidas por telegramas, pelo titular deste posto.

9. Devo também comunicar a Vossa Excelência, que abandonei a minha residência particular em Barcelona, Avenida de la República Argentina 231, com os móveis e demais objetos de minha propriedade.

Rogando portanto a Vossa Excelência a fineza de interceder junto ao Ministério para que me sejam dados recursos para mim e para o aludido funcionário, e agradecendo de antemão, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

(a) Alfredo dos Santos Couceiro

Vice-Cônsul Encarregado do Consulado-Geral do Brasil em Barcelona

A Sua Excelência o Senhor Adalberto Guerra Duval
Embaixador do Brasil em Roma

É cópia fiel:

[*assinatura ilegível*]

TELEGRAMA • 22 AGO. 1936 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Revolução na Espanha. (Relações diplomáticas com o Brasil).

Da Embaixada em Roma

94 – RESERVADO – SÁBADO – 14h – Todos os jornais publicam que *The Times*, de Londres, transcreveu do *Diário de São Paulo*, que o Presidente da República interrompeu as relações diplomáticas com a Espanha, chamou o Embaixador brasileiro em Madri e entregou o passaporte ao Embaixador espanhol no Rio de Janeiro, já tendo participado esta resolução às Nações americanas. Rogo a Vossa Excelência habilitar-me a responder os numerosos pedidos de informações dirigidos a esta Embaixada sobre o assunto, que aqui tem especial importância. DUVAL

TELEGRAMA • 22 AGO. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Cotações café. O momento europeu.

Da Embaixada em Roma

95 – CONFIDENCIAL – URGENTE – SÁBADO – 19 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência. Suponho a impressão em Nova York exageradamente pessimista, quanto a um risco imediato. Calculo que as probabilidades de um próximo conflito correspondem mais ou menos a 50%. A pressão europeia, desde ontem, foi ligeiramente aliviada, graças à infatigável ação diplomática da Inglaterra, exercida em todo o continente, que deve ter concorrido para que a Itália aderisse, ontem, ainda que condicionalmente, à proposta francesa de não intervenção. O elemento principal do desenvolvimento da situação será a influência, maior ou menor, que a frente popular francesa tenha na política espanhola, do gabinete Blum. A Alemanha e a Itália não parecem dispostas a tolerar a proteção francesa direta e eficaz para o estabelecimento do comunismo na Espanha, pois tal seria o resultado da vitória do Governo espanhol. Até agora, o Governo francês não assumiu tal atitude francamente e, de outra parte, mantém-se, aqui, esperança de vitória dos nacionalistas. É inútil repetir a agitação fermentada dos súditos russos. Ouvi rumores, muito confidenciais, de um possível levante militar nacionalista francês. Em resumo, por enquanto a situação é gravíssima, ainda que não desesperada, podendo, no entretanto, um incidente imprevisto suscitar uma súbita explosão. Pelo correio aéreo de 18 do corrente enviei ofício. Os grupos oficiais, aqui, ainda são, relativamente, otimistas. Telegrafarei imediatamente qualquer novidade que souber. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 01 SET. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Roma

98 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 18h – O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse-me que os últimos funcionários da Embaixada italiana, em Madri, partem, hoje ou amanhã, de Alicante ou de Valência, onde há navios de guerra italianos para os proteger. Tornando-se insuportável a residência em Madri, cada vez mais estreitamente investida pelos nacionalistas e bombardeada, aereamente, agrava-se a situação ainda mais por terem as milícias Vermelhas prometido o

massacre geral quando tiverem que abandonar a cidade aos nacionalistas⁵²⁶. O Ministro dos Negócios Estrangeiros prognostica, iminente ou próxima, a tomada das cidades da fronteira francesa e de Madri, sendo de supor que os vermelhos se refugiem em Catalunha, provavelmente ereta em república independente comunista. A guerra assumiria, então, o claro aspecto de luta da Catalunha contra a Espanha, e do Comunismo contra a civilização, podendo prever-se a sua longa duração, com variadas alternativas. Referindo-se apenas ao tempo mais próximo, o Ministro julga que se poderá evitar um conflito internacional. O Ministro, amistosamente, autorizou-me a transmitir a Vossa Excelência o cordial oferecimento ao pessoal da nossa Embaixada em Madri dos meios de emergência de que o Governo italiano dispõe na Espanha, para a proteção e transporte de seus representantes e nacionais. DUVAL

OFÍCIO • 11 SET. 1936 • AHI 41/3/13

[Índice:] Notícias políticas.

Nº 125

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 11 de Setembro de 1936.

Senhor Ministro,

Para explicar o meu mui relativo otimismo, que admite, porém, a possibilidade de passar-se o próximo inverno apenas em febris preparativos de guerra e panegíricos⁵²⁷ de paz, é mister indicar grosso modo os contornos do panorama internacional, tais como se veem neste instante exato e como talvez amanhã não se apresentem mais ao observador.

2. A rotação dos acontecimentos desde a guerra foi rápida. Agora é velocíssima. Todo prognóstico ultrapassando a semana é um atrevimento. Assim, quando suponho que a paz seja prorrogada mais uma vez, não avento prognóstico. Articulo tão somente o significado do momento passageiro em que escrevo.

3. No ensejo atual, o risco imediato de conflito ressurgiu da manobra russa

526 “Em meio à radical polarização política da época, os lados contendores no conflito espanhol foram denominados com diferentes adjetivos, reveladores das visões de mundo em choque. Para a esquerda, tratava-se de uma luta em defesa da República, contra as forças do fascismo e da reação. O outro lado não se identificava como fascista, embora parte dele efetivamente fosse (os falangistas), mas sim como nacionalistas em luta pela pátria espanhola, agredida pelo comunismo ateu”. Fonte: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Francisco J. Romero Salvadó. A Guerra Civil espanhola. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56. São Paulo, 2008.

527 Discurso de exaltação feito publicamente em louvor de alguém ou de uma entidade abstrata.

na Espanha, tentando implantar no ocidente de Europa o foco de infecção bolchevista.

4. De um lado, Moscou e a Frente Popular francesa e, do outro, a atitude vivamente interessada dos governos autoritários de Berlim e de Roma criaram os elementos de choque de onde saltasse a faísca do incêndio.

5. Mas sobrevieram, na Rússia e na França, perturbações de política interna que devem concorrer para o prolongamento desta paz instável.

6. A conspiração trotskista⁵²⁸ fermentando o exército vermelho; os insolúveis problemas econômicos; a fome prevista para este inverno em vastas regiões do império soviético são outros tantos motivos que aconselham Stalin⁵²⁹, doente, a pôr uma surdina na ação do *Komintern*. Há mesmo quem sugira a possibilidade de uma quase supressão da propaganda na Europa, logo depois da publicada Constituição⁵³⁰ entrar em vigor, em Novembro, se por acaso não for transferida. Os que veem com estes olhos acreditam que a nova burguesia burocrática russa, como também burocrática era a aristocracia tsariana⁵³¹, vai perdendo a agressividade extremista e usando as suas mais vivas energias na defesa das vantagens adquiridas e das posições conquistadas.

7. Vossa Excelência sabe, decerto, que Stalin instituiu uma tarifa variável de salários, partindo do salário-base do valor aproximado de 12 contos⁵³² até o salário máximo de 360 contos anuais; aboliu praticamente o privilégio dos armazéns do Estado, concedendo a certa parte do comércio chamado livre os mesmos direitos das cooperativas; pôs em uso o novo método de trabalho, que impõe aos operários regras muito semelhantes às da produção intensiva no regime capitalista; restabeleceu, no exercício, a escala dos postos até marechal e, nos caminhos de ferro, reinstalou duas classes para os viajantes de diferenciada hierarquia no estado soviético.

528 Que ou quem é partidário das ideias de Trotski ou da IV Internacional.

529 Joseph Stalin (1879-1953). Revolucionário bolchevique. Sucessor de Lênin, chega a secretário-geral do Partido Comunista, líder do partido e ditador absoluto da União Soviética. Presidiu a transformação da União Soviética em uma sociedade industrial e conduziu o esforço de guerra que levou à vitória e ao controle soviético da Europa Oriental. Seu nome está associado ao regime centralizador e às violentas purgas, que causaram um número incalculável de vítimas. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

530 Constituição Russa. “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (antiga União Soviética) Rússia, 4 (17) de janeiro de 1918. Capítulo I. 1. A Rússia é declarada “República dos Sovietes dos Deputados Operários, Soldados e Camponeses”. Todo o poder central e local pertence a estes Sovietes. 2. A República Soviética Russa fundamenta-se no princípio da união livre das nações livres numa Federação de Repúblicas nacionais e soviéticas”. Fonte: <direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.

531 Refere-se a época dos tzares ou czares, imperadores da antiga Rússia. Mais comum hoje é o uso de tsarista ou czarista.

532 Contos de réis: As primeiras cédulas do Brasil, nos tempos do Império, baseavam-se no sistema monetário português. O real já era conhecido como “réis” naqueles tempos. Com a República, a moeda continuou sendo o real, com a emissão de novas cédulas. Mil réis era praticamente o nome da moeda, já que ela valia mil dos antigos reais do Império. O montante equivalente a mil réis era chamado de conto de réis, ou seja, um milhão de reais do Império. Fonte: <vejasp.abril.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.

8. Diante desta clara evolução para uma neoburguesia capitalista, é difícil compreender o comunismo russo, senão como artigo de exportação, como instrumento de influência imperialista, para a sonhada supremacia eslava de todo o continente.

9. E dentro da penumbra moscovita já se divisam, no interior da Rússia, os sintomas daquela fase conclusiva e utilitária das grandes revoluções, quando logicamente se imolam os homens e os princípios extremados – indispensáveis no assalto, mas perigosos e incômodos, como uma carga de explosivos, logo depois de consolidada a vitória.

10. No entretanto, é visível que a ordenação interna da arquitetura soviética continua apoiada nas baionetas do exército vermelho e na espionagem da Guepeu⁵³³. É uma situação de força que está sempre à mercê de um golpe de força. Sem embargo, tem aparência de firme a posição de Stalin, que toma todas as precauções para evitar o temido acidente pessoal.

11. De Outra parte a França, da qual Vossa Excelência, sem dúvida, tem notícias completas pela Embaixada em Paris, já há tempos se encaminha para uma aguda crise de autoridade. Abundam os prognósticos de soluções violentas, de revoltas militares e nacionalistas contra a fraqueza do Sr. Léon Blum e contra os extremos da CGT⁵³⁴ e dos comunistas do Sr. Thorez.⁵³⁵ Como reflexo destes boatos, conta-se que emissários nazistas estiveram em Roma sondando os grupos fascistas e talvez os homens de governo sobre qual seria a atitude da Itália, na emergência gravíssima de uma convulsão francesa capaz de reproduzir um estado de desordem semelhante ao da Espanha. Pregavam os emissários a conveniência de um prévio acordo entre os dois Estados autoritários, para não serem tomados de surpresa em tal caso urgente e para que a sua ação combinada fosse imediata e eficaz. Não creio que se tenha chegado a um acordo.

12. Confiou-me, de outra parte, um alto personagem do regime o resumo de uma conversa com o Ministro alemão von Neurath⁵³⁶, seu velho amigo

533 GPU era o nome da Administração Política do Estado da RSFSR (*Gosudarstvennoye politicheskoye upravlenie*) de 1922 a 1923. A Polícia Secreta Soviética Checka foi criada em 26 de outubro de 1917, um dia depois da Revolução Russa, para defender a revolução no curto prazo. Começou como uma organização bolchevique, sendo frequentemente alterada. A Checka existiu até 1922, sendo a GPU sua sucessora. Fonte: <marxists.org>. Acesso em: 17 jan. 2021.

534 A Confederação Geral do Trabalho (CGT), fundada na França em 1895. Inicialmente sindicalista na orientação, a liderança seguiu o curso reformista de 1914, e a ala revolucionária foi expulsa em 1921. Fonte: <marxists.org>. Acesso em: 17 jan. 2021.

535 Maurice Thorez (1900-1964). Político francês. Secretário do Partido Comunista Francês (1930-1964); havendo desertado do exército, por orientação do secretário-geral da Internacional Comunista, Jorge Dimitrov, teve cassada a nacionalidade francesa e refugiou-se na União Soviética, onde permaneceu até o final da guerra. Recuperada a cidadania, voltou à vida pública como secretário-geral do PCF, ministro da Função Pública (1945-1947) e vice-presidente do Conselho (1946-1947). Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

536 Konstantin Hermann Karl Freiherr (1873-1956). Barão von Neurath. Foi um diplomata, ministro das Relações Exteriores da Alemanha entre 1932 e 1938. Neurath teve um papel fundamental na política externa de Hitler para minar o Tratado de Versalhes e expansão territorial antes da Segunda Guerra Mundial. Desentendimentos

peçoal. O Barão de Neurath manifestou a necessidade absoluta da Alemanha e Itália reagirem por todos os meios contra a permanência de uma vanguarda bolchevista nas costas do Mediterrâneo. O Ministro de Hitler teria dito que, para defesa do bolchevismo estabelecido na Rússia, as trincheiras atuais bastavam, mas a instalação do comunismo na bacia do Mediterrâneo exigiria o uso de outros métodos para salvação da Europa. As palavras do Sr. Neurath, no diálogo com o seu amigo italiano, teriam ido muito além das declarações de Hitler em Nuremberg⁵³⁷. O Ministro alemão teria também contemplado a eventualidade de uma guerra de classes dentro da França limítrofe, criando um novo e vizinho centro ciclônico sobre o continente.

13. Se, porém, como parece das últimas notícias da França (declarações de Thorez e da Confederação Geral do Trabalho, bem como de Blum), os franceses, com aquele maravilhoso bom senso salvador da última hora, resolveram o seu problema dentro da figura legal; se, como é na realidade provável, os cuidados da política interna e o receio salutar do Japão levarem, por um certo prazo, o ditador do proletariado a interessar-se menos diretamente pela organização interior das nações fracas – a França, neste instante, é moralmente debilíssima – pode-se, com esperança, admitir que a diplomacia inglesa e italiana ganhem tempo e posterguem a catástrofe ainda por alguns meses. E, por agora, não é lícito pretender mais.

14. A Itália não quer a guerra. Mas, logicamente a guerra é inevitável. Um incidente da guerra civil da Espanha, uma atitude impulsiva dos extremistas franceses, uma precipitação dos projetos de Hitler, um gesto violento do *Komintern* pode, de súbito, pôr fogo à Europa. Mas a situação geral, neste momento, autoriza a esperança de mais uma prorrogação da paz.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ideológicos levaram a sua substituição por Ribbentrop. Removido, Neurath foi nomeado “*reichsprotektor* da Boêmia e Morávia” de 1939 a 1943. Foi julgado como um criminoso de guerra em Nuremberg e condenado a quinze anos de prisão. Fonte: <marxists.org.> Acesso em: 17 jan. 2021.

537 Comícios de Nuremberg, oficialmente “encontro nacional do partido”, foram reuniões anuais organizadas pelo partido nazista desde 1923, mas que, após a subida ao poder de Hitler em 1933, passaram a ocorrer em Nuremberg até 1938. Consistiam em grandes espetáculos de propaganda, utilizando-se de efeito teatral e aparatos militares para dar ao *Führer* uma imagem de um deus salvador da pátria germânica. Fonte: <wiki.org.> Acesso em: 18 jan. 2021.

TELEGRAMA • 27 OUT. 1936 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Declarações do Ministro Relações Exteriores. Reconhecimento Império Italiano.

Da Embaixada em Roma

121 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 14h30 – Em conferência, hoje, o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou-me que o comunicado publicado na imprensa mundial resume, exatamente, os resultados da viagem a Berlim e que nada foi feito no gênero de um bloco ou aliança. Quanto à luta contra a extensão do comunismo, disse-me que a Itália e a Alemanha estabeleceram o combate de maneira já não mais passiva, mas ativa, e com tais meios que as circunstâncias indiquem ou imponham. Apoiou, energicamente, esta declaração, concluindo não ser possível deixar o comunismo instalar-se na Espanha. A seguir manifestou-me, pela primeira vez explicitamente, o desejo de que o Brasil reconheça o Império. Como fato novo, que poderia modificar a nossa atitude, até agora absteria, alegou o reconhecimento alemão, asseverando que outros países, que não nomeou, seguiriam o exemplo, proximamente. Falou da amizade ao Brasil, evidenciada pelos fatos, e mencionou a hierarquia do Brasil na América Latina, acenando com uma maior aproximação futura com a Itália. Declarou-se perfeitamente disposto a demonstrar os sentimentos de amizade da Itália de alguma maneira que se pudessem considerar uma contrapartida ao reconhecimento. Insistiu, com especial empenho, no reconhecimento imediato. Respondi que ia levar tudo isso ao conhecimento de Vossa Excelência e pedir instruções que esclareçam o pensamento do meu Governo mas, desde logo, indiquei que a diretiva da nossa política, antes de tudo, é americana, e referi-me aos compromissos dos pactos vigentes, sem prejudicar, porém, de qualquer atitude ou decisão do meu Governo depois do reconhecimento por outros países ou no caso de alguma eventual manifestação da opinião pública na Câmara ou no Senado. O Ministro, à saída, pediu para me comunicar com o meu Governo e voltar, prontamente, a tratar da matéria, que parece interessá-lo vivamente. Muito agradecerá a Vossa Excelência habilitar-me, com a possível urgência, a conversar novamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 19 NOV. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Roma

126 – CONFIDENCIAL– QUINTA-FEIRA – 17h – As agitações na Alemanha e a tortura de cidadãos alemães na Rússia inspira, novamente, o receio de desenvolvimento da situação internacional, que parecia, temporariamente, acalmada. O atual reconhecimento do Governo Franco⁵³⁸ pela Alemanha e a Itália obedece ao intuito de favorecer, no Mediterrâneo, a frota nacionalista, capaz de impedir a continuação da remessa de auxílios soviéticos para a Catalunha. Em defesa contra o bolchevismo, peço vênua a Vossa Excelência para ponderar o grande valor moral que teria o reconhecimento imediato do Governo Franco pelas nações americanas democráticas, sobretudo o Brasil, que poderia disto auferir vantagens materiais, suprimindo as necessidades da Espanha, apenas restabelecido o tráfego marítimo nos portos ocupados pelos nacionalistas. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 23 NOV. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Acordo comercial Brasil-Itália.

Da Embaixada em Roma

127 – RESERVADO – SEGUNDA-FEIRA – 19h30 – Em conferência, a que fui convidado, o Conde Ciano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, me disse que a atitude do Banco do Brasil, em relação ao acordo de 14 de Agosto⁵³⁹, estava produzindo no Governo Italiano impressão de má vontade do referido Banco. Leu documentos onde o Subsecretário do Câmbio comunicou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Chefe do Governo ter dirigido ao Banco do Brasil várias cartas sobre detalhes indispensáveis a fixar, para iniciar o funcionamento do acordo. O Subsecretário põe em relevo a completa falta de resposta, apesar da insistência da Embaixada italiana, e se queixa da pouca

538 Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde (1892-1975). General e político espanhol. Liderou as forças nacionalistas que derrubaram a República e exerceu a chefia do Estado espanhol (1938-1975). Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

539 Refere-se ao acordo sobre a compra dos submarinos italianos. Ver: AHI 42/4/11. Telegrama de 17 de dezembro de 1936.

consideração do Banco do Brasil pelo Instituto Italiano. O Ministro Peppo, Chefe do Gabinete do Ministro, me disse confidencialmente, que o Chefe do Governo, que se ocupa dos assuntos ítalo-brasileiros, foi informado do fato e mais de uma vez exprimiu o desejo de ver, comercialmente, confirmadas as excelentes relações entre o Brasil e a Itália, porque assim seriam criados maiores interesses recíprocos, assegurando-lhes superior duração e solidez. Para transmitir ao Senhor Mussolini, o Chefe do Gabinete insistiu, perguntando se a atitude do Banco do Brasil deveria, como parecia, ser considerada como adversa à Itália. Nesta mesma ordem de ideias, perguntou o Ministério dos Negócios Estrangeiros se era possível que o Banco do Brasil se quisesse sobrepor às decisões do Governo, vetando praticamente o acordo, depois de firmado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Disse que tais eram as informações recebidas, às quais ele não podia dar crédito. Para terminar, transmitiu-me o pedido do Duce de amistosa interferência, junto à Vossa Excelência e ao Senhor Presidente, no intuito de serem evitadas as mútuas desvantagens possíveis. Nos momentos oportunos, desta conversação, intervi para negar qualquer má vontade, de qualquer órgão da administração brasileira. Aventei a conjectura da exigência burocrática, ou da interpretação, aliás tudo por mim ignorado, porque fui forçado a confessar que nenhuma informação oficial tinha esta Embaixada sobre os trâmites do acordo de 14 de Agosto, depois de assinado. Prometi transmitir, fielmente, a Vossa Excelência tudo quanto me tinha sido dito. Acrescentei, que nesta matéria, como em tantas outras, é sobretudo indicado, como eficiente a ação pessoal no lugar e no momento. Ela, parecia ter faltado no Rio de Janeiro, pela ausência do Embaixador da Itália. Muito agradeceria esclarecer, com a maior urgência o pensamento do Governo sobre todos os pontos do assunto falado na Conferência, bem como manifestar-me a sua decisão sobre o acordo recém-assinado. Peço vênua a Vossa Excelência para ponderar que na Itália, onde a autoridade é realmente unipessoal, pode, sem maior prevenção ou demora, ser bruscamente invertida a posição, eventualmente muito aproveitável, que tínhamos adquirido no período das sanções. DUVAL

OFÍCIO • 01 DEZ. 1936 • AHI 41/3/14

[Índice:] Notícias políticas.

Nº 148

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O mês de novembro, que acaba de terminar, foi fértil, para a Itália, em acontecimentos de caráter internacional. O primeiro deles, em ordem cronológica, foi o acordo ítalo-germânico, de que já me ocupei em ofício anterior, e pelo qual os dois países se comprometeram, entre outras coisas, a formar uma frente única de combate ao comunismo. Seguiu-se-lhe, pouco depois, a conferência, em Viena, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Hungria e Itália, conforme os protocolos de Roma, de que resultaram as seguintes conclusões: 1º – reconhecimento, *de jure*⁵⁴⁰, do Império italiano da Etiópia pela Áustria e a Hungria; 2º – participação econômica desses dois países no desenvolvimento do referido Império; 3º – proclamação da liberdade de rearmar em favor da Áustria e da Hungria; 4º – desenvolvimento das relações econômicas com os outros Estados, por meio de acordos bilaterais. Consta, ainda, do comunicado oficial, que se publicou na ocasião, que os representantes dos três Governos “verificaram, com satisfação, o funcionamento harmonioso dos protocolos de Roma e o seu caráter inteiramente adequado ao fim da reconstrução da bacia do Danubio”. O documento em apreço termina dizendo que os mencionados representantes combinaram reunir-se proximamente em Budapeste, em data a ser fixada em comum acordo. De um modo geral, pois, pode-se concluir que a Conferência de Viena foi, antes de tudo, uma continuação, não somente cronológica, mas também orgânica das conversações de Berlim e de Berchtesgaden⁵⁴¹, entre o Conde Ciano, o Fuhrer⁵⁴² e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich. Evidenciou-se então, mais do que nunca, um absoluto paralelismo político entre Roma e Berlim, cuja consequência será um entendimento, cada vez maior, entre os dois Governos. Nesse sentido, tivemos, ainda há poucos dias, uma prova evidente na atitude do Gabinete de Roma, recusando categoricamente o seu apoio,

540 “de direito” (latim).

541 Conhecido como o “Ninho da Águias”, é um chalé que, situado no coração dos Alpes bávaros, foi utilizado por Adolf Hitler para receber mandatários mundiais.

542 “Condutor”, “guia”, “líder” ou “chefe”. De uso comum no vocabulário alemão, está associada a Adolf Hitler, que a usou para se proclamar “líder” da Alemanha.

solicitado pela França, a um protesto coletivo contra a denúncia, por parte do Reich, do registro internacional de certos rios alemães. Quanto à questão de uma eventual restauração do trono dos Habsburgos, que tantos comentários provocou, antes da Conferência de Viena, por parte da imprensa estrangeira, o comunicado oficial não fez a menor referência, parecendo confirmar, assim, os rumores, que correram, de que Berlim permanecia fundamentalmente hostil a qualquer projeto dessa natureza.

2. À Conferência tripartida, de Viena, seguiu-se, pouco depois, o reconhecimento do Governo de Burgos⁵⁴³ pelos Gabinetes de Berlim e Roma. Tal reconhecimento, entretanto, não afetou a permanência da Itália e da Alemanha no “comitê” de não intervenção de Londres. Tratou-se, apenas, como afirmou o *Giornale d'Italia*, de um “ato de justiça, que é, ao mesmo tempo, uma expressão do realismo da política italiana”. Os círculos oficiais de Roma, por sua vez, afirmam que o aludido reconhecimento significa unicamente um apoio moral da Itália ao Governo do General Franco, com exclusão de qualquer auxílio material. Como quem quer que seja, porém, o reconhecimento do Governo General Franco, pela Itália, não pareceu perturbar a nova atmosfera das relações ítalo-britânicas, as quais, apesar das dificuldades que ainda se apresentam no campo da política europeia, parecem encaminhar-se para um acordo amigável, nos termos do *gentlemen's agreement*⁵⁴⁴, sugerido recentemente por Mussolini.

3. Como consequência imediata do reconhecimento do Governo de Burgos, o Gabinete Italiano retirou de Madri a sua missão diplomática, nomeando, ao mesmo tempo, um representante seu junto àquele Governo, e recebendo em Roma um Encarregado de Negócios do Gabinete nacionalista.

4. Todos esses atos, a que me venho de referir, foram aprovados pelo Grande Conselho do Fascismo, na sua reunião de Novembro último, durante a qual se deliberou, entre outras coisas, acelerar-se a preparação militar do país, principalmente no domínio da aviação e da marinha de guerra.

5. A recente visita a roma do Almirante Horthy⁵⁴⁵, que se fez acompanhar de sua Senhora, do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, constituiu, igualmente, um outro acontecimento de relevância no momento, e que não pode deixar de ter uma grande repercussão nos domínios da política centro-europeia. Com efeito, não há quem ignore que o fundamento da

543 Governo de Burgos. Capital do Governo Nacionalista de 1936 a 1939. “A importância dos interesses britânicos nos territórios efetivamente ocupados pelas forças do general Franco, e a necessidade da proteção dos nacionais britânicos nesses territórios, fez com que este governo julgasse aconselhável entrar em negociações com o chefe nacionalista espanhol, visando à nomeação, por parte do Reino Unido e de Burgos, de agentes encarregados de defender os seus interesses respectivos”. Fonte: *Cadernos do CHDD*, ano XVI, nº 30, 1º sem. 2017.

544 “acordo de cavalheiros” (inglês).

545 Miklós Horthy de Nagybánya (1868-1957). Militar. Foi regente do Reino da Hungria no período entreguerras e durante grande parte da Segunda Guerra Mundial. Fonte <wiki.org>. Acesso em: 15 jan. 2021.

política magiar⁵⁴⁶ repousa, indiscutivelmente, na esperança da revisão territorial das cláusulas do Tratado de Trianon⁵⁴⁷. Essa esperança, entretanto, só poderá realizar-se em detrimento da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e sobretudo da Romênia. Ora, ninguém ignora que a “Pequena *Entente*”⁵⁴⁸ há tempo declarou que preferia fazer a guerra a ceder um só palmo dos territórios que lhe couberam por força do referido Tratado. Mas a evolução dos acontecimentos europeus é muito rápida. No entretanto, o desejo da Itália de auxiliar a Hungria nas suas reivindicações, desejo este, aliás, claramente manifestado por Mussolini, no seu discurso de Milão, não a levará, em nenhuma hipótese, a uma aventura guerreira. De resto, ninguém ignora, na Itália, que uma aventura dessa natureza, capaz de provocar uma conflagração europeia, só aproveitaria à Rússia, a qual, deixando-se ficar à margem dos acontecimentos, poderia, assim, no próximo futuro, tirar as maiores vantagens da sua posição. Nessas condições, pois, quaisquer que tenham sido os entendimentos realizados por ocasião da citada visita, a atitude da Itália, relativamente ao problema do revisionismo territorial, se resumirá, pelo menos por enquanto, numa afirmação do princípio, sem envolver programa algum de ação política.

6. Com relação ao acordo germano-japonês⁵⁴⁹, assinado, há pouco, em Berlim, de combate à IIIª Internacional⁵⁵⁰, é voz corrente, nos círculos oficiais de Roma, que o Governo italiano, embora aplaudindo-o, não julga necessária a sua adesão, por isso que o mesmo constitui um complemento do que já existe entre a Itália e o Reich.

7. Finalmente, cumpre-se assinalar que a Itália e o Japão reconheceram, reciprocamente, o Governo de Manchukuo e o Império italiano da Etiópia, concluindo, nessa ocasião, em Tóquio, um acordo especial, de que fazem

546 Relativo ou pertencente à Hungria, que em língua pátria é *Mgyarország*, país dos magiares. Fonte: LELO, Edgar; LELO, José. *Dicionário Prático Ilustrado*. 1960.

547 Tratado de Trianon. Após a devastação da Primeira Guerra Mundial, as potências vencedoras, através dos tratados de paz, impuseram rigorosas exigências aos países derrotados. Pelos acordos impostos aos perdedores – Alemanha, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano e a Bulgária – cederam além de partes de seus territórios, o pagamento de pesadas reparações financeiras aos vencedores. Pela parte do Império Austro-Húngaro, a Hungria, que se tornara um Estado independente sob os termos do Tratado de Trianon, assinado em novembro de 1920, cedeu a região da Transilvânia à Romênia; a Eslováquia e o Rus Transcarpathiano à recém-formada Tchecoslováquia, bem como outras terras da coroa húngara à futura Iugoslávia. Fonte: <ushmm.org>. Acesso em: 10 jan. 2021.

548 Aliança formada em 1920 pelos três maiores Estados-sucedores da monarquia austro-húngara: a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a Romênia. Seu objetivo era vigiar o duplo perigo representado pelo revisionismo húngaro e por uma restauração dos Habsburgos, firmando, a partir de 1929, tratados bilaterais, que eram automaticamente renovados a cada cinco anos. Em 1933, elas renovaram o tratado permanentemente, e criaram um conselho de ministros das Relações Exteriores e um secretariado para unificar suas políticas externas. Esse Pacto de Organização, assinado duas semanas depois de Hitler ter tomado o poder na Alemanha, constituiu o ponto alto de sua união. A partir daquele momento, os países da “Pequena *Entente*” encontraram circunstâncias que os levariam implacavelmente para rumos diferentes. Fonte: WIGHT, Martin. *A política do Poder*. São Paulo: Ed. UNB, IPRI, IOESP, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

549 Ver nota 639

550 Ver nota 510.

parte diversas cláusulas de caráter comercial. Comentando o acordo germano-japonês, a imprensa romana manifesta-se surpreendida pelas apreensões que o mesmo despertou no estrangeiro. E isto porque, a seu ver, não se trata de uma ameaça contra terceiras potências, e sim de um acordo defensivo, aberto à participação de todos os países. Nesse particular, aliás, a imprensa reflete fielmente o ponto de vista do Governo italiano, para o qual o grande inimigo da paz, no momento, se resume nesta palavra – comunismo.

8. Em apenso, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência os competentes retalhos de jornais romanos, relativos aos assuntos tratados neste ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Sr. Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores

Anexos⁵⁵¹ – Nº 1. “*Oggi se è iniziata a Vienna la conferenza fra gli Stati firmatari dei Protocolli di Roma*”. *La Tribuna*. Roma, 12 de novembro de 1936.

Nº 2. “*Verso l’occupazione integrale dell’Etiopia*”. *La Tribuna*. Roma, 13 de novembro de 1936.

Nº 3. “*Il Ministro Ciano è arrivato a Budapest*”. *La Tribuna*. Roma, 14 de novembro de 1936.

Nº 4. “*Spirito costruttivo*”. *La Tribuna*. Roma, 15 de novembro de 1936.

Nº 5. “*I colloqui italo-magiari di Budapest*”. *La Tribuna*. Roma, 27 de novembro de 1936.

Nº 6. “*Il Duce illustra al Gran Consiglio la situazione internazionale, interna, militare ed economica*”. *La Tribuna*. Roma, 20 de novembro de 1936.

Nº 7. “*Armi ed armati dell’Italia fascista. Venticinquemila uomini 150 cannoni e 150 carri armati*”. *Il Messaggero*. Roma, 26 de novembro de 1936.

Nº 8. “*Superbo spettacolo di potenza navale in onore del Reggente d’Ungheria*”. *Il Messaggero*. Roma, 27 de novembro de 1936

551 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “Hoje começou em Viena a conferência entre os Estados signatários dos Protocolos de Roma”. *La Tribuna*. Roma, 12 de novembro de 1936; Nº 2. “Rumo à ocupação integral da Etiópia”. *La Tribuna*. Roma, 13 de novembro de 1936; Nº 3. “O Ministro Ciano chegou a Budapeste”. *La Tribuna*. Roma, 14 de novembro de 1936; Nº 4. “Espírito construtivo”. *La Tribuna*. Roma, 15 de novembro de 1936; Nº 5. “O colóquio italo-húngaro em Budapeste”. *La Tribuna*. Roma, 27 de novembro de 1936; Nº 6. “O Duce ilustra ao Grande Conselho a situação internacional, interna, militar e econômica”. *La Tribuna*. Roma, 20 de novembro de 1936; Nº 7. “Armas e forças armadas da Itália fascista. Vinte e cinco mil homens, 150 canhões e 150 tanques”. *Il Messaggero*. Roma, 26 de novembro de 1936; Nº 8. “Soberba demonstração de poder naval em homenagem ao Regente da Hungria.” *Il Messaggero*. Roma, 27 de novembro de 1936; Nº 9. “A jornada romana de Horthy. A Visita ao Papa”. *Il Messaggero*. Roma, 28 de novembro de 1936; Nº 10. “A saída do governante da Hungria. Horthy salgado pelo Rei Imperator e pelo Duce”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de novembro de 1936.

Nº 9. “*Le giornate romane di Horthy. La Visita al Papa*”. *Il Messaggero*. Roma, 28 de novembro de 1936.

Nº 10. “*La partenza del regente d’Ungheria. Horthy salutato dal Re Imperatore e dal Duce*”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de novembro de 1936.

TELEGRAMA • 17 DEZ. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Unidades para a Marinha brasileira⁵⁵².

Da Embaixada em Roma

140 – RESERVADO – QUINTA-FEIRA – 16h30 – Hoje, o Embaixador italiano, aí, Senhor Roberto Cantallupo pede para enviar a Vossa Excelência, pessoalmente, e para ser transmitido ao Senhor Ministro da Fazenda, o seguinte telegrama: “O Governo italiano está disposto a receber 70% dos submarinos em moeda internacional e o resto em libras bloqueadas, se existirem. Isto sob a condição de que o Governo brasileiro induza, sem demora, o Banco do Brasil a executar bancariamente o acordo de 14 de Agosto, nos termos da carta do Instituto Italiano de Câmbio, datada de 3 de Outubro, e, outrossim, satisfaça a conhecida diferença de câmbio no fornecimento de carnes congeladas. É materialmente impossível regular o pagamento dos submarinos, se as duas questões mencionadas não se regularem antes, porque a liberação dos congelados brasileiros na Itália depende da execução do *modus vivendi*⁵⁵³, mesmo na cláusula referente aos fornecimentos. Para isso, partiu para o Rio de Janeiro o Doutor Forte, do Banco de Itália, que se apresentará pessoalmente a Vossa Excelência para tratar do assunto. Recomendo calorosamente o Doutor Forte e muito espero que Vossa Excelência tudo conseguirá resolver. O contrato dos submarinos poderá ser firmado logo. Rogo informar ao Almirante Ministro da Marinha. CANTALLUPO⁵⁵⁴”. GUERRA DUVAL

552 De 1904 a 1940, todos os submarinos utilizados pela Marinha do Brasil eram provenientes de estaleiros italianos. Essa parceria se inicia em 1914, com a aquisição de três unidades da classe “Foca” (F1, F2, F3), que haviam sido encomendados dez anos antes. Em 1915, chega a unidade batizada de *Ceará*. Em 1925 é incorporado o *Humaitá*. Entre 1937-1938 são incorporados os três submarinos da classe “Perla” – *Tupy*, *Tymbira* e *Tamoyo* – que, com 60 metros de comprimento, atingiam a velocidade máxima 14 nós (cerca de 26 km/h) na superfície e 7,5 nós (cerca de 14 km/h) em imersão, para uma tripulação de 33 homens. Fonte: *100 anos da Força de Submarinos do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2014.

553 Modo de viver, de conviver, de sobreviver. Juricamente, trata-se de um acordo pelo qual se estabelece uma situação a ser seguida pelos contratantes, em caráter temporário (latim).

554 Roberto Cantalupo (1891-1975). Jornalista e político italiano. Fundou e editou o jornal *Ultramarino*. Foi deputado de 1924 a 1934; subsecretário das Colônias de 1924 a 1926; ministro plenipotenciário no Egito em 1930; embaixador no Brasil e na Espanha. Adjunto do segundo ao quarto legislador republicano de 1953 a 1968. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 17 jan. 2021.

TELEGRAMA • 17 DEZ. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Unidades para a Marinha brasileira.

Da Embaixada em Roma

140A – RESERVADO – QUINTA-FEIRA – 16h30 – Referência ao meu telegrama nº 138: tendo sabido que o Subsecretário de Estado do Câmbio ia dirigir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um ofício recusando receber, em congelados, 30% dos submarinos, agi junto ao Subsecretário de Estado e, nesse mesmo dia 10, o Adido Comercial Luiz Sparano⁵⁵⁵, em conferência com o Diretor Agostini, obteve que fosse declarado sem valor o referido ofício de recuas e redigido um outro, concordando com o nosso desejo, se a existência concreta dos congelados atingisse tal. No dia 11, o Senhor Sparano verificou que uma carta em tal sentido fora, realmente, expedida ao Ministro das Relações Exteriores. Passei, então, o telegrama aludido. No telegrama do Embaixador Cantallupo é evidente o intuito de fazer pressão com o negócio dos submarinos, o que posso afirmar, pois, a Itália deseja vender, pelo menos, tanto quanto deseja comprar. Esta Embaixada, que até agora tem agido no assunto sem instruções e somente, indiretamente, teve conhecimento dos desejos do Governo brasileiro, muito agradecerá mandar ordens que permitam maior segurança e eficiência da minha parte. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 24 DEZ. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Unidades para a Marinha de Guerra Brasileira.

Da Embaixada em Roma

143 – RESERVADO – QUINTA-FEIRA – 14h – O Subsecretário dos Negócios Estrangeiros informou-me que o Governo italiano nunca subordinou o negócio dos submarinos à execução do *modus vivendi* ou a qualquer outra questão, nem autorizou a apresentação de semelhante condição. O Subsecretário de Estado dos

⁵⁵⁵ Luiz Sparano (1885-?). Diplomata, médico e advogado. Cônsul em Spazzia de 1918 a 1920; auxiliar de adido comercial de 1924 a 1930. Foi lotado, de 1927 a 1940, em Roma, como adido à embaixada de 1930 a 1932, adido comercial de 1932 a 1940 e ministro de 1940 a 1945. Encarregado de negócios em Berna em 1941. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. Rio de Janeiro, 1945.

Negócios Estrangeiros pede que o Governo brasileiro reduza a quota desejada dos congelados de maneira a facilitar o acordo de aproximação entre os 30% que pedimos e o Subsecretário de Câmbio admitiu e os 14% marcados pelo Ministério da Marinha italiana, que continua a defender energicamente seus algarismos. Rogo ordens com a possível urgência. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 29 DEZ. 1936 • AHI 42/4/11

[Índice:] Unidades para a Marinha de Guerra Brasileira.

Da Embaixada em Roma

145 – RESERVADO – TERÇA-FEIRA – 14h – O Ministro das Relações informou-me ter feito, com ardor, todos os esforços para ir de encontro aos desejos do Governo brasileiro, na forma de pagamento dos submarinos, não tendo podido obter que o Ministério da Marinha consinta na proporção de 30% dos congelados, que na sua esfera de ação o Subsecretário do Câmbio admitiu. O Ministério da Marinha, depois de refazer os cálculos na presença do Ministro das Relações Exteriores, atingiu 20% no limite máximo, intransponível. Afirma o Ministro das Relações Exteriores que importaria em prejuízo certo para o Governo italiano qualquer elevação deste último algarismo, visto a alta atual e contínua dos metais, como ferro e níquel, indispensáveis na construção dos submarinos, que deverão substituir aqueles que forem vendidos ao Brasil. O Governo italiano muito agradecerá uma resposta favorável com a possível urgência. DUVAL

ROMA

1937

OFÍCIO • 02 FEV. 1937 • AHI 41/3/14

[Índice:] Notícias políticas.

Nº 15

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 2 de Fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Depois de um laborioso período de íntima colaboração, a que não foi estranha, certamente, a presença em Roma do General Goering⁵⁵⁶, Ministro do Ar do Reich, a Itália e a Alemanha responderam, há dias, ao *memorandum* britânico de 10 de Janeiro último, relativo à proibição de recrutamento e partida de voluntários estrangeiros para a Espanha. As duas notas, que são idênticas quanto ao fundo, importam numa aceitação de princípio da sugestão do Gabinete de Londres, deixando, assim, ampla margem para uma *entente* no quadro do acordo geral de não intervenção.

2. Não obstante o tom conciliatório, que a caracteriza, a resposta do Governo italiano insiste nas reservas constantes da sua nota de 7 de Janeiro do corrente ano, relativas à aplicação do princípio de não intervenção, não só quanto ao apoio financeiro prestado aos dois partidos em luta, na Espanha, mas também quanto à propaganda das ideias políticas em foco. Além disso, pede que as medidas de controle terrestre, naval e aéreo sejam examinadas, sucessivamente, antes da promulgação do embargo sobre os voluntários, e que esse embargo seja aplicado na mesma data e simultaneamente por todos os interessados. Nesse particular, aliás, o Gabinete italiano se compromete a enviar oportunamente as suas sugestões ao comitê de não intervenção de Londres.

3. A nota em apreço propõe, ainda, a retroatividade do embargo sobre os voluntários, isto é, a evacuação do território espanhol de todos os combatentes, chegados do estrangeiro, para participar da guerra civil. Com essa proposta, a Itália visa antes de tudo uma não intervenção integral, privando, ao mesmo tempo, os comunistas espanhóis do seu melhor apoio, que é a “brigada internacional⁵⁵⁷”. É voz corrente, aliás, nos círculos políticos de Roma, que, se

556 Hermann Wilhelm Göring (1893-1946). Militar alemão e político. Foi, a partir de 1932, presidente do Reichstag, ministro da Aviação, ministro da Economia e ministro-presidente da Prússia até 1945. Uma das principais figuras do Reich alemão. Fonte: *Cadernos do CHDD*, ano XVIII, nº 36, 1º sem. 2020.

557 Durante a Guerra Civil Espanhola, de julho de 1936 a março-abril de 1939, ambos os lados em luta – os republicanos governamentais de um lado, os monarquistas e direitistas revoltosos de outro – contaram com apoio internacional e solidariedade política e material. No lado do governo legal de Frente Popular, manifestou-se na criação, em quase todo o mundo, de “comitês de ajuda à Espanha republicana”, com o afluxo de milhares de voluntários estrangeiros, que se agruparam nas “Brigadas Internacionais”. Fonte: ALMEIDA,

for restabelecida a situação existente no início do conflito espanhol, as tropas do General Franco não terão dificuldade em vencer as últimas resistências do Governo de Valência⁵⁵⁸.

4. A resposta italiana sustenta, igualmente, que a naturalização em bloco, pelo governo de Valência, dos estrangeiros existentes nas fileiras de uma das partes em causa, seria contrária aos princípios fundamentais da política de não intervenção.

Tal ato arbitrário e unilateral, diz o documento em apreço, não poderia em caso algum constituir um verdadeiro empecilho ou obstáculo ao exame e execução das propostas a serem apresentadas ao comitê de Londres, em matéria de evacuação total, da Espanha, dos voluntários de guerra e políticos, propostas que, do contrário, correriam o risco de sofrer um revés, antes mesmo de serem examinadas e discutidas.

5. Verifica-se do exposto que, se a nota de Roma dá a impressão de um estado de espírito favorável à conciliação, nem por isso deixa de manter todos os pontos que constituem as reservas italianas.

6. Cumpre assinalar, entretanto, que as respostas de Berlim e Roma não insistem especialmente na resolução atribuída aos dois Governos de garantir de qualquer maneira a vitória do General Franco, e de impedir, por todos os meios, o estabelecimento de um Estado proletário soviético na Espanha. Tal, porém, não significa que a Itália e a Alemanha hajam modificado a sua política nesse sentido; tudo indica, ao contrário, que os dois Governos estão cada vez mais firmes em torno da política estabelecida pelo “eixo Berlim-Roma”, cuja finalidade principal é o combate ao comunismo, em todas as suas manifestações. O próprio fato da transferência do Embaixador Roberto Cantalupo para Salamanca, anunciada pelos jornais de hoje, é uma prova evidente de que o Governo italiano está mais do que nunca disposto a prestigiar o Governo nacionalista do General Franco.

7. Junto, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência os competentes retalhos de jornais, contendo, na íntegra, a nota de que me ocupo neste ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 12, Curitiba, junho 1999.

558 No começo de novembro de 1937 tem início o “ataque final” dos nacionalistas contra Madri, com colunas comandadas por oficiais que haviam lutado no Rif marroquino e compostas, em sua maior parte, por legionários estrangeiros e tropas mouras. Com isso o governo republicano abandona a capital e instala-se em Valência. Fonte: ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 12, Curitiba, junho 1999.

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario Pimentel Brandão
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores

Anexo⁵⁵⁹: “*A risposta dell’Italia al Memorandum britannico*”. *Il Messaggero*.
Roma, 24 de janeiro de 1937.

OFÍCIO • 05 ABR. 1937 • AHI 41/3/14

[*Índice*:] Notícias políticas.

Nº 46

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Abril de 1937.

Senhor Ministro,

A controvérsia que se estabeleceu na imprensa internacional, em virtude das declarações feitas pelo Embaixador Grandi, no “comitê de não intervenção”, de Londres, de que a Itália não retiraria um só dos seus voluntários da Espanha, antes do fim da guerra civil neste país, vai, pouco a pouco, vai, pouco a pouco, perdendo a sua intensidade inicial, permitindo, assim, que se discutam com relativa calma os graves problemas que pesam, no momento, sobre a paz da Europa. Calma aparente, está visto, mesmo porque a desconfiança que subsiste na opinião inglesa a respeito da política geral do Governo fascista e o rancor, por parte da Itália, pela atitude britânica diante da política de expansão italiana na África Oriental, constituem dois fatores morais, que tornam particularmente difícil qualquer entendimento a favor da consolidação da paz no continente. Enquanto, pois, as relações entre esses dois países se mantiverem no terreno da mútua dissidência, nenhum regulamento europeu durável poderá ser encarado com perspectivas de êxito.

2. Força é reconhecer, entretanto, que o Governo italiano, não obstante o tom violento com que os jornais da península retrucam aos comentários e críticas da imprensa britânica, continua a fazer profissão de fé pacifista, valendo-se de todas as oportunidades que se lhe oferecem para declarar que a Itália não tem outra aspiração, no terreno internacional, senão trabalhar pela consolidação da paz entre os povos. Tal, porém, não quer dizer que ela permita a menor

559 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “A resposta da Itália ao Memorando britânico”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de janeiro de 1937.

restrição ao programa, que se traçou, de defesa dos seus interesses, quer no Mediterrâneo, quer na África Oriental.

3. Ainda recentemente, a propósito do problema da não intervenção na Espanha, o Sr. Alfieri⁵⁶⁰, Ministro italiano de imprensa e propaganda, fez aos correspondentes dos jornais estrangeiros em Roma as mais absolutas declarações nesse sentido. “É inteiramente falso” – declarou o citado Ministro –

que a Itália se prepare para enviar novos voluntários para a Espanha. As medidas adotadas pelo comitê de não intervenção de Londres foram e serão sempre respeitadas pelo Governo italiano. Não intervenção, controle e demais medidas atualmente em estudos pelo comitê em Londres, devem, entretanto, ser aplicadas de maneira igualitária e totalitária. Todavia, se as outras potências continuarem a enviar material bélico e voluntários para a Espanha, contrariamente às disposições tomadas em Londres, o Governo italiano se achará, então, no dever de mudar de atitude.

4. Nesse terreno, aliás, a atitude deste país permanece inalterável. É que a Itália não visa, na Espanha, nem benefícios territoriais, nem vantagens políticas, e sim defender, de um modo geral, o *statu quo* europeu e, mais particularmente, o *statu quo* mediterrâneo. Como assinalou, há dias, Sr. Maurizio Maraviglia, num editorial da *Tribuna*, a Itália não quer que o bolchevismo, através da Rússia, e a Rússia, através do comunismo, consigam implantar-se no Mediterrâneo.

Tal eventualidade, acrescenta o mencionado jornalista, representaria o princípio de uma catástrofe europeia e de um grave perigo para a independência política da Itália. Esta última defende, pois, na Espanha, uma das suas razões essenciais da vida, que coincide estreitamente com um grande interesse europeu.

5. Não pensa de outra maneira a opinião pública italiana. Aliás, comprometida, como se acha, no conflito espanhol, tudo faz prever que a Itália fascista não modificará a sua atitude atual, quaisquer que sejam as consequências que disso possam resultar. Nessas condições, portanto, é pouco provável, ou mesmo impossível, que ela venha a concordar com a retirada dos seus voluntários da Espanha. De resto, julga-se aqui, de maneira geral, que o momento ainda não se presta à evacuação sugerida, por isso que a mesma depende de duas condições: 1ª – a entrada em vigor do controle; 2ª – a adesão dos dois Governos em luta, na Espanha. E essas duas condições ainda estão longe de se realizar.

6. Foi nesse ambiente de visível mal-estar internacional, provocado, antes de tudo, pela polêmica da imprensa ítalo-britânica em torno dos acontecimentos na Espanha, que a Itália e a Iugoslávia assinaram, em Belgrado, os acordos de

560 Dino Alfieri (1886-1966). Advogado italiano. Chefe partidário e deputado fascista. Em 1935, ministro da Imprensa e Propaganda; de 1937 a 1939, da Cultura Popular; de 1941 a 1943, embaixador em Berlim. Em 1943, deu por voto favorável a Grandi no Grande Conselho do Fascismo, sendo condenado por contumácia nos processos de Verona. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

25 de Março último, destinados a regular certos aspectos políticos e econômicos das relações entre os dois países.

7. Por esses acordos, que tiveram a mais favorável repercussão na península, as duas potências contratantes comprometem-se, entre outras coisas, a respeitar as suas fronteiras terrestres comuns, bem como as suas fronteiras marítimas o sobre o Adriático⁵⁶¹; a se abster de toda ação que possa favorecer o agressor, no caso de uma delas vir a ser objeto de um ataque; a salvaguardar os seus interesses comuns em caso de complicação internacional; a não se servir da força armada nas suas relações, como instrumento de política nacional; a regular as suas questões por meios pacíficos, etc.

8. Comentando os acordos de Belgrado, a imprensa romana faz questão de assinalar que a *entente* ítalo-iugoslava foi realizada fora do quadro da Liga das Nações, inspirando-se na política dos pactos bilaterais de garantia. Frisa, além disso, que os acordos em questão importam no desaparecimento do irredentismo⁵⁶² entre os dois países, o que permitirá à Itália dedicar-se, sem maiores preocupações, ao desenvolvimento pacífico do seu império. Trata-se, com efeito, de um grande problema de ordem histórica, que vem de ser resolvido da maneira mais favorável aos dois países. É o problema da bacia do Adriático, com todas as suas dificuldades e perigos, que desaparece, ou se deseja que desapareça, como causa de possível conflito entre os Gabinetes de Roma e Belgrado.

9. Em apenso, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência retalhos, em duplicata, do *Messaggero*, contendo o texto dos tratados em questão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario Pimentel Brandão
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores

Anexo⁵⁶³: “*Il testo degli accordi*”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de março de 1937.

561 Braço do mar Mediterrâneo situado entre as penínsulas italiana e balcânica. O Adriático teve grande importância no desenvolvimento histórico da Europa mediterrânea. Fonte: <britannica.com>. Acesso: 15 jan. 2021.

562 Doutrina política por meio da qual uma nação advoga a incorporação de um território culturalmente ligado a ela, mas sob domínio estrangeiro. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 29 jan. 2021.

563 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “O texto dos acordos”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de março de 1937.

TELEGRAMA • 01 JUN. 1937 • AHI 42/4/11

[Índice:] Revolução na Espanha. Situação europeia.

Da Embaixada em Roma

35 – RESERVADO – TERÇA-FEIRA – 13h – A situação na Europa inspira, a todo instante, temor pela explosão de uma guerra que se generalizaria. Os incidentes marítimos atuais, poderão, ainda, ser resolvidos pacificamente, mas a atmosfera de nervosismo dos Governos e das opiniões populares europeias é tal que justifica o receio de algum gesto inesperado e irremediável dos mesmos, por motivos menores. Está comprovado o intuito e o esforço de Moscou em provocar, indiretamente, o conflito, para derivar, assim, a solução de sua grave dificuldade interna e facilitar a ação bolchevista na Europa e no mundo. A Itália empenha-se, sinceramente, em prorrogar a paz atual que lhe convém, mas o desenvolvimento da situação depende, maiormente, da franca atitude preventiva da França e da Inglaterra, porque os Sovietes se tornarão prudentes se estiverem prevenidos de não contar com o eventual apoio da França, a qual, por seu turno, só poderá agir em favor dos Sovietes, na suposição de ter, na Europa Central e no mar, o auxílio inglês. A atitude do Japão, se for manifestada em tempo, também poderá influir, decisivamente, sobre os Sovietes. Para controlar o meu juízo e permitir me servir melhor, muito agradeceria comunicação das informações que Paris e Londres forneçam sobre esse e outros aspectos do assunto. Se Vossa Excelência julga útil, continuarei a telegrafar não só sobre a posição da Itália, mas também, sobre a situação geral como veem daqui. DUVAL

OFÍCIO • 04 JUN. 1937 • AHI 41/4/1

[Índice:] A atitude da Itália em face da situação na Espanha.

Nº 87

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 4 de Junho de 1937.

Senhor Ministro,

Como é do conhecimento da Vossa Excelência, o navio italiano *Barletta*, a serviço do controle naval da Comissão de não intervenção⁵⁶⁴, foi bombardeado a

564 Formado pelo Reino Unido e a França, objetivava “o estabelecimento do Comitê para a Não Intervenção em Londres (1936), que retirava das mãos da Liga a questão da Guerra Civil espanhola”. Fonte: WIGHT, Martin. *A política do Poder*. São Paulo: Ed. UNB, IPRI, IOESP, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

26 de maio último, no porto de Palma de Maiorca, por cinco aviões pertencentes às forças armadas de Valência. Em consequência desse bombardeio, morreram seis oficiais, ficando vários outros gravemente feridos, inclusive o Comandante.

2. Logo que teve notícia desse atentado, o Governo italiano, por intermédio do seu Embaixador em Londres, levou o caso ao conhecimento da Comissão de não intervenção, pedindo para o mesmo as necessárias providências, de forma a evitar, no futuro, a sua repetição.

3. Dias depois, entretanto, acontecia o mesmo com o vaso de guerra alemão *Deutschland*, de que resultou, em represália, o bombardeio do porto de Almeria. Diante disso, o Governo italiano fez publicar o seguinte comunicado:

A repetição dos ataques dos aviões vermelhos contra os navios de guerra italianos e alemães, tendo provado claramente a existência de um plano premeditado de ação contra as forças navais enviadas pelos dois Estados para exercer o controle naval a serviço do comitê de não intervenção, o Governo fascista decidiu: 1º – retirar os navios italianos do controle marítimo internacional; 2º – retirar o seu representante do comitê de Londres, enquanto esse organismo não adotar as medidas suscetíveis de impedir novos ataques criminosos.

4. Analisando os acontecimentos, a imprensa da península aplaude sem reservas a atitude da Alemanha, que classifica de legítima defesa, e ataca com energia o Governo de Moscou, a quem atribui o propósito de, por meio do conflito espanhol, desencadear a guerra na Europa. É essa, igualmente, a opinião dominante no país, quer se trate das suas classes dirigentes, quer da própria população.

5. Não obstante a retirada da Itália da Comissão de não intervenção, os navios italianos utilizados no controle do Mediterrâneo ocidental continuam a ocupar os setores que lhes foram atribuídos por aquele organismo. Deduz-se daí que o Governo italiano não só deseja evitar qualquer complicação internacional, como espera que a referida Comissão tome uma atitude qualquer a respeito do controle da Espanha, capaz de pôr um fim à situação transitória do momento, considerada por todos como extremamente grave e perigosa.

6. Segundo informações dignas de crédito, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália acaba de comunicar ao Embaixador britânico nesta capital que o Governo italiano aceita em princípio a proposta do Gabinete de Londres, há pouco recebida, tendente a resolver a crise provocada pelo bombardeamento dos navios italianos e alemães. Essa proposta consiste no seguinte: 1º – que as duas partes beligerantes, na Espanha, assumam o compromisso formal de respeitar os navios de guerra estrangeiros; 2º – se estabeleçam zonas de segurança nos portos dos dois partidos; 3º – que as quatro potências navais, encarregadas do controle, se consultem previamente sobre as medidas a adotar em caso de ulteriores ataques.

7. Aceitando-a, porém, em princípio, o Gabinete de Roma, tal como o de Berlim, faz restrições ao terceiro item da proposta britânica, por entender que, no caso em apreço, a nação atacada deve ter o direito de tomar providências imediatas, sem necessidade de consulta prévia às três outras potências interessadas no controle. Dado, entretanto, o interesse que os quatro Governos manifestam pela questão, é de esperar que, dentro de poucos dias, se chegue a um acordo definitivo sobre o assunto.

8. Malgrado a sua completa solidariedade com a Alemanha, cumpre reconhecer que a Itália conserva uma visão calma da situação. Vê-se que ela procura evitar, com sabedoria, qualquer atitude irreparável e que não medirá esforços para conseguir o apaziguamento geral.

9. A julgar-se, pois, pela discricção da sua atitude nos acontecimentos a que me venho de referir, a presença, atualmente, em Roma, do General von Blomberg⁵⁶⁵, se é mais uma afirmação pública do perfeito funcionamento do eixo Roma-Berlim, não parece ter, entretanto, como suspeita a imprensa estrangeira, qualquer desígnio oculto, em vista de uma possível aliança militar entre os dois países. Aliás, o paralelismo da política dos dois Governos torna dispensável, por enquanto, uma aliança dessa natureza. Só mesmo um fato novo, de gravidade imprevisível, poderia tornar possível a sua realização. Nesse dia, porém, a guerra europeia seria inevitável.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁵⁶⁶: “*La selvaggia agressione Rossa contro le nostre navi a Palma di Majorca*”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de maio de 1937.

565 Werner Eduard Fritz von Blomberg (1878-1946). Militar. Em 1933, ministro da Defesa, apoiou a ascensão de Hitler ao poder. Em 1934, atuou para o sucesso da operação da “Noite das Facas Longas”, quando Hitler expurgou do Partido Nazista inimigos políticos. Quando Hitler assumiu o poder absoluto, Blomberg ordenou ao Exército lealdade a Hitler, não ao país. Em 1936, foi o primeiro marechal de campo. Em 1938, para abafar um escândalo pessoal, Hitler o dispensou. Em 27 de janeiro, partiu de Berlim para nunca mais voltar ao poder. Após a guerra, foi preso pelos aliados e testemunhou nos julgamentos de Nuremberg. Faleceu na prisão. Fonte: <ww2db.com>. Acesso: 24 jan. 2021.

566 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “A selvagem agressão vermelha contra nossos navios em Palma de Maiorca”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de maio de 1937.

OFÍCIO • 23 JUN. 1937 • AHI 41/4/1

[Índice:] O fracasso de Guadalajara. Artigo de Mussolini.
Nº 108

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 23 de Junho de 1937.

Senhor Ministro,

Nos retalhos em apenso, do *Messaggero*, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o artigo intitulado “Guadalajara”, cuja autoria é atribuída ao Chefe do Governo italiano.

2. Nesse artigo, que é uma justificação da derrota de Guadalajara, o Sr. Mussolini estuda a gênese dessa batalha, os planos de combate e o avanço de 40 quilômetros dos legionários italianos sobre aquela cidade, cuja queda, no consenso geral, importaria, imediatamente, na capitulação de Madri. A batalha, diz o artigo em apreço, foi das mais violentas, sendo que algumas das posições em jogo foram perdidas e reconquistadas diversas vezes. Um batalhão de “camisas negras”, que havia perdido a sua ligação com o grosso da tropa, teve dizimados todos os seus oficiais. As divisões de socorro, por sua vez, cercadas pelos vermelhos, sofreram idêntico revés, ocasionado pelo bombardeio dos aviões de Valência.

3. Nesta altura do artigo, o Duce atribui a derrota dos legionários italianos, não aos próprios combatentes, mas ao comando superior, que deu a ordem de retirada.

Até então – diz o chefe do Governo italiano – o comando não havia cometido faltas, mas, a um dado momento, deu ordem de recuar e isso foi uma falta, uma grande falta. Os legionários italianos tinham-se batido como leões e não estavam vencidos. Além disso, milhares de homens de reserva ainda estavam por utilizar. Dos quarenta quilômetros conquistados, vinte ainda permaneceram em poder dos legionários, o que não impediu que a imprensa antifascista desencadeasse a sua desprezível campanha de mentiras e calúnias.

E mais adiante acrescenta: “As hienas de face humana atiraram-se sobre o sangue puro da mocidade italiana, como se fosse *whisky*”.

4. Depois de explicar que uma retirada, quando feita em boas condições, não constitui uma derrota, o Duce faz o elogio do valor militar dos legionários italianos e termina com estas palavras de incitação aos “camisas negras”: “Onde, quando, como, não é possível dizer agora, mas uma coisa é certa como um dogma de fé, da nossa fé: os mortos de Guadalajara serão vingados”.

5. Esse artigo, como Vossa Excelência sabe, teve grande repercussão

internacional, sendo comentado e reproduzido por todos os jornais da Itália. Ainda hoje, a propósito da tomada de Bilbao⁵⁶⁷, a imprensa da Península reproduz vários dos seus parágrafos, afirmando que a queda daquela cidade constitui o começo da vingança prevista pelo Duce.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁵⁶⁸: “*Guadalajara*” – *Saranno vendicati*”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de junho de 1937.

TELEGRAMA • 06 JUL. 1937 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Revolução na Espanha. Reconhecimento beligerância.

Da Embaixada em Roma

51 – RESERVADO – TERÇA-FEIRA – 12h – Conferenciei, demoradamente, com o Ministro das Relações Exteriores sobre a situação atual decorrente da guerra na Espanha. Disse-me que, nas controvérsias do Comitê de não Intervenção, a Itália e a Alemanha mantêm perfeito acordo e não cederão diante das exigências anglo-francesas nem aceitarão o controle marítimo exclusivo da Inglaterra e da França; não retirarão os voluntários da Espanha, persistindo ambas na firme decisão, já publicamente declarada, de não consentir o estabelecimento do bolchevismo na Espanha. Desmentiu, categoricamente, as notícias dos jornais franceses e ingleses sobre as pretensões territoriais ou políticas na Espanha com projeção de modificar o *statu quo* no Mediterrâneo, afirmando, com grande ardor, que em toda esta questão a Alemanha partilha do ponto de vista italiano, que é o interesse vital de impedir que o comunismo inicie, vitoriosamente, pela Espanha a invasão pela Europa, como Lenine projetou. Para

567 Em 11 de Junho de 1937, as forças bascas que se tinham retirado para a cidade de Bilbao não resistiram a um ataque direto da força nacionalista. Na noite de 13 de junho, a maioria da população civil da cidade foi retirada. Em 18 de Junho, o restante das tropas avacuuou a cidade e os nacionalistas a ocuparam no dia seguinte. Apesar das pontes destruídas, a cidade permaneceu quase intacta. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 17 jan. 2021.

568 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Guadalajara – Eles serão vingados”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de junho de 1937.

esta ação defensiva a Itália e a Alemanha continuam dispostas a usarem todos os meios. O Ministro não prevê um próximo conflito agudo, conseqüente do dissídio no Comitê de não Intervenção porque admite que não fira os pontos capitais das diretivas ítalo-germânicas. Informou prever que, dentro de poucos dias, será completada a ocupação nacionalista em todo o norte da Espanha, zona estimada importantíssima. (O rearmamento inglês obtinha em Bilbao grande parte de ferro indispensável. A Itália e a Alemanha pretendem também fornecer-se, ali, no domínio do General Franco). Insistindo na firmeza da decisão da luta contra o comunismo na Espanha, o Ministro mostrou o perigo que a vitória moscovita acarretaria fatalmente também para a América Latina, a cuja frente, disse, a Itália coloca o Brasil. Referiu-se, então, às informações vindas de Washington e das atuais conversações dos Governos sul-americanos sobre o eventual reconhecimento do Governo ou da beligerância do General Franco. Pôs em relevo o apoio moral que o reconhecimento latino-americano, imediato, daria aos defensores da nossa civilização contra o assalto moscovita e terminou pedindo, quase textualmente, solicitar a Vossa Excelência manifeste ao Senhor Presidente da República quanto para a luta anticomunista parece oportuno o reconhecimento e que grande satisfação a Itália teria em ver o Brasil assumir, numa tal ação, no seu Continente, a precedência que lhe comete, de direito. De toda a Conferência recebi a impressão de que as Chancelarias das grandes potências se esforçam, mais uma vez, em prorrogar a Paz, mas as circunstâncias continuam ameaçadoras, podendo o conflito explodir a cada instante, sobretudo tendo em vista a situação, na aparência pré-revolucionária, da França e suas relações históricas com a Alemanha. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 06 JUL. 1937 • AHI 41/4/1

[Índice:] Resenha política de Junho.

Nº 123

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 6 de Julho de 1937.

Senhor Ministro,

Em Junho, a política europeia girou maiormente em torno da guerra de Espanha e das agressões aos navios italianos e alemães empregados pelo Comitê de Não Intervenção na vigilância dos portos vermelhos.

2. Nos últimos dias do mês, a atenção e esforço dos governos concentraram-se em atenuar e, se possível, remover um perigoso dissídio entre a França e a Inglaterra de um lado, e a Itália e Alemanha, do outro.

3. Desta vez a discordância manifestou-se, ameaçadora, na discussão do modo e tempo de castigar os culpados do fracassado torpedeamento do *Leipzig* e de garantir as patrulhas navais italianas e alemãs contra acidentes desta espécie. Os alemães, apoiados pelos italianos, pediam, primeiro, o afastamento dos submarinos vermelhos das águas patrulhadas; uma demonstração naval coletiva e, na reincidência dos fatos incriminados, uma pressão ou ação comum, capaz de cercear o poder militar do chamado governo de Valença [*sic*]. Consentiram, depois, em suprimir a exigência da eliminação dos submarinos vermelhos e, praticamente, resumiram toda a forma do desagravo na demonstração naval coletiva. Os franceses e ingleses recusaram-se a estudar qualquer represália ou castigo, antes de conhecido o resultado de um inquérito, que propunham, para verificar a realidade do torpedeamento. A Alemanha reputou inaceitável e quase ofensiva a proposta de inquérito; retirou, com a Itália, os seus navios das zonas de patrulha; reuniu em Lagos, costa portuguesa, uma esquadra dos seus melhores barcos de guerra e, para marcar bem a sua atitude de desagrado, transferiu *sine die* a visita iminente do Ministro Neurath a Londres.

4. A imprensa alemã e italiana, que, pela ética do regime, é toda oficiosa, fez campanha – e ainda faz – contra a ineficácia do Comitê de Londres. Hitler disse, num discurso violento, que mais uma vez se punha em relevo a inoperância dos procedimentos coletivos e afirmou duramente que, de futuro, a Alemanha não confiaria neles e se absteria de praticá-los. Defender-se-ia a si mesma. E não lhe faltaria a força para tanto.

5. Na França e na Inglaterra os jornais de colorido democrático-socialista-comunista concorreram também para intoxicar o ambiente e houve um momento de gravíssimo receio pela paz da Europa. Foi quando a Inglaterra e a França propuseram fazer, elas sós, a vigilância naval e insistiram na retirada dos voluntários da Espanha. Em resposta, a Itália com a Alemanha lançaram o contraprojeto do reconhecimento da beligerância de ambos os combatentes, o que eliminaria de vez riscos e defeitos do controle e importaria deveres internacionais de neutralidade. E cada um dos alvitres⁵⁶⁹ encontrou, da outra parte, violenta e irreduzível oposição.

6. Um pouco a crise e queda do gabinete Blum e outro pouco a real aversão que a guerra inspira à Grã-Bretanha, enquanto não estiver mais adiantado o seu rearmamento, permitiram ao bom senso popular das quatro Grandes Potências transpor, sem ruptura, o limite da tensão atingida e apelar para meios dilatatórios e sedativos. A reunião do Comitê de Não Intervenção foi posposta e,

⁵⁶⁹ Aquilo que se sugere, propõe.

quando se realizar, algum dos pequenos Estados tomará a si sugerir e aviar mais alguma solução imperfeita, das que não satisfazem nenhuma das partes, mas permitem não resolver, por ora, a equação dos problemas europeus. Resolução que só pode ser a guerra.

7. Tornando ao incidente do *Leipzig*, é lícito atribuí-lo a estratagemas moscovita, da série dos que visam, por via dos obedientes sectários de Valença, provocar um conflito europeu. E, provavelmente, a série ainda não está encerrada.

8. O grande agente provocador da Europa é Moscou. Se a política francesa se obstinar em desenvolver os efeitos da sua desordem organizada e do seu entendimento íntimo com os Sovietes, a zona ciclônica russa se estenderá à Europa Central, onde chocará de encontro às poderosas correntes fascistas. Na França é visível a olho nu o estado pré-revolucionário das massas e a característica fraqueza dos dirigentes. Chefes que obedecem. É a fatalidade dos governos débeis, precursores involuntários das revoluções. Foi, ainda há pouco, a experiência trágica da Espanha.

9. Na hora em que a paz da Europa é apenas um delicado equilíbrio instável, a ação perturbadora dos Sovietes e a seríssima contradição dos dois grupos de Grandes Potências entretêm, agudo e sempre atual, o receio da catástrofe.

10. Sobretudo porque a luta na Espanha vem-se insinuando na mentalidade italiana e na de todo o Continente como a primeira guerra de religião de fascistas e comunistas. (O sintoma curioso desta psicose das multidões é a aliança das democracias aos comunistas, os seus piores inimigos. Um golpe de vista aos últimos acontecimentos russos dispensa todo argumento em favor desta afirmação.)

11. Hoje, aqui na Itália, sente-se, na vibração da rua, que os boletins de Bilbao ou de Madri são notícias de uma campanha italiana.

12. Há pouco tempo, apenas semanas talvez, só muito em segredo se falava de misteriosas partidas de voluntários ou de remessas de material bélico aos nacionalistas. Nenhum jornal se atrevia a fazer mais do que velados acenos à presença de legiões italianas no exército de Franco. De alguns dias pra cá, as gazetas, submissas todas à censura e publicando matéria fornecida pelo Ministério da Cultura Popular, imprimem róis de legionários mortos nos combates da Espanha e inserem listas de medalhas que honram feitos de bravura na campanha ibérica. E para maior clareza, num recentíssimo artigo do seu velho jornal, o *Popolo d'Italia*, de Milão, o Duce do Fascismo escreveu este remate: “*In questa grande lotta che ha messo di fronte due tipi di civiltà e*

*due concezioni del mondo, l'Italia fascista non è stata neutrale, ma ha combattuto e sarà, quindi, anche sua la vittoria*⁵⁷⁰.

13. Dentro das previsões humanas, julgo assegurada esta vitória. Foi, desde o princípio da luta, o prognóstico lógico. Em toda a guerra, que leva quase um ano, os nacionalistas acresceram progressiva e continuamente o seu domínio do território. Comandam, agora, nos dois terços do país. Não perderam uma só das cidades e províncias conquistadas e ocupadas *manu militari*⁵⁷¹. O seu triunfo, mais ou menos próximo ou remoto, será a resultante das qualidades militares e cívicas do seu exército e das tropas legionárias que, com ele, mais do que colaboram. São, sem dúvida, moralmente superiores aos adversários. Uma força armada em campanha é, em boa regra, o expoente do povo, da ordem social e do governo, que formam à sua retaguarda.

14. Foi tudo isto, em substância, a informação mandada nos meus telegramas n.ºs 35, 46 e 51, de 1º e 23 de Junho e de hoje. Os detalhes dos fatos objetivos constam do noticiário político regularmente extraído da imprensa pelo Primeiro-Secretário e que envio em cada mala diplomática, assumindo eu, agora, a redação pessoal destas resenhas e comentários mensais da nova ordem.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 16 OUT. 1937 • AHI 41/4/1

[Índice:] A Europa e o fascismo. Artigo de Mussolini.

Nº 192

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Outubro de 1937.

Senhor Ministro,

Nos retalhos em apenso, do *Popolo d'Italia*, tenho a honra de remeter a

570 “Nesta grande luta que confrontou dois tipos de civilizações e duas visões de mundo, a Itália fascista não foi neutra, mas lutou e, portanto, será também a sua vitória”.

571 Com o concurso das forças armadas ou da força paramilitar; de forma coercitiva; pela força (latim).

Vossa Excelência o artigo intitulado “A Europa e o fascismo”, cuja autoria é atribuída ao Chefe do Governo italiano.

2. Nesse artigo, que teve grande repercussão nos círculos internacionais, o Sr. Mussolini procura justificar a afirmação, que fizera recentemente em Berlim, num dos últimos dias da sua visita à Alemanha, de que a Europa, levada pela força das circunstâncias, seria brevemente fascista.

3. Desenvolvendo essa afirmação, o Duce declara basear-se em fatos concretos e cita desde logo o exemplo do Japão, que considera em vésperas de abandonar o parlamentarismo, “demonstrando, pelas suas atitudes, que se encaminha para a fileira dos Estados fascistas”.

4. O Brasil é igualmente citado, nesse artigo, como um país em marcha para os regimes da direita. É este o tópico que nos diz respeito: “Outro Estado que, na América Meridional, se está libertando energicamente dos resíduos de 89⁵⁷² e sai a campo, de armas na mão, contra o bolchevismo, é o Brasil”. E, generalizando os exemplos, afirma que, na Europa, “vários Estados marcham nas estradas do fascismo”, em direção a essa organização política, por ele definida, há vários anos, como democracia organizada, centralizada, autoritária, sobre bases nacionais”.

5. Não se trata, porém, como especifica o articulista, de um fascismo de exportação, de forma standardizada, mas de um complexo de doutrinas, de métodos, de experiências, de realizações, que, pouco a pouco, penetrará em todos os Estados da comunhão europeia.

6. Sabe o Sr. Mussolini, e disso não faz mistério, que todos quantos representam, neste momento, a reação, isto é, “capitalistas, democratas, parlamentaristas, socialistas, comunistas e também certo catolicismo ondulante, com o qual, um dia ou outro, ajustaremos contas à nossa maneira”, combatem violentamente o fascismo. Mas isso, a seu ver, é secundário, porquanto “a algazarra das mulherinhas” (*gli strilli dele donnacole*) e os sermões dos arcebispos apenas lhe despertam o riso, quando não lhe provocam náuseas.

7. Como era de prever, essa passagem do artigo despertou viva emoção nos círculos eclesíasticos romanos, dando motivo a diversas interpretações. Para uns, o Chefe do Governo italiano, referindo-se ao “catolicismo ondulante”, teve apenas em vista fazer um advertências aos católicos estrangeiros, de tendência democrática, que pintam o fascismo com um adversário irreconciliável da Igreja, e que, para combatê-lo, não hesitam em se aliar aos partidos da esquerda. O

572 Alude às conquistas da Revolução Francesa de 1789. Em 1933, Franz Von Papen, um aristocrata católico, foi nomeado por Hitler como seu vice para contornar a resistência da Igreja Católica alemã ao nazismo, se comprometendo a lutar contra o bolchevismo, salvaguardar os valores cristãos e a liberdade de religião. O Vaticano acreditava que o fortalecimento do nazismo, como defensor da doutrina cristã, seria eficaz contra o comunismo. Foi Von Papen que definiu, numa frase, o que o nazismo representava então para a Santa Sé: “uma reação cristã contra o espírito de 1789”. Fonte: CARLETTI, Anna. *O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias*. Brasília: FUNAG, 2012.

apelo de diversas personalidades católicas francesas, em maio último, a favor dos bascos que lutavam contra o General Franco, e que foi considerado na Itália “como um ato de cumplicidade comunista”, seria, assim, um dos motivos daquela advertência.

8. Para outros, entretanto, as palavras de Mussolini teriam um alvo mais alto, dirigindo-se ao próprio Papa. E baseiam as suas deduções numa possível irritação dos meios governamentais, provocada pelas últimas encíclicas de Pio XI⁵⁷³, nas quais dizem encontrar maior simpatia pelos regimes democráticos, do que pelos sistemas políticos da direita. Os que assim pensam, consideram, igualmente, que a luta do Vaticano contra o hitlerismo não pode deixar de repercutir nas relações entre o fascismo e o Papado, uma vez que o eixo Roma-Berlim não é somente um laço político, mas também um vínculo cultural. As críticas da Santa Sé⁵⁷⁴ a certos princípios do nacional-socialismo, idênticos, na sua maior parte, aos conceitos fascistas, teriam, dessarte, impressionado desfavoravelmente os círculos governamentais italianos. Nestas condições, concluem, não seria de estranhar que a advertência do Duce tivesse por fim modificar, ou, pelo menos, abrandar as tendências democráticas das encíclicas de Sua Santidade.

9. Como quer que seja, não houve até agora a menor reação por parte do Vaticano, tendo mesmo o *Osservatore Romano*⁵⁷⁵ deixado de comentar a ameaça feita ao “catolicismo ondulante”. Essa reserva, entretanto, não impediu o aludido jornal de elogiar abertamente o discurso pronunciado em Chicago pelo Presidente Roosevelt⁵⁷⁶, discurso que a imprensa italiana deixou de publicar,

573 Em 1937, o Papa Pio XI lançou quatro encíclicas, duas de caráter político. A *Mit brennender Sorg* (“Com ardente preocupação”) é o primeiro documento público de um chefe de Estado europeu a criticar o nazismo. Datada de 14 de março de 1937, foi escrita em alemão e enviada secretamente às 11 mil igrejas alemãs para ser lida na missa no domingo de Ramos, no dia 21 de março seguinte. A Encíclica fala de “direitos humanos inalienáveis dados por Deus” e invoca uma natureza humana que passa por cima de barreiras nacionais e raciais. No documento, Pio XI adverte: “Todo aquele que tome a raça, o povo ou o Estado (...) e os divinize em um culto idolátrico, perverte e falsifica a ordem criada e imposta por Deus”. E segue criticando o que chama de “mito de sangue e solo”, afirmando a incompatibilidade entre racismo e cristianismo. Fonte: <vatican.va>. Acesso em: 15 dez. 2020.

574 Com sua sede dentro de um Estado, o Estado da Cidade do Vaticano, é a Santa Sé, e não o Vaticano, que age internacionalmente e diplomaticamente em qualidade de autoridade suprema da Igreja Católica. Fonte: CARLETTI, Anna. *O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias*. Brasília: FUNAG, 2012.

575 Jornal diário, exceto às segundas-feiras, de orientação político-religioso, foi publicado pela primeira vez a 1º de julho de 1861. Apesar de pertencer a Santa Sé, não é reconhecido como uma publicação oficial, papel esse reservado para a *Acta Apostolicae Sedis*, que atua como um diário oficial. Fonte: <osservatoreromano.va>. Acesso em: 14 dez. 2020.

576 Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Político americano. Foi presidente dos Estados Unidos por quatro mandatos consecutivos, de 1933 a 1945. Governou o país em dois dos períodos mais difíceis de sua história: o que se seguiu à crise econômica que eclodiu em 1929 e à Segunda Guerra Mundial. O seu programa de reformas econômicas (*New Deal*) e suas habilidades estratégicas e diplomáticas, elevou seu país à superpotência e liderança do Ocidente. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 17 jan. 2021.

limitando-se a estampar alguns telegramas dos seus correspondentes, nos quais se falava de má impressão que o mesmo produzira na América.

10. Não menos interessante, como atitude política, é o tópico do artigo em que o Sr. Mussolini aplaude os feitos do Japão na China, que classifica de *slancio vitale*⁵⁷⁷, compreensível e justificável. E vai mais longe ainda, em defesa do seu ponto de vista: afirma que a Inglaterra, em idênticas condições, “não hesitaria um só minuto em bombardear as posições inimigas, como fez e está fazendo em Waziristan⁵⁷⁸ e fará todas as vezes que julgar necessário à segurança do Império”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁵⁷⁹: “*Europa e Fascismo*”. *Il Popolo d’Italia*. Roma, 6 de outubro de 1937.

OFÍCIO • 18 OUT. 1937 • AHI 41/4/1

[Índice:] Entrega ao Brasil dos três submarinos construídos em Spezia.
Nº 190

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 18 de Outubro de 1937.

Senhor Ministro,

Convidado pelo Comandante Cochrane⁵⁸⁰, de quem fui hóspede muito atendido, estive em Spezia, para assistir, no dia 10, à solenidade de içar a Bandeira nos navios que iniciam a reconstrução da nossa esquadra.

⁵⁷⁷ Impulso vital (latim).

⁵⁷⁸ Região montanhosa do noroeste do Paquistão, na fronteira do Afeganistão.

⁵⁷⁹ Anexo não transcrito.

⁵⁸⁰ Fernando Cochrane (?-?). Militar. No posto de capitão de fragata foi de 15/01/1934 a 14/05/1938. Comandante da Força de Submarinos e da Comissão Naval do Brasil encarregado de acompanhar a construção das novas unidades em Spezia. No seu retorno, engajou-se no frustrado levante integralista, como um dos seus cabeças, pelo qual foi preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Fontes: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 & *100 anos da Força de Submarinos do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2014.

2. O ato, curto, simples e impressionante para nós brasileiros, moveu também o sentimento das numerosas autoridades civis e navais e da legião de convidados reunidos ao redor de nós, no cais semicircular, onde atracaram os novos submarinos.

3. Formados a bordo, comigo, os Chefes civis e militares do porto e as nossas guarnições, foi arriado o pavilhão italiano ao som da marcha real e com as continências de ordenança.

4. Foi, então, dada ordem de içar a nossa Bandeira. Ela ia subindo lentamente, soberanamente, ao ritmo dos primeiros compassos do Hino Nacional, tocado pela música de bordo, quando, sem prévio entendimento ou comando, num surto de entusiasmo, as guarnições dos três barcos, a oficialidade e nós todos, os brasileiros embarcados ou presentes no cais, começamos a cantar em coro a velha Canção da Pátria. A maré de sentimento desbordou de nós e atingiu a multidão, que, de terra, saudava à romana, respeitosamente, afetuosamente a nossa Bandeira e o nosso Hino.

5. Para os brasileiros que ali estivemos foi um grande momento, que não se esquece.

6. Na minha visita a Spezia, fui recebido com todas as cortesias hierárquicas e mais com aquela excepcional cordialidade amistosa que, já há algum tempo, acentua os meus encontros com os representantes do Governo e do povo italiano.

7. Durante a permanência naquele porto militar tive ensejo de ver claramente confirmado o que, sem exagero, chamarei o prestígio do Comandante Cochrane e da Comissão Naval do Brasil. Foi uma grata impressão de respeito e de simpatia camaradagem marinheira, que repetidas vezes pude ouvir de vozes autorizadas e que se deve, sobretudo, ao ânimo patrioticamente inspirado do Chefe e dos seus comandados, cujo valor técnico e inteligente devoção ao trabalho, unidos às maneiras perfeitas de Oficiais da Marinha Brasileira, conquistaram-lhes a consideração de toda a gente.

8. Vossa Excelência se servirá achar, aqui junto, alguns recortes de jornais com referências ao acontecimento e também o texto de um meu pequeno discurso, dito no banquete a mim oferecido pelo Almirante Riccardi. Este, no seu brinde, cuja cópia não tenho, fez-me amáveis cumprimentos, falou com elogio da Comissão Naval, saudou o Brasil e, com reverência, bebeu à saúde do Presidente Getúlio Vargas, sendo, então, tocado o nosso Hino. A minha resposta, como já disse, vai em cópia anexa. Foi recebida com muito agrado. Acompanhou-se a Spezia o Secretário Dr. Jorge Latour⁵⁸¹, que me auxiliou,

581 Jorge Latour (1897-?). Advogado e diplomata. Em 1918, ingressou no Itamaraty; exonerado em 1926, foi readmitido em 1927. Segundo-secretário em La Paz de 1929 a 1931; Varsóvia, em 1936; Roma, de 1937 a 1939, quando foi promovido a primeiro-secretário. Lotado no México de 1939 a 1941; em Bogotá, de 1941

com a sua habitual eficiência, no muito que lhe tocou colaborar no intenso programa da nossa viagem oficial.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo nº 1⁵⁸²

Signori,

È stato per me una grande gioia l'avvenimento che mi ha condotto alla Spezia e ha data origine a questa riunione. Spero io, speriamo noi, brasiliani, che sia il primo passo verso la rinascita della nostra flotta.

a 1943; Roma, de 1945 a 1946. Conselheiro em 1946 e ministro plenipotenciário em 1948. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. Rio de Janeiro, 1950.

582 Anexo nº 1 – Tradução pelo CHDD:

Cavalheiros,

O acontecimento que me levou a La Spezia e deu origem a este encontro foi uma grande alegria para mim. Espero eu, esperamos nós, brasileiros, que seja o primeiro passo para o renascimento da nossa frota.

O grande país da América Latina, que possui a maior marinha mercante e é senhor de uma costa oceânica de 3.577 milhas, de 5 graus Norte a 34 Sul; o estado cuja bandeira cobre metade do território e da população do continente tem muito mais que direito – tem o dever de armar uma frota capaz de manter o prestígio de suas cores no topo do mastro e garantir a proteção de próprios interesses justificados sobre o mar, que amamos por atavismo.

O Brasil ama a paz, mas é uma verdade do Sr. De La Palisse que só quem sente a alma e os músculos para enfrentar a guerra e vencer pode manter a paz e a honra. A eficiência militar de um Estado idealista como o Brasil só pode dar mais calor às suas amizades internacionais e resolver possíveis disputas e dissensões que não afetam os sagrados interesses vitais da nação. Preparados para a guerra, seríamos capazes de propiciar a paz do continente. Tenho, e sempre tive a certeza, que um Brasil forte, militarmente forte, com Exército e Marinha moral e materialmente prontos para a autodefesa, voltaria a ser, como já foi, uma energia benéfica e ativa, ao ritmo de vida continental. Esse é o testemunho do show de história. E a história se repete.

Minha alegria pelo evento de hoje foi tanto maior porque é fruto de uma colaboração de amizade ítalo-brasileira. A mais latina das nossas amizades, preciosa para o Brasil e preciosa para a Itália. Seus laços se entrelaçaram nas trocas de Ideias e Coisas, de benefício mútuo, reforçando as antigas relações sentimentais sobre bases sólidas de interesses criados e duradouros.

Nem de outra forma gostaria de escrever a história entre Brasil e Itália. À consciência de nossa significação humana, imposta por um destino auspicioso; à própria simplicidade de viver com sobriedade em climas claros – acrescentamos, para os brasileiros, a benéfica aquisição da cultura italiana, que, com belo ardor juvenil, estamos aumentando com inteligência, como herdeiro trabalhador faz prosperar a boa herança que recebemos. E as duas nações latinas mais prolíficas – a mais antiga e quase a mais jovem – uma civilização muitas vezes milenar, que, na era Mussolini, se renova em um florescimento de glórias, e a outra da civilização moderna, que é enxertada em um velho coto – ambas, com todos os músculos voltados para o futuro, se sentem cada dia mais próximos e querem se unir melhor na nobre tarefa, que cabe aos latinos, de resgatar sentido no mundo do pensamento e da clareza e medida da ação, a prerrogativa da sanidade espiritual e oponente amargo de ideologias de envenenamento confuso.

Acompanha-me nos votos que, com ardor brasileiro, formulo por S.M. Vittorio Emanuele III, pela glória da grande Itália e por uma amizade cada vez mais íntima entre Itália e Brasil.

Il grande Paese dell'America Latina, che conta la maggiore Marina mercantile ed è signore di una costa oceanica di 3.577 miglia, da 5 gradi Nord a 34 Sud; lo Stato la cui bandiera copre la metà del territorio e della popolazione del Continente, ha ben più che il diritto – ha il dovere di armare una flotta capace di mantenere in vetta all'albero maestro il prestigio dei propri colori e di assicurare la protezione dei propri giustificati interessi sul mare, che noi amiamo per atavismo.

Il Brasile ama la pace, ma è una verità da *Mr. De La Palisse* che soltanto riesce a conservare la pace e l'onore chi si senta l'anima e i muscoli per affrontare la guerra e vincere. L'efficienza militare di uno Stato idealista come il Brasile non può che prestare maggior calore alle sue amicizie internazionali e risolvere le possibili controversie e i dissensi che non tocchino i sacri interessi vitali della Nazione. Preparati alla guerra, noi saremmo atti a propiziare la pace del Continente. Sono, e sono sempre stato certo che un Brasile forte, militarmente forte, col suo Esercito e con la sua Marina moralmente e materialmente pronti alla legittima difesa, sarebbe di nuovo, come già fu, un'energia benefica e attiva, entro il ritmo della vita continentale. Siffatta è la testimonianza della nostra storia. E la storia si ripete.

La mia gioia per l'avvenimento di oggi è stata tanto più grande quanto esso è il frutto di una collaborazione di amicizia italo-brasiliana. La più latina delle nostre amicizie, preziosa al Brasile e preziosa all'Italia. I suoi vincoli si sono andati intrecciando negli scambi di Idee e di Cose, di mutuo vantaggio, rinforzando gli antichi rapporti sentimentali sopra solidi fondamenti di interessi creati e duraturi.

Nè in altro modo vorrei scrivere la storia fra Brasile e Italia. Alla coscienza della nostra significazione umana, imposta da un destino fausto; alla medesima nostra semplicità del vivere sobriamente in climi luminosi – si aggiunge, per i brasiliani, l'acquisto benefico della cultura italiana, che, con bell'ardore giovanile, andiamo accrescendo intelligentemente, si come un erede laborioso fa prosperare la buona eredità ricevuta.

E le due nazioni latine più prolifiche – la più antica e quase la più giovane – l'una civiltà molte volte millenaria, che, nell'era mussoliniana, si rinnova in una fioritura di glorie, e l'altra di civiltà moderna, che si innesta in un vecchio ceppo – ambedue, con tutti i muscoli protesi verso l'avvenire, si sentono ogni giorno più prossime e vogliono congiungersi meglio nel nobile compito, che incombe alla gente latina, di restaurare nel mondo del pensiero e dell'azione il senso della chiarezza e della misura, appannaggio della sanità spirituale e avversario acerrimo di confuse ideologie avvelenatrici.

Vogliate accompagnarmi nei voti che, con brasiliano ardore, io formulo per S.M. Vittorio Emanuele III, per la gloria della grande Italia e per uma sempre più intima amicizia fra l' Italia e il Brasile.

Anexos⁵⁸³: Nº 2. “*L' ambasciatore Duval alla Spezia per presenziare la consegna di tre sommergibili brasiliani*”. *La Voce d'Italia*. Roma, 10 de outubro de 1937.

Nº 3. “*Il rito nautico dei sommergibili brasiliani*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 10 de outubro de 1937.

Nº 4. “*L'Ambasciatore del Brasile alla Spezia per la consegna dei sottomarini costruiti in Italia*”. *Il Messaggero*. Roma, 10 de outubro de 1937.

Nº 5. Imagem fotográfica. Legenda: “*S.E. Guerra Duval ambasciatore del Brasile a Roma saluta all'atto della consegna di tre nuovi sommergibili costruiti Spezia per la Marina brasiliana*”. *La Stampa*. Roma, 12 de outubro de 1937.

Nº 6. “*La consegna al Brasile dei tre sommergibili costruiti nei cantieri italiani*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 9 de outubro de 1937.

TELEGRAMA • 12 NOV. 1937 • AHI 42/4/11

[Índice:] Nova organização política.

Da Embaixada em Roma

99 – SEXTA-FEIRA – 18h30 – Com referência à circular nº 1162. Desde as primeiras notícias, a atmosfera mostrou-se muito favorável, tornando-se mais calorosa à medida que chegavam detalhes. A imprensa publica retratos do Presidente e informações, comentando-se favoravelmente a decisão tomada. O Ministro das Relações Exteriores entreteve-me longamente, manifestando o sentimento de amizade do Governo italiano e afirmando repetidas vezes que, em qualquer oportunidade, estará pronto a dar ao Brasil todas as provas de amizade. Referiu-se às instruções que expedirá sem demora ao Embaixador italiano, no sentido de fazer sentir aí, aos seus compatriotas, a atitude muito cordial da Itália. Falou ainda, de passagem, na satisfação que teria o Governo italiano se

583 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 2. “Embaixador Duval em La Spezia para atender a entrega de três submarinos brasileiros”. *La Voce d'Italia*. Roma, 10 de outubro de 1937; Nº 3. “O rito náutico dos submarinos brasileiros”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 10 de outubro de 1937; Nº 4. “O Embaixador do Brasil em La Spezia para a entrega de submarinos construídos na Itália”. *Il Messaggero*. Roma, 10 de outubro de 1937; Nº 5. Imagem fotográfica. Legenda: “S.E. Guerra Duval, embaixador do Brasil em Roma, cumprimenta a entrega de três novos submarinos construídos em Spezia para a Marinha do Brasil”. *La Stampa*. Roma, 12 de outubro de 1937; Nº 6. “A entrega ao Brasil dos três submarinos construídos nos estaleiros italianos”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 9 de outubro de 1937.

o Brasil viesse a aderir ao Pacto Anticomunista. Terminou pedindo-me para transmitir ao Presidente as suas homenagens muito amistosas. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 16 NOV. 1937 • AHI 41/4/2

[Índice:] A evolução política no Brasil e a sua repercussão na Itália.

Nº 210

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Novembro de 1937.

Senhor Ministro,

A notícia da evolução política e a outorga da nova Constituição no Brasil produziu, na Itália, funda impressão, francamente favorável. Tais são as primeiras observações, minhas e dos secretários da Embaixada, e é o que transpira do noticiário dos jornais.

2. Logo que tive conhecimento do conteúdo da Circular nº 1.162⁵⁸⁴, apressei-me em solicitar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma audiência, entrevista na qual cumpri as determinações recebidas, dando-lhe oficialmente ciência da nova situação e entretendo-me com o Conde Ciano da maneira mais cordial, por algum tempo. Durante esta conversa, da qual enviei um resumo por via telegráfica à Secretaria de Estado, o Conde Ciano manifestou-me a sua evidente simpatia pela nova orientação política verificada no Brasil, afirmando, reiteradamente, estar o Governo italiano pronto a auxiliar e favorecer, no que seja útil, os objetivos do Governo brasileiro, acrescentando que daria nesse sentido instruções ao Embaixador no Rio e recomendando-lhe dar a conhecer aos italianos do Brasil a atitude do Governo Fascista.

3. A imprensa concedeu ao novo estado de coisas noticiado pelas agências

584 Pela circular 1.162 de 11/11/1937, intitulado “Nova organização política” o Ministério das Relações Exteriores informou às missões diplomáticas e consulados de carreira que, diante da “necessidade de dar combate a ideologias exóticas, que por meios repugnantes procuram universalizar-se e aqui vinham tentando a subversão cruenta da ordem pública”, uma vez que “a Constituição de 1934 restringiu, como se sabe, os poderes do chefe do Executivo, contrariamente à tendência mundial contemporânea de reforçá-los em todos os países” e “tendo o governo examinado profundamente essa situação e consultado as correntes políticas mais representativas do espírito nacional, resolveu hoje assumir perante a nação e o mundo a grande responsabilidade de dissolver a Câmara e o Senado, suspender a Constituição de 1934, e substituí-la por uma nova, outorgada, como foi a do Império do Brasil em 1823, nos termos da qual ficam enfeixados nas mãos do presidente da República os mais amplos poderes, mantendo-se, contudo, o regime democrático representativo e a autonomia dos estados [...]”. Essa Constituição, hoje decretada, será proximamente submetida a um plebiscito” Fonte: *Cadernos do CHDD*, ano V, nº 9, 2º sem. 2006.

tegráficas um destaque especial, quebrando a parcimônia com que em regra se refere aos países da América do Sul.

4. Na volumosa ruma de recortes dos jornais, que mandei coligir especialmente, é fácil perceber os pontos principais acentuados pelos diários italianos ao anunciarem o golpe de Estado: o espírito nitidamente anticomunista das diretrizes políticas inauguradas; o caráter autoritário e centralista do novo Governo; a tendência corporativista e antiparlamentarista da Constituição decretada. Veiculou a imprensa em apreço, sem contudo afirmá-la, a notícia, divulgada de diversas procedências, de uma provável adesão do Brasil ao pacto anticomunista. Alguns artigos *a latere*, v.g.⁵⁸⁵ os do *Il Messaggero*, de 13 e 14 do mês em curso, e o da *La Stampa*, do dia anterior, referem-se, respectivamente, à grandeza e à opulência dos recursos naturais do Brasil, à doutrina de Monroe⁵⁸⁶ e aos princípios basilares do novo pacto político. Por fim, merece menção ainda uma longa entrevista concedida ao *Popolo d'Italia* de 13 do corrente (jornal do Sr. Mussolini) pelo Sr. Federzoni⁵⁸⁷, Presidente do Senado, transcrito nos principais periódicos italianos, no qual essa personalidade aprecia o momento brasileiro sob diferentes aspectos.

5. As notícias e comentários dos diários italianos, sempre com um acento de viva simpatia pelo Brasil (sentimento que se tem firmado depois da época das sanções, durante a guerra com a Etiópia), além de registrarem o eco direto das ocorrências tal como a Itália as recebeu de primeira mão, preocupam-se em transcrever os comentários colhidos nos principais centros políticos do mundo. Isto se vê da leitura dos recortes, que vão ser remetidos pela mala próxima.

6. Concluindo esta breve resenha, direi, como impressão de ordem geral do âmbito europeu descortinado de Roma, que é surpreendente a repercussão universal produzida pela medida política sobrevinda no Brasil. Tem-se a impressão de que o nosso país foi novamente descoberto... Penso que é, talvez, efeito da hipertensão em que vivem presentemente povos e governos; e também do interesse doutrinário que uma orientação, nova e radical, desperta nos Estados líderes do mundo; sem falar no valor da produção colonial e de matérias-primas do nosso país. A notícia da suspensão do pagamento das dívidas externas concorreu, como é compreensível, para acentuar o sulco de impressões

585 Abreviatura de *verbi gratia*: “por exemplo” (lartim).

586 A Doutrina Monroe ou Moroísmo, proferida pelo presidente James Monroe em 2 de dezembro de 1823, afirmava, como princípio da política externa americana, a oposição a intervenções europeias nas Américas. A doutrina foi um dos fatores na construção da política dos EUA para o continente, sendo sempre reinterpretada para justificar ações norte-americanas frente aos demais países. Fonte: BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alen. D. *A dictionary of diplomacy*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

587 Luigi Federzoni (1878-1967). Político e jornalista. Foi ministro das Colônias, do Interior e presidente do Senado. Em 1943, na sessão do Conselho do Fascismo, votou contra Mussolini e foi condenado pelo tribunal fascista. Em 1945, foi condenado à prisão perpétua pelo Supremo Tribunal de Justiça e anistiado em 1947. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 16 dez. 2020.

produzidas, dadas as apreensões que suscitou a medida nos meios financeiros e bancários. É, além disso, fora de dúvida, que o tema da produção colonial e matérias-primas, mote dos mais em voga nos círculos das grandes potências – e que está na ordem do dia das cogitações imperialistas – contribui para acentuar a atenção dos gabinetes ante o novo regime autoritário de tendência centralista que ora se inaugura no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 27 JUL. 1937 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano ao Brasil.

Da Embaixada em Roma

57 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 19h – O Ministro dos Negócios Estrangeiros acaba de dizer confidencialmente que deseja visitar o Brasil no ano vindouro para assim manifestar mais uma vez os sentimentos particularmente amistosos do Governo e do povo italianos pelo nosso país. Sua Excelência acrescenta que, por amistosa deferência pessoal manifestou a mim, em primeiro lugar, esta sua intenção que, posteriormente seria comunicada à Embaixada italiana no Rio de Janeiro. Esta intenção agora expressa formalmente já tem sido objeto de várias conversas anteriores. Muito agradeceria a Vossa Excelência autorizar-me expressar ao Ministro como o Governo brasileiro recebe esta manifestação amistosa do Governo italiano e, eventualmente, qual a data aproximada que apareceria mais conveniente. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 31 DEZ. 1937 • AHI 41/4/2

[Índice:] Informações sobre política externa.

Nº 242

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 31 de Dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

O que caracteriza a situação europeia no mês que acaba de transcorrer é aquela tensão nervosa, sacudida por verdadeiros sobressaltos, sobre a qual pairam as palavras sombrias de Hitler, há poucos dias repetidas na crônica internacional irradiada de Roma para toda a Itália: “Se sobrevier o conflito não haverá nem vencedores nem vencidos”. Realmente, o choque bélico será fatal à civilização contemporânea e as forças destruidoras em choque não permitirão o desfecho clássico, pelo qual uns se possam considerar vitoriosos e outros derrotados.

2. Todas as frentes políticas têm sido movimentadas, nestas duas quinzenas, como, aliás, vinham sendo antes, por duas correntes de grande envergadura: a luta surda entre os países de feição democrática e os de tendência ou existência ditatorial; e as atividades nas duas grandes frentes ideológicas, a fascista e a comunista. Essas duas correntes se confundem, muita vez, dentro das mesmas ações e reações, sendo difícil discernir até onde elas são causa dos fatos em sucessivo desenvolvimento no campo político e no campo bélico mundial. A diplomacia cauta, metódica e singularíssima da Inglaterra concorre para tornar ainda mais confuso o cenário político mundial, v.g. no tocante a Espanha, onde ela favoreceu indiretamente, mas de maneira decisiva, as dificuldades nacionalistas atuais no setor de Teruel, bem assim na China, onde as suas manobras vêm dando tanto trabalho aos nipônicos quanto o dá o apoio de Moscou a Shan-Kai Shek [*sic*]⁵⁸⁸.

3. A atitude inglesa e o seu plano sistemático de oposição sem tréguas, embora não ostensivo, ao regime fascista e demais matizes totalitários, vem dando aso a uma crescente animosidade ítalo-britânica, que degenera num deblaterar⁵⁸⁹ contínuo da imprensa italiana contra a Inglaterra. Esse azedume ameaça agravar-se, tanto mais quanto a Itália, enveredando pelo caminho da represália,

588 Chiang Kai-shek ou generalíssimo Chiang (1887-1975). Militar e político. Em 1925, Chiang fez-se comandante-chefe das Forças Revolucionárias Nacionais. Em 10 de outubro de 1928, foi eleito presidente do Governo Nacionalista. Em dezembro de 1935, foi nomeado premiê da República da China. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 14 dez. 2020.

589 Expressar-se com veemência ou aspereza contra algo ou alguém; protestar (com); gritar; imprecisar.

favorece por meios não ostensivos mas visíveis, uma intensa propaganda islâmica contra a sua adversária. Por seu lado, a Inglaterra, defendendo, aliás, interesses materiais importantes na Espanha, conseguiu, como disse acima, transigências do General Franco que muito contribuíram para os dias incertos de hoje, dizendo-se aqui, à boca pequena, que o Chefe de Burgos⁵⁹⁰ se vendeu à Inglaterra.

4. Não sei ainda, verdadeiramente, como interpretar a importância extrema dada pelo Duce à sua comunicação do dia 11 do corrente do balcão do Palácio Venezia⁵⁹¹ ao povo italiano. O país inteiro o ouviu atônito, pois, do seu incisivo conteúdo constou apenas a retirada da Itália da Liga das Nações, acontecimento esperado em outras ocasiões, confirmação de uma tendência que nada tinha de novo. Merecerá o fato uma interpretação especial, fora da sua significação própria? Terá sido isso um recurso de política interna, para ativar o sentimento patriótico e a fidelidade ao regime? Estará esse fato coordenado com outros até agora não anunciados publicamente? Confesso não poder responder com segurança, neste momento, a tais interrogações. O certo é que a opinião pública não atinou com a magnitude emprestada à ocorrência, considerada antes um corolário normal de atitudes anteriores, em que pese a carta solenemente escrita por D'Annunzio a Mussolini a respeito⁵⁹².

5. À declaração enfaticamente preanunciada e feita da grande tribuna fascista que é o balcão da Piazza Venezia, havia antecedido a visita do Presidente do Conselho de Ministros da Iugoslávia, Sr. Stojadinovich⁵⁹³, de cujo largo noticiário e repercussão se pode concluir que a Itália e a sua vizinha lançaram as bases efetivas de uma política de amizade e entendimento, contrabalançando os esforços do Sr. Delbos⁵⁹⁴ em sua longa viagem diplomática pela Europa Central.

590 Chefe de Burgos. Refere-se a Francisco Franco.

591 Palazzo Venezia ou Barbo. Palácio que começa a ser edificado em 1455 pelo cardeal Barbo. Localiza-se na praça Venezia, em Roma. Em 1916, a edificação passa ao Estado italiano. Em 1929, Mussolini instalou na *Sala del Mappomondo* seu quartel-general. Durante os anos do fascismo, para mostrar que o governo jamais descansava, as luzes dessa sala nunca eram apagadas. Do seu balcão, Mussolini dirigia-se às multidões. Fonte: <governo.it>. Acesso: 17 jan. 2021.

592 Gabriele D'Annunzio (1863-1938). Poeta e dramaturgo. Além de sua carreira literária, teve também uma excêntrica carreira política, sendo considerado, um pouco indevidamente, precursor dos ideais e técnicas do fascismo italiano. Seu ideário nasceu em Fiume – atual Rijeka, na Croácia –, quando escreveu junto a Alceste de Ambris a *Carta del Carnaro*, uma Constituição que estabelecia um Estado com nove corporações para representar diferentes setores da economia. Mussolini imitou em alguns aspectos D'Annunzio: seu método de governo em Fiume, a economia do Estado corporativo, grandes e emotivos rituais nacionalistas, a saudação romana. Contudo, D'Annunzio nunca deu respostas brutais ou exerceu repressão contra as dissidências. Em 1933, ele escreveu uma carta a Mussolini para removê-lo da ideia de uma aliança com Hitler. Fonte: SASSON, Donald. *Mussolini e a Ascensão do Fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

593 Milan Stojadinovich (1888-1961). Político sérvio, ministro das Finanças da Iugoslávia de 1922 a 1926; *premier* e ministro das Relações Exteriores de 1935 a 1939. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 17 jan. 2021.

594 Yvan Delbos (1885-1956). Político francês. Membro do Partido Radical, fundador do jornal *L'Ère Nouvelle* em 1919, foi deputado desde 1924; representante da França no Congresso pan-europeu de 1925; várias vezes

6. Em resumo, pode-se aceitar a hipótese de que a política europeia e mundial atravessa uma fase de atividades diplomáticas pouco conhecidas dos povos, mas duramente terçada⁵⁹⁵ pelos Gabinetes, em torno de altos interesses ideológicos, ódios entre regimes e apetites capitalistas, sempre na brecha para tirar partido das situações.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos⁵⁹⁶: Nº 1. “*Il Duce*”. “*Stojadinovich*”. *Il Piccolo*. Roma, 7 de dezembro de 1937.

Nº 2. “*Parla Mussolini*”. *Il Messaggero*. Roma, 12 de dezembro de 1937.

ministro, especialmente para as Relações Exteriores, defensor do princípio de não intervenção na Espanha, deputado francês na Alemanha durante o regime de Vichy. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 15 jan. 2021.

⁵⁹⁵ Que tem três coisas misturadas.

⁵⁹⁶ Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “O Duce”. “Stojadinovich”. *Il Piccolo*. Roma, 7 de dezembro de 1937; Nº 2. “Fala Mussolini”. *Il Messaggero*. Roma, 12 de dezembro de 1937.

ROMA

1938

TELEGRAMA • 13 MAR. 1938 • AHI 42/4/11

[Índice:] Situação política internacional.

Da Embaixada em Roma

16 – DOMINGO – 10h30 – A impressão italiana sobre os acontecimentos austro-alemães é de profundo desagrado, mas a imprensa e os órgãos do Governo têm mantido atitude pública simpática à Alemanha. O Governo italiano, solicitado pela França para colaborar nos passos para garantir a independência real da Áustria, respondeu negativamente. O Chanceler Hitler, em carta a Mussolini, procurou explicar e justificar a ação direta alemã na Áustria e garantir formalmente a fronteira Bremer [*sic*]. Isto concorrerá para acalmar a opinião, que nas suas manifestações públicas continua militarmente disciplinada, obedecendo às diretivas do Governo, mas, em confiança, manifesta grande inquietação. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 14 MAR. 1938 • AHI 41/4/2

[Índice:] O *Anschluss* visto e sentido da Itália.

Nº 52

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 14 de Março de 1938.

Senhor Ministro,

Os meus dois telegramas, um expedido pela Embaixada em Paris e o segundo sob nº 16, de 13 de Março, estão estreitamente ligados. O segundo versa sobre o “lógico desenvolvimento da situação”, que, no primeiro, assinalei como prenhe de ameaças. São receios que se confirmam e persistem. Se ainda se não realizaram em conflito e catástrofe, tem sido por obra do passivo bom senso inglês e italiano, que não emprestaram maior força aos impulsos retardatários da França.

2. De resto, no acontecimento de hoje, a surpresa da Europa foi quase inibitória! Se, na própria Alemanha, os raríssimos que estão na confiança dos íntimos projetos de Hitler preparavam, com minudência⁵⁹⁷ germânica, o golpe,

597 Rigor, cuidado, atenção no que se faz. “analisar com minúcia a situação”.

eles mesmos não o esperavam iminente. Era previsto mas, como oportunidade imediata, foi inesperado.

3. Depois do chamado a Berchtesgaden e da submissão do Chanceler austríaco, o Führer acreditou que os seus desejos se iriam cumprindo sem choque. Tanto mais quanto a Itália, que, em 1934, mobilizara tropas sobre a fronteira do Brenner e propusera à França e à Inglaterra ocupar, defensivamente, a Áustria para manter-lhe o estatuto de independência, consentia, agora, na manobra prussiana e aconselhava a Viena, como aconselhou, prudência e até obediência, por “força das circunstâncias que ninguém podia modificar”.

6. Foi a reação inábil de Schusschnigg, apelando para um inédito plebiscito com três dias de prazo, que precipitou a resolução violenta do problema, num momento dos mais favoráveis à Alemanha, quando a França, já nos últimos tempos tão desgovernada, tinha um Governo demissionário.

7. Para ver com clareza a situação interna da Áustria, no instante agudo da crise, e talvez para entender melhor o seu prosseguimento, é preciso ter de memória que a grande maioria política ativa do país d'além Brenner é, hoje, nacional-socialista. Posso afirmar a veracidade desta informação atual. A força numerosa e combativa do nazismo austríaco foi ainda retemperada no ostracismo. Estou certo de que este fato e este fator, entre outros de importância internacional, foram ponderados nas decisões do Governo italiano.

8. Mas, não é possível ignorar o eco de incompreensão e desgosto com que o fulmineo⁵⁹⁸ *Anschluss* repercutiu na massa italiana. A imprensa, militarmente disciplinada, não deixa transparecer esta impressão, que não é só popular e dificilmente poderá ser apagada. Apesar da vasta publicidade das notáveis e estranhas expressões de reconhecimento telegrafadas pelo Führer ao Duce e da carta onde aquele se esforça em justificar o gesto alemão e garante a integridade da fronteira do Brenner (vide anexos), tendo ouvido, sob o sigilo da confidência, amargos comentários da maneira germânica de praticar a política de colaboração do eixo Roma-Berlim. O reflexo dos últimos fatos não creio que se faça sentir maiormente na política interna italiana, nos dias mais próximos. Mas é geral o sentimento de que o *Anschluss* marcou uma interrupção da série prestigiosa de triunfos da política internacional de Mussolini.

9. Na premura de tempo para o fechamento da mala, resumo incompletamente os aspectos que mais interessam o Brasil na anexação da Áustria pela Alemanha, tal como é vista da Itália.

10. O Tratado de Versalhes sofreu o seu baque final. A Liga das Nações demonstrou mais esta vez a sua académica inutilidade. E ficam livres, na arena

598 Do raio ou a ele relativo; com relação aos seus efeitos; destruidor ou brilhante como o raio.

da Europa e do mundo, dois Estados de rapina, armados e agressivos, que não conhecem peias nem nas próprias alianças: a Rússia bolchevista e a Alemanha nazi.

11. A campanha ideológica dos Sovietes da qual já tivemos de defender-nos com as armas na mão, em Novembro de 1935⁵⁹⁹, só depois deste espasmo sangrento incutiu nos brasileiros a noção do perigo comunista.

12. Estudando o recente passado germânico, desde a Sarre⁶⁰⁰ ao Reno, à paridade de armamento, ao *Anschluss* por meio da invasão armada; procurando, ao mesmo tempo, compreender no seu íntimo sentido as manifestações do Fuehrer de todos os alemães, para quem necessidades do seu país são fundamento de direito, justificativo de qualquer ação em prejuízo de segundos ou terceiros; e ponderando a passividade das chamadas Grandes Potências, diante da marcha esmagadora do compressor alemão, começo a crer que todos os países que abrigam alemães e nas suas fronteiras encerram algum bem desejado ou necessitado pela Alemanha nazi correm potencialmente um risco nacional. Da realização deste perigo no tempo e no espaço só as circunstâncias, hoje ainda imprevisíveis, poderiam responder.

13. Mas o que se vê, desde hoje, como real e presente é o dever de preparar a defesa, dentro das próprias possibilidades, e, senão com ilusão de uma vitória militar, ao menos no intuito de inspirar ao aventureiro a certeza do pouco ou nenhum proveito da aventura, pelo muito que deveria custar. Isto é, certamente, possível aos que a distância por ora protege, ainda que incompletamente.

14. Afigura-se-me ser esta lição brasileira dos acontecimentos que grosso modo comentei.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

599 A Revolta Comunista de 1935, também conhecida como Intentona Comunista, foi um movimento armado deflagrado a 23 de novembro de 1935, em Natal, pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia seguinte, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, da Vila Militar de Socorro, no Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro, e promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O governo deflagrou uma violenta repressão aos opositores. Milhares foram presos – comunistas e integrantes da ANL, socialistas, trotskistas e anarquistas – muitos sequer tinham conhecimento do movimento. Como resultado, o governo central aglutinou em torno de Vargas forças que até então lhe eram contrárias. Em 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Executivo. O estado de sítio foi prorrogado até junho de 1937, sendo criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, para investigar servidores e pessoas por atos e crimes contra as instituições. O atestado de ideologia passou a ser exigido para todos os que exercessem cargos públicos e cargos sindicais. Finalmente, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, para julgar os implicados na Revolta. O total de sentenciados pelo Tribunal chegou a 1.420 pessoas. Tais medidas prepararam o terreno para o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

600 Rio com 246 km de comprimento, dos quais 129,3 km em território francês e 116,7 km na Alemanha. Deságua no rio Mosela, na cidade alemã de Konz.

A Sua Excelência o Senhor Dr. Mario de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁶⁰¹: “*L’Italia Fascista e gli avvenimenti Austriaci*”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de março de 1938.

TELEGRAMA • 19 ABR. 1938 • AHI 42/4/11

[Índice:] Atividades políticas de estrangeiros no Brasil.

Da Embaixada em Roma

24 – TERÇA-FEIRA – 19h – Apesar de ser ontem dia de festas, o Ministro das Relações Exteriores convocou-me para me mostrar um telegrama do Embaixador italiano aí resumindo a Conferência, a chamado de Vossa Excelência, sobre as iminentes disposições legais que fixarão a admissão das atividades de estrangeiros ao território nacional. O Ministro, ainda, dizendo apreciar bem os intuitos amistosos da conversação de Vossa Excelência com o Embaixador italiano, destacou o trecho do telegrama onde se declara que a nova lei provocada, entre outras causas, pela profunda impressão produzida pelo discurso de Hitler em Viena, não pode, juridicamente, fazer distinções entre a proveniência de estrangeiros, mas que, afirmou, tais distinções, em favor de italianos, seriam efetivamente feitas na aplicação. Depois de discorrer, calorosamente, sobre a amizade ítalo-brasileira e de afirmar, mais uma vez, que considera o Brasil o verdadeiro representante da latinidade na América, disse achar-se muito impressionado com o telegrama da Embaixada, que lhe inspirava sérios receios de perturbação das costumeiras atividades dos italianos, colaboradores modelares, sempre respeitosos à soberania brasileira. Sua Excelência fez-me explicitamente notar que não estava fazendo uma *démarche* diplomática, mas simplesmente manifestando a um amigo o seu pensamento previdente, desejoso fosse ele transmitido, neste caráter, a Vossa Excelência, esperando que lhe fizesse saber o que Vossa Excelência me respondesse. No mesmo interesse e para a eficiência do serviço público e da minha ação pessoal aqui, muito agradeceria a Vossa Excelência me habilitasse a dizer algo tranquilizador ao Ministro que realmente está muito impressionado. GUERRA DUVAL

601 Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Itália fascista e eventos austríacos”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de março de 1938.

OFÍCIO • 25 JUN. 1938 • AHI 41/4/3

[Índice:] Bandeira nacional a bordo de um *yacht*.
Nº 150

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 25 de Junho de 1938.

Senhor Ministro,

A fim de atender a um pedido do Conde Paulo Matarazzo, que me foi encaminhado por um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, rogo a Vossa Excelência se sirva submeter às autoridades competentes o caso que passo a expor.

2. O Conde Paulo Matarazzo, nascido em São Paulo, possui, no porto de Salerno, um *yacht* de recreio no qual deseja hastear a bandeira brasileira, não o tendo conseguido fazer até agora porque o comandante do referido porto não o tem permitido.

3. Tratando-se de uma pequena embarcação, como se pode verificar pelos dados que vão anexos, e que se destina a fins recreativos, parece-me não haver inconveniente, salvo melhor juízo, em que sejam satisfeitos os desejos daquele brasileiro, uma vez cumpridas as formalidades legais.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo:

Tipo da embarcação: Panfilo

Proprietário: Paulo Matarazzo

Tonelagem com carga: 13.57 tons.

Tonelagem sem carga: 11.80 tons.

Motor: Baudin – HP 15

Velocidade máxima – 4 milhas

Cumprimento: m. 10,83

Forma: cutter

Mastros: dois

Cor da embarcação: branca

Camas: 4 para os passageiros

1 para a tripulação
Nome do *yacht*: Rondine

TELEGRAMA • 27 JUN. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Asilo.

Da Embaixada do Brasil em Roma

40 – CONFIDENCIAL – SEGUNDA-FEIRA – 23h30 – Aditamento ao meu telegrama nº 39. Conversei demoradamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Logo ao principiar, o Ministro dos Negócios Estrangeiros leu-me um telegrama do Embaixador italiano que dizia que o Capitão Fournier⁶⁰² foi levado à Embaixada italiana por dois oficiais fardados, um dos quais irmão do Ministro das Relações Exteriores. O embaixador alude à conferência com Vossa Excelência, estando presente o Ministro da Guerra, terminando por dizer que o assunto ficou suspenso, devendo Vossa Excelência convocar novamente o Embaixador, depois de ouvir a opinião do Senhor Presidente da República. O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse-me que telegrafaria, imediatamente, ao Embaixador, perguntando se já ouviu, novamente, Vossa Excelência e ordenando manter suspensa a notificação do asilo. Assegurou-me que o Governo italiano consideraria o assunto, tendo sempre em vista as nossas muito amistosas relações. Prometeu convocar-me, logo que receber resposta do Embaixador. Para a minha ação aqui, muito agradeceria a Vossa Excelência informar-me sobre a atitude do Embaixador italiano. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 28 JUN. 1938 • AHI 42/5/1

Índice: Asilo.

602 Em maio de 1938, um movimento armado deflagrado por membros da Ação Integralista Brasileira, atacou o Palácio Guanabara, residência do presidente da República, objetivando sua deposição. A precariedade do ataque permitiu que a própria guarda do palácio, auxiliada pelos familiares do presidente, repelissem os invasores. Seu autor e um dos líderes do movimento foi Severo Fournier (1908-1946), um militar, anticomunista e antifascista, que quando identificado, intentou refugiar-se na embaixada italiana, sendo auxiliado por Rubens dos Santos e pelos capitães Flodoardo Gonçalves Maia e Manuel de Freitas Vale Aranha, este, irmão do ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À embaixada em Roma

44 – CONFIDENCIAL – Acuso e agradeço o seu telegrama nº 40. I – O Embaixador italiano informou-me, na presença do Ministro da Guerra, que os dois oficiais não declinaram seus nomes, mas que o porteiro dissera haver reconhecido em um deles meu irmão. II – A verdade, porém, é que meu irmão não foi à Embaixada, não conhecendo porteiro, nunca frequentando meios, oficiais ou diplomáticos. Está, porém, preso com dois outros oficiais, os quais, fora de dúvidas, foram os condutores. III – Tudo indica ter havido prévio ajuste com elementos da Embaixada, pois, ao pretenderem dois policiais, postados no portão da entrada, interceptar e reconhecer os condutores, o porteiro os impediu declarando: “É o irmão do Ministro do Exterior”. IV – O automóvel entrou, largando o Capitão Fournier, e saiu *incontinenti*⁶⁰³, sem que os dois oficiais tivessem entrado na casa Embaixada, o que comprova suspeita de que estava sendo esperado pelo porteiro e demais. V – Datada de 23, mas só entregue sábado 26, seis horas após a internação de Fournier, recebi estranha carta do Embaixador italiano, notificando-me da recusa de asilo a outro oficial, em termos que deixam a impressão de ter sido escrita após o refúgio do mesmo Fournier e para evitar sua repercussão. VI – O Embaixador italiano só me deu notícia do refúgio, verificado às 9 ½ da manhã, pela tarde, às 5 horas, e após interpelação minha. VII – Somente concordamos com asilos anteriores por deferência para com Itália, conforme fizemos sentir ao Embaixador, sendo que, em mais de um caso, temos a segurança de que foram encaminhados e favoráveis os asilados por pessoal da Embaixada. Especialmente por Nunsio Greco⁶⁰⁴, quem, também, recebeu Fournier nessa hora matinal. VIII – O Presidente, com que venho de conversar, está confiante na decisão do Governo italiano e justamente contrariado com a atitude da Embaixada aqui neste caso. IX – Hoje direi tudo isso ao Embaixador italiano com quem não conversei ontem por desejar fazê-lo somente depois de apurados os fatos aqui relatados. X – Mandarei tradução da carta que me dirigiu o Embaixador, mas peço que só use dela em caso extremo por ser confidencial e pessoal. XI – Conviria chamar atenção desse Governo para o fato inexplicável de não ter o seu Embaixador, a quem venho dispensando consideração muito especial, me comunicado, ainda que por mera deferência pessoal, a participação alegada de meu irmão em fato de tanta gravidade. Adianto mais que deixou de referir esta circunstância

603 Imediatamente (latim).

604 Nunzio Greco (?-?). Jornalista italiano residente no Rio de Janeiro. Foi em 1931 diretor do periódico *Piccolo*, órgão de divulgação da causa fascista no Brasil e colaborador do periódico *Hierarchia*, com o artigo “A política internacional da Itália Fascista”. Fonte: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1989.

quando, pela tarde do dia 25, o interpelei sobre o caso de asilo: Dia 26, pela tarde, quando me deu notícia desta circunstância, já Greco o havia comunicado à Polícia. EXTERIORES

TELEGRAMA • 01 JUL. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Asilo.

Da Embaixada em Roma

41 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 23h – Respondo o telegrama de Vossa Excelência nº 46. Tenho tratado, sem interrupção, do assunto. Na última conferência, que acabo de ter, o Ministro dos Negócios Estrangeiros repetiu que enviou instruções ao seu Embaixador, para solver o caso de maneira a não perturbar, antes melhorar, as relações com o Brasil. Depois da minha primeira conferência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros o Embaixador recebeu quatro telegramas, sempre no mesmo sentido. De outras fontes fidedignas, sei, mas não estou autorizado a dizer, que, num dos telegramas, o Governo italiano observou que não era caso de asilo. Sei, também, que, pelo prestígio de sua representação, o Governo italiano quer que o Embaixador trate, aí, da solução prática do caso. De acordo com o telegrama 43, repeti que o caso não comporta pena de morte, conforme Vossa Excelência informou ao Embaixador. Hoje, será expedido novo telegrama ao Embaixador. Apesar de tudo isto, estou informado de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros não julga possível a entrega do refugiado, desejando que, de alguma outra maneira, ele abandone a Embaixada, sem a intervenção imediata das autoridades brasileiras. Muito agradecerá a Vossa Excelência uma sugestão. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 02 JUL. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Asilo.

Da Embaixada em Roma

42 – CONFIDENCIAL – SÁBADO – 13h – Respondo o telegrama de Vossa Excelência nº 47. Esperando obter solução lógica, que seria a entrega do refugiado, demorei a resposta, que telegrafei, ontem, dando o estado do assunto, até aquela data.

Ainda ontem, o Ministro repetiu-me ter mantido a ordem de não notificar o asilo, ficando, assim, confirmada a comunicação do meu telegrama nº 40. Acabo de telefonar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que devo ver às 18 horas. Telegrafei imediatamente. Pergunto a Vossa Excelência se posso confirmar a comunicação do seu telegrama nº 43, dizendo que o caso não comporta a pena de morte. Rogo resposta urgentíssima sobre este ponto. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 02 JUL. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Asilo.

Da Embaixada em Roma

43 – CONFIDENCIAL – SÁBADO – 21h – Aditamento ao meu telegrama nº 42. O Ministro das Relações Exteriores, a quem mostrei paráfrase do telegrama de Vossa Excelência nº 47, repetiu-me ter ordenado ao Embaixador não notificar o asilo e declarou-me que não deve ser dado tal valor à declaração do Embaixador, a qual ele ignora e de quem há três dias não tem nenhuma informação sobre o assunto. Declarou, ainda, o Ministro das Relações Exteriores que ia telegrafar novamente ao Embaixador pedindo completos esclarecimentos e que, logo que os recebesse, me chamaria. Ponderei longamente e com firmeza a necessidade de solução imediata. Respondeu que isso mesmo tinha telegrafado ao Embaixador porque reconhecia tal necessidade desde o início. Disse ainda, de passagem, que ia falar de tudo ao Chefe do Governo e mostrou-se incomodado com o aspecto que ia tomando o assunto, pela demora de solução. Na conversa, sempre em tom muito amistoso, disse-me ainda o Embaixador bem poderia conduzir o refugiado à cidade ou à Tijuca e desembaraçar-se dele. Repetiu-me que o desejo deste Governo é não perturbar as excelentes relações ítalo-brasileiras. Por muito que insistisse, não obtive promessa de ordem de entregar o refugiado à justiça brasileira, o que tão pouco não recusou. Agradeceria ordem para ação ulterior. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 04 JUL. 1938 • AHI 42/5/1

Índice: Asilo.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

49 – Resposta ao seu telegrama nº 43. As instruções já foram dadas a Vossa Excelência, bem como os elementos para a impugnação da hipótese do asilo, e para mostrar a trama do pessoal da Embaixada e a má-fé com que agiu e está agindo o próprio Embaixador. O Governo e o Presidente estranham a demora da solução em um caso que não pode comportar dois critérios, salvo se o Governo italiano, contra a tendência atual dos povos, está decidido a proteger um criminoso por tentativa de assassinato contra o Chefe de Estado, contrariando assim, não só a legislação, como as normas relativas à extradição e ao asilo, e violentando a amizade do Brasil. Aviso a Vossa Excelência que o nosso Governo não se conformará com tal atitude por parte da Itália, resolvido que está a repelir uma articulação promovida pela Embaixada italiana, que atenta contra a soberania do Brasil e importa em insólita intervenção na sua vida normal. EXTERIORES

TELEGRAMA • 05 JUL. 1938 • AHI 42/4/11

[Índice:] Asilo.

Da Embaixada em Roma

44 – CONFIDENCIAL – TERÇA-FEIRA – 14h – Espontaneamente, personagem chegada ao Governo e meu amigo procurou-me e disse, em resumo, o seguinte: “O Governo interessado não tem nenhuma intenção de notificar ou de manter o asilo, que sabe insustentável. O Governo sente-se incomodado com o assunto e o receio de que possa perturbar a amizade ítalo-brasileira, buscando com empenho, junto ao Governo brasileiro, a solução que permita salvar face do Embaixador italiano e daí a demora. Parece que o Chefe do Gabinete informou, pessoalmente, o desejo de evitar uma humilhação ao Embaixador, que, brevemente, deixaria o Rio e, provavelmente, a atividade. Os efeitos sem dúvida deprimentes da entrega de um refugiado, considerando-se sobretudo a política de orgasmo nos momentos atuais, são os outros motivos da demora e das dificuldades para a justa solução, que seria a entrega pura e simplesmente

por força da recusa de asilo”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros está com febre, de cama, desde a noite de sábado e, logo que voltar ao Ministério, repetirei, com empenho, os argumentos jurídicos e morais, que nos dão toda razão. Por intermédio do Diretor-Geral dos Negócios da América, fiz ciente o Ministério do aviso contido no último período do telegrama de Vossa Excelência nº 50. Continuarei todos os esforços para obter, já, tão demorada solução, que o Ministro espera seja conseguida aí. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 06 JUL. 1938 • AHI 42/4/11

[Índice:] Asilo.

Da Embaixada em Roma

45 – CONFIDENCIAL – QUARTA-FEIRA – 14h – Foi-me comunicado, pelo telefone, que, depois de aprovado pelo Chefe do Governo, acaba de ser expedido ao Embaixador italiano um telegrama que termina em termos correspondentes a estes: “Vossa Excelência teve plena liberdade para solver o assunto e, tendo em vista, também, a afirmação do Embaixador brasileiro, de que Fournier não é passível de pena de morte, queira liquidar o incidente sem ulterior demora”. Sendo possível que o Embaixador italiano se demita para não cumprir as ordens, ela será cumprida pelo substituto. O Ministro das Relações Exteriores disse-me estar certo de que, diante dessa clareza de solução, o Governo brasileiro compreenderá a atitude sempre amistosa do Governo italiano que espera, pelos motivos óbvios, que será evitado qualquer maior ruído em redor do assunto. Agradeceria uma informação quando e como for cumprida a ordem. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 08 JUL. 1938 • AHI 42/5/1

Índice: Asilo.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores À Embaixada do Brasil em Roma

51 – CONFIDENCIAL – Atendendo aos desejos desse Governo manifestados em seu telegrama nº 45, e aos bons ofícios de membros proeminentes da colônia

italiana nesta capital, dois oficiais coronéis do Exército se apresentaram à Embaixada italiana, de onde, após terem conferenciado com o Embaixador, se retiraram levando em sua companhia o tenente Severo Fournier, que foi recolhido preso em uma fortaleza. O fato não despertou a menor comoção, e em nada afetou o melindre da representação italiana, resolvendo-se assim, a contento de todos, uma situação que se afigurava extremamente difícil. Queira V. Exa. expressar os agradecimentos do Governo brasileiro pelo espírito de colaboração amistosa manifestado pelo Governo italiano na solução deste caso, para a qual muito contribuiu o zelo inteligente de V. Exa., a quem apresento as minhas congratulações. EXTERIORES

TELEGRAMA • 14 SET. 1938 • AHI 42/4/11

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Roma

64 – CONFIDENCIAL – QUARTA-FEIRA – 11h20 – Os meios responsáveis reputam a situação gravíssima, admitindo que, se Praga⁶⁰⁵ recusar aos alemães a auto decisão, seria de temer uma brusca intervenção de Hitler, que desencadearia a luta. O Governo italiano continua aconselhando amistosamente Berlim no sentido de evitar a catástrofe. Com exceção dos elementos oficiais, todo o povo é desfavorável à participação no conflito motivado por interesses exclusivos da Alemanha. Consta que os israelitas buscam agitar a opinião pública. Mas a organização férrea do partido fascista assegurará, praticamente, uma rápida mobilização eventual. Telegrafarei à noite. GUERRA DUVAL

605 Capital da Tchecoslováquia. Em setembro de 1938, a Tchecoslováquia deixou de ser o único país da Europa Central que possuía um regime democrático, *status* que gozava desde 1933. Hitler anunciou o seu intuito de invadir o país e anexar parte de suas terras. Justificava a ação por ser aquele país fronteiro à Alemanha e povoada por alemães. A França e o Reino Unido, que deveriam assegurar a independência da Tchecoslováquia, decidiram deixar ao governo tcheco a decisão de submeter-se à Alemanha ou lutar sozinho. Com o discurso de evitar a guerra, a Alemanha nazista impôs o Acordo de Munique, assinado com a Itália, a França e o Reino Unido, e a Tchecoslováquia perdeu parte de seu território e sua autonomia. Em 1939, a Alemanha concluiu a anexação de todo o território. Fonte: NASCIMENTO, Carolina Monteiro de Castro. A questão centro/periferia, no contexto europeu analisando a República Tcheca. *REALIS*, v. 9, n. 02, Jul-Dez. 2019.

TELEGRAMA • 26 SET. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Roma

71 – SEGUNDA-FEIRA – 20h30 – Acabo de conferenciar com o Ministro das Relações Exteriores que reputa a situação hoje mais grave do que nunca. Disse-me ainda que Hitler mantém integralmente as exigências do último *memorandum* e que a Tchecoslováquia recusou aceitar. Acrescentou que, diante das notícias que acabava de receber de Londres e de Paris, parece estarmos na iminência do conflito. O embaixador belga, geralmente bem informado, resumiu a situação dizendo que, se no dia 1º de Outubro os soldados alemães transpuserem a fronteira tchecoslovaca, será o início da guerra europeia. A opinião dos meios políticos governamentais é completamente pessimista. A esperança de circunscrever o eventual conflito somente entre a Alemanha e a Tchecoslováquia é muito débil. O Ministro dos Negócios Estrangeiros ainda uma vez repetiu que, na hipótese de extensão do conflito a outros países, a Itália tomará parte ao lado da Alemanha. No entretanto, cogita-se de nova ação ponderada (?)⁶⁰⁶ pela paz. GUERRA DUVAL

TELEGRAMA • 28 SET. 1938 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Roma

72 – QUARTA-FEIRA – 19h – URGENTE – Hoje, às 10 horas, o Embaixador inglês, em nome de seu Governo, pediu a intervenção de Mussolini junto a Hitler, no sentido de evitar a guerra. Mussolini comunicou-se com Hitler, antes do meio-dia, para obter fossem sustadas as operações que deviam começar às 2 horas e combinar a conferência com Hitler. Mussolini acaba de partir, às 18 horas, com o Ministro das Relações Exteriores para Munique⁶⁰⁷. Às 3 horas.

⁶⁰⁶ Sinal de pontuação inserido no original.

⁶⁰⁷ Pacto de Munique. Assinado em 29 de setembro de 1938, foi um acordo pelo qual Inglaterra e França concordaram com a anexação da região montanhosa dos Sudetos, muro protetor da Tchecoslováquia, pela Alemanha, na crença de que Hitler também desejava a paz. Os eventos subsequentes mostraram até onde iam as ambições de Hitler. Considerado o maior desastre diplomático da História e um grande fracasso estratégico, o Pacto de Munique derrubou Chamberlain e alçou Churchill ao governo inglês. Fonte: MIGLIAVACCA, Eva Maria. *Tempos de Excessos. IDE* (São Paulo), v. 35, nº 55, São Paulo, Jan. 2013.

Mais ou menos, o Embaixador americano transmitiu o apelo feito por Roosevelt a Mussolini, para intervir pela paz junto a Hitler, mas já se tinha desenhado a ação de Mussolini, que prossegue. Na conferência com Hitler parece que estarão presentes, também, o inglês e o francês. O Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que será afastado o perigo da guerra, que sem a intervenção de Mussolini teria começado esta tarde. Cogita-se de iniciar na Conferência um largo entendimento das quatro potências. GUERRA DUVAL

OFÍCIO • 29 SET. 1938 • AHI 41/4/3

[Índice:] A questão racial na Itália.

Nº 229

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 29 de Setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência – acompanhado de um pacote em separado, contendo recortes de jornais e exemplares de uma revista ilustrada – o relatório que redigiu o Segundo-Secretário desta Embaixada, Sr. Jorge Latour, a meu pedido, sobre o movimento antissemita verificado na Itália, por iniciativa do Governo fascista.

2. Cingindo-se, principalmente, à observação dos fatos, preferiu o aludido funcionário relatar apenas as circunstâncias mais notórias do movimento, aguardando o desenvolvimento do programa de ação oficial inaugurado para comentá-lo à luz de uma crítica mais segura e repousada.

3. Sendo, este, um tema que preocupa o Governo da República, providenciarei para que as informações ora remetidas tenham seguimento, com caráter sistemático, de modo a dar a essa Secretaria de Estado uma impressão real das causas e consequências do surto antissemita e racial na Itália.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo

A QUESTÃO RACIAL NA ITÁLIA
Breve relatório organizado
pelo Senhor Secretário Jorge Latour
por determinação do Embaixador

Roma, 29/08/1938.

Um grupo de estudiosos fascistas, docentes nas Universidades italianas, sob os auspícios do Ministério da Cultura Popular, fixou, recentemente, nos seguintes termos a posição do Fascismo perante os problemas da raça⁶⁰⁸:

1. *Le razze umane esistono.*
2. *Esistono grandi razze e piccole razze.*
3. *Il concetto di razze è concetto puramente biologico.*
4. *La popolazione dell'Italia attuale è di origine ariana e la sua civiltà è ariana.*
5. *È una leggenda l'apporto di masse ingenti di uomini in tempi storici.*
6. *Esiste ormai una pura 'razza italiana'.*
7. *È tempo che gli italiani si proclamino francamente razzisti.*
8. *È necessario fare una netta distinzione tra i mediterranei d'Europa (occidentali) da una parte gli orientali e gli africani dall'altra.*
9. *Gli ebrei non appartengono alla razza italiana.*
10. *I caratteri fisici e psicologici puramente europei degli italiani non devono essere alterati in nessun modo.*

A iniciativa e o conteúdo dessa declaração tiveram enorme repercussão no país e no estrangeiro. Nos grandes centros de debates políticos e jornalísticos da Europa e da América foram, a medida e os mandamentos que contém, comentados, já com serenidade, já com paixão e mesmo com as cores vivas do extremismo. É preciso pensar que essa medida se colocou a encruzilhada das ideologias contemporâneas, agride o otimismo das democracias, a inconsciência do liberalismo e, concretamente, coincide, na ordem cronológica, de um lado com a conferência de Evian⁶⁰⁹ e, de outro, com o maior surto antissemita de todos os séculos.

608 Tradução pelo CHDD: 1 – Existem raças humanas; 2 – Existem corridas grandes e corridas pequenas; 3 – O conceito de raças é um conceito puramente biológico; 4 – A população da Itália hoje é de origem ariana e sua civilização é ariana; 5 – A contribuição de grandes massas de homens nos tempos históricos é uma lenda; 6 – Existe agora uma 'raça italiana' pura; 7 – É hora de os italianos se proclamarem francamente racistas; 8 – É necessário fazer uma distinção clara entre os europeus mediterrânicos (ocidentais), por um lado, e os orientais e africanos, por outro; 9 – Os judeus não pertencem à raça italiana; 10 – As características físicas e psicológicas puramente europeias dos italianos não devem ser alteradas de forma alguma.

609 Entre os dias 6 e 15 de julho de 1938, representantes de 32 países e organizações reuniram-se em Evian-les-Bains, na França, para discutir a situação dos judeus alemães refugiados. Todos os países representados não estavam dispostos a atenuar suas políticas de imigração para facilitar o recebimento de refugiados do nazismo. A maioria temia que o aumento no número de imigrantes em seus países causaria um aumento nas

Estabelecido o debate mundial sobre as teses contidas na iniciativa dos intelectuais italianos e produzida a argumentação pró e contra a mesma, julgou o governo oportuno fixar os pontos da medida, evidentemente de origem partidária e governamental, com a seguinte nota, publicada na *Informazione diplomatica* de 5 de agosto, reproduzida em todos os diários e na maioria dos órgãos de publicidade do Império⁶¹⁰:

Negli ambienti responsabili romani si fa notare che molte delle impressioni e deduzioni estere sul razzismo italiano, sono dettate da una superficiale cognizione dei fatti e in qualche caso da evidente malafede. In realtà il razzismo italiano data dal 1919, come potrebbe essere documentato. Mussolini nel discorso al Congresso del Partito tenutosi a Roma nel novembre del 1921 – ripetiamo 1921 – dichiarò esplicitamente: ‘Intendo dire che il Fascismo si preoccupi del problema della razza, i fascisti devono preoccuparsi della salute della razza colla quale si fa la storia’. Se il problema rimase, per alcuni anni allo stato latente, ciò accadde perchè altri problemi urgevano e dovevano essere risolti. Ma la conquista dell’Impero ha posto al primissimo piano i problemi chiamati complessivamente razziali, la cui sconoscenza ha avuto drammatiche, sanguinose ripercussioni sulle quali non è – oggi – il momento di scendere a particolari. Altri popoli mandano nelle terre dei loro Imperi pochi e sceltissimi funzionari, noi manderemo in Libia e in AOI – con l’andar del tempo e per assoluta necessità di vita – milioni

dificuldades econômicas que passavam, com exceção de um pequeno país, a República Dominicana, nenhum outro aceitou abrigar mais refugiados. O resultado positivo da conferência foi o estabelecimento do Comitê Intergovernamental para Refugiados (ICR), que continuaria a lidar com o problema. Fonte: <ushmm.org> Acesso: 17 jan. 2021.

610 Tradução pelo CHDD: Nos círculos responsáveis romanos, observa-se que muitas das impressões e deduções estrangeiras sobre o racismo italiano são ditadas por um conhecimento superficial dos fatos e, em alguns casos, por evidente má-fé. Na realidade, o racismo italiano data de 1919, como pode ser documentado. Mussolini, em seu discurso no Congresso do Partido, realizado em Roma em novembro de 1921 – repetimos 1921 – declarou explicitamente: “Quero dizer que o fascismo se preocupa com o problema da raça; os fascistas devem se preocupar com a saúde da raça com a qual a história é feita”. Se o problema permaneceu latente por alguns anos, foi porque outros problemas eram urgentes e precisavam ser resolvidos. Mas a conquista do Império colocou em primeiro plano os problemas ditos raciais como um todo, cujo desconhecimento teve repercussões dramáticas e sangrentas sobre as quais não é – hoje – o momento de entrar em detalhes. Outros povos enviam poucos funcionários altamente selecionados para as terras de seus impérios; nós enviaremos milhões de homens para a Líbia e a AOI – com o tempo e por necessidade absoluta de vida. Agora, para evitar o flagelo catastrófico da hibridização, que é a criação de uma raça bastarda, nem europeia nem africana, que fomentará a desintegração e a revolta, não bastam as severas leis promulgadas e aplicadas pelo fascismo, um sentimento forte, um orgulho forte, uma consciência de raça clara e onipresente. Discriminação não significa perseguição. Isso deve ser dito aos muitos judeus da Itália e de outros países; que judeus lançam lamentações inúteis ao céu, passando, com a rapidez conhecida, da intromissão e do orgulho ao desânimo e pânico sem sentido. Como foi claramente afirmado na nota nº 14 das ‘Informações Diplomáticas’ e como se repete hoje, o governo fascista não tem nenhum plano persecutório especial contra os judeus, enquanto tal. É outra coisa. Segundo estatísticas judaicas, há 44 mil judeus na Itália, na área metropolitana, o que, no entanto, terá que ser verificado por um próximo censo especial, na proporção de um judeu para cada mil italianos. É claro que a partir de agora a participação dos judeus na vida global do Estado deve e será adequada a essa relação. Ninguém vai querer contestar este direito contra o Estado Fascista e muito menos os judeus, que – como também fica solenemente evidente no recente manifesto dos rabinos da Itália – sempre e em toda parte foram apóstolos dos mais íntegros, intransigentes, ferozes e, sob um certo ponto de vista, racismo admirável; sempre se consideraram pertencentes a outro sangue, a outra raça e se proclamaram ‘povos eleitos’ e sempre deram a prova de sua solidariedade racial além de todas as fronteiras. E aqui não queremos falar da equação historicamente estabelecida nos últimos vinte anos de vida europeia, entre o judaísmo e o bolchevismo e a Maçonaria. Portanto, não há dúvida de que o clima é propício para o racismo italiano e menos ainda podemos duvidar de que não se tornará – pela ação coordenada e resoluta de todos os órgãos do Regime – patrimônio espiritual de nosso povo, base fundamental de nosso Estado, segurança para nosso Império.

di uomini. Ora, ad evitar ela catastrofica piaga del meticcio, la creazione cioè di una razza bastarda nè europea nè africana, che fomentará la desintegraçione e la rivolta, non bastano le leggi severe promulgate ed applicate dal Fascismo, occorre anche un forte sentimento, un forte orgoglio, una chiara, onnipresente, coscienza di razza. Discriminare non significa perseguire. Questo va detto ai troppi ebrei d'Italia e di altri Paesi, i quali ebrei lanciano al cielo inutili lamentazioni, passando, con la nota rapidità, dall'invadenza e dalla superbia all'abbattimento e al panico insensato.

Come fu detto chiaramente nella nota nº 14 dell' 'Informazione diplomática' e come si ripete oggi, il Governo Fascista non ha alcun speciale piano persecutorio contro gli ebrei, in quanto tali. Si tratta di altro. Gli ebrei in Italia, nel territorio metropolitano, sono 44.000, secondo i dati statistici ebraici, che dovranno però essere controllati da un prossimo speciale censimento, in proporzione serebbe quindi di un ebreo su mille italiani. È chiaro che d'ora innanzi la pertecipazione degli ebrei alla vita globale dello Stato dovrà essere e sarà adeguata a tale rapporto.

Nessuno vorrà contestare allo Stato Fascista questo diritto e meno di tutti gli ebrei, i quali – come risulta in modo solenne anche dal recente manifesto dei rabbini d'Italia – sono stati sempre e dovunque gli apostoli del più integrale, intransigente, feroce e, sotto un certo punto di vista, ammirevole razzismo; si sono sempre ritenuti appartenenti ad un altro sangue, ad un'altra razza e si sono autoproclamati 'popoli eletto' ed hanno sempre fornito prove della loro solidarietà razziale al di sopra di ogni frontiera. E qui non vogliamo parlare dell'equazione storicamente accertata in questi ultimi venti anni di vita europea, fra ebraismo e bolscevismo e massoneria. Nessun dubbio quindi che il clima è maturo per il razzismo italiano e meno ancora si può dubitare che esso non diventi – attraverso l'azione coordinata e risoluta di tutti gli organi del Regime – patrimonio spirituale del nostro popolo, base fondamentale del nostro Stato, elemento di sicurezza per il nostro Impero.

Logo a seguir, o Secretário-Geral do Partido Nacional Fascista, Sr. Starace⁶¹¹ (12 de agosto) fixava em uma Indicação ao Instituto N. de Cultura Fascista, os seguintes pontos básicos a serem observados no estudo do tema racista erigido em política nacional⁶¹²:

- 1) *Individuazione dei caratteri tipici e permanenti della razza italiana, da Roma ad oggi.*
- 2) *Impostazione, continuità e sviluppi dell'azione del Regime in difesa della razza.*

611 Achilles Starace (1889-1945). Em 1920, aderiu ao movimento fascista. De 1931 a 1939, foi secretário do partido e o responsável pela introdução dos rituais na vida do regime como a saudação romana, o uso de *voce* em vez de *lei* e de *Duce* em vez de *Capo*. Nos anos de 1938 e 1939, deu apoio à política racial e antisemita, defendendo o endurecimento para com os judeus da Itália. Em abril de 1945, foi reconhecido por partidários, preso, julgado e sumariamente executado. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 10 jan. 2021.

612 Tradução pelo CHDD: 1) Identificação das características típicas e permanentes da raça italiana, de Roma aos dias de hoje; 2) Fixação, continuidade e desenvolvimento da ação do Regime em defesa da raça. Medidas e instituições para a proteção e melhoria da saúde física e moral do povo italiano. (Política Demográfica – Trabalho Maternal e Infantil – Pensões e assistência – Higiene do trabalho – Educação integral da juventude, etc.); 3) Novos aspectos e nova importância do problema, após a conquista do Império: que impôs a proteção da unidade e da pureza da raça italiana, como condição de nossa superioridade colonizadora; 4) Conscientização do problema da raça, em função da autarquia espiritual da nação; 5) O problema judaico no mundo e na Itália. O Instituto Nacional da Cultura Fascista fornecerá posteriormente mais esclarecimentos, esclarecimentos e bibliografias sobre os pontos individuais.

Provvedimenti ed istituzioni per la tutela e il miglioramento della sanità fisica e morale del popolo italiano. (Politica demografica – Opera Maternità e Infanzia – Previdenza e assistenza – Igiene del lavoro – Educazione integrale della gioventù, ecc.).

3) *Nuovi aspetti e nuova importanza del problema, dopo la conquista dell'Impero: la quale ha imposto la tutela della unità e purezza della razza italiana, come condizione della nostra superiorità colonizzatrice.*

4) *La coscienza del problema della razza, in funzione dell'autarchia spirituale della Nazione.*

5) *Il problema ebraico nel mondo e in Italia. L'Istituto Nazionale di Cultura Fascista fornirà in seguito ulteriori chiarimenti, precisazioni e bibliografie sui singoli punti.*

Também o Sr. Mussolini, em várias oportunidades, inclusive em Forlì, onde revidou às censuras de Sua Santidade, pronunciou-se sobre o assunto pessoalmente, com a responsabilidade de chefe do Governo, deixando entender claramente que a política racial iniciada seria prosseguida como um dos postulados de categórica realização do regime.

Como corolários desse acontecimento político-doutrinário, a direção da IX Feira do Levante⁶¹³ em Bari providenciou para dar maior relevo à sua “*Mostra di difesa sanitaria della razza*”⁶¹⁴ com um amplo programa de higiene social.

Simultaneamente, as Revistas doutrinárias e os jornais em geral passaram a publicar artigos e noticiário permanente sobre os temas de interesse racial. Foi fundada em Roma uma Revista especializada sobre o assunto: *La Difesa della Razza*⁶¹⁵.

Os Institutos e órgãos doutos inscrevem, igualmente, em suas preocupações científicas ou literárias, a grande questão do dia.

Para dar uma ideia geral do pensamento fascista com relação ao racismo e aos seus aspectos, dentro dos interesses raciais italianos, passo a transcrever alguns conceitos, colhidos em artigos da imprensa, onde o tema é encarado sob os seus diferentes aspectos.

Diz pende no *Il Popolo d'Italia*⁶¹⁶, de 31 de Julho de 1938:

O Fascismo, embora reconhecendo – e não poderia pela seriedade dos seus cientistas não reconhecer – que o conceito científico da raça leva a admitir uma variedade, aliás útil, de pura étnica humana na nação italiana, como em qualquer outra nação civil, todavia quer e pode impor ao seu povo o reconhecimento de um tipo itálico como tipo espiritual de base biológica. É o que ele chama, adiante, o tipo itálico biológico, para cuja gênese concorreram vários elementos raciais originários no curso

613 É uma das principais feiras de comércio italiana e mediterrânea, sediada em Bari, na costa do Adriático. A feira nasceu em 1929 e tem funcionado continuamente desde então. A primeira edição da mostra internacional, que dá nome à *Fiera del Levante*, aconteceu em 1930.

614 Tradução pelo CHDD: “Exposição de defesa sanitária da raça”.

615 Tradução pelo CHDD: “A defesa da raça”.

616 Tradução pelo CHDD: “O Povo da Itália”.

da história, e fisicamente e psicologicamente não é outra coisa que a progênie⁶¹⁷ de Roma. Ele sustenta a existência do tipo romano-italico, de perfil não apenas mental e espiritual, mas étnico no sentido biológico, inconfundível com outros tipos nacionais, mesmo dentro da grande esfera das famílias latinas. Para isso ele lança o recurso de denominações forçadas, como a de “biologia política” com base no método “brotipológico unitário”, por ele introduzidas na análise da individualidade humana, que abandona detalhes antropométricos para cingir-se a sínteses gerais de caracteres. Denomina o movimento nascente de “autarquia dos valores étnicos”.

Carlo Giglio – ‘*Prestigio di Razza*’⁶¹⁸ – *Il Popolo d’Italia* – 01/08/1938:

Aborda a questão das relações entre os colonizadores e os colonizados, tema de real importância depois da criação do Império – a realidade imperial, a consciência imperialista e expansionista, disciplinando a mentalidade do colonizador em contato com a África. Consideraram os estadistas italianos que a colonização italiana difere da inglesa e de alguns outros países porque, enquanto os britânicos desconhecem o problema demográfico, a Itália o sofre em pleno. Portanto, para esta, não basta mandar, como outros europeus, para as suas colônias elementos dirigentes e administrativos que façam a *mise en valeur* da colônia, mas devem empreender uma colonização demográfica, baseada na presença e no prestígio da raça branca em pleno domínio africano. Querem, para isso, dar ao branco colonizador em contato com o indígena uma consciência do superior justo, dominador, conquistador, de modo e não fundir-se e destruir-se no meio ambiente. Será sempre uma elite no trabalho, nas profissões e na vida em geral, guardado à distância o elemento colonizado ‘inferior’.

Também no *Il Messaggero* de 06/08/1938, na 1ª coluna, vem a mesma tecla:

[...] O Império é para nós um campo de trabalho e uma terra para povoar. É destinado a receber milhões de italianos e não algumas centenas de funcionários e de algumas empresas desejosas de enriquecer à custa do ‘trabalho forçado dos indígenas que a Genebra sancionista não conseguiu nunca abolir (alusão à Inglaterra). Daí a necessidade de evitar os cruzamentos e a mestiçagem que sempre se revelaram fatais aos brancos e às próprias raças de cor. A experiência científica e racial humana sugere ao Fascismo a solução clara e indiscutível: nítida separação, nada de cruzamentos, nenhuma confusão de qualquer gênero, no campo demográfico, e, paralelamente, justiça, equidade, humanidade, no campo econômico e social. A verdadeira civilização não conhece outros métodos e outras vias. Daí a necessidade para o Fascismo de definir a sua doutrina racial e de coordenar as diretivas adotadas em tal matéria. Não são, pois, teoremas, mas corolários dos postulados de 1919.

Virginio Gayda – *Il Giornale d’Italia*⁶¹⁹ – 09/08/1938 – ‘*Porte chiuse negli Stati Uniti*’:

Exposição sucinta e clara da política racial norte-americana, seguida de longa

617 Ascendência, origem; descendência, geração, filhos.

618 Tradução pelo CHDD: “Prestígio da Raça”.

619 *Il Giornale d’Italia* – 09/08/1938. Tradução pelo CHDD: ‘Portas fechadas nos Estados Unidos’.

data, especialmente contra a infiltração nipônica e a imigração de procedências indesejáveis. Entre muitos passos de real interesse e mesmo palpantes, para o estudo do momento atual, cita a afirmativa, de uma feita, do Professor Thompson, de Miami, de que também para os povos prevalece a lei de Gresham, segundo a qual “a má moeda expele a boa”. Quando, pois, grupos de indivíduos e raças se põem em contato e competição, o grupo com teor de vida mais baixo elimina o de estalão superior.

Giorgio Pini – ‘*Coscienza di razza*’ – *Il Popolo d’Italia* – 03/08/1938:

Baseado na afirmativa de Pende⁶²⁰, de que de há muitos séculos nenhuma contribuição de outras raças dignas de relevo veio abastardar a italiana, sustenta que existe uma raça italiana, pertencente ao grupo ariano, com um patrimônio próprio de genialidade, civilização, energia, tradições, de características físicas e morais que cumpre preservar e potencializar, se se deseja falar seriamente de Romanidade e Império.

Virginio Gayda⁶²¹, no vespertino *Il Giornale d’Italia*, uma das penas jornalísticas mais autorizadas do regime, pôs-se logo a campo, em artigos sucessivos, a amparar o novo mandamento. Em 3 de agosto, contestou ao *Le Temps*, e outros jornais que negam a unidade racial italiana e em um artigo sobre “*L’Universalità e la Razza*”⁶²² diz ele:

[...] E por isso, justamente, o regime fascista entende defender na pureza da raça todas as forças instintivas que criaram a grandeza da Itália e deram acentos de universalidade às suas vozes e às suas criações. E, diz ele, a revelação de que existe um gênio e uma fatalidade italianas, que não podem ser senão os de uma raça indivuada e os do seu espírito.

A Igreja tomou posição contra o movimento inaugurando-se, concretamente, a sua atitude com o discurso do Papa aos alunos da *Propaganda Fide*⁶²³, na

620 Nicola Pende (1880-1970). Médico e senador. Em 1933 definiu uma biologia política, na obra *Rational Human Reclamation and Political Biology*, que dedicou a Mussolini, tornando-se “o cientista oficial do regime”. Em 1937, foi nomeado chefe da Seção de Eugenia do Centro Nacional de Pesquisas. Em 25 de julho de 1938, o Partido divulgou que Pende estava dentre os que haviam assinado o “Manifesto da Raça”, publicado onze dias antes pelo *Il Giornale d’Italia*. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 10 jan. 2021.

621 Virginio Gayda (1885-1944). Jornalista italiano. Correspondente especial do *La Stampa* na Europa Central e Oriental. Foi diretor do *Il Messaggero* de Roma de 1919 a 1926 e sob os auspícios de Mussolini, de 1926 a 1943 do *Il Giornale d’Italia*, em cujas colunas foi porta-voz oficioso do governo. Em dezembro de 1935, seu artigo no *Il Giornale d’Italia* definiu o judaísmo como “uma daquelas forças obscuras que, com a Maçonaria e o bolchevismo russos, conspiram contra a Itália”, preocupando as comunidades judaicas italianas. Morreu durante um ataque aéreo. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 10 jan. 2021.

622 Tradução pelo CHDD: “Universalidade e Raça”.

623 Tradução pelo CHDD: Propagação da fé. Congregação para a evangelização dos povos. Trata-se de uma obra mantida pelo Vaticano que distribui bolsas de estudo para jovens evangelizadores. Fonte: <vatican.va>. Acesso em: 10 jan. 2021.

audiência de Castel Gandolfo⁶²⁴. Disse, entre outras coisas, Sua Santidade, estendendo-se, em sua preleção, sobre o “Universalismo cristão”,

que o gênero humano, todo o gênero humano, é uma só, grande universal raça humana [...].

Nem se diga que nessa raça universal não haja lugar para raças especiais, como para tantas variedades, tantas nacionalidades que são ainda mais especializadas.

A despeito da atitude do Vaticano, o órgão nacionalista *Portugal* (12 de agosto) estende-se em considerações sobre a maçonaria, inimiga capital da Igreja, de origem e orientação judaica, que foi jugulada na Itália pelo Fascismo, o advento do qual preservou nela o destino da Rússia e evitou que à Sua Santidade coubesse o mesmo destino que tocou a Nicolau II.

Giovanni Papini, talvez o maior escritor vivo da península, acadêmico da Itália, em artigo publicado na Revista *Frontespizio*, escreveu um “*Discorsetto ai cattolici*”, que representa uma reação à atitude da Igreja. Embora, logo após, tenha feito declarações públicas de obediente católico, procurando dar a verdadeira medida das suas sentenças, não é menos verdade que o seu artigo começa com estas orações incisivas:

A experiência demonstra que os católicos, enquanto homens religiosos, podem ter uma grande influência sobre a política da pátria, desde que não procurem interferir na política concreta e contingente dos governos. Um povo de bons cristãos terá um bom governo e, por consequência, boa política; façam, pois, sussurrantes chorões, de maneira a que os vossos concidadãos sejam verdadeiros cristãos e disso gozareis as consequências.

E depois:

A política diária de uma grande nação, obra de arte e às vezes de gênio, de graves compromissos e de tremenda responsabilidade, não pertence aos católicos enquanto católicos. Estes têm o dever de recordar e ter vivos os valores supremos do espírito cristão, e é empresa árdua, difícil, heroica, necessária, mas, frequentemente, esquecida e nem sempre bem conduzida.

Esses e outros conceitos, ao que parece, de crítica à Ação católica, foram severamente impugnados pelos luminares desta. O que é fora de dúvida é que representam uma afirmação em favor da política racista e uma admoestação aos católicos de atitude intolerante em face do movimento.

Ainda V. Gayda, a 4 de agosto, com “*Una legge nazista nella Francia antinazista*”, procura demonstrar que o decreto-lei, recentemente posto em vigor naquele país, pelo qual se subverte de maneira fundamental o princípio da sucessão hereditária no patrimônio dos camponeses – é um ato de eminente

⁶²⁴ Residência de verão dos papas, localizado nos arredores de Roma. Fonte: <vatican.va>. Acesso em: 10 jan. 2021

política racista em pleno âmbito da democracia. Analisa o decreto em questão, à luz das explicações do Ministro Paul Reynaud, para concluir que se trata de uma medida de política demográfica contra a denatalidade e de preservação social contra influências deletérias da estirpe rural francesa.

Francesco Scardaoni, na *Tribuna* de 04/08/1938 – “*La coscienza razziale e l’Impero*” – afirma a existência, além de uma política racista e de uma política não racista, também a de uma política antirracista, sob a forma de atividades e organizações diversas para a hibridização e miscelânea das raças. Acentua o perigo desta última, desenvolvida pela orientação hebreu-comunista, por meio de uma propaganda deletéria nas colônias, contra as potências imperialistas, sob falsos princípios humanitários, segundo os quais todas as raças são iguais. Assim, pretendem estes converter os colonizadores em colonizados. Cita como exemplo a França, o segundo império colonial do mundo, cujas populações coloniais arrogantes e agressivas demonstram como é perigoso fazer-se antirracismo quando se tem a pretensão de dominar. Sobressai, no articulista, a preocupação da preservação racial dentro da realidade colonial, tão perigosa à pureza racial dos conquistadores.

Giorgio Pini (*Popolo d’Italia* – 5 de agosto 1938) em “*Orgoglio di razza*” exalta o valor e as glórias imorredouras da estirpe italiana, confundindo, como todos os seus compatriotas fascistas, a italianidade com a romanidade. E diz, em certo passo:

A mesquinha concepção dos renunciatórios que se consideram a todo custo bastardos está finda! [...]. Os recursos físicos e morais da nossa raça são tais de pôr-se em condições de autonomia e independência, semelhante à dos povos que foram ou são grandes protagonistas da história. [...]. A raça deve ser defendida não somente com discursos, mas com providências concretas que não significam absolutamente perseguições ferozes, mas, sim, limitação de influências estranhas na tutela da integridade do sangue e das ideias, de todas as insídias, de todos os desvios. [...]. O escopo da diretriz agora definitivamente fixada é a formação de um orgulho de raça, fator moral essencial do imperialismo fascista como de todos os imperialismos vivos e vitais.

“*La razza nel pensiero di Mussolini*”⁶²⁵ – *Il Giornale d’Italia*, 06/08/1938. Recompilação de passagens dos discursos e escritos, a começar de 1917, tendendo a demonstrar que a campanha atual tem raízes próprias no fascismo e não é uma cópia ou obediência à orientação germânica. Reproduz passagens puramente acadêmicas ou literárias e outras de incisiva intenção político-racial, de programa demográfico, eugênico e imperial. Reproduza-se, por exemplo, este último, de um discurso pronunciado em 1936:

[...]Têm direito ao Império os povos fecundos, os que têm o orgulho e a vontade de

625 Tradução pelo CHDD: “Raça no pensamento de Mussolini”. *Il Giornale d’Italia*, 06/08/1938.

propagar a raça a que pertencem sobre a superfície da terra, os povos viris no sentido mais estritamente literal do vocábulo.

A origem do movimento racista na Itália é muito discutida. À meia-voz, correram boatos e insinuações de que ele teria sido desencadeado oficialmente depois do fracasso de um empréstimo, para o qual um elemento dos Rotschild havia feito uma viagem a Roma. Outros vinculam o fato aos imperativos da política ítalo-germânica, de que é fórmula o eixo Roma-Berlim. Segundo essa versão, que é acemente contestada aqui, a Alemanha teria imposto à Itália essa medida, sem o que se enfraqueceria a campanha antissemita do nacional-socialismo e seriam sempre atenuadas as suas consequências. Outras explicações correm, tendentes a considerar o racismo italiano, não como espontâneo, mas oriundo de influências estranhas à política normal do fascismo, que jamais havia posto no tapete a questão racial, pelo menos no tom agressivo que caracteriza o movimento atual.

As vozes oficiais, na imprensa e nos meios autorizados, acentuam que desde 1921 já Mussolini feria diretamente o palpitante problema, dizendo que os fascistas deviam preocupar-se “com a saúde da raça, com a qual se faz a história”. Os jornais publicaram transcrições sucessivas de discursos do Duce, pronunciados daquela data em diante, onde se encontram passagens de evidente preocupação pela pureza e aperfeiçoamento da raça italiana. No que toca à questão antissemita, frisa a imprensa, desde 17 de fevereiro deste ano (que é o XVI fascista) que o aspecto israelita foi ventilado.

Malgrado a paixão e os exageros, que se verificam presentemente nas asserções da imprensa e do partidarismo a respeito do assunto, é bem verdade que o problema racial foi sempre uma das grandes preocupações do fascismo. É preciso, porém, distinguir os aspectos do problema, pois o que causou surpresa e agora empresta acentos de ineditismo a uma questão que data do próprio início do regime, é a questão antissemita. Evidentemente, o problema demográfico, o da higidez das novas gerações, concretizado na amplitude das organizações de assistência à maternidade e à infância, na excelência das organizações atléticas e desportivas, no estímulo às competições desportivas internacionais, na virilidade e otimismo da juventude *littoria* – são premissas que se identificam com o calendário do PNF, desde as primeiras horas. Sobrevindo, porém, o tema colonial, posto em foco, principalmente depois da criação do Império com a conquista da Etiópia, tornou-se palpável e mesmo premente a preservação da raça mediante medidas rigorosas contra a ameaça da mestiçagem. É esse um fenômeno normal entre conquistadores e conquistados, pelo qual, frequentemente, os primeiros pagam sério tributo aos segundos. Essa questão da conquista dos invasores pelos invadidos foi já observada por alguns

estudiosos e bem exposta por Gonzalo de Reparaz (História da Colonização, vol. II), relativamente ao refluxo de africanos e amarelos sobre as potências colonizadoras. Os franceses e holandeses não se têm resguardado do mal como os ingleses sempre fizeram cautelosamente. A Itália, cuja literatura sobre assuntos coloniais já é bastante rica, vem tomando, de algum tempo a esta parte, providências legislativas de espírito fortemente prudente. Em citações e recortes que acompanham este rápido relatório, encontram-se transcritos os conceitos de Francesco Scardaoni e Pende e os do *Il Messaggero* de 06/08/1938, que ilustram a tese de maneira clara e concludente.

Passadas as primeiras emoções da publicação do manifesto de 26 de Julho, assinado pelos intelectuais, começaram a definir-se melhor os contornos do movimento racista, de maneira a ver-se que foi realmente criada uma política racial, com natureza definida, método e limites, pela qual se vê que ela difere da política germânica, não sendo, porém, essa diferença fundamental; e que, por outro lado, em muitos dos seus aspectos, ela não vai mais longe do que a dos países que se dizem liberais-democráticos e criticam acerbamente exageros, reais ou não, dos países totalitários. Assim é que, até agora, o racismo italiano afirmou a existência de uma raça italiana una e pura, a excelência dessa raça, a conveniência de não diluí-la ou mesclá-la com outras raças; mas não chegou (por enquanto) a ter pruridos hegemônicos de superioridade, pela qual aspire, para a italianidade, a situação de povo eleito, como o racismo congênere de molde germânico.

O racismo de preconceitos antropológicos, eivado da ideia de predestinação, à Treitschke, à Gobineau e outros apregoadores da exclusividade de uma raça suprema na humanidade, não marcou ainda o surto racial fascista. Este, contudo, já é bastante fantasista quando procura fazer crer na existência da pureza racial nesta península de imemorial e intensa elaboração histórica, de caldeamentos heterogêneos, onde tantos e tantos povos se superpuseram em meio às vicissitudes dos milênios e dos séculos. Aliás, apenas no tom um pouco menos pretensioso do movimento italiano em face do germânico se encontra a distinção entre ambos. No resto, são mais ou menos as mesmas as preocupações de sangue, em Roma como em Berlim. Quanto aos países de rótulo democrático, sejam ou não sejam tais, é indiscutível que contam nos anais políticos, legislativos e administrativos, incisivas alusões ao importante problema, como aliás, não poderia deixar de ser, dada a eloquente necessidade que têm as nações conscientes, de prevenirem a limpidez dos fatores da sua formação e subsistência.

A celeuma levantada com o movimento racista desencadeado em julho último não se teria verificado, porém, se nele não estivesse inscrito o grave e

ingrato problema semítico. Em plena efervescência no seio de todas as nações que possuem minorias hebraicas – as mais irreduzíveis e complexas que possam assestar a vida interna dos países –, a questão judaica foi em pleno agitada pelos intelectuais italianos, por encomenda dos dirigentes do Partido Nacional Fascista.

Não ponho em dúvida que se trata de uma iniciativa exclusivamente fascista e partidária, talvez estimulada pela literatura e doutrinação nacional-socialista e pelas conveniências do eixo Roma-Berlim. Entretanto, a coincidência do hebreu nas hostes e na direção das organizações antifascistas no mundo terá sido o fator principal. Essa mesma coincidência nas filas do *Komintern* e na Maçonaria, igualmente terão convencido a Itália fascista de que o hebreu é o elemento preponderante em todo esses setores contra a pátria e a família, bem como contra a ordem espiritual existente.

Bem antes de se tornarem notórias as medidas do hitlerismo contra os israelitas, já se formava, a pouco e pouco, uma literatura antissemita, de que são exemplos mais conhecidos o livro de Paulo Orano sobre o hebreu na Itália e as páginas magistrais de Papini em “Gog”. O jornal *Il Tevere* há muito tempo vinha movendo forte campanha contra os judeus na Itália, campanha essa que, em determinado momento, foi suspensa por ordem do Governo. Homens como Farinacci eram apontados como líderes do antissemitismo na Itália. Outros muitos indícios poderiam ser citados na demonstração de que a ideia e a consciência do problema existiam, muito embora na Península não se registrem minorias compactas enquistadas na população, e sim elites solertemente diluídas na italianidade ou infiltradas no mecanismo nacional.

A política racista italiana não parece que tenda a permanecer no terreno retórico. Há prenúncios de uma ação orientada, pela qual todos os aspectos do problema serão versados. E, no terreno antissemita, o mesmo sucederá por certo. Já vai ser iniciado o censo dos israelitas, agora calcado no sangue e não na religião, como critério diferencial, com o que será apurado, na Itália, um número de hebreus muito superior ao que se considerava real, i.e. 44 mil. Também já foram baixadas instruções pelo Ministério da Educação proibindo a matrícula de estudantes judeus; e providências estão sendo tomadas relativamente ao exercício de funções técnicas e administrativas ou militares. Proceder-se, pois, a um verdadeiro expurgo que tomará o desenvolvimento consentâneo com um programa preservativo da nação contra a infiltração dos filhos de Israel. A situação da Itália não é tão grave como a da Alemanha ou da Áustria, mas não padece dúvida que as cautelas se impõem. E o caso da Áustria é de uma eloquência que obriga qualquer governo a sérias reflexões. Basta apresentar o seguinte quadro divulgado e reproduzido no *Gringoire* de 19 de agosto:

D'après les statistiques officielles, il résulte que; parmi les médecins autrichiens, 80%

*étaient juifs, parmi les banquier 92%, dans les films 72%, dans la presse 96%, parmi les avocats 80%, etc.*⁶²⁶

A Igreja, pela voz de Sua Santidade, manifestou-se contra o racismo italiano no que ele apresenta de agressivo, condenando-o nos aspectos que possam ser interpretados como uma perseguição à raça judaica. Em discurso que causou sensação, o Papa, falando aos jovens da Propaganda Fide, verberou a nova política. O Duce em Forlì, pouco depois, replicava em tom categórico com acentos de revide na oratória, assegurando: “*Sappiate ed ognuno sappia che anche nella questione della razza noi tireremo diritto*”. A Ação Católica, de um lado, e o Partido N. Fascista de outro, tomaram posição em seus órgãos de publicidade, dando vulto à controvérsia. Vários jornais deram publicidade, então, às tremendas perseguições sofridas pelos judeus ao tempo de certos Papas e a miséria em que viviam em Roma, enclausurados no gueto pelas autoridades pontifícias. E o *Meridiano* de Roma sustentou a tese de que existe até hoje um racismo da Igreja, pondo em relevo que nunca houve no seio do Sacro Colégio um Cardeal de cor e que o trono de São Pedro sempre foi ocupado por brancos. Essas reminiscências e argumentos não favorecem, é claro, a autoridade da Igreja para recriminar o movimento nascente.

No presente relatório limitei-me a expor de modo sucinto o que é o racismo italiano tal como se manifestou nos primeiros momentos da irrupção do movimento. A questão terá o seu desenvolvimento e deverá merecer do Itamaraty cuidadosa observação, pois os vários aspectos que compõem o problema racial italiano interessam vitalmente ao Brasil e à nacionalidade brasileira, cuja formação vem sendo fundamentalmente prejudicada pela ausência perniciosa de uma política e de diretrizes de ordem racial e eugênica.

J. Latour

⁶²⁶ Tradução pelo CHDD: De acordo com estatísticas oficiais, parece que; entre os médicos austríacos, 80% eram judeus, entre os banqueiros 92%, nos filmes 72%, na imprensa 96%, entre os advogados 80%, etc.

OFÍCIO · 03 OUT. 1938 · AHI 41/4/4

[Índice:] Resenha política de Setembro.

Nº 230

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 3 de Outubro de 1938.

Senhor Ministro,

A ameaça de guerra, como única solução do problema tcheco, varreu para o segundo plano todos os fatos e gestos que se não ligavam à agudíssima questão do momento e escureceu o horizonte europeu, durante todo o mês de Setembro. O continente viveu estas semanas numa enervante alternativa de esperança e temor, capaz de deformar a perspectiva dos acontecimentos, desencaminhando os Governos e desorientando a opinião.

2. Durante um tal período de quase histerismo, é mister pôr em relevo a excepcional serenidade italiana. O estímulo dos discursos de Mussolini, na sua excursão pelo teatro dos grandes combates da última guerra, e o ruidoso entusiasmo “fascista” que eles despertaram em cada lugar não perturbaram de nenhum modo a calma atividade do país, que, decerto, não desejava a guerra, mas confiava firmemente – e hoje confia ainda mais – no seu supremo Chefe.

3. Nos últimos dias tive o bom ensejo de observar como, pouco a pouco, de cima para baixo, as diversas camadas da população vão sendo permeadas pelo conhecimento das causas maiores – a inicial e principal foi a errada política francesa depois da queda de Laval – que lançaram as bases do eixo Roma-Berlim e gravaram a ação internacional da Itália com o ônus desta estranha *entente*, muito pouco popular, no começo, e que, presentemente, depois da salvação da paz pela ação do Duce fascista sobre Hitler, parece ir penetrando na consciência coletiva, ao menos como um elemento ponderável de prestígio e de influência externa. E para a atual mentalidade do povo italiano, que acredita ardentemente na sua herança de Roma Augusta e na sua missão romana, o benefício internacional da colaboração com a Alemanha bastará, talvez, para ir adoçando e curando as amarguras do *Anschluss*.

4. É preciso dizer que, diante da iminente anexação dos “Sudetos”⁶²⁷, a Itália reagiu de maneira completamente diversa quando foi do *Anschluss*. Já de si a solução do problema não tocava nenhum interesse maior e nenhuma fronteira. E a inclusão forçada dos austro-alemães nos limites da Tchecoslováquia tinha

⁶²⁷ Cadeia de montanhas entre a República Tcheca, a Polônia e a Alemanha. Por metonímia, o termo designa também as populações de origem alemã dessas regiões.

violado o princípio wilsoniano da liberdade reconhecida a cada povo de dispôr de si mesmo. Era incontestavelmente na união com a Alemanha que o princípio da livre disposição se realizaria. A Tchecoslováquia, pela vitória dos Aliados, tinha sido a mais forte, no momento do Tratado de Versailles, e arredondou as suas fronteiras à custa dos alemães da Áustria. Agora, era a mais fraca e seria forçada a reconhecer o direito de autodisposição aos “Sudetos”, que ela não soube conquistar pacificamente em 20 anos de domínio. Era esta a visão italiana. O critério da oposição à Tchecoslováquia agravou-se com as violências cometidas contra a população “sudeta”.

5. No entretanto, quando a possibilidade de guerra se transformou em probabilidade e, nos últimos dias, se fez iminência de conflito generalizado; quando, sem publicidade de imprensa, foram chamadas algumas classes, por exemplo, as de 1910 e 1912, e a massa objetivou o perigo próximo, não me atreverei a afirmar que a hipótese da guerra fosse popular. Bem ao contrário!

6. Mas a rua manteve a sua serenidade. A mesma ativa serenidade que admirei durante o período duríssimo das sanções e não se desmentiu nem nas horas mais sombrias.

7. A saturação “fascista” da geração nova, educada ou mesmo já nascida no “fascismo”, assegurou esta disciplina moral e, como disse num dos meus telegramas, teria garantido a rapidez e eficácia da mobilização eventual. Tudo quanto, ao que dizem, se publicou em contrário é, decerto, pura imaginação de quem ignora ou voluntariamente mascara a fisionomia do povo italiano de hoje em dia.

8. Nem quando as novas da intervenção de Mussolini junto a Hitler e da partida do Duce e do Conde Ciano para Munique, a encontrarem o Fuhrer e os chefes dos Governos inglês e francês, davam a toda a gente uma confirmada esperança de paz, o povo de Roma desleixou a sua compostura de calma perfeita.

9. É certo, porém, que, à volta Mussolini de Munique, as manifestações da rua atingiram um calor de entusiasmo, como só observei no dia da proclamação do Império.

10. O Chefe do Governo surge dos últimos acontecimentos com o seu imenso prestígio ainda acrescido. A Itália admira o mérito do valente esforço e da perseverança de Chamberlain, mas antepõe-lhe a realização rápida de Mussolini. Ele era o único homem que podia fazer a paz. E fê-la. Assim reflete o italiano simples, que se orgulha e se louva no seu chefe.

11. Sem alongar-me em repetir notícias dos fatos materiais, que Vossa Excelência conhece e que já envelheceram nestes poucos dias, cumpre-me dizer que me parecem prematuros os prognósticos de reorganização da Europa pelos quatro de Munique, assegurando um longo período de paz ao continente. A paz foi apenas prorrogada. Nem o meu natural otimismo, que as circunstâncias têm

benevolmente justificado, permite-me supor, desde já, efeitos maiores da reunião de Munique. Sobretudo, pela previsão das intrigas de Moscou e pela inegável influência daquele Governo sobre a política francesa.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 19 DEZ. 1938 • AHI 41/4/4

[*Índice:*] Assunto Limongi.

Nº 289

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 19 de Dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber o Despacho telegráfico nº 73, referente ao assunto Limongi.

2. Como Vossa Excelência sabe, esta controvérsia com o Governo de Roma tem a sua origem real na rapidíssima expulsão de Limongi como estrangeiro (italiano) comunista. O ato do Executivo foi endossado pelo Supremo Tribunal, recusando o *habeas corpus* pleiteado pelo representante do paciente.

3. Posto num navio italiano, foi ele trazido à Itália, onde ficou sob vigilância policial.

4. Mais tarde, reconhecemos-lhe nós a anterior aquisição da nacionalidade brasileira, por efeito do Art. 106, I[etra] c, da Constituição [de] 1934. E foi revogada a ordem de expulsão.

5. Logo que notícia disto chegou ao Governo italiano e antes mesmo de ser ela sabida desta Embaixada, o diretor dos negócios da América visitou-me oficialmente, para solicitar, em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que eu transmitisse, com muito empenho, ao nosso Governo o amistoso pedido de não pleitear a volta de Limongi (comunista etc...) ao nosso país, onde a sua atividade, nitidamente italiana, tinha sido e seria perturbadora da

ação da Embaixada italiana dentro da Colônia e capaz, a todo momento, de suscitar desagradados e até incidentes com as autoridades brasileiras. Foi-me discretamente significado que, sendo para este Governo e, até pouco antes, também para o Governo Brasileiro legalmente indubitável a nacionalidade italiana do expulso, o Ministro de Estrangeiros esperava e supunha que o seu pedido seria acolhido e satisfeito pelo nosso Governo, no mesmo espírito de cordialidade amistosa que tinha inspirado tantas satisfações dadas a pedidos nossos. Em resumo comuniquei tudo isto a esse Ministério pelo meu telegrama nº 75 de 01/09/1937:

Chefe da Seção América procurou-me para pedir em nome do seu Governo e com o maior empenho que o Governo brasileiro não facilite a partida para o Brasil de Limongi, que iria provocar desordens na colônia italiana contra o representante do Governo italiano e criar dificuldades com autoridades brasileiras, como sempre fez. Se fosse preciso demonstrar que Limongi é italiano, bastaria recordar a atividade jornalística na política italiana, sempre desenvolvida por ele até sua expulsão. Governo italiano apela para a boa vontade e amizade do Governo brasileiro esperando que sejam ponderadas suas razões que são de mútuo interesse ítalo-brasileiro. Muito agradecerá a V. Exa. habilitar-me com a possível presteza a responder ao pedido também apoiado pelo Chefe de Polícia.

6. Posteriormente, quando recebi as primeiras instruções de remover dificuldades aqui opostas à partida de Limongi, tentei evitar a infundável e estéril controvérsia da dupla nacionalidade. Apelei, nas tratativas verbais, para a prática amistosa que tantos outros negócios de análoga e mínima importância tinha permitido regular, sem maior delonga e fora de qualquer preocupação de estabelecer precedente ou fixar princípios, demonstrando apenas o desejo de contentar o governo amigo, fosse o italiano ou o brasileiro o autor da gestão.

7. Foi-me logo calorosamente ponderado que, sobre a minha *démarche*, tinha longa antecipação o pedido em contrário, feito pelo Governo italiano ao Governo brasileiro, de não levantar uma questão Limongi, que, neste país, não pode deixar de ser considerado italiano. Éramos nós brasileiros, disseram-me, que quebrávamos, em desfavor da parte italiana, que certamente o sentia, a excelente prática por mim aludida mais acima. Assim o disse eu no telegrama nº 21:

Referência seu telegrama nº 63 de 09/09/1937 e meu nº 75 de 1937. Recente conferência sobre este assunto Ministério dos Negócios Estrangeiros mostrou-se magoado atitude negativa Governo brasileiro diante pedido Governo italiano transmitido meu telegrama já citado. Recordou frequentes concessões excepcionais feitas a pedido Governo brasileiro por intermédio desta Embaixada em casos de serviço militar e outros interesse cidadãos brasileiros dupla nacionalidade e insistiu firmemente nacionalidade italiana Limongi [...]

8. E entramos, o Ministério dos Estrangeiros e esta Embaixada, pelo caminho interminável da argumentação bizantina que pretenda esclarecer algum dos frequentes efeitos da dupla nacionalidade. Com grandes pausas, por parte do Ministério, nas suas respostas às minhas notas, a discussão continua esterilmente.

9. De quando em quando, várias vezes, pareceu-me chegar pessoalmente – não juridicamente – a uma solução favorável. Mas, sempre, no último momento, renasceram os obstáculos e procrastinou-se uma decisão satisfatória.

10. Devo esclarecer que este Governo mantém sempre o seu ponto de vista da nacionalidade italiana de Limongi. Além de outras razões, afirma que, mesmo se este a tivesse perdido, tê-la-ia readquirido em dois anos de residência. O caráter voluntário ou forçado da residência não inquieta os jurisconsultos do Ministério, apoiados em sentenças dos Tribunais, que confirmaram esta forma de re aquisição da nacionalidade pela residência maior de dois anos até a doidos, trazidos de volta à antiga pátria e residentes em asilos. É jurisprudência firmada, ainda que se me afigure absurda.

11. Convém ainda acrescentar que no “maço” do Ministério dos Negócios Estrangeiros se acumulam relatórios e pareceres, afirmando e confirmando ter sido muito prejudicial, no passado, e ser indesejável e perigosa agora, mormente, nas circunstâncias atuais, a volta de Limongi ao Brasil. Entre tais documentos se destacam o antigo relatório do Embaixador Cantalupo, contemporâneo da expulsão; uma informação do Fáscio daí e um relatório do Embaixador Lojacono⁶²⁸, que repetem, todos, o mesmo ponto de vista.

12. Na última vez que diretamente falei ao Ministro Ciano no assunto, este, depois de argumentar longa e cordialmente no intuito de fazer-me ver que Limongi, conforme com a lei italiana, é italiano e que fomos nós os primeiros a recusar satisfazer ao pedido inicial do Governo italiano, formulado dias antes da nossa interferência, terminou dizendo que, para demonstrar mais uma vez as suas amistosas disposições, ia ouvir o Embaixador Lojacono sobre se não haveria inconveniente de maior na ida de Limongi para o Rio de Janeiro.

13. O encarregado de colher a informação foi o Ministro Grazzi, amigo nosso e meu pessoal, diretor-geral dos negócios da América, no Ministério. Dele tive confidencialmente cópia da carta onde o Embaixador Lojacono responde ao quesito que lhe foi posto. Transcrevo-a na parte principal:

628 Vincenzo Lojacono (1885-1954). Diplomata, embaixador da Itália no Brasil em 1938. Quando do Levante Integralista a embaixada italiana aceitou asilar Fournier. O episódio suscitou um caso diplomático entre o Brasil e a Itália. Alegava o Brasil que o asilo somente se efetivaria em caso de flagrante e exigiam a entrega de Fournier. Por seu lado, a embaixada da Itália tentava garantir o direito ao asilo. Pressionado, o governo italiano aceitou entregar Fournier, desde que fundos italianos, congelados no Brasil, fossem liberados. Aceita a proposta, Fournier entregou-se. A atitude de Lojacono no episódio desagradou ao Brasil, que então solicitou a sua remoção, no que foi atendido. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

*Ministero degli Affari Esteri*⁶²⁹

Roma, 11 de Dicembre 1938 XVII.

Caro Grazzi,

In relazione al quesito che tu mi hai posto circa l'opportunità o meno di consentire al ritorno in Brasile di Antonio Corrado Limongi, cittadino italiano, già espulso dalle Autorità Brasiliane per ragioni di ordine pubblico, ti comunico che considero, a mio remissivo parere, non consigliabile tale ritorno.

Infatti, a prescindere da ogni argomentazione giuridica intorno al caso, è certo che il Limongi esercitò sempre opera di perturbamento in seno alla nostra collettività, seminando contrasti non soltanto tra Italiani, ma – quel che più rincresceva – anche tra le due nazionalità che interessa invece tenere affiatate. Il ritorno di Limongi sorprenderebbe la nostra collettività di Rio de Janeiro e ne accrescerebbe la perplessità in un momento in cui essa appare penosamente scossa dai provvedimenti inattesi adottati dal Governo Brasiliano contro alcune nazionalità, non esclusa quella Italiana. Sono sicuro che il Limongi farebbe leva su questo stato di disagio per accrescerne le asperità, con evidente pregiudizio delle buone relazioni italo-brasiliane.

Com i migliori saluti, credimi

f. to Lojacono

14. Este é o estado presente do negócio e não permite esperar uma rápida decisão concorde com os nossos desejos, não obstante o meu esforço perseverante por obtê-la. De resto, dadas as origens e precedentes da questão, era ilógico acreditar na facilidade de outra solução.

15. No entretanto continuo atento ao assunto, na expectativa de um ensejo propício que permita, com a minha interferência, modificar o curso da tratção, que, no fim de contas, se fixa numa daquelas controvérsias de dupla nacionalidade, juridicamente insolúveis enquanto o nacional se encontra em território submisso à outra soberania.

16. Este resumo teve sobretudo por objeto solicitar as ordens de Vossa Excelência, para meu governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

629 Tradução CHDD: Ministério das Relações Exteriores / Roma, 11 de dezembro de 1938 XVII. / Caro Grazzi, / Em relação à pergunta que você me fez sobre permitir ou não o retorno ao Brasil de Antonio Corrado Limongi, cidadão italiano, já expulso pelas autoridades brasileiras por motivos de ordem pública, gostaria de informar que considero, em minha submissa opinião, tal retorno não é recomendado. / Na verdade, independentemente de qualquer discussão jurídica sobre o caso, é certo que Limongi sempre fez uma obra de inquietação dentro de nossa comunidade, semeando conflitos não só entre italianos, mas – o que foi mais lamentável – mesmo entre as duas nacionalidades que estão interessadas em se manter unidas. A volta de Limongi surpreenderia nossa comunidade carioca e aumentaria sua perplexidade em um momento em que parece dolorosamente abalada pelas medidas inesperadas adotadas pelo governo brasileiro contra algumas nacionalidades, sem excluir o italiano. Tenho certeza de que Limongi aproveitaria esse estado de desconforto para aumentar sua aspreza, com óbvio prejuízo para as boas relações italo-brasileiras. / Atenciosamente, acredite em mim / f. para Lojacono

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 28 DEZ. 1938 • AHI 41/4/4

[Índice:] Conferência Internacional Americana de Lima.

Nº 295

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 28 de Dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em aditamento ao meu ofício nº 274 de 8 do corrente, uma coleção de recortes de jornais, em triplicata, contendo o noticiário da imprensa diária da Itália relativamente à Conferência Internacional Americana de Lima⁶³⁰, que ora conclui os seus trabalhos.

2. Conforme essa Secretaria de Estado poderá apreciar pela leitura desses recortes, bem como pela redação das epígrafes e pelo largo espaço ocupado com o noticiário e comunicações de Lima, Buenos Aires e outras procedências, o *Servizio Stampa* em combinação com o Palacio Chigi deram orientação especial ao assunto, de modo a satisfazer plenamente o ponto de vista deste Governo.

3. O ponto de vista do Governo fascista é, claramente, como se induz desta e de outras atitudes, o de combater por todos os meios qualquer expansão anglo-saxônica na América Latina, principalmente na América do Sul, procurando tirar partido dos diferentes laços que, sob vários aspectos, prendem as nações do nosso hemisfério à Europa.

4. Dentro de tal objetivo o panamericanismo, de um modo geral, e o interamericanismo formal, tão propícios a uma hegemonia autoritária, real ou aparente, dos Estados Unidos no Continente, apresentam-se, ante o Governo de Roma, como um programa contrário aos interesses de aproximação racial, histórica, cultural e econômica dos países de tradicional afinidade com a Península, entre eles, de modo especial, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Peru.

5. Certas preocupações ostensivas, inscritas na agenda do certame

⁶³⁰ As conclusões da Conferência Internacional Americana de Lima podem ser consultadas em MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. 1938, disponível no site: <funag.gov.br/chdd/images/Relatorios>.

recentemente realizado, como, por exemplo, as que se referem ao antirracismo e às arregimentações estrangeiras no território das Repúblicas continentais, foram consideradas como um plano preconcebido em Washington para anular as atividades italianas na América Latina e, destarte, atingir o regime fascista.

6. Só assim se compreende que a imprensa italiana tenha dado cores apaixonadas e um tom polemista, às vezes agressivo, ao noticiário concernente à Conferência. Realmente, percorrendo as gordas epígrafes e os comentários acesos dos correspondentes dos jornais, nota-se o desejo de dar desmedido realce à atitude conservadora de Buenos Aires, descrita nas colunas dos diários peninsulares como um polo potente e irreduzível, oposto às ambições imperialistas de Washington, verdadeiro baluarte das demais nações irmãs, fracas e inermes. A Argentina é apresentada como a grande e única potência sul-continental erigida pela Providência em defensora das demais soberanias periclitantes; a tribuna ímpar dos interesses euro-latino-americanos. Entretanto, um silêncio impressionante envolve o nome do Brasil em todos os relatos telegráficos, apenas aqui ou ali interrompido por uma lacônica referência.

7. Segundo essa mesma imprensa, os Estados Unidos teriam usado de todos os processos para fazer prevalecer as suas teses (entre elas a mais importante, a do pacto continental), alternando-os entre a blandícia⁶³¹ e a ameaça. Em dado momento podia-se presumir, pelas notícias divulgadas, que a Conferência falira irremediavelmente.

8. Entre os comentários sempre noticiosos a que me venho referindo, é frequente encontrarem-se amplos dados sobre a economia dos países americanos, suas probabilidades, relações comerciais e outros índices, visando a demonstração de que é impossível isolá-los do mundo mediante a criação de um molde continental, considerado artificial e contrário às conveniências da produção e do comércio respectivos.

9. Destaca-se, entre os recortes ora enviados, o que contém a entrevista do Sr. Malbran⁶³², Embaixador da Nação Argentina em Roma, concedida no mesmo dia em que falei à *Tribuna*, cumprindo instruções telegráficas de Vossa Excelência.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. Guerra-Duval

631 Gesto ou palavra de carinho ou ternura; afago, carícia, blandimento.

632 Manuel Ernesto Malbran Achaval (1876-1942). Diplomata argentino. Encarregado de negócios em Lisboa e Washington; plenipotenciário em Bogotá; em 1916, no México, tentou formar uma Liga Latino-Americana contra a pressão norte-americana; de 1922 a 1928, embaixador no Chile; de 1928 a 1931, em Washington; de 1931 a 1938, em Londres. De 1938 a 1942, em Roma, defendeu cidadãos judaicos argentinos. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 15 jan. 2021.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos⁶³³: Nº 1. “*Alla vigilia della Conferenza Panamericana – Gli Stati Uniti alla conquista dell’America del Sud*”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de novembro de 1938.

Nº 2. “*Alla vigilia del Congresso di Lima – Gli Orientamenti dell’Argentina alla Conferenza Interamericana. Nostra intervista con S. E. Malbran*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 9 de dezembro de 1938.

Nº 3. “*Argentina e Stati Uniti fronte a fronte a Lima*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 13 de dezembro de 1938.

Nº 4. “*La Conferenza Panamericana – Cantilo parte da Lima dopo aver raggiunto un accordo di massima con Cordell Hull*”. *Il Messaggero*. Roma, 13 de dezembro de 1938.

633 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “Às vésperas da Conferência Pan-Americana – Os Estados Unidos conquistam a América do Sul”. *Il Messaggero*. Roma, 24 de novembro de 1938; Nº 2. “Às vésperas do Congresso de Lima – As Orientações da Argentina na Conferência Interamericana. Nossa entrevista com S. E. Malbran”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 9 de dezembro de 1938; Nº 3. “Argentina e Estados Unidos se enfrentam em Lima”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 13 de dezembro de 1938; Nº 4. “A Conferência Pan-Americana – Cantilo parte de Lima depois de chegar a um acordo de princípio com Cordell Hull”. *Il Messaggero*. Roma, 13 de dezembro de 1938; Nº 5. “A Conferência de Lima – A atmosfera antieuropeia desapareceu apesar das manobras antifascistas de Cordell Hull”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 13 de dezembro de 1938; Nº 6. “Xeque norte-americano em Lima – tentativa fracassada de lançamento de projeto antirracial”. *La Tribuna*. Roma, 13 de dezembro de 1938; Nº 7. “A Conferência de Lima”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 14 de dezembro de 1938; Nº 8. “Na Conferência de Lima”. *La Tribuna*. Roma, 15 de dezembro de 1938; Nº 9. “A América do Sul é um pedaço difícil”. *La Stampa*. Roma, 15 de dezembro de 1938; Nº 10. “Imperialismo norte-americano na Conferência de Lima”. *La Tribuna*. Roma, 16 de dezembro de 1938; Nº 11. “Imperialismo dos EUA – Um problema político insolúvel”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 16 de dezembro de 1938; Nº 12. “Rivalidades econômicas na Conferência de Lima”. *Relazioni Internazionali*. Roma, 17 de dezembro de 1938; Nº 13. “A Conferência de Lima – polêmica sobre o discurso de Hull”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 13 de dezembro de 1938; Nº 14. “Norte contra Sul. A Conferência de Lima ameaça falhar”. *Il Messaggero*. Roma, 19 de dezembro de 1938; Nº 15. “A Conferência Panamericana”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de dezembro de 1938; Nº 16. “O pensamento da Espanha voltado para a América do Sul”. *La Stampa*. Roma, 21 de dezembro de 1938; Nº 17. “Conferência de Lima – Não há dúvida de que Washington está fadado a sofrer declínio de prestígio”. *Il Messaggero*. Roma, 22 de dezembro de 1938; Nº 18. “Um importante documento – O plano de penetração dos EUA na América Latina”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 22 de dezembro de 1938; Nº 19. “Xeque-mate de Washington em Lima – Hull aceitaria contraproposta argentina com as propostas norte-americanas”. *La Tribuna*. Roma, 23 de dezembro de 1938; Nº 20. “A doutrina de Roosevelt e a América Latina”. *Relazioni Internazionali*. Roma, 24 de dezembro de 1938; Nº 21. “Informação econômica”. *Relazioni Internazionali*. Roma, 24 de dezembro de 1938; Nº 22. “A retumbante derrota de Washington na Conferência pan-americana”. *La Tribuna*. Roma, 25 de dezembro de 1938; Nº 23. “Em Lima, a tela cai – Xeque-mate ao pan-americanismo”. *Il Messaggero*. Roma, 26 de dezembro de 1938; Nº 24. “Os Estados Unidos e o Pan-Americanismo – A Conferência de Lima vista da América do Norte”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 26 de dezembro de 1938; Nº 25. “Depois do revés norte-americano em Lima – a Argentina se opõe”. *La Tribuna*. Roma, 27 de dezembro de 1938; Nº 26. “A Conferência de Lima – Roosevelt e Batista conspiram para prejudicar a América Latina”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 27 de dezembro de 1938; Nº 27. “Estados Unidos e Pan-Americanismo”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 27 de dezembro de 1938; Nº 28. “Roosevelt disse estar entusiasmado com o ‘grande sucesso’ de Lima”. *La Tribuna*. Roma, 29 de dezembro de 1938; Nº 29. “A Conferência de Lima encerrou seus trabalhos”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 29 de dezembro de 1938; Nº 30. “Orçamentos da América do Sul – A Conferência de Lima é uma batalha perdida para os Estados Unidos e a democracia”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de dezembro de 1938; Nº 31. “Natal em Lima”. *L’Osservatore Romano*. Roma, 29 de dezembro de 1938; Nº 32. “Uma ‘resolução’ completa da declaração de Lima”. *L’Osservatore Romano*. Roma, 29 de dezembro de 1938.

Nº 5. “*La Conferenza di Lima – Atmosfera antieuropea è scomparsa ad onta delle manovre antifasciste di Cordell Hull*”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 13 de dezembro de 1938.

Nº 6. “*Scacco nord-americano a Lima – Fallito tentativo di varare um progetto antirazziale*”. *La Tribuna*. Roma, 13 de dezembro de 1938.

Nº 7. “*La Conferenza di Lima*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 14 de dezembro de 1938.

Nº 8. “*Alla Conferenza di Lima*”. *La Tribuna*. Roma, 15 de dezembro de 1938.

Nº 9. “*L'America del Sud è um boccone difficile*”. *La Stampa*. Roma, 15 de dezembro de 1938.

Nº 10. “*L'imperialismo nord-americano alla Conferenza di Lima*”. *La Tribuna*. Roma, 16 de dezembro de 1938.

Nº 11. “*Imperialismo U.S.A – Un problema politico irrisolvibile*”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 16 de dezembro de 1938.

Nº 12. “*Rivalità economiche alla Conferenza di Lima*”. *Relazioni Internazionali*. Roma, 17 de dezembro de 1938.

Nº 13. “*La Conferenza di Lima – Polemiche sul discorso Hull*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 13 de dezembro de 1938.

Nº 14. “*Nord contro Sud. La Conferenza di Lima minaccia di fallire*”. *Il Messaggero*. Roma, 19 de dezembro de 1938.

Nº 15. “*La Conferenza Panamericana*”. *Il Messaggero*. Roma, 18 de dezembro de 1938.

Nº 16. “*Il pensiero della Spagna volto all'America del Sud*”. *La Stampa*. Roma, 21 de dezembro de 1938.

Nº 17. “*La Conferenza di Lima – Nessun dubbio che Washigton sai destinata a subire una diminuzione di prestigio*”. *Il Messaggero*. Roma, 22 de dezembro de 1938.

Nº 18. “*Un importante documento – Il Piano di penetrazione degli S.U. nell'America Latina*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 22 de dezembro de 1938.

Nº 19. “*Scacco di Washington a Lima – Hull accetterebbe un controprogetto argentino in sostanziale contrasto con le proposte nordamericane*”, *La Tribuna*. Roma, 23 de dezembro de 1938.

Nº 20. “*La dottrina di Roosevelt e l'America Latina*”. *Relazioni Internazionali*. Roma, 24 de dezembro de 1938.

Nº 21. “*Informazioni economiche. Relazioni Internazionali*. Roma, 24 de dezembro de 1938.

Nº 22. “*La clamorosa sconfitta di Washington alla Conferenza panamericana*”. *La Tribuna*. Roma, 25 de dezembro de 1938.

Nº 23. “*A Lima, cala la tela – Scacco matto al panamericanismo*”. *Il Messaggero*. Roma, 26 de dezembro de 1938.

- N° 24. “*Gli Stati Uniti ed il Panamericanismo – La Conferenza di Lima vista dal Nord America*”. *Il Popolo d'Italia*. Roma, 26 de dezembro de 1938.
- N° 25. “*Dopo lo smacco Nord-Americano a Lima – L'Argentina si oppone*”. *La Tribuna*. Roma, 27 de dezembro de 1938.
- N° 26. “*La Conferenza di Lima – Roosevelt e Batista congiurano ai danni dell'America Latina*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 27 de dezembro de 1938.
- N° 27. “*Stati Uniti e Panamericanismo – Vani sforzi per accaparrare i mercati dell'America Latina*”. *Il Popolo d'Italia*. Roma, 27 de dezembro de 1938.
- N° 28. “*Roosevelt si dice entusiasta del 'grande successo' di Lima*”. *La Tribuna*. Roma, 29 de dezembro de 1938.
- N° 29. “*La Conferenza di Lima ha chiuso i suoi lavori*”. *Il Popolo di Roma*. Roma, 29 de dezembro de 1938.
- N° 30. “*Bilanci Sudamericani – La Conferenza di Lima è una battaglia perduta per gli Stati Uniti e la democrazia*”. *Il Messaggero*. Roma, 29 de dezembro de 1938.
- N° 31. “*Natale a Lima*”. *L'Osservatore Romano*. Roma, 29 de dezembro de 1938.
- N° 32. “*Uma 'risoluzione' integrale della dichiarazione di Lima*”. *L'Osservatore Romano*. Roma, 29 de dezembro de 1938.
-

ROMA

1939

TELEGRAMA • 11 FEV. 1939 • AHI 42/5/2

Índice: Intercâmbio comercial Brasil-Itália.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

21 – Em resposta ao Telegrama nº 13⁶³⁴, rogo informar o Adido Comercial de que estamos estudando os meios de incrementar as nossas relações comerciais com a Itália, conforme já foi dito no despacho telegráfico nº 12. Convém, entretanto, não empregar a expressão acordo comercial, assim como evitar publicidade, que poderá não ajudar a ação do Ministro Oswaldo Aranha em Washington. EXTERIORES

TELEGRAMA • 08 ABR. 1939 • AHI 42/4/11

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Roma

39 – SÁBADO – 14h30 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência nº 37. As informações desconstruídas no primeiro momento impediram telegrafar ontem. O Governo italiano justifica a ocupação da Albânia⁶³⁵ no interesse de proteger o povo albanês, a vida de italianos ameaçados e os capitais italianos ali empregados. Na realidade, outro motivo mais forte teria a Itália para a ocupação, que o Rei Zogu facilitou para não contrariar os interesses italianos. O temor da Albânia é que ela pudesse ser ocupada pela Iugoslávia, com o apoio da Alemanha, ou diretamente por este último país, o que foi, sem dúvida, o principal motivo. Acabo de saber confidencialmente no Ministério das Relações Exteriores que o Conde Ciano já se encontra em Tirana, onde organizará o Governo provisório. Disse-me o Chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos

634 Intervenção a lápis, no original, com risco sobre o nº 13 e acima, escrito “21”.

635 Após a independência do Império Otomano, em 1912, o país tornou-se uma República. Em 1928, o Parlamento dissolveu-se e o presidente Ahmet Zogu reivindicou o trono como rei Zog I. A Itália influenciou fortemente as direções econômicas, diplomáticas e militares da Albânia. Empobrecida, a Albânia não tinha como pagar os empréstimos. Em 25 de março de 1939, recebeu um ultimato, que foi rejeitado. Em 7 de abril de 1939, foi invadido e em uma semana capitulou. Em outubro de 1940, a Albânia foi usada como ponto de partida para a invasão italiana da Grécia, que foi tenazmente repelida. A intervenção alemã esmagou as forças gregas. A resistência albanesa se organizou com comunistas, monarquistas e nacionalistas, mas seriam os comunistas que acabariam por prevalecer em 1944, estabelecendo a República Popular da Albânia. Fonte: <ww2dbase>. Acesso em: 17 jan. 2021.

que as declarações de Chamberlain e Daladier são tranquilizadoras e que não houve reação internacional importante, tendo sido a Iugoslávia informada de todos os passos deste Governo. ADRIANO QUARTIN

TELEGRAMA • 12 MAIO 1939 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Café na Itália.

Da Embaixada em Roma

55 – SEXTA-FEIRA – 20h – A campanha da imprensa é motivada pela situação interna criado pelo descontentamento público. Nenhuma medida foi tomada com relação ao café brasileiro. O Governo italiano queixa-se, porém, da falta de resposta a todas as propostas feitas ao nosso Governo. Propõe adquirir, imediatamente, cem milhões do café brasileiro, mediante o depósito em liras à disposição do Governo brasileiro para quaisquer produtos neste mercado. A importação de café aumentou devido ao grande consumo provocado pela propaganda, declarando, hoje, o Ministro do câmbio que, no 1º trimestre de 1939, a Itália importou 76 mil quintais⁶³⁶, além da importação triangular contra 42.000 no mesmo período de 1938. Declara, outrossim, prontificar-se a abrir completamente os portos a qualquer quantitativo de café brasileiro, nas condições citadas. As estatísticas italianas acusam ainda que as importações italianas no 1º trimestre foram de 43 milhões e as nossas apenas de 15 milhões. Agradeceria uma resposta ao telegrama endereçado ao Departamento do Café pelo Adido comercial aqui. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 30 MAIO 1939 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Relações comerciais Brasil-Itália.

Da Embaixada em Roma

67 – TERÇA-FEIRA – 18h – Acabo de estar com o Chefe do Governo que me concedeu a audiência costumeira ao Embaixador que chega. Abordou imediatamente a questão do café, perguntando o estado das nossas relações comerciais e o andamento das negociações entre Vossa Excelência e o Embaixador

⁶³⁶ Unidade de peso correspondente a quatro arrobas. Considerando que cada arroba equivale a 15 quilogramas, um quintal equivale a 60 quilogramas. Fonte: LELO, Edgard; LELO, José. *Dicionário Prático Ilustrado*. 1960.

italiano aí. Disse-me, e insistiu, que desejaria mesmo que andassem o mais depressa possível porque queriam abastecer de café os italianos. Acrescentou não convir perder o tempo que se perdeu com a Argentina, cujo acordo levou 7 meses a ser concluído. Encarregou-me de dizer a Vossa Excelência estar disposto a fornecer ao Brasil tudo quanto precisasse, desde o canhão até o tecido de lã. Salientou que o Brasil era dos raros países aos quais a Itália estava pronta a fornecer armamentos, como já forneceu submarinos. Falou dos navios mercantes que a Itália constrói, inclusive para os Estados Unidos da América. Aludiu, logo no princípio da conversa, a um intercâmbio de várias centenas de milhões de liras. Manifestou durante todo o correr da entrevista sentimentos os mais cordiais em favor do Brasil. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 01 JUN. 1939 • AHI 41/4/5

[Índice:] Mês político nº 5. Maio de 1939.

Nº 139

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Junho de 1939.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político do mês de Maio último.

Anexo:

O grande acontecimento político do mês foi a assinatura do pacto político-militar ítalo-germânico⁶³⁷. No dia 22, o Conde Ciano e von Ribbentrop⁶³⁸, delegados respectivamente do Rei Imperador e do Chanceler do Reich, firmaram em Berlim o “Pacto de amizade e aliança” entre as duas potências do Eixo⁶³⁹, o qual fora estipulado por ocasião do encontro em Milão dos dois

637 Pacto de Amizade e Aliança entre Alemanha e Itália, assinado em Berlim, conhecido como “O Pacto de Aço”. Foi um acordo pelo qual Alemanha e Itália firmaram uma aliança, *sob jure* de apoio mútuo, e determina que, em caso de guerra, ambas as partes devem negociar a paz em acordo com a outra. As cláusulas secretas do pacto exortavam ambas as nações a aumentar o nível de cooperação no planejamento e produção da guerra e a coordenar os esforços de propaganda. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 14 jan. 2021.

638 Ulrich Friedrich Wilhelm Joachim von Ribbentrop (1893-1946). Diplomata alemão. Embaixador em Londres, de 1936 a 1938; ministro do Exterior, de 1938 a 1945. Condenado pelo Tribunal de Nuremberg, foi enforcado. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

639 Aliança formada pela Alemanha, Itália e Japão. Iniciada entre a Alemanha e o Japão com a assinatura em 25 de novembro de 1936 do Pacto *Anticomintern*, em que se comprometiam a tomar medidas de proteção mútua

ministros dos Negócios Estrangeiros. O mecanismo dessa aliança é elementar: a solidariedade entre os aliados se estabelece pela consulta permanente nos problemas de interesse comum e particular dos signatários, bem como nos problemas europeus em geral; o apoio político e diplomático se os interesses e a segurança de uma das partes for ameaçada; a imediata intervenção armada ao lado do aliado que se encontrar empenhado em uma guerra. O tratado cujo prazo é de 10 anos prorrogáveis é o mais simples e elementar possível; os dois Governos garantem ajuda recíproca em todas as eventualidades e por todos os meios. Um capítulo importante do pacto é o que estabelece que, no caso de guerra nenhuma das partes poderá fazer a paz em separado.

2. Analisado em seus efeitos, o pacto de 22 de Março não veio alterar a situação; as potências que formam o Eixo já tinham estabelecido uma colaboração militar, naval e aérea muito intensa. A existência de tropas alemãs na Líbia e de técnicos alemães nas organizações militares italianas se verificou muito antes da entrevista em Milão, dos dois ministros dos Negócios Estrangeiros. Diante do sistema de garantias, posto em prática pelas grandes democracias, as potências totalitárias deveriam demonstrar mais claramente ainda a sua força e o pacto foi seu instrumento.

3. Mussolini declarou que o principal objetivo da aliança é a manutenção paz. Mas, a paz mussoliniana é a paz com justiça e esta é sempre discutível; só o futuro dirá se a união foi feita para a paz ou para a guerra. É necessário frizar também que o pacto representa sobretudo a aliança entre dois regimes.

4. Procede-se, assim, à divisão da Europa em vários blocos e sub-blocos que, pela colaboração ou pela oposição, formam uma interessante carta política da nova Europa. Com o pacto firmado em Berlim em 22 de Maio, a Itália e a Alemanha estão unidas politicamente na paz e na guerra, e esta aliança abrange todos os territórios do Eixo ítalo-germânico, do Báltico ao Mediterrâneo. À política do Eixo estão diretamente associados os protetorados alemães sobre a Boêmia e a Morávia, bem como o Reino da Albânia. Também a Eslováquia está ligada à política do Eixo, pois é sabido que seu território está em parte ocupado por tropas alemãs.

5. Os Estados que aderirem ao pacto anti-*Komintern*, isto é, a Itália, a Alemanha, a Espanha e a Hungria, embora não tenham aderido ao Eixo, mantém entretanto uma política de amizade com Roma e Berlim. A atitude da Espanha e da Hungria, no caso de uma conflagração, seria provavelmente de adesão ao bloco ítalo-germânico.

contra a ameaça da Internacional Comunista. Em 22 de maio de 1939 a Itália firmou com a Alemanha o Pacto do Aço, que visava assegurar seu “espaço vital” e proteção mútua em caso de agressão externa. Em 27 de setembro 1940, os três países integram os tratados anteriores em um novo, denominado Pacto Tripartite ou Pacto do Eixo, formalizando a aliança e estabelecendo sua esfera de influência. O pacto recebeu a adesão ainda da Hungria, da Romênia e da Eslováquia em novembro de 1940 e da Bulgária, Iugoslávia e Croácia em 1941. Fonte: <ushmm.org>. Acesso: 19 jan. 2021.

6. A aliança franco-britânica não foi resultado de nenhum pacto, mas uma consequência da política uniforme seguida pelos dois países com relação aos últimos acontecimentos europeus. Entre a França e a Inglaterra e seus domínios existe a mais estreita união, que se estende ao campo econômico e ao militar. Devo salientar, para melhor compreensão dessa aliança, que a Inglaterra considera sempre em vigor o acordo de Locarno que garantiu a fronteira renana.

7. A integridade territorial da Romênia e da Grécia está garantida unilateralmente pela Inglaterra e pela França. De fato, os Governos de Bucareste e de Atenas aceitaram essa garantia de sua independência, sem concessão de reciprocidade, logo após os últimos acontecimentos danubianos e balcânicos. A Polônia e a Turquia aceitaram a garantia britânica, concedendo, porém, reciprocidade e mútua assistência à Inglaterra no caso em que esta seja agredida. A aliança anglo-turca é mais ampla do que a anglo-polaca, pois nela está compreendida a defesa dos interesses dos dois países em qualquer trecho do Mediterrâneo.

8. A França não se aliou ao recente pacto anglo-polaco, porque a sua aliança com a Polônia data do acordo de 1925. A garantia franco-turca é ainda objeto de negociação e a conclusão de um acordo entre Paris e Ankara, no tipo do acordo anglo-turco, parece estar ainda dependente da controvérsia de Alexandretta. A Iugoslávia não participa do atual sistema de organização das garantias internacionais. O Governo de Belgrado, embora tenha concluído acordos com Roma e Sofia, mantém os seus compromissos com os outros Estados da *entente* balcânica, compromissos esses que se resumem na garantia recíproca do *statu quo* territorial. A Bulgária não aderiu à União balcânica, e se encontra assim, numa situação de isolamento.

9. Quanto à Bélgica e à Holanda, esses países embora neutros, aceitaram a garantia da França e da Inglaterra em consequência das negociações realizadas logo após a denúncia do pacto de Locarno pela Alemanha.

10. A Dinamarca e as três repúblicas bálticas (Lituânia, Letônia e Estônia), como tudo faz prever, aceitarão a oferta alemã para a realização de pactos de não agressão. Com isto a Dinamarca não renuncia absolutamente à sua neutralidade, perfeitamente análoga à da Noruega, Suécia e Finlândia. Esses três Estados nórdicos recusaram as propostas alemãs de pactos de não agressão, para assim melhor seguir a sua política de neutralidade. A neutralidade da Suíça é absoluta, e ela conta resistir a qualquer ataque a seu território com suas próprias forças militares.

11. A adesão da Rússia à aliança franco-britânica tem-se aqui como certa, desde o momento em que a Inglaterra resolveu aceitar o projeto francês com mínimas alterações. Em Londres e Paris se considera essencial para manutenção

da paz o acordo anglo-franco-soviético, cujo objetivo principal deverá ser a garantia da Polônia e da Romênia, bem como dos países bálticos que constituem um perigoso corredor entre a Alemanha e a Rússia. Quanto a Portugal, este embora tenha concluído com a Espanha um pacto de não agressão, mantém uma política de estreita amizade com a Inglaterra. A Iugoslávia concluiu acordos com a Itália e a Bulgária e mantém boas relações com o Reich. A Hungria, embora tenha aderido ao pacto anti-*Komintern*, não esconde a sua simpatia pela Polônia, principalmente depois que os dois países têm uma fronteira comum. A Turquia mantém com a Rússia relações de estreita amizade, com a qual está também ligada por diversos acordos. Numa situação especial se encontra a Irlanda que recusou aceitar a recente legislação inglesa, relativa ao serviço militar obrigatório. Também não há concordâncias de vistas entre Londres e Dublin na apreciação de várias questões internacionais em foco.

12. Muito difícil, por enquanto, é qualquer previsão sobre a extensão das alianças europeias, aos países extracontinentais. O Japão aderiu ao pacto anti-*Komintern*, e os Estados Unidos, mantendo embora a neutralidade, têm dado recentes provas de amizade às grandes democracias. Por sua vez, os impérios coloniais da Itália, da França e da Inglaterra, bem como os Domínios britânicos, têm que ser levados em conta na apreciação do atual momento europeu. Finalmente, é de particular importância a situação dos países africanos e asiáticos banhados pelo Mediterrâneo, por estarem estes países associados à política dos blocos europeus. De fato, enquanto a Líbia e o Marrocos espanhol são considerados como uma continuidade dos países controlados pelo Eixo, os territórios do Marrocos francês, da Argélia, da Tunísia, do Egito, da Palestina e da Síria, constituem um complexo de Estados, protetorados, mandatos e colônias diretamente ou indiretamente ligados à política franco-britânica.

13. No dia 10, chegou a Roma em visita oficial, o Príncipe Paulo, Regente da Iugoslávia. Com essa visita quis o regente confirmar as boas relações de amizade existentes entre os dois países desde a assinatura dos acordos de Belgrado. Embora se tenha falado muito num acordo militar, que seria uma consequência dessa visita, tenho elementos para afirmar que nenhum compromisso assumiu o Regente aqui.

14. Outro acontecimento que devo assinalar é a partida da Espanha dos legionários italianos que, sob o comando do General Gambaro, tomaram parte na campanha nacionalista. Por ocasião da partida, o General Franco manifestou aos legionários o seu reconhecimento pela valiosa contribuição dos mesmos para a vitória da sua causa nacionalista.

P. Leão Velloso

TELEGRAMA • 02 JUN. 1939 • AHI 42/5/2

Índice: Intercâmbio comercial Brasil-Itália.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

53 – As negociações para a assinatura de um novo acordo comercial com esse país estão ainda na sua fase preliminar. Conforme já tive ocasião de dizer a Vossa Excelência, a maior ponderação, de nossa parte, deverá presidir à modificação das relações comerciais que mantemos com a Itália, pois não devemos esquecer as consequências que dessa modificação, isto é, do estabelecimento de um regime de compensação – como parece ser o pensamento desse Governo – poderão advir para o comércio do Brasil com países que lhe compram muito mais, e cuja balança comercial conosco também lhes é desfavorável na mesma ou em maior proporção. As importações de café nesse país não são tão vultosas que justifiquem quaisquer riscos que o Brasil possa correr nesse sentido. Mas isto não impede que iniciemos as tratativas com o ânimo de atender tanto quanto for possível a Itália em suas atuais dificuldades. EXTERIORES

OFÍCIO • 12 JUN. 1939 • AHI 41/4/5

[Índice:] A questão do café na Itália.

Nº 181

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 12 de Junho de 1939.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do telegrama de Vossa Excelência, nº 55, aqui entregue em 9 do corrente, e de confirmar o meu telegrama nº 72, expedido na antevéspera.

2. Eu desejava, de uma maneira muito breve, resumir neste ofício algumas informações e impressões pessoais sobre a presente questão do café na Itália, que me parecem ser do interesse de Vossa Excelência conhecer, bem como da

comissão encarregada de negociar com o Embaixador Sola⁶⁴⁰ o acordo comercial que este Governo propôs.

3. Começarei por me referir ao comunicado do Secretário do Partido Fascista⁶⁴¹, redigido nos termos os mais vulgares, segundo a norma adotada nesse gênero de documentos, destinados a impressionar as massas, recomendando a diminuição do consumo do café. O mesmo foi, é verdade, muito censurado entre os próprios Italianos, sobretudo pela sua linguagem grosseira. Mas ia dando lugar a uma campanha de imprensa, que poderia vir a ter resultados funestos num regime como este, de obediência cega aos jornais, que são todos órgãos da expressão dos dirigentes, a qual cessou graças à intervenção pessoal do Conselheiro Comercial desta Embaixada, Doutor Luiz Sparano, junto ao “Duce” e ao protesto do Ministro de Finanças, por motivos fiscais, visto como o consumo do café contribui com uma receita de várias centenas de milhões de liras para o orçamento.

4. Em seguida, cumpro o dever de pedir a atenção para dois pontos, que considero da máxima importância, no que diz respeito às negociações a esta hora em andamento.

5. O primeiro refere-se ao fator psicológico, moral ou político que influi, sem a menor dúvida, neste momento, nesta questão do café entre nós e a Itália. Para encurtar razões, basta dizer que existe no público a suspeita de estarmos querendo negar café a este país, nos termos que nos foram oferecidos, por efeito da chamada “guerra branca” dos Estados “capitalistas” aos Estados “proletários” e que assumimos essa atitude por pressão dos Estados Unidos, que se teriam comprometido a nos indenizar de qualquer prejuízo, adquirindo o que a Itália nos comprava. Como desmanchar essa suspeita, senão por um gesto qualquer que demonstre o seu não fundamento? Na hipótese contrária, é fatal que esse sentimento, fortalecido pela propaganda, repercutirá nefastamente nas relações entre o Brasil e a Itália e anulará a grande cordialidade aqui existente para conosco, desde 1935, pela posição que tomamos de potência não sancionista.

6. Esse fator psicológico deveria ser tomado na devida consideração, como fator dominante, sob o ponto e vista político nas negociações em andamento.

7. O outro ponto, para que quero igualmente pedir a atenção, é de ordem puramente comercial, mas também da maior importância, conforme Vossa Excelência verá. É fato que o consumo do café na Itália aumentou nesses

640 Ugo Sola (?-?). Diplomata italiano, embaixador no Brasil de 1939 a 1942. Nomeado em substituição a Vincenzo Lojacono, que se incompatibilizara com o governo Vargas por ter abrigado, na sede da embaixada italiana, o tenente Severo Fournier, líder do levante integralista de maio de 1938. O governo alemão buscou dissuadir Mussolini sobre o envio de Sola ao Brasil, comparando a saída de Lojacono com a do embaixador Karl Ritter (1937-1938), incompatibilizado com o governo brasileiro por ter mantido relações com organizações nazistas no país. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

641 Refere-se a Achilles Starace. Ver nota 611.

últimos anos. Todos os inquéritos por mim feitos, junto às fontes mais diversas, confirmam isso. Por outro lado, todavia, segundo informações fidedignas que acabo de receber do Brasil, as nossas exportações diretas de café para a Itália, de 1929 a 1938, diminuíram de mais da metade. Em 1929 exportamos 868.014 sacas, ao passo que em 1938 exportamos apenas 391.253; é verdade que com um sensível aumento sobre o ano de 1937, em que a exportação desceu a 252.640 sacas. Nessas condições, que devemos concluir? Segundo o Conselheiro Comercial desta Embaixada, independentemente das importações diretas do Brasil, existem importações “triangulares” de café brasileiro, pagas por prêmios de importação concedidos aos comerciantes que, dessa maneira, ficam habilitados a comprar o nosso café fora do Brasil – razão essa porque o mesmo não pode figurar nas nossas estatísticas. Mas não resta dúvida de que, nesses últimos seis anos sobretudo, em que mais sensível foi a diminuição das nossas exportações diretas para este país, contribuíram grandemente para o aumento do consumo neste mercado, o café em estoque, o café de outras procedências, como da América Central, e os sucedâneos.

8. Ora, a importação avultada de café de outras procedências e a introdução de sucedâneos são para nós coisas muito graves. A Itália não pode ficar sem café, quando mais não seja, por motivos fiscais. O Ministro das Finanças já declarou que, sendo preciso, iria busca-lo na Etiópia. Desse modo, encontramos-nos, bem considerando, na situação de precisarmos reconquistar o mercado italiano. Esse nos oferece a oportunidade de fazê-lo, à vista da proposta que nos apresentou este Governo de triplicar o nosso intercâmbio comercial. Recusarmo-nos, por qualquer que seja a razão, a concluir agora um acordo, equivale a interromper as nossas relações comerciais com a Itália; a agravar, por conseguinte, a situação e a perder inteiramente o mercado, em benefício dos nossos concorrentes. Num futuro distante, será muito mais difícil reconquistá-lo, sem a certeza de poder contar, como neste momento, com as boas disposições deste Governo.

9. Tenho visto ultimamente todos os meus Colegas da América Central, assim como o Ministro de Venezuela. Posso dizer que não existe um só desses países a quem a Itália, na hora presente, não esteja comprando café.

10. Peço a atenção para o meu telegrama nº 67, de 30 de Maio findo. Na minha entrevista com o “Duce”, este insistiu, como se verá pela minha informação, por uma conclusão rápida do acordo comercial, mostrando-se muito desejoso de abastecer de café o povo italiano e pronto a nos dar, em troca, tudo quanto quiséssemos. Folgo em saber que as negociações com o Embaixador Sola entraram, afinal, numa fase mais concreta e que foram designadas, para conduzi-las, as pessoas propectas, sob todos os pontos de vista, cujos nomes o último telegrama de Vossa Excelência indica.

11. Estou informando de que já estão assinados há muito tempo, entre

as autoridades brasileiras competentes e as firmas italianas interessadas, os contratos para a construção de novos submarinos para nossa Marinha de barcos para o Lloyd Brasileiro – contratos esses que só não tiveram ainda começo de execução, devido a dificuldades de pagamento de nossa parte. Assinados como estão, os referidos contratos oferecem, desde já, uma excelente base, no que nos diz respeito, para a conclusão do acordo comercial, mediante o qual o Brasil fornecerá à Itália, não só café, como também algodão e outras matérias-primas.

12. Em último caso, aliás, dadas as condições presentes, tanto do Brasil e da Itália, quanto do mundo em geral, poder-se-ia concluir um acordo provisório, renovável, ou sujeito à revisão, depois de 12 meses, segundo a posição dos mercados.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 21 JUN. 1939 • AHI 42/4/11

[Índice:] Acordo comercial entre o Brasil e a Itália.

Da Embaixada em Roma

77 – QUARTA-FEIRA – 13h – O Ministério dos Negócios Estrangeiros confiou-me cópia do projeto de acordo comercial enviado ontem à Embaixada italiana, por via aérea. O projeto em que o Governo italiano fala em nome da União aduaneira ítalo-albanesa contém dez artigos, o primeiro dos quais fixa em 300 milhões de liras o total das aquisições da Itália no Brasil. Estabelece, outrossim, para sua vigência o prazo de um ano prorrogável, salvo denúncia com 3 meses de antecedência. O referido prazo deveria correr a partir de 1º de Julho próximo. O resto refere-se a forma de pagamento, partes essa que não poderia resumir sob pena de alongar demasiado este telegrama. Tive ontem ainda confirmação de que este Governo tem o máximo interesse na conclusão rápida do acordo. Conforme me foi dito, o restante é por assim dizer secundário ao lado dessa consideração. Estou persuadido, por conseguinte, que

se mostrarmos disposição de assinar antes de 1º de Julho, poderíamos obter maiores vantagens. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 20 JUL. 1939 • AHI 41/4/6

[Índice:] O Sr. D. Grandi, ex Embaixador em Londres, nomeado Ministro da Justiça.

Nº 240

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.
Roma, 20 de Julho de 1939.

Senhor Ministro,

O Ministro da Justiça, Arrigo Solmi⁶⁴², havendo pedido ao Duce, por motivos pessoais – conforme consta, pelo menos, da versão oficial publicada – a sua demissão, foi nomeado para substituí-lo o ex Embaixador em Londres, Dino Grandi. Não se sabe, por enquanto, quem será o sucessor desse último.

2. No incluso recorte do *Giornale d'Italia*, de 13 do corrente, Vossa Excelência encontrará, com o comunicado fornecido à toda a imprensa a esse propósito, alguns dados pessoais sobre as duas altas personagens.

3. Em condições normais, não seria o caso de dedicar à simples substituição do Ministro da Justiça um ofício. Mas, conforme Vossa Excelência verá, não só a figura de Dino Grandi, como também as circunstâncias que envolveram a mudança que acaba de ter lugar na Embaixada em Londres e no Governo italiano, justificam que o assunto seja tratado de modo especial.

4. Deixemos de parte a posição eminente de Dino Grandi no seio do partido Fascista. Concentremos a atenção no seu papel em Londres, onde permaneceu uma longa temporada. Grandi foi um instrumento poderoso – até onde um diplomata o pode ser no regime italiano – da aproximação entre este país e a Inglaterra. Como tal, porém, acabou, devido ao evoluir da situação internacional, incompatibilizando-se com o partido, com a agravante de que, ao que consta, a sua voz foi, com a do Marechal Balbo⁶⁴³, uma das que se levantaram, na primavera passada, contra a ideia de um pacto de aliança com a Alemanha.

642 Arrigo Solmi (1873-1944). Historiador e jurista. Oriundo do nacionalismo, ingressou no fascismo em 1924. Subsecretário do Ministério da Educação Nacional de 1932 a 1935 e ministro da Justiça de 1935 a 1939. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 19 jan. 2021.

643 Italo Balbo (1896-1940). Fascista de Ferrara em 1920. Atuou nas violentas expedições de esquadrões. Organizou a aviação e foi subsecretário em 1926 e ministro da pasta de 1929 a 1933. General e marechal da

5. Esse último fato contribuiu, por fim, de tal maneira para comprometê-lo aos olhos do partido – e, quem sabe, do próprio Duce – que Dino Grandi se julgou obrigado, para reabilitar-se, a pronunciar em Londres, na festa que preparou para celebrar na Embaixada a conclusão da aliança, um discurso que causou sensação – não podendo atacar diretamente a Inglaterra, onde estava acreditado – pelas suas acusações violentas contra a França e as democracias. Com aquilo ele se arriscava a perder a Embaixada, embora os Ingleses tivessem timbrado em ignorar o que ele dissera, mas, em compensação, esperava recuperar a posição perdida dentro do partido.

6. A sua retirada de Londres e a sua nomeação para a pasta da Justiça têm dois sentidos: um de interesse geral e outro de importância particular. Em primeiro lugar, a retirada de Londres de Dino Grandi, que fora ali, como já disse, instrumento de uma política de aproximação, pode ser considerada – e o tem sido por muita gente – como a confirmação de uma mudança radical de atitude da Itália – nada surpreende[nte], aliás – em relação à Inglaterra. Em seguida, colocando numa pasta como a da Justiça, sem significação política, o ex-Embaixador, é evidente que o gesto de Mussolini corresponde a um sinal do desagrado em que Dino Grandi havia incorrido dentro do partido e junto ao seu chefe. É muito provável que, se ele tivesse a idade legal, teria sido simplesmente nomeado Senador.

7. Mas, no fundo, a *disgrâce*⁶⁴⁴ de Dino Grandi é o menos. Não é a primeira, nem será a última vez que isso sucede a figuras eminentes do Fascismo – membros, como ele, do Grande Conselho do partido. A questão interessante é saber qual será o primeiro gesto direto da Itália, para mostrar positivamente a sua mudança de atitude para com a Inglaterra. Tem-se falado muito ultimamente, sobretudo no estrangeiro, na eventualidade da denúncia do *gentlemen's agreement*, relativo ao Mediterrâneo, concluído em 1938. Tem-se dito que a Alemanha, desde a conclusão do acordo anglo-turco, insiste para que isso seja levado a efeito. Esperemos pelo futuro. A imprensa italiana, evidentemente, tem protestado contra a insinuação de que a retirada do ex-Embaixador em Londres tenha a significação que se lhe quer emprestar, alegando que Mussolini – o que não deixa de ser verdade – não precisaria de tanto para alterar a orientação da política italiana, visto como os Embaixadores não passam de meros executores de suas diretivas, quaisquer que elas sejam.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Força Aérea e governador-geral da Líbia de 1934 a 1940, até sua morte, abatido por engano pelo antiaéreo italiano. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 15/ jan. 2021.

644 Perda das boas graças, do favor de uma pessoa a quem se depende; desfavor; para piorar as coisas; má sorte (francês).

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo:⁶⁴⁵ “*Dino Grandi nominato Ministro di Grazia e Giustizia – Una lettera autografa del Duce a Solmi*”. *Il Giornale D'Italia*. Roma, 13 de julho de 1939.

TELEGRAMA • 01 SET. 1939 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Roma

111 – SEXTA-FEIRA – 16h – Cedo, esta manhã, foi aqui conhecida a notícia de que as hostilidades entre a Polônia e a Alemanha haviam tido início. Já ontem à noite, nas estações de estrada de ferro e ruas adjacentes, havia movimento desusado de embarque de tropas que partiram, aliás, no meio do maior silêncio, sem o menor entusiasmo. A opinião geral dos italianos e dos estrangeiros é de que a situação do país é trágica. A Itália não desejava absolutamente a guerra nem se considera preparada. Segundo versão que me afirmam haver sido dada por gente intimamente ligada ao Governo italiano, a Itália havia assinado o pacto de aliança com a Alemanha declarando, de antemão, que tinha necessidade absoluta de um longo período de paz. Depois, não deixou nunca de exercer junto da Alemanha, até o último momento, uma ação moderadora com relação à Polônia. A não ser a aviação e a Marinha, a preparação militar deste país deixa muito a desejar. O desejo de todos seria de que a Itália permanecesse neutra, embora eu não veja meios. O meu informante assegura que os dirigentes deste país esperaram em vão por um gesto franco da Inglaterra que permitisse a este país essa atitude. Até a hora em que telegrafo não se sabe ainda qual será a sua posição final. Acabo de ver o meu colega dos Estados Unidos da América, que também ignora o que sucederá. A situação, como Vossa Excelência está vendo, é a mais confusa. P. LEÃO VELLOSO

645 Não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Dino Grandi nomeado Ministro da Graça e Justiça – Uma carta autografada do *Duce* para Solmi”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 13 de julho de 1938.

TELEGRAMA • 04 SET. 1939 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

114 – SEGUNDA-FEIRA – 18h – O Governo italiano acaba de limitar as requisições de café e de açúcar para o corpo diplomático estrangeiro, as quais cessarão completamente depois de 1º de Novembro. Com a guerra ou sem ela a posição econômica da Itália é sombria e os que aqui residem estão condenados a sofrer as mais duras privações. Conviria que o Governo brasileiro cogitasse seriamente em abastecer seus funcionários diplomáticos e consulares neste país, de café, açúcar, mate, arroz, feijão, farinha e carne em conserva. Os mesmos estão prontos a reembolsar todos os gastos. O essencial é providenciar com a maior urgência. Não é inteiramente impossível que os navios italianos comecem novamente a trafegar, mas se isso não suceder, apelo para Vossa Excelência a fim de examinar outro meio para nos fazer chegar aqueles víveres. Esta Embaixada os distribuirá. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 09 SET. 1939 • AHI 41/4/6

[*Índice:*] A Itália e a guerra.

Nº 299

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.
Roma, 9 de Setembro de 1939.

Senhor Ministro,

Neste ofício eu teria o desejo de resumir, no que diz respeito à posição da Itália, o desenrolar dos acontecimentos que culminaram na presente guerra entre a Alemanha e a Polônia, em primeiro lugar, e depois entre a Alemanha, a França e a Inglaterra.

2. Peço simplesmente, porém, a atenção de Vossa Excelência para os telegramas que expedi diariamente desde que se agravou a situação internacional até o momento em que a Itália tomou a decisão de permanecer à margem do conflito.
3. Os fatos confirmaram o que comuniquei sobre o ambiente romano; o sentimento popular em relação à guerra; os esforços do Governo para evitá-la e a sua atitude final. Confirmaram também o que informei no meu telegrama

sobre o encontro em Salzburgo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Itália e da Alemanha, isto é, que o perigo da situação na Europa estava na [convicção], muito forte entre os alemães – que tinham profundo desprezo pela força militar da Polónia – da impossibilidade, por parte da França e da Inglaterra, de prestar um socorro pronto àquele país.

4. Por outro lado, remeto a Vossa Excelência separadamente recortes de imprensa, contendo os comunicados oficiais e outras notas de interesse, com relação aos acontecimentos desenrolados. Remeto igualmente, de acordo com instruções de Vossa Excelência, uma coleção completa de jornais.

5. Não fui daqueles que sempre consideraram a guerra inevitável. Mas tomo a liberdade de chamar a atenção para o meu ofício reservado nº 210, de 1º de Julho findo. Sempre achei, como Vossa Excelência verá, a situação europeia extremamente delicada; fui de opinião que ela não poderia continuar no pé em que estava; que devia ser resolvida, por todo este ano, num sentido ou noutro – admiti, aliás, a hipótese de um conflito armado, admitindo embora, com sincera esperança, a da solução pacífica da questão europeia – mas informei, desde então, que a Itália não desejava absolutamente a guerra, que a receiava mais do que qualquer outra nação por causa, entre outros motivos, de sua grande vulnerabilidade e que o povo acreditava na firme intenção do Duce de evitá-la, atribuindo-lhe mesmo a intenção de evitá-la por todos os meios até poder, em 1942, inaugurar a Exposição Internacional de Roma.

6. Hoje são apontados para explicar a atitude recente da Itália, uma série de motivos: – por exemplo – segundo alegam os próprios Italianos, ou melhor, membros do seu Governo – que a Itália não estava obrigada pelo tratado de aliança a intervir porque, por ocasião da assinatura do mesmo, impusera como condição um longo período de paz para a consolidação do seu Império; que o pacto de não agressão – um verdadeiro pacto de colaboração política e econômica, senão militar – entre a Alemanha e a União Soviética constituía um fator novo que anulava instantaneamente as obrigações deste país para com a sua aliada; que a nação não estava moralmente preparada a entrar em guerra; que a preparação de suas forças armadas – inclusive a aviação – era incompleta; que o Exército – chegando-se mesmo a conferir a esta opinião a autoridade do Marechal Badoglio⁶⁴⁶ – não marcharia com entusiasmo contra a França e, como toda gente podia perfeitamente observar, que a guerra era francamente impopular e que, se o Governo a quisesse impor, o regime correria graves riscos.

7. À vista desses motivos, sendo exato que a Itália não está preparada moral

646 Pietro Badoglio (1871-1956). Militar. Chefe do Estado-Maior, general desde 1925. Liderou campanha na Etiópia de 1935 a 1936. Renunciou durante a Segunda Guerra Mundial, após a campanha da Grécia. Chamado pelo rei para substituir Mussolini, em 25 de julho de 1943, concluiu o armistício com os Aliados em 3 de setembro de 1943. Fonte: <treccani.it>. Acesso: 20 jan. 2021.

e militarmente; que o Exército não deseja combater ao lado da Alemanha; que o pacto entre a Alemanha e a União Soviética foi assinado à sua revelia e que o tratado de aliança, firmado em Maio deste ano, não a obriga a intervir, não há razão para que a Itália modifique a sua atitude, a não ser verdadeiramente premiada pelas circunstâncias. Todos os sinais aparentes, aliás, justificam essa suposição; entre outros, o restabelecimento de suas comunicações marítimas internacionais. Ainda hoje me foi declarado no Ministério dos Negócios Estrangeiros que as comunicações entre a Itália e o Brasil estavam asseguradas por muito tempo.

8. Agora, isso não quer dizer que os dirigentes da política exterior do país – Mussolini e o seu genro, Conde Ciano – hajam mudado no íntimo de sentimentos em relação às aspirações do eixo de sua criação. Estão ainda inteiramente com todo o coração ao lado da Alemanha. Somente motivos imperiosos os forçaram a conter-se até o presente momento, se me posso exprimir assim a despeito da atitude tendenciosa da imprensa nos seus noticiários e a do Duce ele próprio, ilustrada por um artigo de sua lavra, publicado ultimamente no *Popolo d'Italia*, transcrito pelo jornal *Italie* e que envio a Vossa Excelência em separado. Estive pessoalmente com o Conde Ciano no dia 8 do corrente e posso dizer a Vossa Excelência que a impressão que recebi não me deixou dúvida alguma sobre o seu estado de espírito em relação à guerra e à posição da Itália, não obstante eu tivesse ouvido depois disso – isto é, esta manhã ainda – de excelente fonte, que a Embaixada britânica havia notado recentemente uma certa mudança no seu comportamento. Por conseguinte, a posição da Itália merece ser acompanhada com a máxima atenção, além do mais, por causa de sua importância capital no Mediterrâneo e na Europa Oriental. Motivos imperiosos, como disse, forçaram o Governo a declarar, depois de uma reunião do Conselho de Ministros, que o país “não tomaria a iniciativa de operações militares”, mas isso não pode deixar de ser um grande vexame para o amor-próprio de Mussolini e, se as circunstâncias mais tarde o permitirem, Deus sabe o rumo que ele tomará. É preciso não esquecer que a atitude da Itália não foi ainda definida. Mussolini pensou, sem dúvida, assumir o papel de mediador e ser bem sucedido. Mas as suas ilusões a esse propósito não devem mais subsistir a esta hora. Que caminho lhe resta? É óbvio que nem a neutralidade, nem a intervenção contra a Alemanha realçaria o seu prestígio. A última hipótese seria a condenação de sua política exterior.

9. É fora de dúvida que, durante a crise do mês de Agosto, não reinou entre Mussolini e Hitler um perfeito entendimento. A conferência de Salzburgo é, a esse respeito, ilustrativa. Mussolini tinha fé na solução pacífica da questão de Dantzig – pacífica e satisfatória para as reivindicações da Alemanha. De qualquer maneira, porém, um conflito armado, na dúvida de que a Itália pudesse

tomar parte, repugnava ao seu amor-próprio. A convocação da conferência surpreendeu os ambientes romanos, conforme informei Vossa Excelência, e a sua duração demonstrou as dificuldades que tiveram que ser vencidas para conciliar os dois pontos de vista. Em seguida, veio a questão do acordo com a União Soviética⁶⁴⁷. O assunto fora debatido em Salzburgo mas, ao que consta, não ficara definitivamente resolvido: a Itália havia simplesmente concordado, em tese, com a oportunidade de uma política de aproximação. Nessas condições, o anúncio da assinatura do pacto de “não agressão e consultação” causou tanta surpresa aqui como no resto das capitais europeias. Finalmente, para ilustrar também a divergência entre os dois homens, pelo menos quanto ao método de impôr as suas reivindicações, aí estão as suas trocas frequentes de comunicações, nas vésperas de ser desencadeada a guerra contra a Polônia, cujo tom se diz haver sido áspero, tentando Mussolini um supremo esforço para conter a impaciência de Hitler.

10. Mas quem pode duvidar da identidade dos destinos dos dois ditadores para não ver que, a despeito de suas divergências, Mussolini deseja ardentemente o triunfo do seu companheiro e associado? Não seria o interesse da Itália, mas é o do regime – isto é, do fascismo. No seu artigo do *Popolo d'Italia*, que assinalei a Vossa Excelência, está escrito que a Itália não seria indiferente, “acontecesse o que acontecesse”, à reconstrução e liberação da Europa; que um segundo Versalhes era uma hipótese inadmissível. Um segundo Versalhes quer dizer, no seu pensamento, uma paz resultante da vitória da Inglaterra e da França. A linguagem é singular na boca do Chefe do Governo de uma nação que não declarou a sua neutralidade e, como aqui se diz – como me repetiu hoje o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros – permanece *l'arme au pied*⁶⁴⁸.

11. Quais as consequências a tirar-se do que acabo de expor a Vossa Excelência? Por ora, a meu ver, qualquer conclusão seria prematura. Mas existe presentemente, no que se refere à situação interna da Itália, um fator que merece ser assinalado, embora ninguém esteja ainda em condições de dizer qual possa vir a ser a sua importância. Talvez fosse exagerado dizer que o regime está em crise, mas existem sinais visíveis de que o prestígio do Duce está abalado. O povo está descontente, aliás, devido às dificuldades econômicas, à carestia da vida, às restrições, às privações – inclusive à proibição do consumo de café – e à descoupação resultante de medidas que acabam de ser adotadas como, por exemplo, a referente à circulação de automóveis.

12. Como Vossa Excelência terá visto, os sentimentos do povo e do Duce,

647 Tratado Molotov-Ribbentrop, um pacto de não agressão firmado entre a União Soviética e a Alemanha em 1939, que perdurou até 1941, quando da invasão do território soviético. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 19 jan. 2021.

648 Armas preparadas ou prontas (francês).

com relação à guerra, não combinam. O país tem estado calmo porque ainda está confiante de que não será arrastado à guerra. No dia, porém, em que essa ilusão desaparecesse, não se sabe o que se sucederia. Na Itália hoje se murmura contra o fascismo, especialmente contra a sua política exterior. Murmura-se, além do mais, no Exército. Fala-se abertamente numa ditadura militar. O público admite, em todas as camadas sociais – desde as mais baixas – o fundamento de boatos que andaram circulando a propósito de um atentado contra Mussolini, durante as últimas manobras. Cita-se o nome de um General, como tendo sido o seu autor. Admite-se igualmente que o Duce esteja doente e fatigado. Por seu lado, a polícia tem aumentado a sua vigilância, não só em Roma como em outros pontos da Itália.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 12 SET. 1939 • AHI 41/4/6

[*Índice:*] A Itália e a guerra.

Nº 303

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.
Roma, 12 de Setembro de 1939.

Senhor Ministro,

Aludi em meu ofício reservado nº 229, de 9 do corrente, sobre o assunto da Itália e a guerra, a duas entrevistas minhas com o Conde Ciano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e o Embaixador Bastianini, Subsecretário de Estado.

2. Penso que seria interessante fornecer a Vossa Excelência alguns pormenores a esse propósito.

3. Quando manifestei ao Conde Ciano o desejo, se não era indiscreto, de ouvir a sua impressão sobre a situação internacional, ele me respondeu

textualmente: – Acabo neste momento de receber a notícia da entrada dos Alemães em Varsóvia⁶⁴⁹. A Polônia está liquidada.

Isso num tom amargo, de quem pensava que o mundo devia saber que a força militar da Alemanha era irresistível e havia errado profundamente não cedendo diante de suas exigências.

4. A minha entrevista com o Conde Ciano tivera lugar no dia 8 do corrente, às 7 horas da noite. No dia seguinte ao meio-dia, procurei o Subsecretário. Pedi se me podia dizer algo que eu não soubesse sobre os motivos da atitude da Itália. O Embaixador Bastianini desenvolveu uma verdadeira tese, que convém reter, porque talvez venha a surgir no futuro publicamente como justificativa da neutralidade da Itália, se este país decidir verdadeiramente a permanecer à margem do presente conflito armado.

5. Nesta guerra, disse-me ele, existe um fator que não pode deixar de ser considerado: o bolchevismo armado, cujo perigo não é necessário demonstrar. O pacto da Alemanha com a União Soviética foi, sem contestação, um golpe político de grande alcance. Mas ninguém conhece até agora as verdadeiras intenções de Moscou. Enquanto esse ponto não ficar completamente esclarecido, a Itália permanecerá tranquila, *l'arme au pied*.

6. O Subsecretário usou essa expressão.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

649 Considerado o marco inicial da II Guerra Mundial, a invasão da Polônia pela Alemanha deu-se em 1º de setembro de 1939. Naquele ano, intensificaram-se os conflitos que culminaram em 1941, quando ocorreu a globalização da guerra com a entrada oficial dos EUA e da União Soviética contra os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Fonte: BONET, Fernanda dos Santos. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra mundial: O Brasil se une para a guerra. *IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*. Jul./ 2008.

OFÍCIO • 14 SET. 1939 • AHI 41/4/6

[Índice:] A situação interna da Itália.

Nº 312

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 14 de Setembro de 1939.

Senhor Ministro,

Tive a honra, no dia 12 do corrente, de dirigir a Vossa Excelência o telegrama nº 121, relativo à situação interna da Itália. Fi-lo, sobretudo, por dever de consciência, tal a insistência dos rumores a esse respeito. Eu mesmo, contudo, em consciência também, não poderei dizer de uma maneira positiva o crédito que merecem. Vários colegas meus, reconhecendo embora que os referidos boatos chegaram igualmente ao seu conhecimento, não se mostram inclinados a lhes atribuir real gravidade: uns porque, com maior experiência do posto, consideram não ser a primeira vez que isso sucede, e alguns outros por pensarem que são uma mera consequência, sem maior alcance, do descontentamento geral devido às privações impostas ao público pela situação europeia.

2. É verdade que os mencionados rumores se manifestam de preferência nas classes média e popular. Se correm também nas classes mais elevadas, nós não o sabemos, em virtude de uma natural maior reserva dessas últimas em relação aos estrangeiros. Não resta, porém, a menor dúvida de que descontentamento existe, quaisquer que sejam as suas razões; que a perspectiva de guerra ao lado da Alemanha tem dado lugar a protestos nas fileiras do Exército e que se tem a impressão positiva, ainda que o fato possa ser simplesmente momentâneo, de uma diminuição sensível de entusiasmo em relação ao regime fascista.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 12 OUT. 1939 • AHI 42/4/11

[*Índice:*] Intercâmbio Comercial Brasil-Itália.

Da Embaixada em Roma

141 – QUINTA-FEIRA – 18h – Este Governo já foi avisado por sua Embaixada de que as probabilidades de conclusão do acordo comercial proposto em Maio são muito poucas, mas por outro lado tem conhecimento de que está para ser assinado, entre o Ministério da Marinha e firma interessada, um contrato para compra de três submarinos. A esse propósito esta Embaixada foi informada com a máxima reserva de que a Itália está disposta a nos entregar imediatamente os três submarinos construídos, em substituição dos que nos foram anteriormente vendidos, os quais acabam de ser ultimados. Em troca, ela nos compraria por aquele preço todo o algodão de que pudéssemos dispor, café e outros produtos. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 16 OUT. 1939 • AHI 41/4/6

[*Índice:*] A Itália e a guerra.

Nº 357

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Outubro de 1939.

Senhor Ministro,

Tive a honra de dirigir a Vossa Excelência este mês os telegramas n^{os} 132 e 134, respectivamente, de 3 e 5 do corrente mês, que passo a confirmar, sobre a viagem do Conde de Ciano de Berlim. Nada tenho, por assim dizer, a acrescentar ao que nos mesmos se contém.

2. O Conde Ciano foi a Berlim, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros do “Reich”, a fim de ser inteirado do que ocorrera e fora concluído durante a visita desse último a Moscou. Dias antes, com efeito, ele declarara ao meu Colega dos Estados Unidos que não estava ao corrente do que se passava.

3. Tenho de fonte italiana digna de fé que, durante a estada do Ministro dos Negócios Estrangeiros na capital do “Reich”, foram abordadas as seguintes questões: – a) eventual passagem de forças alemãs pela Itália para atacar a França, o que foi terminantemente recusado pelo Conde Ciano, à vista do perigo do

país ser fatalmente, daquela maneira, arrastado à guerra, para que não se sente ainda preparado; b) reconstituição da Polônia, que a Itália considera essencial para a tranquilidade futura da Europa; c) avanço considerável do bolchevismo na Europa Central e Oriental, fato que não só este Governo, como também a opinião pública italiana vê com profunda apreensão e d) discurso do Chanceler perante o “Reishtag”, então anunciado, cujas linhas gerais foram comunicadas ao Conde Ciano, para serem submetidas a Mussolini.

4. Tudo isso consta dos meus telegramas. De volta a Roma, o Conde Ciano recebeu imediatamente os embaixadores da França e da Inglaterra; confirmou o caráter antes de tudo informativo de sua rápida viagem a Berlim e insistiu fortemente para que os Governos francês e britânico considerassem muito seriamente a proposta de paz que o Chanceler do “Reich” ia apresentar no seu discurso, fazendo ver as consequências desastrosas, de um alcance jamais visto, que teria a guerra contra aqueles dois países pela Alemanha. Na Itália, como já tive ensejo de dizer a Vossa Excelência, o conceito sobre o poder militar da Alemanha é o mais elevado possível. Não existe dúvida, por assim dizer, quanto à sua invencibilidade. Além disso, o Conde Ciano, como aviador, tem o máximo respeito pela superioridade da Alemanha em matéria de aviação e está convencido do papel preponderante que a aviação alemã está destinada a representar no setor ocidental, como representou na Polônia.

5. Eu poderia terminar aqui este ofício, havendo dito tudo quanto de mais essencial tenho a comunicar hoje a Vossa Excelência sobre o que ocorreu na Itália, com relação à guerra, desde a expedição do último correio desta Embaixada, há duas semanas mais ou menos. Desejo, porém, pedir a atenção de Vossa Excelência para certos recortes de imprensa, que remeto a essa Secretaria de Estado, nesta mesma mala, com outro ofício. Esses recortes contêm os comentários dos jornais italianos principais sobre o discurso do Chanceler Hitler perante o “Reishtag”. A notícia de que Mussolini, depois daquele discurso, se prestaria novamente ao papel de mediador não se confirmou. Era aliás, o que os círculos bem informados esperavam que acontecesse. Entretanto, a imprensa italiana, como era natural, deu o seu inteiro apoio ao discurso do Chanceler do “Reich” alemão. A verdade, porém, é que o fez sem grande exagero, numa campanha que durou exatamente 48 horas e num tom assaz moderado com referência à França e à Inglaterra, se bem que numa linguagem muito clara a respeito do modo de pensar deste país quanto à situação internacional.

6. Qualquer que seja o desenrolar dos acontecimentos europeus num futuro próximo, ninguém acredita que a Itália modifique sua atitude. Pelo contrário, a sua posição parece afirmar-se cada vez mais. É óbvio que, a princípio, a mesma lhe foi imposta por circunstâncias imperiosas e não agradava intimamente a todos os seus dirigentes. Mas à medida que a situação internacional, sob certos

aspectos, foi se esclarecendo, o sentimento dos italianos foi evoluindo. A Itália vê hoje claramente o partido que pode tirar de sua posição de neutra e o papel importante que lhe está destinado na solução final do presente conflito.

7. Essa última, aos seus olhos, tem muitas probabilidades de ser política. Uma solução militar favorável à França e à Inglaterra parece a este país muito problemática. O bloqueio da Alemanha é dos mais relativos, comparado ao de 1914. Restaria a hipótese da solução militar da guerra em favor da Alemanha, num futuro próximo, devido à superioridade, aqui considerada esmagadora, de sua aviação ou, num futuro mais ou menos remoto, uma solução política. No primeiro caso, a Itália interveria sem receio, quando visse a sorte das armas pender seguramente para o lado da Alemanha, contribuindo para apressar a vitória dessa última. Faria, em suma, o que fez a União Soviética na Polônia. No segundo caso, isto é, no caso de uma solução puramente política, ela poderia exercer, no momento oportuno, o papel preponderante de mediadora – papel esse que justificaria brilhantemente, no conceito do seu povo, a sua abstenção.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 29 NOV. 1939 • AHI 41/4/7

[Índice:] Mês político nº 11.

Nº 400

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 29 de Novembro de 1939.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político do mês de Novembro último.

Anexo:

MÊS POLÍTICO Nº 11

Passando em revista os acontecimentos políticos do mês, cumpre-me assinalar, em primeiro lugar, no domínio da política interna, a remodelação ministerial e a renovação dos quadros nos altos cargos do regime, realizados pelo Chefe do Governo, justamente no início do ano XVII da era fascista. Embora tenham permanecido nos seus cargos o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde Ciano, e o Marechal Badoglio, Chefe do Estado-Maior Geral, a mudança da guarda nos supremos postos do Governo foi interpretada por alguns como o resultado de dissídios políticos que teriam ecoado fundamentalmente no seio do partido. A verdade, porém, é muito diversa. O programa de Mussolini, desde que assumiu o Governo, foi sempre o da renovação periódica dos quadros obedecendo, aliás, com essa prática, ao princípio fascista do aproveitamento do maior número de técnicos, cuja experiência na administração pública deverá servir ao Estado em outras circunstâncias. A mudança ministerial não foi, assim, a consequência de nenhum dissídio político. Teve ela, entretanto, uma grande repercussão no exterior e foi objeto dos mais diversos comentários; porém, numa apreciação foram concordantes os críticos políticos, isto é, que a renovação ministerial e a dos altos cargos do regime não deveria influir para modificar a orientação política interna, ou extrema da Itália e, de fato, nem uma nem outra sofreram solução de continuidade. Os jornais londrinos assinalaram com simpatia a escolha do novo Secretário do Partido⁶⁵⁰ e a do novo Ministro da Cultura Popular⁶⁵¹; os diários alemães, em geral, encontram o Governo Fascista mais reforçado com a colaboração de novas e mais jovens energias. As nomeações do Marechal Graziani⁶⁵² para Chefe do Estado-Maior e de Ettore Muti para Secretário do Partido foram especialmente bem recebidas em França, pela sua qualidade de ex-combatentes da Grande Guerra. Na Espanha a imprensa viu no acontecimento um índice da vitalidade das energias de que dispõe o regime; e os jornais holandeses foram concordes na afirmação de que a mudança dos ministros não foi consequência de nenhuma crise ministerial. Em geral, a imprensa internacional comentou favoravelmente essa renovação de quadros. A repercussão interna do movimento foi diminuta, embora o mesmo

650 Ettore Muti (1902-1943). Militar e político. Seguidor de D'Annunzio na empreitada do Fiume. Fascista de Ravenna, piloto voluntário na guerra espanhola, secretário do partido de 1939 a 1940. Foi morto em circunstâncias pouco claras pelos *carabinieri* enviados para prendê-lo. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 20 jan. 2021.

651 Alessandro Pavolini (1903-1945). Político. Foi líder do Partido Nacional Fascista em Florença, presidente da Confederação Fascista de Profissionais e Artistas e ministro da Cultura Popular; em 1943, diretor do *Il Messaggero*; secretário do Partido Fascista Republicano, que colaborou com os nazistas. Capturado com Mussolini, foi fuzilado em 28 de abril de 1945. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 20 jan. 2021.

652 Rodolfo Graziani (1882-1955). Militar italiano. General, governador da Somália, marechal da Itália e marquês de Neghelli, vice-rei da Etiópia, chefe do Estado-Maior. Comandante das operações no Norte da África. Em 1943 foi ministro da Defesa da República Social Italiana. Entregue aos Aliados, foi julgado e condenado como colaboracionista, anistiado em 1950, presidente honorário do Movimento Social Italiano até 1954. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 20 jan. 2021.

não tenha sido pré-anunciado e sobre ele nada tenha transpirado. A opinião, pelo que tenho ouvido, recebeu com satisfação as novas nomeações, entre as quais devo salientar a do Secretario do Partido, Ettore Muti. Os novos ministros assumiram os seus cargos logo após a publicação dos respectivos decretos, o que também aconteceu com os nomeados para os altos cargos do Partido.

2. A entrada dos novos elementos deve ser interpretada como uma afirmação de autoridade do “Duce”, bem como uma demonstração dos seus desejos de pôr sempre em prática o programa fascista da renovação periódica dos quadros.

3. A alguns dos demissionários conferiu o Governo outras funções públicas; assim, o ex-ministro da Propaganda e Cultura Popular, Sr. Dino Alfieri, foi nomeado Embaixador junto à Santa Sé e o ex-secretário do Partido, Sr. Achile Starace, assumiu a chefia do Estado-Maior da Polícia.

4. No domínio da polícia externa não tenho que assinalar nenhuma mudança na posição assumida pela Itália desde o início da guerra; antes, todos os acontecimentos políticos do mês vieram confirmar os desejos deste Governo de impedir por todos os meios a extensão do conflito ao Mediterrâneo e à Europa Sul-Oriental. Foi particularmente intensa a atividade italiana nos Balcãs. A Itália que é hoje a maior potência nos Balcãs desenvolve ali sua influência para que os países da península possam manter sua soberania e conservar sua neutralidade nesta guerra em que alguns deles se acham ameaçados pelos imperialismos russo e alemão. As relações ítalo-magiares mais se estreitaram com a definição pela Hungria da sua política externa em que a amizade com a Itália foi exaltada e chegou-se mesmo a falar de uma fórmula de união mais íntima entre os dois países, sobre a qual me referi por duas vezes no decorrer do mês à Secretaria de Estado.

5. Os pontos fundamentais da política magiar foram anunciados pelo Conde Csaky⁶⁵³ na sua exposição à Câmara dos Deputados na sessão de 21 de Novembro. A Hungria prosseguirá sua política de paz até que os interesses do país não exijam uma mudança de atitude, e mantém de pé suas reivindicações nacionais; desenvolverá com a Itália uma política “da mais íntima amizade”; cooperará com a Alemanha como o fez por ocasião da decomposição do Estado tchecoslovaco; participará do bloco dos Estados neutros da Europa Sul-Oriental com a condição de que o mesmo não seja dirigido contra uma terceira potência. São esses os pontos essenciais da exposição do Conde Csaky, vasto programa político em que, por isso mesmo ele não poderia silenciar sobre o problema sempre latente das reivindicações que o Tratado de Trianon veio criar. Não mencionou o Conde Csaky contra quais Estados se dirigem aquelas

653 Istvan Csaky (?-?). Político húngaro. Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinou a adesão da Hungria ao Eixo. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942*. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

reivindicações, mas é sabido que só na Romênia, especialmente na Transilvânia, vivem um milhão e meio de húngaros. A política de amizade e colaboração com a Hungria iniciada em 1927 e agora intensificada, terá fatalmente como consequência a solidariedade da Itália no problema das reivindicações magiares.

6. Não só com a Hungria desenvolve a Itália uma política de paz. O ministro Botai⁶⁵⁴ acaba de visitar Sofia e dessa visita muito se deve esperar para um entendimento mais íntimo entre este país e a Bulgária. Quanto às relações com a Romênia, as últimas declarações feitas à Câmara dos Deputados em Bucareste pelo Chefe do Gabinete, Senhor Tatarescu, frisam bem o empenho do seu Governo de manter as boas relações políticas e econômicas com a Itália, felizmente existentes. As relações ítalo-gregas mais se estreitaram após a resolução dos dois governos de desguarnecer suas fronteiras comuns. Com a Iugoslávia, as relações seguem seu curso normal, nenhum acontecimento de relevo me cabendo assinalar, nesse setor, no mês em exame.

7. A influência italiana nos Balcãs se manifesta em toda a península. A Itália que é ali, hoje, a maior potência, procura tirar o maior proveito dessa situação para a sua política e sua economia. O desenvolvimento da Albânia absorve as melhores energias deste Governo que vai aparelhando o Reino cuja produção mineral contribuirá, dentro em pouco, para desafogar a economia italiana do seu déficit de matérias-primas. Os melhoramentos já executados e em execução na Albânia vão dando seus resultados e se procede com intensidade a organização do Reino nos moldes fascistas.

8. No que concerne ao desenvolvimento das operações de guerra, a atitude da Itália continua a ser de expectativa vigilante. Tem ele atualmente, sob as armas, cerca de um milhão de homens, que o Governo julga suficientes para fazer face a qualquer eventualidade. A política do “Duce” é a da paz armada, como ele mesmo declarou em recente discurso pronunciado por ocasião da abertura do ano escolar, quando também disse que a Itália só conhece hoje uma economia, que é a economia de guerra. Sua situação de “maior potência neutra” dá-lhe um prestígio excepcional de que ela vai tirando o melhor partido, sobretudo para a melhoria de sua situação econômica. A navegação italiana atravessa um período de grande prosperidade; os estaleiros trabalham ativamente; sobem as ações industriais. Segundo ouvi, muito têm contribuído para a atual prosperidade de certas indústrias, as encomendas procedentes da França e da Inglaterra.

654 Giuseppe Bottai (1895-1959). Político. Em 1922 participou da marcha sobre Roma, deputado, subsecretário e ministro das Corporações. Participou da elaboração da Carta do Trabalho em 1927. Ministro da Educação Nacional de 1936 a 1943. Tornou-se crítico do regime. No Grande Conselho, defendeu a agenda de Grandi. Condenado à morte pelo tribunal fascista e à prisão perpétua pelo Supremo Tribunal de Justiça de Roma em 1945. Em 1947, foi anistiado. Deixou um *diário* sobre o período de 1935 a 1948. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 25 jan. 2021.

9. Embora a política do Governo com relação à guerra seja a de “expectativa”, a vontade popular, cada vez mais pronunciada, é que a Itália se mantenha à margem do conflito. O imperialismo russo renascente, que já domina, hoje, o Báltico e ameaça os Balcãs só por si seria suficiente para indicar à Itália a continuação de sua atual política de abstenção. A extensão do comunismo na Europa preocupa, sobretudo, este país e disto é uma prova os recentes e vigorosos ataques da imprensa fascista à última proclamação do *Komintern*.

10. Os últimos dias do mês foram agitados com a decisão tomada pelas grandes Democracias de sequestrar as mercadorias alemãs, como medida de represália ao processo adotado pela Alemanha de colocar minas submarinas, em desacordo com as convenções internacionais de que a mesma é signatária, acarretando, desse modo, graves danos à navegação neutra. Vários países neutros protestaram contra a apreensão em seus navios de mercadorias que não constituem contrabando de guerra e se esperava que a Itália fizesse o mesmo. Este Governo não apresentou, entretanto, nenhum protesto; limitou-se simplesmente a chamar a atenção dos Aliados para os prejuízos redundantes para a Itália da execução da medida.

11. Outro acontecimento do mês a que não posso deixar de fazer menção, foi o aniversário natalício do Rei Victor Emanuel⁶⁵⁵. Os 70 anos do soberano foram festejados em toda a Itália. Expressão mais alta e mais completa do Império, digno herdeiro da mais antiga dinastia da Europa, pode-se afirmar que ele conta com o seu povo em qualquer eventualidade. É sobretudo conhecido o prestígio de que goza o Soberano entre as classes armadas do país.

P. Leão Velloso

655 Vittorio Emanuele III. (1869-1947). Rei da Itália durante a ditadura fascista. Rei da Itália em 1900, após o assassinato de seu pai Umberto I. Reinou nos períodos mais intensos do país, as duas guerras, o fascismo – ascensão e colapso. Abdicou em 1946. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ROMA

1940

OFÍCIO • 03 JAN. 1940 • AHI 41/4/7

[Índice:] Mês político nº 12.

Nº 2

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 3 de Janeiro de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político do mês de Dezembro último.

Anexo:

MÊS POLÍTICO Nº 12

Passando em revista os principais acontecimentos políticos verificados no mês de Dezembro, cumpre-me assinalar, seguindo a ordem cronológica dos mesmos, a reunião, no dia 7, do Grande Conselho do Fascismo, realizada no palácio Veneza, sob a presidência do Chefe do Governo. Essa reunião, que foi a primeira no ano XVIII da Era Fascista, apesar de aguardada com grande ansiedade, não trouxe nenhuma modificação nas linhas gerais da política interna e externa da Itália. Aberta a sessão, Mussolini convidou a Assembleia a prestar uma homenagem de respeito e saudade à memória de Constanzo Ciano⁶⁵⁶, cujo espírito, declarou ele, “estará sempre presente no Grande Conselho”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, fez, em seguida, uma exposição sobre a política da Itália com relação à situação internacional dos últimos meses. Os precedentes imediatos da guerra; o caráter de inatividade que a mesma assumiu na frente ocidental; o seu desenvolvimento, dirigido para o terreno econômico com o bloqueio; os deslocamentos verificados na situação territorial e nos quadros das forças militares que se estendem do Báltico aos Cárpatos, legitimam plenamente a decisão do Conselho de Ministros realizada em 1º de Setembro que estabeleceu a “não beligerância” da Itália, decisão essa que, segundo declarações do Chefe do Governo e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, evitou a extensão do conflito à Europa Sul-Oriental e ao Mediterrâneo. Rebatendo várias informações tendenciosas, publicadas em diversos países, o Grande Conselho declarou que as relações entre a Itália e a

656 Costanzo Ciano (1876-1939). Conde de Cortellazzo e de Buccari, militar e político italiano. Pai de Gallaezzo Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo fascista italiano e genro de Mussolini. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Alemanha permanecem as mesmas que foram fixadas no pacto de aliança e nas entrevistas de Milão, Salzburgo e Berlim. Declarou o Grande Conselho que todos os acontecimentos que têm por teatro a bacia do Danúbio e os Balcãs interessam diretamente a Itália, dadas as fronteiras comuns territoriais e marítimas acrescidas depois da união do reino da Albânia. No que respeita ao seu tráfico marítimo, a Itália está decidida a salvaguardá-lo de acordo com a sua indiscutível necessidade de vida e a manutenção do seu prestígio. O Grande Conselho aprovou a política desenvolvida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao qual outorgou poderes para relatar à Câmara dos Fascios e das Corporações os principais acontecimentos da fase política internacional. O Grande Conselho terminou sua reunião aprovando a proposta apresentada pelo Secretário do Partido, para descentralização de certas organizações sociais fascistas que estavam sob a imediata direção do Duce e passam agora a ser dirigidas por presidentes nomeados pelo Chefe do Governo. A reunião do dia 7 teve grande repercussão na imprensa, como informei à Secretaria de Estado pelo ofício nº 417, de 11 de Dezembro. Encarregado pelo Grande Conselho de fazer uma exposição à Câmara dos Fascios e das Corporações sobre a política exterior da Itália, o Conde Ciano deu desempenho àquele mandato na sessão realizada pela referida assembleia, no dia 16. O discurso do Conde Ciano, cujo teor remeti à Secretaria de Estado, foi considerado pela imprensa italiana, bem como pela imprensa internacional, como o mais importante documento sobre a política exterior da Itália, nos últimos vinte anos. A guerra etiópica, o heroísmo dos legionários italianos na guerra civil na Espanha, a colaboração ítalo-germânica, a união da Albânia à Itália, o pacto ítalo-germânico, a crise polaca, a ação moderadora da Itália, a atitude italiana na região danubiana e nos Balcãs – são tantos capítulos do memorável discurso do Conde Ciano, que formam um resumo da história europeia nos últimos anos. A exposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros abrange os acordos de Versalhes, o programa revisionista de Mussolini e os principais acontecimentos que induziram a Itália a firmar com a Alemanha uma aliança política e militar. Nesse discurso, pela primeira vez foi declarado que o pacto de Berlim não deveria entrar imediatamente em execução, mas somente depois de decorridos alguns anos, tempo esse julgado indispensável à completa eficiência do aparelhamento militar da Itália. A imprensa alemã julgou, com essa declaração, perfeitamente esclarecida a atitude assumida pela Itália em face da guerra europeia.

O Conde Ciano procurou evitar na sua exposição o emprego da expressão “neutralidade” para explicar a atitude italiana em face da guerra. Esse cuidado do Conde Ciano em não empregar aquela expressão foi devidamente apreciado na Alemanha onde a posição da Itália é considerada bem diversa da dos pequenos países neutros.

A exposição do Conde Ciano é sobretudo notável pela franqueza com que ele abordou todos os pontos essenciais da política exterior da Itália. A alguns críticos políticos as declarações feitas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros pareceram demasiadamente lisonjeiras com relação à Alemanha.

A alguns críticos políticos o discurso de Ciano deu a impressão de ser demasiadamente lisonjeiro para a Alemanha [*sic*] e que, criticando, embora, o tratado de Versalhes, deveria o Ministro dos Negócios Estrangeiros ter feito justiça à França e à Grã-Bretanha, que consentiram na ocupação da Renânia e suportaram a ocupação e a partilha da Tchecoslováquia, o que representou importante sacrifício para a manutenção da paz.

A parte mais importante do discurso de Ciano é a que se refere à aliança italo-germânica. Pelos termos desse discurso verifica-se que a finalidade daquela aliança era a manutenção da paz e não a guerra. O “Pacto de Aço” não tem, e os fatos atuais comprovam, a extensão que lhe foi atribuído por ocasião de sua assinatura.

O principal objetivo do discurso de Ciano foi, entretanto, confirmar a atitude assumida pela Itália desde o início da guerra. Essa atitude, sob o ponto de vista jurídico, não é fácil de definir, porque não é prevista no direito internacional. A Itália não é nem neutra nem beligerante, não se aproxima dos Aliados porque se lembra, ainda, do tempo das sanções, e, também, conservando inalterável suas relações de amizade com o Reich, não forma com este uma frente comum.

A imprensa internacional acolheu favoravelmente o discurso de Ciano, sobretudo pela franqueza com que se exprimiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre os mais importantes problemas da atualidade.

No dia 21, celebrando o decênio dos acordos de Latrão, os soberanos da Itália fizeram ao Papa a sua anunciada visita que teve a maior repercussão neste país e no exterior. Confirmou essa visita, que foi retribuída em seguida pelo Pontífice, a união da Igreja com a Itália fascista, que mais se vinha afirmando depois que Pio XII assumiu o Pontificado. O momento internacional conferiu a estas visitas uma importância particular. Significa que a Itália, fiel à sua tradição romana e cristã, é sempre a mesma força contrária à barbaria e aos elementos subversivos que agitam o mundo. Devo assinalar, sobretudo, que essa troca de visitas se realizou quando ainda ecoam em todas as nações cristãs as palavras de que usou o Sumo Pontífice para mostrar o perigo que representam certas ideologias que pretendem avassalar o mundo. A afluência do povo romano nas ruas desta capital por onde deveria passar o Santo Padre, em caminho do

Quirinal⁶⁵⁷, foi uma demonstração grandiosa do respeito e devoção deste povo ao digníssimo substituto de Pio XI.

Com relação à agressão russa à Finlândia⁶⁵⁸ e sua repercussão neste país, a atitude da Itália pode ser definida pela atitude da sua imprensa, com relação à mesma. Todos os jornais exaltam o heroísmo dos finlandeses e suas grandes vitórias repercutem aqui num ambiente de muita simpatia. Ouvi em certo círculo diplomático que a Itália já prestou algum auxílio aos finlandeses enviando aviões e acessórios, mas não pude controlar essa notícia.

P. Leão Velloso

OFÍCIO • 31 JAN. 1940 • AHI 41/4/7

[Índice:] Mês político nº 1.

Nº 47

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 31 de Janeiro de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro, o incluso relatório do mês político de Janeiro de 1940.

Anexo:

O acontecimento político de maior relevância no mês de Janeiro foi, sem dúvida, a conferência realizada em Veneza entre o Conde Ciano e o Conde

657 Uma das sete colinas com importância estratégica desde a origem de Roma. Nele, localiza-se o Palácio do Quirinal, cuja construção, iniciada em 1574 pelo Papa Gregório XIII, foi concluída por Clemente XII (1730-1740) para torná-lo a residência de verão dos papas, que o utilizaram até 1870, quando então passou a ser residência do rei da Itália e, desde 1948, é a sede oficial da Presidência da República italiana. Daí a metonímia, para se referir ao Palácio, como uma instituição e um corpo político. Fonte: <treccani.it>. Acesso em: 20 jan. 2021.

658 Guerra do Inverno ou Guerra Soviético-Finlandesa. Após negociações e ameaças, os soviéticos exigiram à Finlândia que a sua fronteira com a URSS, no istmo da Carélia, devesse ser recuada a uma distância significativa, para o bem da segurança de Leningrado. Em troca, receberiam o dobro de terras soviéticas na Carélia Oriental. Recuar, para a Finlândia, significava perder as fortificações de sua defesa, a linha Mannerheim. Com a recusa, a aviação russa iniciou o bombardeio à capital em 30 de novembro de 1939. A defesa finlandesa resistiu até 12 de março de 1940. Um tratado de paz foi assinado, cedendo 10% do território finlandês e 20% da sua capacidade industrial à União Soviética. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Csaky, Ministros dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, da Itália e da Hungria. Segundo o comunicado distribuído à imprensa, os dois Ministros trocaram ideias sobre a situação geral europeia, e puderam ainda uma vez constatar, com satisfação, que os fundamentos sobre os quais se baseiam a amizade e a estreita colaboração dos dois países permanecem absolutamente sólidos, e, bem assim, que existe sobre todos os problemas uma perfeita unidade de vistas entre os dois Governos.

2. O principal objetivo da conferência de Veneza foi o estudo e a discussão entre Ciano e Csaky das possíveis repercussões na Europa danubiano-balcânica da guerra anglo-franco-germânica, bem como o exame da situação criada com a tentativa de extensão do imperialismo russo à mesma região. Os resultados dessa conferência foram aqui julgados da maior importância. A Itália e todos os países interessados na manutenção da paz nos Balcãs e na Europa Sul-Oriental observam com o mais alto interesse a avançada russa até os confins magiares realizada logo após a derrota e o esfacelamento da Polônia.

3. Não só a Rússia, com o seu imperialismo renascente, ameaça, também sob a forma de extensão do bolchevismo, os países balcânicos que constituíam a zona tradicional de sua influência. Ali, desenvolve a Alemanha grande atividade, não somente porque os países da península representam, hoje, os melhores centros de abastecimentos, mas ainda para impedir que os mesmos possam vir a fazer parte do bloco dos países aliados. A pressão alemã aumenta ali, e uma de suas modalidades se apresenta com os acordos comerciais forçados que ultimamente vêm sendo realizados. Não são poucos os temores existentes entre os romenos e entre os húngaros de um possível ataque contra eles por parte de forças conjugadas, russas e alemãs. Também muito se tem falado aqui numa ação da Rússia contra a Turquia e contra a Inglaterra, com o apoio da Alemanha.

4. Ouvi de um colega que “a situação da Itália só Deus sabe qual é”. Difícil, sem dúvida, de definir com precisão e de sobre ela fazer prognósticos; a situação deste país não me parece tão obscura que sobre a mesma deva silenciar. É notório que a Itália observa com tranquilidade e bastante otimismo o desenvolvimento da guerra, a repercussão desta nos Balcãs, onde é hoje a única grande potência. É certo que a Itália não ficará indiferente no caso de qualquer tentativa contra a paz balcânica. A intervenção italiana, no caso de um ataque à Hungria, parece não oferecer a menor dúvida. Tenho ouvido em vários círculos que a solidariedade entre os dois países assumirá a forma de uma verdadeira união que poderia revestir-se do aspecto de uma verdadeira incorporação, como no caso da Albânia. Consta que a Hungria, sentindo-se impotente para conter a invasão russa, teria solicitado a permanência em seu território de numerosas divisões do exército italiano e que a Itália estaria disposta a aceder mediante

o estabelecimento de uma união absoluta e perpétua entre os dois países. Diz-se que o Regente Horthy continuaria a exercer a Regência e indicam-se já os regimentos do exército italiano que estão destacados para seguir para a Hungria.

5. É fora de dúvida que a atitude assumida pela Itália, desde o início da guerra, tem sido o maior elemento para manutenção da paz nos Balcãs. Essa paz estaria, entretanto, mais assegurada se os países da península formassem um só bloco. A Itália exerce o seu prestígio sobretudo para pôr termo às dissidências existentes entre os diversos países da península. A questão das reivindicações magiares e sua solução de acordo com a fórmula mussoliniana da “paz com justiça” está sempre em foco. Nesse setor, sobretudo, a Itália vem desenvolvendo sua grande, atual influência no sentido de moderar várias pretensões injustificadas. Pelo que respeita à Hungria e suas reivindicações na Transilvânia, parece que o trabalho diplomático italiano conseguiu que o assunto seja estudado pela Romênia dentro do espírito da maior cordialidade.

6. A situação da Romênia é a mais precária no momento e o apoio da Itália lhe é imprescindível. De um lado, as aspirações soviéticas sobre a Bessarábia⁶⁵⁹; do outro lado, as pretensões da Bulgária na Dobruja⁶⁶⁰, amparadas pelos Soviéticos; finalmente, a questão da Transilvânia. Na previsão de uma invasão russa ela se prepara aceleradamente para a guerra e sob a direção pessoal do Rei Carol⁶⁶¹ realiza um sistema completo de fortificações permanentes contra o ataque de carros de assalto e forças motorizadas. A Itália acompanha de perto a construção desse sistema de fortificações.

7. No dia 10 de Janeiro, terminou o prazo de opção pela nacionalidade alemã ou pela italiana, concedido aos indivíduos de raça e língua alemãs das províncias de Bolzano e de algumas zonas de Trento, Belluno e Udine, em virtude do acordo direto entre Mussolini e Hitler, a que a Embaixada já se referiu em diversos ofícios. Os resultados divulgados foram os seguintes: de 266.985 indivíduos admitidos ao exercício do direito de opção, 186.085 optaram pela cidadania alemã, e, nos termos do acordo, terão que deixar definitivamente a Itália até 31 de Dezembro de 1942. Os preparativos desse plebiscito foram realizados de modo a que a população pudesse manifestar-se com toda a liberdade. A propaganda nazista foi admitida em todas as zonas plebiscitárias, tendo sido verificada a intervenção das autoridades italianas somente nos casos em que

659 “A Romênia havia adquirido da Rússia a província parcialmente ucraniana da Bessarábia em 1918 após o colapso do Império, e sua diplomacia era orientada pelo conhecimento de que a União Soviética não aceitava tacitamente a perda”. Fonte: WIGHT, Martin. *A política do Poder*. São Paulo: Ed. UNB, IPRI, IOESP, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

660 Em 1878, a Rússia tirou a Bessarábia – região habitada por romenos – da própria Romênia, e deu-lhe em troca a Dobrudja do Norte, que era habitada por turcos e búlgaros”. Fonte: *Ibidem*.

661 Carlos de Hohenzollern-Sigmaringen (1893-1953). Filho mais velho do rei Fernando I e quarto rei da Romênia. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 24 jan. 2021.

a manutenção da ordem o exigia. A legitimidade absoluta do resultado do plebiscito, assim, nunca poderá ser contestada, como não poderá jamais ser contestado o direito que assiste à Itália de tratar como italianos, e somente como italianos, os cidadãos das províncias mencionadas. Com o plebiscito do dia 10, desaparece o principal motivo de constantes dissidências entre italianos e alemães, as quais, na província de Bolzano, assumiram nos últimos anos caráter bastante grave.

8. Outro acontecimento a que se deu grande relevo foi a reunião, a 17 de Janeiro, dos Federais das capitais das províncias da Itália central, na qual o Secretário do Partido Fascista, Ettore Muti, fez pela primeira vez, depois que assumiu aquele cargo, importantes declarações. As diretivas do Partido Fascista foram perfeitamente definidas pelo novo Secretário e podem assim ser resumidas: 1) Intransigência na ação antidemocrática, antibolchevista e antiburguesa; 2) desenvolvimento das realizações autárquicas e a participação nas mesmas de técnicos, profissionais e operários; 3) prosseguimento da atual política de assistência social; 4) adoção do sistema de racionamento alimentar. Referindo-se à situação internacional, o Secretário do Partido declarou que a Itália fascista pode, em qualquer momento, encontrar-se na necessidade e no dever de empunhar as armas e que os italianos não devem ter demasiadas ilusões sobre a perpetuidade da atual situação da Itália com relação à guerra. A Itália deve estar pronta para qualquer eventualidade, material e espiritualmente.

9. A agressão soviética contra a Finlândia, e sua repercussão no exterior, vêm ocupando especialmente a atenção da imprensa fascista. As vitórias finlandesas são divulgadas por todos os diários em grandes títulos em que são glorificados os heroicos defensores da Finlândia. Os jornais publicam detalhes sobre as perdas sofridas pelo exército russo. Não têm faltado, para demonstrar a simpatia deste povo pela Finlândia, reuniões sociais para socorro aos finlandeses. Atribui-se geralmente a essa atitude o fato do Sr. Gorelkine ter deixado a Itália na véspera da data fixada para a apresentação de suas credenciais de Embaixador da Rússia nesta capital, e, bem assim, o chamado a Roma do Embaixador italiano em Moscou, Sr. Augusto Rosso. As relações diplomáticas entre os dois países não foram, entretanto, interrompidas, porque as respectivas Embaixadas ficaram a cargo de Encarregados de Negócios.

10. A reunião do Grande Conselho Fascista realizada neste mês não teve interesse político, pois, foi destinada somente ao estudo e votação dos novos orçamentos e seu exame melhor se enquadrará no mês econômico e financeiro.

P. Leão Velloso

TELEGRAMA • 22 FEV. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Viagem do Sr. Sumner Welles⁶⁶².

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

13 – CONFIDENCIAL – Comunico confidencialmente que Sumner Welles manifestou-me desejo avistar-se com chefes de algumas das nossas Missões Diplomáticas no curso de suas visitas a diversas capitais da Europa. As conversas que ele tiver com os Governos europeus terão caráter estritamente confidencial. Recomendo-o à especial atenção de Vossa Excelência, caso visite essa capital.
EXTERIORES

TELEGRAMA • 27 FEV. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Missão do Subsecretário do Estado Americano.

Da Embaixada em Roma

13 – TERÇA-FEIRA – 14h – Acabo de ter com Sumner Welles uma entrevista muito cordial e franca. Escusado é dizer-se que começou por falar da sua grande amizade por Vossa Excelência, a quem pediu a apresentação de muitos cumprimentos. Não há a menor dúvida de que sua missão tem por fim examinar as bases possíveis para a conclusão da paz. Ele pediu-me que dissesse a Vossa Excelência que suas entrevistas com o Chefe de Governo e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que foram muito amistosas, lhe deram a impressão exata de que ambos encaravam com otimismo a possibilidade de pôr termo à guerra. Acrescentou, contudo, com muita razão, que isso podia ser devido ao grande desejo e interesse que tem a Itália em que tal suceda e concluiu dizendo-me que estava simplesmente transmitindo uma impressão preliminar e esperava na volta à Itália, depois de visitar outros países, falar a respeito com

662 Benjamin Sumner Welles (1892-1961). Diplomata norte-americano. Embaixador em Cuba (1933), subsecretário de Estado durante a gestão de Cordell Hull como secretário de Estado (1933-1944). Concebeu e executou a Política da Boa Vizinhança; um marco nas relações com a América Latina. Juntamente com Roosevelt, Churchill e Cadogan, escreveu a Carta do Atlântico, que serviu de base para ONU. Durante e depois da guerra, ele deu seu apoio a uma pátria nacional para os judeus: Israel. Fonte: <legacyprojectchicago.org> Acesso em: 19 jan. 2021.

maior precisão. Sua missão conforme já me tinha dito o Embaixador americano aqui, foi oficialmente muito bem acolhida na Itália, que está muito desejosa de melhorar as suas relações com os Estados Unidos da América. Mas a imprensa não o tem comentado. Tem-se limitado a publicar notícias de sua chegada, com fotografias. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 01 MAR. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Missão do Subsecretário de Estado Americano.

Da Embaixada em Roma

16 – SEXTA-FEIRA – 13h – Informação complementar em aditamento ao meu telegrama nº 13. O Subsecretário Sumner Welles, depois de perguntar a minha impressão sobre o último discurso do Chanceler do Reich, disse-me haver notado que o dirigente italiano lhe tinha atribuído grande importância, como um gesto expressivo do desejo de paz da Alemanha. Aquele discurso, conforme Vossa Excelência sabe, tem sido diversamente interpretado na Europa, de maneira que a impressão do diplomata americano, que acabava de ver o Chefe do Governo e o seu Ministro, deve ser notada. Outro assunto do qual Sumner Welles me falou foi o do vivo empenho dos Estados Unidos da América em melhorar as suas relações com a Itália. Ele acrescentou que a firme atitude antissoviética da Itália, constituía, a esse respeito, excelente base, devido aos profundos efeitos causados na América. O ambiente aqui aparenta ceticismo quanto aos resultados da missão informativa confiada a Sumner Welles. Resta saber se essa atitude é sincera ou afetada. Expus francamente ao diplomata americano o meu pessimismo a propósito do desenvolvimento da situação europeia, no sentido de que não lhe enxergo por ora solução. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 04 MAR. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

19 – SEGUNDA-FEIRA – 12h30 – Temos assistido ultimamente na Itália a fenômenos que chegaram ao ponto de dever ser comunicados a Vossa Excelência.

Refiro-me à mudança brusca da atitude deste país para com a França e a Inglaterra, a qual dá a impressão de que o eixo Roma-Berlim está para reviver. Essa nova atitude se traduz pelos frequentes ataques àqueles dois países, pela imprensa assim como, segundo estou informado, em outra manifestação menos aparente, como por exemplo a frieza com que têm sido acolhidas recentemente as próprias encomendas à indústria italiana. Pelos últimos discursos do Chanceler do Reich, Vossa Excelência terá aliás notado que as referências à Itália e à identidade de seus propósitos, neste momento, com os da Alemanha, haviam desaparecido. Os franceses residentes nesta cidade estão, de modo geral, muito irritados. O Embaixador francês aqui, há dias, declarou-me que a política adotada pelo seu país em relação à Itália havia fracassado e que se tinha voltado à posição em que se estava em Agosto do ano passado. Não vejo razão concreta para explicar esse fenômeno. Por esse lado, estou apto por ora para dizer como ele evoluirá. É possível que ele seja momentâneo e se explique simplesmente pela razão de se haver fortalecido, à vista da inutilidade aparente dos esforços dos aliados nestes seis meses de guerra, a posição dos partidários extremados da Alemanha neste país, entre os quais figura o Chefe do Governo. A mudança a que me referi data de três semanas e é bastante anterior, portanto, ao presente incidente entre a Itália e a Inglaterra por causa do transporte de carvão alemão. O Ministro dos Negócios Estrangeiros continua a assegurar aos Embaixadores francês e inglês aqui que não existe nenhuma alteração na posição da Itália, relativamente à guerra. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 18 MAR. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Missão Subsecretário de Estado americano.

Da Embaixada em Roma

30 – SEGUNDA-FEIRA – 23h30 – Estive esta tarde com Sumner Welles, que adiou a partida para amanhã à noite, a fim de esperar a volta de Mussolini, a pedido deste. É difícil resumir a impressão que me deixou nossa entrevista. Ele disse que, a princípio otimista, chegara agora a Roma pessimista, mas que esse sentimento se dissipara, até certo ponto, com a notícia do encontro dos dois Chefes do Governo, ao qual atribui importância decisiva. Quanto ao seu giro pela Europa, disse-me que não havia encontrado em parte alguma intransigência absoluta à propósito da paz. Declarou que as questões de natureza territorial, por exemplo, não lhe pareciam oferecer nenhum obstáculo para a solução

do conflito existente. Mas salientou a importância da questão das garantias de paz para o futuro, as quais não podiam ser outras senão o desarmamento geral, rigorosamente controlado. Aludiu ao papel relevante que os Estados Unidos da América deveriam exercer a esse propósito e para o qual contavam absolutamente com a colaboração do Brasil. O desarmamento deveria começar com a destruição imediata de certa categoria de armas agressivas. Todavia reconheceu a dificuldade de conciliar a confiança em tais garantias com a existência do regime nazista. Sumner Welles trouxe da Inglaterra e da França excelente impressão sob o ponto de vista da sua disposição e capacidade para combater. A impressão deixada pelos dirigentes da Alemanha foi má, entre outras coisas, no que se refere ao seu entusiasmo ilimitado pelo valor dos Chefes da União Soviética. Quanto à atitude da Itália, disse que tanto o Chefe do Governo quanto o Ministro dos Negócios Estrangeiros lhe haviam afirmado que ela não sofreria alteração alguma. Terminando, pediu que mandasse a Vossa Excelência cumprimentos muito amistosos. P. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 23 MAR. 1940 • AHI 41/4/8

[Índice:] Situação política.

Nº 117

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.
Roma, 23 de Março de 1940.

Senhor Ministro,

O meu último ofício político, Nº 42, era de 28 de Janeiro findo. Depois disso, muitos acontecimentos ocorreram e a situação evoluiu, até no que diz respeito à Itália. Tive ensejo, à medida que os fatos se produziam, de chamar a atenção de Vossa Excelência para os mesmos por telegrama. Mas agora chegou o momento de expô-los melhor por escrito.

2. O primeiro desses fatos, que despertou a minha atenção em Fevereiro, foi o reviver do “eixo” Roma-Berlim. Aliás, não podia escapar a ninguém, pela forma pública que tomou através da imprensa, sobretudo de certos jornais, de propriedade dos verdadeiros expoentes do partido fascista. Qual o motivo? As explicações são várias, todas elas, a meu ver, com igual fundamento. De uma maneira particular, uma forte pressão exercida pela Alemanha, em Janeiro, depois de muitos protestos, devido à falta de simpatia pela sua causa neste

país. De uma maneira geral, o marasmo desses seis meses de guerra, a inação da França e da Inglaterra, o fim da Polônia, os efeitos do contrabloqueio e a sorte da Finlândia – fatos esses que não podiam deixar de influir sobre os ânimos dos partidários mais extremados do Reich (daquele cujo destino está manifestamente mais ligado ao do regime nazi), entre os quais figura o próprio Mussolini.

3. A questão era saber o caráter verdadeiro desse fenômeno: se era profundo ou passageiro; se traduzia verdadeiramente a determinação de seguir positivamente a Alemanha, de influir sobre a atitude não beligerante da Itália, ou se não iria além, enquanto fosse oportuno, de um puro apoio moral, por mais que, pela firmeza de suas manifestações, o mesmo pudesse enganar o público. A esse respeito a opinião dos meios bem informados de Roma era unânime: o reviver do “eixo” Roma-Berlim tinha simples caráter moral. Não falta, entre os expoentes do regime fascista – entre eles, como já disse, se encontra o Duce em pessoa – quem não desejasse ardentemente que a Itália se colocasse ao lado da Alemanha com todas as suas forças. Mas o país não está preparado para isso, nem militarmente, nem economicamente, nem moralmente e nem espiritualmente. Nessas condições, se o reviver do “eixo” Roma-Berlim é um fato, não só nas suas manifestações públicas, como também através de outros sinais menos aparentes de que eu tenho conhecimento, ele nada teve até agora de alarmante, por mais que houvesse irritado nesta cidade, como sou testemunha, os franceses e ingleses.

4. Outro fato sobre que tive ensejo de telegrafar a Vossa Excelência foi a visita a Roma do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, von Ribbentrop. Tinha essa visita alguma relação com o reviver do “eixo” Roma-Berlim? Era evidente que sim. No outono passado ou no princípio do inverno, ela não teria sido possível. Basta pensar no que foi, com a tolerância das autoridades italianas, a atitude do público aqui diante da agressão contra a Finlândia. Mas, por outro lado, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, tinha objetivos próprios. Estava-se nas vésperas justamente da capitulação da Finlândia, cuja notícia fora recebida neste país muito diferentemente do que fora a dos primeiros ataques das forças soviéticas. A guerra ia positivamente entrar numa nova fase. A alternativa, no conceito dos dirigentes alemães, era a seguinte: uma paz de compromisso ou, desaparecido o perigo, devido à inação da França e da Inglaterra, de uma extensão da guerra ao extremo norte da Europa, o início propriamente dito das hostilidades, contra aqueles dois países, pela Alemanha. Ribbentrop veio naturalmente encarregado de examinar as verdadeiras disposições da Itália, o verdadeiro alcance de suas manifestações em favor do “eixo” e os seus propósitos relativamente à eventual extensão do conflito à península balcânica. É provável, como se acredita, que haja

trazido planos destinados a garantir, com a colaboração da União Soviética, a tranquilidade daquela região.

5. Nos ambientes romanos bem informados, corre como coisa certa que a sua missão fracassou. Consta que ele não teria encontrado a Itália disposta, nem a abandonar a sua não beligerância, nem a assinar qualquer pacto com a União Soviética, a respeito da garantia da Europa Oriental e do Próximo Oriente. Ninguém nada apurou de positivo sobre a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich. Eu apenas apurei de certo o seguinte: que o Conde Ciano só teve conhecimento da visita na véspera e que, durante ela, mostrou certa indiferença pela presença do seu colega alemão, passando grande parte do seu tempo no golfe; que os funcionários do Palácio Chigi se mostraram agastados pelo trabalho com os preparativos da recepção; que Ribbentrop se fez acompanhar por um número impressionante de funcionários alemães; que chegou doente, com um embaraço intestinal, e que não fez segredo quanto às intenções da Alemanha de começar uma violenta ofensiva contra os seus adversários, destinada a liquidá-los em três meses. Essa última parte me foi repetida pelo próprio Conde Ciano. De positivo, para o público, a sua missão só produziu a assinatura do acordo para o fornecimento de carvão à Itália por terra. Acordo muito oportuno, pelo menos em aparência, à vista do incidente com a Inglaterra por causa do transporte marítimo daquela mercadoria, mas sobre cujas possibilidades de execução existem dúvidas muito fundadas.

6. A viagem de Ribbentrop, precedendo de poucos dias a segunda visita a Roma de Sumner Welles, teria tido também por motivo essa última? É de presumir-se que sim. Se o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich proferiu ameaças de guerra, é que provavelmente cogitou em suas conversas da possibilidade, ou não, da paz. As suas ameaças eram o corolário da suposição dos Ingleses e Franceses não estarem dispostos a deporem as armas. E, se cogitou disso, não podia deixar de ter sido em relação à missão confiada ao Subsecretário de Estado dos Estados Unidos. Por mais que o Governo americano tivesse querido cercar de precauções verbais o giro pela Europa daquele diplomata, insistindo no seu caráter puramente informativo, isso não impediu que a sua missão tivesse o fim preciso de examinar, junto aos beligerantes e junto à Itália, as possibilidades de um acordo de paz, sob a forma de um apelo ou sob qualquer outra forma. Ele não trouxera poderes para negociar. Mas a simples autorização para proceder a sondagens nesse sentido era altamente significativa.

7. Eu me achava no Sábado, 16 do corrente, no Ministério, em conversa com o Chefe do Gabinete, Ministro Anfuso, quando o Conde Ciano penetrou na sua sala de trabalho e, ao dar comigo, me disse logo que acabava de ver Sumner Welles. Acrescentou, então, que o mesmo “ainda conservava vagas esperanças, contanto que não se desse início às hostilidades”. Foi nessa ocasião que o

Conde Ciano me confirmou as declarações de Ribbentrop sobre as intenções da Alemanha de começar a guerra de verdade. Ainda perguntei se por terra ou no ar, ao que respondeu que isso ele ignorava. No dia seguinte, Domingo, sabia-se à tarde que Mussolini havia deixado Roma, a fim de encontrar-se com Hitler na fronteira. Na Segunda-feira, eu ia ter com Sumner Welles na Embaixada Americana, segundo ficara combinado no nosso primeiro encontro em Roma.

8. O telegrama que expedi a Vossa Excelência sobre a nossa entrevista foi longo e muito completo. Só omiti verdadeiramente dois pontos: um sobre o reconhecimento da conquista da Etiópia, que o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos me declarou que não teria lugar, para não abrir um precedente suscetível de enfraquecer a posição do seu país no Extremo Oriente, e o outro, de muito menor importância, sobre o ardente entusiasmo da Condessa Ciano⁶⁶³ pelo Brasil. Julgo-me, assim, dispensado de repetir, ponto por ponto, o que telegrafei.

9. Não encontrei Sumner Welles otimista sobre os resultados do seu giro pelos países beligerantes. Pelo contrário, uma das primeiras coisas que ele me disse foi que regressara a Roma pessimista. Mas a verdade é que não o achei inteiramente desanimado. Mussolini havia pedido que ele não deixasse Roma antes de sua volta do encontro com Hitler. Isso não podia deixar de contribuir para a conservação de uma derradeira esperança. Por outro lado, ele me declarou francamente que não havia encontrado em parte alguma uma “intransigência absoluta com relação à paz”. Foram palavras textuais suas. Acrescentou mesmo que as questões territoriais – a questão da Polônia e a da Tchecoslováquia – não lhe pareciam constituir obstáculo a um acordo. Declaração essa, a meu ver, de suma importância. Só o achei verdadeiramente perplexo sobre a fórmula de uma garantia positiva contra futuras agressões, sem o que a Inglaterra e a França não poderiam aceitar a paz. Ele, a essa altura – condenando firmemente a velha concepção europeia de pactos de quatro ou mais potências para garantir a paz – referiu-se ao plano de um desarmamento imediato, rigorosamente controlado, apelando para a cooperação do Brasil com os Estados Unidos para o exercício desse controle. Mas imediatamente reconheceu a precariedade de qualquer fórmula de garantia contra futuras agressões, enquanto perdurasse o regime nazi. Disse mesmo que quem encontrasse o meio de conciliar aquela garantia com a existência do regime presente da Alemanha, seria um “homem de gênio”. Palavras também textuais.

10. Não vi Sumner Welles depois da volta de Mussolini a Roma. Pensei em despedir-me dele na estação. Mas já a minha visita a ele na Embaixada americana

⁶⁶³ Refere-se a Edda, filha de Mussolini, casada com Galeazzo Ciano. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*. Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

havia despertado certa atenção. Um redator do *Giornale d'Italia* telefonou-me imediatamente, para ter confirmação do fato. Preferi abster-me. Enviei-lhe simplesmente para bordo um telegrama, falando-lhe no meu vivo prazer em ter feito o seu conhecimento e apresentando-lhe votos de feliz viagem. Depois das férias de Páscoa, irei ver o Embaixador americano, a quem ele me prometeu que encarregaria de me comunicar o que soubesse.

11. Conforme telegrafei a Vossa Excelência, sobre o encontro entre Mussolini e Hitler nada transpirou até agora. Foi mantida a mais absoluta reserva. Só apurei de positivo que, em certos meios romanos, se sabia quatro dias antes que o mesmo teria lugar, o que parece confirmar os termos do comunicado alemão de que a entrevista dos dois Chefes de Governo ficara resolvida durante a viagem de Ribbentrop a esta cidade. Os jornais, salientando a grande importância do fato, como que tiveram por principal encargo insistir na sua nenhuma relação com a missão confiada a Sumner Welles. Tudo isso ao mesmo tempo em que reconheciam o desejo de paz de Mussolini, embora negassem a sua intenção de prestar-se qualquer nova iniciativa a esse propósito, e em que combatiam ferozmente a atitude assumida pelas imprensas francesa e inglesa contra qualquer compromisso para cessar a guerra. O jornal *Il Telegrafo*, que se publica em Livorno, de propriedade do Conde Ciano, também reproduziu os mesmos comentários, acrescentando apenas uma afirmação que os outros não se animaram a fazer ou não tiveram instruções para divulgar: que a atitude assumida pela Itália não sofreria nenhuma alteração por efeito do encontro dos dois Ditadores.

12. Chego agora a um dos pontos mais delicados deste meu ofício: oferecer a Vossa Excelência uma interpretação pessoal sobre as suposições que aqui se fizeram acerca do encontro entre Mussolini e Hitler. Admitindo, ou não, a hipótese do fracasso da viagem de Ribbentrop, era natural que o referido encontro tivesse sido determinado pela necessidade de concluir o que não fora possível durante aquela viagem. A capitulação da Finlândia marcava o final de uma fase da situação europeia. Havia, por outro lado, provado a inação dos adversários do Reich. Compreende-se que a Alemanha achasse necessário examinar com sua aliada o seu futuro e que Hitler houvesse considerado o momento oportuno para esclarecer melhor com Mussolini a posição da Itália e até mesmo para arrancar-lhe certas promessas. Parece não restar dúvida, com efeito, que a iniciativa do encontro partiu do Chanceler do Reich. No que diz respeito à presente guerra, existe hoje um ponto em que, na opinião quase geral, a situação é clara. O ponto é o seguinte: ao passo que o interesse da Alemanha é que a guerra fique localizada como está, confiante como se sente de poder resistir indefinidamente aos seus dois adversários, o interesse da Inglaterra e da França é estendê-la, na esperança de completar o cerco que

desejam criar em torno daquele país. Pacificado o norte da Europa, depois da capitulação da Finlândia, restam como setores para uma eventual extensão da guerra a Europa Oriental e Próximo Oriente. É muito provável que a questão tenha sido debatida pelos dois ditadores e que Hitler haja definido o ponto de vista da conveniência da garantia da ordem naquelas regiões, sob a forma de um acordo tríplice entre a Itália, a Alemanha e a União Soviética. Os dirigentes da Alemanha estão hoje possuídos de uma profunda admiração por Stalin e pelos Russos. Na concepção de Hitler, um tal acordo, equivalente além do mais a uma aproximação entre a Itália e a União Soviética, contribuiria para reforçar o “eixo” Roma-Berlim.

13. Eis seguramente um dos tópicos principais da discussão entre os dois ditadores. É preciso notar que a imprensa teve a prudência de não se referir à questão, nem sequer dizer que ela não fora debatida. Outras questões foram forçosamente tratadas, tais como a posição da Itália em face da Inglaterra e da França; a sua posição para com a Alemanha, sua aliada; a necessidade de estimular a existência do “eixo” Roma-Berlim no campo econômico, moral e político, e as intenções da Itália – sem pressão verdadeiramente, a julgar pelo que constou durante a visita de von Ribbentrop – no caso de terem início as hostilidades contra as duas adversárias do Reich. Mas isso não quer dizer que a questão da paz não fosse igualmente debatida. É evidente que Hitler deseja a normalização da situação europeia e, quanto a Mussolini, talvez ainda a deseja mais do que ele, a fim de evitar complicações futuras para a Itália. Por conseguinte, o que Sumner Welles pôde comunicar a Mussolini sobre os resultados de suas visitas a Paris e Londres foi comunicado a Hitler pelo Chefe deste Governo e Mussolini, se é que enxergou o menor vislumbre de conciliar os pontos de vista dos adversários, terá feito o possível para levar a efeito a possibilidade de um acordo. A única coisa que a atitude da imprensa pode fazer presumir, contestando que os dois ditadores tivessem tratado do assunto, é que Mussolini chegou à conclusão da impossibilidade absoluta, por ora, de uma conciliação no interesse da paz. É ridículo querer negar que a missão de Sumner Welles tivesse sido objeto da troca de impressões entre os dois ditadores, quando é sabido que o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos adiou a sua partida de Roma, a pedido de Mussolini, até à sua volta.

14. Eu desejava, agora, fazer algumas previsões sobre o próximo desenvolvimento da situação europeia, pelo menos no que diz respeito à Itália. Ainda que o rancor de Mussolini contra a Inglaterra e a França não fosse um fato, a identidade dos seus interesses com os de Hitler, mesmo pessoalmente, é muito grande para que ele possa deixar de desejar o seu triunfo e fazer tudo quanto estiver ao seu alcance nesse sentido. A sorte dos dois regimes, na Itália e na Alemanha, está muito intimamente ligada, para que o fascismo consiga sobreviver ao

desaparecimento do nazismo. Além disso, os expoentes do fascismo continuam verdadeiramente fascinados pelo poder militar da Alemanha. Na minha última visita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, tive a impressão, mais do que nunca, da força desse sentimento. E essa visita foi recentíssima. Nessas condições, não duvido que Hitler arranque de Mussolini todas as concessões que entender convenientes no interesse do fortalecimento do “eixo” Roma-Berlim; não duvido que ele consiga mesmo estreitar as relações entre a Itália e a União Soviética. A imprensa italiana, aliás, já tem feito tentativas para preparar o espírito do público a esse respeito. Mas Mussolini resistirá até ao extremo quanto à mudança da atitude de não beligerância assumida pela Itália. Para isso seria preciso que ele sentisse o poder militar e naval da França e da Inglaterra completamente destruídos. Ele conhece melhor do que ninguém as condições de vulnerabilidade da Itália e do seu Império. O seu jogo é errado e ele não se deixará absolutamente levar, nesse particular, nem pelo seu rancor contra a Inglaterra e a França, nem pela sua simpatia pela Alemanha.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 12 ABR. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

39 – SEXTA-FEIRA – 19h – Aditamento ao meu telegrama n° 38. Comunico a Vossa Excelência que estive, esta manhã, com o Embaixador francês o qual considera esta semana muito crítica com referência à orientação da Itália. Confessou não ter dúvidas sobre o golpe que aqui se trama, conforme o resultado dos acontecimentos na Noruega⁶⁶⁴ e os primeiros efeitos ofensivos

⁶⁶⁴ Em 9 de abril de 1940, em um ataque relâmpago, as forças alemãs investiram contra a Dinamarca e a Noruega. A Dinamarca foi ocupada em um único dia. Os alemães desembarcaram na Noruega, perto da capital Oslo, conquistando o sul do país, e seguiram rumo ao norte para controlar os portos de Narvik e Trondheim. As forças britânicas intervieram e desembarcaram em Narvik, Namsos e Andalsnes, porém tiveram de retirar na primeira semana de junho de 1940. A Noruega rendeu-se à Alemanha logo em seguida, no dia 10 daquele mesmo mês. Fonte: <ushmm.org>. Acesso em: 10 jan. 2021.

da preparação da frente ocidental. Por sinal, não notei grande otimismo de sua parte com relação ao resultado do presente combate naval, nas costas daquele país. O Embaixador francês acrescentou que há dois dias encontrou o Ministro dos Negócios Estrangeiros delirante de entusiasmo, diante do modo por que foi efetuada a ocupação na Dinamarca e da Noruega. Devo dizer que há, em Roma, ainda muita gente informada que não julga iminente a intervenção da Itália; acredita-se ainda em certa resistência das altas esferas ao abandono da não beligerância. O fato, porém, é que o Chefe do Governo está impaciente, seja porque considera a hora propícia, seja porque assumiu compromisso com o Chanceler alemão. P. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 01 MAIO 1940 • AHI 41/4/8

[Índice:] Mês político nº 4. Abril de 1940.

Nº 174

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.
Roma, 1º de Maio de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Abril de 1940.

Anexo:

Neste mês, mais do que nos anteriores, circularam com insistência boatos de guerra iminente. Dizia-se que a Alemanha como consequência do insucesso inicial de suas armas na Escandinávia e da destruição de grande parte de sua marinha de guerra, teria feito novo apelo à Itália para que esta abandonasse a sua situação de “não beligerante” e se colocasse a seu lado, executando, assim, o pacto militar existente entre os dois países. Para a circulação daqueles boatos forçosamente terá contribuído também a divulgação pela imprensa do projeto de lei relativo à organização do país em tempo de guerra.

2. Entregue à publicidade do dia 6, aquele projeto causou certo pânico, sobretudo na parte da população que não está só corrente do que se passa em outros países vizinhos ao teatro da guerra. De fato, as medidas que o projeto determina não diferem das que, com o mesmo objetivo, têm sido adotadas naqueles países. Todos os cidadãos, inclusive as mulheres e os adolescentes

desde que tenham completado 13 anos de idade, têm o dever de concorrer para a defesa da Nação e estão sujeitos à disciplina de guerra. É prevista a criação de numerosas repartições para o serviço da mobilização civil, e no projeto de lei são já indicados os locais em que as mesmas terão sua sede. Uma repartição funcionará junto à Presidência do Conselho, outras juntas aos diversos Ministérios, às Prefeituras e às Comunas. Em cada uma das fábricas e usinas que trabalham para a defesa nacional será criado também um serviço de mobilização.

3. O projeto de lei mencionado contém ainda uma série de medidas sobre requisições e racionamentos dos gêneros de primeira necessidade e reguladoras da disciplina do consumo. Enfim, estabelece medidas gerais para a perfeita coordenação da mobilização militar com a mobilização civil, em tempo de guerra. A esse projeto está intimamente ligado um outro relativo à Comissão Suprema de Defesa. Criada sob a forma de uma organização interministerial, essa Comissão tem como principal objetivo a coordenação, o estudo e a resolução de todas as questões concernentes à segurança e à defesa da Nação, à mobilização da Nação para a guerra e ao desenvolvimento e à melhor utilização de todos os recursos e de todas as atividades do Estado para a sua defesa. Compõe-se a Comissão de um Comitê deliberativo formado pelo Chefe do Governo, pelos subsecretários de Estado para as forças armadas, pelo subsecretário para os negócios albaneses, pelos Marechais da Itália, pelos Chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pelo Inspetor das forças de Além-Mar, pelo Secretário-Geral da Comissão da Defesa e, finalmente, pela Comissão das indústrias de guerra. Os órgãos consultivos são os seguintes: o Conselho do Exército, o Comitê dos Almirantes, o Conselho do Ar, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Geral para as Indústrias de Guerra. A Comissão Suprema da Defesa terá um Secretário-Geral dependente, diretamente, do Duce.

4. Determina esse projeto de lei que a mobilização, quer seja geral, quer seja parcial, será feita por Decreto Real, sob proposta do Duce, em seguida a uma deliberação do Conselho de Ministros. Determina, ainda, que a mobilização civil se procederá com a simples passagem do estado de paz para o de guerra das administrações públicas e dos serviços e organismos necessários à vida, à resistência e à defesa da Nação. O artigo 17 do projeto determina que, para qualquer ação a ser exercida no exterior do país, os Ministérios deverão se dirigir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros ao qual incumbe a coordenação e o controle no exterior das organizações da Defesa.

5. O mês de Abril caracterizou-se também pela recrudescência dos ataques da imprensa aos Aliados. Nesses ataques, ora eram acusados os franco-britânicos de quererem arrastar à guerra os países neutros, de tentarem realizar um

desembarque na Escandinávia, de organizar exércitos no Oriente Próximo, ora de pretenderem provocar uma ofensiva de paz nos Balcãs, ou de pretenderem transformar o Mediterrâneo num mar de sangue. Esses ataques da imprensa fascista se verificaram antes da ocupação da Dinamarca e da Noruega pelos alemães. Depois dessa ocupação não mudaram de tom os jornais. Os sucessos guerreiros na Noruega só são publicados quando favoráveis aos alemães. A grande batalha naval em que foi tão duramente sacrificada a marinha de guerra alemã foi apresentada como uma grande vitória para a Alemanha. E as notícias irradiadas não fazem senão repetir o que dizem os jornais. No campo da publicidade, pelo menos, está em plena execução o “Pacto de Aço”.

6. Os aliados são também acusados pela imprensa de fazerem unicamente a guerra econômica, a que eles chamam de guerra do ouro, do petróleo e do carvão. Já, durante a guerra da Finlândia haviam acusado a Inglaterra e a França de não correrem em socorro daquele país. Eram também acusados os aliados de violarem a neutralidade dos países escandinavos com o objetivo de cercar a Alemanha. Não faltaram também acusações pelo fato de não terem os aliados declarado a guerra à Rússia. Enfim, o apoio da imprensa fascista à ação alemã é a mais completa. Mas, os exageros da defesa levam também à desconfiança e ao descrédito. Uma prova disso está bem evidente na preferência do público pelo órgão do Vaticano o *Osservatore Romano*, o qual, segundo ouvi, está com uma circulação diária de 120 mil exemplares. Esse importante diário romano tem examinado com imparcialidade os acontecimentos, sem descuidar todavia os interesses da Itália, quando os mesmos se acham em jogo.

7. Logo no início do mês, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia se referiu em discurso à política da Itália nos Balcãs, especialmente a respeito da Albânia e do Adriático. A imprensa fascista não deu a menor publicidade ao discurso de Molotov⁶⁶⁵, naturalmente no intuito de evitar uma polêmica com a Rússia no momento em que, segundo se diz, a Alemanha se esforçava para realizar uma aliança triangular Roma-Berlim-Moscou. Quaisquer ataques das imprensas fascista e nazista à Rússia traria decerto vantagens para as Democracias. O *Osservatore Romano*, entretanto, fez alguns comentários àquele discurso, afirmando que os protestos de amizade de Molotov, dirigidos à Alemanha, contrastam com as declarações do mesmo Molotov condenando a anexação da Áustria e da região dos Sudetos. De fato, há pouco mais de um ano, por ocasião da reunião do Congresso dos Sovietes, e para justificar as negociações Anglo-Franco-Russas, ele combateu a política de agressão da Alemanha em

665 Viacheslav Mkhailovitch Molotov (1890-1986). Político e diplomata russo. Ativo na Revolução de 1917; presidente do Conselho dos Comissários do Povo (1930-1941); comissário dos Negócios Estrangeiros, interino. Embaixador na Mongólia (1957-1960) e delegado na Agência Internacional de Energia Atômica (1960-1961), em Viena. Expulso do Partido Comunista (1964). Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

termos precisos e enérgicos quando disse textualmente: “Nós nos encontramos diante dos resultados bem conhecidos da política dos povos agressores; de um lado, é a política de não intervenção dos países democráticos; de outro lado, vemos surgir os resultados obtidos com a política da agressão”. Fazendo a crítica desse discurso de Molotov, pergunta o crítico do *Osservatore Romano*, o que se teria passado no decorrer de um ano apenas para que todos os valores e todas as palavras de um ano apenas para que todos os valores e todas as palavras tenham uma significação oposta, pois que, as conquistas então denunciadas por Molotov, se estenderam largamente.

8. Teve grande repercussão na Itália o discurso pronunciado por Chamberlain no começo do mês e no qual ele divulgou a vontade dos Aliados de dar ao bloqueio a maior eficiência possível de intensificar por todos os meios a ação contra a Alemanha no terreno econômico. Dizia-se que as declarações do primeiro-ministro britânico, a esse respeito, marcariam uma nova e decisiva fase na evolução da situação internacional. Ouvi em diversos círculos diplomáticos que a agravação eventual das medidas que limitam já a liberdade do comércio dos neutros tornaria a situação cada vez mais delicada. Sobretudo o controle das importações dos países vizinhos da Alemanha, que teria por base as necessidades normais desses países, comprovadas pelas estatísticas destes últimos anos, provou, aqui, as mais vivas críticas.

9. Não obstante os ataques dirigidos às democracias pela imprensa fascista, a atitude da Itália com relação à guerra não sofreu alteração. A revista *Critica Fascista* que é dirigida pelo ministro da Instrução Pública o Sr. Bottai, afirma que a Itália, mesmo depois do encontro do Brenero, permanece na sua política de “não beligerante”, e que nenhum fato aconselha o abandono dessa atitude, seja para a guerra ou para a paz, e acrescenta que a não beligerância da Itália se concilia, perfeitamente, com os pactos e as cláusulas de sua aliança com a Alemanha; que o eixo é a base do equilíbrio europeu atual e funciona de conformidade com os seus fins revisionistas que constitui sua principal função. A manutenção da ordem nos Balcãs é naturalmente um dos seus objetivos principais.

10. A manutenção da ordem nos Balcãs é considerada fundamental para que a Itália permaneça na sua atual atitude de alheamento no conflito Anglo-Franco-Germânico. Está mesmo no consenso geral que somente a extensão da guerra aos Balcãs levará a Itália a mudar de atitude. Mas, não se pode afirmar que, de um momento para outro, um fato novo não venha arrastar a península à guerra, pois é evidente que a Alemanha vem empregando, ali, seus processos de pressão comercial que os aliados combatem utilizando seus recursos econômicos, incomparavelmente maiores.

11. A mudança do Gabinete britânico foi aqui atribuída, pela imprensa,

como uma satisfação dada a todos que, na Inglaterra, apelavam para uma ação mais enérgica na guerra. Procurou revelar, sobretudo, a imprensa, a nova missão confiada ao Sr. Churchill.⁶⁶⁶ O jornal *Popolo di Roma* assinalou que a nova combinação ministerial se caracteriza pela absoluta predominância do Almirantado, e, conseqüentemente do Sr. Churchill sobre os outros departamentos militares. Como resultado dessa mudança ministerial, concluíam os jornais, a agravação da pressão diplomática e econômica dos Aliados sobre os países neutros teria que manifestar-se a fim de impossibilitar a Alemanha de reconstituir os estoques dos produtos indispensáveis nos seus fins de guerra.

12. Outro acontecimento que me cumpre assinalar é a nomeação do novo Embaixador da Itália em Berlim, que recaiu no atual Embaixador junto à Santa Sé e ex-Ministro da Propaganda, Sr. Dino Alfieri. Essa nomeação foi aqui interpretada como uma nova demonstração da política do Governo de estreitamento das relações com a Alemanha, pois, Alfieri é um dos membros de maior prestígio do partido fascista, e seu germanofilismo é bem conhecido. O atual Embaixador em Berlim, Sr. B. Atolico foi transferido para a Santa Sé.

P. Leão Velloso

TELEGRAMA • 14 MAIO 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

57 – TERÇA-FEIRA – 14h – Os incidentes com franceses e ingleses estão se repetindo com frequência. Estes últimos, aliás, começam a deixar a Itália. As manifestações na via pública aumentam, inclusive como sucedeu esta manhã diante das duas Embaixadas fortemente guardadas. O sentimento da fatalidade da guerra está se fortalecendo também nas altas classes sociais. É como se estivéssemos em véspera de grave decisão. P. LEÃO VELLOSO

⁶⁶⁶ Winston Churchill (1874-1965). Político inglês. Em 1906, deputado e secretário de Estado; em 1908, ministro do Comércio; em 1911, ministro do Interior e lorde do Almirantado. De 1917 a 1922, exerceu numerosas funções de relevo como ministro do Abastecimento e da Guerra. Ausente do Parlamento de 1922 a 1924. De 1924 a 1929, ministro da Fazenda. Suas posições com respeito à Índia, à crise dinástica de 1938, além da necessidade de rearmamento do Reino Unido, o mantêm afastado do governo. Declarada a II Guerra, em 1940, como primeiro-ministro conduz o Reino Unido à vitória. Em 1953, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

TELEGRAMA • 31 MAIO 1940 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

66 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 14h – Aditamento ao meu telegrama nº 64. Consta que a Rússia realiza neste momento grandes esforços de preparação militar. No fundo ela teme uma Alemanha vitoriosa e se sente forçada a armar-se. Por outro lado é fora de dúvida que a política balcânica evolui rapidamente no sentido da aproximação com a Rússia, salvo, talvez, por enquanto, no que diz respeito a Romênia. Isto é visível mesmo em Roma por parte dos representantes diplomáticos balcânicos e russos. Por fim as relações entre a Rússia e a Itália permanecem pouco cordiais. Tem aí Vossa Excelência alguns elementos para julgar a posição da Rússia com relação a Alemanha na península balcânica e na Itália. Quanto à França e Inglaterra ela resta indiferente inclusive devido as circunstâncias. No caso da entrada na guerra da Itália a impressão é que a Rússia nada fará uma vez que a ação deste país se limite ao Ocidente e ao Mediterrâneo. A Itália, por sua vez, impedida ou não pela Alemanha, não tomará provavelmente nenhuma iniciativa suscetível de ferir os interesses russos nos Balcãs. Tirei essas conclusões em longa conversa com um informante que priva e na véspera havia jantado com o Encarregado de Negócios da Rússia aqui. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 04 JUN. 1940 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

68 – TERÇA-FEIRA – 15h55 – A decisão da Itália de entrar na guerra foi comunicada verbalmente ao próprio Embaixador francês pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Evidentemente, o Embaixador perguntou quando, ao que o Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu que no momento não estava ainda resolvido. Corre, agora, que a entrada na guerra terá lugar entre 12 e 15 de Junho. Não se sabe ao certo, mas não é improvável que o Conselho

de Ministros se pronuncie hoje sobre a cessação do estado de não beligerância deste país, sem que isso contudo signifique sua intervenção imediata. Outro ponto de interrogação é o setor em que se dará a intervenção armada italiana. O setor balcânico parece inteiramente excluído. Como já informei, se acredita numa ação no Mediterrâneo e na África. Contudo, nos últimos dias houve grande deslocamento de tropas da Alemanha para o Piemonte. P. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 05 JUN. 1940 • AHI 41/4/8

[Índice:] Mês político nº 5. Maio de 1940.

Nº 208

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Junho de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Maio de 1940.

Anexo:

INTRODUÇÃO, REDIGIDA PESSOALMENTE PELO CHEFE DA MISSÃO, AO
RELATÓRIO POLÍTICO MENSAL DESTA EMBAIXADA

Com a entrada da guerra, durante o mês de Maio findo, em uma nova fase – isto é, de operações militares em grande escala contra o setor da França – era natural a aceleração do ritmo da orientação da Itália no sentido de uma mudança de atitude para com os adversários do Reich.

Terá havido relação entre a expectativa da intervenção da Itália na guerra e o contato que, através da Embaixada americana em Roma e da Embaixada italiana em Washington, o Presidente Roosevelt procurou estabelecer com o Chefe deste Governo? Essa é a crença geral, especialmente no estrangeiro, pois neste país, como é óbvio, a imprensa não foi autorizada a publicar uma única linha sobre o assunto. Correu o rumor de que, na sua tentativa de evitar a extensão do conflito, pela participação da Itália, o Presidente Roosevelt fizera a este Governo propostas vantajosas, de caráter comercial. Correram também outros rumores, de propostas daquele gênero, acompanhadas de intimidações. A respeito, porém, do contato mantido ultimamente entre o Presidente Roosevelt

e Mussolini sobre a situação europeia, só uma coisa é absolutamente certa: a extrema reserva mantida pela Embaixada americana em Roma.

O mais interessante, com referência à orientação da política de guerra italiana, foi a necessidade de fundamentar a hostilidade à França e à Inglaterra, à guisa da preparação à atitude a ser adotada. Isto é, fundamentar a sua hostilidade com motivos novos que justificassem o abandono da não beligerância, até então mantida. Mussolini, primeiramente, entre as paredes do Palazzo Venezia, num discurso breve, aos *Dirigenti Sindicali*, expôs a determinação de imprimir outro rumo à política italiana, na fase em que devia entrar a guerra. Já existia o relatório do Ministro Pietromarchi, redigido, ao que consta, desde o mês de Novembro do ano passado. A esse último, dias depois, foi dada a mais ampla divulgação, para estimular o sentimento popular.

A publicação do relatório do Ministro Pietromarchi, alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre os vexames causados à soberania italiana e ao comércio deste país devido ao controle naval franco-britânico, foi positivamente o sinal da agitação contra a França e a Inglaterra. Esta última não se fez esperar, visivelmente encomendada e preparada. Isso coincidia com a invasão da Holanda e da Bélgica pelos alemães. A cidade, no dia 11 de Maio, amanheceu coberta de cartazes contra aquelas duas nações, mostrando o seu fracasso nos esforços feitos para vencer a Alemanha. A colocação dos cartazes foi acompanhada de manifestações nas ruas, em Roma e em toda a Itália, inclusive por crianças de colégio. Seguiram-se incidentes entre ingleses residentes em Roma – até mesmo um membro da Embaixada – e a população. As duas Embaixadas, britânica e francesa, foram alvo de demonstrações hostis. A colocação de cartazes, aliás, embora tivessem cessado as manifestações, continuou até hoje, especialmente contra a França: um deles representando a Córsega, como terra italiana, e outro a Tunísia, como uma ameaça direta à Sicília.

Quando se deu a invasão da Holanda e da Bélgica, o Papa, conforme esse Ministério está informado, dirigiu telegramas aos Soberanos daqueles dois países, em resposta ao apelo que os mesmos lhe haviam feito. Já há certo tempo existia, por parte especialmente do jornal *Regime Fascista*, de Rodolfo Farinacci, uma campanha violenta contra o *Osservatore Romano*, que acabou se estendendo ao Vaticano, sob o pretexto da condenação pela Igreja das obras do escritor Alfredo Oriani, falecido em 1909 – sorte de precursor do nacionalismo sob a sua presente forma fascista. O motivo verdadeiro era a atitude do Vaticano e do seu órgão, em relação à Alemanha – atitude, aliás, das mais corretas, desde que se considere a posição da Igreja em face da presente guerra. A publicação dos telegramas do Papa, no momento acima descrito, deu lugar, não só à suspensão, devido a incidentes repetidos, da circulação do *Osservatore Romano*,

como a manifestações contra a Igreja, que causaram profunda impressão a todos aqueles que pensam na posição do Vaticano, na hipótese da intervenção da Itália no conflito europeu. Em Milão, por exemplo, foi atacada, e teve que ser defendida pela força pública, a Universidade Católica. É verdade que o *Osservatore Romano* está novamente circulando, mas reduzido à sua expressão mais simples como jornal.

Esses fatos – a divulgação do relatório do Ministro Pietromarchi, a agitação contra a França e a Inglaterra e os incidentes a propósito do *Osservatore Romano* – eram sinais positivos da aceleração do ritmo da orientação que, no conceito geral, devia conduzir a Itália à guerra. As notícias sobre os resultados da ofensiva tomada pela Alemanha contra as forças aliadas na França, depois da invasão da Holanda e da Bélgica, não podiam ter por efeito moderá-lo. A grave desfeita sofrida pelo exército francês no Mosa⁶⁶⁷; a posição crítica em que, à vista do rompimento das linhas de defesa do mesmo exército, ficavam as forças aliadas, belgas, inglesas e francesas, na Bélgica e nos Flandres, eram acontecimentos aqui encarados como correspondentes ao colapso próximo do poder de resistência ao choque dos alemães. Parecia chegado o momento da Itália, sem grandes riscos, surgir em cena, para dar o golpe final e realizar todas as suas velhas reivindicações morais e territoriais.

Estava-se em 19 de Maio, dez dias apenas depois de haver começado a grande ofensiva alemã. As manifestações em toda a Itália, contra a França e a Inglaterra – e já claramente a favor da guerra – prosseguiram. O Conde Ciano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, seguiu para o norte. Visitou Cremona, onde ostensivamente se mostrou em público de braço dado com Rodolfo Farinacci, o autor da campanha contra o *Osservatore Romano* e o Vaticano. Depois, em Milão, na Praça do Dómo [*sic*], pronunciou um discurso breve, mas altamente significativo, que se enquadrava perfeitamente no ambiente criado em todo o país, acenando francamente à entrada da Itália em guerra, para realizar as suas reivindicações e por dever do seu prestígio de grande potência.

O discurso causou profunda impressão. Marcava, no conceito geral, o abandono da atitude de não beligerância, mantida pela Itália. Foi lançada a expressão da pré-beligerância, para definir a nova posição assumida pelo país. Durante a tarde de 20 de Maio, em Roma, esperou-se que Mussolini, diante

667 Refere-se à Batalha da França. Na manhã de 10 de maio de 1940, o Grupo B do exército alemão marchou sobre a Holanda, Bélgica e Luxemburgo, e os conquistou rapidamente. Surpresos, o Reino Unido e a França marcharam em defesa dos países invadidos. Ao mesmo tempo o Grupo A do exército alemão atravessou o rio Mosa, capturando Sedan sem resistência. Essa ação deu aos alemães uma base, a partir da qual poderiam tomar a França. Para deter o avanço alemão, as forças aéreas aliadas – Reino Unido e França – visaram destruir as pontes, contudo a *Luftwaffe*, criou uma barreira aérea, impondo aos aliados pesadas baixas, e os forçando a abandonar o objetivo. Vencida a barreira do rio, os alemães se viram diante de uma imensa porção de território francês sem qualquer tipo de defesa, e em 20 de maio a *Wehrmacht* chegou ao canal da Mancha. A vitória alemã em Sedan foi importante para a vitória final na Batalha de França, consolidando o domínio militar alemão no continente europeu. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 1 fev. 2021.

de um comício de 300 mil pessoas, anunciasse ao povo a guerra contra a França e a Inglaterra.

É verdade que, durante todo esse tempo de agitação, de recriminações contra os aliados e de aplausos ardentes aos triunfos alemães, prosseguiram as negociações, entre a Itália e a Inglaterra, para um acordo sobre o controle naval exercido por essa última. As negociações foram mesmo, nesse intervalo, concluídas. O delegado britânico, de regresso a Londres, referiu-se publicamente aos seus resultados satisfatórios. O fato não correspondia aos sinais aparentes dos sentimentos da Itália e do seu Governo. Os que observavam o desenrolar dos acontecimentos estavam perplexos. Mas, de repente – no dia 26 de Maio – as negociações foram rompidas, por iniciativa da Itália.

As manifestações na via pública, contra a França e a Inglaterra, cessaram ultimamente. Cessaram como haviam começado, com a mesma disciplina. Foram colados novos cartazes. Mas é tudo. O aspecto de Roma, à hora em que a introdução a este relatório é escrita, é de uma calma absoluta. Os sinais de que a Itália deseja entrar em guerra consistem, sobretudo, na sua ativa preparação militar; na chamada de homens às armas – embora não tivesse sido decretada a mobilização; no embarque a deslocação de tropas; em uma série de medidas de caráter interno, etc. Ao mesmo tempo, é divulgada uma série de petições, por parte de várias organizações nacionais, em favor da intervenção armada da Itália. Os mutilados das outras guerras, pelo órgão de sua associação, manifestaram o desejo de combater na primeira linha.

Sem dúvida, a hora grave da intervenção da Itália se aproxima. As probabilidades em contrário são mínimas, embora seja possível, de acordo com certos rumores, que ainda existam. A última versão é que a Itália entrará em guerra depois do dia 10. Existem, com efeito, certos sinais de que essa é a impressão geral. Outro ponto de interrogação é o setor da ação militar deste país. Se os cartazes ultimamente colocados pudessem servir de indicação, o setor seria a Córsega e a Tunísia. A Dalmácia parece excluída, depois de se haver falado, durante mais de um mês, em sua ocupação, como uma coisa decidida. Recentemente o Diretor do *Giornale d'Italia*, Virginio Gayda, dedicou um longo artigo sobre os direitos italianos sobre Nice e Savoia. E, coincidindo com o seu artigo, foi notado um grande movimento de deslocação de forças da fronteira do Brennero para o Piemonte.

Roma, 5 de Junho de 1940.

P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 11 JUN. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Guerra na Europa.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

41 – A pedido do Embaixador da Itália em Londres queira informar o Ministro dos Negócios Estrangeiros que, desde ontem, a polícia britânica vem precedendo à prisão de cidadãos italianos dos dois sexos, entre os quais professores, jornalistas, funcionários da Azienda Carboni, da Câmara Comercial, do Enit Banca, da Comercial Fiat, e até empregados da Embaixada e funcionários consulares; tal tratamento, contrastando com o adotado com relação aos cidadãos britânicos, o Embaixador italiano resolveu não deixar Londres antes de restabelecida perfeita reciprocidade e de obter das autoridades levá-los com sua Missão. EXTERIORES

OFÍCIO • 12 JUN. 1940 • AHI 41/4/8

[Índice:] Declaração de guerra da Itália.
Nº 216

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 12 de Junho de 1940.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos meus telegramas N^{os.} 73 [e] 78, tenho a honra de remeter à Vossa Excelência, no incluso recorte do *Messaggero*, datado de 11 de Junho corrente, o texto do discurso em que o Chefe deste Governo, Benito Mussolini, às 6 horas da tarde do dia 10, comunicou ao povo, reunido na Piazza Venezia, que a Itália declarara guerra à França e à Inglaterra.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar à Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁶⁶⁸: “*La parola d’ordine*”. *Il Messaggero*. Roma, 11 de Junho de 1940.

TELEGRAMA • 13 JUN. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Guerra na Europa. Proteção interesses italianos.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

49 – Acabo de ser informado de que o comboio que conduz o Embaixador e pessoas da Embaixada italiana em Paris, cerca 350 pessoas, partiu ontem às 22 horas, devendo encontrar-se hoje à noite em Bellegarde, fronteira franco-suíça, com o trem que conduz à França o Embaixador francês em Roma. EXTERIORES

TELEGRAMA • 15 JUN. 1940 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Material bélico.

Da Embaixada em Roma

92 – CONFIDENCIAL – SÁBADO – 19h35 – Whitehead Fiume⁶⁶⁹ pede informar ao Capitão Arnaud na Embaixada em Londres, em resposta ao telegrama de 10 de Junho, que o material ficará pronto em 20 de Junho, mas em vista da impossibilidade de expedição por via marítima, pede instruções. O pagamento do saldo deveria ser feito contra apresentação dos documentos de embarque.
P. LEÃO VELLOSO

⁶⁶⁸ Anexo não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “A palavra de ordem”. *Il Messaggero*. Roma, 11 de junho de 1940.

⁶⁶⁹ Fábrica de torpedos localizada em Fiume (Croácia). Fonte: <comandosupremo.com/whitehead-torpedo>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TELEGRAMA • 22 JUN. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Artigo do *Jornal de Itália* [sic].

Da Embaixada em Roma

109 – SÁBADO – 19h15 – O *Jornal de Itália* publicou um telegrama do Rio de Janeiro intitulado “A União Pan-Americana Econômica vista do Brasil”. Sei que o telegrama foi redigido aqui. Procura demonstrar a pouca fé do ambiente brasileiro no sucesso do esforço dos Estados Unidos para a formação de um bloco americano contra os Estados fascistas. É um verdadeiro artigo, de forma hábil, da correspondência telegráfica, que mostra o desejo de estabelecer a distinção entre a atitude dos Estados Unidos da América e a dos estados latino-americanos, especialmente o Brasil, relativamente à defesa do ideal democrático. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 05 JUL. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Material bélico.

Da Embaixada em Roma

143 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 19h15 – O Consulado-Geral em Gênova pediu-me transmitir o seguinte: “24 – SEXTA-FEIRA 16h – Peço permissão para ponderar que o telegrama de Vossa Excelência nº 53, recebido hoje, por intermédio da Embaixada em Roma, está em desacordo com as instruções contidas no telegrama desse Ministério nº 52. Já informei Vossa Excelência de que o material constante do telegrama nº 47 não poderia embarcar no *Almirante Alexandrino* os 16 tubos dos canhões antiaéreos, 8 caixas de peças e sondadores. Em resposta recebi o telegrama de Vossa Excelência nº 52 autorizando a despachar o navio sem este material que ficaria para ser embarcado no próximo vapor do Lloyd. Rogo a Vossa Excelência enviar-me instruções com urgência pois o navio está pronto para partir, amanhã de manhã, às 10 horas. Dei instruções bem claras, por escrito, ao Comandante para não fazer escala em porto espanhol. O *Almirante Alexandrino* terá de aportar em Lisboa para se abastecer de combustível.” P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 05 JUL. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Material bélico.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Brasemb Roma

91 – Resposta ao seu telegrama nº 143. Queira informar esse Governo da partida do *Almirante Alexandrino* que se destina ao Brasil trazendo como única carga material bélico para o nosso Exército procedente da Alemanha. EXTERIORES

TELEGRAMA • 05 JUL. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Material bélico.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma para o Consulado-Geral do Brasil em Roma

92 – CONFIDENCIAL – Queria transmitir com urgência ao Consulado-Geral em Gênova: Nº 54 – Resposta ao seu telegrama nº 143. Pode despachar o *Almirante Alexandrino* sem os 16 tubos antiaéreos e as 8 caixas de peças eco sondadores. Nenhuma correspondência postal poderá ser embarcada. EXTERIORES

TELEGRAMA • 22 JUL. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Material bélico.

Da Embaixada em Roma

203 – CONFIDENCIAL – SEGUNDA-FEIRA – 19h30 – O Consulado-Geral do Brasil em Gênova transmite o seguinte telegrama: “ 36 – SEGUNDA-FEIRA – 12h30 – Aditamento ao meu telegrama nº 35. Acha-se neste porto, pronto para embarcar o seguinte material destinado ao Ministério da Guerra: cinco caixas contendo cinco carros de comando, pesando 15.355 quilos, uma caixa contendo um carro forja pesando 2.429 quilos e três caixas com seis armões pesando 6.033 quilos. Essas nove caixas são destinadas à Diretoria do Material

Bélico e procedentes de Krupp⁶⁷⁰. Uma caixa com peças pesando 27 quilos e mais três caixas de 754 quilos contendo máquinas, todas destinadas à fábrica de Realengo⁶⁷¹ pela firma Bromberg, de Hamburgo. Uma caixa procedente da mesma firma, com o peso de 605 quilos, destinada à fábrica de Itajubá, contendo igualmente máquinas; duas caixas com microscópicos e máquinas destinadas à fábrica de espoletas de Juiz de Fora com o peso de 461 quilos, procedentes de Berlim, firma Askhanwerke. 43 caixas e um barril contendo máquinas com o peso total de 31.750 quilos destinados à fábrica de Itajubá, procedentes de Berlim, firma Herman Haupt. Foram armazenados em Trieste 35 volumes procedentes de Berlim, fábrica Algemane Electricisch destinados à fábrica de Realengo, contendo o seguinte material: 33 caixas com aparelhos elétricos pesando 4.846 quilos, uma caixa com geradores com o peso de 6.255 quilos e uma outra com motores elétricos com 119 quilos. Informa o Agente embarcador que o material Zeiss constante de 20 caixas com aparelhos óticos, com 14.181 quilos para a Diretoria de Material bélico, por ordem da fábrica, voltou à Alemanha. Trata-se de peças delicadas, não oferecendo a armazenagem garantias. 25 caixas contendo peças de ascensor para o Ministro da Guerra com 18.183 quilos, a fábrica de Lucerna ordenando igualmente o retorno à Suíça. (a) NEMESIO DUTRA.” P. LEÃO VELLOSO

670 Krupp AG, atualmente ThyssenKrupp AG. É uma empresa com sede em Essen, na Alemanha, e um dos dos principais grupos industriais do país. Destaca-se na produção de aço, armas, munições e equipamentos. Sob o nome de Fried Krupp AG, foi fundada por Friedrich Krupp (1787-1860) em 1811. Fonte: <thyssenkrupp.com>. Acesso em: 20 jan. 2021.

671 A Fábrica de Cartuchos do Realengo, criada para produzir pólvora e cartuchos para o uso do Exército no final do século XIX, esteve sediada no bairro de Realengo até 1977. Em 1899, com a fusão com o Laboratório Pirotécnico do Campinho, passou a denominar-se Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra. Sucessivamente, essa denominação foi alterada para Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra em 1911, depois Fábrica de Cartuchos de Infantaria em 1933, e, finalmente, Fábrica do Realengo em 1939. Fonte: VIANA, Claudis Gomes de Aragão. A fábrica de cartuchos de Realengo (1898-1977). In: *Revista digital Simonsen*. Rio de Janeiro, nº 4, jun. 2016. Acesso em: 20 jan. 2021.

OFÍCIO • 02 AGO. 1940 • AHI 41/4/8

[Índice:] Mês político nº 7. Julho de 1940.

Nº 246

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 2 de Agosto de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Julho de 1940.

Anexo único:

RELATÓRIO POLÍTICO DE JULHO REDIGIDO PESSOALMENTE
PELO CHEFE DA MISSÃO

O mês a que se refere este relatório pode ser definido de expectativa, assim como de preparação bélica, ou diplomática, para a batalha final ou a fase política conclusiva da presente guerra. Em Junho, com a assinatura do armistício com a França, cessaram as hostilidades no setor continental. Restava abater a Inglaterra também ou fazer a paz com ela. Um cuidado e outro caracterizaram, por parte da Alemanha e, *ipso facto*⁶⁷², da Itália, o mês de Julho findo.

2. Os últimos dias de Junho haviam sido assinalados, no que diz respeito à situação geral europeia, pelo *ultimatum*⁶⁷³ da URSS à Romênia e a subsequente ocupação da Bessarábia e da Bucovina. Isso equivalia a despertar, na véspera do início da fase final da guerra, a questão da Europa Oriental, em que a Itália e a Alemanha estão interessadas política e economicamente. Economicamente, no que se refere à Alemanha e à Itália, no presente momento, visto como o setor da Europa Oriental, ou balcânico, se tornou no continente a sua principal fonte de abastecimento.

3. A Romênia, como era de se prever, cedeu inteiramente à URSS e, para não ser obrigada a submeter-se igualmente à Hungria e à Bulgária, teve que rever, sem demora, a sua política, entregando-se à discricção da Alemanha e da Itália, e rompendo com a Inglaterra, pela denúncia da garantia oferecida por essa última, o ano passado, nas vésperas do conflito europeu.

⁶⁷² Pelo próprio fato; como resultado da evidência do fato; consequência obrigatória do fato; por isso mesmo, por via de consequência (latim).

⁶⁷³ 1. Em diplomacia. Exigência que, numa negociação diplomática, sendo negada resulta na finalização das conversações; 2. Numa guerra, o pedido encaminhado ao oponente determinando sua rendição imediata, em caso recusa poderá implicar numa declaração de guerra (latim).

4. O *ultimatum* da URSS e a rápida cessão, pela Romênia, da Bessarábia e da Bucovina, eram fatos que não podiam deixar de repercutir na Alemanha e na Itália. Essas duas últimas, sem dúvida alguma, haviam sido corretamente prevenidas do gesto do Governo soviético. E concordaram, mesmo porque não tinham outro remédio. Mas, na véspera do esforço final contra a Inglaterra, a verdade é que a gravidade daquele gesto não lhes podia escapar. O mesmo ameaçava, despertando as aspirações de outras nações balcânicas, de atear a guerra na península e, uma vez isso feito, ninguém seria capaz de prever o seu desenvolvimento, as suas consequências e os seus efeitos sobre a posição das duas potências, no momento em que se preparavam para a fase final do conflito em que estão empenhadas.

5. Pode-se, assim dizer, sem receio de errar, que uma das principais preocupações da Alemanha, como da Itália, durante o mês de Julho, foi consolidar a ordem na península balcânica, depois da perda da Bessarábia e da Bucovina, pela Romênia. Era preciso especialmente conter a Hungria. Era preciso igualmente observar a atitude da Bulgária. Daí a razão principal da visita do Conde Ciano à Alemanha em 6 de Julho. Daí o seu encontro ali, em presença de Hitler, com o Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria e, finalmente, as visitas à Alemanha e à Itália, sucessivamente, do Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia, Senhores Gigurtu – que o povo romeno passou a chamar *Jugurta* – e Manoilescu.

6. Não se pode ainda saber, ao certo, o que ficou concluído entre a Itália e a Alemanha, de uma parte, e a Romênia, a Hungria e a Bulgária, de outra parte. É possível que nada haja sido concluído de positivo. É óbvio, porém, que a Itália, a exemplo da Alemanha, tenha recomendado à Romênia a necessidade de um acordo com a Hungria e a Bulgária sobre as questões que as dividem. É óbvio, por outro lado, que a Hungria principalmente recebeu garantias de que as suas reivindicações seriam atendidas, sob uma ou outra forma. Por fim, ou o acordo se fará, ou a Itália e a Alemanha o imporão oportunamente, a menos que a situação na Europa possa vir ainda a ser completamente alterada.

7. Aliás, a solução final da questão da Europa Oriental, no conceito das duas aliadas, parece que não ficará limitada à satisfação das aspirações da Hungria e da Bulgária. Isso corresponderia simplesmente a uma necessidade presente. Acredita-se em reivindicações futuras da Itália sobre a Iugoslávia, por causa da Dalmácia⁶⁷⁴, e sobre a Grécia. Mas não é o momento para que este relatório toque no assunto, a não ser para mostrar, de passagem, sem sair do setor

⁶⁷⁴ Região que abrange os atuais territórios da Croácia, Bósnia e Herzegovina e Montenegro, localizada na costa leste do mar Adriático. Após a Primeira Guerra Mundial, a região foi atribuída a Iugoslávia, um dos vencedores, como espólio. No entanto a Itália, como também vitoriosa, reivindicava a região. Fonte: WIGHT, Martin. *A política do Poder*. São Paulo: Ed. UNB, IPRI, IOESP, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

balcânico, três nações, pelo menos, diretamente interessadas em que o “eixo” não triunfe.

8. O mês de Julho, em suma, foi um mês assinalado por uma grande atividade política, no quadrante europeu, por parte da Itália, como da Alemanha. Não somente, quer esta Embaixada crer, por causa dos acontecimentos da Europa Oriental, mas também por outra ordem de preocupações, ligadas diretamente ao esforço final, destinado a abater a Inglaterra. Era natural que a Itália e, sobretudo, a Alemanha tivessem cogitado de evitar, se fosse possível, os duros sacrifícios de um combate que promete ser dos mais cruentos. Falou-se muito, portanto, em tentativas para concluir a paz, antes de começadas as hostilidades. Por parte de Hitler, pelo menos, esse desejo, sincero ou não, foi publicamente manifestado no Reichstag⁶⁷⁵ em fim de Julho. Correram rumores, com certo fundamento, de sondagens feitas pelo Vaticano, por intermédio da Espanha pouco depois de assinado o armistício com a França. Esta Embaixada, porém, não está habilitada a acrescentar nada mais, a esse propósito, ao que acaba de escrever.

9. Com referência ao último discurso de Hitler, essa Secretaria de Estado já tem conhecimento de que o Conde Ciano foi especialmente a Berlim escutá-lo. Esta Embaixada, aliás, na véspera, anunciou por telegrama a sua segunda visita a Berlim, embora sem poder dizer o propósito, que só foi conhecido verdadeiramente duas horas antes da sessão do Reichtag. A presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros àquela sessão obedeceu, sem dúvida, ao intuito de dar maior solenidade às declarações do Chanceler alemão e salientar a perfeita união das duas aliadas. Os seus princípios gerais, contudo, inclusive a proposta de paz de Hitler, devem ter sido combinados durante a visita anterior do Conde Ciano e a sua entrevista com o Fuehrer, que a imprensa insistiu em dizer que durou mais de duas horas. Combinados ou simplesmente comunicados verbalmente ao Ministro, segundo o hábito conhecido do Chanceler do Reich nessa sorte de encontros.

10. Fora a atividade política e diplomática mencionada neste relatório, com o fim de consolidar a ordem na Europa Oriental e preparar o terreno para as hostilidades contra a Inglaterra, ou a paz, os acontecimentos do último mês foram quase nulos. As operações militares, terrestres, navais e aéreas no Mediterrâneo e na África Setentrional e Oriental não merecem nenhuma menção especial. Foram operações secundárias, qualquer o setor. Em meado de Julho, a imprensa celebrou uma grande vitória naval no mar Jonio⁶⁷⁶ e

⁶⁷⁵ Termo alemão que significa “Parlamento Imperial”. Abriga a assembleia de representantes alemã. Uma das suas câmaras chama-se *Bundestag* (equivalente a Câmara dos Deputados) e a outra *Bundesrat* (assemelha-se ao Senado).

⁶⁷⁶ Trata-se de um braço do mar Mediterrâneo localizado ao sul do mar Adriático, limitado a oeste pela Itália meridional – Calábria e Sicília – ao sul pela Albânia e a noroeste pela Grécia e as ilhas Jônicas.

simultaneamente na costa das Ilhas Baleares⁶⁷⁷. Sobretudo no Mar Jonio [*sic*]. Mas a batalha durou, de fato, alguns minutos. E a vitória consistiu simplesmente na circunstância de que a esquadra britânica, no curso de uma operação, havendo surpreendido uma esquadra italiana, não pôde persegui-la, nem destruí-la, porque a mesma procurou refúgio nas costas da Sicília. Os bombardeios aéreos não surtiram efeito propriamente, nem de um lado, nem do outro. As operações terrestres foram combates entre efetivos de uma só companhia, na maior parte das vezes.

11. Sob o ponto de vista militar, o fato mais digno de ser assinalado neste relatório foi a publicação oficial da lista das baixas sofridas pela Itália, durante as operações nos Alpes, contra a França – na ofensiva tomada em 21 de Junho – e na África, contra os ingleses. As mesmas foram de pouco mais de 800 mortos, cerca de 3 mil feridos e 300 desaparecidos. A maioria dessas baixas, escusado é dizer, foram registradas nos Alpes, contra o Exército francês, já depois de pedido o armistício.

12. A despeito, porém, do que ficou escrito acima neste relatório, a propósito do caráter, pelo menos preliminar, das operações militares no Mediterrâneo e na África, convém dizer, entretanto, que não faltaram proclamações, ordens do dia a dia, etc., celebrando os feitos das armas italianas, com o propósito de impedir que esmoreça o entusiasmo popular por uma guerra em fase de expectativa, desde a sua declaração em 10 de Junho.

13. Esta embaixada deseja, agora, chamar a atenção dessa Secretaria de Estado para um fato ao qual liga certa importância – fato esse à margem, por assim dizer, dos acontecimentos em relação com a evolução futura e imediata da guerra propriamente dita. Trata-se da campanha de imprensa aberta contra a França vencida, na primeira semana do mês passado. Começou a campanha pelo *Giornale d'Italia*, o que tem muita significação. Só depois de alguns dias foi que a mesma encontrou eco na Alemanha. Em resumo, o fim da campanha é insistir nas faltas passadas da França, em reduzir ao mínimo o alcance das reformas que aquele país procura introduzir no seu regime político e social e em insistir igualmente no firme propósito da Itália de obter, na hora da liquidação de contas, isto é, no momento da conclusão da paz, a satisfação de todas as suas reivindicações.

14. Como se explica isso? Os sentimentos da nação italiana pela nação francesa são um fenômeno psicológico complexo. As manifestações de animosidade da Itália para com a França é quase um fenômeno permanente da história dos dois povos. Mas o ódio de um pelo outro é absolutamente factício. Não existe, por outro lado, país cuja influência moral sobre a Itália seja maior do que a

⁶⁷⁷ Arquipélago localizado no mar Mediterrâneo Ocidental que forma uma comunidade autônoma espanhola. Compõe-se por quatro grandes ilhas: Maiorca, Minorca, Ibiza e Formenteira. Sua capital é Palma de Maiorca.

da França. O francês é, de um modo geral, a única língua estrangeira que os Italianos compreendem e falam. Os únicos livros e jornais estrangeiros lidos na Itália são os franceses. Os jornalistas italianos conhecem como ninguém a imprensa francesa, os seus representantes e as suas tendências, prova de uma prática constante, resultado da sua atração sobre eles. Junte-se a isso que na Alemanha, depois da vitória, não se verificou nenhuma explosão de paixão contra a França.

15. Dar-se-ia o caso, que nessas condições, tivesse brotado o receio, entre os dirigentes da Itália, de que o sentimento popular se tornasse tal, a ponto de, no momento da conclusão da paz, ser difícil impor à França condições muito duras? Os atuais dirigentes da Itália, como fundadores de um regime, têm ambições, às quais o povo é indiferente. Mussolini sente isso mais do que ninguém. E, no interesse do regime por ele criado, ele sente a necessidade de engrandecer o seu triunfo, exigindo da França concessões que o povo italiano não espera e muito menos o alemão. Nesse caso, a campanha de imprensa que este relatório assinalou só pode ter uma explicação: estimular o público e criar um ambiente, tanto na Itália, quanto na Alemanha, que não torne possível, em relação à França, outra atitude senão a que ele tem em mente. Se o povo adormecesse, o que se daria fatalmente se não existisse a imprensa e o rádio para despertá-lo, o resultado seria fatal para os seus planos.

16. Este relatório não pode deixar de dedicar algumas linhas sobre a repercussão na Itália da Conferência panamericana de Havana⁶⁷⁸. Evidentemente, a atenção do público italiano está por demais presa aos acontecimentos europeus, do seu imediato interesse, para poder acompanhar o que se passa no continente americano. A imprensa tem-se limitado a dedicar-lhe breves notícias telegráficas, incompletas e confusas. Não houve, até agora, comentários. Não só, aliás, o público italiano, como ficou dito, tem a sua atenção voltada para os acontecimentos da Europa, como é indiferente, em geral, ao que se passa no continente americano. A única coisa que poderia despertar o seu interesse seria a possibilidade da intervenção dos Estados Unidos na guerra. Mas isso, no seu conceito, é uma hipótese que está, por enquanto, afastada.

17. Não diremos, porém, que essa indiferença seja a mesma nos meios dirigentes. Nesses meios estamos convencidos de que toda obra destinada

678 Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Havana. Em julho de 1940, durante a reunião de Havana, as nações americanas firmaram um compromisso estabelecendo que um ato de agressão contra um de seus países seria considerado um atentado contra toda a América. Assim, o Brasil precisou tomar uma posição após o ataque japonês contra a esquadra do Pacífico norte-americana no Havaí, em 7 de dezembro de 1941, e a subsequente declaração de guerra dos EUA contra o Japão, a Alemanha e a Itália, no dia seguinte. Como participante desta cúpula, o país solidarizou-se com os EUA e, “honrando seus compromissos no plano internacional”, apoiou a decisão rompendo as relações diplomáticas com o Eixo durante a Terceira Reunião dos Chanceleres, em janeiro de 1942. Fonte: MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. 1940.

a fazer das Américas um só bloco é vista com apreensão e combatida. O motivo é simples: seria a única verdadeira defesa do continente americano contra a influência que a Alemanha e a Itália contam poder exercer ali, uma vez que dominarem a Europa. As raras notícias sobre a Conferência de Havana, publicadas na imprensa, traduzem a preocupação de demonstrar a impossibilidade de um acordo perfeito entre as nações americanas. Além disso, com relação à questão do futuro das possessões britânicas no nosso continente, as notícias publicadas são usadas, como arma de propaganda, para fazer crer ao público que os Estados americanos já consideram como infalível a destruição do Império da Grã-Bretanha.

18. Terminaremos pela menção de um simples fato de crônica: o oferecimento ao Chefe deste Governo, pelo Chanceler do Reich, de um trem blindado, destinado a protegê-lo, em suas viagens, contra eventuais ataques aéreos. O trem blindado foi na China, depois da proclamação da República, durante o período das guerras civis, uma arma corrente. Na Europa, contudo, era quase desconhecido. Isso explica a curiosidade que o presente despertou no povo italiano.

Roma, 2 de Agosto de 1940.

P. Leão Velloso

TELEGRAMA • 14 AGO. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Material bélico.

Da Embaixada em Roma

270 – CONFIDENCIAL – QUARTA-FEIRA – 19h – O Consulado do Brasil em Gênova pede transmitir o seguinte: “Telegrama nº 58 – TERÇA FEIRA – 13h – A Empresa Mangili comunicou ter recebido ordem da missão militar brasileira, por intermédio da Krupp, de devolver a Essen, nove caixas num total de 23.817 quilos, contendo cinco carros de comando, um carro de forja e seis armões. Rogo a Vossa Excelência deduzir este material da relação contida no meu telegrama nº 36. Agradeceria notícias da próxima chegada do vapor Lloyd Brasileiro.” P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 20 SET. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Material bélico.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

222 – CONFIDENCIAL – Rogo a Vossa Excelência pagar à firma Innocenzo Mangili de Gênova a diferença que tem ainda a receber sobre a conta de transporte do material bélico para o nosso Exército da Alemanha para a Itália. Já foram pagas 403 mil libras restando viu saldo de 35.329 libras. Rogo telegrafar o total em dólares para a necessária autorização à Delegacia do Tesouro em Nova York. EXTERIORES

TELEGRAMA • 23 SET. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Material bélico.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

225 – CONFIDENCIAL – Referência ao Telegrama de Vossa Excelência nº 326. Rogo a Vossa Excelência informar a quantia necessária em dólares para pagamento do saldo restante, visto as atuais dificuldades de comunicação impossibilitarem a remessa de fundos diretamente do Brasil, devendo assim o pagamento ser feito por conta de verba distribuída à Delegacia do Tesouro em Nova York. EXTERIORES

TELEGRAMA • 28 SET. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Guerra na Europa. Eixo Berlim-Roma-Tóquio.

Da Embaixada em Roma

339 – SÁBADO – 14h – O pacto assinado em Berlim causou geral surpresa, não há quem não o reconheça. Tem três efeitos: compensar moralmente o Japão pela assinatura do acordo com a Rússia em Agosto 1939, ameaçar o Império

britânico com o Extremo Oriente e amedrontar os Estados Unidos. Sobre esse último propósito a própria imprensa local se manifestou, sem reticências. Já havia comunicado a Vossa Excelência que a questão dos Estados Unidos da América havia sido objeto de exame nos recentes colóquios em Roma. A situação política mundial vai entrar numa fase em que, no interesse do Brasil, será necessário observar muito de perto as relações do eixo com o continente americano. P. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 02 OUT. 1940 • AHI 41/4/9

[Índice:] Mês político nº 9. Setembro de 1940.

Nº 272

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 2 de Outubro de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Setembro de 1940.

Anexo único:

RELATÓRIO POLÍTICO DE SETEMBRO REDIGIDO PESSOALMENTE
PELO CHEFE DA MISSÃO

Durante o Mês que acaba de findar, a Itália teve novamente a registrar, na África Setentrional, sucessos militares importantes. Além disso, o período, em Roma, foi de uma atividade diplomática das mais intensas, com resultados que não vieram ainda todos à luz, embora o primeiro deles – o tratado de tríplice aliança com o Japão – já seja por si bastante para indicar a importância das decisões a que chegaram as Potências do “eixo”, depois de um amplo exame da situação internacional.

OPERAÇÕES MILITARES NA ÁFRICA SETENTRIONAL

2. Peço a atenção dessa Secretaria de Estado para o meu relatório precedente.

Referindo-me à conquista da Somália britânica⁶⁷⁹, fiz ver que o início da segunda fase da campanha africana, isto é, a invasão do Egito, não tardaria. Isso era evidente, mesmo através simplesmente da linguagem da imprensa, destinada a definir o propósito, distinto de qualquer sentimento de hostilidade, das forças italianas que deviam marchar sobre o território egípcio. A dúvida consistia apenas em saber se o momento estava, de fato, maduro para a expedição. Com efeito, uns acreditavam ainda que a mesma deveria coincidir com o desembarque das forças alemães nas Ilhas britânicas e outros consideravam que a Itália, antes de começar as operações, tentaria primeiro esclarecer a posição da Grécia.

3. Como frequentemente acontece quando se fazem previsões de caráter político, não sucedeu uma coisa, nem outra. Não se deu o desembarque nas Ilhas britânicas, nem a Itália fez qualquer tentativa junto à Grécia. No dia 13 o Marechal Graziani ocupava Sollum e, no dia 16, Sidi Barrani. Estava invadido o Egito. Da última dessas bases, as forças italianas, uma vez ultimados os seus preparativos, poderiam marchar sobre Marsa Matruh, de onde ameaçariam diretamente Alexandria.

4. Eu disse em meu último relatório que a conquista da Somália britânica viera demonstrar que a Itália estava muito mais preparada do que se supunha para a guerra na África. A ocupação de Sollum e Sidi Barrani, em três dias, veio confirmar isso. Quer dizer que a ameaça contra o Egito é muito grave. Aliás, a hesitação do seu Governo em definir a sua posição, declarando guerra à Itália, é prova da gravidade da situação. Não há quem não reconheça, é verdade, que a marcha sobre Marsa Matruh, através cerca de 200 quilômetros de deserto, não seja uma empresa difícil. Além disso, é de presumir-se que as forças britânicas defenderão energicamente aquela posição, assim como estão, neste momento, com meios aéreos e navais, atacando a concentração das forças italianas em Sidi Barrani. Mas é preciso ter presente, conforme consta do relatório do Marechal Graziani ao Chefe deste Governo, sobre as operações vitoriosas do mês passado, que a ocupação de Sollum e Sidi Barrani foi o resultado de uma manobra inteligente e audaciosa, executada por um soldado cuja experiência africana é muito grande.

5. A ocupação de Sollum e Sidi Barrani não foi, aliás, o único sucesso militar na África, durante o mês de Setembro. Devo assinalar igualmente a ocupação do posto de Buna, no território do Quênia.

VISITA A ROMA DE VON RIBBENTROP

6. Tive ensejo de dirigir a essa Secretaria de Estado vários telegramas

⁶⁷⁹ A Somália Britânica foi um protetorado britânico localizado no norte do chifre da África, mais tarde parte da Somália. O Egito dominou a área durante os anos de 1870, mas a abandonou em 1884; por conta disso, o Império Britânico estabeleceu um protetorado, fortalecendo-o a partir do porto de Adém. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 2 fev. 2021.

sucedidos, procurando esclarecê-la sobre os motivos da recente visita a Roma do Ministro dos Negócios Estrangeiros do “Reich”, von Ribbentrop. A sua grande importância, como depois se provou, era intuitiva. Desde o primeiro momento, ninguém teve a menor dúvida a esse respeito. Conforme eu havia informado imediatamente, a visita prolongou-se. Não se realizou, como se supôs a princípio, em círculos bem informados, o encontro do “Duce” com o “Fuehrer”. Mas a visita determinou, logo depois, a partida para Berlim do Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. E não está dito que outras entrevistas não tenham lugar entre os homens de Estado da Itália e da Alemanha.

7. As repetidas entrevistas, de mais de uma hora, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do “Reich” com o “Duce”, confirmaram depressa a alta importância de sua presença em Roma. Quando me ocupar, mais adiante, da conclusão do tratado de tríplice aliança com o Japão, essa Secretaria de Estado verá como foi absoluto o segredo mantido em torno do que se tratava. A esse respeito, havia apenas indícios, como a presença em Berlim de Serrano Suner, Ministro do Interior e Presidente da Junta Política da Espanha; a atitude da Rússia para com o acordo de Viena, sobre a Transilvânia; a questão da Grécia e a progressão da ajuda prestada pelos Estados Unidos à Inglaterra, ilustrada recentemente pela entrega de 50 torpedeiros, em troca de bases navais e aéreas no Atlântico. Havia a questão do desembarque nas Ilhas britânicas, retardada pela reação violenta da aviação inglesa. Havia a guerra no Mediterrâneo. A atenção estava voltada de tal maneira para todas essas questões, que ninguém cogitou do Japão, nem mesmo quando o seu Embaixador, depois da partida de von Ribbentrop, procurou o Conde Ciano, para falar, de acordo com a imprensa, da Indochina⁶⁸⁰. De todas essas indicações, as pessoas bem informadas – nos círculos diplomáticos, políticos e jornalísticos – tiravam as suas conclusões. Essas conclusões foram as que transmiti a essa Secretaria de Estado.

8. Embora da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do “Reich” só se conheça, até agora, um resultado – o tratado de tríplice aliança com o Japão – não resta dúvida de que outros seguirão. Esta manhã, por exemplo, chegou a esta cidade o Presidente da Junta política espanhola, que teve uma entrevista de uma hora e meia com o “Duce”. Não se sabe, por ora, que forma precisa assumirá proximamente a cooperação do seu país com as potências do “eixo” na guerra, mas o certo é que a mesma está destinada a tornar-se muito estreita. A sua neutralidade – ou melhor, a sua não beligerância – ou desaparecerá totalmente, ou se tornará tal que os Italianos e os Alemães encontrarão na Espanha todas as facilidades imagináveis para a sua luta contra a Inglaterra.

680 Parte do império colonial francês que reunia, em seu vasto território no Extremo Oriente, três países do Sudeste da Ásia, atualmente independentes – Vietnã, Laos e Camboja – além de uma porção do território chinês situado na província de Cantão, atual Guangdong. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Como prêmio, ser-lha-á prometido, não só Gibraltar, como um Império africado. Depois chegará quase certamente a vez da Grécia. Essa última será convidada, no mínimo, a imprimir uma nova orientação à sua política, em fator das Potências do “eixo”. Além disso, não é impossível que ela seja igualmente solicitada a fazer concessões territoriais à Albânia e à Bulgária.

9. Que se deve deduzir da nova atividade diplomática da Itália e da Alemanha? Seria fora de propósito deduzir, como faz muita gente, que, sendo escusado pensar, por enquanto, em forçar a Inglaterra a qualquer forma de capitulação, se impõe para as Potências do “eixo”, por conseguinte, a necessidade de colocá-la, por outros meios do que a invasão do seu território, na posição que ter de abandonar a partida? Em todo o caso, é sabido que um dos fatores da resistência da Inglaterra é a esperança na ajuda crescente dos Estados Unidos e todo o mundo acaba de ver que a Itália e a Alemanha procuram impedi-la, com a cooperação do Japão. Por outro lado, parece não haver dúvida sobre a intenção das Potências do “eixo” de acelerar a sua ação no Mediterrâneo, desde Suez até Gibraltar, como outra forma direta de ferir mortalmente a Inglaterra. Parecia mesmo em dado momento, conforme tive ensejo de telegrafar a essa Secretaria de Estado, que isso era o motivo capital das recentes entrevistas de Roma, entre o “Duce” e o representante do “Fuehrer”, von Ribbentrop.

A TRÍPLICE ALIANÇA COM O JAPÃO

10. A assinatura em Berlim, no dia 27, do tratado de aliança entre Itália, a Alemanha e o Japão, causou geral surpresa, conforme telegrafei a essa Secretaria de Estado. Posso dizer, com a mais absoluta certeza, que, nos círculos jornalísticos, entre redatores dos principais e mais oficiosos jornais de Roma, a notícia só foi conhecida poucas horas antes da chegada a Berlim do Conde Ciano. A esse respeito, transcreverei alguns trechos do artigo que, na noite de 27 justamente, escreveu Giovanni Ansaldo, diretor do *Telegrafo*, órgão do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Raramente na história diplomática moderna houve exemplo de um Tratado de aliança negociado com tanta reserva e com tamanho segredo. [...]. Todos os cálculos, mesmo os mais arriscados, feitos esses últimos dias a respeito dos colóquios de Roma, tomaram uma direção inteiramente diferente. [...]. Numa aliança entre as Potências do “eixo” e o Japão, ninguém havia pensando.

É a pura verdade. Os dirigentes da Itália, da Alemanha e do Japão merecem ser felicitados pela maneira admirável como souberam tão bem conservar o sigilo.

11. A primeira impressão – que parece ser mesmo verdadeira – foi que o pacto é, antes de tudo, dirigido contra os Estados Unidos. Os assuntos tratados durante a visita de von Ribbentrop a Roma haviam sido muito amplos. Isso era sabido. Eu havia tido a intuição, por esse motivo, conforme informei essa

Secretaria de Estado, que a questão da ajuda dos Estados Unidos à Inglaterra não havia escapado às negociações dos dirigentes da diplomacia ítalo-alemã. Não era difícil. Em meu último relatório, eu havia chamado a atenção dessa Secretaria de Estado para a atitude da imprensa italiana em relação aos Estados Unidos ultimamente. A linguagem dos órgãos mais autorizados, o mês passado, a propósito da cessão das 50 torpedeiras à Inglaterra, não podia deixar dúvida sobre a preocupação despertada pela progressão da cooperação anglo-americana. Na intimidade os Italianos eram muito francos sobre a impressão de que a América do Norte deixaria de ser neutra. Isso, aliás, já muito antes do acordo anglo-americano do princípio do mês passado.

12. Que a tríplice aliança com o Japão é dirigida contra os Estados Unidos é uma coisa abertamente admitida pela imprensa mais autorizada do país. É admitido, por exemplo, por Virginio Gayda, porta-voz do Chefe do Governo, e por Giovanni Ansaldo, intérprete do Conde Ciano. É uma advertência, reconhecem esses dois ilustres jornalistas, àqueles que, nos Estados Unidos, no seu conceito, excitam a nação à guerra. Ora, quem são, no seu conceito, esses partidários da guerra? Os dois candidatos à futura Presidência da República: o Presidente Roosevelt e o candidato Republicano, Wilkie.

13. A tríplice aliança com o Japão é, sem a menor dúvida, um ato diplomático da maior repercussão. Quem o não reconhecer, está completamente enganado. Mas é de uma gravidade sem precedentes, porque pode ser confundido com uma provocação. Os seus autores tiveram verdadeiramente em mente impedir a entrada dos Estados Unidos na guerra? Alimentavam sinceramente o receio da intervenção total e direta daquela nação? Quizeram fazer simplesmente cessar, por meio de uma intimidação, o progresso da ajuda prestada à Inglaterra? Aí é que está o ponto grave, porque pode envolver, por uma razão que não chega a ser o receio de uma intervenção total e direta, o continente americano em incidentes que podem degenerar em conflito. O tratado de tríplice aliança firmado em Berlim é um ato que projeta a guerra num espaço de dimensões impressionantes, em contraste, aliás, com a política muito hábil, seguida até então pela Potências do “eixo”, com o maior sucesso, de sua localização.

14. Mas a tríplice aliança com o Japão não é somente dirigida contra os Estados Unidos. É também uma arma contra a União Soviética. Isso a imprensa não confessa, mas se diz particularmente. É sabido que a Rússia vem tecendo intrigas, há certo tempo, junto aos Estados eslavos da península balcânica. É sabido igualmente que a atitude da Rússia em relação ao acordo de Viena, sobre a Transilvânia, inspirou sérias desconfianças. Não sei a Alemanha, mas a Itália, ao que me consta, não se mostra disposta a tolerar que esse estado de coisas continue na Europa Oriental. A União Soviética foi, sem dúvida, prevenida da assinatura do tratado. Por outro lado, o mesmo contém uma

cláusula que garante os seus acordos prévios com os seus signatários. Mas a Rússia não deve esquecer que a tríplice aliança é um tratado entre as mesmas Potências que firmaram o Pacto antikomitern. É uma aliança entre países que a cercam por vários lados. Não seria nada surpreendente que Moscou fosse convidada proximamente a esclarecer a sua atitude para com o futuro estatuto da Europa Oriental.

ITÁLIA E ESTADOS UNIDOS

15. Conforme tive o ensejo de o dizer acima, os Italianos na intimidade exprimem francamente a impressão de que os Estados Unidos deixaram de ser neutros. Em meu último relatório, chamei a atenção dessa Secretaria de Estado para algumas reações da imprensa italiana diante da atitude dos americanos, nos últimos meses, com relação à guerra. A imprensa, em suma, traduz o sentimento geral de que os Estados Unidos cometem uma verdadeira indiscrição, envolvendo-se em negócios exclusivamente europeus; disso não se justifica, visto como a Itália e a Alemanha não haviam jamais manifestado a intenção de se envolverem, por sua vez, nos negócios do continente americano e de que, finalmente, a persistir a América do Norte na sua atitude, o resultado só poderia ser um dia, por força, o de levar a guerra para o continente, independentemente da vontade das Potências do “eixo”.

16. Durante o mês findo, repetidas foram as ocasiões em que a imprensa voltou de novo ao assunto. Para falar somente no principal dos jornalistas da Itália, Virginio Gayda, cinco vezes, pelo menos, ele se ocupou do mesmo tema, a respeito das 50 torpedeiras cedidas à Inglaterra; da cessão de carros armados ao Canadá; do discurso de Hitler; da duração da guerra; dos candidatos à Presidência da República, etc. E, citando um jornalista com a reconhecida autoridade de Gayda, eu me julgo dispensado de mencionar os demais.

17. A propósito do caso das torpedeiras, tive ensejo, como era natural, de resumir em telegrama para essa Secretaria de Estado, o seu artigo. O acordo entre os Estados Unidos e a Inglaterra continha, a seu ver, duas lições: demonstrava as graves perdas da marinha inglesa e comportava o sinal evidente, através das cessões territoriais aos Estados Unidos, da dissolução do Império britânico. A respeito dos carros armados cedidos ao Canadá, ele dizia em outro artigo que a Itália e a Alemanha não protestariam, como não haviam protestado no caso das torpedeiras. Limitar-se-iam a acompanhar e a observar a singularidade de tais transações, em que viam simplesmente a expressão do estado eufórico de atividade comercial, no terreno militar, em que se encontrava a América do Norte. Sobre a duração da guerra, Gayda escrevia, noutra dia, que os Estados Unidos tinham interesse em prolongá-la, ao passo que a Inglaterra contava com o seu mais franco apoio e mesmo com a sua total intervenção. Por fim,

certo Domingo, na *Voce d'Italia*, que é um suplemento do *Giornale d'Italia*, de que é diretor, ele lançava uma sorte de apelo aos Estados Unidos para que, assim como estavam procurando afastar a Inglaterra de suas fronteiras, pela aquisição de bases navais e aéreas, deviam compreender o interesse da Itália em querer também eliminá-la do Mediterrâneo.

18. Como essa Secretaria de Estado está vendo, é interessante o estudo da atitude da imprensa italiana para com os Estados Unidos. Ela revelou apenas, até agora, o interesse natural do público italiano pelas inclinações de uma grande potência hostil à sua causa e a da Alemanha. Não chegou, até o presente momento, a haver uma campanha verdadeira, orientada num determinado sentido, a não ser para demonstrar que a atitude dos americanos não encontrava justificativa nos propósitos das Potências do “eixo”. Havia mesmo certas contradições na sua linguagem. A ideia da tríplice aliança com o Japão não tinha ainda amadurecido. É preciso ver, daqui por diante, agora que o tratado assinado em Berlim conferiu uma forma concreta à reação das Potências do “eixo”, como isso se traduzirá na imprensa, quando os Estados Unidos oferecerem novos motivos de crítica pela sua atitude.

19. Em todo o caso, é preciso prever futuramente momentos de certa tensão entre os Estados Unidos e a Itália, para não falar em sua aliada. Isso sem ser muito pessimista. Os acontecimentos marcham a passos rápidos. Em Março deste ano, os Estados Unidos ainda esperavam cooperar com a Itália, no sentido de uma solução do conflito europeu. Até Maio, ou mesmo quase até Junho, essa esperança não foi completamente perdida. Hoje, o mínimo que se pode dizer é que as duas nações se olham com profunda desconfiança.

O BRASIL

20. Nada houve a assinalar, durante o mês de Setembro findo, com relação ao Brasil. Conforme comuniquei a essa Secretaria de Estado, a imprensa não se ocupou do discurso pronunciado, no dia 7, pelo Presidente da República. Soube, depois, que alguns jornais da província haviam feito ao discurso uma breve alusão, no seu noticiário telegráfico.

ARGENTINA

21. No dia 11, no *Giornale d'Italia*, o seu redator, Comendador Alberto De Angelis, publicou um artigo intitulado: “*La Missione militare argentina esalta l'organizzazione delle Forze Armate italiane*”. O artigo era uma entrevista com um dos oficiais da Missão, dirigida pelo Coronel Sosa Molina e que se achava na Alemanha até 1939, quando começou a guerra.

Roma, 2 de Outubro de 1940.

P. Leão Velloso

TELEGRAMA • 18 NOV. 1940 • AHI 42/5/2

Índice: Violação de correspondência diplomática pelo Governo italiano.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

277 – Com referência ao seu telegrama nº 367. A Embaixada em Paris refere que a censura postal italiana tem violado invariavelmente a correspondência oficial que este Ministério envia pela “Lati” aquela Missão. Queira protestar junto desse Governo e lembrar-lhe que a Embaixada em Vichy tem a seu cargo os interesses italianos na França não ocupada. EXTERIORES

OFÍCIO • 28 NOV. 1940 • AHI 41/4/9

[Índice:] Documentos de embarque de dois caixotes.

Nº 315

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 28 de Novembro de 1940.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Despacho NC/63/930.3(96) (42), datado de 29 de Maio deste ano, relativo a dois caixotes, com livros e objetos de uso pessoal, pertencentes ao súdito italiano Antonio Corrado Limongi⁶⁸¹, os quais foram embarcados, com destino ao Rio de Janeiro, a bordo do vapor brasileiro *Lages*, e consignados a esse Ministério.

2. O Ministério, segundo comunicou o referido Despacho, não aprovou o meu ato e informou que o Consulado-Geral em Gênova fora advertido pelo mesmo motivo.

3. O Despacho, embora datado de 26 de Maio deste ano, só chegou às minhas mãos agora.

681 “Caso Limongi”. Ver AHI 41/3/13, ofício reservado nº 289, 19 de dezembro de 1938, publicado nesta edição.

4. Antes de tudo, peço vênia para ponderar, com o devido respeito, que Antonio Corrado Limongi não é súdito italiano. É cidadão brasileiro naturalizado e, por ser cidadão brasileiro foi que esta Embaixada recebeu repetidas e insistentes ordens para repatriá-lo. Além disso, os dois caixotes não continham livros e objetos de uso pessoal, continham exclusivamente livros. No estado de extrema penúria em que o desgraçado deixou a Itália, só lhe restava a roupa deteriorada do corpo.

5. O caso de Antonio Corrado Limongi, que me tocou resolver com o Governo italiano, à minha chegada em Roma, por ordem desse Ministério (aliás, não sem dificuldade, como prova o fato do meu antecessor não o ter conseguido), é uma página tristíssima da história da nossa Polícia. Expulso do Brasil como Italiano; embarcado a bordo de um vapor italiano, onde viajou preso – tudo isso para satisfazer-se a um pedido da Embaixada da Itália –, só então, depois de preso, expulso e embarcado, se descobriu que se tratava de um cidadão brasileiro e, apenas chegado a este país, o Ministério reclamou a sua volta. Não preciso dizer o meu vexame, como Embaixador, em ter que explicar posteriormente ao Governo italiano o equívoco imperdoável de nossa Polícia.

6. Mas o meu vexame não é nada, comparado com as torturas que sofreu na Itália o pobre infeliz, vítima de nossa ligeireza. Os seus sofrimentos foram a miséria, a fome e as perseguições, em consequência essas últimas de um volumoso dossiê de acusações, inclusive como inimigo do regime fascista, constituído pela Embaixada da Itália no Rio de Janeiro e remetido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma.

7. Não quero saber se a Embaixada da Itália tinha, ou não, razão; se Corrado Limongi se comportou ignobilmente, ou não, num jornaleco que publicava em Niterói, com o Embaixador, com outros membros da Embaixada e com algumas figuras proeminentes da colônia italiana. Mas eu, nem ninguém, pode dar razão à nossa polícia e, por esse motivo, uma reparação era devida ao infeliz, como o Ministério foi o primeiro a reconhecer, pleiteando a sua volta ao Brasil. Tanto eu, quanto o Ministro Conselheiro desta Embaixada, Doutor Luis Sparano, o socorremos financeiramente, durante meses, para dar-lhe de comer. E, quando ele afinal se foi embora, considerei-me na obrigação moral, como Embaixador, de encaixotar, conforme ele me pedira, o que lhe restava: alguns livros; despachá-los para Gênova – tudo à minha custa – e pedir ao nosso Consulado-Geral que, na primeira oportunidade, os embarcasse para o Brasil.

8. A volta de Corrado Limongi ao Brasil não era um caso de repatriação ordinária, Era uma reparação, devida pelo Governo brasileiro, em virtude de um erro clamoroso, cometido pelas nossas autoridades policiais. Assim como fui

oficialmente encarregado do embarque de sua pessoa, achei que podia também encarregar-me do despacho do pouco que ele aqui deixara e consigná-lo ao Ministério, de quem eu recebera ordens para tratar do assunto.

9. Peço sinceras desculpas a Vossa Excelência pela grande liberdade que tomo assim falando, mas eu penso que, antes do Ministério fazer observações a um Embaixador (não falo por mim, falo de um modo geral), devia primeiro ponderar o seu fundamento, procurar informar-se melhor sobre os seus motivos e, sobretudo, esforçar-se por compreender o ato que, à simples primeira vista, lhe possa parecer censurável.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 03 DEZ. 1940 • AHI 41/4/9

[Índice:] Mês político n° 11. Novembro de 1940.

N° 317

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 3 de Dezembro de 1940.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular n° 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político do mês de Novembro de 1940.

Anexo único:

RELATÓRIO POLÍTICO DE NOVEMBRO REDIGIDO PESSOALMENTE
PELO CHEFE DA MISSÃO

Para a Itália, durante o mês passado, o acontecimento culminante foi a guerra contra a Grécia⁶⁸². Não resta a menor dúvida sobre o insucesso das

⁶⁸² A Guerra Greco-Italiana (28 de outubro de 1940 a 6 de abril de 1941) foi um conflito armado no qual a Grécia e a Itália se enfrentaram, durante o curso da Segunda Guerra Mundial. A Itália atacou a Grécia através da Albânia, mas, semanas depois, teve de recuar. De fato, estava perdendo a guerra para os gregos. Então, Benito

armas italianas naquela campanha. E não resta dúvida igualmente sobre os efeitos daquele insucesso sobre o seu prestígio. Os meus relatórios são os mais imparciais. Nunca deixei de reconhecer e assinalar os sucessos das armas italianas na África Oriental e Setentrional. Os meus relatórios de Setembro e Outubro estão aí para prová-lo. Mas hoje sou obrigado a insistir no aspecto muito grave, sob o ponto de vista do prestígio militar da Itália, do regime e do seu Chefe, que revestiu o curso das operações militares na Grécia inicialmente e, depois, na Albânia. A Itália terá meios para restabelecer aos poucos a situação. Esse, aliás, é o firme propósito do Governo e do Estado-Maior. O golpe, contudo, foi vibrado e sentido.

2. O modo como as operações militares desenvolveram-se no setor grego e albanês causou geral surpresa. Essa surpresa, como alguém me dizia há dias, foi profunda mesmo entre os próprios gregos. Como conceber-se que uma grande potência militar como a Itália jogasse o seu prestígio numa campanha, sem estar certa absolutamente de poder conduzi-la vitoriosamente desde o início? Meios não lhe faltam, em homens, em material e em chefes. O que lhe faltou, portanto, foi a preparação. Em meu relatório relativo ao mês de Outubro, eu escrevera que nada se podia dizer, por enquanto, sobre a guerra contra a Grécia, começada somente no dia 28. Mas deixei antever que ela seria rápida e de resultados fatais para aquele país. Descrevi a situação do Governo grego como não tendo outro recurso senão refugiar-se em Creta. Era o sentimento geral. Duas semanas era o prazo máximo que se dava à Itália para triunfar completamente, tanto mais quanto os socorros da Inglaterra seriam forçosamente reduzidos.

3. Incontestavelmente, o erro foi de preparação. Correm a respeito da grave decisão tomada pela Itália em 28 de Outubro findo uma quantidade de versões que, por mais verossímeis que sejam, eu não reproduzo neste relatório porque não tenho meios de controlar o seu fundamento. Mas insisto em dizer que o erro foi de preparação. As tropas eram boas: várias divisões e vários regimentos de escol⁶⁸³, como as divisões alpinas e o regimento “Aosta Cavalleria”. Eram, porém, insuficientes diante do número das forças gregas. A conclusão lógica é que o Governo italiano partira do princípio de que essas últimas não se bateriam; de que não haveria guerra propriamente dita. Por conseguinte, assim como a preparação militar, a preparação política foi deficiente, nem contraste flagrante com a segurança perfeita com que, em circunstâncias semelhantes, a

Mussolini pediu ajuda a Hitler. A Alemanha teve que invadir a Jugoslávia e a Macedônia para abrir caminho até a Grécia. Logo após, tropas alemãs e búlgaras invadiram a Grécia, em abril de 1941, e dominaram o país rapidamente. Fonte: <infoescola.com>. Acesso em: 2 fev. 2021.

683 O que é considerado melhor, de maior qualidade, numa sociedade ou num grupo; elite.

Alemanha sabe agir militar e politicamente. O que o episódio da Grécia revela, aqui se diz, é a diferença entre o espírito nórdico e o latino.

4. A Itália descuidou a sua preparação militar no plano da campanha contra a Grécia pelo fato de haver mal calculado o verdadeiro estado das forças gregas. Cometeu um erro que a Alemanha não teria jamais cometido (exemplo, a guerra contra a Polônia), isto é, não estimar devidamente o valor do adversário. O resultado foi desastroso para as forças italianas: duas divisões desbaratadas, um regimento inteiro aniquilado, perda de milhares de prisioneiros e de material – tanques, caminhões, artilharia pesada e ligeira, metralhadoras, outras armas e até aviões. Os gregos, deveriam ser invadidos, tornaram-se invasores. A guerra, que começara na Grécia, passou a ser combatida em território albanês, onde o adversário ocupou cidades e pontos estratégicos importantes.

5. Sob um ponto de vista hoje mais histórico do que outra coisa, mas nem por isso menos palpitante, a questão importante a elucidar é a de saber a quem cabe a responsabilidade de tamanha falta. A esse respeito, a opinião na Itália é unânime, por assim dizer: a culpa é exclusivamente do Duce. Não saberei dizer até que ponto é verdadeira a versão de que o Fuehrer se opusera ao seu projeto. O certo, porém, é que tanto o Estado-Maior do Exército, quanto o Estado-Maior da Marinha, e especialmente o Estado-Maior Geral, presidido pelo Marechal Badoglio eram contrários. O Estado-Maior Geral era de parecer que as forças de que a Itália dispunha na Albânia eram insuficientes. O mesmo achava que seriam necessárias 20 divisões. Desde o verão passado que o Duce cogitava de ocupar a Grécia. Conforme tive ensejo de informar essa Secretaria de Estado, correria naquela ocasião que ele desistira, por conselho do Fuehrer. Não deixa de ser significativo que ele se tivesse decidido a fazê-lo, no dia 28 de Outubro, poucas horas antes de encontrar o Chanceler do Reich em Florença. Quer dizer que desprezou os conselhos de todos aqueles que tinham autoridade para lho dar e assumiu sozinho a responsabilidade seu gesto.

6. Num outro regime, o Chefe do Governo teria perdido a confiança da nação. O Exército grego, felizmente para a Itália, não possui meios para explorar a fundo a sua vitória. As forças italianas, aos poucos, se vão preparando para resistir à ofensiva do adversário. Esse último tem agora avançado pouco e com muita dificuldade. Mas, provavelmente, serão precisos meses para que a situação se restabeleça inteiramente a favor dos Italianos. Não só a estação invernal constituirá um embaraço para as suas operações, como também as dificuldades que se opõem à remessa de reforços por mar são grandes. Enquanto isso, não se deve excluir a hipótese da situação criada pelo insucesso da Itália na Grécia ter certos efeitos no resto da península balcânica. Eles serão de maior ou menos alcance, mas não podem deixar de manifestar-se.

O DISCURSO DO DUCE

7. No dia 18 de Novembro, aniversário das sanções decretadas contra a Itália, por causa da guerra contra a Abissínia, o Duce convocou a Roma os jerarcas⁶⁸⁴ provinciais do Partido Fascista. Por volta do meio-dia, no salão apropriado do Palazzo Venezia, ele lhes leu um discurso, que foi ouvido também pela multidão reunida na praça e por toda a nação. Desde 10 de Junho, dia da declaração de guerra à França e à Inglaterra, o Duce não pronunciava um verdadeiro discurso. Ultimamente ele tem limitado o seu contato com o povo a palavras muito breves, reafirmando aqui e ali, segundo as circunstâncias, um ou outro pensamento relativamente a esta ou aquela atitude, a esta ou aquela iniciativa da Itália. No dia 18 de Novembro, o momento político obrigou-o a quebrar essa linha de conduta adotada, para, fazendo uma revista dos acontecimentos políticos e militares, desde a entrada da Itália na guerra, explicar e justificar a sua ação. O discurso terminou por um apelo muito significativo ao Partido Fascista para intensificar a sua atividade; para reassumir as suas funções, “com imutável e crescente rigor”, internamente, no terreno político, econômico e espiritual; pa[ra] libertar-se e libertar a nação “*dalla superstite zavorra piccoloborghese*”⁶⁸⁵ (*zavorra* quer dizer peso, lastro), no sentido mais lato que se possa dar àquela expressão.

8. O público não sabia que o Duce devia falar naquele. Conhecia-se a convocação dos jerarcas provinciais para o aniversário do decreto das sanções, mas era tudo. Como sucede habitualmente, só alguns momentos antes foi espalhada a notícia. Mas, quem estivesse observando o ambiente italiano, sentia que a sua intervenção pessoal se impunha para tranquilizar o público e levantar-lhe o moral. Primeira decepção do povo italiano: a prolongação da guerra. Tinham-lhe inculcado no espírito a esperança de uma guerra muito breve, que deveria terminar em Setembro ou Outubro, trazendo para a Itália a realização de todas as suas reivindicações – e mesmo muito mais do que isso – sem grandes sacrifícios, nem para as suas forças armadas, nem para o seu povo. Em vez disso, passaram-se aqueles dois meses e, não somente a maior incerteza começou a reinar quanto à conclusão da paz, como também o povo, na sua vida de todos os dias, começou a sentir os efeitos do conflito em que estava empenhado. Segunda decepção: a guerra contra a Grécia. O povo contava com uma guerra relâmpago, com a capitulação de Atenas no fim de duas semanas. Em vez disso, depois de um mês de hostilidades, os Gregos

684 Jerarcas ou gerarchas. Hierarca; pessoa que ocupa um lugar cimeiro numa hierarquia ou categoria elevada em uma instituição.

685 Tradução pelo CHDD: “Do lastro pequeno burguês sobrevivente”.

havia invadido a Albânia. Terceira decepção: o bombardeio de Taranto⁶⁸⁶. Como das outras vezes, o fato viera despertar o povo italiano de um profundo engano. Haviam-no habituado com a ideia da deficiência da aviação britânica: pilotos medíocres, voando à grande altura e sem pontaria; bombas que não explodiam ou eram jogadas a esmo nos campos ou no mar; ataques que não causavam jamais danos materiais, nem vítimas. De repente corre a voz de que essa mesma aviação investe uma base naval e acerta em três grandes navios de guerra, atingindo gravemente um deles com um torpedo que penetra até às máquinas e só não o pondo a pique devido à presença de espírito do seu comandante, que resolve encalhá-lo à toda pressa. No começo de um inverno de guerra, que não se apresentava sob as cores as mais róseas para um povo que não fora moralmente preparado a suportá-lo, as notícias da Grécia e de Taranto não podiam deixar de causar profunda impressão. Impunha-se, para tranquilizá-lo, a palavra do Duce.

9. O seu discurso foi de justificações e explicações, com uma exposição de fatos e motivos asseguradores da vitória final da Itália. Continha, segundo o público esperava, uma versão do bombardeio de Taranto, apresentada de maneira a atenuar os seus efeitos. Referia-se igualmente à Grécia, por sinal que num tom de rara violência. Evidentemente, aquele não era o discurso que o Duce teria desejado poder pronunciar depois da entrada da Itália na guerra. Não era o de um total triunfador. Tinha, como não podia deixar de ter, referências aos feitos militares da Itália na África, assim como à ação de sua Marinha e de sua Aviação em vários setores. Insistia na colaboração da Aviação italiana com a alemã, nos bombardeios contra a Inglaterra. Mas enfim era um discurso para justificar a uma população inquieta dois graves insucessos – graves e recentes. O seu íntimo sentimento de desgosto revelou-se no seu tom. Os que o ouviram impressionaram-se com a cólera que ele traduzia. De acordo com o seu temperamento, o Duce justificou-se atacando a Inglaterra, como não podia deixar de ser, a Grécia e, finalmente, o espírito pequeno-burguês de uma fração da população da Itália, não tolerando que possa existir de sua parte o menor vestígio de inquietude com relação ao futuro do país.

10. O discurso não produziu o efeito desejado. O Duce não esqueceu um só argumento para manter elevado o espírito nacional, nem sequer a reafirmação de que repeliria qualquer compromisso com a França, argumento esse de valor num momento em que a Alemanha deseja a colaboração com sua ex-adversária. Mas a nação continuou inquieta como estava. Fatos poderão somente modificar o seu estado de espírito e fazer com que ela cesse de murmurar, como neste

686 Em 11 e 12 de novembro de 1940, os britânicos desferiram um golpe na marinha italiana em Taranto. Sob o comando do contra-almirante Lyster, o porta-aviões *Illustrious* lançou suas 21 aeronaves *Swordfish* em duas ondas contra o porto italiano, atingindo seis navios de guerra, nove cruzadores e oito contratorpedeiros completamente desprevenidos. Fonte: <ww2db.com>. Acesso em: 22 jan. 2021.

momento murmura. E os seus dirigentes tanto reconhecem essa necessidade, que se servem de tudo para iludi-la, como acontece com os exageros da imprensa em torno do encontro naval do Cabo Teulada, um combate que durou alguns minutos e em que, de lado a lado, duas navas apenas foram atingidas, cada uma por um obus. Num ponto, aliás, o Governo aqui é injusto ou está mal informado. Ele supõe, conforme se deduz do trecho do discurso do Duce sobre o espírito pequeno-burguês, que os descontentes na Itália são somente os membros da aristocracia e da alta burguesia, assim como a pequena-burguesia. Esses últimos não sofreram e têm ainda como se defenderem contra as privações que se anunciam. A verdadeira explosão de descontentamento se manifesta no povo, cujos sofrimentos, devido à falta de carvão e ao encarecimento de todos os gêneros, já é uma realidade. A aristocracia, assim como a alta e pequena burguesia, pode externar a sua desaprovação da política, da conduta da guerra e do regime, em círculos restritos. Mas o povo, como já tem sucedido, manifesta os seus sentimentos na rua e com outra veemência.

ATIVIDADE DIPLOMÁTICA DO “EIXO”

11. A atividade diplomática do “eixo”, durante o mês passado, foi muito grande. As viagens do Conde Ciano à Alemanha não tiveram conta. Ele efetuou a primeira, no começo de Novembro, época em que ainda se encontrava na Albânia combatendo. Houve também a visita do General Antonesco a Roma, no dia 14. Dias antes, dava-se a chegada a Berlim de Molotoff, Comissário soviético das Relações Exteriores e, pouco depois, a do Rei Boris da Bulgária. Finalmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, Serrano Suner, também visitou a capital do Reich.

12. Essas viagens e encontros de Chefes de Governo e Ministros, em que se manifestou a atividade diplomática a que me referi acima, nem todas tiveram a mesma importância. Por outro lado, nem todas produziram resultados visíveis. A visita do General Antonesco a Roma teve caráter simplesmente simbólico. As condições da Romênia como nação independente são as mais tristes. A presença em Roma do Chefe do seu Governo, que não dispõe sequer de autoridade interna, como provam os horrores de que o país foi teatro recentemente, terá produzido muito pouca coisa, além de sua invocação à Coluna Trajana, que a imprensa publicou nas vésperas de sua partida. A visita de Molotoff a Berlim teve outro caráter e outro alcance. Serviu, antes de tudo, para dar ao mundo a impressão do estado de cordialidade das relações entre a URSS e o “eixo”. É verdade que resultados visíveis não se produziram ainda: adesão ao tratado de tríplice aliança; um passo decisivo no sentido da aproximação com o Japão, como seria a assinatura de um pacto de não agressão, ou qualquer declaração com vistas à posição da Turquia. Mas é quase certo que um acordo geral

deve ter sido estabelecido entre a política do “eixo” e da URSS num futuro próximo, com relação à Europa, e qualquer coisa deve ter sido concluída no gênero de um acordo econômico, que facilite à Alemanha a continuação da guerra. Aliás, para o “eixo”, a simples impressão do estado de cordialidade das relações, por parte de um Estado cuja atitude é enigmática, porque não pode desejar a vitória nem de uns, nem de outros, já é um resultado apreciável.

13. Restam as outras viagens e encontros. Os seus resultados, pelo menos até agora, foram modestos. Parece que a nova ordem que o “eixo” deseja introduzir na Europa deve revestir inicialmente a forma de adesão ao tratado de tríplice aliança assinado com o Japão. Neste momento, semelhante adesão deve ser o primeiro gesto demonstrativo daqueles que concordam com a concepção do “eixo” sobre o futuro do continente. As adesões sucessivas irão aos poucos fortalecendo o bloco destinado a isolar a Inglaterra e os seus eventuais aliados. Mas até à hora em que este relatório é escrito, os aderentes ao tratado de tríplice aliança forma exclusivamente a Hungria, a Romênia e a Eslováquia. São três países que nada significam, devido às suas condições de completa dependência da Alemanha. A Espanha, a Iugoslávia e a Bulgária não se mexeram. O primeiro desses países assinou mesmo ontem um acordo econômico e financeiro e econômico com a Inglaterra. Não saberei dizer até que ponto o curso da guerra contra a Grécia poderá ter influído na atitude reservada das outras nações balcânicas. De qualquer modo, [porém], é forçoso reconhecer que, depois de um mês de intensa atividade diplomática, o seu sucesso aparentemente foi pequeno. Sob esse ponto de vista, só merece mesmo relevo a visita de Molotoff a Berlim, ainda que os seus resultados não se tivessem manifestado.

ESTADOS UNIDOS

14. Nos primeiros dias do mês passado, tive ensejo de telegrafar a essa Secretaria de Estado, chamando a sua atenção para um longo artigo do Diretor do *Giornale d'Italia*, intitulado “*Le cose a posto*” (As coisas no seu lugar), em resposta ao grande discurso do Secretário de Estado Cordell Hull, na véspera das eleições presidenciais. Tratava-se de um artigo quilométrico, de seis colunas, cujo texto completo remeti depois a essa Secretaria. O artigo era uma longa análise da política norte-americana desde 1935, para provar que ela fora sempre hostil aos interesses da Itália e do “eixo”, por sinal que de uma monotonia de que Virginio Gayda tem o segredo, em contraste com Giovanni Ansaldo, o brilhante intérprete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, no *Telegrafo* de Livorno. Depois disso, a imprensa italiana deixou em paz os Estados Unidos, a não ser para, no meado do mês, protestar contra os jornais americanos, pelo fato de terem publicado a versão britânica do bombardeio de Taranto e das operações militares na Grécia e na Albânia. Ela continuou a estampar telegramas dos

Estados Unidos sobre tudo quanto se relacionava à situação europeia e à posição daquela República, mas se absteve inteiramente de qualquer comentário.

15. Terminadas as eleições americanas e reeleito o Presidente Roosevelt, dir-se-ia que cessara o interesse da Itália pela vida política americana. No dia imediato às eleições ou dois dias depois, a propósito de um discurso de Churchill, num artigo sobre os “Anglo-saxões e a guerra”, o *Giornale d’Italia* ainda se ocupou dos Estados Unidos para insistir na “sua atitude ideológica e operativa hostil ao ‘eixo’ e ao Japão” e para dizer quão difícil seria “traçar uma linha precisa de demarcação entre uma intervenção e a sua atual suposta neutralidade benévola”. Mas depois, como já disse, um silêncio completo desceu sobre os fatos e gestos americanos. Era como se toda a agitação anterior da imprensa italiana com relação aos Estados Unidos tivesse tido como motivo a ilusão de intervir nas eleições americanas.

16. Com esse silêncio da imprensa, coincidiu na Itália o sentimento de que não se daria a intervenção dos Estados Unidos na guerra. Esse sentimento prevalece neste momento, em contraste absoluto com o que se manifestava no fim de Setembro e em todo o mês de Outubro. Logicamente deveria ser o contrário, à vista da reeleição do Presidente Roosevelt e da continuação de sua política. Se ele representava há um mês, aos olhos da Itália, uma política interventista, não se compreende bem porque teria adotado outra depois de reeleito. Mas o fato é que o sentimento do público italiano mudou, não somente, aliás, quanto à intervenção, mas também quanto à progressão da ajuda à Inglaterra. Ele passou a acreditar que essa [a]juda não poderá tornar-se muito maior do que tem sido, por [m]últiplas razões, inclusive devido às condições financeiras da Grã-Bretanha. As declarações, verdadeiras ou não, do Embaixador Kennedy⁶⁸⁷, nos Estados Unidos, sobre o estado da Inglaterra, tiveram imensa repercussão, assim como as do Embaixador Britânico em Washington, sobre os recursos financeiros do seu país. Existe aqui, aliás, neste momento, um sentimento misto, difícil de explicar ou definir, entre a impressão de que a capacidade de resistência da Inglaterra decresce e, ao mesmo tempo, apesar disso, de que a guerra será muito longa. Uma coisa não parece conciliar-se com a outra. Mas a primeira dessas impressões, sobre a capacidade decrescente de resistência da Inglaterra, deve ser o principal fator do sentimento em relação ao afastamento do receio da intervenção dos Estados Unidos.

A QUESTÃO DAS BASES URUGUAIAS

17. Assim como na Itália começou a recuar-se menos a intervenção dos Estados Unidos e a duvidar-se da progressão da ajuda daquela República à Inglaterra,

⁶⁸⁷ Joseph Patrick Kennedy (1888-1969). Político. 44º embaixador dos Estados Unidos no Reino Unido, de 17 de janeiro de 1938 a 22 de outubro de 1940. Fonte: <jfkhyannismuseum.org>. Acesso em: 20 jan. 2021

desapareceu também em parte o temor da formação de um bloco das três Américas contra o “eixo”. A questão das bases navais e aéreas do Uruguai – ou melhor, a questão das negociações entre os Estados Unidos e o Uruguai para a sua criação – foi, durante o mês passado, o principal fator desse sentimento. A questão ocupou, durante dias consecutivos, espaço relevante no noticiário telegráfico dos jornais. Como, em Novembro, com relação ao resto dos problemas americanos mais ou menos ligados com a guerra, ela não provocou nenhum comentário na imprensa quotidiana. Mas o caráter conspícuo das notícias publicadas traduzia o interesse do país pelo assunto. As fontes principais dos telegramas foram Montevidéu, como era natural, Buenos Aires e até Madri. De Madri descrevia-se a reação da opinião pública Espanhola pelo fato dos Estados Unidos quererem instalar-se em território uruguaio. De Montevidéu abundaram telegramas palpantes que terminaram pela notícia sensacional de que o Senado, num voto unânime, havia desaprovado o Governo.

18. Convém assinalar a importância aqui conferida aos efeitos da atitude da opinião pública espanhola nessa questão. Convém assinalá-la porque ela traduz, na realidade, um desejo, isto é, o desejo de procurar como combater no continente americano a influência natural dos Estados Unidos e a esperança, como a Espanha pertence de certo modo ao “eixo”, de encontrar nela, devido à língua e à raça, o elemento apropriado para tal fim. A arma das afinidades latinas entre uma parte do “eixo” e a América espanhola e portuguesa não apresenta utilidade, porque o “eixo” não é todo latino e fora dele ficaram nações latinas das mais nobres. Mas o caso especial da Espanha, com todos os seus laços de costumes, cultura, tradições, raça e língua com uma América que é justamente chamada espanhola, é diferente. Quando mais não seja, é muito tentador fazê-la agir por procuração, sobre povos conhecidamente sentimentais, no interesse de amigos poderosos, por quem é pouca a simpatia do continente americano. E, por seu lado, os atuais dirigentes da Espanha, na fase de euforismo [*sic*] que estão atravessando depois do triunfo da revolução, sentem uma grande vaidade em pensar que podem exercer uma espécie de Império espiritual sobre tão vasto espaço.

19. A notícia da atitude do Senado uruguaio foi aqui muito bem recebida, como também o desmentido, em termos muito breves, da Legação do Uruguai, de que aquela República cogitasse de ceder a uma Potência estrangeira bases navais e aéreas em seu território. O público italiano não tem a mais longínqua noção dos segredos da política continental americana. Portanto, viu simplesmente na moção do Senado uruguaio uma expressão da revolta do povo contra as tentativas imperialistas dos Estados Unidos na América do Sul. Para ele, isso é o sinal de que as nações latino-americanas se estão despertando e de que o exemplo do Uruguai será seguido por outros Estados, inclusive na América

Central. Nesse caso, vãos seriam os esforços dos Estados Unidos no sentido da criação de um bloco compacto continental, de caráter militar, político e econômico.

O BRASIL

20. Esta embaixada tem grande prazer em assinalar a viva simpatia com que a imprensa italiana se ocupou da passagem do décimo aniversário da posse do Presidente da República, Sua Excelência Doutor Getúlio Vargas. Sem falar no noticiário telegráfico, proveniente do Rio de Janeiro e reproduzido em toda a imprensa – vários jornais publicaram notas especiais da redação – com referências não só muito justas, mas num tom da maior cordialidade, em que se reflete o estado das relações de amizade entre o Brasil e a Itália, sobre o Presidente, a sua pessoa e a obra do seu Governo. Remeti a essa Secretaria de Estado a principal dessas notas, aparecida na *Voce d'Italia*, suplemento dominical do *Giornale d'Italia*, que é o órgão mais importante da imprensa italiana.

21. Os jornais publicaram igualmente telegramas do Rio de Janeiro, sobre o discurso pronunciado pelo Presidente da República, salientando o trecho em que o Chefe da Nação, ao reafirmar a intenção do Brasil de permanecer neutro na presente guerra, declarou não existir incompatibilidade entre isso e a sua política de solidariedade americana para a defesa do continente. Dias depois, a imprensa publicou um telegrama da *United Press*, segundo o qual “um porta-voz do Governo” declarou que o Presidente Getúlio Vargas aceitara o convite do Presidente Roosevelt para visitar Washington oficialmente.

22. Quanto, porém, à missão de *Lord Willingdon*⁶⁸⁸ ao Brasil e ao almoço oferecido ao mesmo pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, só o *Osservatore Romano* deu a notícia, reproduzida dos jornais da Suíça.

CELEBRAÇÃO DO DIA 15 DE NOVEMBRO

23. Celebrando a data nacional de 15 de Novembro, esta Embaixada ofereceu uma recepção a que compareceram mais de 350 pessoas. A recepção constou de uma conferência do Embaixador Magalhães de Azeredo⁶⁸⁹ sobre os nossos poetas, de uma saudação ao Brasil pelo Senhor Arturo Marpicati, Secretário-Geral da “Associação dos Amigos do Brasil”, e da interpretação de várias poesias brasileiras pela Senhorita Eva Paci. Essa festa teve na imprensa italiana uma grande repercussão.

688 Freeman Freeman-Thomas (1866-1941). Primeiro Marquês de Willingdon, foi um político liberal britânico e administrador que serviu como governador-geral do Canadá, o décimo terceiro da Confederação Canadense e como vice-rei e governador-geral da Índia, 22º do país. Fonte: <it.qaz.wiki.org>. Acesso em: 10 jan. 2021.

689 Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963). Jornalista, diplomata, poeta, contista e ensaísta. De 1914 a 1919, foi ministro plenipotenciário e, de 1919 a 1934, embaixador, ambos na Santa Sé. Um dos dez fundadores da Academia Brasileira de Letras, sendo o mais novo ao ingressar, aos 25 anos, e o último a falecer, aos 91 anos. Fonte: <academia.or.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

24. A situação econômica na Itália precisa ser acompanhada com atenção pelas repercussões que pode vir a ter na vida interna do país, num futuro não muito remoto. Há dois meses apenas não era possível pronunciar-se a esse respeito. Hoje o caso é diferente. De Outubro para cá, começaram a ser impostas restrições reveladoras das graves dificuldades que o país deverá enfrentar. Ninguém tem dúvida sobre o ritmo acelerado com que elas se irão fatalmente agravando. O custo da vida aumentou de 40%, o que para as classes pobres representa um peso considerável. Além disso, as indústrias atravessam uma grande crise por falta de matérias-primas, entre as quais avultam a borracha e o algodão. O carvão para o consumo doméstico é insuficiente e, sob o ponto de vista da alimentação, faltam óleo e gorduras, assim como faltará proximamente o próprio trigo. É sabido que a Itália, que não se preparara para uma guerra longa, não possui reservas de nenhuma espécie.

Roma, 3 de Dezembro de 1940.

P. Leão Velloso

OFÍCIO • 03 DEZ. 1940 • AHI 41/4/9

[Índice:] Visto em passaportes de israelitas.

Nº 320

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Roma, 3 de Dezembro de 1940.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores a Embaixada em Roma tem a honra de transmitir, em anexo, uma Informação em que [a] Cônsul Leontina Licínio Cardoso⁶⁹⁰, Encarregada do Serviço Consular em Roma, consulta sobre a concessão do visto em passaportes de indivíduos de origem semita.

INFORMAÇÃO

⁶⁹⁰ Leontina Licínio Cardoso (1887-1961). Diplomata, poetisa, tradutora e biógrafa. De 1928 a 1934, era contratada do MRE; em 1934, ingressou por concurso como cônsul de 3ª classe e promovida por mérito a cônsul de 2ª classe em 1936, com exercício na Secretaria até 1938; de 1938 a 1942, em Roma; em 1942, Lisboa. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. 1942.

[Índice:] Visto em passaporte de israelitas.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência o seguinte:

2. Em Circular reservada nº 1.461, de 9 de Julho do corrente ano, a Secretaria de Estado faz notar às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular, bem como aos Consulados de carreira, que têm sido concedidos vistos de entrada em território nacional a estrangeiros que, pelo nome, devem ser de origem semita.

3. Pelo que possa tocar dessa observação a este Serviço Consular, peço licença para lembrar a Vossa Excelência que, quando começaram a afluir pedidos de visto de refugiados de vários países invadidos ou destruídos e cresceram as dificuldades para descobrir a raça a que pertenciam, expus a situação em que me encontrava para defender os interesses do nosso país e remeti à Secretaria de Estados das Relações Exteriores a minha consulta sobre o assunto feita sob forma de informação, encaminhada com um bilhete verbal desta Embaixada, datado de 6 de Junho do ano em curso.

4. Conforme a letra *d* da Circular nº 1.127, citada na mencionada Circular, “como esclarecimento definitivo de dúvida existente em relação a alguém que, havendo afirmado ter outra origem que não a semita, declarar como religião professada o catolicismo ou qualquer seita religiosa [*que*] exija o batismo, será admitida a certidão deste”.

5. Acontece, porém, que entre os refugiados se encontram pessoas que tudo perderam, até mesmo os documentos mais necessários. Para estes, que se dizem arianos, porque se fossem israelitas recorreriam à Intervenção do Santo Padre, a quem foi concedido interessar-se pela entrada em nosso território de três mil israelitas católicos, exigi a princípio o documento de raça, fornecido pelas respectivas Embaixadas e ultimamente, para maior garantia, resolvi aceitar esses documentos somente quando expedidos ou legalizados pela Nunciatura Apostólica.

6. Além disso, segundo instruções recebidas, devemos negar o visto de entrada no Brasil aos indivíduos de origem semita. A dificuldade está no critério a seguir. Na Itália, por exemplo, são considerados de raça semita somente os que têm essa ascendência paterna e materna; desde que tenham por um dos lados ascendência ariana e possam apresentar certidão de batismo com data anterior a 1º de Outubro de 1938, são declarados de raça ariana pelas autoridades italianas, que lhe fornecem os documentos exigidos pelas nossas disposições regulamentares.

7. Entre os refugiados que se apresentam a este Serviço Consular pedindo o visto de entrada em território nacional, chamo a atenção de Vossa Excelência

para os alemães aos quais sugeriria na referida informação fosse negado o visto em qualquer circunstância, sob a alegação da falta de quota, pelo perigo que apresenta para o nosso país o aumento da imigração tedesca⁶⁹¹ que, de acordo com o plano do Chanceler do Reich, irá formar a 5ª coluna⁶⁹², a mais perigosa das armas da organização alemã.

8. Nestas condições, Senhor Embaixador, sendo muitas as dificuldades que surgem a cada momento, e para evitar que se transportem em massa para o Brasil os judeus expulsos dos países totalitários, rogo a Vossa Excelência encaminhar à Secretaria de Estado esta informação de modo a este Serviço Consular receber instruções sobre como, sob o ponto de vista brasileiro, é definida uma pessoa de raça semita.

9. Nos países em que, até agora, se legislou contra a raça semita, a lei começa, como é obvio, por aquela definição.

Aproveito o ensejo, Senhor Embaixador, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

(a) Leontina Licinio Cardoso

Sua Excelência o Senhor Doutor Pedro Leão Velloso
Embaixador do Brasil em Roma

Confere:
E. do Monte
Primeiro-Secretário

Conforme:
[assinatura ilegível]
Conselheiro

⁶⁹¹ Relativo ao antigo povo germânico, aos alemães; germano, alemão, tudesco. Refere-se a imigração alemã.

⁶⁹² Termo cunhado durante a Guerra Civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa, esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. Fonte: <cpdoc.fgv.br/glossário>. Acesso em: 19 jan. 2021.

TELEGRAMA • 06 DEZ. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Incidente vapor brasileiro *Itapé*. Repercussão na Itália.

Da Embaixada em Roma

405 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 19h – A imprensa, como era de esperar, tem dado grande relevo às notícias do caso *Itapé*⁶⁹³, descrevendo a indignação dos nossos jornais. Nada foi ainda publicado sobre o protesto do Brasil, mas anuncia-se a provável convocação da Comissão Pan-americana de Neutralidade⁶⁹⁴, recomendando seja feito um protesto coletivo para aplicação de sanções contra a Inglaterra. P. LEÃO VELLOSO

TELEGRAMA • 13 DEZ. 1940 • AHI 42/4/12

[Índice:] Guerra na Europa.

Da Embaixada em Roma

416 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA – 14h – Devo dar a Vossa Excelência a minha impressão sobre a situação intolerável da Itália neste momento. Na verdade reina profundo mal-estar devido ao revés na Albânia e agora ainda maior na África Setentrional. Tudo isso agravado com as condições econômicas, cujos efeitos começam a afetar sensivelmente o povo. Rumores de toda a sorte se sucedem a todo o momento sobre a reorganização do Governo e o perigo de revolta popular ou mesmo tentativa contra o regime pelo exército descontente, o que revela o estado de espírito que a imprensa procura reanimar por todos os meios, apontando, sobretudo, o exagero da propaganda britânica. Mas a situação deve ser julgada com a devida calma. Um levante popular seria extremamente difícil e não vejo possibilidade do descontentamento do exército se positivar no sentido de um golpe de estado, a menos que, num e noutro caso, as coisas se agravem verdadeiramente dentro dos próximos meses. P. LEÃO VELLOSO

693 Caso Itapé. Ver nota 698 adiante

694 Países pan-americanos reuniram-se no Panamá, onde anunciaram a criação de uma zona de neutralidade em torno do Hemisfério e estabeleceram uma Comissão Interamericana de Neutralidade para examinar as múltiplas questões oriundas do conflito na Europa. Hilton chama a atenção para a escolha de Afrânio Melo Franco como representante do Brasil nessa Comissão. Na sessão inaugural da Comissão de Neutralidade, em janeiro de 1940, Melo Franco foi eleito presidente por aclamação. A atuação da Comissão foi de 1939 a 1941, quando a Guerra chegou a América. Fonte: HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: a consolidação da Estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá Pimentel (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes de política externa (1750-1950)*. Brasília: FUNAG, 2013.

TELEGRAMA • 26 DEZ. 1940 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Exequátur Vice-Cônsul da Itália em São Paulo.

Da Embaixada em Roma

424 – CONFIDENCIAL – QUINTA-FEIRA – 14h – O Ministro dos Negócios Estrangeiros pediu-me, com todo empenho, esclarecer a questão do exequátur⁶⁹⁵ de Falchi, nomeado Vice-Cônsul em São Paulo, e que se acha em Lisboa em viagem para o Brasil. Em resumo, daquele funcionário, ou se existe algum motivo grave ignorado. Se for simplesmente questão de dupla nacionalidade, este Governo considera que é exatamente o mesmo do Ministro Conselheiro desta Embaixada e do Vice-Cônsul em Nápoles, contra cujas designações não levantou jamais nenhuma dificuldade. Acha que a título de reciprocidade devíamos proceder da mesma maneira. Se houver qualquer motivo grave ignorado, é claro que este Governo não insistirá. P. LEÃO VELLOSO

OFÍCIO • 28 DEZ. 1940 • AHI 41/4/9

[*Índice:*] Relatório do Marechal Graziani.

Nº 339

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 28 de Dezembro de 1940.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, no incluso recorte da *Tribuna*, de 24 do corrente, o relatório do Marechal Graziani ao Duce, sobre as operações militares na África Setentrional, desde o início da ofensiva britânica contra Sidi Barrani até a pausa diante de Bardia.

2. O texto publicado, muito provavelmente, não é verdadeiramente o escrito pelo Comandante em chefe das forças italianas naquele setor. É um documento baseado, sem dúvida, sobre informações desse último, mas preparado pelo serviço italiano de propaganda, de modo a conter somente o que convinha que o público soubesse.

3. Ainda assim, porém, encerra passagens para que vale a pena chamar a

⁶⁹⁵ Documento autorizador de um Estado para executar as funções de um cônsul. Assim, o exequátur simboliza a jurisdição consular, sua sede da repartição e também atesta a qualidade de cônsul do representante do Estado. Fonte: BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alen. D. *A dictionary of diplomacy*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

atenção do leitor. Por exemplo, aquela em que o Marechal Graziani, aludindo aos preparativos da ofensiva que ele devia desencadear contra Marsa Matruh, no caminho de Alexandria, fala na sua ultimação, salvo o complemento dos elementos motorizados. Essa passagem do documento foi muito notada, inclusive pelo público italiano, que era conhecedor dos pedidos insistentes e dos apelos do Comandante em chefe das forças italianas na África Setentrional, de meses a esta parte, para que a Metrópole lhe fornecesse meios, que lhe faltaram até ao último momento, de começar o seu ataque.

4. O Marechal Graziani faz muito questão, como é natural, pensando-se bem, em provar que não fora surpreendido, apesar de se saber que ele se achava na Itália no momento em que os ingleses iniciaram a ofensiva no princípio deste mês. Nesse capítulo a sua exposição é muito circunstanciada. A razão do sucesso dos ingleses é por ele dada como devida exclusivamente à superioridade esmagadora dos seus meios couraçados. Esse seu modo de ver é, indiretamente, uma nova censura à falta em que foi deixado, pela Metrópole, de meios de combater em igualdade de circunstâncias.

5. “É certamente prematuro – diz o documento – fazerem-se previsões sobre o desenvolvimento dessa luta titânica em que o inimigo concentrou as melhores tropas de quatro continentes”. Essa referência aos quatro continentes contra que a Itália luta já foi feita pela imprensa italiana, antes de publicado o relatório do Marechal Graziani, e revela a colaboração do serviço de propaganda na preparação do documento cuja autoria lhe foi atribuída. O relatório, por fim, confirma o número elevado das perdas italianas, sobretudo em prisioneiros.

6. Outra marca da colaboração da propaganda italiana no preparo do relatório do Marechal Graziani ad usum do público está na sua parte final, quando acusa de falsidade a propaganda britânica pela publicação de fatos cuja gravidade o próprio relatório implicitamente confirma. Essa parte final é perfeitamente pueril.

7. O relatório do Marechal Graziani causou uma impressão muito grande no público. Penso, porém, que essa última foi diferente do que a esperada pela propaganda. Foi uma impressão de grande inferioridade de meios para lutar contra os ingleses e, *ipso facto*, da dificuldade quase invencível, para o Comando em chefe italiano na África Setentrional, de restabelecer a situação no seu setor.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ROMA

1941

[Índice:] Mês político nº 12. Dezembro de 1940.

Nº 1

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Janeiro de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político do mês de Dezembro findo.

Anexo:

RELATÓRIO POLÍTICO DE DEZEMBRO REDIGIDO PESSOALMENTE

PELO CHEFE DA MISSÃO

Dezembro foi para a Itália um mês de acontecimentos políticos dignos da maior atenção, ligados ao curso das operações militares da África Setentrional e na Albânia, de que falarei mais adiante.

DEMISSÃO DO MARECHAL BADOGLIO

2. A notícia relativa à demissão do Marechal Badoglio, Chefe do Estado-Maior, foi publicada pelos jornais no dia 6. Escusado é descrever a essa Secretaria de Estado [quem] ele é. O Brasil, onde o Marechal Badoglio foi Embaixador da Itália, logo depois do advento do fascismo, o conhece pessoalmente. Hoje murmura-se que a sua escolha, então, para exercer aquela missão diplomática, fora determinada pelo desejo de afastá-lo da Itália, em virtude de sua pouca simpatia pelo regime instituído por Mussolini. Como quer que seja, porém, o Marechal Badoglio é o mais ilustre Chefe militar que possui a Itália. Em contraste, para citar um exemplo, com[o] [o] Marechal Graziani, o Marechal Badoglio é um oficial de Estado-Maior, de cultura muito vasta e elevada. Foi quem salvou a campanha da Etiópia, começada desastrosamente pelo Marechal De Bono. O seu prestígio é muito grande, não somente junto ao Exército, como também em todo o país.

3. A sua demissão não constituiu surpresa para ninguém. Era esperada vários dias antes do seu anúncio. Sobre ela murmurava-se desde os primeiros insucessos das forças italianas na fronteira da Grécia. É possível que, no princípio, esses murmúrios fossem um simples efeito do descontentamento

geral ou uma dedução natural, derivada desse descontentamento, mas o fato é que persistiram, de modo que a demissão se deu como uma coisa fatal, o que não impediu, contudo, que causasse profunda sensação.

4. Sobre a demissão do Marechal Badoglio existem duas versões. Darei as duas, advertindo, porém, que a segunda passa por aproximar-se mais da verdade, segundo as minhas fontes de informação.

5. A primeira é muito simples e, em poucas palavras, pode ser descrita da seguinte maneira. O Marechal Badoglio ter-se-ia oposto à expedição contra a Grécia, por causa dos efetivos reduzidos de que a Itália dispunha naquele setor; teria recomendado o seu reforço e, à vista do insucesso consequente, teria apresentado a sua demissão em sinal de protesto.

6. Segundo a outra versão, um importante conselho de gabinete teria tido lugar em presença de Mussolini, antes de se resolver a apresentação do *ultimatum* à Grécia. Nesse conselho teriam tomado parte cinco pessoas, entre as quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros, inspirador da política depois adotada, e o Marechal Badoglio. Esse último teria, como se disse, chamado a atenção para a insuficiência dos efetivos de que a Itália dispunha. O Conde Ciano, porém, teria apresentado provas convincentes de que o Exército grego não ofereceria senão uma resistência aparente. Teria provado, com efeito, que os seus generais estavam vendidos. À vista disso, ficara assentada a apresentação do *ultimatum* e fora redigida uma ata, assinada por todos os presentes, inclusive o Marechal Badoglio.

7. Com a resistência dos gregos e o insucesso fatal das forças italianas, numericamente muito inferiores, nasceu o descontentamento popular e, ao mesmo tempo, as queixas contra o próprio Mussolini, apontado como responsável direto pelo que sucedera. Nessa ocasião surgiram os murmúrios sobre a demissão do Marechal Badoglio, em sinal de protesto. Roberto Farinacci, então, proprietário do *Regime Fascista*, acusou num editorial o Estado-Maior pela falta de preparação da expedição.

8. Nessas condições, o Marechal Badoglio teria escrito uma carta a Mussolini, pedindo uma reparação, e teria partido ostensivamente para uma caçada, a fim de aguardar a resposta. Quatro dias se passaram sem que viesse a resposta, nem que o Marechal Badoglio reassumisse os seus deveres de Chefe de Estado-Maior. Nessa altura, ao que consta, o Rei teria sugerido uma entrevista entre ele e Mussolini. É preciso que se note que, na verdade, nunca existiu simpatia entre os dois homens. O Marechal Badoglio nunca concordou com a política agressiva de Mussolini, nem com a entrada da Itália na guerra ao lado da Alemanha. A entrevista correu de uma maneira tempestuosa, depois do que foi anunciada a sua demissão. Há quem diga que ela foi, não solicitada, mas

imposta. Para substituir o Marechal Badoglio foi designado o General Ugo Vacallero, oficial inteligente, mas de péssima reputação moral.

9. À demissão do Marechal Badoglio seguiu-se a do Conde Cesare Maria De Vecchi, *Quadrunviro*⁶⁹⁶, Governador da Ilha de Rhodes, e a do Almirante Domenico Cavagnari, Subsecretário de Estado da Marinha e Chefe do Estado-Maior da armada. Não saberei dizer até que ponto a demissão do Conde De Vecchi se relacione com a do Marechal Badoglio. Apesar do seu título de General, não se trata de um militar de carreira.

10. Como já disse, a demissão do Marechal Badoglio causou profunda impressão. Ouvi de italianos que só isso significava que a Itália estava perdida. Não obstante, porém, o Chefe do Estado-Maior foi despedido sem o mais breve elogio pelos seus serviços passados. Os jornais não lhe publicaram sequer a fotografia, ao passo que os fascistas extremados começaram abertamente a hostilizá-lo. Roberto Farinacci acusou-o de novo publicamente, chegando a insinuar que se lhe devia pedir contas pelos 170 bilhões de liras gastas para preparar o armamento da Itália.

SITUAÇÃO MILITAR

11. Os fatos narrados acima, assim como a matéria de que tratarei mais diante, relativa à situação interna do país, ligam-se ao curso desastroso das operações militares, nos setores albanês e africano. É preciso, portanto, que me ocupe do assunto.

12. No setor albanês é evidente que o progresso da marcha dos gregos foi menor em Dezembro do que em Novembro. Os italianos conseguiram enviar reforços, numa proporção que se calcula em mais de 10 divisões, tendo o seu transporte, em grande parte, sido efetuado por via aérea. Por outro lado, os gregos foram-se distanciando de suas bases, o que, numa região de comunicações difíceis, cria problemas de abastecimento de solução complicada. Por fim, sobreveio o frio rigoroso. Ainda assim, porém, as forças gregas continuaram a progredir metodicamente e se acham, neste momento, perto de Valona.

13. Os motivos por que os italianos não conseguiram opor-se inteiramente ao progresso dos gregos são vários. Os principais, porém, são a falta de organização e as condições climáticas. Consta que o número dos soldados vítimas do frio, de uma maneira ou de outra, por falta de equipamento adequado, é impressionante. Os italianos esperam, melhorando a sua organização, reunindo um número de forças esmagador e terminado o inverno, contra-atacarem com pleno sucesso. A verdade, contudo, é que esse otimismo não é partilhado pelos observadores imparciais. Os alemães não mostraram ainda, por motivos

⁶⁹⁶ Título que se dava a cada um dos quatro magistrados superiores dos municípios e das colônias romanas; quatuórviro. Fonte: Infopédia. Dicionários Porto Editora.

políticos, ou melhor, por motivos de sua política balcânica, nenhuma disposição em ajudar diretamente os seus aliados no setor grego. E existe um fator que ninguém enxerga ainda como poderá ser modificado num futuro próximo, isto é, o moral do povo italiano e, portanto, do soldado.

14. No setor africano, os ingleses iniciaram em 7 de Dezembro uma ofensiva fulminante, cujos resultados foram tremendos para a Itália, sob todos os pontos de vista. Sidi el Barrani, ocupado pelos italianos em Setembro, foi rapidamente reconquistado, assim como Sollum. Foram feitos 38 mil prisioneiros, dos quais cinco generais e cerca de 2 mil oficiais. Hoje, apesar da resistência de Bardia, as forças britânicas penetraram mais de 100 quilômetros no território da Líbia. O material capturado em Sidi el Barrani, base do ataque planejado pelo Marechal Graziani contra Alexandria, foi imenso. O Egito ficou completamente desafogado.

15. Em seguida aos insucessos repetidos, durante o mês de Novembro, das forças italianas no setor albanês, não preciso dizer a impressão causada – no dia imediato da demissão do Marechal Badoglio – pelas notícias da África Setentrional. A princípio, tentou-se reagir, acusando a propaganda britânica. Como os fatos, porém, dessem razão àquela propaganda e como, aos poucos, fossem caindo no domínio público, tornou-se necessário uma explicação. Não bastava a contrapropaganda italiana, segundo que o país lutava contra todas as forças reunidas do Império britânico, e não bastava que se dissesse que o Império britânico concentrara as suas forças contra a Itália pela necessidade, por sua vez, de reanimar o moral de sua população, sujeita na Metrópole a constantes e violentíssimos bombardeios aéreos. Não bastava igualmente o argumento de que a Inglaterra resolvera submeter o povo italiano a uma verdadeira guerra de nervos, na falta de outra alternativa. Solicitou-se, então, ao Marechal Graziani um relatório sobre as operações militares, com cujos elementos foi redigido um documento, sob a sua assinatura, para a imprensa.

16. O relatório do Marechal Graziani contém a explicação do motivo principal do resultado fulminante da ofensiva levada a efeito pelos ingleses. Os italianos estavam, por sua vez, em vésperas de começarem eles o ataque às posições britânicas. Começava a chegar na Líbia o material insistentemente reclamado pelo comando para aquele fim. O Marechal Graziani faz questão, porém, em contestar que tivesse sido surpreendido, para defender-se, como é justo, aos olhos do público. Atribui a desfeita sofrida pelos italianos exclusivamente à grande superioridade do material dos adversários. Acrescenta mesmo que tivera conhecimento, poucos dias antes, dos seus preparativos e avisara o comando em Sidi el Barrani.

17. À hora em que este relatório é escrito, a ofensiva inglesa está parada diante de Bardia. O heroísmo dos seus defensores, compostos dos efetivos que puderam

escapar de Sidi el Barrani, isto é, cerca de 40 mil homens, tem sido justamente celebrado pela imprensa italiana. O relatório do Marechal Graziani mostra confiança no restabelecimento da situação. Mas, do mesmo modo como em relação ao setor da Albânia, esse otimismo não é partilhado pelos observadores imparciais. Consta o fornecimento pelos alemães aos italianos de 400 carros armados para a Líbia. Mas o transporte desse material encontrará forçosamente as maiores dificuldades e, depois, na África Setentrional, é preciso que se note que os italianos terão que recomeçar do princípio tudo quanto fizeram, antes e depois de Junho do ano passado.

18. Seria interessante, tratando da situação militar sob o ponto de vista italiano, saber exatamente o que se passa também na Abissínia. Os rumores são os mais pessimistas, o que não surpreende quando se pensa no isolamento completo da Metrópole, em que está a África Oriental. Não estou, todavia, habilitado a dizer nada de positivo a esse respeito.

19. Foi publicado um comunicado oficial sobre as baixas nos setores grego e albanês, até 30 de Novembro findo. As cifras são as seguintes: 1.917 feridos e 731 desaparecidos. O comunicado é obscuro quanto ao número de mortos e prisioneiros. Foi também publicado um comunicado sobre todos os setores reunidos, desde 11 de Junho, cujas cifras apresentam o seguinte resultado: 3.655 mortos, 7.538 feridos e 2.885 dispersos.

SITUAÇÃO INTERNA

20. O mal-estar do povo italiano, que começou a manifestar-se no princípio do outono, com a perspectiva da prolongação da guerra, e depois aumentou com as notícias dos primeiros insucessos no setor grego e albanês, agravou-se muito o mês passado, devido ao curso das operações no referido setor e no da África Setentrional.

21. A crise moral que atravessa a Itália caracteriza-se pela perda de fé no regime e no seu Chefe. O país vivia há dezessete anos desse engano. Todas as aparências lhe pareciam dar razão. Primeiramente, uma propaganda intensa e constante havia inculcado no espírito do público a noção da infalibilidade do fascismo e do Duce; dos méritos sem precedente do seu governo; do preparo militar da nação e, por esse motivo, do êxito de sua política. Os fatos, de resto, durante os anos passados, deram razão a essa confiança. Por conseguinte, suportava-se o regime com dureza [e] sacrifício; suportava-se a sua política econômica e financeira; suportava-se a sua sobrecarga de impostos, mas se desculpava tudo, pensando que Mussolini estava realizando o destino da Itália. De repente, o povo verifica a sua profunda ilusão. Não ficava de pé sequer o mito da eficiência militar da nação. Não é de admirar, à vista disso, o seu estado de desânimo,

sobretudo quando ele considera que a Itália poderia não ter intervindo na guerra, porque não estava obrigada, e o fizera contra a vontade geral.

22. Não preciso dizer que, durante o mês de Dezembro, correram os mais variados rumores sobre a situação interna na Itália. Foi preciso um grande cuidado em os acolher. Eram rumores de fermento popular; golpes de Estado militar; demissão de Ministros e reorganização do Governo. No estrangeiro chegou a circular o boato da prisão do Príncipe do Piemonte⁶⁹⁷. A verdade era, como é, um profundo mal-estar geral; um grande abatimento; um sentimento de humilhação, diante do curso das operações militares, sobretudo no setor albanês, e uma viva preocupação quanto ao futuro da Itália. Tudo o mais prematuro. Notou-se também, é certo, uma certa tendência entre os elementos exaltados do fascismo a reagir violentamente contra o desânimo popular. Recearam-se desatinos contra a burguesia, acusada de responsável pelo estado de espírito reinante. Mas depois sobreveio uma distensão. Até quando durará ela?

23. Mussolini, durante a fase mais aguda desse período, recebeu uma delegação de ex-combatentes. Em Novembro, ele convocara os representantes federais do partido, para se justificar num discurso público, em que afirmou a certeza da vitória esmagadora da Itália sobre a Grécia. Desta vez a situação não se prestava mais a uma manifestação da mesma natureza. Houve discurso, com exposição dos fatos e apresentação dos argumentos justificativos, inclusive da entrada da Itália na guerra, em Junho do ano passado; houve declarações afirmativas de sua confiança na vitória final; houve um apelo sobre a necessidade de triunfar, quaisquer que fossem os sacrifícios. Mas só se publicou a mensagem apresentada pelos ex-combatentes, antes do discurso. Fui informado do que se passara por um amigo presente. O discurso foi longo, minucioso, especialmente em torno das razões da intervenção da Itália na guerra; foi feito num tom sereno, mas, ao mesmo tempo, admoestador quanto à alternativa, para a Itália, de vencer ou deixar de existir.

24. Como disse, a situação interna da Itália apresenta, neste momento, uma certa distensão. Mas o mal-estar persiste, assim como também o desânimo. O regime mantém-se por vários motivos: porque o partido fascista é uma organização muito sólida; porque um golpe de Estado militar, achando-se o país em guerra, não seria simpático, apesar de tudo; porque existe confiança na vitória da Alemanha e, finalmente, por causa da convicção de que um atentado contra o regime provocaria a intervenção daquele país. Por enquanto, não há tropas alemãs na Itália, propriamente falando. Mas as há na fronteira, assim como também há uma verdadeira infiltração de funcionários civis e militares

697 Humberto II (1904-1983). Apelidado de “o Rei de Maio”, foi o último rei da Itália entre maio e junho de 1946. Único filho homem do rei Vittorio Emanuel III e Helena de Saboia. Fonte: <wiki.org>. Acesso em: 21 jan. 2021.

alemães em vários órgãos da administração. O regime mantém-se, mas não se pode verdadeiramente fazer previsões sobre o destino que o aguarda. Ele está ferido e, para reabilitar-se – se puder reabilitar-se – seria necessária uma mudança na situação muito radical. No fundo, o apelo dirigido por Winston Churchill ao povo italiano, na véspera do Natal, não foi de todo inoportuno. Corre que se prepara um golpe contra Nice, para ocupá-la, a fim de levantar o moral do povo. Duvido, porém, que produza o resultado desejado, sem falar nas complicações desfavoráveis a que poderá dar lugar.

ESTADOS UNIDOS

25. Com relação aos Estados Unidos e a Itália, tratarei brevemente, no que se refere ao mês passado, de três pontos: o regresso do Embaixador William Phillips; a reação da imprensa a propósito das declarações de *sir* Ronald Cross, Ministro da Marinha Mercante britânica sobre os efeitos da campanha submarina e a ajuda americana, e a repercussão do discurso pronunciado pelo Presidente Roosevelt, na noite de 29 de Dezembro.

26. O Embaixador americano deixara a Itália nos primeiros dias de Setembro do ano passado, em férias; chegando aos Estados Unidos adoeceu de broncopneumonia; em Novembro anunciara-se que ele não regressaria mais ao seu posto por motivo de saúde e, nos primeiros dias do mês passado, chegava a Roma o Conselheiro de Embaixada, Senhor Alexander Kirk, para assumir as funções de Encarregado de Negócios, enquanto o seu predecessor, Senhor Edward Reed embarcava para os Estados Unidos, levando todas as joias da Embaixatriz e os objetos de propriedade particular do Embaixador. De repente, publica-se que o Embaixador William Phillips reassumirá o posto nos primeiros dias de Janeiro. O próprio Encarregado de Negócios, recém-chegado, conversando comigo, mostrou-se surpreendido. A notícia, devo dizer, causou excelente impressão nos círculos italianos, onde foi interpretada como indício de que os Estados Unidos não cogitam de intervir na guerra. Eu interpreto o fato como consequência da situação interna da Itália. A insistência do Presidente para que o Embaixador regressasse a Roma (porque deve ter havido insistência) coincide, com efeito com o agravar do mal-estar neste país, depois dos insucessos militares na Albânia e na África Setentrional.

27. A imprensa italiana manteve-se muito reservada a propósito dos Estados Unidos até o dia 21 do mês passado. Por essa data, o Ministro britânico da Marinha Mercante, *Sir* Ronald Cross, externou-se a respeito dos efeitos da campanha submarina; das graves perdas sofridas pela Inglaterra e acenou à possibilidade da cessão ao seu país dos navios mercantes alemães, detidos nos portos americanos. Ao mesmo tempo, como um balão de ensaio, talvez, foi divulgada a notícia de que a Inglaterra seria possivelmente, no futuro,

abastecida de material bélico pelos Estados Unidos através da Irlanda, em barcos de propriedade americana, comboiados por navios de guerra da mesma nacionalidade. A propaganda alemã reagiu energicamente contra essas duas hipóteses e a imprensa italiana, por questão de solidariedade, imitou-a. Por esse caminho, disse ela, a Inglaterra acabaria envolvendo os Estados Unidos na guerra, porque não se podia conceber, afinal, que a insistência em intervenções de tal natureza não acabassem por provocar complicações. Dias depois, não a imprensa em coro, mas o *Giornale d'Italia*, na véspera do discurso do Presidente Roosevelt, voltou a se ocupar do tema da ajuda dos Estados Unidos à Inglaterra, para advertir os americanos sobre o perigo, nesse particular, de iniciativas suscetíveis de violarem muito abertamente as regras de neutralidade e para declarar que, em caso de reação por parte das Potências do “eixo” e do Japão, a culpa da extensão do conflito europeu ao continente americano e ao Oceano Pacífico recairia toda sobre os Estados Unidos.

28. Quanto ao discurso do Presidente Roosevelt, pronunciado na noite de 29 de Dezembro, direi antes de tudo que ele mereceu a atenção nos jornais de um resumo muito breve, mas assaz correto, o que nem sempre tem sucedido. A reação da imprensa durou apenas 24 horas e foi moderada. A nota geral foi que nada contin[h]a de novo. E, em seguida, naturalmente, que as Potências do “eixo”, quaisquer que fossem os interesses e as intenções dos Estados Unidos, não estavam dispostas a tolerar que as iniciativas do Governo americano, em matéria de auxílios à Inglaterra, ultrapassassem certos limites. Em suma, nada mais do que já fora precedentemente dito pelo *Giornale d'Italia*. A impressão do discurso, contudo, deve ter sido grande entre aqueles (é verdade que muito raros) que o puderam ouvir, num momento em que a esperança que resta à Itália é o esmagamento total da Inglaterra pela Alemanha.

BRASIL

29. Os casos do *Itapé*, do *Siqueira Campos* e do *Buarque*⁶⁹⁸ tiveram, sobretudo os dois primeiros, certa repercussão no noticiário dos jornais italianos. Prestavam-se a ser explorados pela propaganda italiana, para demonstrar os métodos prepotentes da Inglaterra e para criar a ilusão de um movimento de opinião no Brasil contra aquela nação, com a conseqüente quebra da solidariedade continental americana em relação à guerra europeia.

⁶⁹⁸ Durante a Segunda Guerra Mundial, registrou-se um atrito entre Brasil e Inglaterra em torno da apreensão ou simples interceptação pelas autoridades britânicas de navios mercantes brasileiros carregados de mercadorias e armamentos alemães. A questão, que envolveu os navios *Siqueira Campos*, *Buarque* e *Itapé*, e que se desenrolou nos últimos meses de 1940, fez com que o Reino Unido formulasse uma série de exigências ao governo brasileiro como condição para a liberação do primeiro desses navios, apesar dos protestos que o caso provocara. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Para mais informações sobre o episódio envolvendo o *Siqueira Campos* consultar *Cadernos do CHDD*, ano XVI, nº 31, 2º sem. 2017.

30. Durante dias consecutivos, as notícias se sucederam, sob a forma de telegrama do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades do continente, nas colunas de todos os jornais sem exceção, debaixo de títulos sensacionais. E, durante todo o mês, de vez em quando, apareciam novos telegramas, para avivar o assunto. Falou-se na indignação quase unânime da imprensa brasileira, pelo atentado cometido pelas forças navais britânicas; anunciou-se a provável convocação da Comissão pan-americana de neutralidade; aludiu-se a um protesto coletivo das nações do nosso continente e a sanções a Inglaterra. Os telegramas do Brasil à imprensa italiana foram ao ponto de atribuir ao Embaixador Mello Franco declarações sobre a possível proibição aos navios britânicos de entrarem nos portos americanos.

31. Por fim, sempre ao mesmo propósito, especial relevo foi dado ao discurso pronunciado pelo Presidente da República, em 8 de Dezembro, no centro de preparação dos oficiais de reserva, com a transcrição de trechos dirigidos, no conceito da propaganda italiana, contra a Inglaterra, com referência ao respeito mútuo, pelas nações, dos seus direitos e deveres; ao dever dos povos que se arvoram em modelos de civilização e paladinos da liberdade e à impossibilidade de uma paz estável, baseada no arbítrio e na violência. O discurso do Presidente foi, aliás, reproduzido depois na íntegra, em seu número de 28 de Dezembro, pela revista *Relazioni Internazionali* que, como é sabido, é um órgão publicado pelo “Istituto per gli Studi di Politica Internazionale” de Milão, sob os auspícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

32. A situação econômica da Itália é um fator que pode repercutir seriamente, no estado moral de desânimo que a nação atravessa, sobre a situação política interna da Itália. É preciso, portanto, que eu procure resumi-la, tal como ela é encarada neste momento. Aparentemente ela é muito menos crítica do que na realidade. Aparentemente não há sinais da gravidade que ela pode assumir num futuro mais ou menos próximo. Isto é, quem dispõe de meios e quem também os teve para constituir reservas de tudo, ainda vive sem privações. A verdade, porém, é que a situação econômica da Itália se caracteriza, primeiramente, por um aumento do custo de vida de 40 por cento, por uma profunda desordem administrativa, agravada pela indisciplina popular, e pela falta já de vários produtos ou, pelo menos, pela sua escassez. A questão do carvão, é verdade, foi remediada de certo modo. Mas na própria distribuição de víveres (na distribuição das massas alimentícias, por exemplo, base da alimentação do povo) já se revelou a imprevidência dos órgãos administrativos competentes. Até ao fim de Dezembro, não fora possível distribuí-la, apesar das quotas estabelecidas.

33. O Governo tem procurado remediar esse estado de coisas. Foi decretada a pena de morte contra os açambarcadores⁶⁹⁹. O Ministério da Agricultura foi arvorado em único órgão diretor da economia interna. A fim de atender à elevação do custo de vida, foi aumentada a pensão das viúvas e órfãos de guerra. Mas, como em relação a tudo o mais, a causa das dificuldades da Itália, nesse particular, é a sua impreparação. Portanto, não será simples combatê-la a golpes de medidas de última hora.

Roma, 3 de Janeiro de 1941.

P. Leão Velloso

OFÍCIO⁷⁰⁰ • 08 JAN. 1941 • AHI 41/4/9

[Índice:] Neutralidade brasileira.

Nº 2

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 8 de Janeiro de 1941.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, no incluso recorte do *Messaggero*, de 2 de Janeiro corrente, sob o título “*Vargas riafferma la neutralità brasiliana*”⁷⁰¹, uma notícia telegráfica do Rio de Janeiro, sobre o discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República às classes armadas.

2. A esse propósito, remeto a Vossa Excelência igualmente, no incluso recorte do *Giornale d'Italia*, do dia 3, um artigo do seu Diretor, intitulado “*Segnalazioni*”⁷⁰², sobre o tema das manifestações hostis, ou não, à Itália, neste período de guerra.

3. Diz aquele jornalista:

Importantes antes de tudo são as declarações feitas ontem pelo Presidente da República do Brasil, Vargas, sobre a firme vontade de seu país de manter a

699 Aquele que compra e retém quantidades elevadas de mercadorias, geralmente para promover a sua escassez e, desse modo, fazer subir os seus preços, ou para prevenir uma situação de carência previsível. Fonte: Infopédia. Dicionários Porto Editora.

700 Anexos não transcritos.

701 Tradução pelo CHDD: “Vargas reafirma a neutralidade brasileira”.

702 Tradução pelo CHDD: “Sinalização”.

neutralidade em confronto dos beligerantes europeus e de exigir de todos eles igual respeito. Os termos resolutos e admoestadores dessas declarações vibram por certo com especial e relevante tom na história política desta guerra. Confirmam a força e o amor-próprio independente, e também a sagesa, da grande Nação brasileira. Significam por outro lado uma importante contrapartida em comparação com outras manifestações políticas de outras partes do hemisfério ocidental. Com elas o Brasil demonstra querer seguir uma política sua e interpretar os seus direitos sem a tutela de estrangeiros interessados.

4. O artigo, conforme Vossa Excelência verá, contém do mesmo modo elogios à Argentina, por haver proibido a exibição de uma película de Charlie Chaplin⁷⁰³; a Portugal, por haver expulso de Lisboa o correspondente do *Times*, e à União Soviética, pela correção e objetividade de suas apreciações, na imprensa e no rádio, sobre a situação mundial.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

P. Leão Velloso

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 05 ABR. 1941 • AHI 41/4/9

[Índice:] Visita do Ministro Matsuoka.

Nº 75

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Abril de 1941.

Senhor Ministro,

A visita oficial que o Senhor Matsuoka⁷⁰⁴ acaba de fazer a Roma, após

703 Em 15 de outubro de 1940, o filme *O grande ditador*, de Charlie Chaplin, estreou em Nova York. Exibido em Londres, dois meses depois, a sátira sobre Adolf Hitler vinha precedida de elogiosas críticas. “Uma obra verdadeiramente extraordinária de um artista verdadeiramente grande. [...] talvez o filme mais significativo que já foi produzido” escreveu o *The New York Times*. Na Europa, a guerra propagava-se, e, diante da ameaça alemã, os espectadores foram confrontados com um conteúdo além de atual, ameaçador. A antipatia entre Chaplin e Hitler tinha longa história. Na década de 1920, a propaganda nacionalista da Alemanha acusava: “Charlie Chaplin é judeu [...] Suas ações são as de um vagabundo, sempre entrando em conflito com as leis”, afirmava o panfleto de agitação popular *Der Stürmer*, em 1926. Fonte: <dw.com>. Acesso em: 25 jan. 2021.

704 Yosuke Matsuoka (1880-1946). Diplomata e político. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão de 21 de junho de 1940 a julho de 1941. Foi um dos arquitetos do Pacto do Eixo ou Tripartite, assinado em setembro

haver estado nas capitais alemã e russa, foi considerada pela imprensa italiana como um acontecimento histórico pelo fato de ser a primeira vez que um Ministro dos Negócios Estrangeiros nipônico empreende uma viagem à Europa. O momento em que a mesma se realizou não foi, porém, dos mais felizes, se na mente dos seus organizadores entrou o propósito de impressionar o estadista japonês com relação ao poderio militar italiano e a boa marcha da política do “Eixo”. O desastre naval em Matapan⁷⁰⁵ e a nova situação criada na Iugoslávia, em seguida ao golpe de estado de 27 de Março, não estavam certamente previstos no programa. O brilho das recepções oficiais, com o seu cortejo de manifestações populares e embandeiramento encomendados, ressentiu-se da preocupação visível em todos os semblantes, no tocante à gravidade do momento. A mesma preocupação não terá, sem dúvida, deixado de transparecer nas conversas que o Duce e o Conde Ciano tiveram com o ilustre hóspede.

2. Contrariamente ao uso observado em tais ocasiões, não foi publicado um vago comunicado pelo qual pudesse ser entrevista a natureza dos assuntos ventilados nas várias conferências. Todas as suposições são assim, por enquanto, permitidas.

3. O Senhor Matsuoka foi, igualmente, recebido por S.S. o Papa, em audiência solene, conferenciando em seguida longamente com o Cardeal Secretário de Estado.

4. Logo após a sua chegada a Roma e apenas instalado na Villa Madama, residência habitual dos hóspedes oficiais, o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês recebeu os representantes de imprensa italiana e os correspondentes de jornais e agências estrangeiros, limitando-se a dizer que o fim principal da sua viagem era entrar em contato pessoal com os signatários do Pacto Tripartido, nada tendo a acrescentar às declarações que já fizera em Berlim. Interpelado por um periodista americano a respeito dos rumores relativos a uma mediação do Japão no conflito europeu, o Senhor Matsuoka replicou que tais rumores resultavam de um mal-entendido e que as ideias abstratas sobre a paz mundial que havia transmitido, em tempo, ao Ministro Eden, por conduto do seu representante em Londres, não relacionavam com a guerra atual. Chocou, porém, a opinião italiana o fato de haver ele usado, ao referir-se ao Chefe do Foreign Office, a expressão “meu amigo antigo, Senhor Eden”, talvez por não

de 1940, e Soviético-Japonês de Neutralidade. Fonte: <ndl.go.jp>. Acesso em: 27 jun. 2020.

705 Às 08h12 de 28 de março de 1941, na costa sudeste da Grécia, os navios da 3ª Divisão de Cruzeiros da Régia Marina italiana abriram fogo contra o HMS *Gloucester* a uma distância de 24 mil jardas, marcando o início da Batalha do Cabo Matapan. Nas 15 horas seguintes, os italianos perderiam três cruzadores pesados, dois contratorpedeiros, mais de 3 mil homens, além do acesso ao Mediterrâneo pelo resto da guerra. Fonte: <navyhistory.org.au>. Acesso em: 22 jan. 2021.

estar ao corrente de quão pouca simpatia é rodeado aquele nome neste país, por causa das sanções decretadas em 1936.

5. Em anexo, remeto a Vossa Excelência o texto dos brindes trocados por ocasião do jantar oferecido pelo Conde Ciano, no qual tomaram parte, além das personalidades oficiais, os representantes dos países signatários do Pacto Tripartido.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C[arlos] A[lberto] Moniz Gordilho⁷⁰⁶

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo único⁷⁰⁷: “*Il vibranti brindisi scambiati iersera*”. *La Tribuna*. Roma, 3 de abril de 1941.

OFÍCIO • 01 MAIO 1941 • AHI 41/4/9

[Índice:] Mês político nº 4. Abril de 1941.

Nº 98

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Maio de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Abril de 1941.

Anexo único:

As atividades políticas e militares anunciadas para a primavera pelos Senhores Mussolini e Hitler nos seus discursos do mês de Março último,

706 Carlos Alberto Moniz Gordilho (1887-?). Advogado e diplomata. De 1912 a 1913, adido à Secretaria. Serviu na Cidade do México, Washington, Roma, Estocolmo, Londres, Varsóvia, Praga e Madri. Em 1932, chefiou o gabinete do ministro das Relações Exteriores. Serviu, em 1934, em Budapeste; de 1934 a 1940, em Oslo; de 1940 a 1941, em Berlim; de 1940 a 1941, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário em Berna; em 1941, em Roma, foi cônsul-geral; de 1942 a 1943, embaixador em Roma; de 1943 a 1949 em Bogotá. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. Rio de Janeiro, 1949. Acesso em: 28 jan. 2021.

707 Não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “O brinde vibrante trocado ontem à noite”. *La Tribuna*, Roma, 3 de abril de 1941.

assumiram logo nas semanas subsequentes uma forma e um ritmo que os próprios ditadores talvez não hajam imaginado quando falaram aos respectivos povos.

2. No espaço de doze dias o exército iugoslavo capitulava e, com pouco mais de tempo, realizou-se a ocupação do território continental grego com o aniquilamento dos exércitos do Rei Jorge II e a retirada das tropas imperiais. Mas se a campanha militar apresentou-se relativamente fácil na Iugoslávia, outro tanto não sucederá quanto à parte política do problema que levanta o esfacelamento desse país, em cujos limites viviam povos de nacionalidades, religião e aspirações bem diversas. De concreto ressalva por enquanto a criação de um Estado croata, de fronteiras ainda não definidas. A Itália tomou a si a administração da Dalmácia e Montenegro. A Hungria e a Bulgária serviram-se com as próprias mãos, apossando-se de regiões que outro[r]a lhes haviam pertencido e isso fizeram com o assentimento de Berlim. Ignora-se ainda quais serão as reivindicações da Romênia e em que proporção serão elas satisfeitas. Qual será, porém o quinhão do Reich nessa partilha? É um ponto obscuro que não deixa de preocupar a opinião italiana. Ressurgirá uma Sérvia de território reduzido e independência limitada?

3. O desmoronamento da frente balcânica, de efêmera duração, empresta às operações do “Eixo” no Mediterrâneo possibilidades múltiplas que ainda não se desenharam. A posição da Grã-Bretanha nesse setor agravou-se consideravelmente, concorrendo para tornar ainda mais difícil a sua situação o recuo que as suas forças sofreram na Líbia e a ameaça sobre o Egito. À semelhança do que ocorreu em Dunquerque⁷⁰⁸, parece que o embarque do corpo expedicionário britânico na Grécia pôde efetuar-se na sua quase totalidade, pois até agora não são apontadas formações inglesas entre a massa dos prisioneiros capturados.

4. A Itália protestou energicamente em Washington contra o sequestro dos navios italianos asilados em portos americanos e na zona do Canal do Panamá, bem como contra o tratamento infligido às respectivas tripulações. No seu protesto fez valer que o *Spying Act*,⁷⁰⁹ invocado pelo Governo Americano

708 “Em Dunquerque, premidos por todos os lados, submetidos à violência dos bombardeamentos mais implacáveis, o exército francês do norte e o corpo expedicionário britânico continuam, neste momento, defendendo-se com obstinação. Grande parte dessas tropas, apoiadas nas unidades da marinha aliada, já foi reembarcada para o Reino Unido, e é de supor, pelas notícias que nos chegam, que pequenos contingentes apenas não poderão escapar à pressão do inimigo”. Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa. *Em meio a crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

709 Em 1917, foi aprovado o *Spying Act* e, no ano seguinte, o *Sedition Act*, de 1918. O primeiro penalizava aos que transmitissem informações a estrangeiros que prejudicassem os Estados Unidos. O *Sedition Act*, mais severo e abrangente, previa sanções a “qualquer um de seus oficiais ou agentes, ou dentro da jurisdição exclusiva dos Estados Unidos, ou qualquer lugar em que qualquer navio, aeronave, armas, munições ou outros materiais ou instrumentos para uso em tempo de guerra estejam sendo feitos, preparados, reparados ou armazenados”. O ato atribuía poder ao “presidente em tempo de guerra ou em caso de emergência nacional” arrogar “qualquer lugar diferente daqueles estabelecidos na subseção [do] documento em que qualquer coisa para o uso do

para justificar a medida, era uma lei que datava de 1917 quando o país já se achava em guerra com a Alemanha e, portanto, não podia aplicar-se à atual situação. Podia a mesma lei ser válida no plano constitucional interno, mas nem por isso deixava de ser contrária ao Direito Internacional. Era o sequestro um ato inamistoso que não justificavam os estragos causados aos navios pelos tripulantes e que partiam de um movimento patriótico tendente a proteger uma propriedade italiana, ameaçada de ser entregue ao inimigo. Esses estragos não causaram, aliás, dano algum aos portos americanos. Também não podia ser invocada a necessidade de utilização dos navios, pois os Estados Unidos cediam na mesma ocasião à Inglaterra quase duas centenas dos seus próprios vapores. Como consequência do atrito que se estabeleceu então entre os dois países, o Governo americano pediu a retirada do Adido naval italiano em Washington, Almirante Lais, considerado moralmente responsável pelos estragos causados aos navios, respondendo a Itália com idêntico pedido em relação ao Adido militar e aeronáutico adjunto americano em Roma, capitão aviador W. C. Bentley.

5. A exemplo do que já acontecera em Berlim, reuniu-se nesta capital a Comissão Geral prevista pelo artigo 4º do Pacto Tripartido, sob a presidência do Conde Ciano e com a participação dos Embaixadores da Alemanha e do Japão. Segundo o comunicado oficial, o Conde Ciano fez um apanhado das principais questões políticas, militares e econômicas que pertencem ao âmbito do Pacto, traçando as diretivas da atividade que deverá no futuro ser desenvolvida não só pela Comissão Geral como também pelas comissões militares e econômicas que já iniciaram os seus trabalhos preparatórios. A imprensa procurou dar grande realce a essa conferência como uma prova da estreita colaboração prática reinante entre os três aliados, empenhando-se em assinalar que o Pacto tripartido – ao contrário do que, segundo ela, insinua a propaganda anglo-saxônica – não é uma construção teórica, uma estipulação sem alcance preciso no plano das realizações políticas, militares e econômicas. Por enquanto, porém, não se desprende do conjunto das reuniões efetuadas nenhum índice concreto das deliberações possivelmente tomadas, nem sequer do objeto mesmo da matéria das conferências.

6. Avulta nos comentários diplomáticos o trabalho preparatório já iniciado numa recente conferência do Belvedere em Viena, que será seguida de outra, a realizar-se por estes dias, da nova carta política dos Balcãs, destinada a inserir-se

Exército ou da Marinha está sendo preparada ou construída ou armazenada” [...] desde que ele determine que as informações a respeito disso seriam prejudiciais para a defesa nacional. O ato estabeleceu ainda que suas disposições se estenderiam a todos os “territórios, possessões e lugares sujeitos à jurisdição dos Estados Unidos, contíguos ou não a ele”, e as ofensas sob este título, quando cometidas em alto mar ou em qualquer outro lugar dentro do almirantado e jurisdição marítima dos Estados Unidos e fora de seus limites territoriais serão punidos nos termos deste instrumento”. Fonte: <digitalhistory.uh.edu>. Acesso em: 31 jan. 2021.

no mapa da nova Europa que o “Eixo” se propoes organizar em substituição da de Versalhes. Não se faz mistério, nestes comentários, de que as futuras fronteiras serão traçadas pelo Chanceler Hitler pessoalmente. Até agora ressalta, como certo, das murmurações, que a Hungria e a Bulgária receberão as regiões por elas já ocupadas. Quanto ao que obterá a Itália nada de concreto transpira por enquanto. É mais do que provável que em partilha com a Bulgária receberá ela uma grande faixa do território da Iugoslávia do Sul com o fito de estabelecer uma fronteira comum nas proximidades de Skoplge, na Macedônia. Supõe-se também que caberá a este país uma parte da Dalmácia e da Carniola, mas quanto a esta última região se aventa a hipótese possível de um protetorado alemão semelhante ao da Boêmia. Como se vê, nada se destaca ainda de formal, não passando assim esta informação os limites de um jogo de probabilidades.

Roma, 29 de Abril de 1941.

C. A. Moniz Gordilho

OFÍCIO • 02 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Mês político nº 5. Maio de 1941.

Nº 125

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 2 de Junho de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Maio de 1941.

Anexo:

Seria falta de propriedade falar de reação do público italiano ao discurso, tão esperado, que o Presidente Roosevelt pronunciou no dia 27 do corrente mês.

2. Na realidade esse discurso não foi liberalizado ao conhecimento da massa popular deste país.

3. O jornalista oficioso, Senhor Virgínio Gayda, começa o seu artigo de comentário a dito discurso, no *Il Giornale d'Italia*, cujo recorte me coube

encaminhar com o ofício nº 124, de 29 deste mês, com as seguintes palavras: “Temos em nossas mãos o texto integral do discurso do Presidente Roosevelt...”

4. Tal privilégio limitou-se no máximo a uma dúzia de beneficiários da confiança do regime.

5. Como aquela parte da elite social que lia os jornais suíços está privada desse recurso (foi proibida a entrada em território italiano de todo órgão de publicidade que transmita noticiário destoante do que divulga a imprensa do país), o público conhece do discurso presidencial apenas os trechos que são objeto do revide, do ataque e das objeções dos comentaristas.

6. É possível, em todo caso, formar através dos jornais italianos e das conversações entretidas em encontro com colegas, nestas poucas horas, uma ideia mais ou menos aproximada da impressão realmente produzida nas rodas governamentais como no seio do público em geral, pela palavra, tão cheia de presságios, do Presidente dos Estados Unidos.

7. Não hesitamos em afirmar que essa impressão foi de desafogo; o Presidente Roosevelt quis ganhar tempo é a conclusão a que chega, na sua maioria, o conjunto dos leitores. O povo italiano, em consequência, que estava sendo preparado para receber o choque da proclamação pura e simples do estado de guerra, isto é, da intervenção americana, respira, ele próprio também, feliz de ganhar tempo.

8. O Presidente Roosevelt não pronunciou a palavra que no entender dos italianos reanimaria a Inglaterra – a palavra intervenção – palavra que, ao nosso ver, teria na Itália, por outro lado, repercussão bem pouco auspiciosa.

9. Do fato de que as coisas continuam como até aqui, com possível reforço de medidas favoráveis à Inglaterra, mas sem entrada definitiva e real dos Estados Unidos na guerra, derivam os italianos motivos de confiar na pronta eficácia da ação alemã em todos os setores do conflito.

10. Pelas frases destacadas da peça oratória do presidente americano que são apresentadas ao público deste país – essa peça é na opinião dos italianos uma colcha de retalhos de lugares comuns demagógicos, de afirmações sem base e de confusas generalizações inadequadas à realidade dos acontecimentos. É unânime a conclusão de que o discurso não anunciou nenhum programa preciso.

11. Colhendo nas observações feitas em torno da oração do Presidente Roosevelt, as que mais diretamente nos possam interessar como brasileiros, destacamos aquelas concernentes ao perigo iminente em que, segundo ele, se achariam as Repúblicas da América do Sul na hipótese da vitória do Eixo.

12. Para a imprensa italiana essa tese é completamente arbitrária. Nenhum argumento a apoia. Os países do Eixo não só jamais pensaram em agredir a menor das Repúblicas americanas, como pelo contrário, não pensam senão

em restabelecer com todas elas os mais frequentes contatos tão irritantemente impedidos pelo bloqueio britânico.

13. Quem cogitou jamais em Roma ou em Berlim de partir à conquista do Brasil ou de qualquer outro país de além do oceano? – pergunta um dos publicistas mais em voga da Itália. E argumenta que é justamente da América que vêm a ameaça, o perigo e os danos perfeitamente injustificáveis contra a Europa; é o senhor Roosevelt – diz o mesmo publicista – quem tem mandado e manda carros armados, navio, aeroplanos, armas, munições de todo gênero aos nossos adversários, tornando-se desse modo responsável por tanto sangue derramado de nossos filhos e irmãos.

14. As teses de liberdade do comércio e de liberdade dos mares, aventadas no discurso do Presidente Roosevelt, são respondidas com argumentos tendentes a mostrar a contradição presidencial, quanto à primeira – manifestada no fato do protecionismo aduaneiro, base da política comercial dos Estados Unidos; quanto à segunda – objetivada na existência do domínio marítimo da Inglaterra e dos seus consequentes bloqueios.

15. Quanto à pretendida cobiça da Alemanha sobre os Açores, Cabo Verde e Dakar, responde-se aqui que, pelo contrário, são os Estados Unidos que rondam, com os olhos acesos, em torno dessas possessões.

16. No que concerne a alusão feita pelo Presidente à China de Chiang Kai-shek e a resolução dos Estados Unidos de ajudá-la de todos os modos e na maior escala possível contra os Japoneses, a imprensa italiana é unânime em exprimir mal disfarçado contentamente por essa indireta declaração americana de guerra ao Império do Sol Nascente.

17. Em comunicação telegráfica confidencial, de 10 de Abril último, tive a honra de informar a Vossa Excelência de que, segundo me foi dado apurar então, as bases do plano do ministro japonês Matsuoka, depois das conversas em Berlim e Roma, consistiam em obter um terreno de entendimento, a todo custo, com Chiang Kai-shek. Como esse entendimento com o adversário chinês se devia processar sob as vistas benevolentes da América do Norte, e de acordo com a Rússia, em troca de possível arranjo sobre a extensão da colaboração nipônica com as potências do Eixo – o que significaria, afinal, diminuição do poder combativo de ditas potências – pode imaginar-se a satisfação com que na Itália se assiste à agravação crescente das relações entre os Estados Unidos e o Japão e, como corolário, ao desabrido empenhar-se deste na guerra, numa estrita interpretação do pacto tripartido.

18. “Em Tóquio – frisa um dos comentadores oficiosos – a alusão de Roosevelt será interpretada na sua irrecusável importância. Não era possível lançar desafio mais ostensivo à política nipônica, baseada inteiramente na pronta liquidação da resistência de Chiang Kai-shek.”

19. Para concluir, sabe a opinião italiana que a intervenção americana está em marcha, virá mais dia menos dia. Mas o fato de que dependa de acontecimento ou circunstância ulterior, o fato de que não está ainda a realizar-se, se não conforta deixa ao menos ao povo a esperança...

20. A Itália celebrou, em 9 do mês que ora findou, o “Dia do Império”, com embandeiramentos, paradas e grande abundância de artigos da imprensa. As solenidades deste ano revestiram maior vulto justamente pelo fato do Império estar atravessando um eclipse, que os meios oficiais procuram apresentar ao povo como de pouca duração.

21. Sobre a criação do Reino da Croácia e a elevação ao trono de Svonimiro de um Príncipe *sabando*⁷¹⁰, ocupei-me em ofício especial. Cumpre-me aqui salientar que da reorganização da carta da Europa na região balcânica ganhou a Itália um apreciável acréscimo de território, com o conseqüente alargamento da sua fronteira com o Reich. Muitos querem ver nesse fato e na incorporação de populações de língua e costumes diferentes dos italianos, uma fonte de perigos e dificuldades para o futuro. Como quer que seja, a satisfação oficial não teve limites. Não escapa, porém, à perspicácia dos observadores a facilidade com que a Alemanha proporcionou à sua aliada a satisfação de desejos antigos, tantas vezes proclamados. Pergunta-se mesmo se essa boa vontade não foi concedida à troca de renúncia às apregoadas reivindicações contra a França, o que viria facilitar a política de aproximação que se desenha entre o Marechal Pétain⁷¹¹ e o Führer.

22. Para a definição da sua fronteira com a Croácia se inspirou a Itália, segundo o Senhor Virginio Gayda, de dois princípios essenciais: a reconquista de regiões e cidades que outrora sempre pertenceram a Veneza, assim como o domínio italiano sobre as costas da Dalmácia, cuja posse é indispensável à defesa do Adriático, que se torna assim um mar interior. A Itália obteve importantes vantagens no golfo de Quarnaro. Do sul de Quarnaro até Zara, a Dalmácia foi uma zona que sempre pertenceu à Croácia e para ela agora ficou, cabendo a este país as cidades dálmatas de Sebenico e Spalato. O golfo de Cattaro, com todos os seus territórios, foi adjudicado⁷¹² à Itália por constituir uma posição chave do sistema militar do Adriático.

23. Ao terminar este relatório não poderei passar sob silêncio que no correr de uma visita que S.M. o Rei Vittorio Emanuel III fez à Albânia, neste mês,

710 Refere-se a dinastia dos Saboias.

711 Henri Philippe Pétain (1856-1951). Marechal francês. Herói da I Guerra Mundial. Em 1934, ministro da Guerra; de 1939 a 1940, embaixador na Espanha. Chefe de gabinete depois da derrota de 1940, transferiu o governo para Vichy, onde assumiu o título de chefe de Estado e conduziu uma política fascista e de colaboração com a Alemanha. Condenado à morte, teve a pena comutada em prisão perpétua. Morreu na ilha de Yeu (1951). Fonte: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008.

712 Dar por sentença judicial a uma das partes uma propriedade contestada.

verificou-se ali um atentado que os elementos oficiais procuraram a princípio ocultar ao conhecimento público, declarando mais tarde haver sido contra o Presidente do Conselho albanês. O acontecimento não foi esclarecido com detalhes suficientes para se apurar a verdadeira natureza do incidente. Não resta, porém, dúvida que Sua Majestade se encontrava, na ocasião, na carruagem alvejada. O autor do atentado, de nacionalidade grega, foi imediatamente julgado segundo as leis militares e executado.

Roma, 31 de Maio de 1941.

C. A. Moniz Gordilho

OFÍCIO • 04 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] A perda da ilha de Creta e a sua significação para a Inglaterra.
Nº 132

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 4 de Junho de 1941.

Senhor Ministro,

A conquista de Creta realizada com tanta rapidez pelas armas alemãs repõe em evidência o problema da dominação mediterrânea e o significado histórico da atividade britânica na sua marcha para o Oriente.

2. A Inglaterra instalou-se oficialmente no Mediterrâneo em 1704. Nessa data foi desfraldada sobre o rochedo de Gibraltar a União Jack⁷¹³. Daí em etapas sucessivas Minorca (1708), Malta (1801), as ilhas Jônicas (1815), Chipre (1878), não se deteve o progredir do avanço britânico. Duas interrupções devem assinalar-se: o abandono de Minorca em 1756 e o das ilhas Jônicas em 1863.

3. Com a posse de Gibraltar, de Malta e de Chipre a frota britânica havia fixado em cada uma das três zonas do Mediterrâneo (ocidental, central e oriental) bases definitivas que a habilitavam a exercer o domínio do mar.

4. Examinando-se essa marcha que se manifestou pela aquisição de uma série de pontos de apoio, nota-se que ela corresponde a uma deslocação do centro de gravidade mediterrâneo da zona ocidental para a zona oriental.

713 *Union Jack* ou *Union Flag* é a bandeira nacional do Reino Unido. Fonte: <wiki.org>. Acesso: 10 jan. 2021.

5. E marca ao mesmo tempo em relevos bem visíveis, as duas fases do período histórico caracterizado pelo estabelecimento da Inglaterra no Mediterrâneo: na primeira fase, Gibraltar representa o bastião fundamental do domínio inglês na Europa. Daí, a frota inglesa pode bloquear ou atacar os adversários da Inglaterra, a França, a Espanha e a Áustria.

6. Na segunda, quando os interesses britânicos, em vez de europeus simplesmente, se tornam imperiais, no Mediterrâneo Oriental, a Grã-Bretanha não possui apenas bases navais avançadas e em certo modo isoladas a defender, mas posições muito mais profundas a conservar. A perda das bases do Mediterrâneo Oriental e a expulsão da frota britânica dessa zona teria consequências muito mais graves: importaria na perda do Médio Oriente. E Médio Oriente quer dizer Egito, Palestina e Iraque, isto é, petróleo e o caminho das Índias.

7. O ponto de vista inglês no Mediterrâneo Oriental se tornara bem nítido: evitar que a Rússia ou a França tomassem pé na região e impedir o esfacelamento do Império Otomano que se interpunha entre a Índia e o Mediterrâneo. A lógica imperialista obrigava Londres a desenvolver sua expansão diretamente. Daí a aquisição de Chipre em troca da garantia dada à Turquia em 1878. E daí, principalmente, o estabelecimento no Egito (1882) como potência protetora. De então por diante, entre Chipre e Alexandria, a esquadra britânica tinha a possibilidade de controlar todo o Mediterrâneo Oriental.

8. Em nossos dias, depois da grande guerra, reforça-se ainda mais o sistema britânico com a junção da Palestina, com o porto de Caífa, o Iraque, que constitui um traço de união com a Índia, e por fim o grande oleoduto Mossul-Caífa assegurando o fácil fornecimento de combustível para a frota. Restavam para completar o sistema britânico, as ilhas gregas e, em primeiro lugar, Creta, tanto mais importante para a Inglaterra por se achar a Itália de posse do Dodecaneso⁷¹⁴, que constituía de certa maneira uma interrupção na estrada entre Malta e Chipre. Por esse motivo, desde 1936, aproveitando a tensão provocada então pela questão da Etiópia, a política inglesa procurara, mediante os famosos acordos mediterrâneos, reservar-se as posições gregas.

9. As bases insulares gregas revelam a função notável que a guerra lhes confere. Ocupadas pela Inglaterra no primeiro momento, devem em seguida ser evacuadas, exceto Creta, que o Governo inglês resolvera conservar a todo custo. Em discurso na Câmara dos Comuns, o Senhor Churchill manifestara de fato a intenção de defender a ilha até o último homem.

10. Nada mais compreensível: ainda que se admitisse que Creta, pela vizinhança

⁷¹⁴ Grupo de ilhas gregas na extremidade leste do mar Egeu, junto à costa sudoeste da Turquia. O nome "Dodecaneso" originalmente corresponde às Cíclades, mas foi transferido às presentes ilhas durante o período otomano.

das bases aéreas em poder do Eixo, não pudesse mais constituir uma base naval muito eficaz para os ingleses, era irrecusável que nas mãos do Eixo tornar-se-ia uma ameaça tremenda para posições britânicas, quer na direção do Egito, quer na direção da África do Sul e da Síria.

11. No momento em que a situação da Grã-Bretanha no Oriente Médio entrava em perigo, era claro que a batalha pela ilha de Creta tinha uma importância decisiva: representava o prelúdio de luta maior pelo Mediterrâneo Oriental.

12. Em doze dias a Inglaterra perdeu tão forte baluarte do Império britânico; deve agora bater-se nos postos avançados que protegem o Egito. Após os efêmeros sucessos do inverno, ela se acha hoje forçada a resistir contra a violência de ataques crescentes, às portas mesmas que guardam o caminho das Índias.

13. Enquanto as bandeiras do Eixo flutuam nas alturas que dominam o Mediterrâneo Oriental, acochado por hábil propaganda que desenvolve as consequências dos feitos militares, o mundo árabe fermenta dando força ao levante do Iraque e envolvendo os triunfadores do prestígio da vitória.

14. Não é de admirar que a reunião dos dois chefes do Eixo, realizada anteontem, no Brenner, para a troca de congratulações e assento de novos planos de ação, tenha transcorrido numa atmosfera de confiança.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 10 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Após um ano de guerra.
Nº 138

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 10 de Junho de 1941.

Senhor Ministro,

A 10 de Junho do ano passado a Itália declarava a guerra à Grã-Bretanha e à França, pondo-se ao lado da Alemanha já em guerra com as democracias ocidentais desde 1º de Setembro de 1939.

2. Não se tratava de uma guerra de defesa; a intervenção da Itália no conflito era previsível e prevista.
3. A solidariedade política e militar ítalo-alemã, originada espontaneamente de uma absoluta identidade de condições econômicas, de instituições político-sociais e de ideais, havia já sido formulada e sancionada no tratado de amizade e de aliança estipulado em 22 de Maio de 1939, na forma mais ampla quanto às circunstâncias e mais precisa e imperativa quanto às obrigações.
4. Basta, para mostrá-las, recordar o artigo 3º do mesmo tratado: se, apesar do desejo e das esperanças das partes contratantes, acontecer que uma delas venha a ser empenhada em complicações bélicas com uma outra ou com outras potências, a outra parte contratante pôr-se-á imediatamente como aliada ao seu lado e a sustentará com todas as suas forças militares, por terra, por mar e no ar.
5. Pode dizer-se sem exagero que uma estipulação redigida em tais termos representava verdadeiramente fato novo na história dos tratados internacionais: o motivo ou a causa ocasional do conflito, que em todos os tratados de aliança até então conhecidos, constituíam objeto de rigorosa especificação, deixando às partes contratantes o direito de exame posterior, no tratado ítalo-alemão, chamado Pacto de Aço, resolviam-se, ao contrário, por um subentendido.
6. As partes contratantes se atribuíam reciprocamente uma confiança tal acerca de suas intenções e da sua atitude que se empenhariam na mais plena e imediata solidariedade armada no caso que acontecesse a uma delas ser envolvida numa complicação bélica.
7. Não obstante o caráter categórico desse texto, nos dias que antecederam à intervenção italiana e ainda quando a Itália passava formalmente do estado de não beligerância ao de pré-beligerância, houve quem esperasse, não só fora da Itália, como dentro dela, que o estado de guerra não se estabelecesse, que na última hora a Itália não intervisse no conflito.
8. Os jornalistas italianos glosam⁷¹⁵ hoje, em torno das comemorações do aniversário da Itália na guerra, comentários às esperanças dos que no estrangeiro, com ou sem autoridade, duvidavam da firmeza italiana e acreditavam poder deter o inelutável.
9. Recordam a mensagem que, em continuação a conselhos e advertências, o Presidente dos Estados Unidos enviou ao Senhor Mussolini, exortando-o a conservar a paz, assim como os artigos da imprensa aliada e de grande parte dos países neutros unidos no esforço de representar ao Governo de Roma as perigosas consequências que resultariam para a Itália da sua entrada no conflito: o fechamento de Gibraltar, de Suez e dos Dardanelos; o isolamento

715 Exercer censura; criticar.

do império africano e tantos outros inconvenientes econômicos e políticos dos quais a Itália não parecia se dar conta por si mesma.

10. Sobretudo recordam os jornalistas italianos as exortações francesas apresentadas então em forma de elogio à política tradicional da Itália, baseada na sutileza, no maquiavelismo, no oportunismo e mesmo na traição, política que, no julgamento contemporâneo dos diretores da mentalidade fascista, significava traição, sim, mas principalmente traição aos interesses italianos.

11. Deduz-se da unanimidade das manifestações escritas e verbais, oficiais e oficiosas, publicadas e espalhadas em todos os tons uma nota única: a afirmação de que, depois de um ano da entrada na guerra, a Itália só tem motivos para se congratular consigo mesma por ter honrado os compromissos tomados e se lançado abertamente na luta.

12. Todas as profecias de catástrofes formuladas sobre o destino italiano pelos interessados em enfraquecer a Itália hão recaído sobre os seus inimigos: assim se exprime o orgulho italiano. A França, baluarte da democracia no continente, foi dominada e anulada como elemento preponderante na política europeia; a Inglaterra, a soberba senhora dos oceanos, carregada de prestígio secular e circundada até ontem de obediência reverente de uma multidão de povos, é batida sobre todas as fontes vitais, obrigada a abandonar ao seu infausto destino as nações que se iludira poder proteger, reduzida à humilhante situação de mendiga angustiada às portas dos Estados Unidos, os quais a fazem pagar o duvidoso auxílio com dolorosas sessões de possessões do Império.

13. Assim perora⁷¹⁶ o patriotismo fascista, na exaltação da data celebrada. Em confronto com as duas potências democráticas que dominaram o continente e que se debatem nas angústias de uma defesa sem esperança, a Itália, após um ano de guerra, está sempre de pé e invicta. Dada cem vezes por morta pelos seus inimigos, está vivíssima e temível no posto de combate.

14. Quando amanhã se fizer um balanço completo das forças operantes no conflito atual, a parte representada pela Itália aparecerá ainda muito maior do que hoje se vê. Se a guerra sofreu em poucos meses tão pronunciado desvio do Ocidente para o Oriente Sul, isso foi devido a Itália, que descobriu a tempo as insídias balcânicas e pôs a descoberto os núcleos principais do sistema britânico no Mediterrâneo.

15. Volvem-se então os olhos na Itália para os frutos colhidos nesse primeiro ano de guerra triunfante: a libertação do Adriático, tornado um lago italiano de uma margem à outra, e a eliminação dos ingleses da península balcânica e das ilhas do Egeu.

16. São estes, Senhor Ministro, os temas apresentados à opinião pública deste país por algumas das mais autorizadas vozes do regime, a que se juntará esta

716 Advoga.

tarde a do próprio chefe, no momento em que se celebra a entrada na guerra da Itália fascista.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 12 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Um ano de guerra. Discurso do Senhor Mussolini.
Nº 139

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 12 de Junho de 1941.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, no incluso recorte de *La Tribuna*, o texto do discurso que o Senhor Benito Mussolini pronunciou no dia 10 do corrente mês, na Câmara “dei Fasci e delle Corporazioni”, comemorando o primeiro aniversário da entrada da Itália na guerra.

2. Teve esse discurso dois escopos principais, um, ostensivo – o de demonstrar que mesmo sem a intervenção alemã, o exército grego teria sido esmagado pelas forças italianas; – outro, dissimulado – o de preparar a frente interna para a continuação da guerra, o aumento das privações e a dureza das consequências da intervenção americana, minimizada no discurso, mas avaliada com realismo pelo povo.

3. O efeito produzido, conquanto esperado, foi desta vez ainda maior do que de vezes anteriores. É justo assinalar que satisfiz ao espírito público a pormenorizada exposição feita pelo Duce do esforço realizado coletivamente pelas forças armadas; nada foi deixado à margem na minuciosa valorização das atividades bélicas levadas a efeito pelas três armas em ação.

4. Quis o Duce evidentemente consignar, em um documento destinado aos arquivos históricos, a descrição ou o quadro do poder militar da Itália, possuidora, aos seus olhos, de um ótimo exército, de um soldado aguerrido, de um excelente corpo de generais, de um hábil estado-maior, de uma grande

marinha de guerra, de uma admirável frota mercante de uma aviação de notável eficiência.

5. A contribuição militar italiana tem sido, no conceito do Duce, imensa quer em quantidade quer em qualidade.

6. Segundo os dados da sua exposição, em quantidade a Itália militar teve o poder de cobrir simultaneamente quatro frentes de guerra (a albanesa, a líbica, a etiópica e a mediterrânea) e de estar presente com vigorosas representações na frente atlântica e na Mancha.

7. O Duce explicou as razões do insucesso da primeira manobra do General Visconti-Prasca, consistente sobretudo em circunstâncias meteorológicas; quis mostrar à nação a obra para ele gigantesca da preparação, abastecimento e comunicações necessárias ao fornecimento e esforço ininterrupto do exército da Albânia, elevado afinal ao efetivo de 26 divisões, mais 3 regimentos de cavalaria, 4 de *bersaglieri*⁷¹⁷, um de granadeiros e um grupo de batalhões de “camisas negras”; assinalou o trabalho do Estado-Maior e do seu novo chefe, General Cavallero; pôs em destaque o nome dos dois Generais Pirzio Biroli e Geloso, comandantes de dois exércitos operantes que tinham sob suas ordens trinta comandantes de divisões; não esqueceu os trinta mil operários que serviram ao lado das tropas.

8. Nenhuma alusão fez o Duce, no seu discurso, nem mesmo veladíssima, ao Marechal Badoglio ou a qualquer dos ex-chefes militares, o que é bem a sua maneira, direta e prática.

9. Sua referência ao heroísmo do Duque de Aosta, irrestrita e calorosa, foi consagrada por aplausos sinceros.

10. O Duce apresenta ao mundo o panorama de uma Itália militarmente segura de si, com seu exército, suas esquadras navais, suas esquadras aéreas continuando sem fraquejar a luta e, ao contrário, aumentando a sua intensidade e o seu vigor.

11. O discurso contém igualmente uma referência à incorporação da Grécia no espaço vital mediterrâneo da Itália, à fraternidade de armas, cada vez mais íntima, entre a Itália e a Alemanha.

12. Dois países, ainda fora da luta, foram mencionados: a Espanha e a Turquia. A primeira sabe, segundo o orador, de que lado estão os seus verdadeiros amigos, palavras que podem ser interpretadas como uma advertência. À segunda é acenado com a amizade italiana de preferência à inglesa.

13. Estive presente, como era do meu dever, à sessão da Câmara e pude apreciar, em toda sua plenitude e pela primeira vez, o espetáculo preparado com a maestria de *mise en scène*⁷¹⁸ das representações fascistas. Através o estridor

717 Atiradores.

718 Trata-se de uma expressão francesa utilizada para designar todos os elementos que compõem a encenação.

das aclamações, de dentro do recinto de *gerarchas* e figuras oficiais e as de fora, da massa popular, acumulada na praça Venezia, não podia filtrar-se nenhum sinal de sofrimento ou de apreensão acaso experimentado pela nação italiana após um primeiro ano de luta. Ao alcance dos nossos olhos não havia senão entusiasmo, solidariedade e confiança.

14. Em anexo, remeto a Vossa Excelência um recorte do *Il Giornale d'Italia*, contendo um primeiro comentário do Senhor Virginio Gayda ao discurso do Chefe do Governo italiano.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos:⁷¹⁹ N° 1. “*Il testo dello storico discorso del Duce pronunciato ieri alla Camera dei Fasci e delle Corporazioni*”. *La Tribuna*. Roma, 12 de junho de 1941.
N° 2. “*Fede*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 12 de junho de 1941.

OFÍCIO • 23 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[*Índice:*] A Itália declara a guerra à Rússia.
N° 149

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 23 de Junho de 1941.

Senhor Ministro,

A Itália considera-se em estado de guerra com a União das Repúblicas Soviéticas desde as 5 ½ horas de domingo 22. Outro não podia ser o seu procedimento, embora essa declaração não passe, ao menos por enquanto, de um gesto platônico de solidariedade com a grande aliada alemã.

2. Há vários dias circulava, nas rodas diplomáticas desta capital, persistente rumor sobre a existência de dificuldades entre Berlim e Moscou. Arquitetavam-se as mais variadas hipóteses sobre as causas e conseqüências do desentendimento,

719 Anexos não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: N° 1. “O texto do histórico discurso do Duce proferido ontem na Câmara de Fascios e Sociedades”. *La Tribuna*. Roma, 12 de junho de 1941; N° 2. “Fé”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 12 de junho de 1941.

sem que a ninguém fosse dado descobrir qual seria o seu verdadeiro desfecho. A maioria inclinava-se, entretanto, a crer que a Rússia tudo faria para evitar a necessidade de chegar a um conflito armado com a poderosa vizinha, cedendo a todas as suas exigências de ordem política e econômica.

3. Concorriam para a desorientação geral as informações divulgadas, de fontes diversas, pelos jornais suíços. Mas tratando-se da Rússia seria temerário aventurar qualquer prognóstico.

4. Enquanto isso, a imprensa italiana mantinha o mais absoluto silêncio, que só rompeu para publicar um comunicado da Agência Tass desmentindo os boatos de qualquer atrito da URSS com o Reich. Contrastando com essa atitude de reserva, iniciou ela agora uma violenta campanha contra os dirigentes soviéticos que da noite para o dia se tornaram o inimigo nº 1 do “Eixo” e são acusados das mais tenebrosas maquinações, como se verifica dos editoriais do *Il Messaggero* e *Il Giornale d'Italia*, que, em anexo, a este acompanham.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos⁷²⁰: Nº 1. “*Nemico smascherato*”. *Il Messaggero*. Roma, 23 de junho de 1941.

Nº 2. “*Tre ragioni*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 24 de junho de 1941.

OFÍCIO • 30 JUN. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Mês político nº 6. Junho de 1941.

Nº 154

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 30 de Junho de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria

720 Não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “Inimigo desmascarado”. *Il Messaggero*. Roma, 23 de junho de 1941. Nº 2. “Três razões”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 24 de junho de 1941.

de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Junho de 1941.

Anexo:

A participação ativa da Itália na guerra contra a Rússia encontra no seio da imprensa italiana um eco retumbante.

2. Na entonação dos motivos da ação é exaltada antes de tudo, como em todas as manifestações políticas e militares, a figura do Duce, a cujo gênio não se cansam os órgãos de publicidade de render a costumeira homenagem.

3. Apresentam ao chefe do Governo italiano como libertador da Europa, da ameaça bolchevista, e a divisão motorizada, que partiu ou deve partir para o fronte oriental, assume as proporções de uma ala de nova cruzada numa guerra santa.

4. São exaltados os países que confraternizaram e marcham na mesma direção: a Finlândia, principalmente, recebe os hosanas⁷²¹ consagradores e grande relevo é dado ao noticiário que vem da Espanha narrando as manifestações feitas em frente da Embaixada inglesa e a constituição de um centro de agremiação de voluntários, instalado na própria sede da falange em Madri.

5. Em todos os jornais são precedidas de grandes títulos as declarações do Presidente Getúlio Vargas, à *Nación*, de Buenos Aires, reafirmando a neutralidade do Brasil em face do conflito europeu.

6. Sobretudo são postos em destaque os trechos da entrevista referentes aos elementos italianos e alemães residentes no Brasil, que, segundo se transcreve, trouxeram, nas palavras do Presidente Vargas, à economia do Brasil, à sua indústria e ao seu comércio, à sua agricultura uma forte contribuição de inteligência e de trabalho, havendo demonstrado capacidade de primeiríssima ordem em todos os setores da atividade.

7. *Il Giornale d'Italia* nota que, falando em nome de uma das maiores repúblicas sul-americanas, com os seus 40 milhões de habitantes, o Presidente Vargas definiu com bom senso e realismo a posição do Brasil, iluminando, em natural contraste, a posição artificialmente criada por aquilo que chama de “o belicismo norte-americano”.

8. Vargas (diz textualmente) que não vive entre as nuvens, mas na terra, e é, não menos que o Presidente Roosevelt, zeloso da segurança do seu país e do seu continente, reconhece que a guerra europeia é negócio europeu somente e não se refere e não pode de modo nenhum ameaçar o hemisfério ocidental, como se pretende em Washington. Condenou também as falsas acusações fabricadas pela propaganda belicista de Washington contra os pretendidos perigos criados pelos cidadãos italianos e alemães que agiram não se sabe como, a mandado do Nazismo e do Fascismo. As

721 Tem sua origem do hebraico *hoshi'anna*, e significa originalmente “salve-nos”, a palavra passou para o português como forma derivada do latim *hosanna*, com o sentido de louvor ou aclamação.

palavras do Presidente do Brasil prestam um grande serviço aos interesses dos povos americanos e à história da civilização mundial.

9. Na valorização dos elementos que se enfileiraram contra os Sovietes ganham elogios a Hungria que, em seguida à Finlândia, se declarou também em estado de guerra com a Rússia, quer em função da sua adesão ao Pacto Tripartido, quer em reação à direta agressão soviética pelo bombardeio do seu território.

10. É recordado, quanto à Hungria, o passado das lutas magiares contra o comunismo, o episódio de Bela Khun, emissário da central comunista de Moscou, “o qual tentou submergir a civilização ocidental e católica no furacão devastador da revolução russa”. A Hungria pôde, com a sua experiência, “medir o perigo comunista e a necessidade da coligação europeia para a defesa do continente contra a sua insídia”.

11. À pequena Eslováquia, à recém-nata Croácia que se alinham contra os Sovietes ao lado das Potências do Eixo são rendidas homenagens vibrantes no tom enfático peculiar ao feitio italiano.

12. Em consequência aguçam-se, na liça, os ataques de polêmica, antiamericanos e anti-ingleses. Singular reserva se nota quanto ao noticiário proveniente do Japão: conferências e reuniões de ministros com o Estado-Maior, mas nenhuma notícia positiva se desprende dos obscuros telegramas originários do Império do Sol Nascente.

13. Filtram-se pelo contrário em um ou outro órgão, referências mal-humoradas a pretendidas gentilezas e troca de amabilidades entre os Estados Unidos e o Japão; em alguns jornais se reforçam com palavras aciduladas⁷²² as advertências ao mesmo Japão contra as perfídias americanas e as suas obrigações relativas ao Eixo expressadas no Pacto Tripartido.

14. Enquanto corre o boato logo desmentido de remodelação no governo de Tóquio, noticia-se a oferta feita pelo Duce da sua esplêndida lancha de luxo, do seus mas [*sic*] pessoal, ao Ministro Matsuoka, provável demissionário nos ecos da propaganda anglo-saxônica.

15. Em todo caso até aqui o Extremo Oriente, isto é, o Japão está mudo, estudando, medindo o terreno antes de se aventurar talvez. Certo aguarda a oportunidade e o faz de acordo com as potências signatárias do Pacto Tripartido. A verdade, porém, é que a opinião aqui estimaria manifestação mais visível e ruidosa.

16. A solidariedade ítalo-alemã cada vez mais se afirma no terreno dos fatos. O rumor da imprensa do Reich, celebrando essa solidariedade, chega numeroso aos ouvidos italianos e pode dizer-se que domina o ambiente. A luta contra o

⁷²² Levemente ácido: vinho acidulado.

comunismo serve à exaltação do velho credo do Fascismo e os dois sistemas autoritários se fundem no combate ao inimigo comum.

17. A solidariedade, que assim se exterioriza, não impede, entretanto, que a figura da Itália no Eixo não deixe de ser de segundo plano. Com efeito, circula nos meios diplomáticos de Roma a informação, não controlada, de que ao Embaixador italiano em Berlim só foi comunicado o início da ofensiva contra a Rússia depois da irradiação da proclamação do “Führer”.

18. Corre também como certo que o Embaixador Soviético nesta capital estava tão alheio aos acontecimentos que foi necessário organizar uma verdadeira caçada para a sua descoberta na manhã do domingo 22, a fim de lhe ser comunicado que a Itália se considerava em estado de guerra com o seu país. Depois de árduas investigações foi a Senhor Nicola Gorelkin encontrado numa praia a tomar banho!

Roma, 30 de Junho de 1941.

C. A. Moniz Gordilho

OFÍCIO • 01 JUL. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] A conquista da Grécia e o abastecimento de petróleo da Itália.
Nº 155

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Julho de 1941.

Senhor Ministro,

A ocupação da Grécia, por parte das forças italianas, ultimada à hora em que tenho a honra de traçar estas linhas, sendo um fato político e estratégico da maior importância, assume vulto ainda maior, se apreciada pelo lado econômico, tendo em vista principalmente as consequências resultantes da abertura de comunicações para o Oriente.

2. O caminho do Mar Negro, que põe a Itália em contato com a Romênia, garantia o fornecimento de petróleo a este país por um quarto das suas necessidades. Por causa da guerra com a Grécia e mesmo antes desta devido à sua neutralidade filo-inglesa, a via do Mar Negro se fechara para a Itália.

3. Em tempo de paz, este país importava sua maior quantidade de petróleo da América, via Gibraltar; em seguida, da Romênia através os Dardanelos e o

Egeu. Quantidades de certa magnitude chegavam também do Irã e das Índias Holandesas, via Suez; ainda atingia este país uma certa porção de petróleo originário de Caifa e de Trípoli da Síria através o oleoduto. Proporção mínima era ainda recebida da Rússia, via Mar Negro, sem falar da contribuição quase nula em quantidade e em qualidade, da Albânia.

4. Rebentada a guerra, todas essas fontes de fornecimento se estancaram para a Itália, exceto as do Mar Negro e da Albânia. O conflito com a Grécia interrompeu também estas. Assim a Itália teve que utilizar com maior largueza os depósitos mantidos em reserva.

5. Houve quem pensasse que, dada a amizade da Romênia, a Itália poderia abastecer-se de petróleo também por terra, mas essa opinião não tinha base na realidade, pois os transportes ferroviários e automobilísticos só parcialmente e em proporção escassa poderiam substituir as comunicações marítimas que vieram a faltar.

6. Com a via danubiana, sobrecarregada com o fornecimento da Alemanha, não podia contar este país, pois o Danúbio enquanto se interna profundamente no território alemão, passa longe das fronteiras itálicas e a hipótese de uma integração da via fluvial com a ferroviária, complicando-se com os transbordos necessários, exigiria um aparelhamento adequado, inexistente no quadro das preparações italianas.

7. Além disto, é ponto corrente na economia que o petróleo não é mercadoria transportável por terra, não só pelo custo como pela exigência de toda uma organização especial. Quanto ao lado custo, importa considerar sobretudo o derivado do consumo do combustível.

8. De acordo com os dados fornecidos por estatística que estudamos ultimamente, se verifica que para transportar por mar 10 mil toneladas de petróleo basta uma força motriz de cerca de 5 mil cavalos, enquanto para acionar 30 trens com 600 carros especiais modernos – isto é o equivalente – são necessários ao menos 45 mil cavalos em instalação, dos quais 30 mil em uso efetivo.

9. Faz-se ainda observar que a locomotiva é uma máquina a baixo rendimento e consome uma quantidade quántupla de carvão em proporção da energia utilizada; assim, o consumo de combustível no transporte por terra não é 6 vezes superior como parecia em relação à potência empenhada, mas justamente 30 vezes.

10. Em resumo, só há duas maneiras possíveis de transportar petróleo: por terra, o oleoduto e por mar, a nave-cisterna. Para fazer chegar à Itália, da Romênia, quantidade de petróleo correspondente à carga de uma só nave-cisterna, isto é, 10 mil toneladas, seriam precisos 30 trens, em média, com 600 grandes carros-botes em contínuo movimento.

11. Tendo-se em vista que, em tempos normais, a Itália consumia 10 mil toneladas de petróleo em um dia e meio, se fará uma ideia do imenso movimento de trens que se tornaria necessário para substituir a importação marítima. Considera-se que, como média geral, uma linha ferroviária pode ser percorrida somente por 20 pares de trens por dia. Com maior carga o tráfico pode ficar seriamente embaraçado.

12. Em tempo de guerra o consumo de petróleo aumenta em proporções extraordinárias. Se em tempo de paz a Itália consumia anualmente mais de 2 milhões de toneladas, pode-se imaginar a que total não sobe o consumo atual. Uma frota de 500 mil toneladas mobilizada e pronta para o combate consome mais de 2 milhões de toneladas...

13. A conquista da Grécia, com a conseqüente reativação da via do Mar Negro, permite à Itália de abastecer-se largamente na Romênia, para o uso diuturno e para reconstituição das suas reservas desfalcadas.

14. Pensam as autoridades italianas que a Romênia, que produz cerca de 6 milhões de toneladas anuais, pode fornecer a este país todo o petróleo de que ele tem necessidade, pois atualmente não deve mais enviá-lo a toda a Europa, mas somente aos países do Eixo.

15. Concluem os italianos, na sua tendência expressa ao otimismo, que, enquanto é assegurado à Itália o fornecimento de petróleo, irão a minguar as fontes que alimentam o consumo inglês no Mediterrâneo.

16. A revolta do Iraque, não ainda domada de todo, segundo diz a imprensa italiana, determinou, certamente, notável estrago à produção, aos próprios poços e ao oleoduto, justamente definido o cordão umbilical da *Mediterranean Fleet*.⁷²³

17. É posto em relevo pelos técnicos do assunto, no estudo de que nos servimos para a composição deste trabalho, a grande dificuldade de reparar os danos recebidos pelos depósitos petrolíferos.

18. Assim consideram a livre comunicação com o Oriente resultante da vitória sobre a Grécia e sua ocupação por parte de forças italianas, não somente uma afirmação de prestígio do Eixo, mas o início de uma série de vantagens econômicas, entre as quais sobressai a relativa a maior possibilidade de recebimento de petróleo, alma da guerra motorizada.

19. Os seus cálculos, bem elaborados, estão, entretanto, sujeitos às contingências do novo conflito à margem do Mar Negro.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

723 A Marinha Real manteve duas pequenas forças no Mediterrâneo: uma de contratorpedeiros em Gibraltar, para o trabalho de comboio no Atlântico, e a segunda, encarregada do Mediterrâneo Oriental, nas mãos da Frota do Mediterrâneo (*Mediterranean Fleet*) composta pelo porta-aviões *Eagle* e pelos os navios de guerra *Malaya*, *Ramillies*, *Royal Sovereign* e *Warspite*. Fonte: <naval-history.net>. Acesso em: 15 jan 2021.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 04 JUL. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Limites Brasil-Guiana Inglesa.

Nº 161

CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 4 de Julho de 1941.

Senhor Ministro,

Confirmando o meu telegrama desta data, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, cópia da nota pela qual o Governo italiano declara achar-se em condições de oferecer o mais categórico desmentido às afirmações do Embaixador Lloyd Griscom, no seu livro “Diplomatically Speaking”, sobre conceitos pouco simpáticos ao Brasil e aos brasileiros, que Sua Majestade o Rei-Imperador Victor Emanuel III teria externado por ocasião da audiência para a apresentação das suas credenciais em 1904.

2. A nota é firmada pelo Conde Ciano e exclui também que tais conceitos tenham jamais sido pronunciados pelo Soberano.

3. A sua entrega me foi feita em mão pelo Ministro Vitetti, chefe da Diretoria-Geral dos Negócios Gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o qual me disse ter recebido carta do Ministro da Casa Real, Senador Conde d’Acquarone, declarando que Sua Majestade, a quem submetera o assunto, negava ter mantido a conversa referida pelo Embaixador americano.

4. Nessa carta, o Conde d’Acquarone afirmava ainda que não era dos hábitos de Sua Majestade manifestar-se sobre assuntos político em quaisquer circunstâncias e muito menos em oportunidade solene, com diplomata, em apresentação de credenciais.

5. É difícil deixar de considerar como levianas as expressões atribuídas ao Rei da Itália pelo Senhor Griscom: não se conhecem antecedentes de indiscrições semelhantes a cargo do Soberano.

6. As autoridades italianas se mostram curiosas de conhecer a obra em questão,

mas, segundo me disse o Ministro Vitetti, a mesma não chegou à Itália, não tendo sido objeto sequer de encomenda por parte das livrarias deste país.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 05 JUL. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Reconhecimento do Governo de Nanquim.
Nº 162

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Julho de 1941.

Senhor Ministro,

A Itália reconheceu, a 1º de Julho, o Governo Nacional de Nanquim que tem como Presidente de Conselho Wang Ching-wei⁷²⁴.

2. Do telegrama que o Conde Ciano dirigiu, nessa ocasião, a Wang Ching-wei verifica-se que o ato de reconhecimento foi realizado em obediência a desejo expresso do Governo Imperial do Japão.

3. Na mesma data, procederam a idêntico reconhecimento o Governo do Reich e os dos países signatários do Pacto Tripartido, Romênia, Hungria, Bulgária, Croácia e também a Espanha. A simultaneidade do ato revela o seu concerto prévio e os fins a que visa: prestigiar o Governo de Tóquio, patentear o funcionamento automático do Tripartido, e, segundo a fórmula que se atribui o Eixo de distribuir a seu grado o domínio do planeta, reconhecer ao Japão o quinhão que lhe cabe na partilha.

4. Sabido, como é, que o Governo de Nanquim se vem assinalando pela sua tendência anticomunista, a imprensa italiana vê na realização desse reconhecimento, no momento presente, uma consequência da guerra-cruzada empreendida contra o comunismo de Moscou e tendente a liberar os continentes da sua ameaça destrutora.

724 Wang Ching-wei (1883-1944). Político chinês. Liderou a chamada facção de esquerda do Partido Nacionalista, o *Kuomintang*. Em 1838, muda de lado e passa a ser o presidente do regime chinês colaboracionista em Nanjing. Fonte: <marxists.org>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 07 JUL. 1941 • AHI 41/4/10

[*Índice:*] A guerra germano-russa e a Itália.
Nº 163

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 7 de Julho de 1941.

Senhor Ministro,

O desenvolvimento das operações militares contra a Rússia bolchevista retém tanto mais a atenção da opinião italiana que, não obstante as dificuldades representadas pela natureza do terreno e a resistência encarnecida das forças soviéticas, aquelas operações se desenrolam num ritmo acelerado.

2. Os sucessos obtidos pelos exércitos alemães, as posições por eles ocupadas e as uma importância no ponto de vista da economia geral da campanha, são registrados pela imprensa fascista ruidosa e extensamente.

3. A opinião é, entretanto, posta em guarda contra um otimismo exagerado. Sobre o êxito da luta atual não paira dúvida, mas não se devem dos resultados dos primeiros combates tirar conclusões precipitadas quanto à duração do novo conflito, cujas dificuldades os meios competentes alemães são os primeiros a reconhecer.

4. Para a imprensa italiana a questão do auxílio inglês à Rússia é coisa morta. É irrealizável na situação presente da Grã-Bretanha, pelo menos do ponto de vista material, e portanto efetivo.

5. Expressim também os jornais manifesto ceticismo sobre se o socorro americano, solicitado pelo embaixador soviético em Washington e prometido pelo Presidente Roosevelt, chegará em tempo útil, estando apenas aberta para o seu transporte a via de Vladivostok.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 19 JUL. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] O pacto anglo-russo na opinião italiana.
Nº 176

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 19 de Julho de 1941.

Senhor Ministro,

A imprensa italiana transcreve, a propósito do pacto anglo-russo, as declarações dos políticos ingleses relativas ao bolchevismo, com o intuito de insinuar ao público deste país a desorientação reinante na Grã-Bretanha.

2. É o pacto da plutocracia com o comunismo, repetem todos os jornais sem discrepância, uns em tom indignado, outro de maneira humorística.

3. O Senhor Virginio Gayda, no *Il Giornale d'Italia*, denomina-o “pacto do diabo com a água santa”.

4. Como não existe no seio da opinião pública italiana, a inferir-se pelo julgamento da imprensa, dúvida nenhuma sobre a pronta destruição do exército soviético e conseqüente domínio da Alemanha sobre a Rússia, esse pacto se apresenta, em tal conceito, como destituído de força para o futuro.

5. O acordo entre a Inglaterra e a Rússia – que a maioria dos jornais britânicos e americanos tem o cuidado de qualificar como simples aliança militar, a fim de não chocar os Domínios e a parte seguramente burguesa e liberal dos seus respectivos leitores com a notícia de uma associação política com o bolchevismo... – nada mais significa, na opinião dos órgãos fascistas do que o esforço da Inglaterra para obrigar a Rússia a se manter em estado de guerra, prolongando assim a luta para ocupar as tropas do Reich.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 05 AGO. 1941 • AHI 41/4/10

[*Índice:*] O poder marítimo da Itália.
Nº 189

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 5 de Agosto de 1941.

Senhor Ministro,

O Governo italiano, publicando os resultados da batalha aeronaval travada no Mediterrâneo, nas vizinhanças do Canal da Sicília, de 23 a 25 de Julho, se compraz em afirmar que se trata de uma grande vitória da marinha real.

2. No cômputo apresentado, assegura que foram afundados seis grandes transportes ingleses e duas grandes torpedeiras, ficando gravemente golpeadas outras cinco unidades de guerra inimigas entre as quais a famosa *Nelson*, e ainda uma nave porta-avião.

3. O momento se afigura azado⁷²⁵ para considerar a situação das forças navais italianas hoje em dia e as suas responsabilidades no futuro.

4. A Itália iniciou a sua vida de potência marítima quando outras nações se haviam já apropriado das melhores possessões coloniais e dispunham de bem aparelhada marinha mercante e de forte marinha de guerra. Foi sobretudo depois da criação do império, que se impôs ao Governo italiano a inelutável necessidade de adquirir a força marítima sonhada por Garibaldi e por Crispi, sem a qual o comércio, o prestígio e a expansão nacional dependem do beneplácito⁷²⁶ estrangeiro, isto é, dos próprios concorrentes.

5. O desenvolvimento do programa naval italiano encontrou, porém, logo no começo da sua execução, dois obstáculos notáveis – as restrições impostas pelo Tratado de Washington e a deficiência de matérias-primas necessárias.

6. Não se tratava de construir uma frota ligeira de torpedeiras e submarinos – arma ofensiva contra forças mais poderosas em caso de guerra, mas não suficiente para fazer respeitar-se, nem mesmo no Mediterrâneo, cujo domínio devia ser o objetivo no início da política naval italiana; não era o caso de limitar o esforço à construção da referida frota ligeira, mas sim de criação de uma verdadeira armada de combate com couraçados, porta-aviões e grandes cruzadores.

⁷²⁵ Que é conveniente; oportuno, propício.

⁷²⁶ Expressão de consentimento; abonação, concordância, aquiescência; aprovação régia, de autoridade de instância superior, mediante despacho.

7. Apesar das dificuldades conhecidas, sete cruzadores couraçados, quatro cruzadores tipo “Cavour” remodelados e quatro tipo “Vittorio Veneto” foram rapidamente construídos de modo a constituir a base da esquadra iniciada em 1930 com o lançamento do *Trento*...

8. Em 1940, ao início da guerra, se achava a Itália com elementos suficientes para abrir no espaço vital italiano um setor de prestígio e de afirmação, mas não em condições de afrontar sozinha a força global da marinha inglesa destacada no Mediterrâneo.

9. No entanto as circunstâncias que impuseram o fracionamento da frota britânica, distribuída por todos os mares, tem permitido à marinha italiana, fortemente auxiliada por sua aviação, obter os sucessos de que se gloria o Governo fascista e que luzem nos comunicados dos últimos meses.

10. Mas crescem os problemas de homens e oficiais e, em consequência, de escolas de aperfeiçoamento ligados ao do aumento numérico e qualificativo da frota e pelo mesmo motivo as necessidades de aparelhamentos portuários, arsenais, bases e as da correspondente indústria pesada adaptada aos fins correlatos.

11. Ainda mais torna-se urgente enfrentar as questões de construção, de estratégia e de tática relativas ao emprego das naves porta-aviões; no seu conjunto todos os problemas inerentes à criação de um poder marítimo capaz de sustentar a luta em desenvolvimento e, terminada esta, de proteger o país na sua expansão econômica e na sua projeção ultramarina.

12. O entusiasmo oriundo dos encontros no Mediterrâneo é contrastado pela apreensão do futuro, na hora em que o rendimento dos estaleiros é restrito e a perda de pessoal, a falta de matérias-primas e absorção das atividades construtivas no esforço das operações de guerra diminui o ritmo das realizações.

13. A Itália precisa ser forte no mar, os italianos devem pensar maritimamente, disse em célebre discurso, o senhor Mussolini.

14. Essas palavras correspondem não só a uma realidade, mas a uma ansiedade. Este último sentimento é o que domina o espírito em face das vitórias italianas referidas nos comunicados...

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 27 AGO. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Preocupação sobre a atitude do Japão.

Nº 211

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 27 de Agosto de 1941.

Senhor Ministro,

“Chegou a hora do Japão”! é um “ritornello”, um rifão cotidiano da imprensa a traduzir de maneira inequívoca, a preocupação reinante neste país a respeito da atitude do Império do Sol Nascente em face das exigências do momento.

2. O noticiário é abundante e intimativo – o Japão não pode se deixar engarrafar dentro do cerco que lhe armam os anglo-saxônios, a China e a Rússia, erguendo a um tempo, de todos os lados, uma muralha destinada a aprisioná-lo.

3. O Japão reagirá! A política nipônica sempre se caracterizou por sua ardilosa audácia, por suas decisões patrióticas, pelo senso do seu destino...

4. Os Estados Unidos já estão em Singapura, que constituíram em centro estratégico-militar para cortar daí e das Filipinas o caminho dos mares do sul para o Japão... O Primeiro-Ministro inglês e o Presidente Roosevelt estabeleceram, segundo o conceito da imprensa italiana, no seu encontro a bordo do *Potomac*, um pacto secreto, em virtude do qual se os Estados Unidos fossem arrastados a uma luta com o Japão, a Inglaterra declararia guerra a este imediatamente, ajudando os norte-americanos com todas as suas forças.

5. Dada a pressão dos anglo-saxões que foram muito longe na coordenação dos seus planos no Pacífico, o Japão é apresentado como não se podendo manter inerte.

6. Publicam-se reduções de cartas geográficas pondo em evidência a ameaça de envolvimento do Império nipônico pelos Estados Unidos revelada nas fortificações da ilha de Guam e de outras bases navais americanas do Pacífico.

7. Enfim escreve-se aqui como se para o público diretamente interessado, para a população de Tóquio e de Yokohama.

8. Dá-se desenvolvimento a notícias animadoras, quais a do recente acordo entre o Japão e o Governo de Vichy para a mútua defesa da Indochina e a da ocupação de bases navais ao longo da costa do Annam e do Cambodge, de bases aéreas na fronteira entre o Tonkim e a China, graças às quais os aeroplanos nipônicos se acham a uma hora de voo da Birmânia, isto é, sobre a via única de comunicação restante para nutrir a guerra de Chiang Kai-shek.

9. Os esforços dos chineses rasgando uma estrada sobre as montanhas, quatrocentos quilômetros ao norte, são apresentados como simples tentativas infrutíferas, verdadeiros paliativos, pois a zona cai igualmente sob o controle aéreo japonês e não poderá fugir à sorte que lhe está reservada.

10. Os próprios americanos que estão fazendo o impossível para sustentar e fortalecer os chineses do governo nacionalista, reconhecem, na apreciação da imprensa italiana, que nada de positivo e de sério pode realmente ser empreendido. A despeito do fato de que Chiang Kai-shek dispõe de um exército de 3 milhões de homens, falta-lhe material bélico para realizar contraofensivas.

11. O perigo maior para os chineses é o de estar o Japão a pique de se apoderar da região do Yunnan, por onde passa a estrada de Burma, operação fácil para as tropas nipônicas desembarcadas na Indochina, de onde numerosas estradas se dirigem na direção do norte.

12. De todas as maneiras e com amplas demonstrações se trata de mostrar ao povo italiano que o Japão, em face de tantas vantagens estratégicas e outras, não poderá demorar mais: a sua entrada no conflito é imediata, “sua hora chegou”.

13. “Contrariamente às esperanças de Washington, de Londres, de Moscou, de Canberra, de Batávia e de Wellington, a China de Chiang Kai-shek não paralisará o Japão.”

14. Cito a frase acima textualmente para rematar as observações que de maneira sumária julgo oportuno transmitir a Vossa Excelência como significativas entre as muitas preocupações dominantes no momento.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 01 SET. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Conflito entre o Peru e o Equador.
Nº 215

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 1º de Setembro de 1941.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício nº 201 de 20 de Agosto recém-findo, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso recorte do *Il Giornale d'Italia* de 31 do mesmo mês, transcrevendo uma carta em que o Sr. Luiz Antônio Peñaherrera, Ministro do Equador junto ao Quirinal, responde à missiva, de 15 de Agosto, do Sr. A. Schreiber, Embaixador do Peru junto ao Vaticano e que até pouco tempo representava seu país nesta Corte.

2. Em sua longa carta, o representante equatoriano contesta as afirmações do Sr. Arias Schreiber e acusa o Peru de haver iniciado as hostilidades, atacando de surpresa fracas guarnições de fronteira do exército equatoriano, numa proporção de dez soldados dos atacantes contra um dos defensores.

3. O representante diplomático equatoriano entra ainda em várias considerações de ordem histórica, reportando-se ao protocolo Pedemonte-Mosquera⁷²⁷, que no entender de Sua Excelência, teria assegurado a atual configuração geográfica do Equador.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha

727 Com o advento da onda das independências, em inícios do século XIX, tanto Equador quanto Peru iniciaram seu processo de consolidação como Repúblicas incorporando territórios da antiga administração política espanhola. O Estado equatoriano, já independente, formou parte da Grã-Colômbia e, no ano de 1829, produziu-se um enfrentamento militar entre tropas peruanas e grã-colombianas, pela demanda peruana de territórios amazônicos, em que as tropas da Grã-Colômbia saíram vitoriosas. Foram assinados o Tratado de Guayaquil e o Protocolo Mosquera-Pedemonte. Posteriormente, no ano 1830, com a ruptura da Grã-Colômbia, o Estado equatoriano herdou os territórios austrais com o Peru, fato que alimentou a discórdia peruana pelos territórios amazônicos, derivando na recusa do segundo tratado. Não houve consenso entre as partes nas quatro tentativas seguintes de se definir os limites entre os países, ocorridas nos anos de 1887, 1904, 1910 e 1924, esta última ocorrida em Washington com a arbitragem do presidente dos EUA. Sem sucesso, Espanha, Brasil, Estados Unidos e Argentina tentaram mediar o litúgio referente a delimitação de fronteiras. Estes esforços não evitaram a eclosão do conflito entre Peru e Equador ocorrido em 1941 e iniciado por uma invasão do território equatoriano por forças peruanas. Após meses de conflito, Argentina, Brasil, EUA e Chile participaram de um esforço conjunto pelo fim das hostilidades, o que resultou na assinatura do Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro de 1942. Fontes: <bdex.eb.mil.br>. Acesso em: 22 jan. 2021. O conflito entre Equador e Peru: repensando o conceito de velhas guerras a partir do sul global. OJEDA, Cristian Daniel Valdivieso. In: *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v.3, n.2, p. 135-152, jun./dez.2018.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo⁷²⁸: “*Il conflitto tra il Perù e l’Equatore*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 31 de agosto de 1941.

TELEGRAMA • 10 SET. 1941 • AHI 42/5/2

Índice: Trechos do discurso do Presidente da República pronunciado no dia 7 do corrente.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

[S/Nº] – RESERVADO – O Presidente da República, na hora da Independência, proferiu importante discurso, do qual salientamos: “Somos nação pacífica nosso maior empenho consiste permanecer afastados terríveis contingências guerra. Não alimentamos motivos para vinditas de outros povos. Não podemos porém prever desenvolvimentos acontecimentos e qual esforço exigirá de nós reforma violenta mundo civilizado. Não tenhamos ilusões otimistas, preparemos para enfrentar piores eventualidades. É preciso manter alerta espíritos e patriotismos. Só assim poderemos mobilizar qualquer momento recursos materiais e morais para serviço própria defesa ou nossos compromissos obra cooperação pan-americana. Estas palavras de confiança e firmeza dirigidas brasileiros creio poderem ser igualmente dirigidas nossos irmãos da América. Para que possamos guardar forma essencial nossa civilização, impõe-se apagar ressentimentos impróprios vizinhos que se estimam. Nossas armas nunca se voltarão contra irmãos; preparação bélica povos americanos é defensiva e não pertence somente nação que a detém – pertence a todos e constitui arsenal do Continente. Não está espírito e linha política América agredir nenhum povo ou violar direitos de outrem. O que existe arraigado coração de todos é o sentimento de inviolabilidade patrimônio continental. Qualquer agressão, venha de onde vier, há de encontrar-nos formando bloco mais numeroso nacionalidades que já constituiu uma aliança defensiva. A presença delegações povos vizinhos e as mensagens calorosas recebidas todas nações deste hemisfério demonstram perfeita compreensão nossos objetivos e sinceridade nossa conduta política.” EXTERIORES

728 Não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “O conflito entre o Peru e o Equador”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 31 de agosto de 1941.

OFÍCIO • 30 SET. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Mês político nº 9. Setembro de 1941.

Nº 244

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 30 de Setembro de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº. 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Setembro de 1941.

Anexo:

O desenvolvimento favorável da campanha contra a Rússia, a intervenção da marinha americana no conflito e a aparente evolução da atitude do Império nipônico foram os três acontecimentos que absorveram a opinião pública e deram motivo aos comentários sensacionalistas da imprensa italiana no mês de setembro recém-findo.

2. As vitórias obtidas na Ucrânia, a queda espetacular de Kiev e a penetração das colunas alemãs através das planuras que precedem o Donetz empolgaram os jornalistas do país, os quais, não podendo por ora alardear vitórias suas, inculcam aos triunfos do Reich a fisionomia de triunfos nacionais. A tomada do importante centro industrial de Kiev foi comemorada pela imprensa romana com ditirambos⁷²⁹ tão entusiásticos, como se tivesse sido a grande cidade russa ocupada pelas tropas do Império fascista. Da mesma forma, os mínimos sucessos germânicos são, devidamente, ampliados e divulgados todos os dias, ensejando artigos de fundo, prognósticos otimistas, comentários calorosos, destinados a encorajar o povo italiano, que, entretanto, acompanha o desenrolar da guerra absolutamente apático e desinfluído⁷³⁰.

3. De modo inverso, a sistemática campanha dos jornais contra os Estados Unidos vem se intensificando, de maneira não só agressiva, mas também grosseira e insultuosa. A ordem dada pelo Presidente Roosevelt à marinha americana no sentido de ser aberto fogo contra os navios do “eixo”, singrando

729 Louvor exagerado.

730 Deixar de influir. Fazer cessar a influência sobre; desanimar.

águas indispensáveis à defesa americana, provocou uma verdadeira crise de histerismo na imprensa italiana, a que entretanto o povo, apenas preocupado com a significação desse fato, ficou insensível.

4. Finalmente, o enigma da política internacional japonesa teve uma reação diferente: determinou um completo mutismo. Não se vê a mínima referência nos jornais, no rádio, nos círculos governamentais às recentes tergiversações⁷³¹ das autoridades nipônicas ou aos entendimentos que se estariam verificando com os Estados Unidos. Ainda por ocasião do 1º aniversário de telegramas oficiais trocados, as relações entre os três países foram apresentadas ao povo como se nenhuma modificação houvessem sofrido. Procura-se, evidentemente, esconder com um discreto silêncio a decepção causada pelo fato de não ter o Japão atacado a Rússia pela Sibéria ou ao menos não haver impedido, de uma forma efetiva, a remessa de material bélico, através do porto de Vladivostock.

5. O esforço da propaganda hoje é todo orientado no sentido de descortinar ao povo italiano perspectivas de um fim de guerra próximo. Daí porque a atitude cada vez mais decidida dos Estados Unidos irrita os arautos⁷³² do regime fascistas. Evidentemente, se a entrada da grande república americana na guerra não autoriza a conclusão de uma rápida vitória da Inglaterra, ela pelo menos significa uma guerra longa, de imprevisíveis consequências. Ora, o povo, com as restrições que cotidianamente surgem mais severas e frequentes, dá mostras de grande ansiedade pela paz e de um ponto final nas vicissitudes de ordem alimentar por que está passando.

6. Os boatos que ultimamente circulam a respeito da situação interna do país são todos acordes em traduzir um descontentamento geral. A cada convocação ministerial, divulga-se no dia imediato que uma remodelação no Governo estaria iminente e que seria feito um novo Conselho, formado de personalidades militares e mais chegadas à Corte. Há mesmo quem afirme, sem que se tenha podido verificar a procedência, que o Duque de Aosta esteve, há dias, aqui em Roma, trazendo uma proposta de paz em separado da Grã-Bretanha.

7. O fato é que uma grande irritação se nota em todas as classes e camadas sociais contra os alemães, cujas excessivas compras teriam dado motivo às fortes medidas limitativas que o Governo italiano vem tomando no afã de proteger o patrimônio deste país, em mercadorias, gêneros alimentícios, artigos de uso pessoal, joias, pedrarias, objetos de luxo, matérias-primas, etc. A completa penúria em que vivem vários Estados europeus e as narrativas dramáticas de pessoas vindas dos mesmos assustam a população italiana que vê, com razão, nas medidas restritivas, gradativamente mais severas, indícios seguros de uma

731 O mesmo que desculpas, fugas, escapatórias, evasivas, evasões, subterfúgios.

732 O mesmo que mensageiros, pregoeiros, proclamadores, porta-vozes. Emissário de um príncipe.

situação econômica precária, capaz de levar à miséria que assola os territórios militarmente ocupados.

8. Não obstante, porém, as versões que circulam, a respeito de negociações que se estariam verificando com o escopo de uma paz em separado com a Grã-Bretanha, várias pessoas julgam tal hipótese inverossímil, visto como a Alemanha jamais consentiria em que a Itália, após o retraimento do Japão, se retirasse do Pacto Tripartido. Uma invasão militar desta Península seria, sem dúvida, a consequência lógica de defecção⁷³³ italiana. A não ser que a diplomacia italiana conseguisse convencer o Reich da impossibilidade deste Reino continuar a guerra ou da vantagem que haveria para a própria Alemanha de um Mediterrâneo aberto à navegação e de uma Itália reintegrada no comércio internacional, a ideia de paz em separado não oferece probabilidades de êxito.

9. Acena-se ainda com o fantasma de uma revolução antifascista que estaria prestes a arrebentar. No entanto, as condições de viabilidade de tão arriscado projeto são precárias e de natureza a desautorizar, pelo menos no momento, qualquer esperança. É possível que a entrada dos Estados Unidos na guerra e o recrudescimento das medidas restritivas provoquem maior descontentamento popular e mesmo atos de indisciplina nas classes armadas; mas a ameaça de uma Alemanha, até agora invencível, que assiste de armas embaladas, da fronteira, o desenvolvimento da situação interna deste Reino, será, indiscutivelmente, um motivo de fundas reflexões por parte do povo italiano, antes de abismar-se numa aventura que, logicamente, não poderá deixar de provocar uma reação imediata e violenta do Governo de Berlim.

10. Em resumo, no mês de setembro foi possível observar ao lado dos esforços inauditos da propaganda oficial, um certo desânimo do povo, boatos de paz em separado, de remodelação ministerial e de revolução antifascista. De positivo, entretanto, só as medidas restritivas do Governo e o descontentamento do povo, ansioso por que a atual guerra tenha um fim rápido.

Roma, 30 de Setembro de 1941.

C. A. Moniz Gordilho

⁷³³ Abandono por vontade própria e definitivo de algo, geralmente de uma obrigação, de um compromisso assumido anteriormente.

OFÍCIO • 08 OUT. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Resumo do que se pensa na Itália sobre a atitude da América do Sul diante da guerra.

Nº 254

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 8 de Outubro de 1941.

Senhor Ministro,

Para a opinião italiana no definir a política exterior dos Estados Unidos, aos dois pontos clássicos (doutrina de Monroe e porta aberta na China, doutrina de Hay) um outro foi ajuntado pelo Presidente Roosevelt: a defesa mundial da democracia.

2. Estas três doutrinas formam atualmente, no conceito dos publicistas da Itália fascista, o evangelho do imperialismo norte-americano.

3. Com as duas primeiras se manifestam senão de acordo, pelo menos as aceitam como postulados tradicionais – a de Monroe política de salvaguarda doméstica, a de Hay proteção do tráfego comercial além do Pacífico na concorrência de influências. Contra a terceira, a do Presidente Roosevelt, se ergue a opinião pública italiana qualificando-a “desígnio ambicioso de manter no mundo uma ideologia moribunda”.

4. Nessa política “claramente imperialista nos meios e nos fins”, ocupa posto importante: a América Central e a América do Sul.

5. O Presidente Roosevelt – declaram os jornalistas deste país – impõe aos outros países do continente medidas militares e econômicas ditadas pela política norte-americana na sua paixão antitotalitária.

6. Bases militares são construídas em quase todas as regiões da América Latina por conta ou por sugestão dos Estados Unidos; os chefes militares dos países do Sul têm contatos frequentes com o Estado-Maior de Washington, recebem-lhe a influência, os conselhos, as pressões.

7. Figurando o perigo de uma invasão “que nenhum homem sensato pode considerar possível, em próximo futuro”, os Estados Unidos começam a realizar um colossal plano para a defesa e a dominação do continente inteiro.

8. Paralelamente realizam planos de dominação econômica. O Governo de Roosevelt sabe perfeitamente que nesta hora os Estados Unidos representam o único grande mercado facilmente acessível aos países do continente, a única grande potência econômica capaz de fornecer empréstimos e matérias-primas indispensáveis para a vida dos povos modernos. Usando esses meios de pressão

procura estender às duas Américas as sanções econômicas contra os países do Eixo e seus aliados.

9. Sequestro de vapores, “lista negra” contra firmas e cidadãos particulares (mil e oitocentos dos quais são sul-americanos) suspeitos de comerciarem com as nações que desde então podem ser definidas como inimigas. E assim por diante: violação de correios diplomáticos, fechamento de escolas e de consulados, facilidades a navios ingleses.

10. O Uruguai declara que será “benevolamente neutral” para a Inglaterra, lhe hospeda os navios além das vinte e quatro horas tradicionais e propõe em seguida que em caso de conflito entre uma potência extracontinental e um Estado americano, este não seja considerado beligerante, para o fim de pôr à disposição dos Estados Unidos, uma vez empenhados no conflito armado contra o Eixo, todas as bases do continente.

11. Nesta proposta, que até o Brasil aceitou, não se fala de agressão ou defesa da América. Alude-se apenas à possibilidade de um conflito, quaisquer que sejam os motivos de deflagração das hostilidades.

12. Também o México, que poucos anos atrás assumiu atitude resoluta em oposição às nações anglo-saxônicas, se alinhou com os Estados Unidos e responde a uma legítima reclamação alemã, com uma linguagem arrogante em verdade sem precedentes na história da diplomacia.

13. Os últimos neutros caem assim na beligerância e na guerra, forçados pelo imperialismo “rooseveltiano”. Pouquíssimos desses países são democracias; pouquíssimos podem livremente apreciar as razões profundas da luta europeia, nenhum tem ligações de sangue com as potências anglo-saxônicas, mas todos são expostos a uma ação de frota norte-americana e à pressão do capitalismo anglo-saxão.

14. A Argentina deu algumas notáveis provas de independência; não quis sequestrar os navios italianos refugiados nos seus portos, negociando-lhes a aquisição; não aderiu, pelo que se sabe, à insidiosa proposta uruguaia. Mas outros países dobraram-se à força dos Estados Unidos. Um dia alguém escreverá a história dessa neutralidade angustiosa...

15. Eis aí, Senhor Ministro, resumidamente, o que se pensa e o que se escreve na Itália, no presente momento, sobre a atitude sul-americana em face da guerra e da sua solidariedade com os Estados Unidos.

16. Juntamos vários trechos expostos em diversos órgãos de publicidade, coordenando-os de maneira a formar um todo, abrangendo, em sua uniformidade, as opiniões expressas.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 16 OUT. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Evolução da situação internacional.
Nº 261

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Outubro de 1941.

Senhor Ministro,

Os boatos que circulam insistentes preconizando a próxima revogação parcial da lei da neutralidade e do *Johnson Act*⁷³⁴ têm tido lugar de destaque na imprensa de Roma, que apresenta o Presidente Roosevelt como o grande impulsionador da América à guerra e o responsável pelas consequências que advirão do prolongamento do conflito. Está, portanto, o povo italiano preparado para receber a notícia da derrogação total ou parcial daquelas duas importantes resoluções legislativas, e, certamente causará a mesma muito menor sensação que a ordem do Chefe de Estado americano à marinha do seu país, no sentido de abrir fogo contra os navios do Eixo que singrassem as águas consideradas indispensáveis à defesa dos Estados Unidos.

2. Embora significando mais um passo na direção de uma completa e integral solidariedade com a Inglaterra, a ab-rogação⁷³⁵ das leis em que se alicerceia a posição neutral dos Estados Unidos não constituirá aqui surpresa para ninguém.

3. Note-se, porém, que se essa atitude da grande república americana é esperada como uma resposta lógica ao discurso do Sr. Hitler, as palavras deste anunciando uma grande ofensiva contra Moscou e profetizando a derrocada dos russos para um futuro próximo, teve o dom de incutir esperança, entreabrindo novas perspectivas de vitória e levantando o moral do povo italiano. Efetivamente, os

734 Nos anos 30 o isolacionismo dos Estados Unidos tinha muitas origens, dentre outras: aversão às armas e à guerra, o fracasso do wilsonianismo, a Grande Depressão e o revisionismo dos historiadores americanos. Alguns membros do Congresso, apesar de defenderem os interesses dos EUA no mundo, rejeitavam o envolvimento nas brigas de outros. A Lei Johnson, de 1934, proibia os americanos de emprestar dinheiro a países estrangeiros que não tivessem pagado suas dívidas de guerra anteriores. Os atos de neutralidade de 1935 e 1936 proibiram a venda de material de guerra aos envolvidos em novas guerras e proibia ainda exportações que não fossem pagas em dinheiro e transportadas em seus próprios navios. Visavam assim, não se vincular em qualquer dos lados ou expor seus navios mercantes a submarinos. Fonte: <britannica.com>. Acesso em: 17 jan. 2021.

735 Anular ou abolir uma lei, um decreto; revogar a validade de algo obrigatório ou instituído.

prognósticos otimistas do Fuhrer no que se concerne o desfecho imediato da luta no setor central da frente oriental, veio tornar, para o ambiente italiano, plausível a queda de Moscou dentro de pouco tempo e assim descortinar essa possibilidade para o “Eixo, de passar o inverno instalado nas três maiores cidades russas (Kiev, Leningrado e Moscou), enquanto o grosso das forças moscovitas se veria compelido a pelejar em condições extremamente precárias. Certo, a campanha do inverno será dura para os alemães que atacam; todavia, a imprensa italiana considera, com muita razão, um erro pensar-se que os rigores da estação invernal afligirão apenas as tropas do Reich. O frio é uma arma de dois gumes que exercerá efeitos para os dois litigantes. É preciso não esquecer que os exércitos de Koutouzov em 1812 sofreram tanto quanto os de Napoleão. Se os alemães se apressarem e lograrem ocupar Moscou e Leningrado antes de Novembro, não só ficarão senhores de um centro ferroviário considerável, mas estarão solidamente estabelecidos no coração da Rússia.

4. Salientando que o inverno não é um elemento definitivo, capaz de decidir a campanha da Rússia em favor dos aliados da Inglaterra, os grandes articulistas italianos acrescentam que, enquanto as tropas do Reich se preparam para enfrentar o frio, os soviéticos, mal vestidos, mal calçados, mal equipados, desorganizados, sem a mesma facilidade de comunicações dos alemães, sofrerão mesmo até mais do que estes últimos.

5. Revela-se, sobretudo, na Itália o apreciável trabalho realizado na retaguarda, onde uma administração funciona, estrada de rodagem foram reparadas e 25.000 quilômetros de via férrea ficaram adaptados à bitola ferroviária do Reich.

6. Além de assegurar assim as comunicações, o Estado-Maior germânico teria tomado outras providências, como a aquisição em massa de esquis, a construção de barracões de madeira que substituirão, nas cidades incendiadas, as casas derrubadas, a requisição de cobertores de lã em todos os países ocupados, o emprego de aparelhos especiais destinados a impedir a refrigeração dos motores de aviões ou de tanques, a adaptação de esquis aos aeroplanos de molde a permitir-lhes a aterrissagem em plena neve, etc.

7. É verdade que a esses argumentos do “Eixo” os russos respondem que, um exército de elite composto de 500 mil homens vem sendo desde o começo da campanha instruído na Sibéria, que a resistência de Odessa e Leningrado demonstra as dificuldades com que se defrontarão os soldados do Reich no inverno e que as tropas russas, adestradas e advertidas pela guerra da Finlândia, estarão aptas a deter o avanço alemão até a primavera. A isto treplica a imprensa do “Eixo”, argumentando que se, de fato, os Sovietes possuísem na Sibéria uma tropa de primeira ordem, perfazendo o total de meio milhão de homens,

tê-la-iam já utilizado, a fim de obstar à penetração germânica na Ucrânia, onde as forças do Reich põem já em perigo toda a bacia do Donetz.

8. Não resta, porém, a menor dúvida que a imprensa do “Eixo” ao mesmo tempo que procura encorajar a opinião pública, prepara-a no sentido de uma campanha de inverno e mesmo de um conflito capaz de prolongar-se indefinidamente. Já o Führer no seu último discurso não tentou negar que a resistência russa o surpreendera e que a *Blitzkrieg* de 22 de Junho se transformara numa guerra de movimento e posição de quase quatro meses. Ao contrário, em admitindo esse fato ele o justificou com a conclusão de que se não tivesse atacado agora o país de Stalin, daqui há um ano seria ele uma fortaleza de aço inexpugnável e o exército russo tão pujante que nenhuma nação na Europa seria capaz de contê-lo.

9. Imprimindo assim à intervenção do Reich o caráter de uma medida providencial e inevitável, a propaganda oficial italiana insiste na necessidade de secundar a Alemanha nessa obra já bem avançada. De outro lado são postas em relevo as elogiosas referências do Estado-Maior alemão à eficiência da cooperação italiana, acrescentando a respeito certas pessoas digna de fé, que a imprensa do Reich teria recebido ordem de enaltecer os italianos e exagerar mesmo o auxílio que eles têm até agora prestado.

10. Os círculos estranhos ao fascismo acham, entretanto, que ainda que sejam as grandes cidades russas ocupadas, haverá sempre uma extensão territorial imensa a invadir, que se distende até as faldas do Oural e daí se perde no infinito. Se, portanto, os alemães avançam e os russos, sempre resistindo, recuam, em um dado momento a situação militar poderá ser semelhante à da China, onde as forças japonesas não podem nem se retirar, porque isso significaria a derrota, nem avançar, porque para tanto seriam necessários efetivos enormes. Resta saber se os russos estarão em condições de continuar a resistir, de maneira a que o exército alemão, embora avançando cada vez mais, tenha sempre diante de si um adversário tenaz, ao mesmo tempo que na retaguarda seja forçado a manter uma grande polícia com a necessária força para reprimir, nas regiões ocupadas, os surtos de rebelião dos povos vencidos e submissos.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 11 NOV. 1941 • AHI 42/5/2

Índice: Utilização de navios refugiados em portos brasileiros.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

114 – CONFIDENCIAL – Queira procurar esse Governo e fazer sentir que nossa paciência está se esgotando na negociação da compra dos navios italianos aqui refugiados. Já aceitamos todas as bases após longas discussões com o Embaixador aqui e atendemos a todas as sugestões de modo a obter um acordo mais favorável à Itália. O Governo italiano já liquidou questão semelhante com a Argentina e não podemos compreender razão demora liquidação assunto aqui. EXTERIORES

TELEGRAMA • 14 NOV. 1941 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Utilização de navios refugiados em portos brasileiros.

Da Embaixada em Roma

130 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA– 14h – Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência nº 114. Conversei com o Diretor-Geral dos Negócios Transoceânicos, a quem o assunto está afeto. Assegurou-me estar o Governo italiano desejoso de liquidar as negociações com o Brasil, amistosamente, o mais breve possível. Alegou que o texto do contraprojeto brasileiro foi recebido aqui somente a 11 de Novembro e que o mesmo está sendo submetido aos quatro Ministérios competentes e aos armadores. Declarou-me que levaria minha gestão a conhecimento do Ministro dos Negócios Estrangeiros para apressar a solução, esperando poder telegrafar instruções ao Embaixador italiano aí, dentro em poucos dias. C. A. MONIZ GORDILHO

TELEGRAMA • 18 NOV. 1941 • AHI 42/5/2

Índice: Utilização de navios refugiados em portos brasileiros.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

116 – CONFIDENCIAL – Referência ao seu telegrama nº 130. Rogo a Vossa Excelência procurar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e expor-lhe a necessidade urgente de liquidar a questão. EXTERIORES

TELEGRAMA • 21 NOV. 1941 • AHI 42/4/12

[*Índice:*] Utilização dos navios italianos refugiados em portos brasileiros.

Da Embaixada em Roma

133 – CONFIDENCIAL – SEXTA-FEIRA– 17h – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência nº 116. Avistei-me hoje com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, insistindo pela liquidação urgente das negociações dos navios. Prometeu-me apressar a solução do caso pelos Departamentos interessados. Procurei, em seguida, o Diretor-Geral dos Negócios Transoceânicos, o qual me assegurou que seguiriam, ainda hoje, instruções pelo telégrafo, já redigidas, habilitando o Embaixador italiano a responder ao Governo brasileiro. Depreendi que aos últimos projetos de acordo, remetidos daí, serão propostas as modificações sugeridas pelo Ministério da Marinha Mercante. C. A. MONIZ GORDILHO

TELEGRAMA • 26 NOV. 1941 • AHI 42/5/2

Índice: Proteção das minas de bauxita no Suriname.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

117 – O Governo holandês convidou o nosso a participar das medidas a serem tomadas, pela Holanda e pelos Estados Unidos da América, conjuntamente, para preservação das minas de bauxita no Suriname, fornecedoras da quase

totalidade de bauxita necessária à indústria do alumínio do Continente e vital para a defesa deste hemisfério. Respondemos estar prontos a contribuir para o objetivo comum mediante providências especiais de vigilância militar do lado brasileiro da fronteira entre o Brasil e o Suriname, comprometendo-nos igualmente a enviar a Paramaribo uma missão destinada a trocar informações e a assentar outras medidas capazes de assegurar a proteção dessa região. Os Estados Unidos da América, por sua vez, enviarão para cooperar com as forças holandesas na proteção daquelas minas uma força militar que será retirada da Guiana holandesa logo que desaparecer o atual perigo ou terminar a guerra.

EXTERIORES

Nota: A minuta original para a Embaixada em Berlim foi visada pelo Emb. Maurício Nabuco.

OFÍCIO • 29 NOV. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Mês político nº 11. Novembro de 1941.

Nº 306

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 29 de Novembro de 1941.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Novembro de 1941.

[Anexo]:

Muito embora as afirmativas oficiais de que a campanha na Líbia era já esperada pelos italianos, não resta dúvida que a ofensiva inglesa desferida em grande estilo e assumindo proporções amplas surpreendeu a opinião pública deste país. Não tendo sido iniciada em Outubro, como era esperada, e diante do avanço cada vez mais profundo dos alemães na direção do Cáucaso, todas as conjecturas eram as de que os britânicos desistiriam do ataque contra a Líbia em favor de uma campanha de grande envergadura no Cáucaso. Entretanto, os que assim apressadamente raciocinavam, não se apercebiam de que era

impossível às forças da velha Albion⁷³⁶ se empregarem a fundo nessa região da Eurásia sem que tivessem a sua retaguarda protegida. Agir de outra maneira seria, evidentemente, permitir ao “Eixo” um ataque conjugado dos dois lados, um partindo da Líbia, outro proveniente do Cáucaso. E como poderiam resistir os britânicos cujas forças, em sua totalidade, ora empregadas em todo o Próximo Oriente, não chegam, segundo se diz, a um milhão de homens?

2. O ataque, portanto, contra a Líbia era uma operação indispensável e é de se esperar que os britânicos, embora encontrando uma resistência formidável, sacrifiquem vidas e máquinas, sem a menor parcimônia, a fim de obterem uma vitória que lhes é absolutamente imprescindível e que precisam alcançar enquanto o grosso das forças do “Eixo” se encontra empenhado nas terras sem fim da Rússia, avançando sempre em busca de uma vitória que lhes foge a cada cidade conquistada e que lhes obriga a ir cada vez mais longe.

3. O discurso sereno e confiante do Senhor Churchill, prenunciando o início da investida britânica na Líbia, teve o dom de causar na Itália um certo inquietamento. Ele revela na verdade um espírito de decisão tão marcante que o fascista mais apaixonado, desses diariamente intoxicados pelos longos comunicados oficiais e pela linguagem da imprensa italiana, se vê na contingência de admitir a hipótese da ocupação da Tripolitânia pelo inimigo.

4. Os britânicos com a sua ofensiva jogaram uma cartada decisiva. Se esta não coroar-se do sucesso esperado e desejado, o seu prestígio militar já abalado por tantas derrotas e retiradas desastrosas, ficará definitivamente comprometido no Próximo Oriente. A adesão integral da Turquia ao Reich seria a primeira consequência de uma tal eventualidade. As colônias francesas do norte da África, sem a ameaça eloquente de um forte exército britânico, vitorioso e decidido, às suas portas, se entregariam definitivamente ao “Eixo”. A Alemanha, dona da Europa, sê-lo-ia em breve do Próximo Oriente e do norte da África até Dakar.

5. A consciência que os ingleses têm desse perigo parece ressaltar do denodo com que se empregam nas areias dos desertos africanos e do número de engenhos infernais que acumularam nesses meses de trégua. A campanha da Líbia para os britânicos não pode malograr-se; ela é a chave de grandes e fundamentais problemas estratégicos: o domínio do Mediterrâneo, o controle do canal da Sicília, a manifestação da Turquia em seu favor, a exequibilidade de uma luta com os alemães no Cáucaso. Poder-se-ia ainda acrescentar os reflexos de uma tal vitória na atitude da Espanha, do Japão e mesmo da Itália.

6. Evidentemente, a repercussão que teria neste país a ocupação por parte dos ingleses da Tripolitânia seria incalculável.

736 Nome alternativo para o Reino Unido. Às vezes era usado poeticamente para se referir à ilha, mas deixou de ser usado em inglês.

7. Mergulhado numa atmosfera de apreensão e incerteza, poder-se-á bem imaginar o desânimo com que o povo italiano receberia a notícia da ocupação da Líbia por parte dos ingleses. Já houve quem dissesse que se estes desembarcassem um dia na Sicília, seriam recebidos de braços abertos pela população local. Se há exagero nessa afirmativa, uma coisa é certa: o sucesso inglês na Líbia aumentaria consideravelmente o número daqueles que pensam que enquanto a Alemanha se bate pelo seu próprio engrandecimento – e dever-se-á bater até o fim, porque de outra maneira estará para sempre perdida – a Itália luta, no fundo, tão só pela implantação da hegemonia alemã.

8. O drama europeu é muito mais angustiioso do que se possa imaginar. A própria participação da América inteira na guerra a favor da Grã-Bretanha não conseguirá mitigá-lo. Certo a Alemanha, mesmo ocupando a Rússia, não terá jamais meios nem possibilidades de invadir o Novo Mundo. A ideia de paraquedistas alemães descendo em Nova York, em Recife ou Santiago do Chile, é risível. No entanto, a recíproca é também verdadeira. Como poderão os aliados arrancar das mãos do Reich o Continente europeu, fortemente protegido pelos seus aviões, canhões e engenhos de guerra? Pela fome, pelo cansaço, pela subversão interna? São na verdade armas muito problemáticas, porquanto o Reich organizará, social e economicamente, com as ricas regiões conquistadas à Rússia, o Continente europeu. De Gibraltar ao Cáucaso todos tomarão a mesma sopa, comerão o mesmo pedaço de pão, mas a guerra continuará. Continuará até o dia em que a frota do Reich, construída nesse ínterim, aniquile a esquadra anglo-americana, ou que o exército aliado formado por milhões de americanos, ingleses, australianos inflija num ponto qualquer do globo uma derrota decisiva aos alemães. A não ser que os americanos estejam aptos a fazê-lo já no Cáucaso ou nas planuras da Pérsia, não resta dúvida que a guerra continuará por muito tempo ainda, salvo naturalmente um fato imprevisto ou um milagre divino.

9. Para terminar, devo dizer a Vossa Excelência que entre os acontecimentos do mês mais salientes é de registrar-se a saída do Senhor Anfuso, Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, designado para dirigir a Legação em Budapeste, foi substituído pelo Senhor Lanza d’Ajeta, conhecido pelas suas simpatias pró-alemães. Outrossim, o Chefe do Estado-Maior da Aviação, General Pricolo, foi substituído pelo General Rino Corso Fougier. Foi preso o chefe da igreja americana e, segundo se propala, essa detenção teve como causa o fato do mesmo patrocinar a aproximação de italianos com os representantes americanos, a pedido daqueles.

Roma, 29 de Novembro de 1941.

C. A. Moniz Gordilho

TELEGRAMA • 08 DEZ. 1941 • AHI 42/5/2

Índice: Utilização de navios italianos refugiados em portos brasileiros.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Roma

120 – CONFIDENCIAL – Referência ao seu telegrama nº 133. Assinei esta tarde com o Embaixador da Itália, nota referente ao arrendamento dos navios italianos surtos em portos brasileiros. EXTERIORES

OFÍCIO • 12 DEZ. 1941 • AHI 41/4/10

[*Índice:*] Declaração de guerra da Itália aos Estados Unidos.
Nº 320

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 12 de Dezembro de 1941.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu telegrama de ontem, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que às 2h30 da tarde o Conde Ciano comunicou oficialmente ao Encarregado de Negócios dos Estados Unidos que, por decisão de Sua Majestade o Rei Vittorio Emanuel, a Itália se encontrava em estado de guerra com o seu país.

2. Poucos minutos após, o Duce, num sintético discurso, anunciava ao povo italiano a grande notícia, enquanto que a imprensa, desenvolvendo um tema que, desde o domingo, vinha sendo explorado, atribuía o fato exclusivamente à política do Presidente Roosevelt.

3. Influídos pelos primeiros sucessos nipônicos no Extremo Oriente, vários grupos de particulares se entregaram a manifestações de regozijo pelas ruas da capital empunhando as bandeiras japonesa, nazista e italiana e cartazes ridicularizando o Presidente americano.

4. Os círculos oficiais denotam, entretanto, certa preocupação e aguardam

com grande interesse a reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países sul-americanos a realizar-se nos primeiros dias de Janeiro, na capital do Brasil.

5. Junto remeto a Vossa Excelência um recorte contendo na íntegra o discurso pronunciado ontem pelo Senhor Benito Mussolini

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo:⁷³⁷ “*Il discorso del Duce – ‘Italiani e italiane! Ancora una volta in piedi. Vinceremo’*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 12 de dezembro de 1941.

OFÍCIO • 16 DEZ. 1941 • AHI 41/4/10

[Índice:] Atitude dos países latino-americanos.
Nº 323

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Dezembro de 1941.

Senhor Ministro,

O apelo dirigido pelo Presidente Roosevelt às repúblicas americanas é objeto de vivos comentários da imprensa romana, a qual procura mostrar que não obstante a pressão violenta e intimidativa dos Estados Unidos, a evocação pan-americanista do Chefe de grande República anglo-saxônica não encontrou um eco uníssono na América Latina, fracionando-se aí a opinião em três grupos: o primeiro constituído pela América Central e México, que sob a ameaça direta dos Estados Unidos se viram compelidos a ir até a declaração de guerra; o segundo, no qual está o Brasil, que se proclama solidário com os Estados Unidos, mas tal atitude não pressupõe imediata intervenção na guerra; finalmente o terceiro grupo, integrado pela Argentina e Chile, que se caracteriza por não considerar os Estados Unidos como beligerantes.

2. O Sr. Virginio Gayda em artigo publicado no *Giornale d’Italia* de hoje, intitulado “*Errori anglo-sassoni*”, escreve que as potências do “Eixo” compreendem

⁷³⁷ Não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “O discurso do *Duce* – ‘Italianos e italianas! Mais uma vez de pé. Nós Venceremos’”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 12 de dezembro de 1941.

a difícil posição das Repúblicas da América Latina, hoje isoladas, diante da ameaçadora pressão econômica e militar dos Estados Unidos, os quais revelam afinal o escopo de sua política de boa vizinhança, em realidade a política do bom dominador. Não é intuito das potências do “Eixo” nem do Japão – continua o citado articulista – intervir contra os interesses nacionais desses países ainda quando a sua política, por injunções do momento, devesse representar dentro de limites não diretamente ofensivos, uma expressão de solidariedade com os Estados Unidos. As Repúblicas da América Latina precisam convencer-se de que as potências do “Eixo” e o Japão não pensam em ameaçar, hoje ou amanhã, o seu território nacional, a sua soberania política, os seus interesses de pacíficas e operosas nações. A presença da Itália na tríplice aliança que combate o imperialismo anglo-saxônico, constitui suficiente garantia de que esta última não marchará jamais contra a latinidade e o catolicismo de seus povos.

3. Conclui o Sr. Virginio Gayda almejando que as Repúblicas da América Latina possam ainda, nesta hora difícil, concentrar-se e considerar com atenção a realidade da história, dos erros imperdoáveis e do perigo do belicismo anglo-saxão, hoje em guerra com as potências do “Eixo” e com o Japão e, por isso, ameaçador para a liberdade e o destino nacional de todos os povos do mundo.

4. Em anexo, remeto a Vossa Excelência o recorte contendo na íntegra o editorial do *Giornale d'Italia*, acima referido.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo:⁷³⁸ “*Errori anglo-sassoni*”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 14 de dezembro de 1941.

738 Não transcrito. Tradução da manchete pelo CHDD: “Erros anglo-saxões”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 14 de dezembro de 1941.

ROMA

1942

OFÍCIO • 06 JAN. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] Mês político nº 12. Dezembro de 1941.

Nº 5

RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 6 de Janeiro de 1942.

A Embaixada do Brasil em Roma tem a honra de remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos termos da Circular nº 1.248, de 17 de Setembro de 1938, o incluso relatório político relativo ao mês de Dezembro de 1941.

Anexo único:

A declaração de guerra da Itália aos Estados Unidos foi o grande acontecimento do mês. Esta decisão resultou de entendimento prévio com o Governo alemão, mas não decorreu da aplicação do pacto tripartido, segundo o qual a Itália e a Alemanha só estavam obrigadas a entrar na guerra no caso em que o Japão fosse agredido. É clara a redação do artigo 3º do Pacto Tripartido de 27 de Setembro de 1940 ao estipular:

a Alemanha, a Itália e o Japão convencionam concentrar seus esforços no sentido de colimarem os objetivos acima definidos (arts. 1º e 2º). Os mesmos se comprometem a prestar uma assistência mútua com todos os meios políticos, econômicos e militares quando uma das Partes contratantes for atacada por uma potência que não esteja atualmente na guerra europeia, nem no conflito sino-japonês.

2. Como o Pacto Tripartido, não obstante os desejos do Reich, não houvera funcionado por ocasião do ataque alemão contra a Rússia, era logicamente de se esperar que não tivesse ele aplicação agora, visto como o agressor houvera sido nitidamente o Japão. Entretanto, ou porque o Presidente Roosevelt em seu discurso de 9 de Dezembro houvesse considerado os Estados Unidos em estado de guerra com o “Eixo” ou porque o Reich e a Itália desejassem associar de uma forma efetiva o Japão à sorte de suas armas, no dia 11 de Dezembro a Alemanha e a Itália levavam em Berlim e em Roma ao conhecimento dos Encarregados de Negócios dos Estados Unidos nessas capitais, que os dois países se declaravam em estado de guerra com a América do Norte.

3. A opinião italiana, empolgada com as fulminantes vitórias dos japoneses no Oriente que culminaram no afundamento de cinco vasos de guerra americanos e do *Prince of Wales* e do *Repulse*, recebeu a notícia antes com satisfação do que com apreensão.

4. Os sucessos japoneses que continuaram por todo o mês de dezembro com a mesma intensidade dos primeiros dias, foram de tal modo ampliados pela propaganda que a opinião pública parece ter-se esquecido completamente da campanha da Líbia e do recuo sensível dos alemães na Rússia. Nem mesmo a queda de Benghasi e a retomada pelos russos de vários pontos importantes puderam quebrar a entusiástica admiração do povo italiano pelos triunfos sucessivos dos nipônicos.

5. A inação dos Estados Unidos e a fraqueza momentânea da Grã-Bretanha no Oriente muito favorecem a exploração da imprensa e do rádio italianos, que pintam ao povo a figura de um Japão invencível, dotado de armas secretas, soldados sobrenaturais e recursos inesgotáveis.

6. Pode dizer-se, sem exagero, que durante o mês de dezembro a opinião pública italiana, abatida e desiludida, sentiu reviver a sua esperança nas vitórias nipônicas, que são festejadas como triunfos seus.

7. O pacto das vinte e seis nações foi assinado em Washington foi objeto de novas críticas por parte da imprensa italiana, que o noticiaram como um conciliábulo⁷³⁹ do Presidente Roosevelt, do Sr. Churchill e do Embaixador Litvinof com os seus “vassalos” e “Governos fantasmas”. Esse acordo não teve o dom de impressionar aqui, porque somente fatos, vitórias concretas podem convencer os prosélitos⁷⁴⁰ do “Eixo”. Discursos, declarações oficiais, pactos, promessas têm apenas o efeito de servir na Itália de argumento para longos comentários irônicos, artigos sarcásticos e tiradas de estilo.

8. É de relevar, porém, que a imprensa e o rádio italiano guardam até esta data atitude de absoluta discrição com referência à América Latina e sobretudo ao Brasil. Nenhuma notícia desairosa⁷⁴¹ ao nosso país foi até agora divulgada, não obstante, segundo se diz nos círculos oficiais, o tom recente da imprensa brasileira em relação à Itália. É possível que após as decisões da Conferência do Rio de Janeiro se produza uma mudança na linguagem até então usada pela imprensa italiana e ataques sejam feitos ao Brasil e às demais repúblicas americanas. Enquanto, porém, o Brasil mantiver-se neutro, é de esperar-se que a propaganda italiana se abstenha de qualquer iniciativa, capaz de provocar um atrito entre os dois países.

9. Relativamente à situação interna da Itália, ela, embora ainda não tenha atingido o grau de dificuldades da França e da Grécia, vai piorando cada vez mais. O aspecto exterior da população é bom, não havendo ainda mendigos nem pessoas famintas andando em bandos pelas ruas como sucede em vários países ocupados pelo Reich. Mas, as dificuldades de alimentação se tornam

739 Concílio cujas decisões são heréticas, absurdas ou irrisórias.

740 Pessoa que foi atraída e que se converteu a uma religião, seita, doutrina ou partido; adepto, sectário, partidário.

741 O mesmo que desajeitada, desalinhada, malcriada.

cada vez mais sensíveis: o pão de qualidade inferior, a manteiga, o queijo, o leite, a carne escassos; o café e o chá inexistentes.

10. A entrada em Guerra do Continente americano não poderá deixar de ter certo reflexo na situação econômica do “Eixo” e, particularmente, da Itália, porque o pouco que a Europa hoje recebe, através de Portugal, vem do Novo Mundo. O isolamento da Europa certamente aumentará as dificuldades deste Continente, cuja situação pouco a pouco vai se tornando crítica. Isto, porém, não quer dizer que a sua capacidade de resistência esteja extinta. Ao contrário, os partidários do “Eixo” são todos unânimes em afirmar que a superioridade econômica e estratégica do bloco adversário é apenas teórica, enquanto que a positiva superioridade militar do “Eixo” permitirá anexações de novos territórios, de molde a suprir as suas necessidades econômicas e proporcionar-lhe, enfim, meios de continuar a guerra até a vitória final, conforme alardeiam os porta-vozes dos Estados do Tripartido.

Roma, 2 de Janeiro de 1942.

C. A. Moniz Gordilho

TELEGRAMA • 08 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Proteção de interesses italianos.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

4 – CONFIDENCIAL – Em audiência, falei com o Embaixador da Itália a respeito das dificuldades de conciliar os nossos deveres de solidariedade continental com os decorrentes da proteção dos interesses italianos que temos a nosso cargo. Disse-lhe que seria conveniente que esse Governo fosse tomando providências para nos dispensar logo que possível daquele serviço já incompatível com a nossa situação de solidários com os Estados Unidos da América. EXTERIORES

OFÍCIO • 09 JAN. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] A Imprensa Italiana e a Conferência no Rio de Janeiro
Nº 6

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 9 de Janeiro de 1942.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os inclusos recortes, contendo comentários e prognósticos a respeito da conferência a realizar-se no Rio de Janeiro, em 15 do corrente mês.

2. Entre os referidos recortes é de destacar-se o artigo do jornalista Virgínio Gayda, publicado no *Il Giornale d'Italia* de 8 de Janeiro corrente, onde no final (assinalado a lápis vermelho) se vê uma velada ameaça às nações sul-americanas, as quais seriam no fim da guerra responsáveis e passíveis de sanções pela atitude que agora assumissem contra o “Eixo”.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos:⁷⁴² Nº 1. “*In pura perdita*”. *La Tribuna*. Roma, 7 de janeiro de 1942.
Nº 2. “*L’offensiva degli Stati Uniti contro l’America Latina*”. *Il Messaggero*. Roma, 7 de janeiro de 1942.
Nº 3. “*Verso il Congresso di Rio de Janeiro – Verità*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 8 de janeiro de 1942.

⁷⁴² Não transcritos: Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “Em pura perda”. *La Tribuna*, Roma, 7 de janeiro de 1942; Nº 2. “A ofensiva dos Estados Unidos contra a América Latina”. *Il Messaggero*. Roma, 7 de janeiro de 1942; Nº 3. “Em direção ao Congresso do Rio de Janeiro – Verdade”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 8 de janeiro de 1942.

TELEGRAMA • 17 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Boletim de informações.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

BOLETIM Nº 2 – Reuniu-se no Itamaraty a Comissão de Proteção do Hemisfério Ocidental⁷⁴³, presidida pelo Ministro Osvaldo Aranha. Aprovada a ata foi aclamado o Embaixador Gabriel Turbay, Representante do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Relator Geral. O Ministro Osvaldo Aranha, ao invés de indicar os componentes das duas Subcomissões, preferiu proceder ao sorteio, ficando [cada] uma constituída de dez membros, participando o Brasil das duas. Presidida pelo Chanceler Padilla reuniu-se também a 2ª Comissão, Solidariedade Econômica, que organizou cinco Subcomissões. Entre 50 propostas já apresentadas, salientam-se uma da Colômbia, México e Venezuela propondo a ruptura das relações políticas, comerciais e financeiras com os governos da Alemanha, Itália e Japão, e outra assinada pelo México, Estados Unidos, Venezuela, Cuba, Colômbia, Bolívia e Costa Rica aderindo aos princípios do Estatuto do Atlântico⁷⁴⁴. No almoço oferecido na ABI ao Presidente Vargas, Sua Excelência declarou não poder existir nenhuma dúvida a respeito da decisão do Brasil em manter a solidariedade continental. EXTERIORES

TELEGRAMA • 20 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Ruptura de relações diplomáticas e comerciais.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

15 – CONFIDENCIAL – Em caso de ruptura nas relações os Cônsules nesse país deverão entregar o saldo de estampilhas consulares a Vossência mediante recibo para prestação de contas perante a Delegacia do Tesouro. Caso não

743 Foi uma das comissões de trabalho constituídas na III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro. Fonte: MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. 1942.

744 Refere-se à Carta do Atlântico (*Atlantic Charter*), que foi negociada pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill e pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, a bordo do HMS *Prince of Wales*, na Argentina, em Terra Nova, e foi emitida como declaração no dia 14 de agosto de 1941. A Carta do Atlântico estabeleceu uma visão pós-Segunda Guerra Mundial, apesar dos Estados Unidos ainda não estarem na guerra. Os participantes esperaram, em vão, a adesão da União Soviética, que tinha sido invadida pela Alemanha nazista em 1941. Fonte: <pt.wiki.org>. Acesso em: 28 jan. 2021.

seja possível fazê-lo com toda a segurança, deverá proceder à incineração dos mesmos lavrando, porém, desse ato um termo detalhado, do qual conste a quantidade e o valor das mesmas. EXTERIORES

TELEGRAMA • 23 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Ruptura do Brasil com a Itália. Proteção dos interesses dos brasileiros.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

21 – CONFIDENCIAL – No caso de ruptura das relações do Brasil com a Itália, o Governo português se encarregará da proteção dos interesses brasileiros no país. EXTERIORES

TELEGRAMA • 24 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Fórmula aprovada pela 3ª Reunião de Chanceleres para o rompimento de relações com os países do Eixo.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

20 – Em reunião plenária dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas foi, esta noite, aprovada a seguinte recomendação: “I) – Repúblicas americanas reafirmam considerar qualquer ato agressão de um Estado extracontinental contra uma delas como agressão contra todas, constituindo ameaça imediata à liberdade e independência América; II) – Repúblicas americanas reafirmam completa solidariedade e sua determinação cooperar todas juntas para sua proteção recíproca até que efeitos presente agressão contra continente tenham desaparecido; III) – Repúblicas americanas, seguindo processos estabelecidos em suas próprias leis e dentro posição e circunstâncias de cada país no atual conflito continental, recomendam ruptura suas relações diplomáticas com Japão, Alemanha e Itália, tendo primeiro desses Estados agredido e outros dois declarado guerra a um país americano; e IV) – Repúblicas americanas declaram último que antes restabelecimento relações a que se

refere parágrafo anterior se consultarão entre si fim sua resolução tenha caráter solidário”. Aguarde instruções que seguirão oportunamente. EXTERIORES

TELEGRAMA • 24 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Ruptura relações países americanos com o Eixo. Destino dos bens da União na Itália.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma (Quirinal)

22 – CONFIDENCIAL – Se se der rompimento das relações diplomáticas Vossência deverá entregar códigos, arquivo confidencial e documentos que não devem cair em mãos estranhas ao Embaixador Hildebrando Accioly⁷⁴⁵ para serem guardados no Vaticano. A mesma providência será tomada quanto aos livros, sobretudo protocolo de entrada e saída, registro de telegramas, numeração de expediente e passaportes. No caso de não poder o Embaixador Accioly guardar todos esses documentos deverão eles ser incinerados. Os referidos códigos, livros, documentos e passaportes em branco dos Consulados deverão ser incinerados, sendo os demais da chancelaria diplomática e dos Consulados deixados ao cuidado da Legação de Portugal que ficará encarregada da proteção dos nossos interesses na Itália. Quanto aos móveis e pertences da Embaixada deverão ser depositados no edifício da Embaixada no Vaticano que será conservado. Contratos de aluguel da casa e da chancelaria dessa Embaixada deverão ser denunciados bem como os da chancelaria, dos Consulados, sendo móveis e arquivos depositados no palácio Rospigliosi ou se transporte for impossível depositados em guarda-móveis locais. EXTERIORES

745 Hildebrando Pompeu Pinto Accioly (1888-1962). Diplomata de carreira e jurista brasileiro. De 1939 a 1944, foi embaixador do Brasil junto a Santa Sé; em 1946, foi diretor do Instituto Rio Branco. Por duas vezes, em 1947 e 1948, foi ministro interino das Relações Exteriores, na ausência do chanceler Raul Fernandes. Representou o Brasil como ministro plenipotenciário na Conferência de Paz em Paris. Fonte: MRE. *Almanaque do Pessoal*. 1948.

TELEGRAMA • 28 JAN. 1942 • AHI 42/5/2

Índice: Ruptura de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Roma

25 – Havendo o Sr. Presidente da República resolvido interromper relações diplomáticas e comerciais com a Itália, Alemanha e Japão, hoje às 18 horas, hora do Rio de Janeiro, deverá Vossa Excelência passar nota a esse Governo, baseando-se na recomendação transmitida pelo meu telegrama nº 20 e pedir passaportes para se retirar do país com todo o pessoal brasileiro na Itália. Serão cassados os “exequátur” [*sic*] dos Cônsules italianos no Brasil. EXTERIORES

TELEGRAMA • 29 JAN. 1942 • AHI 42/4/12

[Índice:] Ruptura⁷⁴⁶ de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão. Entrega da nota ao Governo italiano.

Da Embaixada em Roma

17 – QUINTA-FEIRA – Entreguei a nota ao meio-dia e meio. C. A. MONIZ GORDILHO

⁷⁴⁶ Correspondência expedida à embaixada da Itália no Rio de Janeiro – 28 de janeiro de 1942. / “Senhor Embaixador, / As Repúblicas americanas, presentemente reunidas no Rio de Janeiro, reafirmam a declaração que considera qualquer ato de agressão de um Estado extracontinental contra uma delas, como praticado contra todas, por constituir ameaça à liberdade e à independência da América. / Em consequência, integrando-se no sentimento unânime de solidariedade continental, em momento grave para com este hemisfério, recomendaram a ruptura das suas relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, por ter este agredido um Estado americano e lhe haver os dois outros declarado guerra. / À vista da recomendação, é o Governo brasileiro levado a suspender as relações diplomáticas e comerciais com a Itália. / Nesta data, o Embaixador do Brasil em Roma recebeu instruções para fazer essa comunicação ao Governo da Itália e pedir passaportes a fim de retirar-se do país acompanhado do pessoal da Embaixada a seu cargo, dos Cônsules e funcionários consulares na Itália, bem como os demais brasileiros que ali se achem em serviço oficial do Brasil. / Em tais condições, tendo cessado a função de Vossa Excelência entre nós, Senhor Embaixador, sinto ser obrigado a remeter-lhe o passaporte que o habilita e ao pessoal de sua Missão a seguirem, com segurança, para seu país. / Devo, além disso, declarar a Vossa Excelência que, nesta data, foi cassado o exequátur concedido aos agentes consulares italianos no Brasil. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. / OSWALDO ARANHA / Ministro das Relações Exteriores do Brasil”. Fonte: MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. 1942.

TELEGRAMA • 29 JAN. 1942 • AHI 42/4/12

[Índice:] Ruptura relações diplomáticas e comerciais com a Itália. Negociações sobre partida.

Da Embaixada em Roma

S/Nº – O chefe do Cerimonial disse-me preferir que as negociações relativas à partida do pessoal de ambos os países sejam tratadas diretamente pelas extintas missões, não obstante a assistência da nação protetora. Acrescentou que o pessoal brasileiro terá recíproco tratamento que o pessoal italiano aí. c. A. MONIZ GORDILHO

OFÍCIO • 03 FEV. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] Liquidação da Embaixada em Roma.

Nº 16

SECRETO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 3 de Fevereiro de 1942.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em cumprimento das instruções constantes do telegrama nº 22, entreguei a Sua Excelência o Embaixador Accioly os códigos telegráficos, o arquivo confidencial, os livros de registros e documentos constantes da lista anexa e pertencentes a esta Missão⁷⁴⁷.

2. Junto remeto também a Vossa Excelência uma cópia do ofício nº 7, de 2 de Fevereiro corrente, em que o Embaixador Accioly declara ter recebido os documentos discriminados na lista em questão.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

747 Não transcrito.

Anexo 2

[Índice:] Liquidação da Embaixada em Roma.

Nº 7

SECRETO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé
Roma, 2 de março de 1942.

Senhor Encarregado dos Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento do ofício nº 35, de 29 de Janeiro próximo passado, com a qual Vossa Excelência, em cumprimento de instruções recebidas da Secretaria de Estado, me faz entrega dos códigos, arquivo confidencial, livros de registro e outros documentos pertencentes a essa Missão diplomática.

2. Cumpre-se, a respeito, comunicar-lhe que recebi, em boa ordem, tudo quanto consta da lista remetida em anexo ao referido ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.

(a) Hildebrando Accioly

A Sua Excelência o Senhor Carlos Alberto de Moniz Gordilho
Ministro Plenipotenciário, Encarregado de Negócios do Brasil em Roma

Confere:

P. Marinho

Segundo-Secretário

Conforme:

E. do Monte

Primeiro-Secretário

TELEGRAMA • 21 MAR. 1942 • AHI 42/4/12

[Índice:] Repatriação de brasileiros.

Da Embaixada em Roma

S/Nº – Além dos funcionários e suas famílias, inclusive o Cônsul-Geral aposentado Carlos Ribeiro de Faria, 35 pessoas desejam regressar ao Brasil, sendo que 23 particulares. Sem instruções sobre essas últimas, pergunto se o Governo brasileiro está disposto a garantir e a custear a viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro. No caso afirmativo agradeceria avisar-me, bem como autorizar

o Embaixador A. G. de Araújo Jorge a fornecer, oportunamente, passagens de vapor aos interessados, os quais pagarão por sua conta a viagem até Portugal.

C. A. MONIZ GORDILHO

Nota: Este telegrama foi transmitido por intermédio da Embaixada em Lisboa no telegrama S/Nº de 21/03/42.

OFÍCIO • 31 MAR. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] Rompimento [de] relações diplomáticas Brasil-Itália.

Nº 30

CONFIDENCIAL⁷⁴⁸

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 31 de Março de 1942.

Senhor Ministro,

Tendo os trabalhos da Conferência do Rio de Janeiro, realizada entre 15 e 28 de Janeiro do corrente ano, culminado com a recomendação unânime aos Governos das Repúblicas sul-americanas de romperem as suas relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros dois declarado guerra a um país americano, determinou Vossa Excelência com o telegrama nº 25, de 28 de Janeiro último, que eu apresentasse nota ao Governo italiano, informando-o de que o Governo do Brasil, de acordo com essa recomendação, resolvera interromper as suas relações diplomáticas e comerciais com a Itália, a partir daquele dia, às 18 horas, hora do Rio de Janeiro.

2. O telegrama nº 25 só me chegando às mãos às 10 da noite, hora de Roma, não me foi possível dar execução imediatamente às ordens recebidas. No dia seguinte pela manhã pus-me logo em contato com o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, solicitando uma audiência urgente com Sua Excelência o Conde Ciano. Depois de reiteradas gestões no sentido de obter a entrevista que pedira, foi-me respondido que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, ocupado com a visita a Roma do Marechal Goering, não me poderia receber, mas que, visto tratar-se de assunto urgente, o Chefe do Gabinete de Sua Excelência atender-me-ia imediatamente.

3. Às doze e meia em ponto estava no Gabinete do Marquês Lanza D' Ajeta,

748 Riscado no original com lápis azul.

a quem cientifiquei da missão de que me achava incumbido, entregando-lhe, em seguida, a nota nº 41, a este, por cópia, inclusa.

4. Terminada a breve entrevista, o Marquês D' Ajeta fez-me acompanhar, por um dos seus secretários, à presença do Chefe do Cerimonial, Ministro Geisser Celesia Di Vegliasco, para com este entender-me sobre as facilidades, que, na minha nota nº 41, solicitara do Governo italiano, relativamente à minha retirada deste país juntamente com todos os funcionários que aqui se encontravam a serviço do Governo brasileiro.

5. O Chefe do Cerimonial, que estava em conferência com o Ministro da Suíça e com o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, interrompeu-a para receber-me numa sala contígua. Já ao par do que havia sucedido e ao ser por mim cientificado de que Portugal ficaria encarregado da defesa dos interesses brasileiros, disse-me que preferia que as negociações para a partida do pessoal de ambos os países fossem tratadas diretamente através das Missões extintas, pedindo-me que, não obstante a assistência eventual do representante da nação protetora, informasse nesse sentido Vossa Excelência. Em seguida, afirmou-me que o pessoal brasileiro neste Reino teria o mesmo tratamento dispensado no Brasil aos funcionários diplomáticos e consulares italianos. Acrescentou que a partir daquele momento ficava suspensa a faculdade de telegrafar em cifra, sendo, entretanto, permitidas as comunicações em claro e em língua portuguesa para a Secretaria de Estado.

6. Nada mais podendo adiantar naquele instante, pediu-me para voltar no dia seguinte, a fim de fornecer-me outros esclarecimentos.

7. Nessa segunda entrevista o Chefe do Cerimonial, já de posse de um telegrama do Embaixador Sola sobre o tratamento que estavam recebendo os italianos no Brasil, declarou-me que estaria disposto a dispensar a minha guarda pessoal desde que aquele chefe da Missão o fosse também. Comunicou-me que, em vista dos Secretários italianos poderem circular livremente no perímetro do Rio de Janeiro, o pessoal desta Embaixada teria a mesma regalia. O uso do telefone urbano, que deveria, a exemplo do que sucedera com outras Missões, ficar restrito às comunicações entre o Chefe e os seus Secretários e vice-versa, entre a Embaixada e o Ministério ou a Legação de Portugal, não sofreu nenhuma limitação, diante da atitude do Itamarati abstendo-se de aplicar qualquer restrição aí.

8. Pedi nessa ocasião que me fosse concedida a facilidade de telegrafar em claro para os Consulados brasileiros na Itália, bem como para a Legação em Berna e a Embaixada em Lisboa sobre assuntos oficiais de serviço; regalia de que fruí até esta data. O Ministro Celesia solicitou idêntico favor para o Embaixador Sola, em relação à representação diplomática italiana em Buenos Aires.

9. Continuei, depois dessa segunda entrevista, em constante contacto com o Cerimonial a fim de resolver todas as questões que se foram apresentando e manter-me informado das medidas tomadas aqui e no Rio de Janeiro, relativamente à retirada das duas Missões.

10. Devo levar ao conhecimento de Vossa Excelência que desde o dia da ruptura até esta data nunca sofri o menor constrangimento no exercício do meu cargo, devendo salientar que nenhuma guarda pessoal foi-me imposta, circulando livremente por toda a cidade.

11. No dia 2 de Fevereiro o chefe do Cerimonial avisou-me de que os Cônsules não podiam permanecer nos seus postos, devendo, logo que fechadas as respectivas repartições, se dirigirem para uma cidade do interior, onde ficariam concentrados. Pedi, então, que eles ficassem em Roma, a fim de facilitar a minha ação, o que me foi prontamente permitido.

12. A imprensa e o rádio italianos nenhuma menção fizeram aos trabalhos da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos no Rio de Janeiro, nem comentários bordaram à decisão unânime por eles tomada de interromper as relações diplomáticas com a Alemanha, o Japão e a Itália. Apenas no dia 3 de Fevereiro, coincidindo com os novos sucessos japoneses no Oriente e com a contraofensiva do General Rommel na Cirenaica, era divulgada pela Agência Stefani esta lacônica notícia:

Seis Estados Sul-Americanos rompem as relações diplomáticas com as Potências do Tripartido. Em seguida à resolução aprovada na Conferência do Rio de Janeiro e à pressão exercida pelo Governo norte-americano sobre todos os Estados da América meridional, os Governos do Brasil, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia, do Equador e do Peru decidiram neste dia romper suas relações diplomáticas com a Itália, a Alemanha e o Japão.

13. A divulgação dessa notícia não modificou a situação dos funcionários brasileiros que continuaram a circular livremente sem sofrer qualquer constrangimento, por parte das autoridades italianas. No dia 23 de Fevereiro, entretanto, o Cerimonial comunicou-me que, havendo o Governo brasileiro, segundo telegrama na véspera recebido do Embaixador Sola, adotado medidas restritivas em relação ao pessoal diplomático e consular do “Eixo”, que ficava proibido de sair à noite, os agentes diplomáticos e consulares brasileiros na Itália passavam a ficar impedidos de deixar suas residências após às 21 horas.

14. Não obstante essa comunicação, nenhuma medida foi tomada no sentido de proibir a circulação dos diplomatas brasileiros, que continuaram a sair à noite.

15. Finalmente no dia 31 de Março, tendo terminado a liquidação da Embaixada, procedi à entrega das chaves à sua Excelência o Ministro de Portugal, conforme dei ciência a Vossa Excelência com o meu ofício nº 28.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 16 ABR. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] Liquidação da Embaixada em Roma.
S/Nº

CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 16 de Abril de 1942.

Senhor Ministro,

Em adiantamento ao meu ofício secreto nº 16, de 3 de Janeiro último, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que os testamentos e disposições da última vontade mencionados na relação anexa ao citado ofício e que confiara à guarda de Sua Excelência o Embaixador Hildebrando Accioly, foram por mim entregues posteriormente à Embaixada do Brasil em Lisboa, para serem encaminhados a essa Secretaria de Estado, de conformidade com as instruções que a mesma missão recebera.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 29 AGO. 1942 • AHI 41/4/11

[Índice:] Estado de guerra entre o Brasil e a Itália.
S/Nº

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Roma, 29 de Agosto de 1942.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência recortes de alguns jornais romanos, divulgando e comentando o reconhecimento, por parte do Brasil, do estado de guerra com a Itália.

2. A propaganda fascista, usando da sua proverbial má-fé, ocultou ao povo italiano as razões e os antecedentes da declaração de beligerância do Brasil, apresentando esta como um fato isolado e consequente de uma hipotética submissão dos governantes brasileiros à política de Washington.

3. Merece especial exame entre os recortes anexos o do jornal *Il Piccolo*, onde se lê sob o título “*La truffa alla panamericana*” um artigo assinado por um senhor Ferdinando Borla, que parece ser um dos muitos aventureiros que depois de haverem obtido uma carta de cidadania brasileira regressam ao país de origem para detrair a terra que generosamente os acolheu.

4. Rogo a Vossa Excelência o obséquio de mandar examinar, para os devidos efeitos, no Ministério da Justiça se realmente o Sr. Ferdinando Borla é brasileiro naturalizado, visto não ser o primeiro artigo que esse indivíduo escreve contra o Brasil. Em 28 de Julho já publicara no mesmo jornal *Il Piccolo* um ataque contra o Presidente dos República e Vossa Excelência, conforme se verifica no recorte que, também, incluso a este remeto.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexos:⁷⁴⁹ Nº 1. “*Il Brasile dichiara guerra all'Italia e alla Germania*”. *Il Messaggero*. Roma, 23 de agosto de 1942.

749 Não transcritos. Tradução das manchetes pelo CHDD: Nº 1. “Brasil declara guerra à Itália e Alemanha”. *Il Messaggero*. Roma, 23 de agosto de 1942; Nº 2. “A extensão do conflito”. *L'Osservatore Romano*. Roma, 24-25 de agosto de 1942; Nº 3. “O golpe pan-americano”. *Il Piccolo*. Roma, 24 de agosto de 1942; Nº 4. “O Brasil e os italianos – [...]”. *Il Giornale d'Italia*. Roma, 25 de agosto de 1942; Nº 5. “Vargas e Aranha odeiam e lutam enquanto Roosevelt estende sua mão gananciosa por todo o país”. *Il Piccolo*. Roma, 28 de julho de 1942.

Nº 2. “*L’estensione del conflitto*”. *L’Osservatore Romano*. Roma, 24-25 de agosto de 1942.

Nº 3. “*La truffa alla panamericana*”. *Il Piccolo*. Roma, 24 de agosto de 1942.

Nº 4. “*Il Brasile e gli italiani – ovvero dell’ ingratitude*”. *Il Giornale d’Italia*. Roma, 25 de agosto de 1942.

Nº 5. “*Vargas e Aranha si odiano e si combattono mentre Roosevelt stende la mano avida su tutto il paese*”. *Il Piccolo*. Roma, 28 de julho de 1942.

OFÍCIO • 15 OUT. 1942 • AHI 41/4/11

[*Índice:*] Fim da Missão na Itália.
S/Nº

Lisboa, 15 de Outubro de 1942.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência os fatos ocorridos nos últimos momentos da minha permanência no território italiano:

2. Depois da partida da comitiva brasileira em 22 de Maio último, nenhuma alteração sofreu a situação dos funcionários que permanecerem em Roma: continuaram a fruir de todas as imunidades compatíveis com o estado de rompimento das relações diplomáticas.

3. Da mesma forma, eu, desde o momento da ruptura (29 de Janeiro) até o dia 19 de Agosto, nenhuma restrição sofri na minha liberdade e foi assim que me pude ocupar pessoalmente no Palácio Chigi da organização da viagem dos funcionários e particulares que seguiram em 22 de Maio, coadjuvando da maneira direta a ação do representante do país protetor dos interesses brasileiros na Itália.

4. A partir, entretanto, do dia 19 de Agosto uma modificação radical sofreu a minha situação. Nesse dia, recebi às 19 ½ horas a visita de Sua Excelência o Senhor Doutor J. Lobo d’Avila Lima, Ministro de Portugal, que me veio certificar de que havia sido chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para ser certificado do seguinte: as autoridades italianas, informadas pelo Governo suíço, de que o Brasil havia confinado, na sede da Embaixada no Rio de Janeiro, o Embaixador Ugo Sola, cortando-lhe todas as comunicações telefônicas e permitindo-lhes apenas contato com os seus secretários, e isso pessoalmente, viam-se compelidos a tomar idênticas medidas a meu respeito. Assim, desse momento em diante, eu não poderia sair por nenhum motivo dos meus aposentos no Grande Hotel, onde residia desde 31 de Março, nem

fazer ou receber chamadas telefônicas, nem tampouco comunicar-me com pessoa alguma, salvo os secretários Monte e Marinho e os representantes do país protetor. O Ministro Lobo d'Avila acrescentou que o Chefe do Cerimonial fizera questão de acentuar-lhe que o Conde Ciano, então em Livorno, dera instruções expressas para que, antes de serem tomadas quaisquer providências em relação à minha nova situação, fosse prevenida a Legação de Portugal.

5. No dia 20, efetivamente, confirmando o aviso dado pelo Cerimonial ao Ministro de Portugal, amanheci com um agente de polícia à porta do meu quarto. As instruções concernentes à minha incomunicabilidade foram tão rigorosas que não podia sequer avistar-me com o meu empregado particular. O Embaixador H. Accioly, que residia temporariamente no mesmo hotel, tentou repetidas vezes visitar-me, sem consegui-lo até a data de 29, quando se internou no Vaticano.

6. Com relação aos secretários nenhuma providência havia sido a princípio tomada. No domingo 23 à noite, recebendo, porém, a visita de dois funcionários da Questura (Polícia), foram advertidos de que a contar daquele instante passariam a ter vigilância permanente para si, suas esposas e empregadas das suas crianças. Ser-lhes-ia, contudo, permitido circular, quando necessário, a pé ou de automóvel, na cidade até às 22 horas, sempre que acompanhados dos respectivos agentes de polícia, incumbidos da sua guarda. Foram ainda avisados de que só se poderiam comunicar, e pessoalmente, comigo e com os representantes de Portugal, ficando-lhes absolutamente vedado o uso do telefone.

7. A entrega da minha correspondência e da dos secretários, que até então se fazia com o atraso inevitável da censura, ficou suspensa e condicionada ao beneplácito do Palácio Chigi.

8. Graças a uma gestão da Legação de Portugal, o tratamento que nos fora imposto no primeiro momento sofreu uma ligeira modificação no dia 27 de Agosto: o meu criado particular teve licença para penetrar nos meus aposentos e a guarda das empregadas dos filhos dos senhores Monte e Marinho foi suspensa.

9. No dia 29 de Agosto, a Legação de Portugal recebeu um telegrama em que Vossa Excelência, informado indiretamente das medidas tomadas a meu respeito pelas autoridades italianas, solicitava esclarecimentos precisos.

10. Antes de prestar as informações pedidas por Vossa Excelência, o representante de Portugal procurou o Chefe do Cerimonial, a fim de saber se nesse interregno havia sido assentada qualquer alteração ao regime que nos fora aplicada. Aquela autoridade respondeu-lhe então que, de novo, havia apenas a proposta que o Governo italiano fizera, na véspera, por intermédio da Suíça, no sentido de que o Governo brasileiro autorizasse o Embaixador Sola a circular

na cidade do Rio de Janeiro, regalia que me seria também concedida, desde que acompanhado sempre de um agente de polícia.

11. De posse de tais declarações o Ministro Lobo d'Avila telegrafou imediatamente a Lisboa, dando conhecimento oficial do tratamento a que estávamos sujeitos das ligeiras alterações posteriormente verificadas e da sugestão acima referida.

12. No dia 2 de Setembro, o Ministro de Portugal, de sua própria iniciativa, procurou obter uma modificação do meu tratamento, alvitando que eu fosse autorizado a deslocar-me, diariamente, em automóvel, até a sede antiga Embaixada, onde a minha presença, alegava ele, era necessária. Essa sugestão teve acolhimento favorável, apesar do Governo brasileiro não ter aquele momento respondido à proposta italiana acima aludida. Dessa concessão não me quis, entretanto, utilizar, como de fato não utilizei, aguardando instruções precisas de Vossa Excelência a respeito.

13. A situação continuou a mesma até 4 de Outubro, data em que terminou a minha reclusão de 45 dias e em que deixamos, finalmente, Roma. Devo acrescentar que não tendo o Governo italiano, após a saída do Embaixador Sola do Brasil, alterado, como tudo mandava, espontaneamente as disposições relativas à minha pessoa, eu, por minha vez, mantive-me na atitude firme que assumira, de não me beneficiar do favor que fora obtido pelo representante de Portugal.

14. Alguns dias antes da partida foi solicitada uma autorização para que os secretários Rangel do Monte e Penna Marinho se pudessem despedir do Embaixador Accioly, já internado no Vaticano. Coerente com o propósito de nada pedir para mim das autoridades locais e prevendo a eventualidade de uma recusa, o meu nome foi excluído dessa solicitação, que, com efeito, a princípio acolhida favoravelmente pelo Palácio Chigi, veio a ser negada diante de objeções posteriormente levantadas pelas autoridades militares. Entre os motivos do indeferimento alegarem estas últimas o tratamento a que foram submetidos os italianos no Brasil.

15. Enfim aos 4 de Outubro deixamos Roma, com destino a Gênova, em vagão especial, ligado a um trem de carreira normal, havendo, dois dias antes, seguido para Lisboa os repatriados autorizados por Vossa Excelência, a saber os três irmãos Pompilio da Hora e Loris Magalhães. Em Gênova o nosso vagão foi unido ao trem procedente de Budapeste e que conduzia o pessoal brasileiro na Hungria, ficando assim constituído o comboio especial que nos levou diretamente à Lisboa, onde chegamos no dia 7 de Outubro às 17 horas. Não obstante o atraso dos vapores *Bagé* e *Cuiabá*, que deveriam aportar nesse mesmo dia, a nossa entrada no território português não foi retardada como sucedeu com a da Missão brasileira proveniente da Alemanha.

16. Tal como acontecera por ocasião da partida de outros representantes diplomáticos, americanos, o chefe do Cerimonial e mais alguns funcionários do Palácio Chigi compareceram à estação para apresentar-me votos de boa viagem. Acompanhou-me no percurso até Lisboa um funcionário do Cerimonial, Senhor Antonio Natale, o qual, além do encargo de velar sobre a minha pessoa, procurou cercar-me de todas as facilidades possíveis.

17. Com a chegada à Lisboa da Missão italiana, no dia 10 e observadas todas as formalidades da troca ficamos aguardando o dia do embarque no *Bagé*, o que, finalmente, se deu no domingo 25 às 17 horas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

C. A. Moniz Gordilho

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Publicação semestral do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)
Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

FUNAG

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Bl. H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (61) 2030-6033 / 6034
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

CHDD

Ministério das Relações Exteriores
ERERIO - Palácio Itamaraty
Av. Marechal Floriano, 196
20080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (21) 2233-2318 / 2079
Site: www.funag.gov.br
E-mail: chdd@funag.gov.br

Editor executivo

Sátiro Ferreira Nunes

Revisão

Acauã Lucas Leotta
Erika S. Coutinho do Nascimento
Sátiro Ferreira Nunes

Layout da capa

Eduarda Rocha Rodrigues Passos

Programação Visual e Diagramação:

Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

Trabalharam no projeto Montevidéu, sob a supervisão de Tiago Coelho Fernandes, pesquisador do CHDD; Daniel Cruz de Souza como pesquisador auxiliar, e na transcrição dos documentos Erika S. Coutinho do Nascimento e as estagiárias de história Maria Eduarda Ferreira José, da UFRJ e Millena Gonçalves Cardoso, da UFF. No projeto Roma, sob a supervisão de Pablo Saturnino Braga, pesquisador do CHDD, trabalhou na transcrição dos documentos o estagiário de história Daniel Ayala Cardoso, da UERJ, com o apoio dos estagiários da Mapoteca (ERERIO): Carlos Otávio Serrador Ferreira Junior e Marcos Henrique de Campos Silva, ambos do curso de Relações Internacionais da UFRJ; Giovanni Menezes de Lima, do curso de História da UERJ e Paola de Azevedo Santos do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, da CEFET.

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática.

Ano XIX, Número 37 - [Brasília, DF]: FUNAG, 2021

637p.; 17x25cm

Semestral

ISSN: 1678-586X

1. Brasil - Relações exteriores - História - Periódicos. 2. Diplomacia - Brasil - História - Periódicos.
I. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática

CDU 341.7(81)(0.91:05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14/12/2004

Esta publicação foi elaborada com as fontes Garamond,
Georgia, Myriad Pro e Trajan Pro, versões open type

ISSN 1678-586X



Neste número:

Carta do editor

Gelson Fonseca Jr.

Montevideú

Entre neutralidade e intervenção: dilemas da política externa brasileira no Prata (1845-1848)

Millena Gonçalves Monteiro

Documentos (1845-1848)

Roma

A embaixada brasileira em Roma e a Segunda Guerra Mundial: correspondência diplomática de 1935 a 1942

Daniel Ayala Cardoso

Pablo de Rezende Saturnino Braga

Documentos (1935-1942)



www.funag.gov.br